

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BANCO GMAC - FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS

CNPJ nº 09.577.075/0001-04

Código ISIN Cotas Seniores nº BRGMACCTF006

Código ISIN Cotas Mezanino nº BRGMACCTF014

Classificação ANBID: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Classificação de Risco da primeira série de Cotas Seniores Standard & Poor's Ratings Services: AAA

Classificação de Risco das Cotas Mezanino de Classe A Standard & Poor's Ratings Services: A

CEDENTE



O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BANCO GMAC - FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS ("Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 50 (cinquenta) anos, está ofertando um montante de até 8.000 (oito mil) Cotas Seniores da primeira série, com valor unitário de emissão de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), perfazendo o montante total de:

R\$ 200.000.000,00

O Fundo está ofertando também um montante de até 273 (duzentas e setenta e três) Cotas Mezanino de Classe A, com valor unitário de emissão de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), perfazendo o montante total de:

R\$ 6.825.000,00

O HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. ("Coordenador") foi a instituição contratada pelo Fundo para realizar a distribuição pública das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino ("Oferta"). Adicionalmente às Cotas Seniores, o Fundo emitirá inicialmente 818 (oitocentas e dezoito) cotas subordinadas ("Cotas Subordinadas") e, em conjunto com as Cotas Seniores e com as Cotas Mezanino, simplesmente "Cotas", perfazendo um montante total de R\$ 20.450.000,00 (vinte milhões e quatrocentos e cinquenta mil reais), as quais serão integralmente subscritas e integralizadas pelo Cedente. As Cotas Subordinadas não farão parte da presente Oferta.

O regulamento do Fundo, sua Primeira Alteração, sua Segunda Alteração, sua Terceira Alteração, sua Quarta Alteração e sua Quinta Alteração ("Regulamento") foram registrados no 6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob nº 1550863, nº 1580642, nº 1582364, nº 1587315, nº 1592527 e nº 1595805, em 12 de maio de 2008, em 6 de março de 2009, em 27 de março de 2009, em 22 de maio de 2009, em 4 de agosto de 2009 e em 16 de setembro de 2009, respectivamente. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Resolução nº 2.907, emitida pelo Banco Central em 29 de novembro de 2001, e pela Instrução nº 356, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356/01"), além das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Protocolo na CVM datado de 9 de março de 2009

Registro na CVM datado de [.] de [.] de 2009, sob o nº [.]

Somente poderão adquirir Cotas do Fundo Investidores Qualificados, nos termos da regulamentação aplicável. As Cotas Seniores da primeira série e as Cotas Mezanino de Classe A serão registradas para (i) distribuição, no MDC - Módulo de Distribuição de Ativos, integrante da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), e na BM&FBOVESPA; e (ii) negociação no mercado secundário da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), em seu mercado de balcão organizado - SOMAFIX e no SF - Módulo de Fundos, administrado pela CETIP, observada a responsabilidade dos intermediários de assegurar que somente Investidores Qualificados adquiram Cotas.

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do Fundo e/ou das Cotas a serem emitidas. O presente Prospecto foi elaborado em consonância com as disposições do Regulamento do Fundo, porém não o substitui. Recomenda-se a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento do Fundo, inclusive com especial atenção para as seções relativas ao Objetivo e à Política de Investimento do Fundo, bem como às disposições do Prospecto que tratam dos "Fatores de Risco" a que está exposto, para uma avaliação dos riscos que devem ser considerados na aquisição das Cotas Seniores da primeira série e das Cotas Mezanino de Classe A. Os investidores devem ler a Seção "Fatores de Risco", nas páginas 45 a 53.

Observado o disposto no item 8.4 do Regulamento, o Fundo poderá vir a utilizar estratégias com derivativos como parte integrante de sua Política de Investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus Cotistas.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia (i) do Administrador ou de suas respectivas partes relacionadas, (ii) do Gestor do Fundo, (iii) de qualquer mecanismo de seguro, ou (iv) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

O endereço do Administrador do Fundo é: Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar, parte, São Paulo - SP. Telefone: (55-11) 3232-3000.



"Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das quotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços."

COORDENADOR LÍDER E ESTRUTURADOR

ADMINISTRADOR E CUSTODIANTE

GESTOR



AUDITORIA

AGENTE DE COBRANÇA

ASSESSOR LEGAL DO COORDENADOR LÍDER

ASSESSOR LEGAL DO CEDENTE



SOUZA, CESCON, BARRIEU & FLESCH
ADVOGADOS

PINHEIRO NETO
ADVOGADOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AVISOS IMPORTANTES

O Fundo não poderá realizar operações em mercados de derivativos, exceto caso autorizado por Cotistas em assembléia geral de Cotistas devidamente reunida, nos termos do item 17.3 (ii) do Regulamento. Tais estratégias, da forma como possam vir a ser adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus Cotistas.

O investimento do fundo de investimento de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o Gestor do Fundo mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

O Fundo de que trata este Prospecto não conta com garantia do Administrador do Fundo, do Gestor do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

As informações contidas nesse Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à Política de Investimento do Fundo, bem como às disposições do Prospecto e do Regulamento que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

I.	DEFINIÇÕES	1
II.	CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO	17
III.	SUMÁRIO DO FUNDO	21
	O FUNDO	21
	<i>Informações Gerais</i>	21
	<i>Política de investimento, de composição e de diversificação dos Ativos do Fundo</i>	21
	O ADMINISTRADOR	22
	OS DIREITOS CREDITÓRIOS	22
	AS COTAS	23
	TERCEIROS CONTRATADOS	23
	<i>Custodiante</i>	23
	<i>Gestor</i>	23
	<i>Empresa de Auditoria</i>	23
	<i>Agência de Classificação de Risco</i>	23
	<i>Coordenador</i>	24
	O CEDENTE	24
IV.	IDENTIFICAÇÃO, PERFIL E HISTÓRICO DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DOS CONSULTORES E AUDITORES DO FUNDO.....	25
	ADMINISTRADOR E CUSTODIANTE	25
	GESTOR.....	25
	ASSESSORES LEGAIS DO CEDENTE	26
	ASSESSORES LEGAIS DO COORDENADOR.....	26
	EMPRESA DE AUDITORIA	27
	COORDENADOR	27
	CONFLITO DE INTERESSES.....	28
	RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES	28
	<i>Administrador</i>	28
	<i>Gestor</i>	28
	<i>Coordenador</i>	29
	<i>Empresa de Auditoria</i>	29
V.	CARACTERÍSTICAS DO FUNDO	31
	O FUNDO	31
	OBJETIVO DO FUNDO.....	31
	BASE LEGAL.....	32

PÚBLICO-ALVO.....	32
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E ATIVOS DO FUNDO	32
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO	34
OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS	34
PRAZO.....	34
CARACTERÍSTICAS DAS COTAS	34
ASSEMBLÉIA GERAL.....	34
EVENTOS DE CONSULTA AOS COTISTAS.....	37
LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO	38
LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA AUTOMÁTICA DO FUNDO	38
DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO.....	39
CRITÉRIOS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO AOS COTISTAS	40
TAXAS, ENCARGOS E DESPESAS DO FUNDO.....	40
TRIBUTAÇÃO DO FUNDO E DOS COTISTAS.....	42
TRIBUTAÇÃO DO FUNDO	42
<i>Imposto de Renda</i>	42
<i>Outras incidências</i>	42
TRIBUTAÇÃO DOS COTISTAS	42
<i>Imposto de Renda</i>	42
<i>Amortização e/ou resgate de Cotas</i>	42
ALIENAÇÃO DE COTAS A TERCEIROS	43
<i>IOF</i>	43
ATENDIMENTO AOS COTISTAS	44
VI. FATORES DE RISCO.....	45
RISCOS DE MERCADO	45
RISCOS RELACIONADOS AO FUNDO E AOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	46
RISCOS RELATIVOS AO CEDENTE E À GMB	49
RISCOS DE LIQUIDEZ	52
RISCOS ESPECÍFICOS.....	53
VII. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS	55
RISCO DE MERCADO	55
RISCO DE CRÉDITO.....	55
RISCO DE LIQUIDEZ	56
RISCO OPERACIONAL	56
VIII. ESTRUTURA DA OPERAÇÃO.....	57
DESENHO ESQUEMÁTICO DA OPERAÇÃO.....	57
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO.....	57
<i>Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças</i>	57

*Contrato de Coordenação em Regime de Melhores Esforços de Colocação de Cotas de Emissão do
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC - Financiamento a Concessionárias..... 59*

IX.	ADMINISTRAÇÃO, CUSTÓDIA E GESTÃO DO FUNDO	61
	ADMINISTRADOR E CUSTODIANTE	61
	ATRIBUIÇÕES DO ADMINISTRADOR	61
	VEDAÇÕES APLICÁVEIS AO ADMINISTRADOR.....	65
	CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS	66
	SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR.....	66
	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	67
	GESTOR.....	67
	AGENTE DE COBRANÇA	68
X.	AS COTAS	69
	COTAS	69
	CLASSES DAS COTAS.....	69
	COTAS SENIORES.....	70
	COTAS MEZANINO	70
	COTAS SUBORDINADAS	70
	INVESTIDORES.....	70
	APLICAÇÃO EM COTAS DO FUNDO.....	70
	EMIÇÃO DE COTAS.....	71
	DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS DO FUNDO.....	71
	PLANO DE DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS	72
	CUSTOS DA DISTRIBUIÇÃO	73
	CRONOGRAMA DA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE COTAS SENIORES DA PRIMEIRA E COTAS MEZANINO DE CLASSE A.....	74
	REVOGAÇÃO E MODIFICAÇÃO DA OFERTA	74
	AMORTIZAÇÃO DAS COTAS	75
	CONTA DE RESERVA.....	77
	RESGATE DAS COTAS DO FUNDO.....	78
	AVALIAÇÃO DAS COTAS DO FUNDO	78
XI.	OS DIREITOS CREDITÓRIOS	81
	CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	81
	POLÍTICA DE COBRANÇA	81
	<i>Prazo para pagamento de unidades do Programa Floor Plan convencional</i>	<i>81</i>
	<i>Cobrança de unidades não pagas em inventário (auditoria física de estoque).....</i>	<i>81</i>
	INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS SOBRE INADIMPLENTOS, PERDAS E PRÉ-PAGAMENTO	84
	CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	85
	ASPECTOS GERAIS DA POLÍTICA DE CRÉDITO DO CEDENTE	88
	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	90

LINHAS	90
LIMITES DE CONCENTRAÇÃO	91
XII. VISÃO GERAL DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	93
INFORMAÇÕES SOBRE O SETOR BANCÁRIO — EVOLUÇÃO DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO	93
OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO.....	93
DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO CRÉDITO	95
OPERAÇÕES COM RECURSOS LIVRES — CRÉDITO REFERENCIAL PARA TAXAS DE JUROS.....	95
ATIVOS E PASSIVOS INTERNACIONAIS DO SISTEMA BANCÁRIO.....	96
CRÉDITO A PESSOAS JURÍDICAS	97
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	98
SETOR PRIVADO	98
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS POR SEGMENTO DE ATUAÇÃO	99
SETOR PÚBLICO	99
INSOLVÊNCIA BANCÁRIA — INTERVENÇÃO, LIQUIDAÇÃO ADMINISTRATIVA E FALÊNCIA.....	100
LIQUIDAÇÃO ADMINISTRATIVA	100
REGIME DE ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA	100
REEMBOLSO DE CREDORES QUANDO DA LIQUIDAÇÃO	101
SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO	101
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL	102
XIII. O CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	103
VISÃO GERAL DO CEDENTE.....	103
HISTÓRICO	104
ALTERAÇÕES DE RAZÃO SOCIAL	105
<i>Banco General Motors S.A – CNPJ nº 17.352.667/0001-56.....</i>	<i>105</i>
<i>Banco GMAC S.A – CNPJ nº 59.274.605/0001-13.....</i>	<i>105</i>
EVENTOS RECENTES	106
PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS.....	108
<i>Crédito Atacado</i>	<i>109</i>
<i>Operações de financiamento</i>	<i>111</i>
<i>Operações de leasing</i>	<i>111</i>
<i>Seguros automotivos</i>	<i>111</i>
<i>Consórcio Nacional Chevrolet.....</i>	<i>112</i>
INDICADORES	113
GERENCIAMENTOS E CONTROLE DE RISCOS.....	113
RISCOS DECORRENTES DOS NEGÓCIOS E DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO CEDENTE.....	114
PESQUISA & DESENVOLVIMENTO E APRIMORAMENTOS.....	114
<i>Tecnologia da Informação</i>	<i>114</i>
<i>Produtos em desenvolvimento</i>	<i>114</i>
<i>Ouvidoria a serviço dos clientes.....</i>	<i>114</i>

<i>Recursos humanos e treinamentos</i>	115
<i>Comunicação empresarial</i>	115
<i>Atividades de comunicação</i>	115
<i>Pesquisas</i>	116
<i>GMAC University Brasil</i>	116
<i>Marcas e patentes</i>	116
ESTRUTURA OPERACIONAL.....	116
PROGRAMAS SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS.....	117
<i>Ações sociais</i>	117
<i>Ações culturais</i>	117
<i>Ações ambientais</i>	117
CAPTAÇÃO DE RECURSOS	117
<i>Depósito Bancário a Prazo – CDBs (posição de 30/06/2009)</i>	117
<i>Depósito a Prazo c/ Garantia Especial – DPGE (posição de 30/06/2009)</i>	118
CERTIFICADOS DE DEPÓSITOS INTERBANCÁRIOS – CDIs	118
OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DO CEDENTE (POSIÇÃO DE 30/06/2009)	119
ESTRUTURA SOCIETÁRIA DO CEDENTE.....	119
EVENTOS DE REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA.....	120
PRINCIPAIS ACIONISTAS	120
COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	120
SUBSIDIÁRIAS DO CEDENTE	120
<i>GMAC Administradora de Consórcios Ltda.</i>	120
<i>GMACI Corretora de Seguros S.A.</i>	120
DIRETORIA DO CEDENTE	121
CONSELHO FISCAL DO CEDENTE	123
PENDÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS DO CEDENTE	124
BALANÇO E DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS	126
BALANÇO E DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS	126
OUTRAS INFORMAÇÕES.....	126
XIV. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS.....	127
XV. DISPOSIÇÕES FINAIS	128
FORO	129

ANEXO A - REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BANCO GMAC - FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS.....	133
ANEXO B - SUPLEMENTOS – PRIMEIRA SÉRIE DE COTAS SENIORES E COTAS MEZANINO DE CLASSE A	255
ANEXO C - RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	273
ANEXO D - DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR	287
ANEXO E - DECLARAÇÃO DO COORDENADOR	291
ANEXO F - RELATÓRIO DA EMPRESA DE AUDITORIA	295
ANEXO G - CONTRATO DE CESSÃO	341
ANEXO H - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	391

I. DEFINIÇÕES

No âmbito do presente Prospecto, serão consideradas as seguintes definições, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, adotando-se aqui, por referência e de forma subsidiária, as demais definições constantes da Instrução CVM 356/01 e do Regulamento do Fundo:

Administrador	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ou qualquer de seus sucessores ou cessionários.
Agência de Classificação de Risco	Standard & Poor's Ratings Services, ou com relação a qualquer série futura de Cotas Seniores ou classe de Cotas Mezanino, qualquer outra agência de classificação de risco que venha a ser selecionada pelo Administrador para classificar as Cotas Seniores de tal série ou Cotas Mezanino de tal classe, conforme aplicável.
Agente Autorizado	Deverá significar qualquer terceiro subcontratado pelo Agente de Cobrança para auxiliar na cobrança e administração dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos nos termos do Contrato de Cessão.
Agente de Cobrança	Banco GMAC S.A., ou qualquer de seus sucessores ou cessionários, agindo na qualidade de agente de cobrança, ou o Agente de Cobrança Substituto.
Agente de Cobrança Substituto	Deverá significar qualquer agente de cobrança contratado pelo Administrador para prestar serviços de cobrança e administração dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, caso, por qualquer razão, o Cedente deixe de realizar tais atividades.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Anexo	Significa qualquer anexo ao Regulamento, que constitui parte integrante e indivisível do Regulamento.
Assessores Legais do Cedente	Pinheiro Neto Advogados.
Assessores Legais do Coordenador	Souza, Cescon, Barrieu e Flesch Advogados.
Ativos do Fundo	Deverão significar, conjuntamente, os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, Investimentos Permitidos, valores depositados na Conta de Depósito em Dinheiro, valores depositados na Conta de Reserva, valores depositados na Conta de Distribuição e o preço justo de mercado de quaisquer derivativos detidos pelo Fundo (conforme aplicável).
Banco Central	Banco Central do Brasil.
Banco Centralizador	Deverá significar o Banco Real S.A. ou qualquer de seus sucessores e/ou cessionários. Observada a Condição da Agência de Classificação de Risco e conforme aprovado pelo Administrador, o Cedente poderá substituir o Banco Centralizador.

Bancos de Cobrança	<p>Deverão significar o Banco Real S.A., União de Bancos Brasileiros S.A. – Unibanco, Banco Itaú S.A., HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo e Banco do Brasil S.A., instituições financeiras devidamente contratadas pelo Agente de Cobrança para a prestação de serviços de cobrança bancária, nos termos do item 7.11 do Regulamento e do Contrato de Cessão.</p> <p>O Cedente poderá mudar, substituir, destituir ou adicionar Bancos de Cobrança, mediante envio de uma notificação por escrito em tal sentido ao Administrador, sujeito à Condição da Agência de Classificação de Risco.</p>
Benchmark Mezanino	<p>Deverá significar o parâmetro de rentabilidade da Taxa de Retorno atribuído às Cotas Mezanino, o qual deverá ser definido no respectivo Suplemento.</p> <p>O Benchmark Mezanino das Cotas Mezanino de Classe A é o Benchmark Mezanino definido no Suplemento constante do Anexo B ao presente Prospecto, correspondente à Taxa DI acrescida de 5,75% (cinco vírgula setenta e cinco por cento).</p>
Benchmark Sênior	<p>O parâmetro de rentabilidade da Taxa de Retorno a ser atribuído a cada série de Cotas Seniores, conforme estabelecido no respectivo Suplemento.</p> <p>O Benchmark Sênior da primeira série de Cotas Seniores é o Benchmark Sênior definido no Suplemento constante do Anexo B ao presente Prospecto, correspondente à Taxa DI acrescida de 3% (três por cento).</p>
BHC	<i>Bank Holding Company.</i>
BM&FBovespa	Deverá significar a BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
CDB	Certificado de Depósito Bancário.
CDC	Crédito Direto ao Consumidor.
CDI	Certificado de Depósito Interbancário.
Cedente	Banco GMAC S.A.
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
Classificação de Crédito	A classificação de crédito utilizada pelo Cedente com relação às Concessionárias e o seu desempenho, de acordo com suas diretrizes e políticas, conforme alteradas ou adotadas de tempo em tempo, nos termos do item 9.7.2 do Regulamento.
Classificação de Risco	Deverá significar, conjuntamente, a classificação de risco então vigente das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino em circulação, divulgada pela Agência de Classificação de Risco, em conformidade com sua respectiva escala brasileira.
CMN	Conselho Monetário Nacional.

CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.
Cobranças	Com relação a qualquer Dia Útil, o valor total das cobranças recebidas sobre os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos em cada Conta de Cobrança, acrescidos de quaisquer Rendimentos de Investimento recebidos em cada Período de Cobrança.
Coligada	Com relação a qualquer Pessoa específica, qualquer outra Pessoa que controle, seja controlada ou esteja sob controle comum com tal Pessoa especificada. Para os fins desta definição, “controle”, quando utilizado com relação a qualquer Pessoa especificada, significa o poder de direcionar a administração e as políticas de tal Pessoa, direta ou indiretamente, seja através da propriedade de ações com direito a voto, por contrato ou de outra forma; e os termos “controlando” e “controlado” terão significados correlatos.
Concessionária	Significa qualquer Pessoa, ou grupo de pessoas coligadas, dos quais exista um empréstimo de acordo com os respectivos Direitos Creditórios nos termos do Programa <i>Floor Plan</i> , em conformidade com os termos dos Documentos Comprobatórios correspondentes.
Condição da Agência de Classificação de Risco	Deverá significar, com relação a um evento, uma confirmação por escrito pela Agência de Classificação de Risco de que tal evento não deverá resultar numa redução, suspensão ou retirada da Classificação de Risco das Cotas Seniores e/ou Cotas Mezanino em circulação então vigente.
Conta Centralizadora	Deverá ter o significado atribuído no item 7.12 do Regulamento.
Conta de Depósito em Dinheiro	Deverá significar uma conta contábil estabelecida pelo Administrador, em nome do Fundo, na qual a parcela remanescente das Cobranças, após a dedução do Valor Requerido, deverá ser depositada (i) na hipótese de indisponibilidade de Direitos Creditórios Elegíveis suficientes para serem cedidos ao Fundo; e (ii) durante o Período de Suspensão da Aquisição. Recursos depositados na Conta de Depósito em Dinheiro deverão ser investidos em Investimentos Permitidos.
Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos	Deverá ter o significado atribuído no item 7.13 do Regulamento.
Conta de Distribuição	Deverá significar uma conta contábil separada aberta e mantida em nome do Fundo com o Administrador, para a qual o Valor Requerido deverá ser transferido, nos termos do item 7.14 do Regulamento.
Conta de Reserva	Deverá ter o significado atribuído no item 14.15 do Regulamento.
Contas de Cobrança	Deverão significar as novas contas correntes de cobrança específicas abertas e mantidas pelo Agente de Cobrança junto a cada Banco de Cobrança, as quais deverão receber os pagamentos relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos efetuados pelas Concessionárias.

Contrato de Cessão	Significa o Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e Outras Avenças, anexo a este Prospecto, a ser celebrado entre o Cedente e o Fundo, representado pelo Administrador, através do qual o Cedente cede ao Fundo os Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados.
Contrato de Colocação	Significa o Contrato de Coordenação em Regime de Melhores Esforços de Colocação de Cotas de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC - Financiamento a Concessionárias, celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e o Coordenador, através do qual o Administrador contrata os serviços do Coordenador para a coordenação, colocação e distribuição das Cotas Seniores da primeira série e das Cotas Mezanino de Classe A emitidas pelo Fundo, sob o regime de melhores esforços de colocação, conforme alterado.
Contrato de Financiamento <i>Floor Plan</i>	O contrato de empréstimo <i>floor plan</i> celebrado entre o Cedente, na qualidade de credor, e uma Concessionária, na qualidade de devedora, através do qual o Cedente abre uma linha de crédito rotativa a uma Concessionária no âmbito de um Programa <i>Floor Plan</i> .
Coordenador	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, divulgado pelo Banco Central.
Cotas	Deverão significar as Cotas Seniores, as Cotas Mezanino e as Cotas Subordinadas, conjuntamente.
Cotas Mezanino	Deverão significar as Cotas subordinadas às Cotas Seniores para fins de amortização, resgate e distribuição de resultados, mas que não estão subordinadas às Cotas Subordinadas para tais fins.
Cotas Mezanino de Classe A	Deverão significar as Cotas Mezanino objeto da presente Oferta.
Cotas Seniores	Deverão significar as Cotas que não estão subordinadas a nenhuma outra Cota para fins de amortização e resgate, bem como para a distribuição de resultados relacionados aos Ativos do Fundo.
Cotas Subordinadas	Deverão significar as Cotas que são subordinadas às Cotas Mezanino e às Cotas Seniores para fins de amortização, resgate e distribuição de resultados. As Cotas Subordinadas deverão ser totalmente subscritas e integralizadas pelo Cedente com Direitos Creditórios Elegíveis.
Cotistas	Deverão significar os titulares das Cotas do Fundo.
Cotistas Mezanino	Deverão significar os titulares de Cotas Mezanino do Fundo.
Cotistas Seniores	Deverão significar os titulares das Cotas Seniores do Fundo.
Cotistas Subordinados	Deverão significar os titulares das Cotas Subordinadas do Fundo.
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas.

Crítérios de Elegibilidade	Deverão significar os critérios aplicáveis à seleção dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, nos termos do item 10.1 do Regulamento.
CVM	Deverá significar a Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização	<p>O 15º (décimo quinto) dia de cada mês civil ou, se tal data não for um Dia Útil, o próximo Dia Útil.</p> <p>A primeira Data de Amortização aplicável à primeira série de Cotas Seniores e às Cotas Mezanino de Classe A deverá ser a Data de Amortização definida nos respectivos Suplementos, constantes do Anexo B ao presente Prospecto.</p>
Data de Aquisição	Deverá significar, com relação a cada Direito Creditório Elegível Aprovado, a data na qual o Fundo e o Cedente concretizem a cessão de tal Direito Creditório Elegível Aprovado através da celebração e formalização do Termo de Cessão correspondente, conforme disposto no Contrato de Cessão.
Data de Cálculo do Período de Suspensão da Aquisição	<p>Deverá significar a data na qual a duração do Período de Suspensão da Aquisição aplicável a cada série de Cotas Seniores e/ou classe de Cotas Mezanino, conforme definida no respectivo Suplemento.</p> <p>A Data de Cálculo do Período de Suspensão da Aquisição aplicável à primeira série de Cotas Seniores e às Cotas Mezanino de Classe A deverá ser 13 de abril de 2011.</p>
Data de Emissão	<p>Data de subscrição e integralização das Cotas, conforme definida no respectivo Suplemento para cada série de Cotas Seniores e/ou classe de Cotas Mezanino.</p> <p>A Data de Emissão da primeira série de Cotas Seniores e das Cotas Mezanino de Classe A deverá ser a Data de Emissão definida nos respectivos Suplementos, constantes do Anexo B ao presente Prospecto.</p>
Data de Faturamento	Deverá significar a data na qual a GMB emita uma fatura a uma Concessionária com relação à venda de um Veículo.
Data de Inclusão	A data na qual uma Linha Adicional seja incluída na Lista de Linhas.
Data de Remoção	Deverá significar a data efetiva da remoção de qualquer Linha Aleatoriamente Selecionada, conforme especificada na Notificação de Remoção.
Data de Resgate Estendida	<p>Deverá significar a data na qual o Resgate Compulsório de uma série de Cotas Seniores e/ou classe de Cotas Mezanino deverá realizar-se caso o Fundo não possa resgatar tais Cotas na respectiva Data de Resgate Projetada, conforme definida no Suplemento aplicável.</p> <p>A Data de Resgate Estendida deverá vencer dentro de um período máximo de 6 (seis) Datas de Amortização, contado a partir da Data de Resgate Projetada.</p>

	<p>A Data de Resgate Estendida da primeira série de Cotas Seniores e das Cotas Mezanino de Classe A corresponderá a 6 (seis) Datas de Amortização, contadas a partir da Data de Resgate Projetada.</p>
Data de Resgate Projetada	<p>Deverá significar a data na qual se espera que ocorra o Resgate Compulsório de uma série de Cotas Seniores e/ou de uma classe de Cotas Mezanino, conforme definido no Suplemento aplicável.</p> <p>As Cotas Seniores da primeira série e as Cotas Mezanino de Classe A deverão ser compulsoriamente resgatadas quando do pagamento da última parcela de amortização dentro do Período de Amortização Planejada, conforme os respectivos Suplementos, constantes do Anexo B ao presente Prospecto.</p> <p>A Data de Resgate Projetada para as Cotas Seniores da primeira série e as Cotas Mezanino de Classe A será 15 de novembro de 2011.</p>
Data de Vencimento	<p>Com relação a qualquer Direito Creditório, significa a data na qual tal Direito Creditório seja devido e pagável, nos termos de seus Documentos Comprobatórios, conforme inicialmente emitidos.</p> <p>A Data de Vencimento para cada Direito Creditório é projetada para um vencimento dentro de 180 (cento e oitenta) dias para Veículos novos e 90 (noventa) dias para Veículos usados, contados a partir da respectiva Data de Faturamento, ficando ressalvado, contudo, que o Cedente poderá conceder uma extensão a qualquer Concessionária, com base no seu relacionamento com tal Concessionária.</p>
Despesas de Cobrança	<p>Todas as despesas necessárias (incluindo, sem limitação, os honorários advocatícios e as taxas de cobrança) relacionadas à cobrança de quaisquer valores devidos nos termos dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, incluindo todas as despesas necessárias para iniciar uma ação ou outro recurso em face das respectivas Concessionárias, se houver, ficando excluídas quaisquer despesas administrativas do Agente de Cobrança.</p>
Dia Útil	<p>Deverá significar um dia que não seja um sábado, um domingo ou um dia no qual as instituições financeiras na cidade de São Paulo estejam legalmente autorizadas ou obrigadas a permanecerem fechadas.</p>
Direito Creditório Elegível	<p>Deverá significar um Direito Creditório que, no momento de sua aquisição pelo Fundo, atenda a todos os Critérios de Elegibilidade, nos termos do item 10.1 do Regulamento, bem como à Política de Investimento do Fundo.</p>
Direito Creditório Elegível Cedido	<p>Deverá significar um Direito Creditório Elegível adquirido pelo Fundo nos termos do Contrato de Cessão e respectivo Termo de Cessão.</p>
Direitos Creditórios	<p>Deverão significar, conjunta ou separadamente, os direitos e valores oriundos de (i) quaisquer saques efetuados por uma Concessionária de acordo com o Contrato de Financiamento <i>Floor Plan</i> e/ou (ii) quaisquer instrumentos de confissão de dívida celebrados por uma Concessionária com a GMB e o Cedente, com tudo que os referidos direitos de crédito representam, incluindo os ajustes monetários e todos os direitos, ações, direitos de garantia e garantias assegurados ao Cedente pelos mesmos, ficando ressalvado que o termo “Direito Creditório” não inclui (a) nenhum direito atual ou futuro do Cedente de cobrar, reivindicar,</p>

demandar, obter ou receber quaisquer pagamentos decorrentes ou relacionados aos empréstimos concedidos ou a serem concedidos no âmbito de uma Linha para quaisquer fins que não uma aquisição de Veículos (incluindo qualquer nota promissória assinada nesse sentido); (b) quaisquer direitos de seguro, direitos de garantia ou quaisquer outros direitos exclusivamente relacionados aos empréstimos descritos no subparágrafo (a) acima, e (c) valores de juros e valores correspondentes a cláusulas penais pagáveis pela Concessionária nos termos do respectivo Contrato de Financiamento *Floor Plan*.

Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados

Deverão significar os Direitos Creditórios Elegíveis que o Fundo pretende adquirir, nos termos (i) da Política de Investimento e (ii) dos Critérios de Elegibilidade, dentre os Direitos Creditórios Elegíveis indicados pelo Cedente nos termos do Contrato de Cessão.

Documentos Comprobatórios

Deverão significar os respectivos contratos, faturas, instrumentos de crédito, boletos, instrumentos de confissão de dívidas, escrituras e demais documentos que sejam necessários para evidenciar a existência, validade e cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, conforme acordado entre o Cedente e o Administrador.

Documentos da Operação

A referência conjunta ao Regulamento, a cada Suplemento, ao Contrato de Cessão, ao Termo de Adesão, e a quaisquer outros contratos e seus eventuais aditamentos, instrumentos, documentos e declarações relativos às operações contempladas no Regulamento, conforme alterado, renovado, estendido, consolidado ou aditado de tempos em tempos.

Empresa de Auditoria

KPMG Auditores Independentes, empresa que prestará os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e demais contas do Fundo, responsável pela análise de sua situação e da atuação do Administrador ou qualquer de suas sucessoras ou cessionárias.

Entidade Emissora

Deverá significar o emissor de qualquer Investimento Permitido.

Evento de Consulta aos Cotistas

Terá o significado atribuído ao mesmo no item 17.8 do Regulamento.

Evento de Liquidação Antecipada

Deverá ter o significado atribuído ao termo no item 18.1 Regulamento.

Evento de Liquidação Antecipada Automática

Deverá ter o significado atribuído ao termo no item 18.2 do Regulamento.

Evento Fiscal Adverso

Deverá significar a criação de novos tributos, taxas, contribuições, o aumento de alíquota de tributos existentes ou alterações na base de cálculo de quaisquer tributos, tanto no que se refere a tributos existentes quanto àqueles que vierem a ser criados, e que em qualquer caso afete(m) substancialmente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou represente(m) ônus excessivos à consecução de seu objetivo. Conforme aplicável, o Administrador deverá informar os Cotistas, ou os Cotistas deverão informar o Administrador, após a ocorrência de qualquer Evento Fiscal Adverso.

FDU	Financiamento Direto ao Usuário.
FGC	Fundo Garantidor de Créditos.
Fundo	O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC - Financiamento a Concessionárias.
General Motors	General Motors Company ou qualquer de seus sucessores e cessionários.
Gestor	Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ou qualquer de seus sucessores ou cessionários.
GMB	General Motors do Brasil Ltda., ou qualquer de suas sucessoras e cessionárias.
Grupo GMAC	Deve significar o grupo econômico do Cedente e suas Coligadas, do qual a General Motors detém 9,9% (nove vírgula nove por cento) de participação societária.
GSW	Sistema corporativo global de Wholesale.
HSBC	HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo
IGPM	Significa o Índice Geral de Preços ao Mercado, publicado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas.
INSS	Instituto Nacional da Seguridade Social.
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários.
Índice de Subordinação	Até o resgate integral de todas as Cotas Seniores do Fundo, a soma do valor total das Cotas Subordinadas e das Cotas Mezanino (se houver) deverá ser equivalente a, no mínimo, 12% (doze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O Índice de Subordinação deverá ser calculado da seguinte forma: (i) o Patrimônio Líquido, (ii) menos o valor total das Cotas Seniores em circulação, (iii) dividido pelo Patrimônio Líquido.
Índice Mezanino	Até o resgate integral de todas as Cotas Seniores do Fundo, o valor total das Cotas Mezanino deverá ser equivalente a, no mínimo, 9% (nove por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O Índice Mezanino será calculado da seguinte forma: (i) o Patrimônio Líquido do Fundo, (ii) menos o valor total das Cotas Seniores em circulação, (iii) menos o valor total das Cotas Mezanino, (iv) dividido pelo Patrimônio Líquido.

Índice Sênior	A qualquer tempo, até o resgate integral de todas as Cotas Seniores, a soma do valor total das Cotas Seniores deverá ser equivalente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O Índice Sênior deverá ser calculado pelo Administrador conforme o seguinte: (i) Patrimônio Líquido (ii) menos o valor total das Cotas Mezanino e Cotas Subordinadas (iii) dividido pelo Patrimônio Líquido.
Instrução CVM 356/01	Instrução nº 356, emitida pela CVM em 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
Instrução CVM 400/03	Instrução nº 400, emitida pela CVM em 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 409/04	Instrução nº 409, emitida pela CVM em 24 de agosto de 2004, conforme alterada.
Investidores Qualificados	Investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409/04, são (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteiras e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por municípios.
Investimento Permitido	Títulos e valores mobiliários expressos em reais, conforme disposto no item 8.3 do Regulamento.
KPMG	KPMG Auditores Independentes.
Lei 4.595/64	Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, conforme alterada.
Lei 6.404/76	Lei nº 6.404, de 17 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei 6.099/74	Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, conforme alterada.
Linha	Individualmente, uma linha rotativa de crédito ou linhas rotativas de crédito correlatas representadas por um Contrato de Financiamento <i>Floor Plan</i> , concedidas ou mantidas pelo Cedente junto a uma Concessionária.
Linha Adicional	Deverá significar uma Linha a ser incluída na Lista de Linhas através do envio de uma Notificação de Inclusão por parte do Cedente, nos termos e de acordo com as condições especificadas no Contrato de Cessão.
Linha Aleatoriamente Seleccionada	Deverá significar uma Linha aleatoriamente selecionada pelo Cedente a ser removida da Lista de Linhas.

Linhas Listadas	Para qualquer data, uma Linha incluída na Lista de Linhas em tal data; ficando ressalvado, contudo, que qualquer Linha incluída na Lista de Linhas em qualquer determinada data, em relação à qual o Cedente venha a alterar ou revisar sua classificação ou número de acordo com suas práticas e políticas, deverá, não obstante, ser considerada uma Linha Listada sem qualquer outro requisito adicional.
Liquidação Antecipada	A liquidação antecipada do Fundo, conforme definida no item 17.8 do Regulamento.
Liquidação Antecipada Automática	Liquidação antecipada automática do Fundo, conforme definida no item 18.2 do Regulamento.
Lista de Linhas	Deverá significar a lista de Linhas anexa ao Contrato de Cessão, que poderá ser aditada e complementada de tempos em tempos.
Notificação de Inclusão	Deverá significar a notificação a ser enviada pelo Cedente ao Fundo com relação à inclusão de uma Linha Adicional na Lista de Linhas, nos termos e na forma disposta no Contrato de Cessão, conforme descrito no item 10.3 do Regulamento.
Oferta	Deverá significar a oferta da primeira série de Cotas Seniores e das Cotas Mezanino de Classe A do Fundo contemplada neste Prospecto.
Passivos	Deverá significar todas as taxas e despesas nas quais o Fundo possa incorrer, conforme descrito no item 16.1 do Regulamento, bem como outros passivos nos quais o Fundo possa incorrer no futuro.
Patrimônio Líquido	Deverá significar o patrimônio líquido do Fundo, o qual corresponderá ao valor dos Ativos do Fundo depois de deduzidos todos os Passivos do Fundo.
Percentual Máximo de Exposição por Concessionária	Deverá significar: (i) 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido representado pelo valor dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos adquiridos de cada uma das 3 (três) Concessionárias que possuam o maior valor de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos ao Fundo; (ii) 2,25% (dois vírgula vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido representado pelo valor dos Direitos Creditórios adquiridos de cada uma das próximas 12 (doze) Concessionárias que possuam o próximo maior valor de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos ao Fundo; e (iii) 1,25% (um vírgula vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido representado pelo valor dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos adquiridos de cada uma das Concessionárias remanescentes, ficando entendido que, em qualquer caso, o cálculo do Percentual Máximo de Exposição por Concessionária (o qual deverá ser conduzido pelo Administrador em cada Data de Aquisição) deverá levar em consideração o Patrimônio Líquido somado aos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos pelo Fundo em tal Data de Aquisição.

Ademais, o Fundo não deverá, a qualquer tempo, ter mais do que 20% (vinte por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos devidos por qualquer uma das Concessionárias, exceto se tal Concessionária for (i) uma sociedade registrada na CVM como uma companhia aberta; (ii) uma instituição financeira devidamente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil; ou (iii) uma sociedade cujas demonstrações financeiras relativas ao exercício fiscal imediatamente anterior à data de constituição do Fundo tenham sido preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Lei 6.404/76, e auditadas por um auditor independente registrado junto à CVM.

Percentual Máximo de Veículos Usados

10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido representado pelo valor dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos decorrentes da aquisição de Veículos usados, ficando entendido que, em qualquer caso, o cálculo do Percentual Máximo de Veículos Usados (o qual deverá ser conduzido pelo Administrador em cada Data de Aquisição) deverá levar em consideração o Patrimônio Líquido somado aos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos pelo Fundo em tal Data de Aquisição.

Período do Fundo

Valor Econômico.

Período de Amortização Planejada

Deverá significar o período a se iniciar com o encerramento do Período Revolvente e a se encerrar na Data de Resgate Projetada ou na data na qual se inicia o Período de Liquidação Antecipada, durante o qual uma série de Cotas Seniores e/ou classe de Cotas Mezanino deverão ser integralmente amortizadas.

As Cotas Seniores da primeira série e as Cotas Mezanino de Classe A serão amortizadas a partir da 7ª (sétima) Data de Amortização, em 18 (dezoito) parcelas iguais equivalentes ao Valor de Amortização Planejado, a serem pagas em cada Data de Amortização.

Em cada Data de Amortização durante o Período de Amortização Planejada, a amortização das Cotas Seniores da primeira série e das Cotas Mezanino de Classe A e a distribuição dos resultados pelo Fundo deverão observar a ordem de prioridade definida no item 14.12 do Regulamento.

Período de Cobrança

Deverá significar o mês civil precedente ao mês no qual ocorra a respectiva Data de Amortização; ficando ressalvado, contudo, que para a Data de Amortização inicial com relação a cada série de Cotas Seniores e/ou classe de Cotas Mezanino, o Período de Cobrança relacionado corresponderá ao período a partir da Data de Emissão até o último dia do mês civil anterior à Data de Amortização inicial.

Período de Juros

Com relação a qualquer Data de Amortização, o período a partir da Data de Amortização imediatamente anterior à referida Data de Amortização (ou, no caso da primeira Data de Amortização, a partir da respectiva Data de Emissão) até a Data de Amortização, excluindo tal Data de Amortização.

Período de Liquidação Antecipada

Deverá significar o período a se iniciar com a ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada e a se encerrar com o resgate integral das Cotas.

Período de Suspensão da Aquisição

Conforme calculado pelo Administrador na Data de Cálculo do Período de Suspensão da Aquisição, deverá significar o maior entre: (a) 21 (vinte e um) Dias Úteis e (b) o menor entre: (i) 126 (cento e vinte e seis) Dias Úteis e (ii) 21 (vinte e um) Dias Úteis divididos pela menor Taxa Mensal de Pagamento dos 12 (doze) meses precedentes, ficando ressalvado, entretanto, que caso todas as Cotas Seniores da respectiva série e/ou Cotas Mezanino da respectiva classe sejam resgatadas antes do término do Período de Suspensão da Aquisição, tal Período de Suspensão da Aquisição será considerado encerrado.

A contagem do Período de Suspensão da Aquisição deverá ser realizada retroativamente, a partir da Data de Resgate Projetada das respectivas séries de Cotas Seniores e/ou classes de Cotas Mezanino.

Durante o Período de Suspensão da Aquisição, o Administrador deverá suspender a aquisição de novos Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo e depositar todas as Cobranças remanescentes, após a amortização das Cotas e a distribuição dos resultados, nos termos do item 14.12 do Regulamento, na Conta de Depósito em Dinheiro, em um valor necessário para resgatar as respectivas séries de Cotas Seniores e/ou classes de Cotas Mezanino com relação às quais um Período de Suspensão da Aquisição ocorra.

O Período de Suspensão da Aquisição aplicável à primeira série de Cotas Seniores e às Cotas Mezanino de Classe será determinado na Data de Cálculo do Período de Suspensão da Aquisição Aplicável.

Período Revolvente

Significa o período, a ser determinado em cada Suplemento, durante o qual os Cotistas Seniores e os Cotistas Mezanino somente terão direito às distribuições de resultados equivalentes ao Benchmark Sênior ou ao Benchmark Mezanino de suas respectivas Cotas, conforme aplicável.

O Período Revolvente deverá iniciar-se na data de emissão das respectivas Cotas Seniores e/ou Cotas Mezanino e terminar com o início do respectivo Período de Amortização Planejada ou a ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada.

O Período Revolvente aplicável à primeira série de Cotas Seniores e às Cotas Mezanino de Classe A terá a duração de 6 (seis) Períodos de Cobrança, iniciados a partir da respectiva Data de Emissão.

Pessoa

Qualquer pessoa física ou jurídica, incluindo qualquer sociedade, parceria, associação, consórcio, fundo, sociedade não-personificada ou entidade governamental.

PIB

Produto Interno Bruto.

Política de Cobrança

Deverá significar a política de cobrança vigente do Agente de Cobrança, com relação à prestação de serviços de depósito e consultoria relativos à administração financeira, cobrança extrajudicial, recebimento e recuperação dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos.

Política de Investimento

Deverá significar a política de investimento do Fundo descrita na Seção V deste Prospecto.

PPD	Deverá significar o Programa de Pagamento Diferido, um programa do Cedente através do qual o Cedente poderá acordar com uma Concessionária a não exigência do pagamento imediato de um Direito Creditório mediante a venda do Veículo a ele relacionado a um cliente, e qualquer outro programa atual ou futuro criado pelo Cedente, através do qual o Cedente decida não exigir qualquer pagamento de um Direito Creditório imediatamente após a venda do Veículo a ele relacionado por uma Concessionária a um consumidor, incluindo, sem limitação, em casos de venda de Veículos (i) para órgãos governamentais; e (ii) para consórcios.
Prazo Médio de Pagamento	Deverá significar o prazo médio de pagamento, que reflete o número de Dias Úteis em que o pagamento de um Direito Creditório Elegível Cedido é esperado para ser liquidado, exceto no caso dos primeiros 21 (vinte e um) Dias Úteis seguintes à emissão da primeira série de Cotas, calculado de acordo com a seguinte fórmula: o maior valor entre (a) 1 (um) Dia Útil ou (b) o menor entre (i) 126 (cento e vinte e seis) Dias Úteis ou (ii) 21 (vinte e um) Dias Úteis dividido pelo resultado de (21 (vinte e um) Dias Úteis anteriores de cobranças de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos até a Data de Aquisição relevante dividido pelo saldo médio de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos sobre os 21 (vinte e um) Dias Úteis anteriores). Durante os primeiros 21 (vinte e um) Dias Úteis seguintes à emissão da primeira série de Cotas, o Prazo Médio de Pagamento deverá ser fixado em um prazo em Dias Úteis equivalente ao maior dos Prazos Médios de Pagamento conforme calculados pela Empresa de Auditoria no fim de cada um dos 12 (doze) meses anteriores, arredondados para o próximo número inteiro. O Prazo Médio de Pagamento deverá ser calculado pelo Administrador no primeiro Dia Útil de cada semana. O Administrador deverá informar o Prazo Médio de Pagamento ao Gestor no primeiro Dia Útil de cada semana para os fins de cálculo da Taxa de Desconto diária.
Preço de Aquisição	Deverá significar o preço para a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados, conforme disposto no Contrato de Cessão. O Preço de Aquisição deverá ser equivalente ao valor dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados necessários para manter o Patrimônio Líquido em um nível suficiente para sustentar o Índice de Subordinação e o Índice Mezanino.
Preço de Recompra	Deverá ter o significado atribuído no item 9.6 do Regulamento.
Programa <i>Floor Plan</i>	Deverá significar o programa de financiamento de venda por atacado a Concessionárias, através do qual o Cedente concede financiamentos às Concessionárias para a aquisição de Veículos novos e usados.
Prospecto	Deverá significar este prospecto.
RAET	Regime de Administração Especial Temporária.
Recebível em Garantia	Um Direito Creditório Elegível Cedido sujeito a um Preço de Recompra pelo Cedente conforme e na extensão descrita no Contrato de Cessão, devido à violação de qualquer das declarações e/ou garantias prestadas pelo Cedente no Contrato de Cessão.
Regulamento	Deverá significar o regulamento do Fundo, anexo a este Prospecto.
RENAVAM	Registro Nacional de Veículos Automotores.

Rendimentos de Investimento	Com relação à Conta de Depósito em Dinheiro e à Conta de Reserva, em qualquer Data de Amortização, ganhos de investimentos sobre Investimentos Permitidos, líquidos de perdas e despesas de investimento durante o Período de Cobrança relacionado.
Resgate Compulsório	<p>Resgate regular de uma série de Cotas Seniores e de uma classe de Cotas Mezanino quando findo o seu prazo de resgate.</p> <p>As Cotas Seniores da primeira série e as Cotas Mezanino de Classe A deverá ser compulsoriamente resgatadas em sua Data de Resgate Projetada, ficando ressalvado, contudo, que na hipótese de o Fundo não possuir ativos suficientes para resgatar todas as Cotas Seniores da primeira série e as Cotas Mezanino de Classe A na Data de Resgate Projetada aplicável, tais Cotas deverão ser integralmente resgatadas até a respectiva Data de Resgate Estendida.</p>
Saldo de Remoção	Deverá significar o valor agregado dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos com relação a quaisquer Linhas Aleatoriamente Seleccionadas.
Selic	Deverá significar o Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
SERASA	Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. – SERASA.
SPC	Secretaria de Previdência Complementar.
Suplemento	<p>Possui o significado atribuído no item 14.1.1 do Regulamento, aplicável à emissão de séries de Cotas Seniores e classes de Cotas Mezanino.</p> <p>Os Suplementos aplicáveis à primeira série de Cotas Seniores e às Cotas Mezanino de Classe A integram este Prospecto na forma de seu Anexo B.</p>
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados.
Taxa de Administração	A taxa a que o Administrador terá direito pela prestação de seus serviços de administração do Fundo.
Taxa de Cobrança	A taxa devida ao Agente de Cobrança Substituto em consideração pela prestação de serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos.
Taxa de Desconto	Deverá significar a taxa de desconto a ser calculada em cada Dia Útil pelo Gestor e aplicada sobre o valor de face dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados, a ser determinada de acordo com os critérios dispostos no Contrato de Cessão.
Taxa de Gestão	Significa a parcela da Taxa de Administração devida ao Gestor em troca da prestação de serviços de gestão dos Ativos do Fundo.
Taxa de Retorno	Deverá significar a taxa de retorno de cada série de Cotas Seniores e de cada classe de Cotas Mezanino, conforme calculada nos termos do respectivo Suplemento.

Taxa DI	Deverá significar a taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, extra-grupo, calculada numa base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis e publicada diariamente pela CETIP.
Taxa Mensal de Pagamento	<p>Deverá significar o percentual dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos cujas cobranças sejam pagas durante cada Período de Cobrança pelas respectivas Concessionárias ao Cedente, calculado mensalmente pelo Administrador com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da próxima Data de Amortização, da seguinte forma:</p> <p>Valor das Cobranças dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos durante o Período de Cobrança imediatamente anterior dividido pelo montante decorrente do saldo médio diário dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos durante tal Período de Cobrança.</p>
Termo de Adesão	Deverá significar o Termo de Adesão ao Regulamento a ser assinado por cada Cotista, na forma do Anexo I ao Regulamento.
Termo de Cessão	Com relação a qualquer Direito Creditório Elegível Aprovado, significa um termo de cessão, na forma substancialmente estabelecida no Contrato de Cessão, a ser celebrado entre o Fundo e o Cedente em cada Data de Aquisição, para a formalização da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados nele descritos ao Fundo.
Valor de Amortização Planejado	Deverá ter o significado atribuído no item 14.9 do Regulamento.
Valor Disponível na Conta de Reserva	Com relação a qualquer Data de Amortização, o menor valor entre (a) o valor mantido em depósito na Conta de Reserva em tal data (antes de levar a efeito qualquer (i) depósito efetuado ou a ser efetuado na referida conta na Data de Amortização em questão ou (ii) saque efetuado ou a ser efetuado da referida Conta de Reserva na Data de Amortização em questão) e (b) o Valor Requerido da Conta de Reserva para tal Data de Amortização.
Valor em Depósito na Conta de Reserva	Com relação a qualquer Data de Amortização, o valor correspondente à diferença, se houver, entre (i) o Valor Requerido da Conta de Reserva e (ii) o Valor Disponível na Conta de Reserva.
Valor Inicial da Conta de Reserva	Deverá significar o valor inicial depositado na Conta de Reserva, conforme definido no respectivo Suplemento para cada série de Cotas Seniores e/ou classe de Cotas Mezanino.
Valor Requerido	Deverá significar, para cada Data de Amortização (e o Período de Cobrança terminando em tal Data de Amortização), o valor necessário para alocar ou pagar totalmente todos os valores que seriam alocados ou pagos com relação a tal Data de Amortização (e o Período de Cobrança terminando em tal Data de Amortização), nos termos do item 14.12 do Regulamento, ficando ressalvado que a soma do saldo resultante da Conta de Distribuição e do Valor Disponível na Conta de Reserva não deve ser maior que a soma dos Passivos do Fundo e do valor total das Cotas Seniores e Cotas Mezanino.

**Valor Requerido da
Conta de Reserva**

Deverá significar (i) com relação a qualquer Data de Amortização, durante o Período de Liquidação Antecipada, zero; (ii) com relação a qualquer Data de Amortização durante o Período de Amortização Planejada, o Valor Requerido; (iii) com relação a qualquer Data de Amortização durante o Período Revolvente, o maior valor entre (a) o Valor Requerido e (b) o produto do Valor Requerido vigente na primeira Data de Amortização do Período de Amortização Planejada vezes uma fração, o denominador da qual é o Prazo Médio de Pagamento e o numerador da qual é o maior valor entre (A) zero e (B) o Prazo Médio de Pagamento menos o número de Dias Úteis remanescentes no Período Revolvente.

Veículo

Um automóvel ou caminhão leve, médio ou pesado, van, ou outra classificação de veículos periodicamente utilizada pelo Cedente.

II. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO

Denominação	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC - Financiamento a Concessionárias.
Classificação ANBID	Para os fins do “Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimento”, o Fundo é caracterizado como fundo de investimentos em direitos creditórios.
CNPJ	09.577.075/0001-04.
Administrador e Custodiante	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ou qualquer de seus sucessores ou cessionários.
Gestor	Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ou qualquer de seus sucessores ou cessionários.
Empresa de Auditoria	KPMG Auditores Independentes, empresa que prestará os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e demais contas do Fundo, responsável pela análise de sua situação e da atuação do Administrador ou qualquer de suas sucessoras ou cessionárias.
Assessores Legais do Cedente	Pinheiro Neto Advogados.
Assessores Legais do Coordenador	Souza, Cescon, Barriau e Flesch Advogados.
Cedente	Banco GMAC S.A.
Direitos Creditórios	Deverão significar, conjunta ou separadamente, os direitos e valores oriundos de (i) quaisquer saques efetuados por uma Concessionária de acordo com o Contrato de Financiamento <i>Floor Plan</i> e/ou (ii) quaisquer instrumentos de confissão de dívida celebrados por uma Concessionária com a GMB e o Cedente, com tudo que os referidos direitos de crédito representam, incluindo os ajustes monetários e todos os direitos, ações, direitos de garantia e garantias assegurados ao Cedente pelos mesmos, ficando ressalvado que o termo “ Direito Creditório ” não inclui (a) nenhum direito atual ou futuro do Cedente de cobrar, reivindicar, demandar, obter ou receber quaisquer pagamentos decorrentes ou relacionados aos empréstimos concedidos ou a serem concedidos no âmbito de tal Linha para quaisquer fins que não tal aquisição de Veículos (incluindo qualquer nota promissória assinada nesse sentido); (b) quaisquer direitos de seguro, direitos de garantia ou quaisquer outros direitos exclusivamente relacionados aos empréstimos descritos no subparágrafo (a) acima; e (c) valores de juros pagáveis pela Concessionária nos termos do respectivo Contrato de Financiamento <i>Floor Plan</i> .
Classificação de Risco	AAA para a primeira série de Cotas Seniores e A para as Cotas Mezanino de Classe A, conforme escala adotada pela Agência de Classificação de Risco.

Tipo de Fundo	Fundo fechado, i.e., o resgate de Cotas somente poderá ocorrer após o término do prazo de duração do Fundo ou da respectiva série ou classe de Cotas, conforme o caso, ocasião em que todos os Cotistas deverão ter suas Cotas resgatadas, ou nas hipóteses de Liquidação Antecipada ou Liquidação Antecipada Automática, conforme previstos no Regulamento.
Número Máximo de Cotas a serem emitidas	<p>Serão emitidas até 8.000 (oito mil) Cotas Seniores da primeira série, com valor nominal de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada. Serão emitidas até 273 (duzentas e setenta e três) Cotas Mezanino de Classe A, com valor nominal de emissão de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada. Serão emitidas até 818 (oitocentas e dezoito) Cotas Subordinadas, com valor nominal de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada.</p> <p>Havendo excesso de demanda pelas Cotas Seniores da primeira série e/ou Cotas Mezanino de Classe A, o Administrador poderá fazer uso da faculdade prevista no parágrafo segundo do artigo 14 da Instrução CVM 400/03 e distribuir um volume adicional de até 20% (vinte por cento) da quantidade máxima de Cotas Seniores da primeira série e/ou Cotas Mezanino de Classe A inicialmente prevista, sem a necessidade de aprovação em assembléia geral ou registro perante a CVM. Nesse caso, o Coordenador poderá também, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400/03, distribuir um lote suplementar de Cotas Seniores da primeira série e/ou Cotas Mezanino de Classe A, nas condições e preços dispostos neste Prospecto e no respectivo Suplemento, limitado a 15% (quinze por cento) da quantidade de Cotas Seniores da primeira série e/ou Cotas Mezanino de Classe A objeto da Oferta.</p>
Quantidade Mínima de Distribuição de Cotas	A realização da Oferta condiciona-se a uma distribuição de, no mínimo, uma quantidade de 4.000 (quatro mil) Cotas Seniores da primeira série e de 137 (cento e trinta e sete) Cotas Mezanino de Classe A, nos termos de seus respectivos Suplementos, sob pena de a Oferta ser imediatamente cancelada pelo Administrador, que deverá comunicar imediatamente os investidores sobre o cancelamento da Oferta, mediante publicação de aviso no Periódico do Fundo. Nesse caso, os valores até então integralizados pelos Cotistas serão devolvidos pelo Administrador, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação do aviso, sem nenhum acréscimo ou correção.
Tipos de Cotas	Cotas Seniores, Cotas Mezanino e Cotas Subordinadas.
Classes de Cotas	Várias séries de Cotas Seniores, várias classes de Cotas Mezanino e uma única classe de Cotas Subordinadas.
Preço de Emissão	Serão emitidas Cotas no valor nominal de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Taxa de Administração e demais taxas	Os encargos e despesas previstos na Seção V deste Prospecto, bem como a Taxa de Administração, serão suportados pelo Fundo. Não será cobrada taxa de ingresso ou de saída dos subscritores.

Forma de colocação das Cotas Seniores da primeira série	Pública.
Forma de colocação das Cotas Mezanino de Classe A	Pública.
Valor Mínimo de Aplicação no Fundo	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ficando ressalvado que tal valor não deverá se aplicar ao mercado secundário.
Aplicação nas Cotas Seniores e nas Cotas Mezanino	<p>O investimento em Cotas Seniores do Fundo pode ser realizado por meio de débito em conta corrente ou conta de investimento, transferência eletrônica disponível ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizados pelo Banco Central, a critério do Administrador. Os custos relativos às tarifas bancárias correm por conta do subscritor.</p> <p>O investimento em Cotas Mezanino pode ser realizado através (i) da entrega de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Cedente; e/ou (ii) débito em conta corrente ou conta de investimento, transferência eletrônica disponível ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central, a critério do Administrador, ficando ressalvado que, neste caso, os custos relativos às tarifas bancárias serão pagos pelo subscritor.</p>
Distribuição das Cotas	O Coordenador promoverá, em regime de melhores esforços, a colocação pública das Cotas Seniores da primeira série e das Cotas Mezanino de Classe A junto aos investidores.
Público-Alvo	Investidores Qualificados, nos termos da regulamentação vigente, sendo certo que (i) as Cotas Seniores não poderão ser subscritas pelo Cedente, (ii) as Cotas Mezanino poderão ser subscritas, em até a sua totalidade, pelo Cedente, e (iii) as Cotas Subordinadas serão exclusivamente subscritas pelo Cedente.
Registro para distribuição e negociação	As Cotas Seniores da primeira série e as Cotas Mezanino de Classe A serão registradas para (i) distribuição, no MDC – Módulo de Distribuição de Ativos, integrante da CETIP, e na BM&FBovespa; e (ii) negociação no mercado secundário da BM&FBovespa, em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX e no SF – Módulo de Fundos, administrado pela CETIP, observada a responsabilidade dos intermediários de assegurar que somente tais investidores poderão adquirir Cotas do Fundo.
Informações Complementares	Quaisquer informações complementares sobre o Fundo e a emissão das Cotas poderão ser obtidas junto ao Administrador, ao Coordenador ou à CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

III. SUMÁRIO DO FUNDO

O Fundo

Informações Gerais

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado, que deverá corresponder (i) a 50 (cinquenta) anos, contados a partir da primeira Data de Emissão ou (ii) à data em que a última série de Cotas Seniores for integralmente resgatada nos termos do Regulamento, o que ocorrer primeiro, ressalvadas as hipóteses de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo e observadas as disposições do Regulamento.

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Cotistas, no momento da amortização de suas respectivas Cotas, a valorização dos recursos aplicados inicialmente no Fundo, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição final dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados detidos pelo Cedente, por meio do Contrato de Cessão, observada a Política de Investimento.

O Fundo buscará, mas não garante atingir, uma Taxa de Retorno para as Cotas Seniores equivalente ao Benchmark Sênior e uma Taxa de Retorno das Cotas Mezanino equivalente ao Benchmark Mezanino.

Para maiores informações sobre o Fundo, favor referir-se à Seção “Características do Fundo”.

Política de investimento, de composição e de diversificação dos Ativos do Fundo

As aplicações do Fundo deverão observar os requisitos de composição e diversificação de carteira estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor e pela Seção V deste Prospecto. O Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias, contados a partir do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis. O remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser aplicado em Investimentos Permitidos, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 40 da Instrução CVM 356/01, e sujeito ao disposto no item 8.3 do Regulamento.

Consoante o disposto acima e desde que no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo esteja investido em Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, os valores depositados na Conta de Depósito em Dinheiro, na Conta de Distribuição e na Conta de Reserva, deverá ser investido nos seguintes investimentos permitidos (cada, um “**Investimento Permitido**”):

- (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou operações compromissadas lastreadas em tais títulos;
- (ii) títulos de emissão do Banco Central ou operações compromissadas lastreadas em tais títulos; e
- (iii) certificados e recibos de depósito bancário com liquidez diária emitidos por instituições financeiras brasileiras com uma classificação na escala nacional brasileira da Agência de Classificação de Risco equivalente à maior categoria de investimento.

Na hipótese de qualquer Investimento Permitido mencionado no item (iii) acima ser rebaixado pela Agência de Classificação de Risco após o investimento inicial pelo Fundo, o Administrador deverá liquidar tal posição de uma maneira regular dentro de 35 (trinta e cinco) dias, contados a partir da data na qual o Administrador tornou-se ciente de tal rebaixamento.

O Fundo não deverá, a qualquer tempo, ter mais de 20% (vinte por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos devidos por qualquer uma das Concessionárias, exceto se tal Concessionária for (i) uma sociedade registrada na CVM como uma companhia aberta; (ii) uma instituição financeira devidamente autorizada a operar pelo Banco Central; ou (iii) uma sociedade cujas demonstrações financeiras relativas ao exercício fiscal imediatamente anterior à data de constituição do Fundo tenham sido preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Lei 6.404/76, e auditadas por um auditor independente registrado junto à CVM.

O Fundo não poderá realizar operações em mercados de derivativos, exceto caso autorizado por Cotistas em assembléia geral de Cotistas devidamente reunida, nos termos do item 17.3 (ii) do Regulamento.

O Benchmark Sênior e o Benchmark Mezanino têm como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido do Fundo deve ser prioritariamente alocada às Cotas Seniores para fins de amortização ou resgate das Cotas Seniores e então para as Cotas Mezanino para tais fins, respectivamente, e não deverão ser considerados garantias ou sugestões de Taxas de Retorno similares aos Cotistas Seniores e aos Cotistas Mezanino. Não obstante o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os Cotistas Seniores e os Cotistas Mezanino não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Cotas Seniores ou das Cotas Mezanino, a uma Taxa de Retorno superior ao Benchmark Sênior ou Benchmark Mezanino acumulado, conforme aplicável, que corresponde à maior Taxa de Retorno possível para as Cotas Seniores e para as Cotas Mezanino, respectivamente.

O Administrador

O Fundo é administrado pelo Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“**Administrador**”). O Administrador, observadas as limitações estabelecidas no Regulamento, nas deliberações da Assembléia Geral e com estrita observância da lei e das normas regulamentares, em especial as da CVM, terá amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e ao exercício de todos os direitos inerentes aos Direitos Creditórios que integrem os Ativos do Fundo, sendo ainda responsável pela representação do Fundo em todos os atos, bem como os serviços de custódia, controladoria e escrituração das Cotas do Fundo.

O Administrador realizará a administração do Fundo cumprindo seus deveres e obrigações, os quais se encontram detalhados na Seção IX deste Prospecto e no Regulamento do Fundo, com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, bem como com a lealdade, informação e salvaguarda da integridade dos direitos dos Cotistas.

Os Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios deverão significar, conjunta ou separadamente, os direitos e valores oriundos de (i) quaisquer saques efetuados por uma Concessionária de acordo com o Contrato de Financiamento *Floor Plan* e/ou (ii) quaisquer instrumentos de confissão de dívida celebrados por uma Concessionária com a GMB e o Cedente, com tudo que os referidos direitos de crédito representam, incluindo os ajustes monetários e todos os direitos, ações, direitos de garantia e garantias assegurados ao Cedente pelos mesmos, ficando ressalvado que o termo “**Direito Creditório**” não inclui (a) nenhum direito atual ou futuro do Cedente de cobrar, reivindicar, demandar, obter ou receber quaisquer pagamentos decorrentes ou relacionados aos empréstimos concedidos ou a serem concedidos no âmbito de tal Linha para quaisquer fins que não tal aquisição de Veículos (incluindo qualquer nota promissória assinada nesse sentido); (b) quaisquer direitos de seguro, direitos de garantia ou quaisquer outros direitos exclusivamente relacionados aos empréstimos descritos no subparágrafo (a) acima; e (c) valores de juros pagáveis pela Concessionária nos termos do respectivo Contrato de Financiamento *Floor Plan*.

As Cotas

O Fundo poderá emitir várias séries de Cotas Seniores, várias classes de Cotas Mezanino e uma única classe de Cotas Subordinadas. A 1ª (primeira) emissão de Cotas Seniores do Fundo compreenderá o total de até 8.000 (oito mil) Cotas Seniores da primeira série, com valor unitário de emissão de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). A 1ª (primeira) emissão de Cotas Mezanino do Fundo compreenderá o total de até 273 (duzentas e setenta e três) Cotas Mezanino de Classe A, com valor unitário de emissão de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Adicionalmente, serão emitidas pelo Fundo até 818 (oitocentas e dezoito) Cotas Subordinadas com valor unitário de emissão de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Será admitida a distribuição parcial das Cotas Seniores da primeira série, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição de uma quantidade mínima de Cotas Seniores da primeira série cujo valor seja equivalente a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

Para maiores informações, favor referir-se à Seção X deste Prospecto.

Terceiros contratados

Custodiante

O Administrador prestará os serviços de custódia, controladoria e escrituração do Fundo.

Para maiores informações sobre o Administrador, favor referir-se às Seções IV e IX.

Gestor

O Fundo é gerido pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Para maiores informações sobre o Gestor, favor referir-se às Seções IV e IX.

Empresa de Auditoria

Os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e demais contas do Fundo serão prestados pela KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria independente registrada na CVM e contratada pelo Fundo.

Para maiores informações sobre a Empresa de Auditoria, favor referir-se à Seção IV.

Agência de Classificação de Risco

As Cotas Seniores da primeira série e as Cotas Mezanino de Classe A serão analisadas e classificadas, conforme exige o artigo 3º, inciso III da Instrução CVM nº 356/01, pela Standard & Poor's Ratings Services, que emitirá uma Classificação de Risco para as Cotas Seniores da primeira série e para as Cotas Mezanino de Classe A, consoante a escala de risco por ela adotada.

Coordenador

As Cotas Seniores da primeira série e as Cotas Mezanino de Classe A serão distribuídas pelo Coordenador, que realizará a distribuição pública de Cotas Seniores da primeira série e das Cotas Mezanino de Classe A do Fundo em mercado de balcão não organizado, em regime de melhores esforços, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas.

O Cedente

O Cedente é o Banco GMAC S.A.

Para maiores informações sobre o Cedente, favor referir-se à Seção XIII.

IV. IDENTIFICAÇÃO, PERFIL E HISTÓRICO DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DOS CONSULTORES E AUDITORES DO FUNDO

Administrador e custodiante

O administrador do Fundo será o Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar - parte, inscrita no CNPJ sob nº 33.868.597/0001-40, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração e gestão de carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 1.223, de 8 de janeiro de 1990, conforme previsto no Artigo 23 da Lei 6.385/76, e na Instrução CVM 306/99, a qual representará o Fundo em todos os seus negócios sempre de acordo com os termos do Regulamento e no melhor interesse dos Cotistas.

O conglomerado financeiro Citigroup atua em mais de 100 (cem) países e teve sua história iniciada em 1812, nos Estados Unidos. No Brasil desde 1915, foi pioneiro na prestação de serviços de custódia para terceiros em 1992 e iniciou a estratégia local com investidores institucionais em 1997.

Consagrado no mercado internacional financeiro como um dos maiores bancos em Serviços aos Mercados de Capitais, o Citi disponibiliza às grandes corporações soluções de custódia local e também para investidores estrangeiros; serviços personalizados de fundos de investimentos, que envolvem o processamento de ativo e passivo, bem como a administração não-discrecionária e Serviços de Controladoria.

O Administrador é uma empresa integralmente detida pelo Grupo Citibank. O Administrador opera independentemente e é totalmente segregado de outros segmentos do Grupo Citibank em sua capacidade de administrador de fundos geridos por terceiros. O Administrador também prestará os serviços de custódia, controladoria e escrituração do Fundo.

Para informações mais detalhadas sobre as atribuições e responsabilidades do Administrador, favor referir-se à Seção IX deste Prospecto.

As informações sobre o Fundo são divulgadas e disponibilizadas nos endereços acima citados, onde tais informações poderão ser solicitadas.

O Administrador mantém serviço de atendimento ao Cotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, à disposição dos Cotistas, nas referidas dependências.

Dados de Contato:

Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Endereço: Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.500, Torre Los Angeles, 9º andar, Água Branca
05001-100 - São Paulo – SP
Website: www.citibank.com.br
Telefone: (55-11) 3232-9000
Fax: (55-11) 3232-9000
Responsável: Área de atendimento a fundos (Front-end)
e-mail: atendimento.custodia@citi.com
Ouvidoria: 0800-9702484

Gestor

O Gestor do Fundo será a Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 03.384.738/0001-98, que será responsável pela gestão dos Ativos do Fundo, nos termos do artigo 39, II da Instrução CVM 356/01.

O Gestor foi constituído em 21 de junho de 1999, como consequência da necessidade regulamentar de segregação da administração de recursos de clientes, e alterou no ano seguinte sua denominação para Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

A sociedade atua principalmente na administração de recursos de seus clientes e, como distribuidora de títulos e valores mobiliários, também atua na subscrição de emissões de títulos e na intermediação da colocação de emissões de capital no mercado e em operações no mercado aberto. No Brasil, o Gestor é um dos principais gestores de fundos de investimento, com reconhecida atuação na administração e gestão de fundos de investimento em direitos creditórios.

Assessores Legais do Cedente

O escritório PINHEIRO NETO ADVOGADOS (“**Assessores Legais do Cedente**”) foi responsável pela estruturação jurídica do Fundo, incluindo a elaboração e/ou revisão das diversas peças legais.

Com mais de 65 anos de atividade, o escritório Pinheiro Neto é um dos escritórios de advocacia líderes do país, ocupando posição de destaque com relação a operações de securitização nos mercados internacional e local. Nos últimos anos, o escritório Pinheiro Neto esteve envolvido em uma série de operações de securitização no mercado local envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs).

Dados de Contato:

Pinheiro Neto Advogados
Rua Hungria, 1100
01455-000, São Paulo, SP
Tel.: 55 11 3247-8586
Fax: 55 11 3247-8600
website: www.pinheironeto.com.br
Responsável: José Carlos Junqueira S. Meirelles
e-mail: jcmeirelles@pinheironeto.com.br

Assessores Legais do Coordenador

Souza, Cescon, Barrieu e Flesch Advogados (“**Assessores Legais do Coordenador**”) é formado por profissionais com ampla experiência em todas as áreas do direito, inclusive prestando toda a assessoria necessária à estruturação, negociação e implementação de operações no mercado de capitais. O escritório foi fundado e vem crescendo com o comprometimento em oferecer aos clientes um serviço personalizado da mais alta qualidade e eficiência.

Souza, Cescon, Barrieu e Flesch Advogados é reconhecido em diversas publicações internacionais como um dos líderes na prática de mercado de capitais no Brasil. Os sócios do Souza, Cescon, Barrieu e Flesch Advogados também foram reconhecidos como líderes nesta área de atuação. O escritório participou de algumas das mais importantes e inovadoras operações recentemente realizadas no Brasil, envolvendo aproximadamente US\$ 30 bilhões em ofertas públicas de ações e títulos de dívida nos últimos dois anos.

Dados de Contato:

Souza, Cescon, Barrieu e Flesch Advogados
Rua Funchal, 418, 11º andar
04551-060 São Paulo, SP
Tel.: 55 11 3089-6500
Fax: 55 11 3089-6565
website: www.scbf.com.br
Responsável: Alexandre Gossn Barreto
e-mail: abarreto@scbf.com.br

Empresa de Auditoria

A Empresa de Auditoria do Fundo será responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e demais contas do Fundo, bem como pela revisão de certos procedimentos pré-acordados para cada operação individual.

A KPMG Auditores Independentes é associada à KPMG Internacional, que é a entidade coordenadora para uma rede global de empresas de serviços profissionais, fornecendo serviços de auditoria, tributação e assessoria, com um foco setorial.

O objetivo das firmas-membro da KPMG é transformar conhecimento em valor em benefício de seus clientes, pessoal e do mercado de capitais. Com quase 94.000 pessoas no mundo inteiro, as firmas-membro fornecem serviços em auditoria, tributação e assessoria em 717 cidades, localizadas em 148 países. Esta invejável rede de firmas interconecta-se através de três regiões operacionais, reunindo recursos locais e nacionais para propiciar uma entrega de serviços mais flexível, responsiva e consistente em âmbito mundial. A KPMG Internacional ocupa a liderança do mercado local de auditoria e *due diligence* de FIDCs.

Para informações mais detalhadas sobre as atribuições e responsabilidades da Empresa de Auditoria, favor referir-se à XVI deste Prospecto.

Dados de Contato:

KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 São Paulo, SP
Tel.: (11) 2183-3000
Fax.: (11) 2183-2001
website: <http://www.kpmg.com.br>
Responsável: Sr. Ricardo Anhesini Souza
e-mail: rsouza@kpmg.com.br

Coordenador

A HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é subsidiária indireta do HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo (“**HSBC**”).

O HSBC é parte do grupo HSBC, corporação internacional sediada em Londres, na Inglaterra, presente em 85 países e territórios. Constituído no Brasil em 1997, o HSBC apresentava em junho de 2008, ativo total consolidado de R\$ 97,5 bilhões e lucro líquido consolidado de R\$ 0,8 bilhão no primeiro semestre de 2008.

No Brasil, o HSBC conta com uma carteira composta por aproximadamente 2,9 milhões clientes pessoa física e 312 mil clientes pessoa jurídica, e possui mais de 1,3 mil agências e postos de atendimento em 559 municípios em todas as regiões do País. O HSBC possui uma infra-estrutura de 5,5 mil caixas automáticos e 2,4 mil ambientes de auto-atendimento, além de canais de conveniência, tais como o Internet Banking e o Phone Centre do HSBC - Serviços Bancários.

Dados de Contato:

HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3064, 4º andar
São Paulo – SP
CEP 01451-000
Contato: Antonio Marques de Oliveira Neto
Tel.: (55) (11) 3847-5078
Fax: (55) (11) 3847-9818
E-mail: antonio.m.oliveira@hsbc.com.br
www.hsbc.com.br/para-empresa/investimentos/mercado-capitais-domesticos.shtml

Conflito de interesses

O Cedente não está envolvido nas atividades de distribuição, custódia, gestão e administração, e não pertence ao mesmo grupo econômico do Administrador, do Gestor ou do Coordenador, que são instituições devidamente habilitadas perante a CVM e o Banco Central para prestar tais serviços, conforme aplicável, portanto, entende-se que não existem conflitos de interesses na prestação de tais serviços.

Relacionamento entre as partes

Administrador

O Administrador possui amplo relacionamento com o Gestor no Brasil, incluindo operações de *international cash*, *trade finance*, emissão de títulos e derivativos. Especificamente no ramo de fundos de investimento, o Administrador possui relacionamento comercial com o Gestor para prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos de investimento do Gestor e/ou de empresas do seu grupo econômico, com volume aproximado de R\$ 10 bilhões (dez bilhões de reais) sob custódia. Em FIDCs, o Administrador efetua a custódia de 4 (quatro) fundos atualmente administrados pelo Gestor. Além disso, o Banco Citibank S.A. distribui um fundo de investimento do Gestor no Brasil no segmento de clientes *corporate*, cujo patrimônio captado é de R\$ 9 milhões. Não há relacionamento societário entre o Administrador e o Gestor.

O Administrador possui limitado relacionamento local com o Coordenador e seu grupo econômico, se restringindo a algumas operações de câmbio e esporádicas operações compromissadas (*repos* e *reverse repos*). Não há relacionamento societário entre o Administrador e o Coordenador.

O Administrador atua no mercado de câmbio para o Cedente no Brasil, com um volume movimentado em 2008 de aproximadamente US\$ 1,4 bilhão. Também existe relacionamento entre as partes em operações de CDI, com um volume médio ao longo do ano de 2008 de US\$ 67 milhões. Não há relacionamento societário entre o Administrador e o Cedente. Atualmente o Cedente apresenta relacionamento com o Banco Citibank S.A. em operações no mercado interfinanceiro (R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) tomado em crédito), e operações de câmbio para internalização de empréstimos realizados junto à GMAC Inc. (R\$ 248.550.000,00 (duzentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e cinquenta mil reais) em empréstimos ativos).

Ademais, atualmente o Gestor possui operações de Swap em sua carteira tendo como contraparte o Banco Citibank S.A. O volume total dessas operações soma cerca de R\$ 232 milhões.

A Empresa de Auditoria do Fundo é a empresa de auditoria aprovada globalmente para prestar serviços de auditoria para as empresas do Grupo Citibank, incluindo o Administrador. Sendo assim, o Administrador contrata a Empresa de Auditoria para os serviços de auditoria do seu próprio balanço e demais demonstrações financeiras, dos balanços dos fundos de investimentos que estão legalmente sob sua administração, e auditoria.

Gestor

Atualmente, o Gestor não possui nenhum relacionamento comercial com o Cedente. O Cedente emitiu R\$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais) em DPGes – Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC para fundos de investimentos geridos pelo Gestor.

O Gestor possui contrato de distribuição com o HSBC, que faz a distribuição dos fundos abertos administrados e geridos pelo Gestor.

O Gestor possui ainda CDBs emitidos pelo HSBC nas carteiras administradas com volume total de cerca de R\$ 298 Milhões, com taxas entre 100% (cem por cento) da Taxa DI e 108% (cento e oito por cento) da Taxa DI e vencimentos diversos, sendo o mais longo 2010.

Além disso, atualmente, 5 (cinco) fundos institucionais administrados e geridos pelo Gestor são custodiados pelo HSBC.

Todos os FIDCs administrados e geridos pelo Gestor têm suas demonstrações financeiras auditadas pela Empresa de Auditoria.

Coordenador

Além da participação na presente Oferta, o grupo do qual o Coordenador é parte mantém relacionamento comercial com o Cedente via prestação de serviços bancários, incluindo serviços de cobrança, folha de pagamento e operações com produtos de tesouraria.

Atualmente, o Coordenador presta ao Cedente serviços de cobrança dentro do Programa *Floor Plan* e gerenciamento de contas a pagar e folha de pagamento.

O Cedente ou outras empresas integrantes de seu grupo econômico poderão, no futuro, contratar o Coordenador ou quaisquer sociedades integrantes do grupo do Coordenador para assessorá-los na realização de investimentos ou quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Empresa de Auditoria

A Empresa de Auditoria realizou a auditoria da base de dados dos Direitos Creditórios objeto do Fundo.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

V. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

O Fundo

O Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Banco GMAC - Financiamento a Concessionárias é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado, que deverá corresponder (i) a 50 (cinquenta) anos, contados a partir da primeira Data de Emissão ou (ii) à data em que a última série de Cotas Seniores for integralmente resgatada nos termos do Regulamento, o que ocorrer primeiro.

Objetivo do Fundo

O Fundo é uma comunhão de recursos que tem por principal objetivo a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, em conformidade com a Política de Investimento descrita nesta Seção deste Prospecto.

Sem prejuízo do disposto acima, para atingir seus objetivos, o Fundo deverá atuar em cada uma das atividades descritas no Regulamento e no Contrato de Cessão para a implementação de um mecanismo de securitização dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos. Com relação ao acima mencionado, o Fundo deverá:

- (i) ser o exclusivo e legítimo proprietário de seu Patrimônio Líquido, livre de qualquer ônus ou gravame (incluindo, sem limitação, os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos);
- (ii) desde a primeira Data de Emissão, manter a Conta de Depósito em Dinheiro, a Conta de Distribuição, a Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, a Conta de Reserva e aplicar todos os recursos em depósito nas mesmas (incluindo Investimentos Permitidos) em conformidade com o Regulamento e o Contrato de Cessão;
- (iii) manter e preservar o título e a propriedade dos Ativos do Fundo em conformidade com os termos e condições dispostos no Regulamento; ficando ressalvado que os Documentos Comprobatórios deverão ser mantidos em depósito pelo Agente de Cobrança e a administração e cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos deverão ser realizadas pelo Agente de Cobrança ou pelo Agente Autorizado ou em seu nome;
- (iv) efetuar os Investimentos Permitidos nos termos do Regulamento;
- (v) assinar o Contrato de Cessão com o Cedente, pagar ao Cedente a remuneração nele disposta e, em geral, praticar quaisquer atos estabelecidos no Contrato de Cessão;
- (vi) imediatamente pagar todas as amortizações e resgates das Cotas que sejam devidos nos termos e em conformidade com o respectivo Suplemento;
- (vii) realizar a venda dos Recebíveis em Garantia ou substituição por um Direito Creditório Elegível e assinar a documentação que possa ser necessária para executar tal venda na hipótese de uma violação relevante a quaisquer das declarações e garantias prestadas pelo Cedente acerca do respectivo Direito Creditório Elegível Cedido, em conformidade com as obrigações de recompra do Cedente neste caso, conforme disposto no Contrato de Cessão;
- (viii) observado o disposto no Regulamento, celebrar qualquer aditivo relacionado a quaisquer documentos celebrados para a consecução de seus objetivos; e
- (ix) em geral, praticar qualquer outro ato aplicável, conforme permitido nos termos das leis e regulamentações aplicáveis, para o benefício dos Cotistas.

Observados os itens acima, o objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Cotistas, no momento da amortização de suas respectivas Cotas, a valorização dos recursos aplicados inicialmente no Fundo, por meio do investimento dos valores do Fundo na aquisição final dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados detidos pelo Cedente, por meio do Contrato de Cessão, observada a Política de Investimento.

O Fundo buscará, mas não garante atingir, uma Taxa de Retorno para as Cotas Seniores equivalente ao Benchmark Sênior e uma Taxa de Retorno das Cotas Mezanino equivalente ao Benchmark Mezanino.

O Benchmark Sênior e o Benchmark Mezanino têm como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido do Fundo deve ser prioritariamente alocada às Cotas Seniores para fins de amortização ou resgate das Cotas Seniores e subsequente às Cotas Mezanino para tais fins, respectivamente, e não deverão ser considerados garantias ou sugestões de Taxas de Retorno similares aos Cotistas Seniores e aos Cotistas Mezanino. Não obstante o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os Cotistas Seniores e os Cotistas Mezanino não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Cotas Seniores ou Cotas Mezanino, a uma Taxa de Retorno superior ao Benchmark Sênior ou Benchmark Mezanino acumulado, conforme aplicável, que correspondem à maior Taxa de Retorno possível para as Cotas Seniores e para as Cotas Mezanino, respectivamente.

Todo Dia Útil, desde que os Ativos do Fundo sejam suficientes e após o provisionamento das despesas e encargos do Fundo, o valor correspondente ao aumento no valor dos Ativos do Fundo durante o período será incorporado ao preço de cada Cota Sênior, limitado ao Benchmark Sênior, a título de distribuição dos resultados dos Ativos do Fundo durante o Dia Útil anterior.

Caso o Fundo ainda possua ativos, após a alocação da valorização dos Ativos do Fundo às Cotas Seniores até o Benchmark Sênior, nos termos do parágrafo acima, o valor correspondente aos ativos remanescentes será incorporado ao preço das Cotas Mezanino, até o Benchmark Mezanino.

Caso o Fundo ainda possua ativos, após a alocação da valorização dos Ativos do Fundo às Cotas Seniores até o Benchmark Sênior e às Cotas Mezanino até o Benchmark Mezanino aplicável, o valor correspondente aos ativos remanescentes será incorporado ao preço das Cotas Subordinadas.

Base legal

O Fundo é disciplinado pela Resolução nº 2.907, emitida pelo CMN em 29 de novembro de 2001, pela Instrução nº 356, emitida pela CVM em 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, pelo seu Regulamento, anexo a este Prospecto, e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Público-Alvo

Somente poderão subscrever e/ou adquirir Cotas Seniores e/ou Cotas Mezanino do Fundo Investidores Qualificados e/ou investidores que tenham permissão para realizar tal aplicação contida em legislação aplicável e/ou em seu regulamento, observada a responsabilidade dos intermediários, no caso de aquisição em mercado secundário, de assegurar que (i) somente tais investidores poderão adquirir Cotas do Fundo e (ii) tais investidores sejam requeridos a assinar o Termo de Adesão ao Regulamento, nos termos do Anexo I ao Regulamento. O Cedente não poderá subscrever as Cotas Seniores, mas (i) poderá subscrever até a totalidade das Cotas Mezanino, e (ii) necessariamente subscreverá a totalidade das Cotas Subordinadas.

Política de Investimento e Ativos do Fundo

As aplicações do Fundo deverão observar os requisitos de composição e diversificação de carteira estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor e pelo Regulamento do Fundo.

As aplicações do Fundo consistirão em Direitos Creditórios Elegíveis e Investimentos Permitidos, observados os critérios de concentração dispostos na Seção XI deste Prospecto e os Critérios de Elegibilidade (“**Política de Investimento**”).

O Fundo é voltado, primordialmente, à aplicação em Direitos Creditórios Elegíveis originados pelo Cedente.

O Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis. O remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser aplicado em Investimentos Permitidos.

Consoante o disposto acima e desde que no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo esteja investido em Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, os valores depositados na Conta de Depósito em Dinheiro, na Conta de Distribuição e na Conta de Reserva, deverá ser investido nos seguintes investimentos permitidos (cada, um “**Investimento Permitido**”):

- (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou operações compromissadas lastreadas em tais títulos;
- (ii) títulos de emissão do Banco Central ou operações compromissadas lastreadas em tais títulos; e
- (iii) certificados e recibos de depósito bancário com liquidez diária emitidos por instituições financeiras brasileiras com uma classificação na escala nacional brasileira da Agência de Classificação de Risco equivalente à maior categoria de investimento.

Na hipótese de qualquer Investimento Permitido mencionado no item (iii) acima ser rebaixado pela Agência de Classificação de Risco após o investimento inicial pelo Fundo, o Administrador deverá liquidar tal posição de uma maneira regular, dentro de 35 (trinta e cinco) dias, contados a partir da data na qual o Administrador tornou-se ciente de tal rebaixamento.

As aplicações no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, do Cedente ou do FGC.

O Fundo pode realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seus ativos, nos termos da Política de Investimento definida nesta Seção deste Prospecto.

O Fundo não poderá realizar operações nas quais o Administrador ou suas Coligadas atuem como contraparte.

Os Ativos do Fundo estarão sujeitos apenas aos limites de concentração descritos na Seção XI do Prospecto.

Os Ativos do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em uma conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas junto ao Selic, em sistemas de registro e liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central ou entidades autorizadas pelo Banco Central e pela CVM a prestar os referidos serviços.

Na hipótese de o Fundo receber quaisquer Veículos de Concessionárias como resultado da execução de quaisquer dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos e/ou garantias concedidas nos termos dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, o Fundo poderá somente temporariamente deter tais Veículos e deverá prontamente providenciar a alienação de tais Veículos.

Patrimônio Líquido do Fundo

O Patrimônio Líquido deverá corresponder ao valor residual dos Ativos do Fundo depois de deduzidos todos os Passivos do Fundo.

Todos os recursos que o Fundo possa receber, a qualquer tempo, do Cedente e/ou de qualquer terceiro relativo a penalidades, indenização ou taxas compensatórias deverão ser incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo.

Operações com derivativos

O Fundo não poderá realizar operações em mercados de derivativos, exceto caso autorizado por Cotistas em assembléia geral de Cotistas devidamente reunida, nos termos do item 17.3 (ii) do Regulamento.

Prazo

O Fundo tem prazo de duração determinado, que deverá corresponder (i) a 50 (cinquenta) anos, contados a partir da primeira Data de Emissão ou (ii) à data em que a última série de Cotas Seniores for integralmente resgatada nos termos do Regulamento, o que ocorrer primeiro, podendo ser liquidado a qualquer tempo na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação do Fundo.

Características das Cotas

As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu Patrimônio Líquido. O Fundo será constituído por Cotas Seniores, Cotas Mezanino e Cotas Subordinadas. Cada série de Cotas terá as mesmas características e conferirá a seus titulares iguais direitos e obrigações, observados os termos do Regulamento.

Para maiores informações, favor referir-se à Seção X deste Prospecto.

Assembléia Geral

Os atos abaixo deverão ser aprovados por Cotistas representando no mínimo 90% (noventa por cento) das Cotas Seniores e Cotas Mezanino que não sejam de titularidade do Cedente, e ser aprovados pelos Cotistas Subordinados detentores de no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Cotas Subordinadas em circulação:

- (i) aprovar quaisquer alterações aos Eventos de Consulta aos Cotistas ou aos Eventos de Liquidação Antecipada;
- (ii) aprovar quaisquer alterações aos Critérios de Elegibilidade;
- (iii) alterar o Valor de Amortização Planejado e o Período de Amortização Planejada;
- (iv) alterar quaisquer direitos ou obrigações para qualquer classe de Cotas;
- (v) deliberar acerca de quaisquer alterações aos critérios para determinação do Preço de Aquisição e/ou da Taxa de Desconto, conforme disposto(s) no Contrato de Cessão;
- (vi) deliberar acerca de quaisquer alterações às declarações e garantias dadas pelo Fundo e pelo Cedente nos termos do Contrato de Cessão; e

Os seguintes atos deverão ser aprovados por Cotistas detentores de no mínimo 2/3 (dois terços) de todas as Cotas em circulação, incluindo as Cotas Subordinadas, ficando ressalvado que em nenhuma hipótese as Cotas detidas pelo Cedente poderão representar mais de 50% (cinquenta por cento) dos votos requeridos para tanto:

- (i) deliberar sobre a substituição ou remoção do Administrador, do Agente de Cobrança ou do Gestor;
- (ii) deliberar sobre o aumento na Taxa de Administração, incluindo em casos de restabelecimento de uma taxa previamente reduzida;
- (iii) deliberar sobre a (a) fusão, (b) incorporação, (c) cisão ou (d) Liquidação Antecipada do Fundo após a ocorrência de um Evento Fiscal Adverso; e
- (iv) deliberar acerca de um novo índice para fins de cálculo do valor das Cotas, nos termos do respectivo Suplemento.

Os seguintes atos deverão ser aprovados por Cotistas detentores de no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Cotas Seniores e Cotas Mezanino que não sejam de titularidade do Cedente:

- (i) aprovar, anualmente, dentro de 4 (quatro) meses, contados a partir do fim do ano fiscal, a contabilidade do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras do Fundo;
- (ii) alterar o Regulamento, Anexos e apêndices dele constantes em qualquer matéria não mencionada nos itens 7.12.2, 17.1 e 17.2 do Regulamento, incluindo o item 8.4 do Regulamento, de modo a autorizar o Fundo a realizar operações em mercados de derivativos;
- (iii) deliberar acerca da contratação ou substituição de prestadores de serviço, exceto pelo Administrador, Agente de Cobrança ou Gestor;
- (iv) deliberar acerca do procedimento a ser adotado em caso de Liquidação Antecipada;
- (v) incluir o pagamento de montantes adicionais pelos Cotistas Seniores e Cotistas Mezanino;
- (vi) deliberar acerca de quaisquer alterações ao Contrato de Cessão, incluindo quaisquer listas, anexos e apêndices dele constantes, exceto pelas matérias descritas no item 17.1, (v) e (vi) do Regulamento; e
- (vii) deliberar acerca da liquidação antecipada do Fundo, incluindo quando da ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada ou Evento de Consulta aos Cotistas.

O Regulamento poderá ser aditado em decorrência de exigências incluídas nas normas legais ou regulamentares ou nos casos de exigências feitas pela CVM, independentemente de qualquer assembléia geral. Nestas hipóteses, no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de promulgação da norma ou ordem da CVM, deverá ser publicado um fato relevante endereçado aos Cotistas no Periódico do Fundo, ou mediante carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

A qualquer tempo, as assembléias gerais poderão nomear um ou mais representantes para desempenhar as atividades de inspeção administrativa e controle dos investimentos do Fundo, para a proteção dos direitos e interesses dos Cotistas.

Somente as pessoas físicas que atendam às exigências descritas abaixo podem ocupar o cargo de representante dos Cotistas:

- (i) uma pessoa física profissional especialmente contratada para proteger os interesses dos Cotistas;
- (ii) uma pessoa física que não ocupe nenhum cargo relacionado ao Administrador, ao Gestor ou às respectivas Coligadas; e
- (iii) uma pessoa física que não seja empregada ou Coligada ao Cedente.

Além da assembléia anual para fins de prestação de contas, as assembléias gerais poderão ser realizadas em virtude da convocação do Administrador ou dos Cotistas Seniores cujas Cotas Seniores representem, no mínimo, (i) 5% (cinco por cento) da totalidade das Cotas emitidas pelo Fundo; (ii) 5% (cinco por cento) das Cotas Seniores em circulação; ou (iii) 50% (cinquenta por cento) das Cotas Mezanino, nos termos da legislação aplicável.

As deliberações sobre toda e qualquer matéria relativa ao Fundo deverão ser realizadas em 1ª (primeira) convocação pelos titulares da maioria das Cotas Seniores emitidas e, em 2ª (segunda) convocação, pelos titulares da maioria das Cotas Seniores que estiverem presentes, exceto se um quorum específico for exigido nos termos dos itens 17.1, 17.2 ou 17.3 do Regulamento ou pelas leis aplicáveis.

Somente poderão votar durante as assembléias gerais os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente nomeados, através de procurações outorgadas há menos de um ano.

O Administrador e/ou seus empregados não possuem direito a voto durante as assembléias gerais.

As deliberações das assembléias gerais deverão ser informadas aos Cotistas no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de tal assembléia, através do Periódico do Fundo, mediante carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista e ainda, simultaneamente, à CVM.

A convocação de uma assembléia geral deverá ser realizada através de um aviso publicado no Periódico do Fundo ou através de uma carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, informando a data, horário e local da assembléia, além da ordem do dia da referida assembléia.

A convocação da assembléia geral deverá ser realizada com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, da data de publicação do 1º (primeiro) aviso ou envio da carta com aviso de recebimento aos Cotistas e à CVM, observado o disposto no Regulamento.

Se a assembléia geral não ocorrer, o 2º (segundo) aviso deverá ser publicado ou uma nova carta deverá ser enviada, com aviso de recebimento, aos Cotistas e, simultaneamente, à CVM, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência.

Para fins do disposto no parágrafo anterior, fica ressalvado que a segunda convocação das assembléias gerais poderá ser realizada em conjunto com a publicação do aviso ou envio da carta de primeira convocação.

Exceção feita a qualquer evento de força maior, a assembléia geral deverá ser realizada na sede do Administrador e, sempre que for realizada em qualquer outro local, os avisos ou as cartas enviadas aos Cotistas deverão claramente indicar o local da assembléia, a qual deverá sempre ocorrer na cidade na qual se localiza a sede.

As assembléias dos Cotistas também poderão ser realizadas através de conferência telefônica ou videoconferência, o que não deverá isentar a necessidade de lavratura e assinatura da ata da assembléia geral de Cotistas com uma descrição da ordem do dia da assembléia e os resultados das deliberações tomadas na respectiva assembléia dos Cotistas.

Fica ainda estabelecido que, independentemente das formalidades descritas nos itens 17.7 a 17.7.6 do Regulamento, uma assembléia geral será considerada regular se todos os Cotistas estiverem presentes.

Eventos de Consulta aos Cotistas

Os eventos a seguir exigem a avaliação dos Cotistas, através de uma assembléia geral para a definição de uma potencial hipótese de liquidação antecipada do Fundo (“**Liquidação Antecipada**”) (um “**Evento de Consulta aos Cotistas**”):

- (i) se, durante 3 (três) meses consecutivos, incluindo durante os 3 (três) primeiros meses de operação do Fundo, seu Patrimônio Líquido médio for inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (ii) se as Cotas Seniores sofrerem um rebaixamento de classificação superior a 2 (dois) pontos na escala nacional da Agência de Classificação de Risco;
- (iii) não pagamento de qualquer distribuição às Cotas Seniores em qualquer Data de Amortização, e o referido inadimplemento não for sanado em um prazo de 5 (cinco) dias;
- (iv) falha pelo Cedente, na qualidade de Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, em devidamente cumprir ou executar, sob qualquer aspecto relevante, quaisquer avenças ou acordos estabelecidos em qualquer Documento da Operação do qual seja uma parte, cuja falha não seja sanada por um prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos após a data na qual a notificação escrita da falha em questão, exigindo o seu saneamento, tenha sido enviada pelo Administrador ao Cedente;
- (v) qualquer declaração ou garantia realizada pelo Cedente em qualquer Documento da Operação ou qualquer informação contida em qualquer Documento da Operação (a) ficar comprovada incorreta sob qualquer aspecto relevante quando prestadas ou efetuadas, e permaneçam incorretas sob qualquer aspecto relevante por um prazo de 30 (trinta) dias após a data na qual uma notificação por escrito desta falha, exigindo o seu saneamento, tenha sido enviada ao Cedente pelo Administrador e (b) em decorrência da imprecisão em questão, os interesses dos Cotistas sejam relevante e adversamente afetados, ficando ressalvado, no entanto, que nenhum Evento de Consulta aos Cotistas será considerado ocorrido se o Cedente readquirir ou substituir tal Recebível em Garantia nos termos do Contrato de Cessão;
- (vi) na hipótese da ocorrência de um Evento Fiscal Adverso;
- (vii) alterações ao Regulamento em decorrência de uma exigência ou ordem emitida pela CVM que adversamente afetem o desempenho do Fundo;
- (viii) o descumprimento pelo Administrador de seus deveres e obrigações descritos no Regulamento e no Contrato de Cessão, devido a dolo, culpa ou fraude, verificado pela Empresa de Auditoria ou por um representante dos Cotistas, se houver, desde que, se o inadimplemento em questão for informado pela Empresa de Auditoria ou pelo representante dos Cotistas, o Administrador não sanar o inadimplemento em questão no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;
- (ix) caso, em qualquer Data de Amortização, a Taxa Mensal de Pagamento média dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos para os 3 (três) meses precedentes for inferior a 25% (vinte e cinco por cento);
- (x) se o Índice de Subordinação e/ou o Índice Mezanino não forem cumpridos por mais de 5 (cinco) Dias Úteis ou se o Cedente não responder tempestivamente à solicitação referida no item 14.7 do Regulamento; e
- (xi) se o Índice Sênior não for cumprido por um período superior a 5 (cinco) Dias Úteis.

Na hipótese de quaisquer dos eventos listados no item 17.8 do Regulamento, (i) o Administrador deverá imediatamente suspender o pagamento das amortizações das Cotas ainda devidas; e (ii) o Administrador deverá convocar uma assembléia geral durante a qual a Liquidação Antecipada do Fundo deverá ser discutida. Se a assembléia geral de Cotistas não aprovar a Liquidação Antecipada do Fundo, qualquer Cotista Sênior dissidente terá o direito de solicitar o resgate antecipado de suas Cotas Seniores, pelo valor das Cotas Seniores correspondentes no momento da deliberação da assembléia geral.

Liquidação Antecipada do Fundo

O Fundo poderá ser liquidado em qualquer das hipóteses listadas a seguir (cada, um “**Evento de Liquidação Antecipada**”):

- (i) se os Cotistas deliberarem, durante uma assembléia geral especialmente convocada para a discussão de um Evento de Consulta aos Cotistas, sujeito ao quorum descrito no item 17.3, (vii), do Regulamento; ou
- (ii) na hipótese de qualquer Evento de Liquidação Antecipada Automática do Fundo.

Na hipótese de qualquer evento listado no parágrafo acima, (a) o Administrador deverá imediatamente suspender o pagamento das amortizações das Cotas que ainda seja devido; e (b) o Administrador deverá convocar uma assembléia geral durante a qual será discutida a Liquidação Antecipada do Fundo. Se a assembléia geral de Cotistas não aprovar a Liquidação Antecipada do Fundo, qualquer Cotista Sênior dissidente terá o direito de solicitar o resgate de suas Cotas Seniores, pelo valor das Cotas Seniores correspondente no momento da deliberação da assembléia geral.

Liquidação Antecipada Automática do Fundo

Os eventos a seguir acarretarão a liquidação antecipada automática do Fundo (“**Liquidação Antecipada Automática**”), sujeito somente às assembléias gerais de Cotistas realizadas para a discussão e deliberação dos procedimentos a serem adotados para a preservação dos direitos e interesses dos Cotistas (cada, um “**Evento de Liquidação Antecipada Automática**”) (sujeito, neste caso, ao quorum descrito no item 17.2 do Regulamento):

- (i) a exigência da CVM, na hipótese de violação das disposições legais ou regulamentares, incluindo, entre outros, os casos descritos no artigo 9, II, da Instrução CVM 356/01;
- (ii) se o Administrador renunciar às suas atribuições com relação ao Fundo e não for substituído dentro de 120 (cento e vinte) dias por qualquer motivo;
- (iii) se, por quaisquer 3 (três) Datas de Amortização consecutivas, o valor em depósito na Conta de Reserva for inferior ao Valor Requerido da Conta de Reserva;
- (iv) o não pagamento de qualquer Valor de Amortização Planejado das Cotas Seniores em qualquer Data de Amortização conforme e quando o mesmo se torne vencido e devido, e o referido inadimplemento não for sanado por um prazo de 35 (trinta e cinco) dias após ter sido enviada uma notificação escrita neste sentido ao Cedente pelo Administrador;
- (v) o início de um processo de falência aplicável à GMB;
- (vi) o início de um processo de intervenção, liquidação ou falência, aplicável ao Cedente;

- (vii) se o Cedente não estiver mais atuando como o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, a insolvência, intervenção, liquidação ou falência do Agente de Cobrança Substituto;
- (ix) (a) (1) a GMAC Inc. ajuíze uma petição ou (2) uma pessoa, que não a GMAC Inc., ajuíze uma petição que não seja negada após 90 (noventa) dias ou (3) seja proferida uma medida judicial contrária à GMAC Inc., em cada caso, nos termos do Capítulo 7 do Código de Falência dos Estados Unidos da América (U.S. Bankruptcy Code) ou uma disposição similar de uma lei estadual ou federal que poderia resultar na liquidação da GMAC Inc.; ou (b) a GMAC Inc. encerre suas operações ou se comprometa a vender ou liquidar todos ou substancialmente todos os seus ativos ou negócios (ou ajuíze uma petição ou outra alegação solicitando a aprovação de quaisquer destes atos), em ambos os casos, após uma petição ter sido ajuizada nos termos do Capítulo 11 do Código de Falência dos Estados Unidos da América (U.S. Bankruptcy Code) ou uma disposição similar de uma lei estadual ou federal;
- (x) (a) a General Motors ajuíze uma petição ou (b) uma pessoa, que não a General Motors, ajuíze uma petição que não seja negada após 90 (noventa) dias ou (c) seja proferida uma medida judicial contrária à General Motors, em cada caso, nos termos do Capítulo 7 do Código de Falência dos Estados Unidos da América (U.S. Bankruptcy Code) ou uma disposição similar de uma lei estadual ou federal que poderia resultar na liquidação da General Motors; e
- (xi) se o Contrato de Cessão for rescindido por qualquer motivo.

No caso de qualquer Evento de Liquidação Antecipada Automática do Fundo, o Administrador deverá suspender o pagamento de quaisquer amortizações das Cotas que ainda seja devido. Nesta hipótese, todas e quaisquer Cobranças depositadas no Valor Disponível na Conta de Reserva deverão ser utilizadas (i) para o pagamento de taxas e despesas devidas; e (ii) para integralmente resgatar as Cotas Seniores. Se existirem Cobranças disponíveis e/ou Valor Disponível na Conta de Reserva após o resgate integral das Cotas Seniores, o Administrador deverá realizar o resgate das Cotas Mezanino e das Cotas Subordinadas, nesta ordem.

Disposições gerais sobre a Liquidação Antecipada do Fundo

As normas em vigor que tratam da responsabilidade civil ou criminal dos conselheiros, diretores e administradores de instituições financeiras também se aplicarão nos casos de Liquidação Antecipada do Fundo, na extensão aplicável, não obstante as normas que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

Na hipótese de Liquidação Antecipada do Fundo, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo e se o Fundo ainda tiver recursos, (i) os Cotistas Seniores deverão receber os valores determinados em conformidade com as disposições previstas no Suplemento, até o Benchmark Sênior; (ii) os Cotistas Mezanino deverão receber os valores determinados de acordo com as disposições previstas no Suplemento, até o respectivo Benchmark Mezanino atribuído à respectiva classe das Cotas Mezanino; e (iii) os Cotistas Subordinados deverão receber os valores remanescentes.

O Administrador deverá realizar a liquidação do Fundo, observadas as disposições do Regulamento ou as deliberações da assembléia geral.

Nos Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo, será considerado que o Período de Liquidação Antecipada se iniciou e o resgate das Cotas deverá ser realizado de acordo com o procedimento a seguir:

- (i) as taxas e despesas então pendentes deverão ser integralmente pagas;
- (ii) as Cotas Seniores terão prioridade para fins de resgate em moeda corrente nacional e, na hipótese de insuficiência de recursos no Fundo em moeda corrente nacional, os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos serão entregues aos Cotistas Seniores;

- (iii) observada a prioridade das Cotas Seniores definida no item (ii) acima, as Cotas Mezanino deverão da mesma forma ser resgatadas em moeda corrente nacional e/ou através dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, na hipótese de insuficiência de recursos em moeda corrente nacional no Fundo;
- (iv) subseqüentemente, as Cotas Subordinadas deverão da mesma forma ser resgatadas em moeda corrente nacional e/ou através dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, na hipótese de insuficiência de recursos no Fundo em moeda corrente nacional;
- (v) o pagamento dos resgates deverá ser efetuado através da utilização dos recursos captados pelo Fundo na qualidade de titular dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos cedidos pelo Cedente, bem como Rendimentos de Investimento e quaisquer quantias que estejam em depósito na Conta de Reserva; e
- (vi) exceção feita a quaisquer Recebíveis em Garantia e a remoção de Linhas nos termos do item 10.4 do Regulamento, em nenhuma circunstância ocorrerá (a) recompra dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos pelo Cedente ou (b) outras formas de transferência adicional de recursos pelo Cedente ao Fundo.

Crítérios de divulgação de informação aos Cotistas

Exceto se um meio diverso de comunicação com os Cotistas for expressamente descrito no Regulamento, todos os atos, fatos, decisões ou questões que, de qualquer forma, estejam relacionados aos interesses dos Cotistas, inclusive aqueles que possam, direta ou indiretamente, influenciar sua decisão de manter o investimento no Fundo, deverão ser integral e imediatamente divulgados através de (a) um aviso publicado no Periódico do Fundo e (b) uma carta com aviso de recebimento, postada a cada Cotista.

O Administrador deverá utilizar o mesmo periódico para todas as publicações descritas no Regulamento e quaisquer alterações neste sentido deverão ser aprovadas pelos Cotistas em uma assembléia geral da forma descrita no Regulamento.

As cópias de quaisquer publicações e avisos mencionados nesta subseção deverão ser mantidas à disposição dos Cotistas na sede do Administrador.

As informações ou quaisquer materiais de propaganda relativos ao Fundo deverão cumprir com as disposições do Regulamento.

Taxas, encargos e despesas do Fundo

O Administrador terá o direito de receber, pela prestação de seus serviços de administração, a título de taxa de administração, um percentual equivalente a (i) 0,40% (zero vírgula quarenta por cento) ao ano, calculado diariamente com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, caso o Patrimônio Líquido do Fundo seja inferior a R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais); ou (ii) 0,34% (zero vírgula trinta e quatro por cento) ao ano, calculado diariamente com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, caso o Patrimônio Líquido do Fundo seja superior a R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) (“**Taxa de Administração**”), a ser paga mensalmente, no término de cada mês, em cada Data de Amortização.

Sem prejuízo disposto acima, caso em qualquer mês a Taxa de Administração disposta acima corresponda a um valor total inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), o Administrador fará jus ao recebimento de um pagamento mínimo mensal de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a título de Taxa de Administração. O pagamento mínimo mensal aqui disposto será corrigido anualmente de acordo com a variação do IGPM no ano anterior.

A Taxa de Administração descrita acima não inclui as despesas previstas abaixo, as quais deverão ser debitadas do Fundo pelo Administrador.

O Administrador poderá estabelecer as parcelas da Taxa de Administração que deverão ser pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório destas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Não deverão ser cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas, além da Taxa de Administração acima mencionada e as despesas e encargos previstos no Regulamento.

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração prevista acima:

- (i) tributos, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicos, incidentes ou que possam incidir sobre os ativos, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, postagem e publicação dos relatórios, formulários e informações periódicas, conforme descrito no Regulamento ou na legislação aplicável;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive avisos aos Cotistas;
- (iv) taxas e despesas da Empresa de Auditoria responsável pela revisão das demonstrações financeiras e contabilidade do Fundo e pela análise de sua situação e do desempenho do Administrador;
- (v) taxas e cobranças pagas com relação às operações do Fundo;
- (vi) honorários advocatícios e despesas da mesma natureza incorridos na defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor de qualquer decisão, se o Fundo for a parte vencida;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou às assembléias gerais de Cotistas;
- (viii) as taxas de custódia relativas aos ativos do Fundo;
- (ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou mercados de balcão, nos quais as Cotas do Fundo são negociadas, se as Cotas do Fundo forem negociadas em qualquer mercado;
- (x) taxas e cobranças relativas ao registro dos instrumentos de cessão junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente;
- (xi) taxas relativas ao registro das Cotas junto à CVM, ANBID e CETIP, conforme aplicável;

- (xii) despesas de manutenção e/ou conservação relativas aos ativos do Fundo;
- (xiii) despesas para os procedimentos de cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, incluindo, entre outros, a contratação de pessoal de segurança, leilão e assistentes jurídicos; e
- (xiv) as Despesas de Cobrança e a Taxa de Cobrança, conforme aplicável.

Qualquer despesa que não esteja acima como uma despesa do Fundo deverá ser paga pelo Administrador.

Tributação do Fundo e dos Cotistas

Com base na legislação em vigor no Brasil na data deste Prospecto, esta seção traz as regras gerais de tributação aplicáveis ao Fundo e aos Cotistas.

Tributação do Fundo

Imposto de Renda

A atual legislação fiscal estabelece que a carteira do Fundo é isenta do imposto de renda.

Outras incidências

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

Tributação dos Cotistas

Os Cotistas, por outro lado, estão sujeitos ao pagamento de diversos tributos, dentre os quais destacam-se, em especial, o imposto de renda (em geral, retido na fonte) e o IOF.

Imposto de Renda

Por ser o Fundo um condomínio fechado, o Imposto de Renda poderá incidir (i) quando da amortização das Cotas; (ii) no momento do resgate das Cotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo; e (iii) em caso de alienação de Cotas a terceiros.

Amortização e/ou resgate de Cotas

Ocorrendo a amortização e/ou resgate de Cotas, incidirá Imposto de Renda, a ser retido pelo Fundo, sobre os valores que excederem o respectivo custo de aquisição das Cotas. As alíquotas serão regressivas de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento.

O prazo médio da carteira do Fundo é determinado com base no prazo de vencimento dos títulos e valores mobiliários que a compõem, ressaltando-se que os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos não são considerados para tal cálculo.

Os prazos dos investimentos, por sua vez, são considerados a partir da data da aplicação pelo Cotista.

Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a alíquota do Imposto de Renda obedecerá à seguinte tabela:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a alíquota do Imposto de Renda será determinada da seguinte forma:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

A carteira do Fundo poderá ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários, tendo em vista as características dos Ativos do Fundo.

Alienação de Cotas a terceiros

Na hipótese de alienação de Cotas em bolsa de valores, o ganho líquido (diferença positiva entre o preço de venda e o respectivo custo de aquisição) auferido está sujeito ao Imposto de Renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Neste caso, o Imposto de Renda será apurado e pago pelo próprio Cotista. No caso de pessoa física, a tributação é definitiva, não sendo tais ganhos incluídos no cômputo do imposto de renda sobre rendimentos sujeitos ao ajuste anual. No caso de pessoa jurídica, a tributação será antecipação do Imposto de Renda devido ao final do ano. Não obstante, no caso de pessoa jurídica sujeita ao regime do SIMPLES ou isenta de Imposto de Renda, o Imposto de Renda incidente sobre ganhos líquidos mensais será considerado definitivo, tal como ocorre com as pessoas físicas.

Adicionalmente, ao alienar Cotas em bolsa de valores, haverá a incidência de Imposto de Renda retido na fonte à alíquota de 0,005% (zero vírgula zero zero cinco por cento), calculado sobre o valor de alienação (dispensada a retenção do Imposto de Renda retido na fonte cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 1,00 (um real)), neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediária que receber a ordem de alienação do Cotista do Fundo.

O valor do Imposto de Renda retido na fonte referido no parágrafo anterior poderá ser: (i) deduzido do Imposto de Renda sobre ganhos líquidos apurados no mês; (ii) compensado com o Imposto de Renda incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subsequentes; (iii) compensado na declaração de ajuste anual (se pessoa física) caso, após a dedução de que tratam os itens (i) e (ii), houver saldo de Imposto de Renda retido na fonte; e (iv) compensado com o Imposto de Renda devido sobre o ganho de capital na alienação das Cotas.

IOF

Operações que tenham por objeto a aquisição, cessão, resgate, repactuação de títulos e valores mobiliários, bem como o pagamento de suas liquidações estão sujeitas ao IOF, na forma prevista no Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007.

Atualmente, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate e/ou amortização das Cotas antes de 30 dias, a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% (um por cento) do valor do resgate e/ou amortização, limitada a 96% (noventa e seis por cento) do rendimento da aplicação. Como o Fundo é um condomínio fechado, suas Cotas apenas serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação antecipada.

Contudo, a alíquota do IOF pode ser majorada a qualquer momento, por meio de ato do Poder Executivo, até a alíquota máxima de 1,5% (um e meio por cento) ao dia.

Adicionalmente, o IOF incide sobre a entrega de moeda nacional ou estrangeira, ou sua colocação à disposição do interessado, em montante equivalente à moeda estrangeira ou nacional entregue ou posta à disposição deste. Embora a alíquota do IOF atualmente em vigor para quase todas as operações de câmbio seja de 0.38%, o Poder Executivo está autorizado a aumentar a alíquota, a qualquer tempo, para até 25% (vinte e cinco por cento). No entanto, qualquer aumento na alíquota será aplicável apenas às operações realizadas após o aumento. Vale notar que, atualmente, a alíquota do IOF é zero para operações de câmbio relativas a investimentos feitos no mercado financeiro e de capitais por meio da Resolução 2.689/00.

Atendimento aos Cotistas

Aplicando no Fundo o Cotista receberá uma cópia deste Prospecto e do Regulamento, que devem ser lidos com atenção. Para obter um histórico da performance do Fundo, o Cotista deve solicitá-lo ao Serviço de Atendimento a Clientes abaixo identificado, que estará apto também a transmitir informações adicionais sobre o Fundo, assim como encaminhar críticas e sugestões, ou poderá acessar o site “www.citi.com.br”.

Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC):

Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Endereço: Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.500, Torre Los Angeles, 9º andar, Água Branca
05001-100 - São Paulo – SP
Website: www.citibank.com.br
Telefone: (55-11) 3232-9000
Fax: (55-11) 3232-9000
Responsável: Área de atendimento a fundos (Front-end)
e-mail: atendimento.custodia@citi.com
Ouvidoria: 0800-9702484

VI. FATORES DE RISCO

Antes de decidir aplicar recursos no Fundo ou adquirir Cotas, os investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, e avaliar os fatores de risco descritos nesta seção. Em decorrência dos riscos inerentes à própria natureza do Fundo, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos nesta seção, poderá ocorrer perda ou atraso, por tempo indeterminado, na restituição aos Cotistas do valor investido (resgate) ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Os Ativos do Fundo e, por consequência, seu Patrimônio Líquido, estão submetidos a diversos riscos, incluindo, sem limitação, os analisados abaixo. O investidor, antes de adquirir Cotas do Fundo, deve ler cuidadosamente os itens abaixo, responsabilizando-se pelo seu investimento em Cotas do Fundo.

Riscos de Mercado

Riscos de crédito dos Investimentos Permitidos que integram os Ativos do Fundo. Ativos do Fundo estão sujeitos à capacidade de suas Entidades Emissoras em honrar os compromissos de pagamento dos juros e do principal de suas dívidas. Quaisquer eventos que afetem a situação financeira das Entidades Emissoras, bem como as alterações nas condições econômicas, legais e políticas que poderiam comprometer sua capacidade de pagamento, podem acarretar impactos relevantes em termos de preços e liquidez dos ativos das referidas Entidades Emissoras. As alterações na percepção da qualidade dos créditos das Entidades Emissoras, mesmo que não fundamentadas, podem adversamente afetar os preços dos títulos e valores mobiliários e poderiam ainda comprometer sua liquidez.

Risco decorrente da precificação dos Investimentos Permitidos. A precificação dos Investimentos Permitidos que integrem os Ativos do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos de registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, derivativos (conforme aplicável) e demais operações, de acordo com a regulamentação aplicável. Referidos critérios de avaliação dos ativos, tais como os de marcação-a-mercado (*mark-to-market*), poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes dos Ativos do Fundo, podendo resultar em redução no valor das Cotas do Fundo.

Risco de restrições à negociação. Determinados Investimentos Permitidos podem estar sujeitos a restrições de negociação impostas pelos órgãos regulatórios relevantes. Essas restrições podem ser relativas ao volume das operações, à participação no volume dos negócios e às oscilações máximas de preços, entre outras. Em situações em que tais restrições estiverem sendo praticadas, as condições de movimentação dos Ativos do Fundo e a precificação dos ativos em questão poderão ser adversamente afetadas.

Fatores macroeconômicos relevantes. Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações de mercado especiais ou, ainda, eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante os mercados de capitais e/ou financeiros brasileiros e/ou internacionais, incluindo variações nas taxas de juros e eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, conforme especificadas abaixo, poderão resultar em oscilações inesperadas no valor dos Ativos do Fundo e/ou perda de rendimentos das Cotas.

Risco de não distribuição de uma quantidade mínima de Cotas Seniores. Nos termos do Contrato de Colocação, as Cotas objeto desta Oferta serão distribuídas em regime de melhores esforços de colocação e a manutenção da oferta das Cotas Seniores do Fundo está condicionada à subscrição de uma quantidade mínima de Cotas Seniores, nos termos do Suplemento. Não há garantia de que a quantidade mínima de Cotas será colocada e, não sendo realizada a distribuição de uma quantidade mínima de Cotas Seniores, a oferta das Cotas será imediatamente cancelada pelo Administrador, que deverá comunicar imediatamente os investidores sobre o cancelamento da oferta de todas as Cotas, mediante publicação de aviso no Periódico do Fundo. Nesse caso, os valores até então integralizados pelos Cotistas serão devolvidos pelo Administrador, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação do aviso, sem nenhum acréscimo ou correção.

O Patrimônio Líquido do Fundo está sujeito a flutuações do Preço de Aquisição. Uma parcela do Patrimônio Líquido investida em Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos pode apresentar uma valorização de acordo com um componente do Preço de Aquisição, o qual leva em consideração um prazo de pagamento médio esperado para os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, sujeito a flutuações do mercado. Tais flutuações do prazo de pagamento médio para os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos poderá afetar o desempenho do Fundo e, dessa forma, a distribuição de resultados às Cotas Seniores.

Risco de descasamento das taxas de juros aplicáveis aos Investimentos Permitidos. Considerando-se que o valor das Cotas Seniores deverá ser ajustado nos termos de um índice específico, poderá ocorrer alguma diferença com relação aos valores de atualização (i) dos Investimentos Permitidos do Fundo e (ii) das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino. Nem o Cedente, o Administrador, o Gestor, o Agente de Cobrança, tampouco quaisquer de seus respectivos Coligados serão responsáveis, em conjunto ou individualmente, por quaisquer perdas ou danos de qualquer natureza, sofridos pelos Cotistas, inclusive pela eventual perda do valor de suas aplicações, em razão de tais diferenças, de qualquer ordem, sofridas pelo Fundo.

Riscos relacionados ao Fundo e aos Direitos Creditórios

Da inexistência de rendimento predeterminado. O preço a ser pago pelas Cotas Seniores e pelas Cotas Mezanino será ajustado diariamente de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tais atualizações têm como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido do Fundo deve ser prioritariamente alocada aos Cotistas Seniores e subsequentemente aos Cotistas Mezanino no momento do pagamento das amortizações ou resgates de suas respectivas Cotas Seniores e Cotas Mezanino. Tal valor não representa nem deverá ser considerado, sob nenhuma circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Gestor, do Agente de Cobrança ou do Cedente e de suas respectivas Coligadas, em assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas Seniores e Cotistas Mezanino.

Risco decorrente da utilização de instrumentos derivativos. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos, caso autorizado por Cotistas em assembleia geral de Cotistas devidamente reunida nos termos do item 17.3 (ii) do Regulamento, poderá acarretar oscilações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Esta situação também poderá resultar em perdas para o Fundo e aos Cotistas.

Investimentos Permitidos com taxas fixas de juros. Os Investimentos Permitidos a serem adquiridos pelo Fundo poderão ser contratados com taxas de juros fixas. A distribuição dos resultados dos Ativos do Fundo aos Cotistas Seniores e aos Cotistas Mezanino é referenciada pela Taxa DI. Portanto, se a Taxa DI vivenciar uma elevação significativa, o Fundo poderá não ter recursos suficientes para a distribuição dos resultados aos Cotistas Seniores e aos Cotistas Mezanino. Nem o Fundo, o Administrador, o Gestor, o Agente de Cobrança tampouco o Cedente e suas correspondentes Coligadas garantem qualquer taxa de retorno aos Cotistas.

Ausência de garantia de pagamento ou de obrigação conjunta. O Cedente adota a política de crédito descrita no Capítulo II da Seção IX do Regulamento, somente aceitando a responsabilidade pela existência, liquidez e devida formalização dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, e não aceita nenhuma responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência das Concessionárias. O Administrador, o Gestor, o Agente de Cobrança, o Cedente e quaisquer de suas respectivas Coligadas não são responsáveis pelo pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos ou pela solvência das Concessionárias. A consumação dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento dos valores resultantes das operações financeiras que lastreiam os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos. Não existe nenhuma garantia ou segurança de que o referido pagamento será efetuado ou, caso seja efetuado, que os prazos estipulados e os valores apropriados serão cumpridos. Portanto, na hipótese de inadimplemento, total ou parcial, por parte das Concessionárias quanto ao pagamento dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, o Fundo sofrerá os efeitos negativos da falta de pagamento dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, o que poderá causar prejuízos ao Fundo e, conseqüentemente, aos Cotistas.

Risco relativo à liquidação dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos. Se qualquer Cotista Mezanino ou Cotista Subordinado do Fundo solicitar a amortização de suas Cotas através da entrega dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, conforme autorizado pelo artigo 15, parágrafo 2 da Instrução CVM 356/01, tais Cotistas poderão enfrentar dificuldades para (i) vender os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos; e/ou (ii) cobrar os valores potencialmente devidos pelas Concessionárias com relação a quaisquer Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos inadimplentes.

Não recuperação dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos. O Cedente não é responsável pela solvência das Concessionárias. Embora os Direitos Creditórios possam ser cobrados judicial ou extrajudicialmente, não é possível assegurar que os valores devidos ao Fundo em decorrência do inadimplemento dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos serão recuperados.

Risco relativo à verificação do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos através dos procedimentos de amostragem. De acordo com o item 5.4.1 do Regulamento, o Administrador deverá realizar análises periódicas dos documentos que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos pela sua verificação através de procedimentos de amostragem, de forma que a análise em questão não irá abranger todos os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos ou todos os Documentos Comprobatórios. Apesar da análise periódica supra mencionada pelo Administrador e tendo em vista que a referida análise não irá abranger todos os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos nem todos os Documentos Comprobatórios, é possível que alguns Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos possuam Documentos Comprobatórios incompletos ou insuficientes ou outras irregularidades, que poderiam impedir ou prejudicar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas resultantes da titularidade dos mencionados Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, o que poderia acarretar prejuízos ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

Notificação às Concessionárias da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos ao Fundo. Em virtude de considerações operacionais e práticas, notavelmente um significativo volume dos Direitos Creditórios Elegíveis que poderá ser cedido ao Fundo, o Cedente não irá, a princípio, notificar as Concessionárias acerca da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo no momento da cessão de tais Direitos Creditórios Elegíveis, conforme descrito no artigo 290 do Código Civil. Dessa maneira, existe a possibilidade de que os pagamentos ao Cedente dos valores devidos pelas Concessionárias não sejam transferidos ao Fundo. Neste caso, o Fundo somente poderá reivindicar os referidos valores do Cedente. Não existe nenhuma garantia de que o Cedente será capaz de cumprir as disposições previstas neste parágrafo, razão pela qual o Fundo poderá sofrer prejuízos e até mesmo incorrer em custos para o ressarcimento dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos.

Risco de manutenção dos Documentos Comprobatórios. Tendo em vista a natureza específica de cada Direito Creditório Elegível a ser adquirido pelo Fundo, é possível que o Fundo adquira Direitos Creditórios Elegíveis sem o completo suporte dos Documentos Comprobatórios ou que sejam fundamentados somente por documentos eletrônicos, o que poderia dificultar a recuperação de parte ou da totalidade dos pagamentos relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos. Neste caso, o Fundo, o Cedente, o Administrador, o Agente de Cobrança, o Gestor e suas respectivas Coligadas não serão responsáveis por nenhum prejuízo ao Fundo.

Risco de garantia. De acordo com o item 9.7.1.3 do Regulamento, a concessão, pelo Cedente, de uma Linha a uma Concessionária nos termos do Programa *Floor Plan* poderá ser garantida pelos bens imóveis da Concessionária e/ou pelas garantias pessoais outorgadas pelo sócio controlador da Concessionária. Estas garantias poderão ser prestadas pela Concessionária para garantir outros financiamentos e Direitos Creditórios concedidos pelo Cedente. Neste sentido, as garantias cedidas ao Fundo pelo Cedente poderão ser compartilhadas com outros credores na hipótese de inadimplemento por qualquer Concessionária e o Fundo poderá não ter quaisquer privilégios sobre os demais credores. Adicionalmente, penhores e/ou alienações fiduciárias sobre Veículos adquiridos por Concessionárias com os rendimentos dos Direitos Creditórios e conferidos pelas respectivas Concessionárias como garantias podem não ser registrados junto ao respectivo departamento de trânsito, o que pode dificultar a capacidade do Fundo de apreender tais Veículos em garantia em caso de inadimplemento pela respectiva Concessionária. Ademais, existe um risco de que tais garantias possam ser formalizadas de forma incompleta ou insuficiente ou caracterizadas por outras irregularidades, o que poderia impedir ou prejudicar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas resultantes destas garantias e direitos de garantia. Tendo em vista o mencionado acima, os investidores potenciais no Fundo não deverão considerar tais garantias na formação de suas decisões de investimento uma vez que tais garantias podem não representar uma efetiva melhoria na qualidade dos Direitos Creditórios.

Risco de reinvestimento. Uma parcela das Cobranças deverá ser utilizada pelo Fundo para a aquisição de novos Direitos Creditórios Elegíveis. Existe o risco de não haver Direitos Creditórios Elegíveis suficientes para a aquisição pelo Fundo.

Risco da classificação dos Investimentos Permitidos. Nos termos do item 8.3 do Regulamento, é esperado que o Fundo invista a parcela dos Ativos do Fundo não alocada a Direitos Creditórios Elegíveis em certos Investimentos Permitidos. Caso tais Investimentos Permitidos sofram um rebaixamento nas suas respectivas classificações de risco, tal rebaixamento poderá levar a prejuízos para o Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

Cotas Mezanino são subordinadas às Cotas Seniores. As Cotas Seniores possuem uma prioridade sobre as Cotas Mezanino para os fins de amortização, resgate e distribuição de resultados. Considerando a natureza dos Ativos do Fundo e os riscos a ela associados, não é possível assegurar que amortizações, resgates ou quaisquer outras distribuições de rendimentos relativas às Cotas Mezanino ocorrerão conforme previsto no Regulamento, ou mesmo que venham a ocorrer.

Quoruns qualificados. O Regulamento dispõe quoruns específicos para a aprovação de determinados atos relativos ao Fundo ou e/ou seus ativos em assembleias gerais de Cotistas. Adicionalmente, nos termos do Regulamento, alguns atos estão sujeitos à aprovação de Cotistas Subordinados. Tais quoruns específicos, incluindo a necessidade da aprovação de Cotistas Subordinados em relação a determinadas matérias, pode limitar as atividades do Fundo e determinadas ações com relação aos seus ativos.

Risco relacionado ao Período de Suspensão da Aquisição. Nos termos do artigo 40 da Instrução CVM 356/01, o Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido investido em Direitos Creditórios Elegíveis. Durante o Período de Suspensão da Aquisição, o Administrador deverá parar de adquirir Direitos Creditórios Elegíveis adicionais. Nesse sentido, há um risco de que, durante o Período de Suspensão da Aquisição, o Fundo venha a descumprir tal limite mínimo de 50% (cinquenta por cento), o que pode levar a um questionamento da CVM e, potencialmente, à Liquidação Antecipada do Fundo.

Risco de conflitos de interesse. O Administrador deverá executar tanto as atividades de administração quanto de custódia em nome do Fundo. Nesse sentido, há um risco de existência de conflitos de interesse entre os serviços de administração e custódia do Fundo.

Risco de utilização de Classificação de Risco preliminar. A Classificação de Risco atribuída pela Agência de Classificação de Risco às Cotas Seniores da primeira série e às Cotas Mezanino de Classe A objeto da presente Oferta é preliminar. A atribuição de Classificação de Risco definitiva a tais Cotas está condicionada ao recebimento, pela Agência de Classificação de Risco, da documentação final do Fundo e da Oferta (incluindo, sem limitação, os Suplementos) e à efetiva distribuição das Cotas objeto da presente Oferta. Dessa forma, não há qualquer garantia de que a Classificação de Risco definitiva a ser atribuída às Cotas Seniores da primeira série e às Cotas Mezanino de Classe A objeto da presente Oferta não será inferior às respectivas Classificações de Risco, tampouco de que a Agência de Classificação de Risco não retirará a Classificação de Risco de tais Cotas, caso não sejam preenchidas as condições descritas acima.

Riscos Relativos ao Cedente e à GMB

Risco de descontinuidade do Fundo em decorrência da descontinuidade das atividades do Cedente no Brasil. A Política de Investimento do Fundo envolve, principalmente, o investimento em Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos do Cedente. Não há garantia de que (i) o Cedente não ajuizará (ou estará sujeito, conforme aplicável) pedido de insolvência, intervenção, liquidação ou falência no Brasil; (ii) a GMAC Inc. não ajuizará (ou estará sujeita) um processo de liquidação nos Estados Unidos da América de acordo com o Capítulo 7 do Código de Falência dos Estados Unidos da América (U.S. Bankruptcy Code); ou (iii) a GMAC Inc. não ajuizará (ou estará sujeita) um processo de reorganização nos termos do Capítulo 11 do Código de Falência dos Estados Unidos da América (U.S. Bankruptcy Code). Dessa forma, a operação do Fundo poderá ser comprometida independentemente das expectativas dos Cotistas com relação à duração de seus respectivos investimentos no Fundo. Apesar do fato de que a liquidação ou reorganização da GMAC Inc. nos Estados Unidos da América poderá não afetar as atividades do Cedente no Brasil, não há garantia de que a insolvência, intervenção, liquidação ou falência do Cedente no Brasil e/ou a liquidação ou reorganização da GMAC Inc. nos Estados Unidos da América não afetariam a habilidade do Cedente em conceder financiamentos a Concessionárias nos termos do Contrato de Financiamento *Floor Plan* e, portanto, de originar Direitos Creditórios e ceder ao Fundo direitos Creditórios Elegíveis que atendam à Política de Investimento do Fundo.

Risco de descontinuidade do Fundo em decorrência da descontinuidade das atividades da GMB no Brasil. A Política de Investimento do Fundo envolve, principalmente, o investimento em Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos do Cedente (cujas atividades são intimamente relacionadas à produção de Veículos da GMB). Não há garantia de que (i) a GMB não ajuizará (ou estará sujeito, conforme aplicável) pedido de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial no Brasil; (ii) a General Motors não ajuizará (ou estará sujeita) um processo de liquidação nos Estados Unidos da América de acordo com o Capítulo 7 do Código de Falência dos Estados Unidos da América (U.S. Bankruptcy Code); ou (iii) a General Motors não ajuizará (ou estará sujeita) um processo de reorganização nos termos do Capítulo 11 do Código de Falência dos Estados Unidos da América (U.S. Bankruptcy Code). Apesar do fato de que a liquidação ou reorganização da General Motors nos Estados Unidos da América poderá não afetar as atividades do Cedente e/ou da GMB no Brasil, não há garantia de que as operações do Fundo não seriam comprometidas, independentemente das expectativas dos Cotistas com relação à duração de seus respectivos investimentos no Fundo caso a falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da GMB no Brasil e/ou a liquidação ou reorganização da General Motors nos Estados Unidos da América afetem a habilidade da GMB de produzir Veículos, a serem adquiridos pelas Concessionárias com os recursos obtidos a partir do financiamento a ser concedido pelo Cedente nos termos do Contrato de Financiamento *Floor Plan* (tal financiamento representando um Direito Creditório Elegível que pode ser cedido pelo Cedente ao Fundo de acordo com sua Política de Investimento).

Não recuperação dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos em decorrência da descontinuidade das atividades do Cedente e/ou da GMB no Brasil. O Cedente não se responsabiliza pela solvência das Concessionárias. Apesar de os Direitos Creditórios poderem ser cobrados judicial ou extrajudicialmente, não é possível assegurar que os valores pagáveis ao Fundo em decorrência da inadimplência de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos serão recuperados, especialmente caso a condição econômico-financeira das Concessionárias seja substancialmente afetada pela descontinuidade das atividades do Cedente e/ou da GMB no Brasil nas situações descritas acima.

A mistura temporária de recursos antes de seu depósito na Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos poderá resultar na redução dos pagamentos ou no adiamento dos pagamentos de amortização das Cotas Mezanino e das Cotas Seniores. O Cedente recebe as cobranças sobre os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos nas Contas de Cobrança, as quais contêm outros recursos do Cedente e, de acordo com o item 7.12 do Regulamento, o Agente de Cobrança está obrigado a transferir estes recursos à Conta Centralizadora e, em seguida, à Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos até o Dia Útil seguinte ao recebimento das cobranças. Esta combinação temporária de recursos antes do depósito das cobranças na Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos poderá resultar em um atraso ou na redução dos valores disponíveis para que sejam efetuados os pagamentos sobre as Cotas Seniores e Cotas Mezanino se, na hipótese de falência do Agente de Cobrança, existir um conseqüente atraso ou incapacidade do Agente de Cobrança ou do administrador da massa falida em especificamente identificar estes recursos e existirem reivindicações concorrentes sobre estes recursos por outros credores do Agente de Cobrança. Ademais, as Contas de Cobrança e a Conta Centralizadora estão sujeitas a bloqueios judiciais resultantes de qualquer ação judicial contra o Cedente.

Determinadas informações relacionadas aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos poderão não estar disponíveis. As informações relativas aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos apresentadas à Empresa de Auditoria não contemplam necessariamente uma base histórica consistente, o que limita a precisão da análise do comportamento dos Ativos do Fundo. Portanto, não existem garantias ou certezas de que os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos serão pagos ou que o seu pagamento será realizado nas datas e nos valores contratados.

Alterações nas leis e nas regulamentações ou a imposição de novas leis e regulamentações que regem as atividades bancárias poderão afetar adversamente os negócios do Cedente e sua receita decorrente da intermediação financeira. Os bancos brasileiros, inclusive o Cedente, estão sujeitos a uma extensa e contínua fiscalização do Banco Central. O Cedente não tem controle sobre as regulamentações governamentais que se aplicam a todas as suas operações, inclusive no que diz respeito a:

- exigências de capital mínimo;
- exigências de depósitos compulsórios;
- limites de empréstimos e outras restrições de crédito;
- exigências contábeis e estatísticas; e
- alterações nos valores mínimos das disponibilidades em poupança requeridos para serem emprestados nos termos do programa imobiliário federal e para o setor rural.

A estrutura da regulamentação aplicável às instituições financeiras brasileiras evolui constantemente. As leis e as regulamentações existentes podem ser alteradas, a maneira como as leis e regulamentações são aplicadas ou interpretadas pelo Poder Judiciário pode mudar, e novas leis e novas regulamentações podem ser adotadas. Tais mudanças podem causar um efeito materialmente adverso nas operações e resultados do Cedente, e na sua capacidade de gerar Direitos Creditórios.

O Governo Federal tem historicamente introduzido ou alterado regulamentações que afetam as instituições financeiras de modo a implementar políticas econômicas. O Governo Federal utiliza tais regulamentações para controlar a disponibilidade de crédito e reduzir ou aumentar o consumo no País. Deste modo, o Banco Central tem periodicamente alterado o nível de reservas bancárias e recolhimento compulsório que as instituições financeiras no Brasil são obrigadas a manter com o Banco Central. Não há garantia de que o Banco Central não aumentará ou criará novas exigências de depósitos compulsórios para o Cedente no futuro.

Além disso, nos termos da Resolução nº 2.099, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 17 de agosto de 1994, conforme alterada, requerimentos de capital para bancos brasileiros são baseados em métodos de classificação de riscos dispostos no Acordo da Basileia, conforme implementado e alterado pelo Banco Central. O Acordo da Basileia estabelece requerimentos de adequação de capital para bancos com base no patrimônio líquido dos acionistas, com ajustes para ativos com base no risco ponderado. A medida mínima de adequação do capital requerida para bancos brasileiros é atualmente de 11,0% do patrimônio com base no risco ponderado. O Comunicado nº 12.746, de 9 de dezembro de 2004, emitido pelo Banco Central, estabelece o cronograma para implementação, até 2012, do Novo Acordo da Basileia, em particular aquelas exigências relativas à alocação de capital para riscos operacionais e alterações na alocação de crédito para risco de crédito. A implementação do Novo Acordo da Basileia pode afetar adversamente a alocação de capital do Cedente e a capacidade de cobrir riscos operacionais e de crédito.

Tais alterações podem afetar adversamente os resultados operacionais do Cedente, uma vez que (i) a exigência de reservas e recolhimentos compulsórios reduz a liquidez do Cedente para realização de empréstimos e outros investimentos; e (ii) os depósitos compulsórios geralmente não possuem o mesmo rendimento de outros investimentos e depósitos do Cedente, pois há a exigência de que parcela dos depósitos compulsórios do Cedente sejam mantidos em títulos de emissão do Governo Federal, e o Cedente deve utilizar uma parcela dos depósitos para financiar tanto programas federais de habitação quanto o setor rural.

Adicionalmente ao acima mencionado, o Banco Central realiza, periodicamente, fiscalizações em instituições financeiras para verificar o cumprimento, por tais instituições financeiras, da regulamentação do Banco Central. Após a realização de tais fiscalizações, o Banco Central emite relatórios com suas recomendações e observações, de acordo com o resultado de suas fiscalizações. Em caso de relatórios com observações que indiquem que o Cedente não está cumprindo adequadamente a regulamentação do Banco Central ou caso o Cedente não consiga satisfatoriamente implementar recomendações feitas pelo Banco Central, o Cedente, assim como as demais instituições financeiras, estarão sujeitos a penalidades, que podem ter um efeito adverso sobre suas operações e, conseqüentemente, sua capacidade de gerar Direitos Creditórios.

Risco de restrições a taxas de juros de empréstimos bancários. O Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933, também conhecido como Lei de Usura, proíbe a cobrança de juros acima de 12,0% (doze por cento) ao ano. No entanto, a Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, conforme alterada (Lei da Reforma Bancária), afastou essa proibição para as instituições financeiras, o que foi confirmado em diversas decisões judiciais ao longo das últimas décadas. Também há atualmente incerteza se a Taxa Selic ou os 12,0% ao ano devem ser aplicados e se tal teto deve ser aplicado para instituições financeiras. Quaisquer alterações à interpretação de tal isenção, ou uma alteração à legislação e regulamentação aplicáveis limitando as taxas de juros que o Cedente pode cobrar em empréstimo podem afetar adversamente os negócios do Cedente, a condição financeira e os resultados de operações, bem como sua capacidade de gerar Direitos Creditórios.

Risco de deterioração nas classificações de risco do Cedente. Os custos de captação do Cedente são influenciados por inúmeros fatores, incluindo alguns fora de seu controle, tais como as condições da economia no Brasil e o ambiente regulatório para os bancos brasileiros. Qualquer mudança desfavorável nesses fatores poderá causar uma deterioração na classificação de risco do Cedente. Uma deterioração na classificação de risco do Cedente pode restringir a sua capacidade de tomar recursos emprestados, de ceder carteiras de crédito ou de emitir títulos e valores mobiliários em termos aceitáveis, aumentando o custo de captação do Cedente, tornando os empréstimos do Cedente menos atraentes e, portanto, impactando na sua capacidade de gerar Direitos Creditórios. Além disso, determinados eventos e contingências podem prejudicar tais custos de captação e fazer com que o Cedente procure com urgência capital adicional. Caso a classificação de crédito do Cedente seja adversamente impactada, o Cedente pode não conseguir captar recursos em termos aceitáveis, ou mesmo captar recursos em quaisquer condições, nas circunstâncias em que seja necessária a captação de recursos adicionais.

Risco de litígio. O Cedente é atualmente parte em diversas ações judiciais e procedimentos administrativos. Além disso, o Cedente pode, no futuro, estar sujeito a outras ações ou reclamações relacionadas a suas atividades. Uma eventual decisão desfavorável nas ações atualmente em curso e/ou em ações judiciais ou reclamações que eventualmente venham a ser movidas contra o Cedente pode ter um efeito materialmente adverso na reputação, nos negócios, na condição financeira e/ou nos resultados operacionais do Cedente, afetando adversamente a originação de Direitos Creditórios.

O setor bancário brasileiro está se tornando mais competitivo e a crescente concorrência poderá afetar adversamente as perspectivas de negócio do Cedente. O mercado de serviços financeiros e bancários no Brasil é altamente competitivo. O Cedente enfrenta significativa competição de outros bancos brasileiros e internacionais, tanto públicos quanto privados. A indústria bancária brasileira passou por um período de consolidação nos anos 90, quando vários bancos brasileiros foram liquidados e diversos importantes bancos estatais e bancos privados foram vendidos. A competição aumentou significativamente durante esse período, dado que bancos estrangeiros entraram no mercado brasileiro por meio da aquisição de instituições financeiras brasileiras. Privatizações de bancos estatais também fizeram com que o mercado bancário brasileiro e o mercado de outros serviços financeiros ficassem mais competitivos.

Tradicionalmente, os principais concorrentes do Cedente no segmento de crédito ao atacado têm sido bancos comerciais de grande porte especializados. Não é possível assegurar que o Cedente conseguirá concorrer adequadamente com outros bancos e instituições financeiras, particularmente com instituições financeiras nacionais e estrangeiras de maior porte, que dispõem de quantidade maior de recursos do que o Cedente e de uma extensa rede de agências e outros canais de distribuição próprios.

O aumento da concorrência pode afetar adversamente os resultados dos negócios do Cedente e a sua situação econômica em virtude, dentre outros fatores, da limitação de capacidade do Cedente de aumentar a sua base de clientes e expandir suas operações, resultando na redução e/ou estagnação na sua capacidade de gerar Direitos Creditórios.

A liquidez e situação financeira do Cedente podem ser adversamente afetadas como consequência de futura intervenção do Banco Central em outra instituição financeira brasileira. No quarto trimestre de 2004, determinados bancos brasileiros de médio porte sofreram significativa redução em seus depósitos e aplicações em vista de determinadas ocorrências no mercado financeiro, como por exemplo, o caso da intervenção do Banco Central no Banco Santos S.A., em outubro de 2004. Caso o Banco Central intervenha em qualquer outra instituição financeira, o Cedente, juntamente com outras instituições financeiras de porte médio e menores, poderá sofrer saques de depósitos e diminuição de aplicações que poderão afetar adversamente a sua liquidez e situação financeira, causando um efeito adverso em sua capacidade de gerar Direitos Creditórios.

Risco da política de concessão de crédito do Cedente. O Cedente adota atualmente a política de concessão de crédito descrita na Seção XI do presente Prospecto. O Cedente poderá vir a alterar tal política no futuro. Caso eventuais alterações na política de concessão de crédito adotada pelo Cedente venham a impactar a habilidade do Cedente em originar Direitos Creditórios Elegíveis que possam ser adquiridos pelo Fundo, tais alterações poderão ocasionar perdas patrimoniais ao Fundo e, conseqüentemente, aos Cotistas.

Riscos de Liquidez

Baixa liquidez. O Fundo está sujeito aos riscos de liquidez relativos às suas Cotas e/ou seu investimento em Direitos Creditórios Elegíveis. Com relação à amortização das Cotas, o Fundo poderá não ser capaz de efetuar os pagamentos relativos às amortizações programadas no caso de (i) liquidez reduzida nos mercados nos quais os Investimentos Permitidos sejam negociados; e/ou (ii) condições de mercado extraordinárias. Em consequência desta característica e devido ao fato de que o Fundo foi instituído como um condomínio fechado, ou seja, o Fundo não aceita a possibilidade de resgate de suas Cotas a qualquer tempo, os Cotistas poderão enfrentar dificuldades ao vender suas Cotas no mercado secundário. Ainda, os investimentos do Fundo em Direitos Creditórios Elegíveis é diferente de investimentos realizados na maioria dos fundos de investimento brasileiros, uma vez que, no Brasil, não existe um mercado secundário líquido para os Direitos Creditórios. Se o Fundo precisar vender os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, poderá não existir um comprador ou o preço de negociação poderá ser muito baixo, o que poderia resultar em prejuízos ao Patrimônio Líquido do Fundo e, conseqüentemente, ao capital, total ou parcialmente, investido pelos Cotistas.

Prazo de resgate das Cotas. Ressalvada amortização das Cotas do Fundo, tendo em vista que o Fundo foi constituído como um condomínio fechado, o resgate de suas Cotas somente pode ocorrer na Data de Resgate Projetada ou, conforme aplicável, na Data de Resgate Estendida, quando todos os titulares das Cotas das respectivas séries terão suas Cotas obrigatoriamente resgatadas ou nas hipóteses de Liquidação Antecipada ou Liquidação Antecipada Automática (conforme definido a seguir), conforme descrito no Regulamento. O Administrador, o Gestor, o Agente de Cobrança e o Cedente não são capazes de garantir que as amortizações e/ou o resgate das Cotas irão ocorrer nas datas originalmente programadas. Entretanto, nem o Fundo nem qualquer pessoa, inclusive o Administrador, o Cedente, o Agente de Cobrança e o Gestor, estão obrigados a pagar qualquer indenização, multa ou penalidade de qualquer natureza.

Riscos Específicos

Titularidade das Cotas é diferente da titularidade dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos. Embora os Ativos do Fundo sejam preferivelmente compostos pelos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, a titularidade das Cotas não outorga aos seus titulares nenhuma titularidade direta sobre os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos ou sobre qualquer participação específica indivisível nos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos. Os direitos dos Cotistas deverão ser exercidos sobre todos os Ativos do Fundo de maneira não individualizada, proporcionalmente ao número de Cotas detidas por cada um dos Cotistas.

Amortização/resgate das Cotas Seniores na medida da liquidação dos Ativos do Fundo. O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, a outros ativos que integram os seus Ativos e aos mercados nos quais os ativos em questão são negociados, inclusive ao potencial risco do Administrador não ser capaz de vender os respectivos ativos.

Risco de Liquidação Antecipada do Fundo. Se um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo ocorrer, as Cotas deverão ser resgatadas, o que poderia causar prejuízos aos seus titulares, os quais poderão não receber a Taxa de Retorno esperada ou poderão não recuperar o capital investido nas Cotas, portanto, sofrendo uma redução em seu investimento original, o que poderia acarretar a impossibilidade de investir os recursos com a mesma taxa de rendimento anteriormente oferecida pelo Fundo. Neste caso, nem o Fundo, o Administrador, o Agente de Cobrança, o Cedente, tampouco o Gestor serão responsáveis pelo pagamento de qualquer penalidade ou compensação em decorrência deste fato.

Ausência de garantia de eliminação dos riscos. A decisão de investir no Fundo sujeita o investidor aos riscos que afetam o Fundo e seus Ativos, o que poderia acarretar prejuízos ao capital investido pelos Cotistas no Fundo. Não existe garantia de completa eliminação dos riscos de prejuízos que afetam o Fundo e os Cotistas. O Fundo não é garantido pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Cedente, pelo Agente de Cobrança, por qualquer terceiro, qualquer mecanismo de seguro ou pelo FGC, com relação à redução ou eliminação dos riscos aos quais o Fundo, e conseqüentemente, os Cotistas estão sujeitos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

VII. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Os riscos financeiros monitorados e controlados pelo Gestor podem ser classificados em 4 (quatro) tipos: (i) risco de mercado; (ii) risco de crédito; (iii) risco de liquidez; e (iv) risco operacional:

Risco de mercado

O risco de mercado se deve às mudanças nos preços dos Investimentos Permitidos. Estas, por sua vez, se devem a alterações nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, nos preços das ações e nos preços das *commodities*. Para controle e mensuração de risco de mercado o Gestor utiliza um sistema de gerenciamento de risco de mercado que está em conformidade com as mais importantes práticas do mercado.

O Gestor usa a abordagem do *Value at Risk (VaR)* para calcular o risco de mercado diário das posições de suas carteiras. Para o controle da exposição das carteiras a riscos de mercado, estão definidos diversos tipos de limites em função dos objetivos de retorno e das tolerâncias a risco destas carteiras. Também são considerados procedimentos de preservação de capital.

O processo de gerenciamento e de controle do risco de mercado das carteiras do Gestor é feito através da definição e divulgação dos seguintes limites, quando aplicáveis e apropriados:

- Limites financeiros de exposição por classes/subclasses de ativos;
- Limites temporais (envolvendo maturidade ou *duration*) de exposição a risco por classes/subclasses de ativos;
- Limite de *value at risk* para as posições das carteiras como um todo;
- Limites de *value at risk* incremental para as diversas classes e subclasses de ativos existentes nas carteiras (renda fixa pré-fixada e seus diferentes riscos de crédito, renda fixa pós-fixada e seus diferentes riscos de crédito, renda variável);
- Limites de VaR em condições de *Stress*;
- Limites de alavancagem; e
- Limites de preservação de capital para as carteiras.

O Gestor também avalia o risco de mercado considerando situações de volatilidades anormalmente altas, chamadas situações de *stress*. Essas análises de *stress* são necessárias, pois os sistemas de mensuração de risco de mercado baseiam-se em condições normais de mercado, que podem não refletir potenciais perdas sob condições extremas de mercado. Estas análises consideram tanto eventos históricos como estimativas futuras de movimentos adversos do mercado.

Risco de crédito

Ao se medir o risco de crédito, ou risco de contraparte, deve-se avaliar a perda potencial em caso de default, i.e., a perda potencial em caso de a contraparte não poder cumprir com suas obrigações. O sistema de aprovação, gestão e controle de risco de crédito do Gestor está em conformidade com as mais importantes práticas do mercado.

O Gestor possui um sistema interno de *rating* para a gestão do risco de crédito. Este sistema apresenta consistência com outros sistemas de *rating* de agências classificadoras de risco de crédito. Já a avaliação do risco de crédito dos instrumentos derivativos é feita por meio de mensurações da exposição potencial e da exposição corrente. A exposição corrente é o valor de mercado, ou o custo de reposição, das posições existentes em aberto. A exposição potencial mede perdas futuras prováveis devidas a default ao longo da vida restante das posições existentes em aberto.

Risco de liquidez

A estratégia de gerenciamento de liquidez do Gestor estabelece a abordagem geral adotada no gerenciamento de liquidez, incluindo metas quantitativas e qualitativas. Esta estratégia aborda, ainda, a habilidade das carteiras do Gestor em suportarem eventos de stress no mercado.

A estratégia de gerenciamento de liquidez (ou, simplesmente, estratégia de liquidez) dispõe sobre aspectos como:

- Composição de ativos e passivos;
- Liquidez de ativos;
- Procedimentos de atuação para situações de crise de liquidez (tanto de curto como de longo prazo);
- Limites de descasamento de fluxo de caixa (necessidade de recursos em relação ao total do passivo) em função do tempo; e
- Limites para a relação entre ativos líquidos e passivo de curto prazo.

Adicionalmente, os gestores de recursos do Gestor avaliam constantemente a forma pela qual os riscos de crédito e de mercado impactam a estratégia de gerenciamento de liquidez.

A responsabilidade por estabelecer e analisar criticamente a estratégia de liquidez está designada às posições mais altas na hierarquia do Gestor, enquanto a responsabilidade por executar as determinações da estratégia de liquidez cabe aos gestores dos recursos do Gestor e a responsabilidade por verificar a execução das determinações da estratégia de liquidez é do gerente de risco e *compliance*.

A estratégia de liquidez do Gestor é avaliada criticamente a intervalos regulares que coincidem com as revisões para a macro alocação dos ativos, ou, se houver necessidade, em intervalos menores.

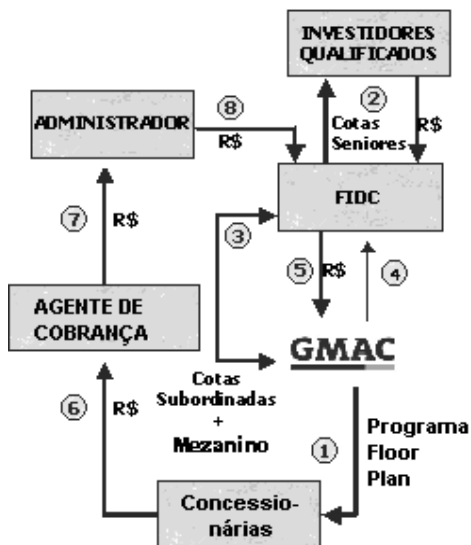
Risco operacional

O risco operacional pode ser caracterizado como o risco causado por falhas nos seus procedimentos operacionais, nos seus sistemas internos e nos seus sistemas de controle.

O gerenciamento do risco operacional ao qual estão expostas as atividades do Gestor é feito pela área de *compliance* por meio de um sistema de controles internos que compreende as seguintes etapas: (i) identificação de riscos; (ii) estimação dos riscos; (iii) análise dos riscos; e (iv) mitigação dos riscos.

VIII. ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

Desenho esquemático da operação



Legenda:

1. O Cedente concede financiamentos às Concessionárias dentro do Programa *Floor Plan*, originando Direitos Creditórios.
2. O Fundo emite a primeira série de Cotas Seniores para aquisição pelos Investidores Qualificados.
3. O Fundo emite Cotas Subordinadas e Cotas Mezanino de Classe A a serem subscritas pelo Cedente.
4. O Cedente cede os Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados ao Fundo.
5. O Fundo adquire os Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados pelo Preço de Aquisição.
6. As Concessionárias pagam pelos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos.
7. O Agente de Cobrança transfere as Cobranças referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos para o Administrador.
8. O Administrador transfere as Cobranças ao Fundo. Uma vez recebidos os recursos, o Fundo adquire mais Direitos Creditórios Elegíveis do Cedente (estrutura revolvante) ou efetua amortizações.

Sumário dos principais contratos firmados pelo Fundo

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças (“**Contrato de Cessão**”)

Contrato a ser firmado entre o Cedente e o Fundo, representado por seu Administrador.

Através do Contrato de Cessão, o Cedente se compromete a ceder, de acordo com os respectivos Termos de Cessão e mediante o pagamento, pelo Fundo, do Preço de Aquisição aplicável, todos e quaisquer Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados.

Consta do Contrato de Cessão, dentre outras disposições, que (a) o Cedente é responsável, civil e criminalmente, pela existência, liquidez do crédito, legalidade, veracidade e correta formalização dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, não se responsabilizando pelo pagamento dos Direitos Creditórios, e (b) a cessão, pelo Cedente, de Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados ao Fundo, de acordo com os termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, é definitiva e sem direito de regresso ou qualquer tipo de coobrigação do Cedente.

Os Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados deverão ser cedidos definitivamente pelo Cedente ao Fundo através do Termo de Cessão, a ser celebrado entre o Fundo e o Cedente nos termos do Contrato de Cessão.

Os termos e condições do Contrato de Cessão deverão ser acordados de forma irrevogável e irretratável e vincularão o Cedente e o Fundo, bem como seus sucessores a qualquer título.

O pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, a ser efetuado pelo Fundo ao Cedente, deverá ser realizado (i) em moeda corrente nacional, mediante transferência eletrônica disponível ou outra forma autorizada pelo Banco Central, valendo o comprovante de depósito como recibo de quitação do Cedente, (ii) mediante a emissão de cheque (ficando ressalvado que, nesta hipótese, o Cedente deverá autorizar o referido pagamento em cheque), e/ou (iii) em Cotas Subordinadas e/ou Cotas Mezanino, a serem emitidas pelo Fundo. Em qualquer hipótese, o Administrador será responsável pelas condições de pagamento que possam ser requeridas pelo Cedente.

O processo de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados deverá ser determinado no respectivo Termo de Cessão, com base em um Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados. A Taxa de Desconto a ser adotada será calculada com base nos critérios dispostos no Contrato de Cessão.

O Cedente não será responsabilizado pelo pagamento dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos por parte das Concessionárias ou pela solvência das Concessionárias. Assim, a realização dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos pelas Concessionárias. Não existe nenhuma garantia ou certeza de que o referido pagamento será efetuado.

Em qualquer caso, o Cedente, nos termos do artigo 295 do Código Civil, se responsabilizará, nas esferas cíveis e criminais, pela existência, exigibilidade, conteúdo, exatidão, legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos adquiridos pelo Fundo, nos termos do Contrato de Cessão.

Caso, na Data de Amortização relativa ao Período de Cobrança no qual o Cedente descubra uma violação relevante ou receba aviso por escrito de uma violação a qualquer das declarações e garantias sem que tal violação tenha sido sanada pelo Cedente até tal Data de Amortização, o Cedente deverá (i) readquirir o Recebível em Garantia ou (ii) substituir tal Recebível em Garantia por um Direito Creditório Elegível. Em tal hipótese, o preço de aquisição a ser pago ou o Direito Creditório Elegível a ser entregue pelo Cedente ao Fundo deverá ser de valor equivalente (i) ao Preço de Aquisição de tal Recebível em Garantia ou, (ii) nos casos em que a violação ocorrida prejudicar apenas uma parte do Recebível em Garantia, à parte prejudicada do Recebível em Garantia (“**Preço de Recompra**”). O pagamento do Preço de Recompra deverá ser realizado à vista em moeda corrente nacional, mediante transferência eletrônica disponível ou outra forma autorizada pelo Banco Central, valendo o comprovante de depósito como recibo de quitação, ficando ressalvado que tal pagamento deverá ser depositado na Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos. O Preço de Recompra deverá ser incluído nas Cobranças na data em que for depositado e deverá ser depositado de acordo com o Regulamento.

Todos os pagamentos relativos aos Direitos Creditórios serão efetuados pelas respectivas Concessionárias diretamente às Contas de Cobrança abertas e mantidas pelo Cedente junto aos Bancos de Cobrança.

Em cada Dia Útil durante cada Período de Cobrança, sem compensação ou reconvenção por conta das reivindicações em face do Cedente, do Fundo, do Administrador ou de qualquer outra Pessoa, cada Banco de Cobrança, com base em uma instrução irrevogável do Cedente por escrito, deverá automaticamente transferir a totalidade dos pagamentos recebidos de Concessionárias em sua Conta de Cobrança recebida no Dia Útil anterior para uma nova conta de movimentação restrita específica a ser aberta e mantida pelo Cedente com o Banco Centralizador (a “**Conta Centralizadora**”).

Qualquer alteração à cobrança e às estruturas de transferência dispostas nos itens 7.11 e 7.12 do Regulamento deverá ser previamente aprovado pelo Administrador por escrito.

Exclusivamente em caso de um Evento Fiscal Adverso, o Administrador deverá alterar as estruturas de cobrança e de transferência dispostas nos parágrafos acima. O Administrador deverá alterar o Regulamento nesse sentido e informar os Cotistas a esse respeito dentro de 15 (quinze) dias.

Em cada Dia Útil durante cada Período de Cobrança, sem compensação ou reconvenção por conta das reivindicações em face do Fundo ou de qualquer outra Pessoa, o Banco Centralizador, conforme instruído pelo Agente de Cobrança e subsequente confirmado pelo Administrador, deverá transferir os valores de Cobranças relacionados aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, depositados na Conta Centralizadora para uma nova conta corrente em nome do Fundo a ser aberta e mantida com o Administrador (“**Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos**”).

Dentro de um Dia Útil do recebimento das Cobranças relativas aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos na Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos nos termos parágrafo acima, sem compensação ou reconvenção por conta de reivindicações em face do Fundo ou de qualquer outra Pessoa, durante cada Período de Cobrança, o Administrador deverá transferir os valores na Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos para uma conta específica em nome do Fundo, aberta e mantida pelo Administrador (a “**Conta de Distribuição**”), equivalentes a 10% (dez por cento) do Valor Requerido então em vigor, até que o Valor Requerido integral esteja depositado. O Administrador deverá imediatamente notificar o Cedente (e, em qualquer hipótese, no máximo no próximo Dia Útil) quando o referido Valor Requerido para a próxima Data de Pagamento estiver depositado (no total) na Conta de Distribuição.

Caso, dentro de 10 (dez) Dias Úteis, contados a partir do início do respectivo Período de Cobrança, o Valor Requerido total não for depositado na Conta de Distribuição, todas as Cobranças recebidas deverão ser depositadas na Conta de Distribuição, até o Valor Requerido total esteja depositado.

Os valores remanescentes em depósito na Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, após a dedução do Valor Requerido devido à Conta de Distribuição, deverão ser utilizados para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis adicionais. Direitos Creditórios Elegíveis adicionais deverão ser adquiridos por um Preço de Aquisição calculado nos termos do Contrato de Cessão.

Contrato de Coordenação em Regime de Melhores Esforços de Colocação de Cotas de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC - Financiamento a Concessionárias (“**Contrato de Colocação**”)

Contrato firmado entre o Administrador, em nome do Fundo, o Cedente e o Coordenador, o qual estabelece dentre outros termos e condições que:

- (i) o Coordenador realizará a distribuição pública de até 8.000 (oito mil) Cotas Seniores da primeira série e de até 273 (duzentas e setenta e três) Cotas Mezanino de Classe A, em regime de melhores esforços, ao preço de emissão de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada;
- (ii) o preço de integralização das Cotas Seniores da primeira série no âmbito da Oferta corresponderá ao Preço de Emissão, devendo ser pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato da integralização; e
- (ii) os recursos relativos à integralização das Cotas Seniores da primeira série deverão ser colocados pelo Coordenador à disposição do Fundo, por meio de Documento de Ordem Bancária - DOC, transferência eletrônica disponível (TED) ou por outras formas admitidas pela regulamentação pertinente, para conta corrente de titularidade do Fundo.

IX. ADMINISTRAÇÃO, CUSTÓDIA E GESTÃO DO FUNDO

Administrador e custodiante

O Fundo é administrado pelo **Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar — parte, inscrita no CNPJ sob o nº 33.868.597/0001-40, autorizada pela CVM para a administração profissional de carteiras de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório CVM nº 1.223, de 8 de janeiro de 1990. O Administrador também exercerá os serviços de custódia, controladoria e escrituração das Cotas do Fundo.

Observadas as restrições estabelecidas no Regulamento e as demais disposições legais aplicáveis, o Administrador possui plenos poderes para praticar todos os atos que possam ser necessários para a administração do Fundo bem como para o exercício dos direitos inerentes aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos que integrem os Ativos do Fundo, e será ainda responsável pela representação do Fundo em todos os atos.

Com relação aos itens descritos acima, o Administrador e o diretor designado, nos termos do artigo 8º, parágrafo primeiro, inciso V da Instrução CVM nº 356/01, permanecerão responsáveis pela regularidade na prestação das informações divulgadas sobre o Fundo.

Atribuições do Administrador

As atribuições do Administrador são as seguintes:

- (i) registrar a ata deliberando a constituição do Fundo e o Regulamento e seus Anexos, bem como quaisquer futuros aditamentos ao Regulamento e a seus Anexos, no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- (ii) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (b) o registro dos Cotistas;
 - (c) o livro de atas das assembleias gerais do Fundo;
 - (d) o livro de presença dos Cotistas;
 - (e) os demonstrativos trimestrais mencionados no artigo 8, parágrafo terceiro da Instrução CVM 356/01 e no item 5.3 (ix) do Regulamento;
 - (f) o registro dos fatos contábeis relativos ao Fundo;
 - (g) os relatórios emitidos pela Empresa de Auditoria; e
 - (h) o Regulamento, o qual deverá ser alterado para refletir as deliberações das assembleias gerais de Cotistas, bem como, independentemente destas, para fins exclusivos de adequação às leis e/ou instruções da CVM aplicáveis, devendo neste último caso o Administrador providenciar as alterações aos Cotistas nos termos do item 20.1 do Regulamento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do evento;

- (iii) receber quaisquer cobranças e quaisquer Rendimentos de Investimentos;
- (iv) entregar ao Cotista, mediante recibo e gratuitamente, exemplar do Regulamento bem como as informações sobre o nome do Periódico do Fundo e a Taxa de Administração;
- (v) providenciar que os Cotistas assinem o Termo de Adesão, conforme o modelo constante do Anexo I ao Regulamento, na mesma data de aquisição das Cotas do Fundo, exceto nos casos de aquisição no mercado secundário;
- (vi) divulgar no Periódico do Fundo, sempre que solicitado por uma assembléia de Cotistas, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor das Cotas, a rentabilidade acumulada durante o mês e durante o ano civil a que se refere, além de manter as referidas informações disponíveis em sua sede;
- (vii) submeter à CVM informe mensal, através do sistema de envio de documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores (conforme modelo disponível na referida página), no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último Dia Útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo, conforme prevê o artigo 45 da Instrução CVM 356/01:
 - (a) saldo dos Ativos do Fundo;
 - (b) Patrimônio Líquido;
 - (c) rentabilidade apurada no período;
 - (d) valor de cada Cota de cada classe, nos termos do respectivo Suplemento, e a quantidade de Cotas em circulação;
 - (e) o comportamento da carteira dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, abrangendo, inclusive, dados e comentários sobre o desempenho esperado e o realizado;
 - (f) quaisquer posições mantidas em mercado de derivativos (conforme aplicável); e
 - (g) número de Cotistas;
- (viii) colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede, no prazo de até 10 (dez) dias, contado a partir do encerramento do mês a que se refere, informações sobre:
 - (a) o número de Cotas detidas por cada Cotista e o valor correspondente;
 - (b) a Taxa de Retorno das Cotas Seniores, das Cotas Mezanino, e das Cotas Subordinadas com base nos dados relativos ao último dia do mês;
 - (c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e desempenho efetivamente realizado; e
 - (d) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor de suas Cotas, bem como a relação entre o Patrimônio Líquido do Fundo e as Cotas;

- (ix) elaborar, por meio de seu diretor designado nos termos do parágrafo terceiro do artigo 8º da Instrução CVM 356/01, demonstrativos trimestrais evidenciando (a) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a Política de Investimento; (b) que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas comutativas e compatíveis com as práticas de mercado; (c) os procedimentos para determinação da existência dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos através de procedimentos de amostragem durante o trimestre anterior adotados pelo Administrador, incluindo a metodologia para escolha de amostra inspecionada durante o período; e (d) os resultados da verificação do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos através de procedimentos de amostragem realizados durante o trimestre anterior pelo Administrador, com especificação, entre o universo analisado, da quantidade e da relevância de quaisquer créditos inexistentes porventura encontrados;
- (x) submeter os demonstrativos trimestrais referidos no item 5.3 (ix) do Regulamento (a) à CVM, através do sistema de envio de documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do referido período; e (b) a exame por parte da Empresa de Auditoria, por ocasião da auditoria independente de que trata o item 21.2 do Regulamento, bem como mantê-los em sua sede à disposição dos Cotistas do Fundo;
- (xi) divulgar no Periódico do Fundo as informações relativas ao Fundo exigidas pelas leis aplicáveis, nos prazos e condições previstos, inclusive atos, fatos e demais ocorrências relevantes concernentes ao Fundo, que possam influir na decisão de investimento tomada pelos Cotistas, mantendo disponíveis tais informações sobre fatos e atos relevantes em sua sede, bem como nas sedes e agências das instituições responsáveis pela distribuição das Cotas do Fundo;
- (xii) manter disponíveis, em sua sede e agências bem como nas sedes e agências das instituições responsáveis pela distribuição das Cotas do Fundo, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor das Cotas, o rendimento auferido no mês e ano civis em referência, e os relatórios emitidos pela Agência de Classificação de Risco;
- (xiii) custear as despesas de propaganda do Fundo, bem como aquelas exigidas pela legislação aplicável;
- (xiv) fornecer anualmente aos Cotistas um documento contendo as informações sobre os rendimentos auferidos durante o ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de propriedade dos Cotistas e o respectivo valor;
- (xv) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras previstos na Instrução CVM 356/01, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo;
- (xvi) fornecer a atualização trimestral (no mínimo) da Classificação de Risco;
- (xvii) colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer Cotista interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos de:
 - (a) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
 - (b) 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais; e
- (xviii) cumprir e observar, a todo o tempo, as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

As informações de que tratam o item (vi) acima também poderão ser divulgadas por meio das instituições que integrem o Sistema Financeiro Nacional, desde que a referida divulgação seja realizada através de periódicos de grande circulação.

No caso descrito acima, o Administrador e o diretor designado de acordo com os termos do item V do artigo 8º da Instrução CVM 356/01 permanecerão responsáveis pela regularidade da prestação das informações divulgadas sobre o Fundo.

O Administrador também será obrigado a desempenhar as atividades a seguir:

- (i) receber e analisar os documentos que evidenciem os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos representados pelos Documentos Comprobatórios cedidos ao Fundo;
- (ii) validar os Direitos Creditórios selecionados para aquisição pelo Fundo, tendo em vista os Critérios de Elegibilidade e a Política de Investimento do Fundo;
- (iii) conduzir a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, evidenciados no respectivo Contrato de Cessão, no Termo de Cessão e nos Documentos Comprobatórios;
- (iv) sem prejuízo do item 5.4.2 do Regulamento, realizar as atividades de custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos documentos relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, incluindo, entre outros, os Documentos Comprobatórios, e demais Ativos do Fundo;
- (v) assegurar a manutenção, às suas próprias expensas, de forma atualizada e regular, dos documentos pertinentes aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos através de uma metodologia pré-estabelecida e com livre acesso pelo Fundo e seus respectivos representantes e consultores, à Empresa de Auditoria, à Agência de Classificação de Risco e aos órgãos regulatórios;
- (vi) cobrar e receber, por conta e em nome do Fundo, pagamentos, resgates de títulos ou qualquer outra receita relativa aos títulos sob custódia, depositando os valores na Conta de Distribuição;
- (vii) adquirir os Direitos Creditórios Elegíveis, pelo respectivo Preço de Aquisição, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão;
- (viii) alocar as Cobranças nos termos do Regulamento; e
- (ix) prestar serviços de escrituração e controladoria das Cotas.

Tendo em vista a significativa quantidade dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos cedidos ao Fundo e a expressiva diversificação de Concessionárias, o Administrador deverá conduzir uma análise dos documentos descritos no item (i) acima, através de procedimentos diligentes de amostragem, a serem realizados às suas próprias custas, observado o disposto a seguir:

- (i) o Administrador deverá, trimestralmente, analisar os documentos que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, em uma data base pré-determinada. O Administrador deverá analisar uma amostra do total de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, definida com um intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) e uma margem máxima de erro tal amostra de 10% (dez por cento), após uma seleção aleatória, independentemente da identidade das Concessionárias relativas a tais Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos;
- (ii) o escopo da análise dos documentos que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios, a avaliação da possibilidade de sua recuperação e a identidade das Concessionárias devedoras dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos correspondentes; e

- (iii) para realizar a análise dos documentos que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, o Administrador, por conta própria, poderá contratar consultores especializados para prestar os serviços de análise através dos procedimentos de amostragem para os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos.

Sem prejuízo da sua responsabilidade pela cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos prevista no item 5.4 (vi) do Regulamento, o Administrador, em nome do Fundo, deverá nomear o Cedente para atuar como Agente de Cobrança para a cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos de acordo com os termos dispostos no Contrato de Cessão.

O Agente de Cobrança, ou qualquer Agente Autorizado, se a cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos for realizada por tal Agente Autorizado, deverá ser responsável pela custódia física dos Documentos Comprobatórios cedidos ao Fundo, com a nomeação de seus representantes legais como fiéis depositários dos respectivos Documentos Comprobatórios, nos termos do artigo 629 do Código Civil brasileiro, conforme estabelecido no Contrato de Cessão.

O Agente de Cobrança terá o direito de nomear Bancos de Cobrança para a prestação de serviços de cobrança bancária centralizada dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos.

Nos termos do artigo 38 da Instrução CVM 356/01, a nomeação do Cedente ou de qualquer terceiro, caso a cobrança dos Direitos Creditórios seja realizada por tal terceiro, como fiel depositário dos documentos relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos adquiridos pelo Fundo, em conformidade com o item 5.4.2 do Regulamento, não exclui as responsabilidades do Administrador.

O Administrador, agindo em nome do Fundo, poderá nomear outra instituição como fiel depositária dos documentos relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, desde que previamente aprovada por uma assembléia geral de Cotistas, nos termos do item 17.3 do Regulamento.

Vedações aplicáveis ao Administrador

É vedado ao Administrador:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos (conforme aplicável);
- (ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas do Fundo.

As vedações de que tratam os itens (i) a (iii) acima também abrangem os recursos que pertençam a Coligadas do Administrador. As vedações acima referidas também incluem os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

É vedado ao Administrador, agindo em nome do Fundo:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos (conforme aplicável);
- (ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros que não sejam Investimentos Permitidos;
- (iii) aplicar recursos diretamente no exterior;

- (iv) adquirir Cotas do próprio Fundo;
- (v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- (vi) vender as Cotas do Fundo a prestação;
- (vii) prometer qualquer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- (viii) incluir, em seu material de propaganda e nos demais documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho de terceiros ou no desempenho dos ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no mercado financeiro;
- (ix) delegar poderes de gestão dos Ativos do Fundo, ressalvado o disposto na Seção “Contratação de terceiros” abaixo;
- (x) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência das operações realizadas em mercados de derivativos (conforme aplicável);
- (xi) efetuar locações, empréstimos, penhores ou cauções dos Ativos do Fundo, exceto quando se tratar da utilização como margem de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos (conforme aplicável); e
- (xii) ceder Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos de propriedade do Fundo, exceto mediante a ocorrência de (a) um Evento de Liquidação Antecipada, nos termos do item 18.1 do Regulamento, (b) um Evento de Liquidação Antecipada Automática, nos termos do item 18.2 do Regulamento, (c) um Recebível em Garantia, de acordo com o item 9.6 do Regulamento e (d) uma remoção aleatória de Linhas, nos termos do item 10.4 do Regulamento.

Contratação de terceiros

O Administrador poderá, sem prejuízo de sua responsabilidade e da responsabilidade do diretor ou sócio-gerente designado, contratar serviços de (i) consultores especializados, os quais deverão analisar e selecionar os Ativos do Fundo; e (ii) gestão dos Ativos do Fundo junto a terceiros devidamente identificados, nos termos da Instrução CVM 356/01 e do item 7.5 do Regulamento.

A remuneração devida aos terceiros contratados pelo Fundo nos termos desta Seção deverá, para todos os fins, ser considerada uma despesa do Fundo.

O Administrador poderá efetuar pagamentos diretos aos subcontratados que, mediante aprovação prévia do Fundo, tenham sido contratados pelos prestadores de serviços ao Fundo. Nessa hipótese, o valor pago diretamente a tais subcontratados deverá ser deduzido da Taxa de Administração.

Substituição do Administrador

O Administrador, mediante anúncio a ser publicado no Periódico do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista e também enviada simultaneamente à CVM com, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias de antecedência, poderá renunciar à administração do Fundo, ficando ressalvado que o Administrador deverá convocar imediatamente uma assembléia geral, nos termos do artigo 28 da Instrução CVM 356/01 e observada a Seção V deste Prospecto, para deliberar sobre a sua substituição ou a liquidação do Fundo, conforme aplicável.

O Administrador também poderá ser substituído, independentemente de sua vontade, por deliberação das assembléias gerais de Cotistas.

Nas hipóteses de substituição do Administrador e liquidação do Fundo, serão aplicadas as normas em vigor de responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores, e gerentes de instituições financeiras, independentemente das normas que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

Taxa de Administração

O Administrador terá o direito de receber, pela prestação de seus serviços de administração, a título de Taxa de Administração, um percentual equivalente a (i) 0,40% (zero vírgula quarenta por cento) ao ano, calculado diariamente com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, caso o Patrimônio Líquido do Fundo seja inferior a R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais); ou (ii) 0,34% (zero vírgula trinta e quatro por cento) ao ano, calculado diariamente com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, caso o Patrimônio Líquido do Fundo seja igual ou superior a R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), a ser paga mensalmente, no término de cada mês, em cada Data de Amortização.

Sem prejuízo do parágrafo acima, caso em qualquer mês a Taxa de Administração corresponda a um valor total inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), o Administrador fará jus ao recebimento de um pagamento mínimo mensal de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a título de Taxa de Administração. O pagamento mínimo mensal aqui disposto será corrigido anualmente de acordo com a variação do IGPM no ano anterior.

A Taxa de Administração descrita acima não inclui as despesas previstas na Seção XVI do Regulamento, as quais deverão ser debitadas do Fundo pelo Administrador.

O Administrador poderá estabelecer as parcelas da Taxa de Administração que deverão ser pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, nos termos da Seção VII do Regulamento, desde que o somatório destas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Não deverão ser cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas, além da Taxa de Administração mencionada acima e as despesas e encargos mencionados na Seção XVI do Regulamento.

Gestor

O Fundo será gerido pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Jr., nº 999, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 03.384.738/0001-98.

O Gestor foi contratado pelo Administrador nos termos do artigo 39, II, da Instrução CVM 356/01.

O Gestor deverá desempenhar as atividades a seguir em conformidade com as disposições do Regulamento e da regulamentação aplicável da CVM:

- (i) gestão dos Ativos do Fundo; e
- (ii) instrução ao Administrador da prática de quaisquer outros atos relativos à gestão do Fundo e permitidos pelas leis e regulamentações aplicáveis, em qualquer caso nos termos do item 8.3 do Regulamento.

Pela prestação dos seus serviços, o Gestor terá direito a uma parcela da Taxa de Administração, a título de Taxa de Gestão, a ser deduzida da Taxa de Administração e paga diretamente pelo Administrador.

Agente de Cobrança

O Agente de Cobrança deverá adotar, com relação aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, as mesmas Políticas de Cobrança vigentes por ele adotadas com relação a quaisquer Direitos Creditórios não cedidos ao Fundo. Os termos e condições das atividades do Agente de Cobrança deverão estar contemplados no Contrato de Cessão.

Caso o Cedente deixe de prestar as suas atividades em nome do Fundo, em consideração pelos seus serviços, o Agente de Cobrança Substituto fará jus a uma Taxa de Cobrança, equivalente a um valor inferior a 1% (um por cento) ao ano, calculado diariamente com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, e a ser pago mensalmente, após o encerramento do mês em questão, em cada Data de Amortização.

Todos os pagamentos relativos aos Direitos Creditórios serão efetuados pelas respectivas Concessionárias diretamente às Contas de Cobrança abertas e mantidas pelo Cedente junto aos Bancos de Cobrança.

Em cada Dia Útil durante cada Período de Cobrança, sem compensação ou reconvenção por conta das reivindicações em face do Cedente, do Fundo, do Administrador ou de qualquer outra Pessoa, cada Banco de Cobrança, com base em uma instrução irrevogável do Cedente por escrito, deverá automaticamente transferir a totalidade dos pagamentos recebidos de Concessionárias em sua Conta de Cobrança recebida no Dia Útil anterior para a Conta Centralizadora.

Qualquer alteração à cobrança e às estruturas de transferência dispostas nos parágrafos acima deverá ser previamente aprovado pelo Administrador por escrito.

Exclusivamente em caso de um Evento Fiscal Adverso, o Administrador deverá alterar as estruturas de cobrança e de transferência dispostas nos itens 7.11 e 7.12 do Regulamento. O Administrador deverá alterar o Regulamento nesse sentido e informar os Cotistas a esse respeito dentro de 15 (quinze) dias.

Em cada Dia Útil durante cada Período de Cobrança, sem compensação ou reconvenção por conta das reivindicações em face do Fundo ou de qualquer outra Pessoa, o Banco Centralizador, conforme instruído pelo Agente de Cobrança e subseqüentemente confirmado pelo Administrador, deverá transferir os valores de cobranças relacionados aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, depositados na Conta Centralizadora para a Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos.

Dentro de um Dia Útil do recebimento das cobranças relativas aos Direitos Creditórios Elegíveis na Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos nos termos do item 7.13 do Regulamento, sem compensação ou reconvenção por conta de reivindicações em face do Fundo ou de qualquer outra Pessoa, durante cada Período de Cobrança, o Administrador deverá transferir os valores na Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos para a Conta de Distribuição, equivalentes a 10% (dez por cento) do Valor Requerido então em vigor, até que o Valor Requerido integral esteja depositado. O Administrador deverá imediatamente notificar o Cedente (e, em qualquer hipótese, no máximo no próximo Dia Útil) quando o referido Valor Requerido para a próxima Data de Pagamento estiver depositado (no total) na Conta de Distribuição.

Caso, dentro de 10 (dez) Dias Úteis, contados a partir do início do respectivo Período de Cobrança, o Valor Requerido total não for depositado na Conta de Distribuição, todas as Cobranças recebidas deverão ser depositadas na Conta de Distribuição, até o Valor Requerido total esteja depositado.

Os valores remanescentes em depósito na Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, após a dedução do Valor Requerido devido à Conta de Distribuição, deverão ser utilizados para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis adicionais. Direitos Creditórios Elegíveis adicionais deverão ser adquiridos por um Preço de Aquisição calculado nos termos do Contrato de Cessão.

X. AS COTAS

Cotas

As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio. As Cotas do Fundo poderão ser Cotas Seniores, Cotas Mezanino ou Cotas Subordinadas. Cada série de Cotas terá as mesmas características e conferirá a seus titulares iguais direitos e obrigações, observados os termos do Regulamento.

As Cotas serão escriturais e nominativas e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos Cotistas. O Administrador poderá promover o grupamento automático das Cotas da mesma série ou da mesma classe, conforme aplicável, detidas por qualquer Cotista.

As Cotas não serão resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo ou de sua Liquidação Antecipada ou Liquidação Antecipada Automática, sendo admitida a amortização das Cotas conforme o disposto no Regulamento ou por decisão da assembléia geral de Cotistas.

Classes das Cotas

O Fundo deverá emitir Cotas Seniores, Cotas Mezanino e Cotas Subordinadas.

O Fundo poderá emitir múltiplas séries de Cotas Seniores, ficando ressalvado, no entanto, que cada nova série de Cotas Seniores a ser emitida pelo Fundo estará sujeita a um suplemento específico ao Regulamento, que deverá estabelecer (i) as séries das Cotas Seniores sujeitas à respectiva emissão; (ii) o valor mínimo e máximo das Cotas Seniores a serem emitidas nos termos da respectiva série; (iii) o preço de emissão das Cotas Seniores; (iv) a Data de Emissão; (v) os cronogramas de amortização; (vi) o Benchmark Sênior; (vii) as características específicas das Cotas Seniores de cada série; (viii) o número de Períodos de Cobrança do Período de Suspensão da Aquisição; e (ix) a metodologia de cálculo do valor de cada Cota Sênior (“**Suplemento**”), na forma prevista no Anexo II ao Regulamento.

O Fundo poderá emitir múltiplas classes de Cotas Mezanino (as quais poderão ser integralmente subscritas pelo Cedente), ficando ressalvado, no entanto, que cada nova classe de Cotas Mezanino a ser emitida pelo Fundo estará sujeita a um Suplemento específico, o qual deverá estabelecer (i) o valor mínimo e máximo das Cotas Mezanino a serem emitidas nos termos da respectiva classe; (ii) o preço de emissão de tais Cotas Mezanino; (iii) a Data de Emissão; (iv) o Benchmark Mezanino; (v) as características específicas das Cotas Mezanino de cada classe (incluindo sua subordinação em relação à classe imediatamente precedente das Cotas Mezanino); (vi) o número de Períodos de Cobrança do Período de Suspensão da Aquisição; e (vii) a metodologia de cálculo para o valor de cada Cota Mezanino.

A primeira emissão das Cotas do Fundo deverá consistir na primeira série de Cotas Seniores, em Cotas Mezanino de Classe A e em Cotas Subordinadas, conforme estabelecido no respectivo Suplemento.

O Fundo somente poderá emitir novas séries de Cotas Seniores e/ou novas classes de Cotas Mezanino, observada a Condição da Agência de Classificação de Risco, e se a referida emissão não resultar em uma alteração adversa relevante ao Índice de Subordinação e ao Índice Mezanino vigentes.

O Cedente nunca poderá deter quaisquer Cotas Seniores; mas (i) poderá deter a totalidade das Cotas Mezanino, e (ii) necessariamente deterá a totalidade das Cotas Subordinadas.

Cada Cota de cada classe estará sujeita às mesmas taxas e despesas aplicáveis a tal classe, ficando ressalvado, no entanto, que as Cotas de cada classe terão direito a Taxas de Retorno diferentes.

Cotas Seniores

As Cotas Seniores são as Cotas que não são subordinadas a nenhuma outra Cota para fins de amortização, resgate e distribuição de resultados. Os critérios para a distribuição dos recursos às Cotas Seniores estão previstos no respectivo Suplemento.

Cotas Mezanino

As Cotas Mezanino constituem Cotas que estão subordinadas às Cotas Seniores e tem prioridade sobre as Cotas Subordinadas para os fins de amortização, resgate e distribuição de resultados, observado o Índice Mezanino. Portanto, o resgate das Cotas Mezanino somente deverá ocorrer após o resgate completo das Cotas Seniores.

Cotas Subordinadas

As Cotas Subordinadas são as Cotas que são subordinadas às Cotas Seniores e às Cotas Mezanino para fins de amortização, resgate e distribuição de resultados, observado o Índice de Subordinação. Portanto, o resgate das Cotas Subordinadas somente deverá ocorrer após o resgate completo das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino.

Investidores

Será considerado Cotista aquele que subscrever e integralizar as respectivas Cotas e abrir uma conta de depósito com a CETIP e/ou com a BM&FBovespa, na(s) qual(is) tais Cotas deverão ser depositadas.

Somente poderão subscrever e/ou adquirir as Cotas Seniores e as Cotas Mezanino do Fundo Investidores Qualificados, observada a responsabilidade dos intermediários, no caso de aquisição em mercado secundário, em assegurar que (i) somente tais investidores poderão adquirir as Cotas do Fundo; e (ii) tais investidores assinem o Termo de Adesão ao Regulamento, na forma do Anexo I ao Regulamento.

O valor mínimo de aplicação em Cotas do Fundo no mercado primário será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ficando ressalvado que tal valor não deverá se aplicar ao mercado secundário.

Aplicação em Cotas do Fundo

O investimento em Cotas Seniores do Fundo pode ser realizado por meio de débito em conta corrente ou conta de investimento, transferência eletrônica disponível ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizados pelo Banco Central, a critério do Administrador. Os custos relativos às tarifas bancárias correm por conta do subscritor.

O investimento em Cotas Mezanino pode ser realizado através (i) da entrega dos Direitos Creditórios Elegíveis pelo Cedente; e/ou (ii) débito em conta corrente ou conta de investimento, transferência eletrônica disponível ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central, a critério do Administrador, ficando ressalvado que, neste caso, os custos relativos às tarifas bancárias serão pagos pelo subscritor.

Além dos métodos de pagamento dispostos no item 13.6 do Regulamento, o investimento em Cotas Subordinadas pode ser realizado através da entrega de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Cedente, nos valores estabelecidos com o Administrador para manter o Índice de Subordinação.

Os investimentos nas Cotas serão considerados como tendo sido concluídos somente após os recursos estarem disponíveis na conta corrente do Fundo, ficando ressalvado que, para assegurar que o valor de emissão da Cota seja o mesmo do preço de abertura da Cota na mesma data na qual os recursos entregues pelo Cotista ao Administrador se tornem disponíveis (D+0), tais recursos deverão estar disponíveis até as 15 (quinze) horas de tal data (horário de Brasília).

Emissão de Cotas

A 1ª (primeira) emissão de Cotas Seniores e Cotas Mezanino do Fundo compreenderá o total de até 8.000 (oito mil) Cotas Seniores da primeira série e até 273 (duzentas e setenta e três) Cotas Mezanino de Classe A, com valor unitário de emissão de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

A totalidade das Cotas Subordinadas e as Cotas Mezanino subscritas pelo Cedente deverão ser integralizadas, com Direitos Creditórios Elegíveis ou em moeda corrente nacional, mediante transferência eletrônica disponível ou outra forma autorizada pelo Banco Central do Brasil, valendo o comprovante de depósito como recibo de quitação, equivalente(s), no mínimo, ao Índice de Subordinação. A verificação e manutenção do Índice de Subordinação deverão ser desempenhadas pelo Administrador. Se o Administrador verificar que o referido Índice de Subordinação não está sendo cumprido a qualquer tempo, o Administrador irá solicitar que o Cedente subscreva novas Cotas Subordinadas e efetue a sua integralização através da entrega de Direitos Creditórios Elegíveis Adicionais ou do pagamento de um valor equivalente em dinheiro, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da verificação do evento em questão.

Se o valor total das Cotas Subordinadas subscritas e integralizadas pelo Cotista Subordinado for, a qualquer tempo, superior ao Índice de Subordinação, o Cotista Subordinado terá o direito de solicitar a amortização das Cotas Subordinadas excedentes antes do resgate integral das Cotas Mezanino e das Cotas Seniores, desde que o Fundo possua recursos suficientes para o cumprimento desta solicitação, ficando ressalvado que o Índice de Subordinação deverá ser observado.

No caso disposto no parágrafo acima, o Administrador deverá realizar a amortização das Cotas Subordinadas necessárias respeitando o Índice de Subordinação.

Caso o valor de face de um Direito Creditório Elegível Cedido seja reduzido por qualquer razão que não em decorrência de uma relutância ou inabilidade de pagamento da Concessionária, o Cedente deverá reembolsar ao Fundo o valor total de tal redução, subscrevendo Cotas Subordinadas adicionais mediante entrega de Direitos Creditórios Elegíveis Adicionais ou pagamento de um valor equivalente em dinheiro.

O Cotista Subordinado deverá subscrever Cotas Subordinadas em um montante necessário para atingir o Índice de Subordinação. Se o Cotista Subordinado não subscrever o valor das Cotas Subordinadas necessário para cumprir o Índice de Subordinação, tal evento deverá ser considerado um Evento de Consulta aos Cotistas.

Qualquer nova emissão de nova série de Cotas Seniores e/ou nova classe de Cotas Mezanino deverá observar a Condição da Agência de Classificação de Risco.

Distribuição das Cotas do Fundo

Todas as Cotas Seniores de emissão do Fundo somente poderão ser distribuídas por intermédio de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Cotas Seniores da primeira série e as Cotas Mezanino de Classe A serão distribuídas pelo Coordenador, em regime de melhores esforços, nos termos do Contrato de Distribuição, até o encerramento do Prazo de Colocação. As Cotas Subordinadas do Fundo serão colocadas de forma privada pelo Administrador junto ao Cedente, que subscreverá a totalidade das Cotas Subordinadas.

No momento da subscrição das Cotas do Fundo, caberá à instituição contratada para a distribuição assegurar a condição de investidor qualificado do subscritor das Cotas, independentemente da classe a qual pertençam.

Será admitida a distribuição parcial das Cotas, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição de uma quantidade mínima de 4.000 (quatro mil) Cotas Seniores da primeira série e 137 (cento e trinta e sete) Cotas Mezanino de Classe A, nos termos de seus respectivos Suplementos.

Caso ocorra a distribuição parcial aqui referida, as Cotas que não forem efetivamente subscritas e integralizadas no prazo de distribuição das Cotas Seniores da primeira série serão canceladas pelo Administrador.

Não sendo realizada a distribuição de uma quantidade mínima de 4.000 (quatro mil) Cotas Seniores da primeira série e 137 (cento e trinta e sete) Cotas Mezanino de Classe A, a Oferta será imediatamente cancelada pelo Administrador, que deverá comunicar imediatamente os investidores sobre o cancelamento da Oferta, mediante publicação de aviso no Periódico do Fundo. Nesse caso, os valores até então integralizados pelos Cotistas serão devolvidos pelo Administrador, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação do aviso, sem nenhum acréscimo ou correção.

Havendo excesso de demanda pelas Cotas Seniores da primeira série e/ou pelas Cotas Mezanino de Classe A, o Administrador poderá fazer uso da faculdade prevista no parágrafo segundo do artigo 14 da Instrução CVM 400/03 e distribuir um volume adicional de até 20% (vinte por cento) da quantidade máxima de Cotas Seniores da primeira série e/ou Cotas Mezanino de Classe A inicialmente prevista, sem a necessidade de aprovação em assembléia geral ou registro perante a CVM. Nesse caso, o Coordenador poderá também, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400/03, distribuir um lote suplementar de Cotas Seniores da primeira série e/ou Cotas Mezanino de Classe A, nas condições e preços dispostos neste Prospecto e no respectivo Suplemento, limitado a 15% (quinze por cento) da quantidade de Cotas Seniores da primeira série e/ou Cotas Mezanino de Classe A objeto da Oferta.

Será admitida a aquisição, por um mesmo investidor, de todas as Cotas Seniores emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas do Fundo.

As Cotas Seniores da primeira série e as Cotas Mezanino de Classe A serão registradas para (i) distribuição, no MDC – Módulo de Distribuição de Ativos, integrante da CETIP, e na BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa); e (ii) negociação no mercado secundário da BM&FBovespa, em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX e no SF – Módulo de Fundos, administrado pela CETIP, observada a responsabilidade dos intermediários de assegurar que somente tais investidores poderão adquirir Cotas do Fundo.

Plano de distribuição das Cotas

Anteriormente ao registro da Oferta junto à CVM, exemplares do Prospecto Preliminar foram disponibilizados ao público, precedido da publicação de aviso ao mercado, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM nº 400/03, do qual constaram as informações relativas ao processo de coleta de intenção de investimentos perante Investidores Qualificados, por meio do qual foram determinados o Benchmark Sênior e o Benchmark Mezanino das Cotas ofertadas. Tal processo consistiu na verificação da demanda pelas Cotas e diferentes níveis de taxa pré-fixada de juros além da variação da Taxa DI.

O Benchmark Sênior aplicável às Cotas Seniores da primeira série será a Taxa DI acrescida de 3% (três por cento) e o Benchmark Mezanino aplicável às Cotas Mezanino de Classe A será a Taxa DI acrescida de 5,75% (cinco vírgula setenta e cinco por cento).

Haverá apresentações aos investidores interessados, realizadas conjuntamente pelo Cedente, pelo Administrador e pelo Coordenador, a respeito das principais características do Fundo e das Cotas, com a utilização de material previamente protocolado na CVM.

Custos da distribuição

A tabela abaixo demonstra o custo da distribuição das Cotas Seniores da primeira série e Cotas Mezanino de Classe A, levando-se em consideração a distribuição de todas as Cotas Seniores da primeira série e Cotas Mezanino de Classe A objeto da Oferta:

Custo Total da Distribuição das Cotas	Valor
Valor da emissão de Cotas Seniores da primeira série	até R\$ 200.000.000,00
Valor da emissão de Cotas Mezanino de Classe A	até R\$ 6.825.000,00
Custo de registro junto à CVM	R\$ 165.740,00
Custo da remuneração do Coordenador Comissão de Coordenação e Estruturação do Coordenador Comissão de Colocação do Coordenador	1% do volume das Cotas distribuídas 0,375% do volume das Cotas Seniores da primeira série
Agência de Classificação de Risco	0,03% sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, com valor mínimo de US\$ 30.000,00
Empresa de Auditoria	R\$ 72.500,00
Assessores Legais do Cedente e Assessores Legais do Coordenador Líder	R\$ 500.000,00
Valor Nominal Unitário	R\$ 25.000,00
Custo de registro na ANBID	R\$ 7.500,00
Custo de registro na CETIP Abertura de conta Módulo de distribuição de ativos	R\$ 722,28 R\$ 2.363,00
BM&FBovespa Taxa de análise para registro	R\$ 7.700,00
Custo de registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos	R\$ 580,49
Publicações legais e impressão de prospectos	R\$ 150.000,00
Road Show	R\$ 30.000,00
Custo da distribuição das Cotas Seniores da primeira série e das Cotas Mezanino de Classe A	R\$ 440,00
Custo total	R\$ 3.640.209,52
Porcentagem em relação ao preço unitário	1,76%

Cronograma da distribuição pública de Cotas Seniores da primeira e Cotas Mezanino de Classe A

Encontra-se abaixo um cronograma estimado e tentativo das etapas da distribuição pública de Cotas Seniores da primeira série e Cotas Mezanino de Classe A, informando seus principais eventos a partir da data de registro automático da Oferta na CVM e disponibilização deste Prospecto aos investidores:

Eventos	Data
Pedido de registro da Oferta na CVM	10 de março de 2009
Interrupção do prazo de análise de registro da Oferta na CVM	22 de junho de 2009
Reabertura do prazo de análise de registro da Oferta na CVM	05 de agosto de 2009
Publicação do Aviso ao Mercado	06 de agosto de 2008
Disponibilização do Prospecto Preliminar	06 de agosto de 2009
Apresentações para investidores	13 a 21 de agosto de 2009
Realização do <i>bookbuilding</i>	16 de setembro de 2009
Registro da Oferta na CVM	5 de outubro de 2009
Publicação do Anúncio de Início	14 de outubro de 2009
Disponibilização do Prospecto Definitivo	14 de outubro de 2009
Início do prazo de exercício das opções	14 de outubro de 2009
Primeira subscrição de Cotas	23 de outubro de 2009
Data de liquidação	23 de outubro de 2009
Encerramento do prazo de exercício das opções	180 dias contados da data de liquidação
Data máxima de liquidação das opções	180 dias contados da data de liquidação
Data máxima de publicação do Anúncio de Encerramento	180 dias contados da data de liquidação

Revogação e modificação da Oferta

É permitida a modificação da Oferta, de forma a melhorá-la em favor dos Cotistas. Caso a CVM considere tal modificação como uma alteração substancial, posterior e imprevisível de acordo com as circunstâncias vigentes quando da obtenção do registro da Oferta, acarretando incremento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à Oferta, o Fundo e o Coordenador poderão solicitar à CVM modificação ou revogação da Oferta.

A revogação da Oferta invalida a Oferta e os requerimentos de subscrição por parte dos Investidores Qualificados, devendo quaisquer valores referentes ao preço de emissão já pagos serem restituídos integralmente aos Investidores Qualificados, por intermédio do mercado de balcão pelo qual a aquisição de Cotas tenha sido efetivada, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, ficando ressalvado que esses recursos serão devolvidos aos Investidores Qualificados sem incidência de juros ou correção.

Na hipótese de alteração da Oferta, o Administrador deverá divulgá-la por meio do jornal de publicação do Fundo, edição nacional. No caso de alteração da Oferta, os Investidores Qualificados que já tiverem requerido a subscrição de Cotas deverão ser comunicados diretamente pelo Fundo acerca da modificação efetuada, para que ratifiquem ou retirem, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação, o requerimento de subscrição de Cotas. Caso o Investidor Qualificado decida revogar sua aceitação à Oferta, os valores referentes à sua respectiva subscrição de Cotas serão restituídos, por intermédio do mercado de balcão pelo qual a aquisição de Cotas tenha sido efetivada, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, ficando ressalvado que esses recursos serão devolvidos aos Investidores Qualificados sem incidência de juros ou correção.

Amortização das Cotas

As Cotas do Fundo deverão ser amortizadas durante o respectivo Período de Amortização Planejada em parcelas de amortização (“**Valor de Amortização Planejado**”), a serem pagas aos Cotistas em cada Data de Amortização em conformidade com o respectivo Suplemento. As Cotas deverão ser resgatadas quando do pagamento da última parcela de amortização dentro do Período de Amortização Planejada.

As Cotas Seniores da primeira série e as Cotas Mezanino de Classe A serão amortizadas a partir da 7ª (sétima) Data de Amortização, em 18 (dezoito) parcelas iguais equivalentes ao Valor de Amortização Planejado, a serem pagas em cada Data de Amortização.

Durante o respectivo Período Revolvente, as respectivas séries de Cotistas Seniores e classes de Cotistas Mezanino somente terão direito a receber a taxa de retorno acumulada pelas suas Cotas, até o respectivo Benchmark Sênior ou Benchmark Mezanino, conforme aplicável.

Durante o Período Revolvente, nenhum valor relativo a título de amortização ou resgate será pago ou acumulado na Conta de Distribuição.

Durante o Período Revolvente, as Cobranças serão utilizadas para pagar as taxas e despesas do Fundo, Despesas de Cobrança e a Taxa de Retorno disposta no item 14.8.1 do Regulamento. Quaisquer Cobranças remanescentes deverão ser utilizadas para adquirir Direitos Creditórios Elegíveis adicionais do Cedente.

O Período Revolvente aplicável à primeira série de Cotas Seniores e às Cotas Mezanino de Classe A terá a duração de 6 (seis) Períodos de Cobrança, iniciados a partir da respectiva Data de Emissão.

O Período de Amortização Planejada inicia-se na data imediatamente posterior ao término do Período Revolvente e encerra-se na Data de Resgate Projetada, quando ocorrer um Evento de Liquidação Antecipada ou quando o valor total de uma série de Cotas Seniores e de uma classe de Cotas Mezanino tiver sido pago.

Sem prejuízo do parágrafo acima, durante o Período de Suspensão da Aquisição, o Administrador deverá suspender a aquisição de novos Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo e depositar todas as Cobranças remanescentes, após a amortização das Cotas e distribuição de resultados, na Conta de Depósito em Dinheiro no valor necessário para resgatar a série relevante de Cotas Seniores e/ou classe de Cotas Mezanino com relação a tal Período de Suspensão da Aquisição ocorra. A Data de Cálculo do Período de Suspensão da Aquisição aplicável à primeira série de Cotas Seniores e às Cotas Mezanino de Classe A será 11 de março de 2011.

Durante cada Período de Cobrança do Período de Amortização Planejada, as Cobranças são primeiramente acumuladas na Conta de Distribuição até que o Valor Requerido esteja integralmente em depósito, exceto durante o Período de Suspensão da Aquisição.

Assim que o Valor Requerido esteja em depósito, as Cobranças remanescentes serão utilizadas para adquirir novos Direitos Creditórios Elegíveis, exceto durante o Período de Suspensão da Aquisição.

Em cada Data de Amortização durante o Período de Amortização Planejada, a amortização das Cotas e a distribuição dos resultados pelo Fundo deverão observar a seguinte ordem de prioridade:

- (i) primeiro, na medida necessária para o pagamento das taxas e despesas incorridas pelo Fundo, as Cobranças serão retidas na Conta de Distribuição e pagas aos respectivos beneficiários na(s) respectiva(s) data(s) de vencimento;
- (ii) segundo, todas as Cobranças remanescentes na Conta de Distribuição serão retidas na Conta de Distribuição na medida necessária para o pagamento do valor da Taxa de Cobrança (se o Cedente deixar de prestar os serviços de cobrança) e das Despesas de Cobrança;

- (iii) terceiro, todas as Cobranças remanescentes na Conta de Distribuição serão distribuídas aos Cotistas Seniores na extensão necessária para o pagamento (proporcionalmente, considerando os próximos valores vencidos e devidos a cada Cota Sênior na Data de Amortização) (a) de quaisquer resultados do Fundo devidos em relação às Cotas Seniores e a se tornarem vencidos na Data de Amortização, até o Benchmark Sênior *mais* (b) programados para serem pagos em relação às Cotas Seniores em qualquer Data de Amortização anterior que não tenha ainda sido pago;
- (iv) quarto, todas as Cobranças remanescentes na Conta de Distribuição serão distribuídas aos Cotistas Seniores na medida necessária para o pagamento (proporcionalmente, considerando os próximos valores vencidos e devidos a cada Cota Sênior) do Valor de Amortização Planejado: (a) programado para ser pago em relação às Cotas Seniores na Data de Amortização *mais* (b) programado para ser pago em relação às Cotas Seniores em qualquer Data de Amortização anterior que não tenha ainda sido pago;
- (v) quinto, exceto com relação a quaisquer séries de Cotas Seniores, cujo saldo tenha sido reduzido a zero, durante qualquer período no qual o Valor Requerido para quaisquer Cotas Seniores tenha sido aumentado, todas as Cobranças remanescentes na Conta de Distribuição serão depositadas (proporcionalmente, considerando os respectivos saldos de cada uma de tais Cotas Seniores) na Conta de Distribuição até uma quantia equivalente ao aumento nos Valores Requeridos alocados para cada uma das Cotas Seniores;
- (vi) sexto, todas as Cobranças remanescentes na Conta de Distribuição serão distribuídas na medida necessária para o pagamento (proporcionalmente, considerando-se os próximos valores vencidos e devidos a cada Cota Mezanino na Data de Amortização) (a) de quaisquer resultados do Fundo devidos em relação às Cotas Mezanino e a se tornarem vencidos na Data de Amortização *mais* (b) programados para serem pagos em relação às Cotas Mezanino em qualquer Data de Amortização anterior que não tenha ainda sido pago;
- (vii) sétimo, todas as Cobranças remanescentes na Conta de Distribuição serão distribuídas aos Cotistas Mezanino na medida necessária para o pagamento (proporcionalmente, considerando os próximos valores vencidos e devidos a cada classe de Cotas Mezanino) do Valor Mensal de Amortização: (a) programado para ser pago em relação às Cotas Mezanino na Data de Amortização *mais* (b) programado para ser pago em relação às Cotas Mezanino em qualquer Data de Amortização anterior que ainda não tenha sido pago;
- (viii) oitavo, o Valor em Depósito na Conta de Reserva deverá ser depositado na Conta de Reserva;
- (ix) nono, exceto com relação a qualquer classe de Cotas Mezanino cujo saldo tenha sido reduzido a zero, durante qualquer período no qual o Valor Requerido para quaisquer Cotas Mezanino tenha sido aumentado, todas as Cobranças remanescentes na Conta de Distribuição serão depositadas (proporcionalmente, considerando-se os respectivos saldos de cada de tais Cotas Mezanino) na Conta de Distribuição até um valor equivalente ao aumento nos Valores Requeridos alocados para cada Cota Mezanino;
- (x) décimo, e depois do pagamento de todos os itens acima (incluindo as taxas e despesas dispostas no item (i) acima), todas as Cobranças remanescentes na Conta de Distribuição deverão ser alocadas ao Patrimônio Líquido na extensão necessária para pagar valores programados para serem pagos com relação às Cotas Seniores e às Cotas Mezanino em qualquer Data de Amortização anterior que não tenham ainda sido pagos; e
- (xi) décimo-primeiro, salvo se de outra forma instruído pelos Cotistas Subordinados, todas as Cobranças remanescentes serão pagas aos Cotistas Subordinados no Dia Útil imediatamente subsequente à respectiva Data de Amortização, até o valor necessário para manter o Índice de Subordinação.

Sem prejuízo à ordem de prioridade prevista acima, os Cotistas Subordinados terão direito de solicitar a amortização das respectivas Cotas Subordinadas antes da amortização das Cotas Seniores, desde que o Índice de Subordinação seja observado e que nenhum Evento de Liquidação Antecipada ou Evento de Consulta aos Cotistas tenha ocorrido.

Na hipótese de ocorrer um Evento de Liquidação Antecipada, durante o Período de Liquidação Antecipada as Cobranças deverão ser utilizadas para o resgate integral das Cotas Seniores, das Cotas Mezanino e das Cotas Subordinadas em circulação, nesta ordem.

Em cada Data de Amortização durante o Período de Liquidação Antecipada, o Administrador deverá aplicar todas as Cobranças, quaisquer recursos depositados na Conta de Reserva e quaisquer recursos depositados na Conta de Depósito em Dinheiro de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- (i) primeiro, na medida necessária para pagar as taxas e despesas incorridas pelo Fundo, Cobranças, quaisquer recursos depositados na Conta de Reserva e quaisquer recursos depositados na Conta de Depósito em Dinheiro, serão retidos na Conta de Distribuição e pagos ao(s) respectivo(s) beneficiário(s) na(s) data(s) quando vencida(s);
- (ii) segundo, todas as Cobranças remanescentes, quaisquer recursos depositados na Conta de Reserva e quaisquer recursos depositados na Conta de Depósito em Dinheiro na Conta de Distribuição serão retidos na Conta de Distribuição na medida necessária para pagar o valor da Taxa de Cobrança (caso o Cedente deixe de desempenhar atividades de prestação de serviços de cobrança) e Despesas de Cobrança pagáveis ao Agente de Cobrança na Data de Amortização seguinte;
- (iii) terceiro, todas as Cobranças remanescentes, quaisquer recursos depositados na Conta de Reserva e quaisquer recursos depositados na Conta de Depósito em Dinheiro deverão ser utilizados para resgatar integralmente as Cotas Seniores;
- (iv) quarto, todas as Cobranças remanescentes, quaisquer recursos depositados na Conta de Reserva e quaisquer recursos depositados na Conta de Depósito em Dinheiro deverão ser utilizados para resgatar integralmente as Cotas Mezanino; e
- (v) quinto, valores remanescentes após o resgate integral de todas as Cotas em circulação serão distribuídos aos Cotistas Subordinados.

Conta de Reserva

O Fundo deverá estabelecer uma conta de reserva para fins de cobrir diferenças negativas na amortização das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino (“**Conta de Reserva**”). A Conta de Reserva deverá ser estabelecida pelo Administrador na primeira Data de Emissão no valor do Valor Inicial da Conta de Reserva e deverá ser ajustada a partir de então conforme descrito nesta Seção. Os recursos em depósito na Conta de Reserva deverão ser investidos em Investimentos Permitidos. O Fundo possuirá todos os direitos, títulos e participações sobre todos os Investimentos Permitidos e sobre todos os valores depositados ou creditados na Conta de Reserva e sobre todos os Rendimentos de Investimento existentes para o benefício dos Cotistas.

Em cada Data de Amortização, todos os Rendimentos de Investimento sobre os recursos em depósito na Conta de Reserva deverão ser tratados como Cobranças para tal Data de Amortização.

Caso, em qualquer Data de Amortização após levar a efeito todos os saques e depósitos da Conta de Reserva, o valor em depósito na Conta de Reserva (excluídos Rendimentos de Investimentos) exceda o Valor Requerido da Conta de Reserva então em vigor, o Administrador deverá alocar tal excedente ao Patrimônio Líquido do Fundo.

Na data na qual a respectiva série de Cotas Seniores e/ou classe de Cotas Mezanino sejam integralmente resgatadas (que não deverá ser posterior à Data de Resgate Estendida), quaisquer recursos remanescentes na Conta de Reserva, após levar a efeito quaisquer depósitos e saques da Conta de Reserva na referida data, deverão ser alocados ao Patrimônio Líquido do Fundo. A Conta de Reserva será em seguida encerrada.

Resgate das Cotas do Fundo

As Cotas do Fundo somente poderão ser resgatadas nas hipóteses de Resgate Compulsório ou nas hipóteses de Liquidação Antecipada ou Liquidação Antecipada Automática.

Cada série de Cotas Seniores e cada classe de Cotas Mezanino deverá ser resgatada na respectiva Data de Resgate Projetada, conforme definida no respectivo Suplemento. As Cotas Seniores da primeira série e as Cotas Mezanino de Classe A deverão ser compulsoriamente resgatadas quando do pagamento da última parcela de amortização dentro do Período de Amortização Planejada, conforme os respectivos Suplementos, constantes do Anexo B ao presente Prospecto.

Na hipótese de o Fundo não possuir ativos suficientes para resgatar todas as Cotas Seniores da respectiva série e Cotas Mezanino da respectiva classe no término do Período de Amortização Planejada, o Administrador deverá prorrogar a amortização das referidas Cotas Seniores e das Cotas Mezanino, ficando ressalvado, contudo, que tais Cotas Seniores e Cotas Mezanino deverão ser totalmente resgatadas até a Data de Resgate Estendida. A Data de Resgate Estendida da primeira série de Cotas Seniores e das Cotas Mezanino de Classe A corresponderá a 6 (seis) Datas de Amortização, contadas a partir da Data de Resgate Projetada.

O resgate das Cotas deverá ser realizado em conformidade com os seguintes procedimentos:

- (i) as Cotas Seniores terão prioridade no recebimento dos pagamentos relacionados aos resgates em moeda corrente nacional;
- (ii) observada a prioridade prevista no item (i) acima, as Cotas Mezanino deverão ser resgatadas em moeda corrente nacional; e
- (iii) em seguida, se existirem ainda recursos disponíveis, as Cotas Subordinadas deverão ser resgatadas em moeda corrente nacional.

Na hipótese de Liquidação Antecipada ou Liquidação Antecipada Automática do Fundo, o resgate das Cotas poderá ser realizado através da entrega dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos aos Cotistas.

Avaliação das Cotas do Fundo

O valor dos Ativos do Fundo deverá ser calculado pelo Administrador todo Dia Útil, através da aplicação da metodologia de avaliação de seu valor de mercado, de acordo com critérios consistentes e verificáveis, conforme descrito abaixo.

A determinação do valor dos Ativos do Fundo será realizada da seguinte forma:

Tendo em vista as características dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, seu valor deverá ser determinado de acordo com o seu custo de aquisição. A receita gerada a partir dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos deverá ser avaliada de acordo com o de suas respectivas Datas de Vencimento, registrando a avaliação da contrapartida na respectiva entrada de receita ou despesa nos resultados do período, nos termos dos procedimentos estabelecidos no COSIF.

A determinação do valor dos Investimentos Permitidos deverá ser efetuada de acordo com os preços listados informados pelos mercados organizados nos quais os referidos Investimentos Permitidos sejam negociados, conforme o caso, observadas as normas aplicáveis do Banco Central e da CVM. Caso os Investimentos Permitidos não sejam negociados em mercados organizados, o valor de tais Investimentos Permitidos deverá ser determinado de acordo com os procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários e derivativos (conforme aplicável), conforme definido na regulamentação aplicável (tal como o critério de marcação a mercado adotado pelo Administrador). Os prejuízos e provisões com Investimentos Permitidos deverão ser identificadas nos resultados do período, nos termos das regras e dos procedimentos estabelecidos do COSIF. A avaliação ajustada de acordo com a identificação dos referidos prejuízos e provisões deverá tornar-se a nova base de custo, permitindo sua reversão, desde que baseado numa razão justificada que tenha ocorrido após a implementação da provisão, limitada ao seu respectivo valor e em adição à receita gerada.

O valor das Cotas do Fundo deverá ser calculado todo Dia Útil.

As Cotas Seniores e as Cotas Mezanino deverão ter seu valor calculado nos termos do respectivo Suplemento.

O preço unitário das Cotas Subordinadas será equivalente à divisão de quaisquer ativos remanescentes do Fundo após a dedução do valor das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino, pelo número de Cotas Subordinadas.

O ajuste nos valores dos Ativos do Fundo, resultante da aplicação dos critérios estabelecidos no Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receitas ou despesas apropriada nos resultados do período, observados os procedimentos definidos nos resultados do período e os procedimentos definidos no COSIF.

Os prejuízos relativos aos Ativos do Fundo deverão ser registrados como parte dos resultados do período, observadas as normas da Resolução nº 2.682, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 23 de dezembro de 1999.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

XI. OS DIREITOS CREDITÓRIOS

Características dos Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios compreendem, observada a Política de Investimento do Fundo, aos direitos e valores oriundos de (i) quaisquer saques efetuados por uma Concessionária de acordo com o Contrato de Financiamento *Floor Plan* e/ou (ii) quaisquer instrumentos de confissão de dívida celebrados por uma Concessionária com a GMB e o Cedente, com tudo que os referidos direitos de crédito representam, incluindo os ajustes monetários e todos os direitos, ações, direitos de garantia e garantias assegurados ao Cedente pelos mesmos, ficando ressalvado que o termo “**Direito Creditório**” não inclui (a) nenhum direito atual ou futuro do Cedente de cobrar, reivindicar, demandar, obter ou receber quaisquer pagamentos decorrentes ou relacionados aos empréstimos concedidos ou a serem concedidos no âmbito de tal Linha para quaisquer fins que não tal aquisição de Veículos (incluindo qualquer nota promissória assinada nesse sentido); (b) quaisquer direitos de seguro, direitos de garantia ou quaisquer outros direitos exclusivamente relacionados aos empréstimos descritos no subparágrafo (a) acima; e (c) valores de juros pagáveis pela Concessionária nos termos do respectivo Contrato de Financiamento *Floor Plan*.

Política de Cobrança

Prazo para pagamento de unidades do Programa *Floor Plan* convencional

A Concessionária possui até 3 (três) Dias Úteis para o pagamento após ter vendido o Veículo ao cliente final. A outorga de prazo adicional é mera liberalidade operacional do Cedente.

Cobrança de unidades não pagas em inventário (auditoria física de estoque)

A auditoria realizada pelo Cedente baseia-se nas perspectivas financeiras das Concessionárias, na análise dos pagamentos das Concessionárias para o Cedente, nas vendas informadas pela GMB, nos dados de registro dos veículos e nas exigências mínimas de auditoria determinadas pelas políticas do Cedente, sendo que, geralmente, pelo menos uma auditoria por ano é realizada para cada Linha e uma auditoria por ano é realizada simultaneamente nas Concessionárias.

As auditorias geralmente consistem de uma auditoria física no estoque e em uma auditoria eletrônica que utilizará o sistema de licenciamento (RENAVAM) para identificar quando os Veículos foram vendidos fora do prazo.

Uma equipe com mais de 10 (dez) profissionais monitora diariamente as movimentações das linhas de crédito das Concessionárias.

As equipes do Commercial Lending Center e do Wholesale Credit Department se reúnem mensalmente para analisar as perspectivas financeiras das Concessionárias e o histórico de pagamento, anomalias significativas, tratamento de contas de alto risco e de oportunidades de negócios.

Após a descoberta de Veículos não pagos em aberto, o Cedente efetiva a cobrança da unidade inadimplida no mesmo dia, requerendo o pagamento imediato de tais Veículos.

Caso qualquer irregularidade seja detectada pelo inventariante designado pelo Cedente para analisar a Concessionária, tal inventariante deverá aguardar o recebimento do comprovante para encerrar o inventário. Se a cobrança for efetuada pelo escritório do Cedente, o analista deverá acompanhar o recebimento do comprovante por fax.

Caso a Concessionária não efetue o pagamento das unidades inadimplidas imediatamente, a Gerência do Departamento de Crédito Atacado do Cedente, em conjunto com o Diretor de Operações do Cedente, analisa a ação a ser tomada, que, geralmente, equivale ao bloqueio de Linhas. O Cedente pode iniciar negociação para retomada das chaves dos Veículos.

Se contatada a Concessionária e confirmado que o Veículo não será pago, as Linhas são bloqueadas imediatamente pelo Cedente. Após 3 (três) Dias Úteis, caso permaneça a situação de inadimplemento, o Departamento de Crédito Atacado do Cedente deverá adotar as seguintes medidas:

(i) emitir o formulário de “Relatório de Prejuízo em Potencial”, obter as assinaturas do Gerente do Departamento de Crédito Atacado, do Gerente do Departamento Jurídico e do Diretor de Operações e enviá-lo para o Diretor Regional de Crédito, informando toda a equipe envolvida acerca da situação de inadimplemento; e

(ii) a emissão do formulário mencionado no item (i) acima deverá ocorrer mensalmente, até que o prejuízo em potencial seja totalmente recuperado ou baixado contabilmente, de modo que todos os envolvidos acompanhem o andamento das negociações/ações.

Permanecendo quaisquer das situações mencionadas acima, o débito continuará registrado nos controles do Departamento de Crédito Atacado do Cedente até a conclusão de eventual ação judicial, se houver. Adicionalmente, o Departamento de Crédito Atacado do Cedente deverá adotar as seguintes ações:

(i) solicitar o bloqueio de eventuais créditos junto ao departamento de crédito ao varejo responsável;

(ii) solicitar cópia das notas fiscais e comprovante de entrega dos Veículos junto à GMB para futuras ações judiciais (o comprovante de entrega pode ser substituído por cópia do RENAVAM);

(iii) notificar a Concessionária via fac-símile, concedendo um prazo de 48 (quarenta e oito) horas para o pagamento total do débito (notificação para fins de declaração e constituição de mora);

(iv) incluir a Concessionária e respectivos sócios no sistema do SERASA;

(v) o Diretor do Departamento de Crédito Atacado do Cedente inicia as negociações de cobrança com a Concessionária envolvendo representantes da GMB (quando necessário), bem como o Departamento Jurídico interno do Cedente;

(vi) todos os esforços do Cedente são concentrados para efetivação do recebimento amigável. Somente após esgotadas todas as tratativas, as quais devem ser tomadas em até 60 (sessenta) dias, e, permanecendo a situação de inadimplemento, o Departamento Jurídico do Cedente é acionado para início das ações judiciais. O Departamento Jurídico do Cedente pode ser acionado no início das negociações caso haja necessidade de obtenção de medidas judiciais para retomada do estoque; e

(vii) todos os documentos relacionados à Concessionária, incluindo contratos, notas fiscais, hipotecas, declaração de bens e demais documentos, são enviados ao Departamento Jurídico do Cedente para organização e planejamento da ação. A ação ajuizada para cobrança de inadimplemento é a ação ordinária de cobrança ou execução, caso algum acordo tenha sido formalizado durante as negociações e inadimplido. O Cedente tenta redistribuir os Veículos retomados a outras concessionárias da rede de concessionárias GMB, ficando ressalvado que os Veículos remanescentes após a distribuição são alienados por meio de leilão

Em casos específicos em que a negociação amigável demande um prazo maior, dependendo do trâmite das negociações, que visam unicamente à recuperação de valores, o Cedente poderá exceder os prazos previstos no item acima.

O Cedente cobra um Veículo novo após 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da emissão da respectiva nota fiscal pela GMB. A Concessionária deve efetuar a quitação total de tal Veículo até o 5º (quinto) Dia Útil após a cobrança e, caso não efetue a liquidação da unidade, a respectiva Linha é bloqueada no 6º (sexto) Dia Útil e a Concessionária é notificada a esse respeito, concedendo-se um prazo de 48 (quarenta e oito) horas para o pagamento total do débito, possuindo tal notificação fins de declaração e constituição de mora.

No caso previsto acima, o Cedente automaticamente cobra 2% (dois por cento) de multa sobre o valor da nota fiscal do Veículo, a ser paga juntamente com os encargos no 10º (décimo) dia do mês subsequente à liquidação da nota fiscal.

Caso o inadimplemento permaneça, as Linhas da respectiva Concessionária ficarão bloqueadas até a liquidação total dos débitos junto ao Cedente.

Paralelamente, a contabilidade do Cedente informa a existência de tais débitos ao Banco Central (após transcorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias).

O Cedente realiza a cobrança de Veículos usados após 90 (noventa) dias, contados a partir da inclusão do Veículo em seu sistema. A Concessionária deve efetuar a quitação total de tal Veículo até o 5º (quinto) Dia Útil após a cobrança e, caso não seja efetuada a liquidação da unidade, respectiva Linha é bloqueada no 6º (sexto) Dia Útil e a Concessionária é notificada a esse respeito, concedendo-se um prazo de 48 (quarenta e oito) horas para o pagamento total do débito, possuindo tal notificação fins de declaração e constituição de mora.

No caso previsto acima, o Cedente automaticamente cobra 2% (dois por cento) de multa sobre o valor da nota fiscal do Veículo, a ser paga juntamente com os encargos no 10º (décimo) dia do mês subsequente à liquidação da nota fiscal.

Caso o inadimplemento permaneça, as Linhas da respectiva Concessionária ficarão bloqueadas até a liquidação total dos débitos junto ao Cedente.

Paralelamente, a contabilidade do Cedente informa a existência de tais débitos ao Banco Central (após transcorrido o prazo de 90 (noventa) dias).

Observado o disposto no parágrafo abaixo, o Agente de Cobrança poderá, a qualquer momento, recomendar ao Fundo que realize o registro de penhores sobre os Veículos, nos termos do respectivo Contrato de Financiamento *Floor Plan*, junto ao cartório de registro de títulos e documentos competente, bem como no certificado de propriedade de tais Veículos, caso ocorra qualquer um dos eventos abaixo:

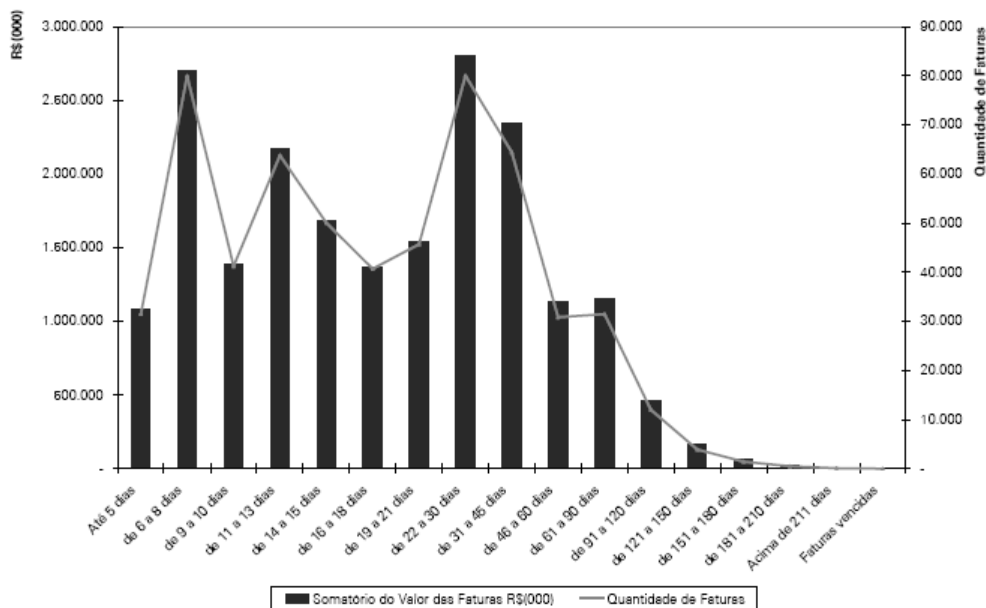
- (i) caso uma Concessionária que possua uma Linha Listada venha a inadimplir no pagamento de qualquer valor devido em decorrência de um Direito Creditório Elegível Cedido e/ou no pagamento de qualquer valor devido em decorrência de um Direito Creditório devido por tal Concessionária ao Cedente, e não realize tal pagamento no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir do recebimento de uma notificação do Agente de Cobrança a esse respeito; ou
- (ii) caso uma Concessionária que possua uma Linha Listada e seja devedora de qualquer Direito Creditório Elegível Cedido que ainda não tenha sido integralmente pago possua uma Classificação de Crédito que deixe de ser classificada como “Satisfatória” ou “Limitada”, ou tal outro sistema de pontuação de crédito equivalente que possa ser implementado pelo Cedente.

O Agente de Cobrança deverá determinar, de acordo com sua Política de Cobrança, levando em consideração a otimização dos valores de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos a serem cobrados, e atuando no melhor interesse do Fundo, se deverá registrar os penhores sobre os Veículos sujeitos ao Contrato de Financiamento *Floor Plan* do qual a respectiva Concessionária seja parte. O Agente de Cobrança deverá informar o Fundo caso quaisquer penhores venham a ser formalizados, devendo executar, conforme aplicáveis, todos os atos e medidas necessários para auxiliar o Fundo na formalização e registro de tais penhores.

Informações e estatísticas sobre inadimplimentos, perdas e pré-pagamento

Desde que o Cedente passou a exercer as atividades de originação dos Direitos Creditórios, em setembro de 2006, 1% (um por cento) dos Direitos Creditórios são pagos com atraso (acima de 180 (cento e oitenta) dias). Não há informações estatísticas de inadimplência e perda, pois eventual inadimplência de Concessionárias somente é aferida quando o Cedente realiza o inventário e verifica que determinado Veículo foi vendido e não foi pago, ou foi pago com atraso com relação ao prazo regulamentado. Maiores informações sobre o padrão de inadimplência das Concessionárias encontram-se descritas no Anexo F ao presente Prospecto. As tabelas abaixo descrevem a distribuição do volume financeiro dos Direitos Creditórios por prazo médio de emissão das respectivas faturas até o pagamento:

Prazo Médio de Pagamento das Faturas (Em Dias)	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	%Acum.	Quantidade de Faturas	%	%Acum.
Até 5 dias	1.078.381	6,3%	6,3%	31.644	6,3%	6,3%
de 6 a 8 dias	2.704.484	13,2%	19,4%	79.926	13,6%	19,9%
de 9 a 10 dias	1.390.084	6,8%	26,2%	41.220	7,0%	26,9%
de 11 a 13 dias	2.171.371	10,6%	36,8%	63.786	10,8%	36,6%
de 14 a 16 dias	1.677.890	8,2%	43,9%	60.090	8,6%	45,1%
de 16 a 18 dias	1.366.331	6,7%	60,6%	40.686	6,9%	52,0%
de 19 a 21 dias	1.641.193	7,6%	68,1%	46.689	7,7%	59,7%
de 22 a 30 dias	2.801.238	13,6%	71,7%	80.008	13,6%	73,2%
de 31 a 45 dias	2.340.949	11,4%	83,1%	64.411	10,9%	84,1%
de 46 a 60 dias	1.131.887	5,5%	88,7%	30.839	6,2%	89,4%
de 61 a 90 dias	1.150.604	5,6%	94,3%	31.473	6,3%	94,7%
de 91 a 120 dias	468.666	2,2%	96,6%	11.981	2,0%	96,7%
de 121 a 150 dias	163.986	0,8%	97,3%	3.899	0,7%	97,4%
de 151 a 180 dias	66.384	0,3%	97,6%	1.420	0,2%	97,6%
de 181 a 210 dias	23.328	0,1%	97,7%	496	0,1%	97,7%
Acima de 211 dias	6.602	0,0%	97,8%	91	0,0%	97,7%
Faturas vencidas	46	0,0%	97,8%	2	0,0%	97,7%
Total faturas pagas ou vencidas	20.071.316			677.669		
Faturas a vencer	461.327	2,2%	100,0%	13.606	2,3%	100,0%
Total	20.532.642	100,0%		591.065	100,0%	
Prazo Médio Ponderado(em dias)	28					
Menor prazo médio mensal (em dias)	18					
Meior prazo médio mensal (em dias)	38					



Tendo em vista a natureza dos Direitos Creditórios (cujo vencimento apenas se verifica com a venda do Veículo subjacente), não há a possibilidade de pré-pagamento dos Direitos Creditórios.

Em dezembro de 2008, o Cedente tinha um saldo médio de faturas a receber de mais de R\$ 910 milhões.

De agosto de 2006 a dezembro de 2008, o Cedente financiou 396 (trezentas e noventa e seis) Concessionárias, que faziam parte de 212 (duzentos e doze) grupos diferentes.

Cessão dos Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados a serem adquiridos pelo Fundo correspondem aos Direitos Creditórios definidos no item 1.1 do Regulamento que observem a Política de Investimento do Fundo.

Os Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados deverão ser cedidos definitivamente pelo Cedente ao Fundo através do Termo de Cessão, a ser celebrado entre o Fundo e o Cedente nos termos do Contrato de Cessão.

Os termos e condições do Contrato de Cessão deverão ser acordados de forma irrevogável e irretratável e vincularão o Cedente e o Fundo, bem como seus sucessores a qualquer título.

O pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, a ser efetuado pelo Fundo ao Cedente, deverá ser realizado (i) em moeda corrente nacional, mediante transferência eletrônica disponível ou outra forma autorizada pelo Banco Central, valendo o comprovante de depósito como recibo de quitação do Cedente, (ii) mediante a emissão de cheque (ficando ressalvado que, nesta hipótese, o Cedente deverá autorizar o referido pagamento em cheque), e/ou (iii) em Cotas Subordinadas e/ou Cotas Mezanino, a serem emitidas pelo Fundo. Em qualquer hipótese, o Administrador será responsável pelas condições de pagamento que possam ser requeridas pelo Cedente.

O processo de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados deverá ser determinado no respectivo Termo de Cessão, com base em um Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados correspondentes em bases comutativas e compatíveis com as práticas de mercado. A Taxa de Desconto a ser adotada será calculada nos termos dos critérios dispostos no Contrato de Cessão, de acordo com a fórmula abaixo:

$$PADC_{y,T} = \frac{VDC}{\left(\frac{TD_{y,T} + 1}{100} \right)^{\left(\frac{PMF}{252} \right)}}$$

onde:

$y = 1, 2 \dots n$	Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados a serem adquiridos;
$PADC_{y,T}$	Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados “y” na Data de Aquisição “T”;
VDC	Valor Nominal do Direito Creditório Elegível Aprovado que está sendo adquirido;

$TD_{y;T}$	Taxa de Desconto por ano, calculada com base em 252 Dias Úteis, conforme demonstrado abaixo; e
PMP	Prazo Médio de Pagamento.

A Taxa de Desconto deverá significar a taxa de desconto para determinar o valor nominal do Direito Creditório Elegível Aprovado do Preço de Aquisição, e deverá ser calculada conforme a seguinte fórmula, de forma que a taxa de retorno dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados juntamente com a taxa de retorno dos outros Ativos do Fundo iguale o parâmetro da taxa de retorno das Cotas juntamente com o *spread* para os Passivos do Fundo sobre o PMP:

$$TD_{y;T} = \left\{ \left[\left(1 + \frac{DIF_T}{100} \right) \times \left(1 + \frac{\sum_{k=1}^n \frac{Spread_k}{100} \times M_{k;T}}{M_{Total;T}} + \frac{\sum_{l=1}^n \frac{Spread_l}{100} \times M_{l;T}}{M_{Total;T}} \right) \times \left(1 + \frac{C}{100} \right) \right]^{\frac{PMP}{252}} + \left[\left(1 + \frac{ES}{100} \right)^{\frac{PMP}{252}} - 1 \right] - (1 - X\%) \times \left(1 + \frac{CR_T}{100} \right)^{\frac{PMP}{252}} \right\} - 1 \times 100$$

onde:

$y=1, 2...n$	Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados a serem adquiridos;
$TD_{y;T}$	Taxa de Desconto para a aquisição do Direito Creditório Elegível Aprovado “y”, na Data de Aquisição “T”;
DIF_T	O maior entre a Taxa DI atual e a Taxa DI futura disponível para a Data de Aquisição “T”, publicada pela BM&F. A fim de determinar qual Taxa DI futura deverá ser adotada, o Administrador calculará o PMP para os Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados e utilizará a taxa para o período mais próximo ao PMP disponibilizada pela BM&FBovespa. Por exemplo: se a Taxa DI atual é 13,50% e a Taxa DI futura é 13,25%, então $DIF_T = 13,50\%$;
$Spread_k$	Benchmark Sênior, calculado com base em Dias Úteis, definido no respectivo Suplemento de Série “k” de Cotas Seniores. Por exemplo: se o Benchmark Sênior é 3,00% ao ano, então $Spread_k = 3,00$;
$k = 1, 2...n$	Série de Cotas Seniores em circulação na Data de Aquisição “T”;
$M_{k;T}$	Valor do número total de Cotas Seniores em circulação de Série “k” na Data de Aquisição “T”;
$Spread_l$	Benchmark Mezanino, calculado com base em Dias Úteis, definido no respectivo Suplemento de Série “l” de Cotas Mezanino. Por exemplo: se o Benchmark Mezanino é 3,00% ao ano, então $Spread_l = 3,00$;
$l = 1, 2...n$	Série de Cotas Mezanino em circulação na Data de Aquisição “T”;
$M_{l;T}$	Valor do número total de Cotas Mezanino em circulação de Série “l” na Data de Aquisição “T”;

$M_{Total;T}$	Valor do número total de Cotas Seniores e Cotas Mezanino em circulação na Data de Aquisição “T”;
ES	Spread em excesso admitido como igual a 1,00% ao ano, i.e., $ES = 1,00$;
C	Spread sobre a taxa de juros para cobrir as despesas do Fundo e as eventuais provisões relativas a Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos de liquidação duvidosa. Caso o spread seja 0,50% ao ano, então: $C=0,50$;
$X\%$	Carteira do Fundo representada por Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos; e
CR_T	Taxa de retorno dos Investimentos Permitidos.

O Cedente não será responsabilizado pelo pagamento dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos por parte das Concessionárias ou pela solvência das Concessionárias. Assim, a realização dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos pelas Concessionárias. Não existe nenhuma garantia ou certeza de que o referido pagamento será efetuado.

Em qualquer caso, o Cedente, nos termos do artigo 295 do Código Civil, se responsabilizará, nas esferas cíveis e criminais, pela existência, exigibilidade, conteúdo, exatidão, legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos adquiridos pelo Fundo, nos termos do Contrato de Cessão.

Caso, na Data de Amortização relativa ao Período de Cobrança no qual o Cedente descubra uma violação relevante ou receba aviso por escrito de uma violação a qualquer das declarações e garantias sem que tal violação tenha sido sanada pelo Cedente até tal Data de Amortização, o Cedente deverá (i) readquirir o Recebível em Garantia ou (ii) substituir tal Recebível em Garantia por um Direito Creditório Elegível. Em tal hipótese, o Preço de Recompra deverá ser de valor equivalente (i) ao Preço de Aquisição de tal Recebível em Garantia ou, (ii) nos casos em que a violação ocorrida prejudicar apenas uma parte do Recebível em Garantia, à parte prejudicada do Recebível em Garantia. O pagamento do Preço de Recompra deverá ser realizado à vista em moeda corrente nacional, mediante transferência eletrônica disponível ou outra forma autorizada pelo Banco Central, valendo o comprovante de depósito como recibo de quitação, ficando ressalvado que tal pagamento deverá ser depositado na Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos. O Preço de Recompra deverá ser incluído nas Cobranças na data em que for depositado e deverá ser depositado de acordo com o Regulamento.

A obrigação de o Cedente readquirir qualquer Recebível em Garantia deve constituir o único saneamento com relação ao caso que dê origem a tal obrigação disponível ao Fundo. Nem o Fundo tampouco quaisquer dos Cotistas deverão ter qualquer direito ulterior contra o Cedente com relação a tal violação de declaração ou garantia. Nada aqui contido deverá ser interpretado como uma exoneração de quaisquer das obrigações do Cedente na sua qualidade de Agente de Cobrança.

Mediante o pagamento do Preço de Recompra com relação a um Recebível em Garantia ou substituição de tal Recebível em Garantia por um Direito Creditório Elegível, o Fundo deverá automaticamente, e sem ação ulterior, considerar como transferido e cedido ao Cedente, sem recurso, declaração ou garantia, na data de tal pagamento, todo direito, título ou juros do Fundo sobre tal Recebível em Garantia, todas as verbas devidas ou que se tornem devidas com relação a tal Recebível em Garantia a partir de tal data de pagamento, bem como todos os procedimentos relativos. O Administrador, em nome do Fundo, deverá assinar tais documentos e instrumentos de transferência ou cessão e tomar tais outras ações conforme possam ser requeridas pelo Cedente para evidenciar ou confirmar, sem recurso, declaração ou garantia, tal transmissão, incluindo, sem limitação, a assinatura de um contrato de cessão. Na hipótese de verbas devidas ou que se tornem devidas com relação a qualquer Recebível em Garantia a partir da data na qual o Preço de Recompra seja depositado ou ajustado ou substituído por outros Direitos Creditórios Elegíveis, tais recursos deverão ser considerados mantidos em depósito com o (e não propriedade do) Fundo, o qual deverá transferir tais recursos ao Cedente dentro de 2 (dois) Dias Úteis, contados a partir do dia no qual o Fundo se torne ciente do recebimento de tal quantia ou seja notificado pelo Agente de Cobrança ou pelo Cedente de tal circunstância.

Aspectos gerais da política de crédito do Cedente

A política adotada pelo Cedente para fins de originação dos Direitos Creditórios às Concessionárias é composta por 4 (quatro) fases principais: (i) análise de crédito; (ii) aprovação de crédito; (iii) notificação de aprovação; e (iv) documentação de direito de garantia.

A análise de crédito realizada pelo Cedente consiste no processo de análise de cada Concessionária que solicitar uma linha de crédito rotativa nos termos do Programa *Floor Plan*. Tal análise poderá envolver, entre outros procedimentos, (i) entrevistas com a respectiva Concessionária em questão; (ii) confirmação da outorga pela GMB à referida Concessionária de um pedido de franquia de Concessionária; (iii) revisão dos documentos estatutários da Concessionária; (iv) revisão das referências bancárias das Concessionárias e de outras referências de crédito (incluindo, sem limitação, consulta aos respectivos serviços de proteção ao crédito); (v) revisão das demonstrações financeiras da Concessionária; (vi) verificação da fonte de recursos da Concessionária; e (vii) revisão de outros documentos jurídicos aplicáveis necessários para determinar os riscos relativos à respectiva Concessionária e às garantias apresentadas pela Concessionária em questão nos termos do Programa *Floor Plan*. Concessionárias que possuam linhas de crédito com garantias reais devem ter cobertura de seguro para os ativos dados em garantia.

Após a conclusão de tal processo de análise, os comitês internos do Cedente podem recomendar a abertura de uma linha de crédito à Concessionária em questão nos termos do Programa *Floor Plan*, com base na situação financeira da Concessionária, na experiência do Cedente com a Concessionária e solvência geral. Os comitês internos do Cedente poderão rever as tendências operacionais da Concessionária, inclusive a rentabilidade, qualidade dos rendimentos, vendas de Veículos novos e usados, e absorção das despesas gerais fixas.

As linhas de crédito mencionadas acima são indexadas a um número de Veículos, os quais são convertidos em um limite de linha de crédito mediante multiplicação do número de Veículos aprovados pelo valor médio dos Veículos em uma linha de crédito da Concessionária.

A proposta para abrir uma Linha pelos comitês internos do Cedente para suas autoridades de aprovação pode incluir a recomendação de monitoramento e administração contábil futuro, bem como garantias adicionais, tais como uma garantia lastreada nos bens imóveis da Concessionária e/ou uma garantia pessoal outorgada pelo acionista controlador da Concessionária.

Após a conclusão da avaliação de crédito, os comitês internos do Cedente recomendam a suas autoridades de aprovação uma Classificação de Crédito para cada Concessionária com base em uma avaliação de risco e exposição. As autoridades de aprovação competentes do Cedente atribuem a cada Concessionária uma das seguintes Classificações de Crédito:

- (i) Satisfatória (S): a respectiva Concessionária representa um risco mínimo ao Cedente. Os critérios para a atribuição de uma classificação “Satisfatória” incluem, entre outros, operações consistentemente lucrativas, fluxo de caixa positivo, base de crédito adequada e experiência satisfatória com o Cedente;
- (ii) Limitada (L): a respectiva Concessionária representa um risco moderado ao Cedente. Os critérios para a atribuição de uma classificação “Limitada” poderão incluir, entre outros, resultados não lucrativos, fluxo de caixa não otimizado, base de crédito marginal e uma experiência menos do que satisfatória com o Cedente. Na hipótese de uma Concessionária com uma Classificação de Crédito “Limitada”, a manutenção da conta do Programa *Floor Plan* não é prejudicada, não obstante os seus riscos;

- (iii) Programada (P): a respectiva Concessionária representa um risco significativo ao Cedente em razão de um perigo iminente de inadimplemento financeiro e exposição de prejuízo ao Cedente. Os critérios para a atribuição de uma Classificação de Crédito “Programada” poderão incluir, entre outros, fraqueza de caráter, capacidade ou capital e experiência insatisfatória com o Cedente; e
- (iv) Negativa de Crédito (N): nesta hipótese, o Cedente cancela a linha de crédito da Concessionária em razão do grau de risco e exposição inaceitáveis. Os critérios para a atribuição de uma Classificação de Crédito “Negativa de Crédito” incluem o não pagamento do principal ou dos juros pela Concessionária quando devidos, notificação de gravames, incidências ou penhoras ou uma deterioração significativa da situação financeira da Concessionária.

As linhas de créditos cujos valores excedam a autoridade do diretor administrativo do Cedente exigem a aprovação do vice-presidente regional do Cedente para a América Latina ou do comitê de crédito regional.

Não obstante o fato de que o Cedente poderá, a qualquer tempo, rever a Classificação de Crédito conferida a qualquer Concessionária, as Classificações de Crédito “Satisfatórias” serão de modo geral anualmente revistas pelo Cedente. As Classificações de Crédito “Limitadas” e “Programadas” serão de modo geral revisadas no mínimo semestralmente pelo Cedente. As referidas revisões consideram, entre outros, os critérios dispostos acima.

Após a conclusão da fase de aprovação de crédito, o Cedente envia uma notificação escrita à Concessionária, quando as linhas de crédito rotativas são inicialmente aprovadas, após a conclusão de cada revisão anual e sempre que alterações significativas forem efetuadas a uma linha de crédito já estabelecida. Se aplicável, as questões específicas poderão ser discutidas com a Concessionária verbalmente e por escrito.

Além da notificação mencionada no item 9.7.3 do Regulamento, o Cedente envia uma notificação, por escrito, à GMB, com uma cópia à respectiva Concessionária, sempre que a linha de crédito rotativa de uma Concessionária nos termos do Programa *Floor Plan* tenha sido aprovada, negada, suspensa, retomada ou cancelada.

O Cedente irá reter todos os documentos jurídicos originais (ou versões digitais dos mesmos), formulários e contratos pertinentes a cada linha de crédito nos termos do Programa *Floor Plan*, incluindo, sem limitação, (i) as notas promissórias emitidas pelas Concessionárias representando o valor integral da linha de crédito aprovada; (ii) um contrato de financiamento assinado; e (iii) as notas fiscais da GMB para os Veículos novos. O Cedente poderá ainda solicitar garantias adicionais das Concessionárias, inclusive garantias pessoais e reais.

Cada Concessionária está de modo geral obrigada a restituir ao Cedente o valor integral de cada Direito Creditório no prazo de 3 (três) Dias Úteis, contado a partir da venda dos Veículos adquiridos com os recursos do mesmo.

Caso o Veículo não seja vendido pela Concessionária anteriormente à Data de Vencimento, a referida Concessionária está obrigada a pagar a integralidade do crédito ao Cedente.

Sem prejuízo do disposto acima, o Cedente poderá conceder prorrogações às Concessionárias, com base na Classificação de Crédito da respectiva Concessionária e seu relacionamento com o Cedente, observados os termos do PPD.

Os Veículos adquiridos por cada Concessionária com os recursos do Programa *Floor Plan* deverão estar cobertos por uma apólice de seguro geral nacional, contratada pela GMB. Tal apólice de seguro cobre quaisquer danos causados aos Veículos a partir de sua fabricação até a entrega ao consumidor final. Dentro dos contratos de franquia da GMB, a cobertura abrangente deverá representar 100% (cem por cento) do valor do veículo (inclusive colisões, se aplicável).

Os valores dos financiamentos concedidos pelo Cedente a Concessionárias dentro do Programa *Floor Plan* geralmente equivalem a (i) 100% (cem por cento) do valor dos Veículos novos financiados; e (ii) 75% (setenta e cinco por cento) do valor dos Veículos usados financiados.

A política de crédito do Cedente poderá ser alterada a qualquer tempo pelo Cedente.

Critérios de elegibilidade

Todo e qualquer Direito Creditório a ser adquirido pelo Fundo deverá, na respectiva Data de Aquisição, de acordo com o Regulamento, cumprir os seguintes Critérios de Elegibilidade, a serem verificados e validados pelo Administrador antes da assinatura do respectivo Termo de Cessão, com base somente em um arquivo digital enviado pelo Cedente, o qual deverá conter tal informação:

- (i) a Classificação de Crédito da respectiva Concessionária deverá ser classificada como “Satisfatória” ou “Limitada”, ou tal outro sistema de pontuação de crédito equivalente que possa ser implementado pelo Cedente;
- (ii) o Direito Creditório não deverá estar sujeito a PPD;
- (iii) o Direito Creditório deverá ter sido adiantado a uma Concessionária para a aquisição de um Veículo;
- (iv) o Direito Creditório será devido por uma Concessionária cuja(s) Linha(s) pertença(m) à Lista de Linhas;
- (v) o Veículo relacionado ao Direito Creditório deverá ser de um modelo que não tenha mais de 5 (cinco) anos;
- (vi) a respectiva Data de Faturamento deverá ser de no mínimo 5 (cinco) dias antecedentes à Data de Aquisição; e
- (vii) a Data de Vencimento dos Direitos Creditórios deverá ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da respectiva Data de Aquisição.

O Agente de Cobrança poderá propor uma alteração, modificação ou exclusão de quaisquer dos Critérios de Elegibilidade e a adição de critérios mediante aprovação dos Cotistas nos termos do item 17.1 do Regulamento.

Linhas

O Cedente poderá periodicamente, a seu exclusivo critério, observadas as condições especificadas no Contrato de Cessão, designar uma ou mais Linhas (cada, uma “**Linha Adicional**”) a serem incluídas na Lista de Linhas através do envio de uma notificação por escrito especificando a Data de Inclusão (a “**Notificação de Inclusão**”) ao Fundo e à Agência de Classificação de Risco até o 5º (quinto) Dia Útil mas, no máximo, até o 30º (trigésimo) dia anterior à respectiva Data de Inclusão. Se Linhas Adicionais forem incluídas na Lista de Linhas, com vigência a partir da respectiva Data de Inclusão, o Cedente poderá transferir e ceder ao Fundo, e o Fundo deverá adquirir do Cedente, Direitos Creditórios Elegíveis oriundos das Linhas Adicionais, conforme descrito no Contrato de Cessão.

Em qualquer Dia Útil, observadas as condições especificadas no Contrato de Cessão, o Cedente deverá ter o direito de periodicamente (o qual o Cedente não poderá exercer mais de uma vez em qualquer Período de Cobrança) solicitar do Fundo a seleção aleatória de uma Linha e de todos os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos relativos a tal Linha a serem removidos da Lista de Linhas. Para assim remover as Linhas e os respectivos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, o Cedente deverá tomar as seguintes ações e realizar as seguintes determinações:

- (i) não menos que 5 (cinco) Dias Úteis mas não mais que 30 (trinta) dias antes da Data de Remoção, fornecer ao Fundo e à Agência de Classificação de Risco uma notícia por escrito (a “**Notificação de Remoção**”) especificando a intenção de o Cedente excluir uma Linha Aleatoriamente Seleccionada, e a Data de Remoção;
- (ii) determinar, na Data de Remoção, com relação a tal Linha Aleatoriamente Seleccionada, o Saldo de Remoção e aditar a Lista de Linhas por meio da entrega ao Fundo de uma lista verdadeira e completa de Linhas Aleatoriamente Seleccionadas, especificando para cada Linha Aleatoriamente Seleccionada quando da Data de Remoção o seu número de conta e o Saldo de Remoção.

A remoção de qualquer Linha nos termos do disposto acima deverá observar as seguintes condições:

- (i) uma Notificação de Remoção tenha sido providenciada pelo Cedente à Agência de Classificação de Risco e ao Administrador;
- (ii) o Cedente deverá declarar e garantir que tal remoção não deverá, no melhor juízo do Cedente, resultar na ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada;
- (iii) o Cedente deverá declarar e garantir que as Linhas Aleatoriamente Seleccionadas tenham sido selecionados da Lista de Linhas de maneira que não vise a (a) representar um benefício para o Cedente; e (b) ter um efeito material adverso no Patrimônio Líquido do Fundo;
- (iv) o Cedente deverá apresentar ao Fundo uma confirmação por escrito de que tal ação deverá satisfazer a Condição da Agência de Classificação de Risco;
- (v) o Cedente deverá entregar ao Fundo uma declaração de um de seus diretores confirmando o disposto nos itens (ii), (iii) e (iv) acima; e
- (vi) os Cotistas Seniores do Fundo deverão aprovar tal remoção em uma assembléia geral devidamente convocada, sujeito ao quorum disposto no item 17.3 do Regulamento.

Observado o cumprimento das condições dispostas acima, a partir da Data de Remoção com relação a uma Linha Aleatoriamente Seleccionada, (i) o Cedente não deverá transferir quaisquer Direitos Creditórios com relação a tal Linha Aleatoriamente Seleccionada ao Fundo, e (ii) o Cedente deverá estar irrevogavelmente obrigado a readquirir do Fundo, sem recurso, declaração ou garantia, efetivo desde a Data de Remoção, todos os Direitos Creditórios Elegíveis originários de tal Linha ou substituir tais Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos por Direitos Creditórios Elegíveis adicionais.

Após a Data de Remoção, (i) cobranças relacionadas aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos originados da Linha Aleatoriamente Seleccionada deverão deixar de ser remetidas ao Fundo, em conformidade com o parágrafo acima, (ii) tal Linha Aleatoriamente Seleccionada deverá ser considerada removida da Lista de Linhas para todos os fins, (iii) todos os Direitos Creditórios Elegíveis originados de tal Linha Aleatoriamente Seleccionada deverão ser tidos como transferidos e liberados pelo Fundo ao Cedente sem recurso, declaração ou garantia, e (iv) o Administrador deverá alterar a Lista de Linhas nesse sentido.

Limites de concentração

O Fundo não deverá, a qualquer tempo, ter mais do que 20% (vinte por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos devidos por qualquer uma das Concessionárias, exceto se tal Concessionária for (i) uma sociedade registrada na CVM como uma companhia aberta; (ii) uma instituição financeira devidamente autorizada a operar pelo Banco Central; ou (iii) uma sociedade cujas demonstrações financeiras relativas ao exercício fiscal imediatamente anterior à data de constituição do Fundo tenham sido preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Lei 6.404/76, e auditadas por um auditor independente registrado junto à CVM.

Sem prejuízo do parágrafo acima, no momento de cada aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, o Fundo não poderá ter mais do que o Percentual Máximo de Exposição por Concessionária aplicável representado por Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos adquiridos de qualquer uma das Concessionárias.

No momento de cada aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados, o Fundo não deverá ter mais do que o Percentual Máximo de Veículos Usados investido em Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos derivados da aquisição de Veículos usados.

O Fundo não deverá, a qualquer tempo, ter mais do que 20% (vinte por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos devidos por qualquer uma das Concessionárias, exceto se tal Concessionária for (i) uma sociedade registrada na CVM como uma companhia aberta; (ii) uma instituição financeira devidamente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil; ou (iii) uma sociedade cujas demonstrações financeiras relativas ao exercício fiscal imediatamente anterior à data de constituição do Fundo tenham sido preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Lei 6.404/76, e auditadas por um auditor independente registrado junto à CVM.

Para maiores informações acerca dos Direitos Creditórios, vide relatório emitido pela KPMG, anexo a este Prospecto.

XII. VISÃO GERAL DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Informações sobre o setor bancário — evolução do setor bancário brasileiro

O setor bancário brasileiro sofreu uma importante mudança estrutural, passando de um ambiente de inflação alta, durante a década de 80 e início da década de 90, para um ambiente de inflação baixa e sob controle e de maior estabilidade macroeconômica e monetária, a partir de 1994, com a introdução do Plano Real. Antes de 1994, a indústria bancária se beneficiava com os ganhos inflacionários e era significativamente composta por bancos estatais e pelas limitações legais à participação de instituições financeiras estrangeiras, resultando em estruturas ineficientes e de baixa competitividade.

A partir de 1994, em virtude da estabilidade monetária alcançada, tem havido um contínuo crescimento na demanda por crédito no Brasil. Esse aumento, combinado com a perda dos ganhos inflacionários, e com o aumento da participação de instituições financeiras estrangeiras no mercado local, obrigou a indústria bancária a melhorar seus índices de eficiência e aumentar as receitas com serviços. Conseqüentemente, a indústria bancária deu início a um período de racionalização e consolidação. O Governo Federal, por sua vez, monitorou ativamente esse processo com a criação de programas destinados a proteger a economia popular, incluindo medidas para assegurar a solvência das instituições, reduzir a participação de instituições estatais e aumentar a concorrência entre os bancos privados.

Adicionalmente, sob o aspecto macroeconômico, o processo inflacionário estabilizou-se de forma mais consistente e sustentada, entre outros motivos, pela apreciação cambial que decorreu de continuados superávits comerciais e melhoria das contas externas. Nos últimos três anos, o Brasil atingiu as metas de inflação fixadas pelo Governo Federal, de acordo com dados do relatório do Banco Central.

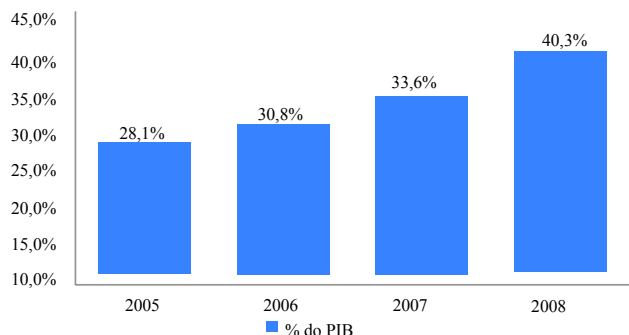
A estabilidade inflacionária e o câmbio apreciado e menos volátil ensejaram a contínua redução da SELIC, taxa balizadora dos juros praticados no Brasil, o que fez com que as taxas de juros nominais se reduzissem gradativamente. A conseqüência dessa gradativa redução nas taxas de juros nominais usualmente é uma tendência à diminuição dos *spreads* em um futuro próximo e um aumento na demanda por crédito.

Desta forma, o movimento e as estratégias dos bancos no Brasil visam à obtenção de ganhos de escala, com ampliação das bases de clientes e de uma maior oferta de produtos e serviços, o que explica aquisições e investimentos realizados. Em síntese, os bancos devem aumentar o volume de negócios e ganhar produtividade, como forma de preservação da rentabilidade.

Operações de crédito do sistema financeiro

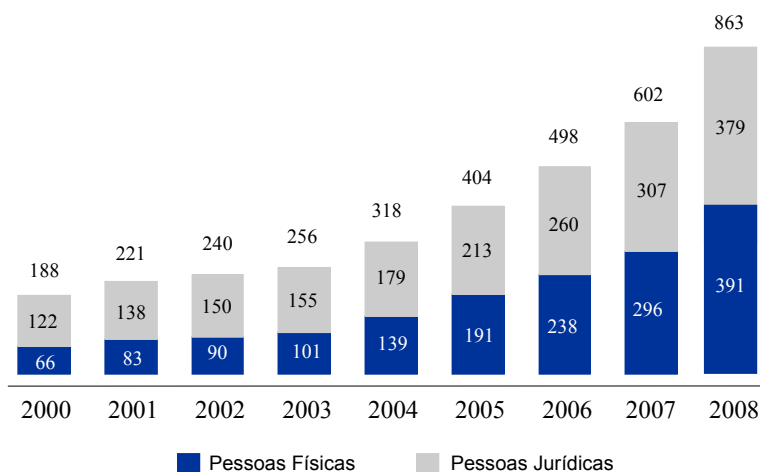
O Brasil ainda possui um baixo índice de penetração bancária (crédito/PIB), comparativamente a países mais desenvolvidos. De acordo com dados do Banco Central, aproximadamente 40 milhões de pessoas no País não têm acesso a serviços bancários. No entanto, esse índice tem aumentado de forma consistente nos últimos anos, de 28,1% em 2005 para 30,8% em 2006, 33,6% em 2007, e 40,3% em 2008. O saldo total de empréstimos atingiu R\$ 1,209 bilhões em novembro de 2008, com alta de 32,8% em doze meses.

O volume das operações de crédito do sistema financeiro manteve trajetória de expansão, para a qual contribuíram as medidas destinadas à preservação da liquidez do mercado doméstico, que compensaram, em parte, os efeitos decorrentes da crise internacional.



Fonte: Banco Central.

De acordo com informações divulgadas pelo Banco Central¹ em 23 de dezembro de 2008, os empréstimos concedidos com recursos livres totalizaram R\$ 863,4 bilhões até novembro de 2008, registrando crescimentos de 34,5% em relação a novembro de 2007. As operações com pessoas jurídicas apresentaram expansão de 43,6% em doze meses, resultante de incrementos mensais de 2,5% nos empréstimos contratados com recursos internos e de 5,1% nos financiamentos lastreados em recursos externos, com saldos respectivos de R\$ 379,2 bilhões e de R\$ 92,7 bilhões. Nas mesmas bases de comparação, os créditos contratados com pessoas físicas cresceram 25%, alcançando R\$ 391,5 bilhões.



¹ Política Monetária e Operações de Crédito do Sistema Financeiro - Nota para a Imprensa divulgada pelo Banco Central em 23 de dezembro de 2008 (<http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>).

Ainda de acordo com as referidas informações divulgadas pelo Banco Central, o saldo das operações de crédito com recursos direcionados totalizou R\$ 346 bilhões, assinalando expansão de 28,6% no período de doze meses. A variação entre os meses de novembro e outubro de 2008 resultou, basicamente, da expansão de 4,2% nos financiamentos realizados pelo BNDES, cujo saldo atingiu R\$ 202,6 bilhões. Os recursos desembolsados pelo BNDES somaram R\$ 78,6 bilhões entre janeiro e novembro de 2008, montante 38,7% superior ao observado em igual período de 2007. Desse total, os financiamentos contratados pelo segmento de comércio e serviços somaram R\$ 41,1 bilhões, cabendo destaque aos ramos de transporte terrestre, telecomunicações e eletricidade e gás. As contratações do setor industrial, impulsionadas pelos segmentos de produtos alimentícios, indústria extrativa e de veículos, reboques e carrocerias, corresponderam a R\$ 32,4 bilhões.

Distribuição setorial do crédito

De acordo com informações divulgadas pelo Banco Central², os empréstimos concedidos ao setor privado, compreendendo recursos livres e direcionados, apresentaram aumento em 2008, alcançando R\$ 1,185 bilhões. Os financiamentos para a indústria somaram R\$ 291,3 bilhões, com destaque para os setores de energia elétrica, metalurgia e automóveis. Os créditos para o segmento de outros serviços apresentaram saldo de R\$ 215,6 bilhões, ressaltando-se os setores de energia e telefonia. Os empréstimos ao comércio atingiram saldo de R\$ 124,6 bilhões, com ênfase para o segmento varejista.

Adicionalmente, a carteira de crédito do setor rural totalizou R\$ 104,9 bilhões em novembro de 2008, com incremento de 0,6% no mês, sustentado, principalmente, pela demanda de recursos para o custeio da safra. O crédito habitacional, computados os financiamentos com recursos livres e direcionados, cresceu 3,3% no mesmo mês e 39,1% em doze meses, alcançando R\$ 61,8 bilhões. As operações contratadas com o setor público somaram R\$ 24,4 bilhões, dos quais R\$ 17,3 bilhões destinados aos estados e municípios e R\$ 7,1 bilhões ao governo federal.

Operações com recursos livres — crédito referencial para taxas de juros

Segundo nota para a imprensa, divulgada em 23 de dezembro de 2008³, o crédito referencial para taxa de juros alcançou R\$ 666 bilhões em novembro de 2008, registrando expansão de 1,9% no mês e de 30,4% em doze meses. As operações destinadas a pessoas jurídicas somaram R\$ 392,4 bilhões, com aumentos de 3,3% no mês e de 44,7% em doze meses. As carteiras com recursos domésticos atingiram R\$ 299,7 bilhões, apresentando crescimento de 2,8% em novembro de 2008. Esse resultado permanece determinado pelo comportamento da carteira de capital de giro, com acréscimo de 4% no mês e saldo de R\$ 164,4 bilhões. A expansão desses empréstimos nos últimos meses esteve associada à migração de operações anteriormente amparadas em modalidades com recursos externos, bem como à necessidade adicional de recursos para financiar a expansão da produção e das vendas em final de ano. Os financiamentos referenciados em moeda estrangeira continuam apresentando evolução condicionada pelo efeito contábil da depreciação cambial. Seu volume alcançou R\$ 92,7 bilhões, com alta de 5,1% no mês, determinada pela expansão de 9,8% nos adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs).

O estoque das modalidades de crédito referencial para pessoas físicas atingiu o patamar de R\$ 273,6 bilhões em novembro de 2008. Esse resultado evidencia a tendência de desaceleração dessas operações, particularmente influenciada pelo desempenho dos financiamentos para aquisição de veículos, que registraram decréscimo mensal de 1,6% e incremento de 1,8% em doze meses, bem como pela relativa acomodação nas operações de crédito pessoal, que apresentaram acréscimos 25,8% em doze meses.

² Política Monetária e Operações de Crédito do Sistema Financeiro - Nota para a Imprensa divulgada pelo Banco Central em 23 de dezembro de 2008 (<http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>).

³ Idem nota acima.

A taxa média de juros das modalidades de crédito referencial situou-se em 44,1% a.a., com aumentos de 1,2 p.p. no mês de novembro de 2008 e de 9,4 p.p. nos últimos doze meses. O patamar observado em novembro é o mais alto desde abril de 2006, quando o custo médio dessas operações situou-se em 45% a.a. No mesmo sentido, o *spread* bancário registrou acréscimo mensal de 1,9 p.p. e de 6,8 p.p. em doze meses, alcançando 30,3 p.p. Nas operações com pessoas físicas, a taxa média registrou elevação mensal de 3,8 p.p., situando-se em 58,7% a.a. Em sentido inverso, o custo médio das contratações por parte das pessoas jurídicas mostrou retração de 0,4 p.p., atingindo 31,2% a.a. Contribuiu decisivamente para esse desempenho a queda de 5,1 p.p. nas taxas pós-fixadas, condicionada pelas expectativas de variação cambial.

A inadimplência do crédito referencial, consideradas as operações com atrasos superiores a noventa dias, representa 4,2% do total da carteira. O nível de inadimplência do segmento de pessoas jurídicas permaneceu no patamar de 1,7%, enquanto nas operações com pessoas físicas observou-se incremento de 0,2 p.p., alcançando 7,8% do estoque de crédito.

Ativos e passivos internacionais do sistema bancário

De acordo com o Banco Central⁴, os ativos internacionais do sistema bancário totalizaram R\$ 229,1 bilhões ao final de setembro de 2008, registrando crescimento trimestral de 27,9% em reais, ou de 6,4% em dólares norte-americanos. Essa variação é explicada, em grande medida, pelas operações de câmbio realizadas no mercado interno. Como resultado, o grau de internacionalização do sistema elevou-se de 6,7%, em junho, para 7,9%, em setembro.

A distribuição dos ativos internacionais mostrou aumentos nas posições dos bancos públicos e estrangeiros, em detrimento dos bancos nacionais privados, cuja participação no total de ativos diminuiu de 51,3%, em junho, para 47,9%, em setembro de 2008. Com relação à posição por país contraparte, as principais elevações foram observadas nos ativos com brasileiros, implicando aumento de sua participação relativa de 32,9% para 36,5%.

Os passivos internacionais apresentaram saldo de R\$ 265 bilhões em setembro de 2008, variação trimestral de 32% em reais e de 9,8% em dólares norte-americanos. Esse resultado foi determinado, basicamente, pelas contratações de câmbio no mercado doméstico e pelos empréstimos externos. Conseqüentemente, a participação dos passivos internacionais no total de passivos exigíveis do sistema bancário subiu para 10%, ante 8,1% no trimestre anterior.

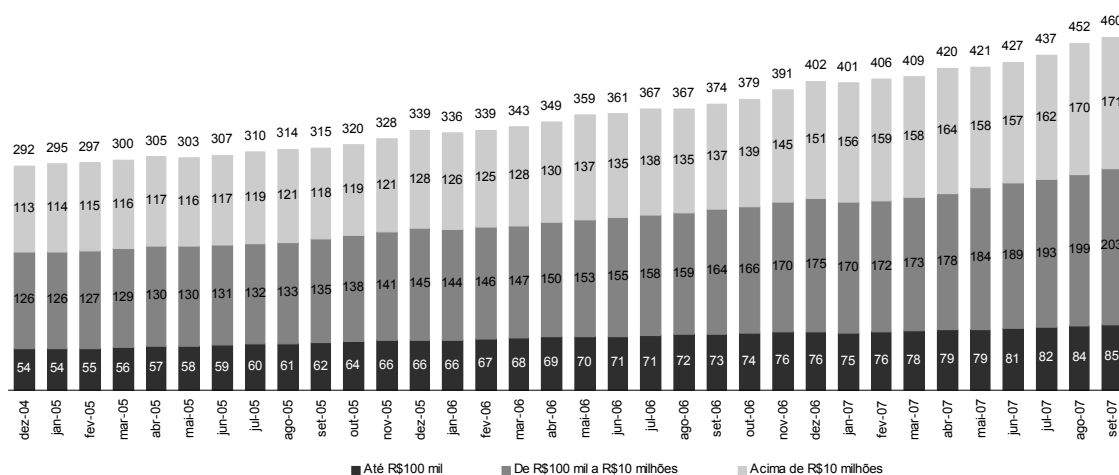
No que diz respeito à segmentação dos passivos conforme o controle do capital, observou-se aumento na representatividade dos bancos públicos, de 11,6%, em junho, para 13,2%, em setembro de 2008, face ao recuo de 43,3% para 41,7% na participação dos bancos privados nacionais. Com relação às posições por país de residência da contraparte dos passivos, destacou-se o crescimento da participação de brasileiros, de 15,6% para 19,4%.

Os ativos internacionais consolidados do sistema bancário, que incluem somente posições com não residentes, apresentaram saldo de R\$ 87,8 bilhões em setembro de 2008, segundo o risco inicial, registrando expansão trimestral de 20,8% em reais e de 0,5% em dólares norte-americanos. No conceito de risco final, que incorpora ao ativo inicial o resultado das transferências de risco entre países, o saldo alcançou R\$ 86,7 bilhões.

⁴ Política Monetária e Operações de Crédito do Sistema Financeiro - Nota para a Imprensa divulgada pelo Banco Central em 23 de dezembro de 2008 (<http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>).

Crédito a pessoas jurídicas

De acordo com os dados do Banco Central o volume de crédito (incluindo recursos direcionados) para pessoas jurídicas apresentou um crescimento significativo entre dezembro de 2005 e setembro de 2007, tendo passado de R\$ 339 bilhões para R\$ 460 bilhões, o que representou um crescimento de 35,5%. Dentro deste montante se destacam os empréstimos com volume entre R\$ 100 mil e R\$ 10 milhões e acima de R\$ 10 milhões, os quais cresceram 39,8% e 33,8% respectivamente, no período. O gráfico abaixo mostra a evolução mensal dos empréstimos a pessoas jurídicas por faixas de valores.



Fonte: Banco Central

Adicionalmente, como é possível constatar no gráfico acima, os empréstimos de volume entre R\$ 100 mil a R\$ 10 milhões representam a maior parte do crédito a pessoas jurídicas, tendo sido responsáveis por 44,2% do total em setembro de 2007.

Em relação aos prazos dos empréstimos a pessoas jurídicas existe uma tendência de alongamento dos mesmos. Apesar dos empréstimos de curtíssimo prazo (até 180 dias) ainda representarem 45% do total dos empréstimos a pessoas jurídicas em setembro de 2007, houve uma tendência de aumento do percentual de empréstimos de médio e longo prazos de dezembro de 2004 até setembro de 2007.

A tabela abaixo apresenta o percentual dos empréstimos a pessoas jurídicas aberto pelos diferentes tipos de prazo.

Prazos dos Empréstimos a Pessoas Jurídicas						
% do total	Curtíssimo ⁽¹⁾	Curto Prazo ⁽¹⁾	Médio Prazo ⁽¹⁾	Longo Prazo ⁽¹⁾	Prazo Indeterminado	Total
31-Dez-2004	49,3%	13,5%	18,5%	16,1%	2,6%	100,0%
31-Dez-2005	46,7%	14,4%	20,4%	15,4%	3,1%	100,0%
31-Dez-2006	45,6%	14,7%	20,9%	18,7%	0,2%	100,0%
30-Set-2007	44,8%	14,5%	21,7%	18,9%	0,1%	100,0%

Fonte: Banco Central. Curtíssimo prazo: até 180 dias; curto prazo: de 181 a 360 dias; médio prazo: de 361 a 1088 dias; longo prazo: acima de 1088 dias.

Os principais produtos utilizados junto ao segmento de pessoas jurídicas são o crédito rotativo, os empréstimos para capital de giro, o empréstimo *vendor* e *comprar* e operações de desconto de títulos. A seguir apresenta-se uma breve descrição de cada um destes produtos:

- O crédito rotativo, também conhecido como cheque empresa, é uma linha de crédito rotativa de curto prazo disponível às empresas para utilização de acordo com suas necessidades, garantindo liquidez imediata. Em geral, os juros incidentes sobre o montante emprestado são calculados diariamente sobre o saldo devedor e cobrados no primeiro Dia Útil do mês seguinte ao da movimentação, havendo também a incidência de IOF.
- Os empréstimos para capital de giro consistem em adiantamentos de recursos para atendimento de necessidades de capital de giro das empresas tomadoras. Em geral, o prazo de amortização dessa modalidade de empréstimo é de até 180 dias.
- A modalidade de empréstimo *vendor* consiste na concessão de financiamento para permitir que uma empresa venda seus produtos a prazo e receba os respectivos pagamentos à vista. A principal vantagem dessa modalidade de financiamento é que, como a venda não é financiada diretamente pela empresa vendedora, a base de cálculo para a cobrança de tributos e comissões de venda torna-se menor. A modalidade de empréstimo *comprar* configura operação inversa à *vendor*, possibilitando a dilatação do prazo de pagamento da compra, sem envolver o vendedor, pois o próprio comprador é quem funciona como fiador do empréstimo.
- As operações de desconto de títulos consistem no adiantamento de recursos sobre valores referenciados em duplicatas de cobrança, notas promissórias, recibos de venda de cartões de crédito ou cheques pré-datados, dentre outros, visando antecipar o fluxo de caixa das empresas tomadoras. Nessa modalidade de empréstimo, o direito de regresso contra as empresas tomadoras é garantido ao banco que realiza o desconto, em caso de não pagamento dos títulos.

Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional é composto, basicamente, por (i) órgãos normativos, tais como o CMN, o Conselho Nacional de Seguros Privados e o Conselho de Gestão da Previdência Complementar; e (ii) entidades supervisoras, como o Banco Central, a CVM, a SUSEP, a SPC, os quais, observadas suas respectivas áreas de atuação e competências, supervisionam, regulam e exercem fiscalização sobre instituições financeiras, bolsas de valores, sociedades seguradoras e entidades de previdência complementar, dentre outras.

Setor privado

O setor privado do Sistema Financeiro Nacional engloba, dentre outros, os bancos múltiplos, comerciais, de desenvolvimento e de investimento, as sociedades de crédito, financiamento e investimento (financeiras), sociedades de crédito imobiliário, as sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de câmbio, sociedades de arrendamento mercantil, agências de fomento, companhias hipotecárias e as sociedades de financiamento imobiliário.

Conforme dados disponibilizados no *website* do Banco Central (www.bcb.gov.br), atualizados até novembro de 2008, atualmente, há 2.414 instituições financeiras reguladas e fiscalizadas pelo Banco Central, incluindo:

- 18 bancos comerciais – instituições financeiras que recebem depósitos à vista em contas de movimento e efetuam empréstimos a curto prazo, sendo responsáveis por atividades bancárias de varejo e atacado;
- 18 bancos de investimento – instituições financeiras especializadas em operações de financiamento de médio e longo prazo (preferencialmente) e administração de recursos de terceiros. Essas instituições não possuem contas de depósito à vista e captam recursos especialmente via depósitos a prazo ou ainda por meio de empréstimos obtidos no exterior para repasse no mercado interno. As principais operações ativas são financiamento de capital de giro e capital fixo, subscrição ou aquisição de títulos e valores mobiliários, depósitos interfinanceiros e repasses de empréstimos externos; e

- 139 bancos múltiplos – instituições financeiras autorizadas a realizar diversas atividades financeiras, de acordo com as leis e regulamentações aplicáveis a cada tipo de atividade, como operações comerciais, de investimento e crédito. Os bancos múltiplos devem constituir-se com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento. Tais bancos são autorizados a fornecer uma ampla quantidade de serviços bancários comerciais e de investimento (incluindo colocação e negociação de títulos e valores mobiliários), arrendamento mercantil e outros serviços, dentre os quais se incluem a concessão de financiamentos imobiliários e a administração de fundos de investimento, observadas as carteiras detidas por eles.

Instituições financeiras por segmento de atuação

Banco Central do Brasil
Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Quantitativo de instituições por segmento

Segmento	Sigla	2001 Dez	2002 Dez	2003 Dez	2004 Dez	2005 Dez	2006 Dez	2007 Dez	2008 Jun	2008 Jul	2008 Ago	2008 Set	2008 Out	2008 Nov
Banco Múltiplo	BM	153	143	141	139	138	137	135	136	137	138	139	139	139
Banco Comercial ^{1/}	BC	28	23	23	24	22	21	20	20	20	20	20	19	18
Banco de Desenvolvimento	BD	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Caixa Econômica	CE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Banco de Investimento	BI	20	23	21	21	20	18	17	18	18	18	18	18	18
Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento	SCFI	42	46	47	46	50	51	52	56	57	56	55	55	55
Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	SCTVM	177	161	147	139	133	116	107	107	107	107	107	106	107
Sociedade Corretora de Câmbio	SCC	43	42	43	47	45	48	46	46	46	46	46	46	45
Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	SDTVM	159	151	146	138	134	133	135	133	136	136	136	136	136
Sociedade de Arrendamento Mercantil	SAM	72	65	58	51	45	41	38	37	37	36	36	36	36
Sociedade de Crédito Imobiliário ^{2/} e Associação de Poupança e Empréstimo	SCI e APE	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	17	17
Companhia Hipotecária	CH	7	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Agência de Fomento	AG FOM	9	10	11	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
Subtotal		733	693	666	646	628	606	591	594	599	598	598	595	594
Cooperativa de Crédito	COOP	1.379	1.430	1.454	1.436	1.439	1.452	1.465	1.466	1.457	1.461	1.460	1.460	1.457
Sociedade de Crédito ao Microempreendedor	SCM	23	37	49	51	55	56	52	48	47	47	46	45	45
Subtotal		2.135	2.160	2.169	2.133	2.122	2.114	2.108	2.108	2.103	2.106	2.104	2.100	2.096
Sociedade Administradora de Consórcios	CONS	399	376	365	364	342	333	329	324	320	319	317	317	318
Total		2.534	2.536	2.534	2.497	2.464	2.447	2.437	2.432	2.423	2.425	2.421	2.417	2.414

Fonte: Unicad

1/ Inclui os bancos estrangeiros (filiais no país);

2/ Inclui 15 Sociedades de Crédito Imobiliário - Repassadoras (SCIR) que não podem captar recursos junto ao público;

Setor público

Não obstante o processo de privatização parcial de instituições bancárias do setor público, ocorrido na década de 90, o governo federal e os governos estaduais ainda controlam importantes bancos comerciais e instituições financeiras, com o propósito de fomentar o desenvolvimento da economia, principalmente no que tange aos setores industrial e agrícola. Essas instituições mantêm uma boa parcela do total de depósitos e do total de ativos do Sistema Financeiro Nacional e possuem uma forte participação em cadernetas de poupança, letras hipotecárias e financiamentos rurais e imobiliários. Adicionalmente, os bancos de desenvolvimento atuam como agências de desenvolvimento regional.

São considerados integrantes do setor público do Sistema Financeiro Nacional: (i) os bancos de desenvolvimento, que atuam na esfera federal (como o BNDES), estadual e regional; (ii) as caixas econômicas, atuantes na esfera federal (como a Caixa Econômica Federal) e estadual; e (iii) os bancos comerciais, os bancos múltiplos, e demais instituições financeiras cuja maioria do capital votante é detida, de forma direta ou indireta pela União ou por uma ou mais unidades da federação.

Insolvência bancária — intervenção, liquidação administrativa e falência

O Banco Central poderá intervir nas operações de uma instituição financeira não controlada pelo Governo Federal caso haja risco substancial aos credores, ou caso a instituição financeira frequentemente viole as regulamentações aplicáveis. O Banco Central também poderá intervir caso a liquidação possa ser evitada ou poderá proceder à liquidação administrativa ou, em algumas circunstâncias, pedir falência de qualquer instituição financeira, exceto as controladas pelo Governo Federal.

Liquidação administrativa

O Banco Central pode intervir nas operações de um banco se existir risco material para os credores. Ademais, a liquidação administrativa de qualquer instituição financeira (com exceção de instituições financeiras públicas controladas pelo Governo Federal) poderá ser efetuada pelo Banco Central, nas seguintes hipóteses:

- as dívidas da instituição financeira não estejam sendo pagas no respectivo vencimento;
- a instituição financeira seja considerada insolvente;
- a instituição financeira tenha incorrido em prejuízos que sujeitem a risco anormal seus credores quirografários;
- os administradores da instituição financeira tenham violado gravemente normas legais ou regulamentares ou determinações do CMN ou do Banco Central; ou
- quando do cancelamento de sua autorização operacional, os procedimentos de liquidação ordinária de instituição financeira não tenham sido iniciados dentro de 90 dias ou tenham sido realizados com atraso que represente risco a seus credores, a critério do Banco Central.

Os procedimentos de liquidação poderão também ser solicitados, fundamentadamente, pelos administradores da instituição financeira ou pelo interventor designado pelo Banco Central no procedimento de intervenção.

A intervenção cessará:

- por decisão discricionária do Banco Central, caso as partes interessadas assumam a administração da instituição financeira depois de ter prestado as garantias julgadas necessárias a critério do Banco Central;
- com a aprovação das contas finais da instituição apresentadas pelo liquidante e a baixa no registro público competente;
- quando for convertida em liquidação ordinária; ou
- quando a instituição financeira for declarada falida.

Regime de administração especial temporária

Além dos procedimentos supracitados, o Banco Central poderá estabelecer também o RAET, uma forma menos restritiva de intervenção em instituições financeiras privadas e públicas não-federais que permite às instituições continuar a operar normalmente.

O RAET poderá ser imposto pelo Banco Central nas seguintes circunstâncias:

- prática reiterada de operações contrárias às diretrizes de política econômica ou financeira traçadas em lei federal;
- descumprimento das normas referentes à conta de Reservas Bancárias mantida no Banco Central;
- ocorrência de qualquer situação que autorize a intervenção, nos termos da legislação em vigor;
- gestão temerária ou fraudulenta; e
- a existência de passivo a descoberto.

O principal objetivo do RAET é auxiliar a recuperação da situação financeira da instituição sob administração especial. Dessa forma, o RAET não afeta as operações comerciais cotidianas, obrigações ou direitos da instituição financeira, que continua a operar em seu curso normal.

Reembolso de credores quando da liquidação

Na liquidação de uma instituição financeira, os créditos salariais até 150 salários mínimos por credor e os decorrentes de acidentes de trabalho têm prioridade sobre quaisquer outros créditos. O FGC constitui sistema de seguro de depósito que garante valor máximo de R\$60,0 mil (sessenta mil) de depósitos e instrumentos de crédito detidos por pessoa física contra instituição financeira (ou contra instituições financeiras do mesmo grupo financeiro), de acordo com a Resolução nº 3.400, emitida pelo CMN em 06 de setembro de 2006, para os seguintes créditos: (i) depósitos à vista ou sacáveis mediante aviso prévio, (ii) depósitos em contas-correntes de depósito para investimento, (iii) depósitos de poupança, (iv) depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado, (v) depósitos mantidos em contas não movimentáveis por cheques destinadas ao registro e controle do fluxo de recursos referentes à prestação de serviços de pagamento de salários, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, (vi) letras de câmbio, (vii) letras imobiliárias, (viii) letras hipotecárias, (ix) letras de crédito imobiliário.

O FGC é financiado principalmente por contribuições compulsórias de todas as instituições financeiras brasileiras que operam com depósitos de clientes. Os pagamentos de créditos não garantidos, ou em valor excedente ao garantido, estão sujeitos ao pagamento anterior de todos os créditos garantidos e outros créditos com relação aos quais existe prioridade de pagamento prevista em legislação específica.

Sistema de pagamentos brasileiro

Em dezembro de 1999, o Governo Federal emitiu novas normas de liquidação de pagamentos no Brasil, com base nas diretrizes adotadas pelo BIS – *Bank for International Settlements*. Após período de testes e introdução gradual, o Sistema de Pagamentos Brasileiro passou a operar em abril de 2002. O Banco Central e a CVM têm poderes para regular e supervisionar esse sistema.

De acordo com essas normas, poderão ser criadas novas câmaras de compensação e todas as câmaras de compensação são obrigadas a adotar procedimentos destinados a reduzir a possibilidade de crises sistêmicas e reduzir os riscos atualmente enfrentados pelo Banco Central. Os princípios mais importantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro são:

- a existência de dois sistemas principais de pagamentos e liquidação: (i) liquidações brutas em tempo real, com utilização das reservas depositadas no Banco Central; e (ii) liquidações líquidas diferidas, por intermédio de câmaras de compensação;
- as câmaras de compensação, com algumas exceções, são responsáveis pelas ordens de pagamento que aceitarem; e
- a legislação de falência não afeta as ordens de pagamento efetuadas por meio dos créditos de câmaras de compensação, tampouco a garantia prestada para assegurar essas ordens. Contudo, nos termos da legislação de falência, as câmaras de compensação detêm créditos ordinários contra qualquer participante.

Os sistemas integrados pelos sistemas de compensação brasileiros são responsáveis pela criação de mecanismos e normas de segurança para controle de riscos e contingências, pelo compartilhamento de prejuízos entre os participantes do mercado, pela execução direta das posições dos participantes, pelo cumprimento de seus contratos e pela execução de garantia devida sob custódia. Além disso, as câmaras de compensação e os prestadores de serviços de liquidação considerados sistemicamente importantes são obrigados a reservar parte de seus ativos como garantia adicional à liquidação de operações.

Nos termos dessas normas, a responsabilidade pela liquidação de uma operação é atribuída às câmaras de compensação e prestadores de serviços de liquidação responsáveis pela operação. Uma vez apresentada uma operação financeira para compensação e liquidação, estas em geral passam a ser obrigação da câmara de compensação e liquidação, não mais estando a operação sujeita ao risco de falência ou insolvência por parte do participante de mercado que a tiver submetido para compensação e liquidação.

As instituições financeiras e outras instituições credenciadas pelo Banco Central também são obrigadas a criar mecanismos para identificar e evitar riscos de liquidez, em conformidade com certos procedimentos estabelecidos pelo Banco Central. Nos termos desses procedimentos, as instituições devem:

- manter e documentar critérios de determinação de riscos e mecanismos de liquidez para seu respectivo gerenciamento;
- analisar dados econômicos e financeiros com o fim de avaliar o impacto de diferentes situações de mercado sobre a liquidez e fluxo de caixa da instituição;
- elaborar relatórios que permitam à instituição monitorar riscos de liquidez;
- identificar e avaliar mecanismos para reversão de posições que poderiam ameaçar a instituição econômica ou financeiramente e obter os recursos necessários à efetivação da reversão;
- adotar controles de sistemas e testá-los periodicamente;
- prontamente fornecer à administração da instituição informações e análise disponíveis no tocante a qualquer risco de liquidez identificado, inclusive quaisquer conclusões ou medidas corretivas adotadas; e
- desenvolver planos de contingência para administração de situações de crise de liquidez.

Investimento estrangeiro e a Constituição Federal

A Constituição Federal atualmente proíbe a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras estrangeiras, e o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras sediadas no Brasil, de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no exterior, salvo mediante a devida autorização do Governo Federal, se houver interesse do Governo brasileiro. A instituição financeira estrangeira devidamente autorizada a operar no Brasil por intermédio de filial ou de subsidiária ficará sujeita às mesmas normas, regulamentações e exigências aplicáveis a qualquer instituição financeira brasileira.

XIII. O CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Visão geral do Cedente

O Cedente é uma instituição financeira brasileira, vinculada a um grupo global presente em aproximadamente 40 países, nos segmentos de negócios automotivo e residencial, seguros e financiamento comercial, o qual foi fundado pela General Motors, possuindo, tradicionalmente, grande parte de sua carteira composta por financiamentos de veículos da General Motors. No Brasil, estabelecido na capital do Estado de São Paulo, o Cedente oferece financiamento e seguros dos veículos Chevrolet, e administra os serviços financeiros disponibilizados à rede de concessionárias Chevrolet e à GMB.

O Grupo GMAC, em âmbito mundial, já financiou 162 milhões de veículos, o que representa mais de US\$ 1,4 trilhão. O Grupo GMAC emprega aproximadamente 26.700 pessoas em todo o mundo, sendo que no Brasil um time de 318 funcionários atua no desenvolvimento de produtos, na manutenção dos serviços, no atendimento ao cliente e na gestão e captação de recursos.

O início das operações do Grupo GMAC remonta a 1919, na condição de subsidiária da General Motors, sendo seu propósito o fornecimento às Concessionárias franqueadas da General Motors de financiamento necessário para compra e manutenção do estoque de veículos, bem como o oferecimento aos clientes de maneiras de adquirir o veículo por meio de financiamento. No Brasil, o Grupo GMAC iniciou suas operações a partir de 1930, em parceria com a GMB e, desde então atingiu substancial crescimento e ampla diversificação de produtos e serviços, sendo seu desempenho reconhecido em diversas modalidades:



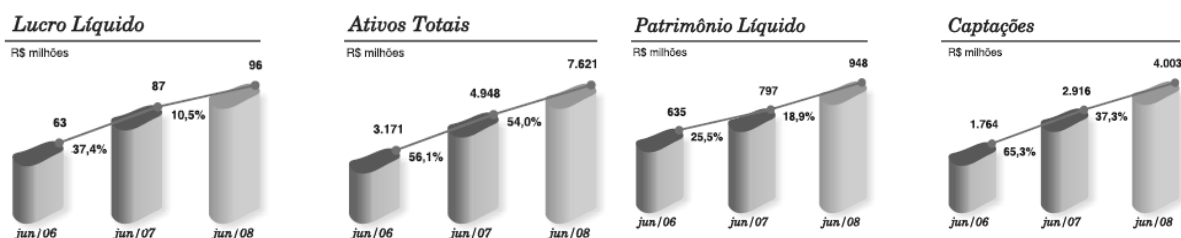
Basicamente, o Cedente dedica-se ao financiamento de veículos da marca Chevrolet, e através da rede Chevrolet (varejo), além do financiamento dos estoques das concessionárias Chevrolet (atacado). Através de suas subsidiárias, o Cedente também comercializa o produto Consórcio, e intermedia a venda de seguros, também voltados à venda de veículos Chevrolet.

Nesse sentido, entre as categorias de produtos e serviços existentes, podem ser indicados sete grandes campos, quais sejam, (i) crédito atacado; (ii) operações de financiamento; (iii) operações de leasing; (iv) seguros automotivos; (v) seguro prestamista; (vi) garantia estendida; e (vii) consórcio nacional Chevrolet.

De modo adequado às necessidades e perfis contemplados por seus produtos e serviços, o Cedente traça dois grandes recortes: para a Rede de Concessionárias Chevrolet, formada por cerca de 500 pontos de venda, o Cedente oferece produtos da área de Crédito Atacado; e para o consumidor final, são disponibilizados diversos produtos, dentre os quais estão o Financiamento Direto ao Usuário (FDU), o GMAC Leasing, o SmartBuy, os Seguros Auto Chevrolet, Proteção Mecânica e GMAC Plus e o Consórcio Nacional Chevrolet, sendo que, além disso, há modalidades especiais de financiamento, de acordo com o perfil do público, como os planos Fazendeiro e Taxista.

Em consonância com a diversidade e qualidade dos produtos e serviços oferecidos e como resultado da expansão e intensificação de suas operações, o lucro obtido no primeiro semestre de 2008, no Brasil, foi de R\$ 96 milhões, atingindo um patrimônio líquido no montante de R\$ 947,7 milhões.

Os gráficos a seguir representam, de forma simplificada, informações financeiras e operacionais relevantes do Cedente, para os períodos indicados:



Histórico

A origem das atividades do Cedente no Brasil, bem como no resto do mundo, está intimamente associada às da General Motors, iniciadas em 1925. A GMB ainda dava seus primeiros passos no país, mas já sentia a necessidade de ter ao seu lado uma empresa que oferecesse ao mercado alternativas de financiamento para os produtos que montava e importava. Em 17 de junho de 1930, um decreto federal autorizou a empresa a abrir no Brasil uma filial da GMAC (General Motors Acceptance Corporation), organização que prestava serviços financeiros às várias divisões da GM no mundo.

Nascia assim a GMAC South America, cuja principal atribuição na ocasião era financiar a venda dos veículos que a GMB montava, além de refrigeradores Frigidaire importados da Inglaterra.

Em 1961, a GMAC South America passou a se chamar Financiadora GMB e, em 1969, Financiadora General Motors S.A. O grande salto nos negócios, fator que a colocou na 18ª posição entre as financiadoras GM do mundo inteiro, ocorreu em 1968, com o lançamento da letra de câmbio GM.

Ao longo da década de 1970, além da Financiadora que oferecia crédito para a aquisição de veículos tanto no atacado (às Concessionárias) quanto no varejo (consumidor final), foram criados a Distribuidora GM que realizava a captação de recursos financeiros no mercado e o Consórcio Nacional Chevrolet.

A segunda grande arrancada aconteceu em 1º de setembro de 1990 quando a Financiadora General Motors S.A. tornou-se o Banco General Motors. A partir daí, o Banco GM passou a englobar todas as atividades financeiras do grupo GM no Brasil e diversificou a oferta de seus produtos aos seus clientes. A partir de tal reestruturação, atingiram-se novos patamares de agilidade e qualidade, sendo o atendimento totalmente concentrado na Central de Atendimento ao Cliente. Ainda, em 1999, deu-se a criação de um novo departamento denominado Serviço ao Cliente (*Customer Service*), situado em São Paulo e especializado em serviços pós-venda: liberação de veículos, transferência de dívidas, transferência de veículos e cálculo para antecipação de contratos.

Em 2001 o Banco GM passa a contar com a experiência da GMAC adequando-se às normas e padrões internacionais, tornando-se uma empresa única – o início de um processo que culminaria, em 2004, com um novo marco: General Motors Acceptance Corporation (GMAC) assumiu, em dezembro de 2004, o controle acionário do Banco GM, que era detido pela GMB. Essa alteração acionária alinhou o Banco GM às demais empresas financeiras da General Motors mundial, que são controladas direta ou indiretamente pela GMAC. Essa mudança foi desdobramento natural de um processo de administração do Banco GM realizado desde 2001. A negociação foi realizada entre a General Motors e a GMAC nos Estados Unidos.

Desde 2001 o Banco GM já estava trabalhando como uma empresa GMAC, dando acesso ao Banco GM aos recursos, programas, sistemas e know-how da GMAC, adequando sua estrutura aos padrões internacionais da GMAC. Também graças a essa transição foi possível introduzir com sucesso produtos consagrados, como o Smart Buy lançado no início do ano de 2003. Como fruto desta mudança o consumidor brasileiro foi beneficiado com produtos melhores e mais inovadores.

A partir de dezembro de 2005, o Banco GM passou a se chamar Banco GMAC, completando um processo de globalização para uma única marca e passando a ser controlada diretamente pela GMAC Inc. Com isso, todos os negócios de serviços financeiros foram alinhados numa única marca mundial - a GMAC - focalizando no histórico de sucesso, diversificação e grande gama de produtos e serviços oferecidos por essa marca.

Em novembro de 2006, a General Motors vendeu 51% de participação acionária da GMAC Inc. para um consórcio de investidores liderados pelo Cerberus Capital Management, L.P., uma empresa privada de investimentos, que inclui o Citigroup Inc., Aozora Bank Ltd. e a subsidiária do The PNC Financial Services Group, Inc.

Em 2007 a GMAC foi incluída pela revista Fortune, na lista das 500 Maiores, em 5º lugar, em seu ramo de atuação. Em 30 de setembro de 2008, a GMAC Inc. possuía 211 bilhões de dólares em ativos.

Desde quando executou sua primeira transação de securitização de recebíveis originados dentro de Programas *Floor Plan* (ou similares), em 1994, a GMAC Inc. já realizou 16 transações nos Estados Unidos com um montante total de títulos ofertados superior a 50 bilhões de dólares.

Em setembro de 2008, a GMAC Mexicana lançou sua primeira securitização de recebíveis originados dentro de Programas *Floor Plan* (ou similares) no México com um volume total de 1,5 bilhões de pesos mexicanos, que foi sucedido de uma operação privada de 2 bilhões de pesos mexicanos em dezembro de 2008.

Alterações de razão social

Banco General Motors S.A – CNPJ nº 17.352.667/0001-56

Em 02 de janeiro de 2003, o Banco General Motors S.A alterou a denominação social para Banco GM S.A, conforme 53ª Ata da Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas do Banco General Motors S.A.

Em 31 de janeiro de 2003, o Banco GM S.A foi cindido para versão de parte do acervo patrimonial para o Banco General Motors S.A, bem como a alteração da denominação social para BGM Prestadora de Serviços S.A, conforme 54ª Ata da Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas do Banco GM S.A.

Em 29 de outubro de 2004 a BGM Prestadora de Serviços S.A foi incorporada pelo Banco General Motors S.A (CNPJ nº 59.274.605/0001-13), conforme Ata da 57ª Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas da BGM Prestadora de Serviços S.A

Banco GMAC S.A – CNPJ nº 59.274.605/0001-13

Em 02 de janeiro de 2003, a empresa GM Leasing S.A – Arrendamento Mercantil teve sua razão social alterada para Banco General Motors S.A, que passou a ser um banco múltiplo com carteira de financiamento e investimento, conforme 40ª Ata da Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da GM Leasing S.A – Arrendamento Mercantil.

Em 29 de outubro de 2004, o Banco General Motors S.A. incorporou a BGM Prestadora de Serviços S.A, conforme Ata da 46ª Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas do Banco General Motors S.A

Em 1º de dezembro de 2005, o Banco General Motors S.A alterou a denominação social para Banco GMAC S.A, conforme Ata da 52ª Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas do Banco General Motors S.A

Eventos recentes

Em 24 de dezembro de 2008, a GMAC Inc. recebeu aprovação do Federal Reserve Board para se tornar uma Bank Holding Company (“BHC”), o que resultará no acesso a novas fontes de financiamento e capital, e possivelmente significará aumento na flexibilidade e na estabilidade das suas atividades, incluindo os seguintes programas de financiamento:

- *Troubled Asset Relief Program*: fornece recursos por meio da aquisição de participações ou ativos em dificuldades;
- *Term Auction Facility*: oferece em leilão empréstimos lastreados de curto prazo para instituições depositárias; e
- *Temporary Liquidity Guarantee Program*: garante novas dívidas não garantidas e fornece cobertura integral para contas de operações de depósito não remuneradas.

Igualmente, foi concedida à GMAC Inc. a isenção para originar empréstimos a consumidores de concessionárias nas quais a GMAC Inc. fornece o financiamento *Floor Plan*, nos termos da seção 23A do Bank Holding Company Act. Como condições principais para a alteração do status da GMAC Inc. para BHC, o Federal Reserve Board exigiu que a General Motors e a empresa de private equity Cerberus Capital Management se comprometessem a reduzir substancialmente suas participações societárias na GMAC Inc. Por outro lado, provavelmente, o governo norte-americano se tornará um dos principais acionistas da referida companhia.

Uma BHC é definida como uma entidade que possui controle sobre qualquer banco. O Bank Holding Company Act, de 1956, proíbe qualquer entidade de se tornar uma BHC sem prévia aprovação do Federal Reserve Board, ao qual são então conferidos amplos poderes de fiscalização com relação a uma BHC. Nos Estados Unidos da América, uma sociedade precisa ser uma BHC para ser proprietária de um banco estatal ou nacional.

Com a GMAC Inc. tornando-se uma BHC, a companhia poderá desenvolver uma maior flexibilidade a mecanismos de tradicionais, haverá maior acesso a recursos e empréstimos do Federal Reserve, bem como a confiança dos credores será mais sólida. Além disso, a GMAC Inc. poderá então adquirir entidades bancárias norte-americanas caso oportunidades atrativas surjam, mediante prévia aprovação do Federal Reserve Board.

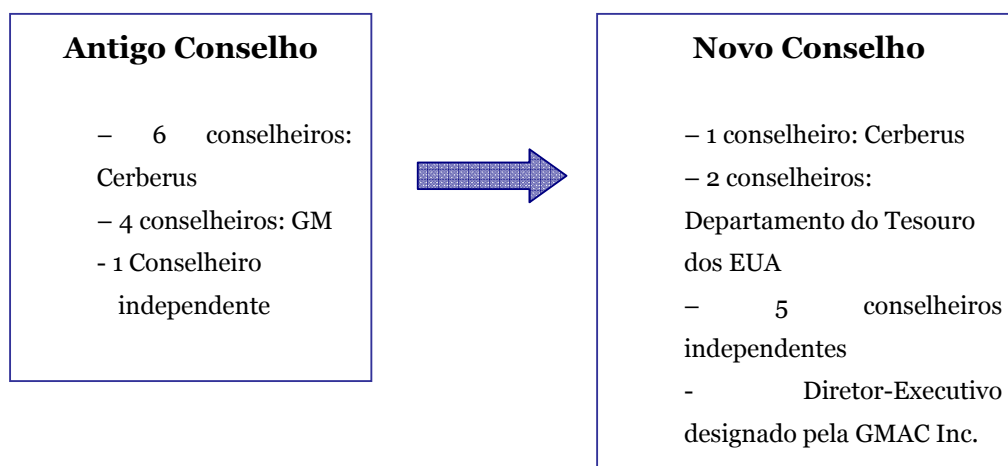
Em 30 de setembro de 2008, a GMAC Inc. possuía um valor patrimonial contábil de US\$ 9,25 bilhões, o qual aumentará devido a (i) US\$ 5 bilhões de investimento de um programa do governo norte-americano, (ii) US\$ 0,75 bilhões de capital ordinário aplicado na forma da participação da General Motors e da Cerberus em empréstimo ResCap, (iii) US\$ 1,25 bilhões de novo capital ordinário (com fechamento em janeiro de 2009) de atuais acionistas, e (iv) US\$ 21 bilhões provenientes da troca de notas promissórias por dinheiro, ações preferenciais e notas promissórias recentemente emitidas, o que totalizará um valor patrimonial contábil de mais de US\$ 37 bilhões.

Adicionalmente, os limites de controle da GMAC Inc. são os seguintes: (i) com relação à General Motors, 10% de poder de voto e de controle e 10% de propriedade do total patrimonial, e (ii) 14,9% de poder de voto e de controle e 33,3% de propriedade do total patrimonial com relação à Cerberus Capital Management. Com isso, a Cerberus Capital Management irá reduzir seu poder de voto e de controle por meio da distribuição de investimento em capital ordinário para investidores do fundo que tem a propriedade da FIM Holdings LLC. Além disso, a General Motors Corporation irá alocar investimentos em excesso em um trust, sendo que, durante um período de 3 anos, o gestor independente irá alienar a propriedade em excesso. Até que todos os investimentos acima do limite sejam alienados, a GMAC Inc. será considerada uma afiliada do banco do Grupo GMAC com sede em Utah.

Em 6 de janeiro de 2009, a GMAC Inc. havia participado dos seguintes programas:

- recebeu investimentos do Governo norte-americano, por meio do *Troubled Asset Relief Program*, no valor de US\$ 5 bilhões, em troca de participação acionária sem direito a voto do Governo norte-americano na GMAC Inc.;
- recebeu contribuição de US\$ 750 milhões da General Motors e da Cerberus Capital Management, em troca de participação acionária ordinária, com compromisso de receber um investimento adicional de US\$ 1,25 bilhão — o Tesouro norte-americano concordou em fornecer um empréstimo de mais de US\$ 1 bilhão para financiar a aquisição acionária pela General Motors; e
- requereu sua participação no *Temporary Liquidity Guarantee Program*.

A figura abaixo ilustra as alterações no conselho de administração da GMAC Inc.:



Com a reestruturação do capital GMAC Inc., a GMAC Inc. passou a ser uma companhia separada não controlada pela General Motors. Ao fim de tal reestruturação, as participações societárias com direito a voto na GMAC Inc. passaram a ter a seguinte composição:

- General Motors: 9,9%
- GM Ownership Trusts (cujos administradores serão designados pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos): 14,6%
- Departamento do Tesouro dos Estados Unidos: 35,4%
- Cerberus: 22,0%
- Co-investidores da Cerberus: 18,1%

Em 12 de maio de 2009, o Tribunal de Falência dos EUA aprovou um acordo entre a GMAC Inc. e a Chrysler (então em recuperação judicial) para fornecer produtos e serviços de financiamento para concessionários e clientes da Chrysler, permitindo à GMAC Inc. alavancar seu principal negócio de financiamento de veículos e ao mesmo tempo se tornar parte importante da solução do governo americano para reestruturar a indústria de automóveis

Em 27 de maio de 2009, a GMAC Inc. elegeu um novo conselho de administração, que agora possui a composição descrita acima.

Em 30 de junho de 2009, a GMAC Inc. converteu-se de uma sociedade limitada a uma corporação.

A General Motors Corporation anunciou, em 6 de julho de 2009, a venda de substancialmente todos seus ativos à NGMCO, Inc., uma empresa fundada pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos para fins de reestruturação da General Motors Corporation. Após tal venda (a qual ocorreu no contexto do processo de recuperação judicial da General Motors Corporation), a NGMCO, Inc. mudou sua denominação para General Motors Company, continuando a operar com as marcas da General Motors Corporation. A General Motors Corporation reterá ativos de difícil liquidação, os quais deverão ser liquidados ou vendidos. Tal processo deverá ser supervisionado pelo tribunal de falências competente do Estado de Nova Iorque.

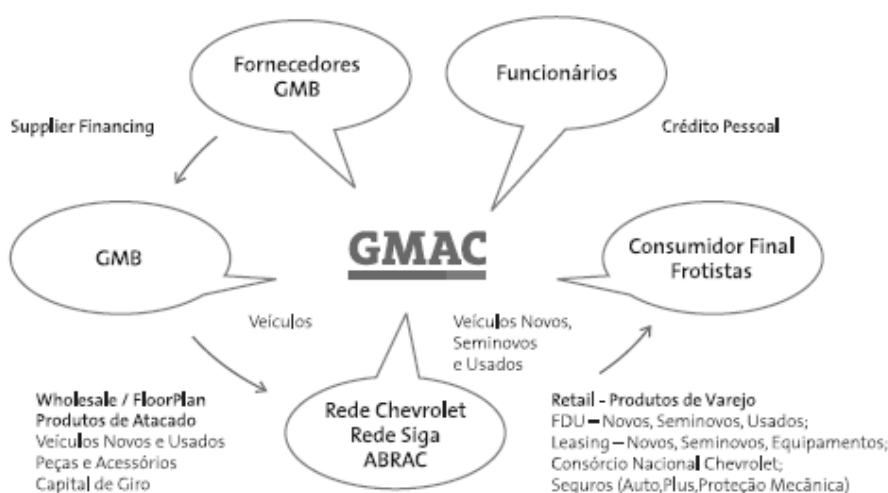
A participação acionária na General Motors Company, após a conclusão da reestruturação mencionada acima, deverá ser a seguinte:

- Departamento do Tesouro dos Estados Unidos : 60,8%
- United Auto Workers Retiree Medical Benefits Trust: 17,5%
- Governos do Canadá e de Ontario: 11,7%
- Antiga General Motors: 10%

Principais produtos e serviços

O Cedente desenvolveu uma gama diversificada de produtos e serviços. Entre as categorias existentes, podemos apontar (i) crédito atacado; (ii) operações de financiamento; (iii) operações de leasing; (iv) seguros automotivos; e (v) consórcio nacional Chevrolet.

O Cedente é atualmente o maior provedor de financiamentos para Concessionárias, financiando (em dezembro de 2008), os estoques de 368 Concessionárias da Rede Chevrolet. Para a rede de Concessionárias Chevrolet, formada por cerca de 500 pontos de venda, o Cedente oferece produtos da área de Crédito Atacado. Para o consumidor final, são disponibilizados diversos produtos, dentre os quais estão o Financiamento Direto ao Usuário (FDU), o GMAC Leasing, o SmartBuy, os Seguros Auto Chevrolet, Proteção Mecânica e GMAC Plus e o Consórcio Nacional Chevrolet. Além disso, há modalidades especiais de financiamento, de acordo com o perfil do público, como os planos Fazendeiro e Taxista.



A participação de cada um dos produtos do Cedente em sua receita encontra-se descrita na tabela abaixo:

<u>Receita de Produtos/Serviços</u>	2008	%
- CDC – crédito direto ao consumidor	317.579	34,9%
- Leasing (pessoa física e pessoa jurídica)	343.310	37,8%
- Consórcio	29.081	3,2%
- Seguro auto	8.289	0,9%
- Seguro prestamista (incluindo cobertura de desemprego)	2	0,0%
- Garantia estendida	1.798	0,2%
- Financiamento a Concessionárias	209.262	23,0%
Total Receita	909.320	100,0%

Crédito Atacado

A rede de Concessionárias Chevrolet e o Cedente têm um relacionamento duradouro, com benefícios para ambas as partes.

Os seguintes produtos foram desenvolvidos e são disponibilizados para a rede de Concessionárias Chevrolet:

Floor Plan, que abrange os seguintes produtos:

- (i) Financiamento de estoque de veículos novos: GMB fatura as unidades novas diretamente às Concessionárias e estas são financiadas pelas Concessionárias, por meio do Cedente.
- (ii) Financiamento de estoque de veículos seminovos e usados: o Cedente financia o estoque de veículos seminovos e usados diretamente à rede de Concessionárias Chevrolet. A Concessionária envia as informações sobre as unidades a serem financiadas para o Cedente, que efetua o desembolso à Concessionária.
- (iii) Financiamento de estoque de peças e acessórios: a GMB fatura as peças e os acessórios diretamente às Concessionárias que financiam o material por meio do Cedente.

-- Empréstimos de capital de giro: Dependendo da necessidade de capital de giro das Concessionárias, o Cedente tem três tipos de empréstimos: Empréstimo Imobiliário (para aquisição de novas Concessionárias, reforma e construção de novas instalações); Capital de Giro (para suprir a necessidade de caixa das Concessionárias); e Linha Rotativa de Crédito (também para suprir necessidade de caixa das Concessionárias, muito similar a uma conta garantida).

-- Empréstimos para aquisição de equipamentos: Utilizado pelas Concessionárias na aquisição de equipamentos eletrônicos, ou de equipamentos para as instalações da Concessionária.

-- Financiamento da frota própria: o Cedente financia veículos novos (por meio de contratos de FDU e Leasing) utilizados pelas Concessionárias para demonstração, transporta clientes, e veículos para seus titulares e diretores.

-- Aplicação financeira em CDB: Aplicações em CDB no nome das Concessionárias e de seus titulares, com taxas competitivas.

O Banco GMAC tem 2 departamentos dedicados ao financiamento de Concessionárias – o Commercial Lending Center e o Wholesale Credit Department. Mais de 75 empregados fazem parte da divisão central de originação e cobrança do Banco GMAC que tem sua cobertura dividida entre as 3 maiores regiões do Brasil. Tais departamentos possuem a seguinte organização:

Commercial Lending Center (CLC):

- Responsável pela recomendação de novas Concessionárias e renovação de linhas de crédito;
- Responsável pelo processo de abertura de crédito para todo o Brasil:
 - Encaminha recomendações de limites para a autoridade máxima de aprovação das linhas de crédito para o estabelecimento e manutenção das linhas de crédito das Concessionárias; e
 - Desenvolve e implementa novas políticas e revisões das políticas e procedimentos existentes.

Wholesale Credit Department (WCD):

- Administração dos empréstimos e monitoramento de risco:
 - Responsável pelo relacionamento com as Concessionárias;
 - Controla os limites de crédito;
 - Análise dos padrões de pagamentos das Concessionárias ;
 - Acompanhamento das contingências das Concessionárias identificadas durante o processo de revisão de crédito; e
 - Custódia dos títulos e contratos de financiamento a Concessionárias.

Produtos desenvolvidos e disponibilizados para outros clientes:

-- Financiamento de frota: Financiamento da frota de locadoras e demais empresas. Por meio de contratos de FDU e leasing.

Maiores destaques dentre os principais produtos do crédito atacado:

PRODUTO	2006	2007	2008
Veículos Novos	R\$ 11.044 milhões	R\$ 13.166 milhões	R\$ 16.975 milhões
Veículos Usados e Seminovos	R\$ 1.570 milhões	R\$ 1.712 milhões	R\$ 1.932 milhões
Peças e Acessórios	R\$ 773 milhões	R\$ 884 milhões	R\$ 1.119 milhões
Capital de Giro	R\$ 14 milhões	R\$ 3 milhões	R\$ 5 milhões

Operações de financiamento

- Financiamento Direto ao Usuário (FDU) – modalidade de financiamento das mais antigas e populares. No mercado é conhecida como CDC. O prazo máximo de até 60 meses foi ampliado para 72 meses em dezembro de 2006, porém no final de 2008 tal prazo foi alterado para 60 meses. A entrada ficou muito reduzida. Em alguns casos chega a ser suprimida.

- Planos Especiais – periodicamente, o Cedente desenvolve planos especiais de financiamento, para alavancar negócios com determinada categoria profissional ou de negócios, com benefícios especiais para o cliente. Foi o caso dos planos Taxista e Fazendeiro.

Operações de leasing

Com 45.000 novos contratos em 2007, o produto registrou crescimento de 234% em relação ao ano anterior. O GMAC Leasing é a forma de ter um automóvel zero quilômetro, sem imobilizar dinheiro fora da atividade-fim. Do verbo em inglês to lease (alugar), seu conceito é a utilização do veículo e não a propriedade do bem. Dessa forma, o arrendatário (cliente) paga, por um tempo predeterminado, pelo uso do automóvel.

As principais características do GMAC Leasing são: ausência de resíduos ao final do contrato (o cliente não paga nada após a última parcela); agilidade no emplacamento do veículo; e, a aprovação de crédito online imediata. Com planos de 24, 36, 48 e 60 meses e entrada mínima de 20%, o consumidor tem mais uma opção, de longo prazo e parcelas reduzidas, para adquirir um carro novo.

Seguros automotivos

Há mais de nove anos o Cedente trabalha em parceria com a Indiana Seguros nos produtos Seguro Auto Chevrolet e Seguro de Proteção Mecânica Chevrolet. Além disso, o ano de 2008 foi o início da parceria com a seguradora Cardif no Seguro GMAC Plus.

- Seguro Auto Chevrolet – tem uma central de atendimento especializada; assistência completa em reparos com garantia de mão-de-obra qualificada; disposição de veículo zero quilômetro por sete dias; e, serviços de despachante e chaveiro;

- Seguro GMAC Plus – oferece cobertura por morte ou invalidez permanente total por acidente, desemprego involuntário, incapacidade física total temporária e morte acidental no veículo financiado para pessoas físicas com, no máximo, 65 anos de idade. Em caso de morte e invalidez permanente total por acidente, o contrato será quitado. Em caso de desemprego involuntário, pagará até quatro parcelas do financiamento do segurado. No caso de invalidez temporária, classificação para profissionais autônomos, sem registro em carteira que comprove o afastamento médico acima de 15 dias, como taxistas, o cliente terá até quatro parcelas quitadas;

- Seguro Proteção Mecânica Chevrolet – segura eventuais prejuízos mecânicos ou elétricos ao veículo, decorrentes dos riscos cobertos na apólice. Tal produto foi destaque em 2007, pois os consumidores passaram a buscar mais segurança. Com crescimento de 67% em comparação a 2006, o seguro proteção mecânica Chevrolet faz parte da linha de produtos que mais cresce na corporação.

Os seguros oferecidos pelo Cedente oferecem os seguintes diferenciais: (i) garantia de reposição do veículo zero quilômetro com até 12 meses de uso; (ii) reparos na Rede Chevrolet, com mão-de-obra especializada, peças originais Chevrolet e a manutenção da garantia de fábrica, se ainda estiver em vigor; (iii) regulação de sinistros por imagem digital, com mais agilidade no processo e nos reparos; e (iv) indenização integral em até sete Dias Úteis após a entrega da documentação.

Consórcio Nacional Chevrolet

Com mais de 36 mil consorciados em grupos ativos, e 500 pontos de venda, o Consórcio Nacional Chevrolet é um produto que vem se mantendo estável e com perspectivas de crescimento, considerando a retomada nas vendas do produto por parte das Concessionárias da Rede Chevrolet e o lançamento, em março de 2008, do novo plano de 80 meses. O produto ganha nova força com taxa de administração reduzida de 0,25 para 0,19% ao mês.

O Consórcio Nacional Chevrolet oferece aos clientes dois tipos de lances. O normal que antecipa parcelas, reduzindo o prazo e o diluído, que reduz o valor da parcela. O Consórcio cria novos grupos a cada 20 dias e realiza 10 contemplações, em média, por assembléia.

Voltado ao consumidor que quer programar a aquisição ou a troca do veículo, o Consórcio Nacional Chevrolet tem diferenciais como atendimento personalizado e internet banking por meio do site www.bancogmac.com.br e a garantia de entrega pela fábrica. Estes fatores determinam a constante procura pelo Consórcio, tornando-o um importante produto para o Cedente e para a Rede Chevrolet.

O Grupo GMAC atua nesse mercado, no Brasil, há 30 anos e hoje é a sexta maior administradora de Consórcios do ranking nacional. Oferece planos para toda a linha Chevrolet e condições especiais para funcionários da corporação, para a Rede de Concessionárias e empresas homologadas. Tem parceria com instituições sociais e beneficentes e comunicação de relacionamento com consorciados, por intermédio de meios eletrônicos e do Call Center.

Mercado-segmento de consórcio de automóveis no Brasil:

Cotas comercializadas Mercado	267.237
Banco GMAC	(2,9% do total) 7.822
Consortiados Mercado	769.101
Banco GMAC	(4,7% do total) 36.300

Indicadores

Abaixo, alguns indicadores referentes às atividades do Cedente em 2007:

Empréstimos (Atacado e Varejo) <i>Loans (Wholesale and Retail)</i>	R\$	15.517.465.000,00
Empréstimos de Crédito Comercial (Atacado e Varejo) <i>Commercial Credit Loans (Wholesale and Retail)</i>	R\$	13.553.779.000,00
Operações de Crédito <i>Total Receivables</i>	R\$	3.898.800.000,00
Operações de Crédito Comercial <i>Commercial Receivables</i>	R\$	1.175.285.000,00
Total de Recursos de terceiros administrados <i>Total third parties resources administrated</i>	R\$	1.407.905.000,00
Percentual de crescimento da carteira em comparação com 2006 <i>Percentage of portfolio growth in comparison to 2006</i>		27,30%
Total de Ativos <i>Total Assets</i>	R\$	5.822.730.000,00
Percentual de crescimento dos ativos totais em comparação com 2006 <i>Percent of growth of total assets compared to 2006</i>		41,79%

Gerenciamentos e controle de riscos

Além de manter uma estrutura de gerenciamento de risco operacional, nos termos da Resolução 3.380, emitida pelo CMN em de 29 de junho de 2006, o Cedente realiza o acompanhamento do risco de sua carteira de ativos, com objetivo de reduzir eventuais perdas. O Cedente adota os seguintes métodos de gerenciamento e controle de riscos:

- (i) risco de crédito: tal risco está concentrado nos contratos de financiamento originados pelo Cedente, que são avaliados pelas áreas de crédito atacado e crédito varejo. Quanto ao risco de crédito das operações de tesouraria, tal risco encontra-se nos investimentos relativos ao caixa do Cedente, os quais são feitos sempre em aplicações junto a instituições financeiras nacionais e internacionais de grande porte, através de instrumentos financeiros como o DI (Depósito Interbancário) e títulos públicos em operações compromissadas. O Cedente sempre respeita os limites de exposição por instituição definidos por sua matriz (GMAC Inc.), bem como as normais de investimento determinadas pelo Banco Central;
- (ii) risco de liquidez: o risco de liquidez do Cedente é controlado através do conceito de ALM – *Asset Liability Management*, onde se verifica o “casamento” dos fluxos de caixa de recebimento e de pagamentos, e monitoram-se os níveis de liquidez, de forma que os mesmos mantenham-se adequados, mesmo em cenários de “stress econômico”. O conceito de ALM através do modelo de VaR (*Value at Risk*) mensura a perda máxima na carteira para um determinado intervalo de confiança, caso ocorra uma forte e abrupta mudança nas condições de mercado; e
- (iii) risco operacional: o Cedente possui atualmente uma área responsável pelo monitoramento, pela mensuração e pelo controle do risco operacional de todas as atividades do Cedente.

Riscos decorrentes dos negócios e da situação patrimonial e financeira do Cedente

Em sua operação, o Cedente está sujeito aos seguintes riscos:

- (i) crédito: risco dos recebíveis não serem pagos pelas Concessionárias dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias em virtude da não venda do veículo, ou outro problema com a Concessionária;
- (ii) mercado: risco de uma elevação abrupta nos custos de captação de forma que as taxas praticadas pelo Cedente no financiamento de Concessionárias percam competitividade em relação aos demais concorrentes; e
- (iii) operacional: risco de não recebimento em virtude de falhas operacionais no processo.

Para todos os casos, existem controles adequados para a mensuração e controle dos riscos, conforme seção “Gerenciamento e controle de riscos” acima.

Pesquisa & desenvolvimento e aprimoramentos

O Cedente está sempre atento a novas oportunidades de negócios, utilizando sua expertise internacional em operações similares em todo o globo. Tal processo de pesquisa e desenvolvimento não somente se reflete nos produtos e serviços, mas também nos processos e recursos humanos e na estrutura de Tecnologia da Informação do Cedente.

A fim de aprimorar, racionalizar e melhorar o desempenho e a qualidade de seus produtos e serviços, o Cedente vem investindo em diversas frentes, incluindo:

Tecnologia da Informação

A diretoria de Tecnologia da Informação do Cedente é a responsável pelo gerenciamento dos projetos corporativos de Sistemas, Infra-estrutura e Telecomunicações, bem como pela gestão dos aplicativos que suportam as operações do banco.

Ela trabalha de forma integrada com todas as outras diretorias, visando garantir a obtenção dos resultados e benefícios levantados na abertura dos projetos e a racionalização das despesas corporativas de tecnologia da informação. Recentemente foram implantados diversos projetos, proporcionando melhora na eficácia operacional, na otimização de processos e na redução de custos, além de prover ferramentas para a melhoria do relacionamento com Concessionárias e clientes.

Produtos em desenvolvimento

- **GAP insurance**: seguro para a diferença entre o valor do veículo depreciado e o débito em um financiamento, em decorrência de um sinistro com perda total do veículo.

Ouvidoria a serviço dos clientes

Visando dar tratamento formal e imparcial a todas as demandas que não são solucionadas pelos canais convencionais de atendimento ao cliente, o Cedente implantou em 2007 um serviço de Ouvidoria para clientes e usuários de seus produtos e serviços, estabelecido conforme determinação do Banco Central (Resolução nº 3.477, de 26 de julho de 2007).

Todas as demandas recebidas pela Ouvidoria são devidamente registradas e protocoladas e podem ser acompanhadas pelo cliente, até que seja providenciada a resposta adequada, dentro de um prazo preestabelecido que é informado ao cliente junto com o número da demanda. A atuação da Ouvidoria na solução dos conflitos é sempre pautada pela imparcialidade, transparência e eficiência, respeitando os princípios da ética e boa fé, com observância das normas do Código de Defesa do Consumidor e demais regulamentações aplicáveis.

Recursos humanos e treinamentos

O Cedente valoriza e investe constantemente em sua equipe, oferecendo 7 níveis salariais, com participação nos lucros, plano de mérito e diversas premiações, além de: seguro saúde SulAmérica; plano odontológico Odontoprev; seguro de vida básico HSBC; seguro de vida complementar HSBC e Metlife; plano de previdência GMAC; vales refeição e transporte; convênio farmacêutico com a Droga Raia; reembolso escolar; ajuda transferência; ajuda aluguel; previdência complementar; e programa para compra de veículos.

O Cedente adota políticas de treinamento e desenvolvimento de seus funcionários, bem como um plano de sucessão e avaliações periódicos de desempenho e potencial.

Em fevereiro de 2006, a área de treinamentos passou a atender as necessidades do Cedente como um todo e não apenas a área de vendas, como ocorria anteriormente.

Até 28 de janeiro de 2009, o Cedente empregava 318 empregados.

Comunicação empresarial

Comunicação é uma das prioridades do Cedente. Para obter a excelência também no relacionamento com a imprensa, com a rede Chevrolet, com seus públicos internos e com formadores de opinião, a comunicação empresarial do Cedente é profissionalizada, e se divide em várias frentes.

Atividades de comunicação

- Relacionamento com a imprensa - A Casa da Notícia, que tem dentre seus focos o segmento automotivo, trabalha há quatro anos com o Cedente, redigindo press releases, artigos e notas para a mídia, promovendo encontros com jornalistas, agendando e acompanhando entrevistas, dentre outras ações.

- Relacionamento com a Rede – Além de encontros nas Concessionárias, a Rede se informa sobre as notícias mais relevantes no jornal trimestral de relacionamento Banco GMAC no @r, que está em seu quinto ano de existência, e 26ª edição.

- Revista da ABRAC – O Cedente também comunica suas novidades à Rede por meio da Revista da ABRAC, com anúncios e participação em matérias; Jornal do Clube de Funcionários GM de São Caetano e de São José dos Campos – Apoiamos esses dois jornais, com publicidade do Banco.

- Comunicação Interna e para Rede Chevrolet – A comunicação interna é feita por comunicados enviados eletronicamente, produzidos pela área de Procedimentos e Comunicados.

- Encontro de negócios anual – Uma vez por ano, o Cedente promove um encontro com todos os funcionários, para informação de resultados e definição de estratégias.

- Internet – Para realizar suas operações de financiamento por meio da Rede de Concessionárias Chevrolet, o Cedente conta com o site GMAC (www.bancogmac.com.br), que concentra nossas informações aos clientes, serviços como emissão de boletos e informações sobre produtos, contratos e serviços.

Pesquisas

- DSS: Em 2007 a Pesquisa DSS – Dealer Satisfaction Survey foi realizada. A ação com as Concessionárias ocorre bianualmente e é uma forma de medir a satisfação da Rede Chevrolet com o Cedente.

- ANEF: O Cedente também participou, em 2007, juntamente com outros bancos de montadoras, da pesquisa que a ANEF – Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras – realiza com Concessionárias e com os clientes buscando identificar qualidade, lealdade e fidelidade.

GMAC University Brasil

O Cedente planejou em 2007 a criação de um centro de capacitação para atender às necessidades da Rede Chevrolet. O início das atividades desta nova área ocorreu em fevereiro de 2008.

O principal objetivo da GMAC University Brasil será treinar os profissionais e Gerentes de Negócios (F&I) da Rede Chevrolet, transformando esses profissionais em verdadeiros consultores de negócios e garantindo assim a chamada venda consultiva. Esse tipo de negociação procura levantar as necessidades dos clientes, visando os interesses comuns dos dois lados da negociação, ou seja, deve ser bom para quem vende e bom para quem compra que realiza a melhor negociação.

Marcas e patentes

O Cedente não possui nenhuma marca ou patente registrada, sendo que as marcas e patentes utilizadas pelo Cedente pertencem à GMAC Inc. ou à GMB.

As principais marcas e patentes utilizadas pelo Cedente são as seguintes: BancoGM Connection, BancoGM NET, BancoGM On Line, BancoGM Virtual, BGM, Chevrolet Smart Center, CNC – Consórcio Nacional Chevrolet, Extrato Mensal, Farmer Plan, F&I – Finance & Insurance, F&S – Financiamentos e Seguros, GMAC, GMAC Financial Services, GMAC SmartBuy, GMAC Smart Center, GMAC Smartlease Plus, GML, Infocon, Masterlease, SBGM, SmartCare, SmartLink, SmartTown, e EA Trader.

Estrutura operacional

Para oferecer as melhores soluções em financiamentos e seguros no segmento automotivo, o Cedente atua com 46 departamentos e parcerias.

Desde o início de suas operações em âmbito nacional, a GMB tem sido parceira, contribuindo para facilitar o relacionamento do Cedente com a rede de Concessionárias Chevrolet e norteador as ações e a oferta de benefícios para consumidores.

Há 29 anos a Associação Brasileira de Concessionárias Chevrolet – ABRAC também vem atuando em parceria com o Cedente.

Outra parceira há mais de nove anos é a Indiana Seguros, que tem consolidado os produtos de seguro automotivo oferecidos pelo Cedente, como o Seguro Auto Chevrolet e o Seguro de Proteção Mecânica Chevrolet.

Em janeiro de 2008, uma nova parceira se juntou ao Cedente no segmento de seguros. A Cardif, seguradora do Grupo BNP Paribas, agora cuida da comercialização do Seguro GMAC Plus e Acidentes Pessoais.

Programas sociais, culturais e ambientais

Ações sociais

Campanhas para arrecadação de alimentos, agasalhos, equipamentos eletroeletrônicos são ações constantes na instituição. Em 2007, o Cedente contribuiu com 10 entidades beneficentes. Nestas ocasiões todos os funcionários se mobilizam. Em alguns casos o Cedente se une em ações com o Instituto General Motors, o McDonald's e a Casa Hope.

São iniciativas mantidas pelo Cedente ações como a doação de equipamentos, doações em valores, ações em parceria com a General Motors do Brasil e o Instituto General Motors (Campanha do agasalho), doações de materiais, de alimentos, de materiais de escritório e de cestas de Natal, incluindo “adoção” por cada funcionário do Cedente, de uma criança de entidades assistenciais e doação de sacolinhas de Natal, com roupas, sapatos e brinquedos.

Ações culturais

O Cedente utiliza as leis de incentivos culturais, como a Lei Rouanet, para apoiar peças teatrais. Em 2007, os espetáculos patrocinados foram o famoso balé natalino, O Quebra Nozes e, a peça inovadora, Além da Mágica, ambos apresentados no Teatro Alfa, em São Paulo. O Cedente também apoiou os teatros Renaissance, Raul Cortez e Teatro Vivo.

Ações ambientais

Ações de responsabilidade ambiental são parte integrante da rotina de toda equipe do Cedente.

A coleta seletiva é uma delas. Por todo prédio, em todos os cestos de lixo a coleta é seletiva. Os funcionários já estão acostumados. Nas mesas há dois tipos de cesto: um só para lixo reciclado e outro para o lixo comum.

O uso de papel reciclado também faz parte das ações em respeito ao meio ambiente. Todo papel usado na comunicação externa, em cartões de visita e nos relatórios, é fruto de material reciclado.

Captação de Recursos

Os principais fornecedores de recursos do Cedente são bancos comerciais, com os quais é mantido sólido relacionamento. O principal cliente do Cedente é a montadora da General Motors e, como canal de distribuição, há toda a rede Chevrolet de concessionárias. O Cedente não vem sendo afetado pela retração no mercado de crédito observada em razão da crise nos mercados mundiais. Para maiores informações sobre as operações de captação de recursos cursadas pelo Cedente, favor referir-se às demonstrações financeiras incluídas abaixo nesta Seção XIII.

Vide itens abaixo para um maior detalhamento acerca de negócios mantidos com o Cedente.

Depósito Bancário a Prazo – CDBs (posição de 30/06/2009)

Volume: R\$ 1.491.744.251,80

Taxa média captação regular: 12,48% a.a.

Taxa média captação vinculada: 6,17% a.a.

Principais aplicadores:

GMF SCP – R\$ 1.215.313.043,60

CNC – R\$ 183.615.205,70

GMF – R\$ 37.260.787,60

GMACI – R\$ 32.376.813,00

ABRAAC – R\$ 7.769.909,79

GMACPS – R\$ 6.973.741,40

ERIKA VANESSA (proprietária da Concessionária Auto Vanessa)– R\$ 2.387.614,72

OUTROS – R\$ 6.047.139,00

Depósito a Prazo c/ Garantia Especial – DPGE (posição de 30/06/2009)

Volume: R\$ 429.300.000,00

Taxa média de captação: 122,33% CDI

Principais aplicadores:

Grupo Safra – R\$ 190.000.000,00

BBDTVM – R\$ 121.000.000,00

Grupo Petrópolis – R\$ 56.000.000,00

Votorantim Asset Management – R\$ 27.800.000,00

O Cedente vem se utilizando periodicamente da cessão de créditos a outras instituições financeiras como alternativa para a captação de recursos. Os principais contratos de cessão de crédito do Cedente vigentes encontram-se descritos abaixo:

- Cessão de contratos de CDC para o Bradesco (posição de abril de 2009)

Total securitizado: R\$ 761.232.994,66

- Cessão de contratos de CDC para o Banco do Brasil (posição de abril de 2009)

Total securitizado: R\$ 206.462.890,21

- Cessão de contratos de leasing para o Bradesco (posição de abril de 2009)

Total securitizado: R\$ 1.499.427.246,08

Certificados de Depósitos Interbancários – CDIs (posição de 30/06/2009)

O Cedente fornece aplicações em CDI para seus clientes, com um volume total de captação de R\$ 568.500.000,00 e uma taxa média de 14,62% ao ano. Os principais aplicadores em CDIs de emissão do Cedente são:

Principais aplicadores:

Banco do Brasil – R\$ 223.500.000,00

Unibanco – R\$ 178.000.000,00

Itaú BBA – R\$ 157.500.000,00

Banco Votorantim – R\$ 9.500.000,00

Operações com partes relacionadas do Cedente (posição de 30/06/2009)

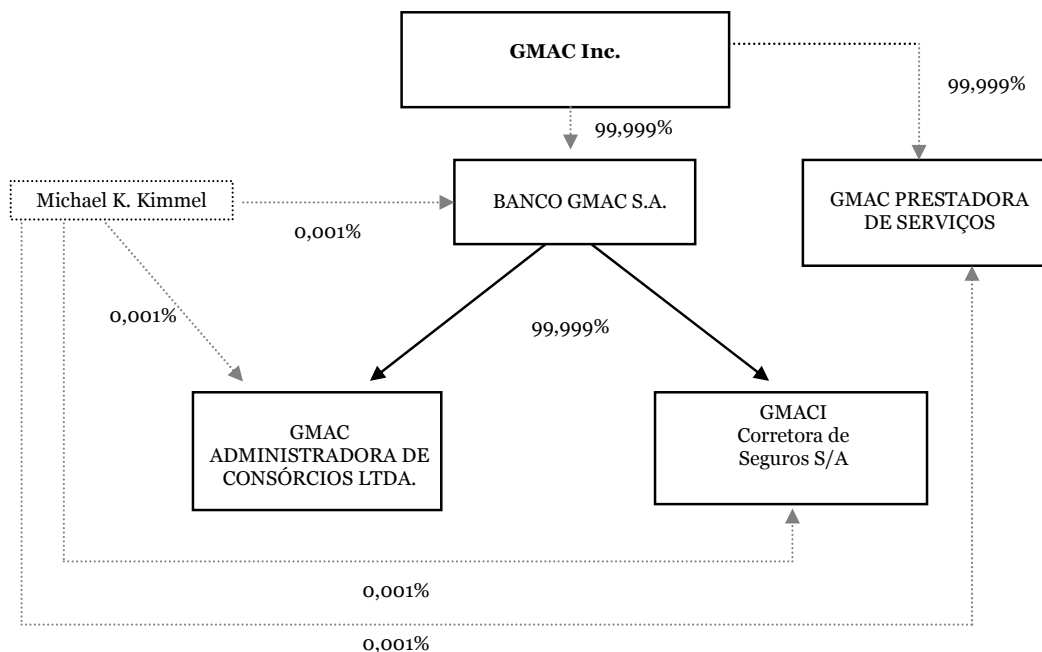
Vide tabela abaixo para maiores detalhes acerca para obter os detalhes de operações com partes relacionadas do Cedente:

	GMAC Administradora de Consórcios Ltda.	GMAC Corretora de Seguros S.A.	GMAC Prestadora de Serviços de Mão de Obra Ltda.
Tipo de negócio	aplicações em CDB pré-fixado	aplicações em CDB-DI	aplicações em CDB-DI
Valor	R\$ 183.615.205,72	R\$ 32.376.813,00	R\$ 6.973.741,40
Prazo médio de vencimento	370 dias	394 dias	698 dias
Taxa média	13,00% a.a.	100% CDI	100% CDI

A realização de negócios relevantes com partes relacionadas é efetuada observando as condições usuais de mercado.

As condições usuais de mercado são verificadas nas reuniões do comitê de tesouraria do acionista controlador do Cedente, o qual define o processo de tomada de decisão de todas as empresas do grupo econômico, inclusive o Cedente, para a realização de negócios relevantes com partes relacionadas.

Estrutura societária do Cedente



Eventos de reestruturação societária

O Banco Central autorizou o Cedente a funcionar como banco múltiplo, com carteiras de arrendamento mercantil, crédito financiamento e investimento, e câmbio, a partir de 31 de janeiro de 2003.

Principais acionistas

A tabela a seguir apresenta informações acerca da quantidade de ações detidas direta e indiretamente por acionistas do Cedente, na data deste Prospecto, bem como o percentual que suas participações individuais representam no número total de ações de emissão do Cedente na data deste Prospecto:

Banco GMAC - Participação acionária						
Composição Acionária						
Acionista	Ações ON	% ON	Ações PN	% PN	Total de Ações	% Total
GMAC Inc.	380.211.797	99,99	0	0	380.211.797	99,99
Michael Kevin Kimmel	1.551	0,01	0	0	1.551	0,01
	380.213.348	100,00%	0	0,00%	380.213.348	100,00%

O Cedente detém participação no capital social das seguintes sociedades no Brasil:

Sociedade	Capital Social	Participação detida pelo Cedente
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.	R\$ 19.722.000,00	99,99%
GMACI Corretora de Seguros S.A.	R\$ 10.000,00	99,99%

Composição do capital social

Na data deste Prospecto, o capital social do Cedente era de R\$ 380.213.348,00 (trezentos e oitenta milhões, duzentos e treze mil, trezentos e quarenta e oito reais), totalmente integralizado, dividido em 380.213.348 (Trezentas e oitenta milhões, duzentos e treze mil, trezentos e quarenta e oito) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

Subsidiárias do Cedente

GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

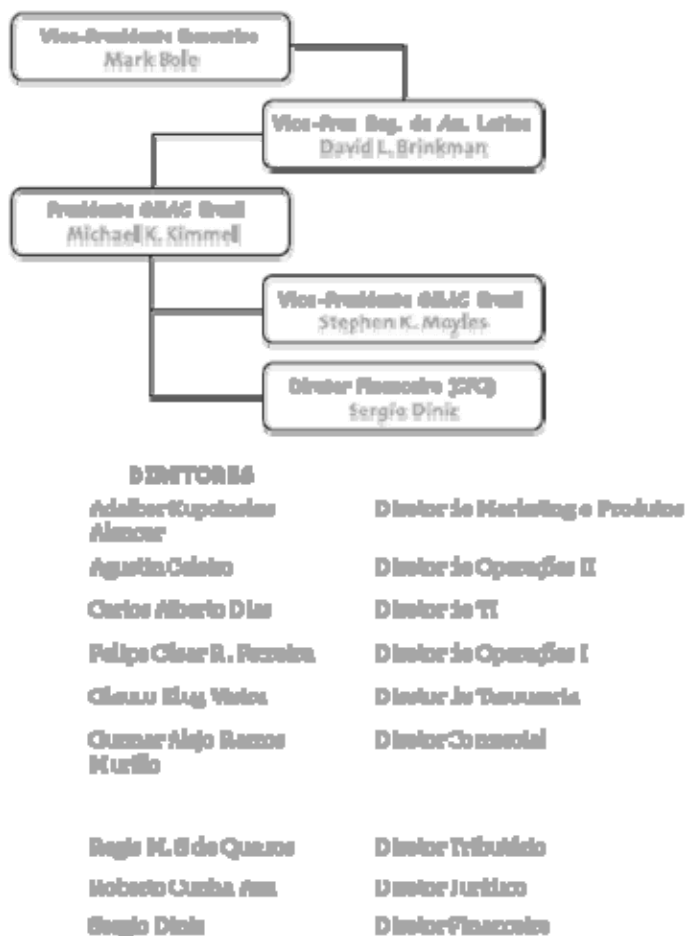
A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações combinadas (denominadas consolidadas) dos recursos de consórcio e das variações das disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

GMACI Corretora de Seguros S.A.

A GMACI Corretora de Seguros S.A. foi constituída em 10 de setembro de 2003 e tem como objeto social principal a prática de intermediação de operações de seguros. As atividades operacionais da GMACI Corretora de Seguros S.A. se insere no contexto dos negócios do Cedente e da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

Diretoria do Cedente

A organização executiva do Cedente no Brasil e do Grupo GMAC no mundo tem uma estrutura adequada às necessidades da corporação. O presidente do Cedente no Brasil, Michael Kimmel, se reporta diretamente a David L. Brinkman (Vice Presidente Regional da América Latina) e este a Mark F. Bole (Vice Presidente Executivo da GMAC). A diretoria do Cedente no Brasil se reporta diretamente ao presidente:



O estatuto social do Cedente estabelece que a sua Diretoria deve ser composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 15 (quinze) Diretores, sendo um designado Diretor Presidente e um designado Vice-Presidente, eleitos em assembléia geral, com mandato até a assembléia geral ordinária que os elegeu, permitida a reeleição. Seus Diretores são responsáveis pela administração diária dos negócios, fazer cumprir o estatuto Social, zelar pelos fundos de reserva e, dentre outras atribuições, pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pela Diretoria do Cedente.

De acordo com a Lei 6.404/76, cada membro da Diretoria do Cedente deve ser domiciliado no Brasil, independentemente de ser ou não acionista. O endereço comercial dos membros da Diretoria é Av. Indianópolis, nº 3.096, Planalto Paulista, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Atualmente, a Diretoria do Cedente é composta por 12 (doze) membros. O quadro a seguir indica o nome, o cargo e a data de eleição dos atuais membros da Diretoria. Os mandatos dos membros da diretoria durarão até a assembléia geral ordinária de 2010, podendo os diretores ser reeleitos indefinidamente por assembléia geral de acionistas do Cedente.

Nome	Cargo na Diretoria	Data da eleição
Michael Kevin Kimmel	Diretor Presidente	30.4.2009
Stephen Keith Moyles	Vice Presidente	30.4.2009
Adalber Kupcinskas Alencar	Diretor de Marketing e Produtos	30.4.2009
Agustin Celeiro	Diretor de Operações II	30.4.2009
Carlos Alberto Dias	Diretor de TI	30.4.2009
Felipe César R. Ferreira	Diretor de Operações I	30.4.2009
Glauco Klug Vieira	Diretor de Tesouraria	30.4.2009
Gunnar Alejo Ramos Murillo	Diretor Comercial	30.4.2009
Regis M. S de Queiros	Diretor Tributário	30.4.2009
Roberto Cunha Azzi	Diretor Jurídico	30.4.2009
Sergio Diniz	Diretor Financeiro	30.4.2009
José Eduardo T. Jardim	Diretor de Controladoria	30.4.2009

A seguir, é apresentado um breve resumo biográfico dos atuais membros da Diretoria do Cedente.

Michael Kevin Kimmel. Bacharel em Administração de Empresas pela Whitworth College em Washington – Estados Unidos da América, pós graduado pela Oklahoma City University, iniciou sua carreira no Grupo GMAC em 1979, tendo ocupado diversos cargos de liderança em diversas unidades nos Estados Unidos e Europa até assumir a presidência do Cedente no Brasil.

Stephen Keith Moyles. Bacharel em Administração de Empresas pela Mount Saint Mary's University em Maryland, Estados Unidos da América, iniciou sua carreira no Grupo GMAC em 1982. Desde então, ocupou diversos cargos na área de Operações Internacionais, já tendo ocupado o cargo de gerente de operações da unidade no Brasil, antes de ocupar o cargo de vice presidente em 2008.

Adalber Kupcinskas Alencar. Formado em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia de São Paulo, especializou-se na área de marketing comercial e seguros. Com vasta experiência na área de seguros, ocupou o cargo de gerente de planejamento estratégico em 2000, iniciando sua carreira no grupo GMAC, onde ocupa a posição de Diretor de Marketing e Produtos do Cedente desde 2008.

Agustin Celeiro. Bacharel em Administração de empresas pela Universidad de Belgrano, AG, e pós graduado em Administração pelo Instituto tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey, México, iniciou sua carreira no Grupo GMAC em 1998, na Argentina, e posteriormente ocupou cargos de gerência na unidade do México, sendo transferido para o Brasil em 2007, passando então a ocupar o cargo de Diretor de Operações (responsável pela área de Crédito do Cedente), em 2008.

Carlos Alberto Dias. Bacharel em Análise de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, e especializado em tecnologia da Informação e Gestão de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas, iniciou sua carreira no Cedente em 1997, ocupando diversos cargos na área de tecnologia da informação até sua nomeação para o cargo de Diretor de TI em 2006.

Felipe César Rodrigues Ferreira. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-graduado em Engenharia Econômica e Organização Industrial pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Mestre em Economia Empresarial pelo Conjunto Universitário Candido Mendes, Rio de Janeiro, iniciou sua carreira no Cedente em 1997. Desde então ocupou diversos cargos de liderança até sua nomeação, em 2008, ao cargo de Diretor de Operações, responsável pela área de cobrança do Cedente.

Glauco Klug Vieira. Graduado em Economia pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, São Paulo, com especialização em Finanças pela FAAP, SP, ocupou diversos cargos na área de captação de recursos em instituições financeiras, com vasta experiência em tesouraria. Ingressou no Cedente em 2008, assumindo a Diretoria de Tesouraria.

Gunnar Alejo Ramos Murillo. Graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pós-graduado em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas, ocupou diversos cargos em instituições financeiras, especialmente no Banco Dibens. Desde 1999 no Cedente, desempenhou funções de liderança nas áreas de vendas e produtos, passando a ocupar o cargo de Diretor Comercial em 2005.

Regis Magalhães Soares de Queiroz. Bacharel em Direito pela Universidade Mackenzie, São Paulo, e mestre em Direito pela Universidade de São Paulo, exerceu a função de Gerente Tributário da GMB, na época também responsável pela área Tributária do Banco GM, de 2001 a 2006. Em 2006, iniciou sua carreira no Cedente, organizando a criação de Departamento Tributário próprio, tornando-se Diretor em 2007.

Roberto Cunha Azzi. Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, iniciou sua experiência na área financeira no Banco Banespa em 1976, respondendo pela área jurídica daquela instituição de 1978 a 1988. Iniciou sua carreira na GMB em 1988, sendo responsável pela área jurídica do Banco GM, na época administrada pela montadora. Em 2002, com a formação de um departamento jurídico independente para o banco, passou a responder integralmente pela área jurídica, assumindo o cargo de Diretor em 2005.

Sergio Diniz. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Mackenzie, especializado em Finanças pela Universidade de São Paulo-FIA, ocupou diversas posições na área financeira em empresas de grande porte como Motorola do Brasil, onde exerceu a função de Gerente Financeiro, e Marsh Corretora de Seguros, onde acumulou os cargos de Vice-Presidente Sênior e *Chief Financial Officer*. Ingressou no Cedente em 2008, passando a ocupar o cargo de Diretor Financeiro. Adicionalmente, participa como membro do conselho Fiscal e Diretoria do instituto CEO do Futuro.

José Eduardo T. Jardim. Formado em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo, possui MBA em Finanças pelo IBMEC, ocupou posições de destaque em importantes instituições como J. P. Morgan, Unibanco e Goldman Sachs. Ingressou no Cedente em fevereiro de 2009.

Conselho Fiscal do Cedente

De acordo com a Lei 6.404/76, o Conselho Fiscal é um órgão societário independente da administração e dos auditores independentes. O Conselho Fiscal pode funcionar tanto de forma permanente quanto de forma não permanente, caso em que atuará somente no exercício social em que sua instalação for solicitada pelos acionistas em Assembléia Geral.

O Conselho Fiscal do Cedente não tem caráter permanente. A instalação do Conselho Fiscal depende de deliberação da Assembléia Geral. Se instalado, será composto de 3 a 5 membros efetivos e igual número de suplentes na forma e nas condições previstas em lei. As principais responsabilidades do Conselho Fiscal consistem em fiscalizar as atividades da administração, rever as demonstrações financeiras do Banco e reportar suas conclusões aos acionistas.

A remuneração dos Conselheiros é decidida na mesma Assembléia Geral que eleger os membros para o Conselho Fiscal.

Pendências judiciais e administrativas do Cedente

Em 30 de setembro de 2008, o montante total de provisões tributárias era de R\$ 658 mil. Dentre os processos que não estão provisionados, há um processo de 25 mil que se refere a autos de infração de valores pagos mas não informados em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais, e um processo de R\$ 49 mil referente a autos de infração de Imposto sobre Serviços e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, cuja provisão é de 30% (R\$ 22 mil atualizado), o qual já se encontra em fase de execução judicial e cuja chance de êxito é de 80%.

Na data deste Prospecto, conforme informações prestadas pelos representantes do Cedente, o Cedente figurava no pólo passivo de 21 ações cíveis envolvendo contingência igual ou superior a R\$ 1.000.000,00, sendo 16 ações civis públicas ou coletivas e 7 ações individuais.

Tais ações individuais, apesar de possuírem um alto valor atribuído, não devem afetar o curso normal das atividades do Cedente e/ou sua capacidade de originação de Direitos Creditórios durante o prazo de duração do Fundo, pois os valores em discussão já estão depositados em juízo.

Igualmente, com relação às ações civis públicas, não há, no mérito de tais ações, nenhuma questão que possa impactar de forma direta o fluxo de novos Direitos Creditórios para o Fundo, tendo em vista que o mérito de tais ações civis públicas não trata dos Direitos Creditórios.

Seguem informações acerca das ações nas quais o Cedente figura como réu, cujas contingências são estimadas pelos representantes do Cedente como sendo iguais ou superiores a R\$ 1.000.000,00:

Autor	Nº do processo	Natureza da ação	Grau de risco	Valor atual máximo
Odenir Inocente Bortolini	198/2006	Ação de execução	Perda possível	R\$ 40.039.741,93
HH Picchioni S.A. Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários	024.93.090794-4	Ação de execução	Perda provável	R\$ 42.644.999,52
Royal e Sunalliance Seguros S.A.	2006.001.128643-0	Ação de cobrança	Perda possível	R\$ 2.830.949,00
Wilmar João Mikolaiczik	1.07.0002140-5	Ação de execução	Perda possível	R\$ 1.040.000,00
Gilberto Mueller	026/1.03.0004758-0	Ação de execução	Perda provável	R\$ 1.636.012,25
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	1999.011053883-7	Ação civil pública	Perda possível	Ilíquido
UNICONS – União Nacional em Defesa dos Consumidores	10502082910	Ação coletiva	Perda possível	Ilíquido

Consorticiados e Usuários do Sistema Financeiro				
ATCM – Associação de Transporte Complementar Municipal	001.2006.034167-0	Ação civil pública	Perda possível	Ilíquido
ADCON – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, da Vida e dos Direitos Civis	001.02.007431-0	Ação civil pública	Perda possível	Ilíquido
Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais	0024.99.005622-8	Ação civil pública	Perda provável	Ilíquido
Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais	0024.01.098094-4	Ação civil pública	Perda provável	Ilíquido
Ministério Público Federal	2004.38.03.002105-8	Ação civil pública	Perda possível	Ilíquido
Associação de Defesa dos Direitos do Cidadão	001/1.05.0217821-7	Ação coletiva	Não aplicável	Ilíquido
Ministério Público do Estado do Maranhão	4106/02	Ação civil pública	Não aplicável	Ilíquido
Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul	10523184810	Ação coletiva	Perda possível	Ilíquido
Ministério Público do Estado da Bahia	1762129-9/2007	Ação civil pública	Perda possível	Ilíquido
Ministério Público do Estado do Pará	200410190538	Ação civil pública	Perda provável	Ilíquido
Associação de Defesa e Orientação do Cidadão – ADOC	81/1999	Ação civil pública	Perda provável	Ilíquido
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	2006.00.147.589	Ação civil pública	Perda possível	Ilíquido
Núcleo de Defesa do Consumidor	99.001.017980-0	Ação civil pública	Não aplicável	Ilíquido
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	2004.001.032918-0	Ação civil pública	Não aplicável	Ilíquido

Balanço e demonstrativo de resultados

As demonstrações financeiras do Cedente relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2009 encontram-se detalhadas no Anexo H ao presente Prospecto.

Outras informações

Demais informações públicas sobre o Cedente podem ser obtidas através do *website*:

www.bancogmac.com.br

XIV. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Tendo como horizonte o período de emissão da primeira série de Cotas Seniores, os recursos pelo Cedente obtidos com a distribuição de tais Cotas serão destinados ao financiamento de novas operações de Financiamento a Concessionárias e à expansão da carteira de Financiamento Direto ao Usuário (FDU) e de Arrendamento Mercantil do Cedente, conforme a demanda do mercado de venda de veículos.

Em um primeiro momento, enquanto não forem utilizados em novas operações, os recursos serão destinados à composição de caixa do Cedente, e serão mantidos em aplicações junto a instituições financeiras ou outras modalidades operacionais, e, de acordo com a demanda do mercado por novos financiamentos, serão alocados para novas operações.

No tocante a eventual impacto sobre os resultados do Cedente, estes serão incrementados pelas receitas oriundas das novas operações de financiamento em volume estimado como suficiente à absorção dos custos de remuneração das cotas seniores e de geração de margem positiva.

Em caso de colocação parcial das Cotas Seniores, o Cedente não necessitará de fontes alternativas de recursos para financiamento das operações de financiamento, pelo fato de não caracterizarem projetos específicos, mas operações de natureza genérica.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

XV. DISPOSIÇÕES FINAIS

O Fundo terá seus próprios livros e registros contábeis.

O exercício social do Fundo deverá ser de um ano, e se encerrará em 31 de dezembro de cada ano.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo deverão ser auditadas por um auditor independente registrado junto à CVM e estarão sujeitas às normas contábeis promulgadas pela CVM. Antes da emissão das referidas normas pela CVM, serão aplicadas ao Fundo as disposições do COSIF.

Os demonstrativos trimestrais do Fundo, a serem enviados à CVM de acordo com as disposições previstas no item 5.3 (ix) do Regulamento, deverão ser examinados pela Empresa de Auditoria durante a realização da auditoria independente descrita acima.

Foro

O foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo é neste ato eleito para dirimir quaisquer litígios que possam surgir do Regulamento.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

Anexo A Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
Banco GMAC - Financiamento a Concessionárias

Anexo B Suplementos - Primeira Série de Cotas Seniores e Cotas Mezanino de Classe A

Anexo C Relatório de Classificação de Risco

Anexo D Declaração do Administrador

Anexo E Declaração do Coordenador

Anexo F Relatório da Empresa de Auditoria

Anexo G Contrato de Cessão

Anexo H Demonstrações Financeiras

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo A

- Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC - Financiamento a Concessionárias

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME
16 SET 1595805

SÃO PAULO

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
BANCO GMAC – FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS**

5ª ALTERAÇÃO – 17/9/2009

Pelo presente instrumento particular, CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar - parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o nº 33.868.597/0001-40, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração e gestão de carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 1.223, de 8 de janeiro de 1990, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados ("Administrador"), na qualidade de instituição administradora do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BANCO GMAC – FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS ("Fundo"), inscrito no CNPJ sob o nº 09.577.075/0001-04,

CONSIDERANDO QUE o Fundo foi constituído pelo Administrador sob a forma de condomínio fechado, sendo disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, expedida pelo Conselho Monetário Nacional, pela Instrução nº 356, expedida pela CVM em 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356/01"), pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis e pelo seu regulamento, o qual foi devidamente registrado e arquivado no 6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 1550863, em 12 de maio de 2008, cuja primeira alteração foi devidamente registrada e arquivada no 6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 1580642, em 6 de março de 2009,

JUR_57 9740538v1 3324 766118

[Handwritten signature]

[Handwritten number 72]

cuja segunda alteração foi devidamente registrada e arquivada no 6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 1582364, em 27 de março de 2009, cuja terceira alteração foi devidamente registrada e arquivada no 6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 1587315, em 22 de maio de 2009 e cuja quarta alteração foi devidamente registrada e arquivada no 6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 1592527, em 22 de maio de 2009 ("**Regulamento**");

CONSIDERANDO QUE, nos termos do OFÍCIO/CVM/SRE/GER-1/Nº 1009/2009, emitido pela CVM em 2 de setembro de 2009 ("**Ofício**"), a CVM expediu exigências de alterações a determinadas disposições do Regulamento, de forma a adequá-lo ao prospecto do Fundo; e

CONSIDERANDO QUE o Administrador pretende alterar algumas disposições do Regulamento, de forma a adequá-lo às exigências apresentadas pela CVM no Ofício e efetuar os ajustes de redação necessários ao Regulamento, bem como efetuar alterações adicionais;

RESOLVE o Administrador alterar o Regulamento de acordo com os termos do presente Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direito Creditórios Banco GMAC - Financiamento a Concessionárias (o "**Termo Aditivo**"), procedendo da seguinte forma:

I. Fica adicionada a definição de "General Motors", disposta na Seção "I. Definições" do Regulamento, passando a vigorar com a seguinte redação:

"General Motors — General Motors Company ou qualquer de seus sucessores e cessionários."

II. Fica alterada a definição de "Índice Sênior", disposta na Seção "I. Definições" do Regulamento, a qual a vigorar com a seguinte nova redação:

"Índice Sênior — A qualquer tempo, até o resgate integral de todas as Cotas Seniores, a soma do valor total das Cotas Seniores deverá ser equivalente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O Índice Sênior deverá ser calculado pelo Administrador conforme o seguinte: (i) Patrimônio Líquido (ii)

16818
SÃO PAULO
1595805
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

menos o valor total das Cotas Mezanino e Cotas Subordinadas (iii) dividido pelo Patrimônio Líquido."

III. Fica alterada a definição de "Período de Suspensão da Aquisição", disposta na Seção "I. Definições" do Regulamento, passando a vigorar com a seguinte nova redação:

"Período de Suspensão da Aquisição — Conforme calculado pelo Administrador na Data de Cálculo do Período de Suspensão da Aquisição, deverá significar o maior período entre: (a) 21 (vinte e um) Dias Úteis e (b) o menor entre: (i) 126 (cento e vinte e seis) Dias Úteis e (ii) 21 (vinte e um) Dias Úteis divididos pela menor Taxa Mensal de Pagamento dos 12 (doze) meses precedentes, ficando ressalvado, entretanto, que caso todas as Cotas Seniores da respectiva série e/ou Cotas Mezanino da respectiva classe sejam resgatadas antes do término do Período de Suspensão da Aquisição, tal Período de Suspensão da Aquisição será considerado encerrado.

A contagem do Período de Suspensão da Aquisição deverá ser realizada retroativamente, a partir da Data de Resgate Projetada das respectivas séries de Cotas Seniores e/ou classes de Cotas Mezanino.

Durante o Período de Suspensão da Aquisição, o Administrador deverá suspender a aquisição de novos Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo e depositar todas as Cobranças remanescentes, após a amortização das Cotas e a distribuição dos resultados, nos termos do item 14.12 abaixo, na Conta de Depósito em Dinheiro, em um valor necessário para resgatar as respectivas séries de Cotas Seniores e/ou classes de Cotas Mezanino com relação às quais um Período de Suspensão da Aquisição ocorra."

IV. Fica alterada a definição de "Prazo Médio de Pagamento", disposta na Seção "I. Definições" do Regulamento, passando a vigorar com a seguinte nova redação:

"Prazo Médio de Pagamento — Deverá significar o prazo médio de pagamento, que reflete o número de Dias Úteis em que o pagamento de um Direito Creditório Elegível Cedido é esperado para ser liquidado, exceto no caso dos primeiros 21 (vinte e um) Dias Úteis seguintes à emissão da primeira série de Cotas, calculado de acordo com a seguinte fórmula: o maior valor entre (a) 1 (um) Dia Útil ou (b)

- 3 -

JUR_SP 97405387a 3324269118

62
15818
1595805
SÃO PAULO
OFICIAL R.T.O.
MICROFILME

o menor entre (i) 126 (cento e vinte e seis) Dias Úteis ou (ii) 21 (vinte e um) Dias Úteis dividido pelo resultado de (21 (vinte e um) Dias Úteis anteriores de cobranças de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos até a Data de Aquisição relevante dividido pelo saldo médio de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos sobre os 21 (vinte e um) Dias Úteis anteriores). Durante os primeiros 21 (vinte e um) Dias Úteis seguintes à emissão da primeira série de Cotas, o Prazo Médio de Pagamento deverá ser fixado em um prazo em Dias Úteis equivalente ao maior dos Prazos Médios de Pagamento conforme calculados pela Empresa de Auditoria no fim de cada um dos 12 (doze) meses anteriores, arredondados para o próximo número inteiro. O Prazo Médio de Pagamento deverá ser calculado pelo Administrador no primeiro Dia Útil de cada semana. O Administrador deverá informar o Prazo Médio de Pagamento ao Gestor no primeiro Dia Útil de cada semana para os fins de cálculo da Taxa de Desconto diária."

V. Fica alterado o *caput* do item 9.14 do Regulamento, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"9.14. Permanecendo quaisquer das situações mencionadas nos itens 9.13, 9.13.1 e 9.13.2 acima, o débito continuará registrado nos controles do Departamento de Crédito Atacado do Cedente até a conclusão de eventual ação judicial, se houver. Adicionalmente, o Departamento de Crédito Atacado do Cedente deverá adotar as seguintes ações:"

VI. Ficam incluídos os itens 9.17 e 9.17.1 no Regulamento, os quais vigorarão com a seguinte redação:

"9.17. Observado o disposto no item 9.17.1 abaixo, o Agente de Cobrança poderá, a qualquer momento, recomendar ao Fundo que realize o registro de penhores sobre os Veículos, nos termos do respectivo Contrato de Financiamento *Floor Plan*, junto ao cartório de registro de títulos e documentos competente, bem como no certificado de propriedade de tais Veículos, caso ocorra qualquer um dos eventos abaixo:

- (i) caso uma Concessionária que possua uma Linha Listada venha a inadimplir no pagamento de qualquer valor devido em decorrência de um Direito Creditório Elegível Cedido e/ou no

- 4 -

JUR_SP 9740538v3 3324.269118

16
1595805
SÃO PAULO
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

pagamento de qualquer valor devido em decorrência de um Direito Creditório devido por tal Concessionária ao Cedente, e não realize tal pagamento no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir do recebimento de uma notificação do Agente de Cobrança a esse respeito; ou

- (ii) caso uma Concessionária que possua uma Linha Listada e seja devedora de qualquer Direito Creditório Elegível Cedido que ainda não tenha sido integralmente pago possua uma Classificação de Crédito que deixe de ser classificada como "Satisfatória" ou "Limitada", ou tal outro sistema de pontuação de crédito equivalente que possa ser implementado pelo Cedente.

9.17.1. O Agente de Cobrança deverá determinar, de acordo com sua Política de Cobrança, levando em consideração a otimização dos valores de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos a serem cobrados, e atuando no melhor interesse do Fundo, se deverá registrar os penhores sobre os Veículos sujeitos ao Contrato de Financiamento Floor Plan do qual a respectiva Concessionária seja parte. O Agente de Cobrança deverá informar o Fundo caso quaisquer penhores venham a ser formalizados, devendo executar, conforme aplicáveis, todos os atos e medidas necessários para auxiliar o Fundo na formalização e registro de tais penhores."

VII. Fica alterado o item 12.25 do Regulamento, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"12.25. Risco de descontinuidade do Fundo em decorrência da descontinuidade das atividades do Cedente no Brasil. A Política de Investimento do Fundo envolve, principalmente, o investimento em Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos do Cedente. Não há garantia de que (i) o Cedente não ajuiará (ou estará sujeito, conforme aplicável) pedido de insolvência, intervenção, liquidação ou falência no Brasil; (ii) a GMAC Inc. não ajuiará (ou estará sujeita) um processo de liquidação nos Estados Unidos da América de acordo com o Capítulo 7 do Código de Falência dos Estados Unidos da América (U.S. Bankruptcy Code); ou (iii) a

62
160
1598805
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME
SÃO PAULO

GMAC Inc. não ajuizará (ou estará sujeita) um processo de reorganização nos termos do Capítulo 11 do Código de Falência dos Estados Unidos da América (U.S. Bankruptcy Code). Dessa forma, a operação do Fundo poderá ser comprometida independentemente das expectativas dos Cotistas com relação à duração de seus respectivos investimentos no Fundo. Apesar do fato de que a liquidação ou reorganização da GMAC Inc. nos Estados Unidos da América poderá não afetar as atividades do Cedente no Brasil, não há garantia de que a insolvência, intervenção, liquidação ou falência do Cedente no Brasil e/ou a liquidação ou reorganização da GMAC Inc. nos Estados Unidos da América não afetariam a habilidade do Cedente em conceder financiamentos a Concessionárias nos termos do Contrato de Financiamento Floor Plan e, portanto, de originar Direitos Creditórios e ceder ao Fundo direitos Creditórios Elegíveis que atendam à Política de Investimento do Fundo."

VIII. Fica alterado o item (ix) do item 18.2 do Regulamento, o qual passa a vigorar com as seguintes novas redações:

- "(ix) (a) (1) a GMAC Inc. ajuíze uma petição ou (2) uma pessoa, que não a GMAC Inc., ajuíze uma petição que não seja negada após 90 (noventa) dias ou (3) seja proferida uma medida judicial contrária à GMAC Inc., em cada caso, nos termos do Capítulo 7 do Código de Falência dos Estados Unidos da América (U.S. Bankruptcy Code) ou uma disposição similar de uma lei estadual ou federal que poderia resultar na liquidação da GMAC Inc.; ou (b) a GMAC Inc. encerre suas operações ou se comprometa a vender ou liquidar todos ou substancialmente todos os seus ativos ou negócios (ou ajuíze uma petição ou outra alegação solicitando a aprovação de quaisquer destes atos), em ambos os casos, após uma petição ter sido ajuizada nos termos do Capítulo 11 do Código de Falência dos Estados Unidos da América (U.S. Bankruptcy Code) ou uma disposição similar de uma lei estadual ou federal;"

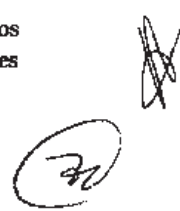
IX. Fica alterada a numeração das páginas do Regulamento, de maneira a readequar as referências a todos os capítulos e páginas do Regulamento.

X. Exceto se de outra forma previsto neste Termo Aditivo, os termos definidos que foram aqui utilizados terão os mesmos significados a eles atribuídos no Regulamento.

- 6 -

JUR_SP 9740538v2 3304.869148

62
1688
SÃO PAULO
OFICIAL R.T.O.
MICROFILME
1595805



XI. O Administrador, neste ato, expressamente ratifica os demais artigos, parágrafos e alíneas do Regulamento que não tenham sido alterados pelo presente Termo Aditivo e ajustados nos termos do Regulamento, que consta como Anexo ao presente Termo Aditivo.

XII. Em face das deliberações acima, o Regulamento do Fundo é não apenas alterado como também consolidado, passando a vigorar, na sua íntegra, com a redação contida no Anexo a este Termo Aditivo.

São Paulo, 17 de setembro de 2009

CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Antonio J. Rodrigues
Procurador
CPF: 083.036.458-20

Amiton Soares Sales
Procurador
CPF: 142.883.228-88

Testemunhas:

1. -

Nome: Priscila Ramiro
RG: CPF: 339.226.898-41

2. -

Nome: RAFAEL NUNES LEAL
RG: 11935442-1



Of. Rodolfo Lomello 15875907
Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica
CNPJ 45.565.114/0001-70
Rua Benjamin Constant, 182 - Tel: (11) 1187-0032 São Paulo

Apresentado hoje, protocolado e registrado em microfilme
sob nº **1595805** e arquivado à margem do registro nº 1587315
São Paulo, **16 SET 2009** Escrevente Autorizado

SIMOS a taxas recolhidas por verbos

Ench. R\$	Palco R\$	Imp. 43	R.C. R\$	T.J. R\$	TOTAL R\$
385,95	110,20	50,15	20,19	20,15	686,59

1688
SÃO PAULO
62
OFFICIAL R.T.D.
MICROFILME
1595805

-7-

JUR_SP 9740538v2 3224 v69118

**Anexo ao Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC -
Financiamento a Concessionárias**

62
1681
1598805
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME
SÃO PAULO

- 8 -

JUR_SP 9740558v2 3324.2649118

A handwritten signature is written above a circular stamp. The stamp contains a stylized letter, possibly 'M' or 'B', which is partially obscured by the signature.

REGULAMENTO
DO
FUNDO DE INVESTIMENTO
EM DIREITOS CREDITÓRIOS
BANCO GMAC - FINANCIAMENTO A
CONCESSIONÁRIAS

16814
SÃO PAULO
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME
1596808

datado de 17 de setembro de 2009

JUR, SP R32731429 3324.269112



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

64

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

16 11 8

1595805

ÍNDICE

SÃO PAULO

I. DEFINIÇÕES.....	4
II. OBJETIVO.....	28
III. FORMA DE CONSTITUIÇÃO.....	31
IV. PRAZO DE DURAÇÃO	31
V. ADMINISTRAÇÃO.....	31
CAPÍTULO I. ADMINISTRADOR	32
CAPÍTULO II. ATRIBUIÇÕES DO ADMINISTRADOR	32
CAPÍTULO III. VEDAÇÕES APLICÁVEIS AO ADMINISTRADOR	39
CAPÍTULO IV. SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR	41
VI. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	41
VII. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS.....	42
CAPÍTULO I. EMPRESA DE AUDITORIA.....	43
CAPÍTULO II. GESTOR	43
CAPÍTULO III. AGENTE DE COBRANÇA.....	43
VIII. POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO.....	45
IX. DIREITOS CREDITÓRIOS	47
CAPÍTULO I. CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS	47
CAPÍTULO II. ASPECTOS GERAIS DA POLÍTICA DE CRÉDITO DO CEDENTE.....	50
CAPÍTULO III. ASPECTOS GERAIS DA POLÍTICA DE COBRANÇA DO CEDENTE.....	54
X. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	58
XI. LIMITES DE CONCENTRAÇÃO	61
XII. FATORES DE RISCO	62
CAPÍTULO I. RISCOS DE MERCADO	62
CAPÍTULO II. RISCOS RELACIONADOS AO FUNDO E AOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	64
CAPÍTULO III. RISCOS RELATIVOS AO CEDENTE E A GMB	69
CAPÍTULO IV. RISCOS DE LIQUIDEZ.....	75
CAPÍTULO V. RISCOS ESPECÍFICOS	76
XIII. COTAS DO FUNDO, INVESTIDORES E INVESTIMENTO	77
CAPÍTULO I. COTAS DO FUNDO	77
CAPÍTULO II. INVESTIDORES	77

U - MICROFILME
16 SET 88 1595805

SÃO PAULO

CAPÍTULO III. APLICAÇÃO EM COTAS DO FUNDO	78
XIV. CLASSES E EMISSÃO DE COTAS.....	78
CAPÍTULO I. CLASSES DAS COTAS	78
CAPÍTULO II. EMISSÃO DE COTAS	80
CAPÍTULO III. AMORTIZAÇÃO DAS COTAS.....	81
CAPÍTULO IV. CONTA DE RESERVA	87
CAPÍTULO V. RESGATE DAS COTAS DO FUNDO	87
XV. AVALIAÇÃO DAS COTAS DO FUNDO	88
XVI. TAXAS E DESPESAS DO FUNDO.....	90
XVII. ASSEMBLÉIA GERAL E EVENTOS DE CONSULTA DOS	
COTISTAS	91
CAPÍTULO I. ASSEMBLÉIA GERAL	91
CAPÍTULO II. EVENTOS DE CONSULTA AOS COTISTAS.....	96
XVIII. LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO.....	98
CAPÍTULO I. LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO	98
CAPÍTULO II. LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA AUTOMÁTICA DO FUNDO	98
CAPÍTULO III. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO	
100	
XIX. PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO	101
XX. PUBLICAÇÕES.....	102
XXI. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	102
XXII. FORO.....	103
ANEXO I	104
ANEXO II.....	106



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS BANCO GMAC - FINANCIAMENTO A
CONCESSIONÁRIAS**

CNPJ nº 09.577.075/0001-04

O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BANCO GMAC - FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS, doravante denominado "**Fundo**", é disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, expedida pelo Conselho Monetário Nacional, pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("**Instrução CVM 356/01**"), emitida pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e será regido pelo presente regulamento ("**Regulamento**"), conforme o disposto abaixo:

I. DEFINIÇÕES

1.1. Os termos e expressões a seguir, quando utilizados no presente Regulamento e seus respectivos Anexos com letras iniciais maiúsculas, no singular ou no plural, terão os significados a eles especificamente atribuídos neste item 1.1. Não obstante os termos e expressões abaixo, outros termos e expressões ora empregados e não relacionados abaixo terão os significados a eles atribuídos no presente Regulamento e seus respectivos Anexos:

Administrador Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ou qualquer de seus sucessores ou cessionários.

Agência de Classificação de Risco Standard & Poor's Ratings Services, ou com relação a qualquer série futura de Cotas Seniores ou classe de Cotas Mezanino, qualquer outra agência de classificação de risco que venha a ser selecionada pelo Administrador para classificar as Cotas Seniores de tal série ou Cotas Mezanino de tal classe, conforme aplicável.

OFICINA D.
MIGUEL ME

1595805

SAO PAULO

1681582

BR_8527311v29_3324369118 C:\meu_documento\cas\p\uf\sim\plm\portugub\jur_sp_8145852_7

D= MICROFILME 1595805 1888

SÃO PAULO

Agente Autorizado Deverá significar qualquer terceiro subcontratado pelo Agente de Cobrança para auxiliar na cobrança e administração dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos nos termos do Contrato de Cessão.

Agente de Cobrança Banco GMAC S.A., ou qualquer de seus sucessores ou cessionários, agindo na qualidade de agente de cobrança, ou o Agente de Cobrança Substituto.

Agente de Cobrança Substituto Deverá significar qualquer agente de cobrança contratado pelo Administrador para prestar serviços de cobrança e administração dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, caso, por qualquer razão, o Cedente deixe de realizar tais atividades.

Anexo Significa qualquer anexo a este Regulamento, que constitui parte integrante e indivisível do presente Regulamento.

Ativos do Fundo Deverão significar, conjuntamente, os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, Investimentos Permitidos, valores depositados na Conta de Depósito em Dinheiro, valores depositados na Conta de Reserva, valores depositados na Conta de Distribuição e o preço justo de mercado de quaisquer derivativos detidos pelo Fundo (conforme aplicável).

Banco Centralizador Deverá significar o Banco Real S.A. ou qualquer de seus sucessores e/ou cessionários.

Observada a Condição da Agência de Classificação de Risco e conforme aprovado pelo Administrador, o Cedente poderá substituir o Banco Centralizador.

60
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME
1595805
SÃO PAULO

Bancos de Cobrança

Deverão significar o Banco Real S.A., União de Bancos Brasileiros S.A. – Unibanco, Banco Itaú S.A., HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo e Banco do Brasil S.A., instituições financeiras devidamente contratadas pelo Agente de Cobrança para a prestação de serviços de cobrança bancária, nos termos do item 7.11 do presente Regulamento e do Contrato de Cessão.

O Cedente poderá mudar, substituir, destituir ou adicionar Bancos de Cobrança, mediante envio de uma notificação por escrito em tal sentido ao Administrador, sujeito à Condição da Agência de Classificação de Risco.

Benchmark Mezanino

Deverá significar o parâmetro de rentabilidade atribuído às Cotas Mezanino, o qual deverá ser definido no respectivo Suplemento.

Benchmark Sênior

O parâmetro de rentabilidade a ser atribuído a cada série de Cotas Seniores, conforme estabelecido no respectivo Suplemento.

BM&FBovespa

Deverá significar a BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

Cedente

Banco GMAC S.A.

CETIP

CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Classificação de Crédito

A classificação de crédito utilizada pelo Cedente com relação às Concessionárias e o seu desempenho, de acordo com suas diretrizes e políticas, conforme alteradas ou adotadas de tempo em tempo, nos termos do item 9.7.2 abaixo.

62
1980
OFICIAL R.T.O.
MICROFILME
1595806
SÃO PAULO

Classificação de Risco

Deverá significar, conjuntamente, a classificação de risco então vigente das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino em circulação, divulgada pela Agência de Classificação de Risco, em conformidade com sua respectiva escala brasileira.

Cobranças

Com relação a qualquer Dia Útil, o valor total das cobranças recebidas sobre os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos em cada Conta de Cobrança, acrescidos de quaisquer Rendimentos de Investimento recebidos em cada Período de Cobrança.

Coligada

Com relação a qualquer Pessoa específica, qualquer outra Pessoa que controle, seja controlada ou esteja sob controle comum com tal Pessoa especificada. Para os fins desta definição, "controle", quando utilizado com relação a qualquer Pessoa especificada, significa o poder de direcionar a administração e as políticas de tal Pessoa, direta ou indiretamente, seja através da propriedade de ações com direito a voto, por contrato ou de outra forma; e os termos "controlando" e "controlado" terão significados correlatos.

Concessionária

Significa qualquer Pessoa, ou grupo de pessoas coligadas, dos quais exista um empréstimo de acordo com os respectivos Direitos Creditórios nos termos do Programa *Floor Plan*, em conformidade com os termos dos Documentos Comprobatórios correspondentes.

Condição da Agência de Classificação de Risco

Deverá significar, com relação a um evento, uma confirmação por escrito pela Agência de Classificação de Risco de que tal evento não deverá resultar numa redução, suspensão ou

retirada da Classificação de Risco das Cotas Seniores e/ou Cotas Mezanino em circulação então vigente.

Conta Centralizadora

Deverá ter o significado atribuído no item 7.12 do presente Regulamento.

Conta de Depósito em Dinheiro

Deverá significar uma conta contábil estabelecida pelo Administrador, em nome do Fundo, na qual a parcela remanescente das Cobranças, após a dedução do Valor Requerido, deverá ser depositada (i) na hipótese de indisponibilidade de Direitos Creditórios Elegíveis suficientes para serem cedidos ao Fundo; e (ii) durante o Período de Suspensão da Aquisição, nos termos do item 14.10.1 abaixo.

Recursos depositados na Conta de Depósito em Dinheiro deverão ser investidos em Investimentos Permitidos.

Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos

Deverá ter o significado atribuído no item 7.13 abaixo.

Conta de Distribuição

Deverá significar uma conta contábil separada aberta e mantida em nome do Fundo com o Administrador, para a qual o Valor Requerido deverá ser transferido, nos termos do item 7.14 do presente Regulamento.

Conta de Reserva

Deverá ter o significado atribuído no item 14.15 abaixo.

Contas de Cobrança

Deverão significar as novas contas de cobrança específicas abertas e mantidas pelo Agente de Cobrança junto a cada Banco de Cobrança, as quais deverão receber os pagamentos relativos

OFICIAL RUIO.
MCP TELME

1595805

02

16/11/88

SÃO PAULO

COSIF

Cotas

Cotas Mezanino

Cotas Seniores

Cotas Subordinadas

aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos efetuados pelas Concessionárias.

Contrato de Cessão

Significa o Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e Outras Avenças, a ser celebrado entre o Cedente e o Fundo, representado pelo Administrador, através do qual o Cedente cede ao Fundo os Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados.

Contrato de Financiamento Floor Plan

O contrato de empréstimo *floor plan* celebrado entre o Cedente, na qualidade de credor, e uma Concessionária, na qualidade de devedora, através do qual o Cedente abre uma linha de crédito rotativo a uma Concessionária no âmbito de um Programa *Floor Plan*.

Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, divulgado pelo Banco Central do Brasil.

Deverão significar as Cotas Seniores, as Cotas Mezanino e as Cotas Subordinadas, conjuntamente.

Deverão significar as Cotas subordinadas às Cotas Seniores para fins de amortização, resgate e distribuição de resultados, mas que não estão subordinadas às Cotas Subordinadas para tais fins.

Deverão significar as Cotas que não estão subordinadas a nenhuma outra Cota para fins de amortização e resgate, bem como para a distribuição de resultados relacionados aos Ativos do Fundo.

Deverão significar as Cotas que são subordinadas

U -
16812
MICROFILME
1595805

SÃO PAULO

	às Cotas Mezanino e às Cotas Seniores para fins de amortização, resgate e distribuição de resultados. As Cotas Subordinadas deverão ser totalmente subscritas e integralizadas pelo Cedente com Direitos Creditórios Elegíveis.
Cotistas	Deverão significar os titulares das Cotas do Fundo.
Cotistas Mezanino	Deverão significar os titulares de Cotas Mezanino do Fundo.
Cotistas Seniores	Deverão significar os titulares das Cotas Seniores do Fundo.
Cotistas Subordinados	Deverão significar os titulares das Cotas Subordinadas do Fundo.
Crítérios de Elegibilidade	Deverão significar os critérios aplicáveis à seleção dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, nos termos do item 10.1 abaixo.
CVM	Deverá significar a Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização	O 15º (décimo quinto) dia de cada mês civil ou, se tal data não for um Dia Útil, o próximo Dia Útil.
Data de Aquisição	Deverá significar, com relação a cada Direito Creditório Elegível Aprovado, a data na qual o Fundo e o Cedente concretizem a cessão de tal Direito Creditório Elegível Aprovado através da celebração e formalização do Termo de Cessão correspondente, conforme disposto no Contrato de Cessão.
Data de Cálculo do Período de Suspensão da	Deverá significar a data na qual a duração do Período de Suspensão da Aquisição aplicável a



OFICIAL R.T.D.
MICROFILME
16878
1595805
SÃO PAULO

Aquisição	cada série de Cotas Seniores e/ou classe de Cotas Mezanino será determinada, conforme definida no respectivo Suplemento.
Data de Emissão	Data de subscrição e integralização das Cotas, conforme definida no respectivo Suplemento para cada série de Cotas Seniores e/ou classe de Cotas Mezanino.
Data de Faturamento	Deverá significar a data na qual a GMB emita uma fatura a uma Concessionária com relação à venda de um Veículo.
Data de Inclusão	A data na qual uma Linha Adicional seja incluída na Lista de Linhas.
Data de Remoção	Deverá significar a data efetiva da remoção de qualquer Linha Aleatoriamente Selecionada, conforme especificada na Notificação de Remoção.
Data de Resgate Estendida	<p>Deverá significar a data na qual o Resgate Compulsório de uma série de Cotas Seniores e/ou classe de Cotas Mezanino deverá realizar-se caso o Fundo não possa resgatar tais Cotas na respectiva Data de Resgate Projetada, conforme definida no Suplemento aplicável.</p> <p>A Data de Resgate Estendida deverá vencer dentro de um período máximo de 6 (seis) Datas de Amortização, contado a partir da Data de Resgate Projetada.</p>
Data de Resgate Projetada	Deverá significar a data na qual se espera que ocorra o Resgate Compulsório de uma série de Cotas Seniores e/ou de uma classe de Cotas Mezanino, conforme definido no Suplemento aplicável.

62
1687
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

1595805

SÃO PAULO

Data de Vencimento

Com relação a qualquer Direito Creditório, significa a data na qual tal Direito Creditório seja devido e pagável, nos termos de seus Documentos Comprobatórios, conforme inicialmente emitidos.

A Data de Vencimento para cada Direito Creditório (i) relacionado a Veículos Novos é projetada para um vencimento dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da respectiva Data de Faturamento, e (ii) relacionado a Veículos Usados é projetada para um vencimento dentro de 90 (noventa) dias, contados a partir da respectiva Data de Faturamento, ficando ressalvado, contudo, que o Cedente poderá conceder uma extensão a qualquer Concessionária, com base no seu relacionamento com tal Concessionária.

Despesas de Cobrança

Todas as despesas necessárias (incluindo, sem limitação, os honorários advocatícios e as taxas de cobrança) relacionadas à cobrança de quaisquer valores devidos nos termos dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, incluindo todas as despesas necessárias para iniciar uma ação ou outro recurso em face das respectivas Concessionárias, se houver, ficando excluídas quaisquer despesas administrativas do Agente de Cobrança.

Dia Útil

Deverá significar um dia que não seja um sábado, um domingo ou um dia no qual as instituições financeiras na cidade de São Paulo estejam legalmente autorizadas ou obrigadas a permanecerem fechadas.

Direito Creditório Elegível Deverá significar um Direito Creditório que, no

62
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

164 1595805

SÃO PAULO

momento de sua aquisição pelo Fundo, atenda a todos os Critérios de Elegibilidade, nos termos do item 10.1 abaixo, bem como à Política de Investimento do Fundo.

Direito Creditório Elegível Cedido

Deverá significar um Direito Creditório Elegível adquirido pelo Fundo nos termos do Contrato de Cessão e respectivo Termo de Cessão.

Direitos Creditórios

Deverão significar, conjunta ou separadamente, os direitos e valores oriundos de (i) quaisquer saques efetuados por uma Concessionária de acordo com o Contrato de Financiamento *Floor Plan* e/ou (ii) quaisquer instrumentos de confissão de dívida celebrados por uma Concessionária com a GMB e o Cedente, com tudo que os referidos direitos de crédito representam, incluindo os ajustes monetários e todos os direitos, ações, direitos de garantia e garantias assegurados ao Cedente pelos mesmos, ficando ressalvado que o termo "**Direito Creditório**" não inclui (a) nenhum direito atual ou futuro do Cedente de cobrar, reivindicar, demandar, obter ou receber quaisquer pagamentos decorrentes ou relacionados aos empréstimos concedidos ou a serem concedidos no âmbito de uma Linha para quaisquer fins que não uma aquisição de Veículos (incluindo qualquer nota promissória assinada nesse sentido), (b) quaisquer direitos de seguro, direitos de garantia ou quaisquer outros direitos exclusivamente relacionados aos empréstimos descritos no subparágrafo (a) acima, e (c) valores de juros e valores correspondentes a cláusulas penais pagáveis pela Concessionária nos termos do respectivo Contrato de Financiamento *Floor Plan*.

MICROFILME

1595805

1600

SÃO PAULO

Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados

Deverão significar os Direitos Creditórios Elegíveis que o Fundo pretende adquirir, nos termos (i) da Política de Investimento e (ii) dos Critérios de Elegibilidade, dentre os Direitos Creditórios Elegíveis indicados pelo Cedente nos termos do Contrato de Cessão.

Documentos Comprobatórios

Deverão significar os respectivos contratos e seus eventuais aditamentos, faturas, instrumentos de crédito, boletos, instrumentos de confissão de dívidas, escrituras e demais documentos que sejam necessários para evidenciar a existência, validade e cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, conforme acordado entre o Cedente e o Administrador.

Documentos da Operação

A referência conjunta a este Regulamento, cada Suplemento, o Contrato de Cessão, o Termo de Adesão, e quaisquer outros contratos, instrumentos, documentos e declarações relativas às operações contempladas neste Regulamento, conforme alterado, renovado, estendido, consolidado ou aditado de tempos em tempos.

Empresa de Auditoria

KPMG Auditores Independentes, empresa que prestará os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e demais contas do Fundo, responsável pela análise de sua situação e da atuação do Administrador, ou qualquer de suas sucessoras ou cessionárias.

Entidade Emissora

Deverá significar o emissor de qualquer Investimento Permitido.

Evento de Consulta aos Cotistas

Terá o significado atribuído ao mesmo no item 17.8 do presente Regulamento.

Evento de Liquidação

Deverá ter o significado atribuído ao termo no

60
1687
OFICIAL R.T.O.
MICROFILME
1595805
SÃO PAULO

Antecipada	item 18.1 deste Regulamento.
Evento de Liquidação Antecipada Automática	Deverá ter o significado atribuído ao termo no item 18.2 deste Regulamento.
Evento Fiscal Adverso	Deverá significar a criação de novos tributos, taxas, contribuições, o aumento de alíquota de tributos existentes ou alterações na base de cálculo de quaisquer tributos, tanto no que se refere a tributos existentes quanto àqueles que vierem a ser criados, e que em qualquer caso afete(m) substancialmente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou represente(m) ônus excessivos à consecução de seu objetivo. Conforme aplicável, o Administrador deverá informar os Cotistas, ou os Cotistas deverão informar o Administrador, após a ocorrência de qualquer Evento Fiscal Adverso.
FGC	Fundo Garantidor de Créditos.
Fundo	O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC- Financiamento a Concessionárias.
General Motors	General Motors Company ou qualquer de seus sucessores e cessionários.
Gestor	Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ou qualquer de seus sucessores ou cessionários.
GMB	General Motors do Brasil Ltda., ou qualquer de suas sucessoras e cessionárias.
IGPM	Significa o Índice Geral de Preços ao Mercado, publicado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas.

X
72

62
1581
OFICIAL R.T.O.
MICROFILME
1595805

SÃO PAULO

Índice de Subordinação

Até o resgate integral de todas as Cotas Seniores do Fundo, a soma do valor total das Cotas Subordinadas e das Cotas Mezanino (se houver) deverá ser equivalente a, no mínimo, 12% (doze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O Índice de Subordinação deverá ser calculado da seguinte forma: (i) o Patrimônio Líquido, (ii) menos o valor total das Cotas Seniores em circulação, (iii) dividido pelo Patrimônio Líquido.

Índice Mezanino

Até o resgate integral de todas as Cotas Seniores do Fundo, o valor total das Cotas Mezanino deverá ser equivalente a, no mínimo, 9% (nove por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O Índice Mezanino será calculado da seguinte forma: (i) o Patrimônio Líquido do Fundo, (ii) menos o valor total das Cotas Seniores em circulação, (iii) menos o valor total das Cotas Mezanino, (iv) dividido pelo Patrimônio Líquido.

Índice Sênior

A qualquer tempo, até o resgate integral de todas as Cotas Seniores, a soma do valor total das Cotas Seniores deverá ser equivalente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O Índice Sênior deverá ser calculado pelo Administrador conforme o seguinte: (i) Patrimônio Líquido (ii) menos o valor total das Cotas Mezanino e Cotas Subordinadas (iii) dividido pelo Patrimônio Líquido.

Instrução CVM 356/01

Instrução nº 356, emitida pela CVM em 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.

Instrução CVM 400/03

Instrução nº 400, emitida pela CVM em 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.

Instrução CVM 409/04

Instrução nº 409, emitida pela CVM em 24 de



agosto de 2004, conforme alterada.

6b
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME
1595805
SÃO PAULO

Investidores Qualificados

Investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409/04, são (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteiras e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por municípios.

Investimento Permitido

Títulos e valores mobiliários expressos em reais, conforme disposto no item 8.3 abaixo.

Linha

Individualmente, uma linha rotativa de crédito ou linhas rotativas de crédito correlatas representadas por um Contrato de Financiamento *Floor Plan*, concedidas ou mantidas pelo Cedente junto a uma Concessionária.

Linha Adicional

Deverá significar uma Linha a ser incluída na Lista de Linhas através do envio de uma Notificação de Inclusão por parte do Cedente, nos termos e de acordo com as condições especificadas no Contrato de Cessão.

Linha Aleatoriamente Deverá significar uma Linha aleatoriamente

JUR_8P 8327311V29 3324.269118 C:/meus_documento/cas/pna/templaportuguesa_jur_sp_8345852_7



U-
16518
MICROFILME
1595805
SÃO PAULO

Selecionada	selecionada pelo Cedente a ser removida da Lista de Linhas.
Linhas Listadas	Para qualquer data, uma Linha incluída na Lista de Linhas em tal data; ficando ressalvado, contudo, que qualquer Linha incluída na Lista de Linhas em qualquer determinada data, em relação à qual o Cedente venha a alterar ou revisar sua classificação ou número de acordo com suas práticas e políticas, deverá, não obstante, ser considerada uma Linha Listada sem qualquer outro requisito adicional.
Liquidação Antecipada	A liquidação antecipada do Fundo, conforme definida no item 17.8 deste Regulamento.
Liquidação Antecipada Automática	Liquidação antecipada automática do Fundo, conforme definida no item 18.2 deste Regulamento.
Lista de Linhas	Deverá significar a lista de Linhas anexa ao Contrato de Cessão, que poderá ser aditada e complementada de tempos em tempos.
Notificação de Inclusão	Deverá significar a notificação a ser enviada pelo Cedente ao Fundo com relação à inclusão de uma Linha Adicional na Lista de Linhas, nos termos e na forma disposta no Contrato de Cessão, conforme descrito no item 10.3 abaixo.
Passivos	Deverá significar todas as taxas e despesas nas quais o Fundo possa incorrer, conforme descrito no item 16.1 abaixo, bem como outros passivos nos quais o Fundo possa incorrer no futuro.
Patrimônio Líquido	Deverá significar o patrimônio líquido do Fundo, o qual corresponderá ao valor dos Ativos do Fundo depois de deduzidos todos os Passivos do

Fundo.

Percentual Máximo de Exposição por Concessionária Deverá significar: (i) 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido representado pelo valor dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos adquiridos de cada uma das 3 (três) Concessionárias que possuam o maior valor de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos ao Fundo; (ii) 2,25% (dois vírgula vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido representado pelo valor dos Direitos Creditórios adquiridos de cada uma das próximas 12 (doze) Concessionárias que possuam o próximo maior valor de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos ao Fundo; e (iii) 1,25% (um vírgula vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido representado pelo valor dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos adquiridos de cada uma das Concessionárias remanescentes, ficando entendido que, em qualquer caso, o cálculo do Percentual Máximo de Exposição por Concessionária (o qual deverá ser conduzido pelo Administrador em cada Data de Aquisição) deverá levar em consideração o Patrimônio Líquido somado aos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos pelo Fundo em tal Data de Aquisição.

Ademais, o Fundo não deverá, a qualquer tempo, ter mais do que 20% (vinte por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos devidos por qualquer uma das Concessionárias, exceto se tal Concessionária for (i) uma sociedade registrada na CVM como uma companhia aberta; (ii) uma instituição financeira devidamente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil; ou (iii) uma sociedade cujas demonstrações financeiras relativas ao exercício fiscal imediatamente

66
1688
OFFICIAL R.T.D.
MICROFILME
1595805
SÃO PAULO

ORIGINAL
MICROFILME

03

1595805

16

SÃO PAULO

Percentual Máximo de Veículos Usados

anterior à data de constituição do Fundo tenham sido preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Lei nº 6.404, de 17 de dezembro de 1976, conforme alterada, e auditadas por um auditor independente registrado junto à CVM.

10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido representado pelo valor dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos decorrentes da aquisição de Veículos usados, ficando entendido que, em qualquer caso, o cálculo do Percentual Máximo de Veículos Usados (o qual deverá ser conduzido pelo Administrador em cada Data de Aquisição) deverá levar em consideração o Patrimônio Líquido somado aos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos pelo Fundo em tal Data de Aquisição.

Período do Fundo

Valor Econômico.

Período de Amortização Planejada

Deverá significar o período a se iniciar com o encerramento do Período Revolvente e a se encerrar na Data de Resgate Projetada ou na data na qual se inicia o Período de Liquidação Antecipada, durante o qual uma série de Cotas Seniores e/ou classe de Cotas Mezanino deverão ser integralmente amortizadas.

Período de Cobrança

Deverá significar o mês civil precedente ao mês no qual ocorra a respectiva Data de Amortização; ficando ressalvado, contudo, que para a Data de Amortização inicial com relação a cada série de Cotas Seniores e/ou classe de Cotas Mezanino, o Período de Cobrança relacionado corresponderá ao período a partir da Data de Emissão até o último dia do mês civil anterior à Data de Amortização inicial.

Período de Juros

Com relação a qualquer Data de Amortização, o período a partir da Data de Amortização imediatamente anterior à referida Data de Amortização (ou, no caso da primeira Data de Amortização, a partir da respectiva Data de Emissão) até a Data de Amortização, excluindo tal Data de Amortização.

Período de Liquidação Antecipada

Deverá significar o período a se iniciar com a ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada e a se encerrar com o resgate integral das Cotas.

Período de Suspensão da Aquisição

Conforme calculado pelo Administrador na Data de Cálculo do Período de Suspensão da Aquisição, deverá significar o maior período entre: (a) 21 (vinte e um) Dias Úteis e (b) o menor entre: (i) 126 (cento e vinte e seis) Dias Úteis e (ii) 21 (vinte e um) Dias Úteis divididos pela menor Taxa Mensal de Pagamento dos 12 (doze) meses precedentes, ficando ressalvado, entretanto, que caso todas as Cotas Seniores da respectiva série e/ou Cotas Mezanino da respectiva classe sejam resgatadas antes do término do Período de Suspensão da Aquisição, tal Período de Suspensão da Aquisição será considerado encerrado.

A contagem do Período de Suspensão da Aquisição deverá ser realizada retroativamente, a partir da Data de Resgate Projetada das respectivas séries de Cotas Seniores e/ou classes de Cotas Mezanino.

Durante o Período de Suspensão da Aquisição, o Administrador deverá suspender a aquisição de novos Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo e

64
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

1695805

SÃO PAULO

62
165
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME
1595805
SAO PAULO

Período Revolvente

depositar todas as Cobranças remanescentes, após a amortização das Cotas e a distribuição dos resultados, nos termos do item 14.12 abaixo, na Conta de Depósito em Dinheiro, em um valor necessário para resgatar as respectivas séries de Cotas Seniores e/ou classes de Cotas Mezanino com relação às quais um Período de Suspensão da Aquisição ocorra.

Significa o período, a ser determinado em cada Suplemento, durante o qual os Cotistas Seniores e os Cotistas Mezanino somente terão direito às distribuições de resultados equivalentes ao Benchmark Sênior ou ao Benchmark Mezanino de suas respectivas Cotas, conforme aplicável.

O Período Revolvente deverá iniciar-se na Data de Emissão das respectivas Cotas Seniores e/ou Cotas Mezanino e terminar com o início do respectivo Período de Amortização Planejada ou a ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada.

Pessoa

Qualquer pessoa física ou jurídica, incluindo qualquer sociedade, parceria, associação, consórcio, fundo, sociedade não-personificada ou entidade governamental.

Política de Cobrança

Deverá significar a política de cobrança vigente do Agente de Cobrança, com relação à prestação de serviços de depósito e consultoria relativos à administração financeira, cobrança extrajudicial, recebimento e recuperação dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, a qual poderá ser alterada de tempos em tempos.

Política de Investimento

Deverá significar a política de investimento do Fundo descrita na Seção VIII do presente

62
16478
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME
1595805
SÃO PAULO

PPD

Prazo Médio
Pagamento

de

Regulamento.

Deverá significar o Programa de Pagamento Diferido, um programa do Cedente através do qual o Cedente poderá acordar com uma Concessionária a não exigência do pagamento imediato de um Direito Creditório mediante a venda do Veículo a ele relacionado a um cliente, e qualquer outro programa atual ou futuro criado pelo Cedente, através do qual o Cedente decida não exigir qualquer pagamento de um Direito Creditório imediatamente após a venda do Veículo a ele relacionado por uma Concessionária a um consumidor, incluindo, sem limitação, em casos de venda de Veículos (i) para órgãos governamentais; e (ii) para consórcios.

Deverá significar o prazo médio de pagamento, que reflete o número de Dias Úteis em que o pagamento de um Direito Creditório Elegível Cedido é esperado para ser liquidado, exceto no caso dos primeiros 21 (vinte e um) Dias Úteis seguintes à emissão da primeira série de Cotas, calculado de acordo com a seguinte fórmula: o maior valor entre (a) 1 (um) Dia Útil ou (b) o menor entre (i) 126 (cento e vinte e seis) Dias Úteis ou (ii) 21 (vinte e um) Dias Úteis dividido pelo resultado de (21 (vinte e um) Dias Úteis anteriores de cobranças de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos até a Data de Aquisição relevante dividido pelo saldo médio de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos sobre os 21 (vinte e um) Dias Úteis anteriores). Durante os primeiros 21 (vinte e um) Dias Úteis seguintes à emissão da primeira série de Cotas, o Prazo Médio de Pagamento deverá ser fixado em um prazo em Dias Úteis equivalente ao maior dos Prazos Médios de Pagamento conforme calculados pela

62 OFICIAL R.T.D.
MICROFILME
16 MAR 1995 1595805
SÃO PAULO

Empresa de Auditoria no fim de cada um dos 12 (doze) meses anteriores, arredondados para o próximo número inteiro. O Prazo Médio de Pagamento deverá ser calculado pelo Administrador no primeiro Dia Útil de cada semana. O Administrador deverá informar o Prazo Médio de Pagamento ao Gestor no primeiro Dia Útil de cada semana para os fins de cálculo da Taxa de Desconto diária.

Preço de Aquisição

Deverá significar o preço para a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados, conforme disposto no Contrato de Cessão. O Preço de Aquisição deverá ser equivalente ao valor dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados necessários para manter o Patrimônio Líquido em um nível suficiente para sustentar o Índice de Subordinação e o Índice Mezanino.

Preço de Recompra

Deverá ter o significado atribuído no item 9.6 deste Regulamento.

Programa Floor Plan

Deverá significar o programa de financiamento de venda por atacado a Concessionárias, através do qual o Cedente concede financiamentos às Concessionárias para a aquisição de Veículos novos e usados.

Recebível em Garantia

Um Direito Creditório Elegível Cedido sujeito ao pagamento de um Preço de Recompra pelo Cedente conforme e na extensão descrita no Contrato de Cessão, devido à violação de qualquer das declarações e/ou garantias prestadas pelo Cedente no Contrato de Cessão.

Regulamento

Deverá significar este regulamento.

RENAVAM

Registro Nacional de Veículos Automotores.

JUR_SP 8527311v29 3324-269118 C:/nmaa_documentos/casa/pia24/originais/portuguesa_jur_sp_8143852_7



01
16218
MICROFILME
1595805

Rendimentos Investimento	de Com relação à Conta de Depósito em Dinheiro e à Conta de Reserva, em qualquer Data de Amortização, ganhos de investimentos sobre Investimentos Permitidos, líquidos de perdas e despesas de investimento durante o Período de Cobrança relacionado.
Resgate Compulsório	Resgate regular de uma série de Cotas Seniores e de uma classe de Cotas Mezanino quando findo o seu prazo de resgate.
Saldo de Remoção	Deverá significar o valor agregado dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos com relação a quaisquer Contas Aleatoriamente Seleccionadas.
Selic	Deverá significar o Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
SERASA	Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. - SERASA.
Suplemento	Possui o significado atribuído no item 14.1.1 abaixo, aplicável à emissão de séries de Cotas Seniores e classes de Cotas Mezanino.
Taxa de Administração	A taxa a que o Administrador terá direito pela prestação de seus serviços de administração do Fundo.
Taxa de Cobrança	A taxa devida ao Agente de Cobrança Substituto em consideração pela prestação de serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos.
Taxa de Desconto	Deverá significar a taxa de desconto a ser calculada em cada Dia Útil pelo Gestor e aplicada sobre o valor de face dos Direitos Creditórios



Elegíveis Aprovados, a ser determinada de acordo com os critérios dispostos no Contrato de Cessão.

Taxa de Gestão

Significa a parcela da Taxa de Administração devida ao Gestor em troca da prestação de serviços de gestão dos Ativos do Fundo.

Taxa de Retorno

Deverá significar a taxa de retorno de cada série de Cotas Seniores e de cada classe de Cotas Mezanino, conforme calculada nos termos do respectivo Suplemento.

Taxa DI

Deverá significar a taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, extra-grupo, calculada numa base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis e publicada diariamente pela CETIP.

Taxa Mensal Pagamento

de Deverá significar o percentual dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos cujas cobranças sejam pagas durante cada Período de Cobrança pelas respectivas Concessionárias ao Cedente, calculado mensalmente pelo Administrador com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da próxima Data de Amortização, da seguinte forma:

Valor das Cobranças dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos durante o Período de Cobrança imediatamente anterior dividido pelo montante decorrente do saldo médio diário dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos durante tal Período de Cobrança.

Termo de Adesão

Deverá significar o Termo de Adesão a este Regulamento a ser assinado por cada Cotista, na forma do Anexo I ao presente Regulamento.

OFICIAL R.T.B.
MICROFILME

1595805

SÃO PAULO

62

1681

62
1595805
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

1595805

SÃO PAULO

Termo de Cessão

Com relação a qualquer Direito Creditório Elegível Aprovado, significa um termo de cessão, na forma substancialmente estabelecida no Contrato de Cessão, a ser celebrado entre o Fundo e o Cedente em cada Data de Aquisição, para a formalização da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados nele descritos ao Fundo.

Valor de Amortização Planejado

Deverá ter o significado atribuído no item 14.9 abaixo.

Valor Disponível na Conta de Reserva

Com relação a qualquer Data de Amortização, o menor valor entre (a) o valor mantido em depósito na Conta de Reserva em tal data (antes de levar a efeito qualquer (i) depósito efetuado ou a ser efetuado na referida conta na Data de Amortização em questão ou (ii) saque efetuado ou a ser efetuado da referida Conta de Reserva na Data de Amortização em questão) e (b) o Valor Requerido da Conta de Reserva para tal Data de Amortização.

Valor em Depósito na Conta de Reserva

Com relação a qualquer Data de Amortização, o valor correspondente à diferença, se houver, entre (i) o Valor Requerido da Conta de Reserva e (ii) o Valor Disponível na Conta de Reserva.

Valor Inicial da Conta de Reserva

Deverá significar o valor inicial depositado na Conta de Reserva, conforme definido no respectivo Suplemento para cada série de Cotas Seniores e/ou classe de Cotas Mezanino.

Valor Requerido

Deverá significar, para cada Data de Amortização (e o Período de Cobrança terminando em tal Data de Amortização), o valor necessário para alocar ou pagar totalmente todos os valores que seriam alocados ou pagos com relação a tal Data de

Amortização (e o Período de Cobrança terminando em tal Data de Amortização), nos termos do item 14.12 abaixo, ficando ressalvado que a soma do saldo resultante da Conta de Distribuição e do Valor Disponível na Conta de Reserva não deve ser maior que a soma dos Passivos do Fundo e do valor total das Cotas Seniores e Cotas Mezanino.

Valor Requerido da Conta de Reserva

Deverá significar (i) com relação a qualquer Data de Amortização durante o Período de Liquidação Antecipada, zero; (ii) com relação a qualquer Data de Amortização durante o Período de Amortização Planejada, o Valor Requerido; (iii) com relação a qualquer Data de Amortização durante o Período Revolvente, o maior valor entre (a) o Valor Requerido e (b) o produto do Valor Requerido vigente na primeira Data de Amortização do Período de Amortização Planejada vezes uma fração, o denominador da qual é o Prazo Médio de Pagamento e o numerador da qual é o maior valor entre (A) zero e (B) o Prazo Médio de Pagamento menos o número de Dias Úteis remanescentes no Período Revolvente.

Veículo

Um automóvel ou caminhão leve, médio ou pesado, van, ou outra classificação de veículos periodicamente utilizada pelo Cedente.

II. OBJETIVO

2.1. O Fundo é uma comunhão de recursos que tem por principal objetivo a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, em conformidade com a Política de Investimento descrita na Seção VIII deste Regulamento.

2.1.1. Sem prejuízo do item 2.1 acima, para atingir seus objetivos, o Fundo deverá atuar em cada uma das atividades descritas neste

69
1687
OFICIAL R.T.O.
MICROFILME
1595805
SÃO PAULO

Regulamento e no Contrato de Cessão para a implementação de um mecanismo de securitização dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos. Com relação ao acima mencionado, o Fundo deverá:

- (i) ser o exclusivo e legítimo proprietário de seu Patrimônio Líquido, livre de qualquer ônus ou gravame (incluindo, sem limitação, os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos);
- (ii) desde a primeira Data de Emissão, manter a Conta de Depósito em Dinheiro, a Conta de Distribuição, a Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, a Conta de Reserva e aplicar todos os recursos em depósito nas mesmas (incluindo Investimentos Permitidos) em conformidade com o presente Regulamento e o Contrato de Cessão;
- (iii) manter e preservar o título e a propriedade dos Ativos do Fundo em conformidade com os termos e condições dispostos no presente Regulamento; ficando ressalvado que os Documentos Comprobatórios deverão ser mantidos em depósito pelo Agente de Cobrança e a administração e cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos deverão ser realizadas pelo Agente de Cobrança ou pelo Agente Autorizado ou em seu nome;
- (iv) efetuar os Investimentos Permitidos nos termos deste Regulamento;
- (v) assinar o Contrato de Cessão com o Cedente, pagar ao Cedente a remuneração nele disposta e, em geral, praticar quaisquer atos estabelecidos no Contrato de Cessão;
- (vi) imediatamente pagar todas as amortizações e resgates das Cotas que sejam devidos nos termos e em conformidade com o respectivo Suplemento;
- (vii) realizar a venda dos Recebíveis em Garantia ou substituição por um Direito Creditório Elegível e assinar a documentação que possa ser necessária para executar tal venda na hipótese de uma violação relevante a quaisquer das declarações e garantias

62
16
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

1595805

SÃO PAULO

prestadas pelo Cedente acerca do respectivo Direito Creditório Elegível Cedido, em conformidade com as obrigações de recompra do Cedente neste caso, conforme disposto no Contrato de Cessão;

- (viii) observado o disposto no presente Regulamento, celebrar qualquer aditivo relacionado a quaisquer documentos celebrados para a consecução de seus objetivos; e
- (ix) em geral, praticar qualquer outro ato aplicável, conforme permitido nos termos das leis e regulamentos aplicáveis, para o benefício dos Cotistas.

2.2. Observados os itens 2.1 e 2.1.1 acima, o objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Cotistas, no momento da amortização de suas respectivas Cotas, a valorização dos recursos aplicados inicialmente no Fundo, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição final dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados detidos pelo Cedente, por meio do Contrato de Cessão, observada a Política de Investimento.

2.3. O Fundo buscará, mas não garante atingir, uma Taxa de Retorno para as Cotas Seniores equivalente ao Benchmark Sênior e uma Taxa de Retorno das Cotas Mezanino equivalente ao Benchmark Mezanino.

2.3.1. O Benchmark Sênior e o Benchmark Mezanino têm como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido do Fundo deve ser prioritariamente alocada às Cotas Seniores para fins de amortização ou resgate das Cotas Seniores e subsequentemente às Cotas Mezanino para tais fins, respectivamente, e não deverão ser considerados garantias ou sugestões de Taxas de Retorno similares aos Cotistas Seniores e aos Cotistas Mezanino. Não obstante o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os Cotistas Seniores e os Cotistas Mezanino não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Cotas Seniores ou Cotas Mezanino, a uma Taxa de Retorno superior ao Benchmark Sênior ou Benchmark Mezanino acumulado, conforme aplicável, que correspondem à maior Taxa de Retorno possível para as Cotas Seniores e para as Cotas Mezanino, respectivamente.

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

69

16878 1595805

SÃO PAULO

2.4. Todo Dia Útil, desde que os Ativos do Fundo sejam suficientes e após o provisionamento das despesas e encargos do Fundo, o valor correspondente ao aumento no valor dos Ativos do Fundo durante o período será incorporado ao preço de cada Cota Sênior, limitado ao Benchmark Sênior, a título de distribuição dos resultados dos Ativos do Fundo durante o Dia Útil anterior.

2.5. Caso o Fundo ainda possua ativos, após a alocação da valorização dos Ativos do Fundo às Cotas Seniores até o Benchmark Sênior, nos termos do item 2.4 acima, o valor correspondente aos ativos remanescentes será incorporado ao preço das Cotas Mezanino, até o Benchmark Mezanino.

2.6. Caso o Fundo ainda possua ativos, após a alocação da valorização dos Ativos do Fundo às Cotas Seniores até o Benchmark Sênior e às Cotas Mezanino até o Benchmark Mezanino aplicável, o valor correspondente aos ativos remanescentes será incorporado ao preço das Cotas Subordinadas.

III. FORMA DE CONSTITUIÇÃO

3.1. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado.

IV. PRAZO DE DURAÇÃO

4.1. O Fundo tem prazo de duração determinado, que deverá corresponder (i) a 50 (cinquenta) anos, contados a partir da primeira Data de Emissão ou (ii) à data em que a última série de Cotas Seniores for integralmente resgatada nos termos do Regulamento, o que ocorrer primeiro, ressalvada a hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo.

4.2. O Fundo poderá emitir múltiplas séries de Cotas Seniores e múltiplas classes de Cotas Mezanino, de acordo com o respectivo Suplemento.

4.3. Nos termos do respectivo Suplemento, cada nova série de Cotas Seniores e nova classe de Cotas Mezanino emitida pelo Fundo terá uma Data de Resgate Projetada e uma Data de Resgate Estendida específicas, na qual as referidas Cotas Seniores e/ou Cotas Mezanino deverão ser resgatadas.

V. ADMINISTRAÇÃO

GO
16H
SÃO PAULO
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME
1595805



Capítulo I. Administrador

5.1. O Fundo é administrado pelo CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar - parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 33.868.597/0001-40, autorizada pela CVM para a administração profissional de carteiras de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório CVM nº 1.223, de 8 de janeiro de 1990 ("Administrador").

5.2. Observadas as restrições estabelecidas neste Regulamento e as demais disposições legais aplicáveis, o Administrador possui plenos poderes para praticar todos os atos que possam ser necessários para a administração do Fundo bem como para o exercício dos direitos inerentes aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos que integrem os Ativos do Fundo, e será ainda responsável pela representação do Fundo em todos os atos.

Capítulo II. Atribuições do Administrador

5.3. As atribuições do Administrador são as seguintes:

- (i) registrar a ata deliberando a constituição do Fundo e o presente Regulamento e seus Anexos, bem como quaisquer futuros aditamentos ao Regulamento e a seus Anexos, no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- (ii) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (b) o registro dos Cotistas;
 - (c) o livro de atas das assembleias gerais do Fundo;
 - (d) o livro de presença dos Cotistas;
 - (e) os demonstrativos trimestrais mencionados no artigo 8, parágrafo 3º da Instrução CVM 356/01 e no item 5.3 (ix) abaixo;

JUR_SF_8327311129_3324_269118 C:/dteas_documentos/casa/pna2/edipics/portuguesa_jur_ep_8145852_7

16/01/2006
SÃO PAULO
1595805
OFFICIAL R.T.O.
MICROFILME



07
OFICIAL R.T.O.
MICROFILME

16978 1595805

SÃO PAULO

- (f) o registro dos fatos contábeis relativos ao Fundo;
 - (g) os relatórios emitidos pela Empresa de Auditoria; e
 - (h) o Regulamento, o qual deverá ser alterado para refletir as deliberações das assembleias gerais de Cotistas, bem como, independentemente destas, para fins exclusivos de adequação às leis e/ou instruções da CVM aplicáveis, devendo neste último caso o Administrador providenciar as alterações aos Cotistas nos termos do item 20.1 abaixo, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do evento;
- (iii) receber quaisquer cobranças e quaisquer Rendimentos de Investimentos;
 - (iv) entregar ao Cotista, mediante recibo e gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como as informações sobre o nome do Periódico do Fundo e a Taxa de Administração;
 - (v) providenciar que os Cotistas assinem o Termo de Adesão, conforme o modelo constante do Anexo I a este Regulamento, na mesma data de aquisição das Cotas do Fundo, exceto nos casos de aquisição no mercado secundário;
 - (vi) divulgar no Periódico do Fundo, sempre que solicitado por uma assembleia de Cotistas, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor das Cotas, a rentabilidade acumulada durante o mês e durante o ano civil a que se refere, além de manter as referidas informações disponíveis em sua sede;
 - (vii) submeter à CVM informe mensal, através do sistema de envio de documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores (conforme modelo disponível na referida página), no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último Dia Útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo, conforme prevê o artigo 45 da Instrução CVM 356/01:
 - (a) saldo dos Ativos do Fundo;

69
16
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME
1595805

SÃO PAULO

- (b) Patrimônio Líquido;
 - (c) rentabilidade apurada no período;
 - (d) valor de cada Cota de cada classe, nos termos do respectivo Suplemento, e a quantidade de Cotas em circulação;
 - (e) o comportamento da carteira dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, abrangendo, inclusive, dados e comentários sobre o desempenho esperado e o realizado;
 - (f) quaisquer posições mantidas em mercado de derivativos (conforme aplicável); e
 - (g) número de Cotistas;
- (viii) colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede, no prazo de até 10 (dez) dias, contado a partir do encerramento do mês a que se refere, informações sobre:
- (a) o número de Cotas detidas por cada Cotista e o valor correspondente;
 - (b) a Taxa de Retorno das Cotas Seniores, das Cotas Mezanino, e das Cotas Subordinadas com base nos dados relativos ao último dia do mês;
 - (c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e desempenho efetivamente realizado; e
 - (d) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor de suas Cotas, bem como a relação entre o Patrimônio Líquido do Fundo e as Cotas;
- (ix) elaborar, por meio de seu diretor designado nos termos do parágrafo 3º do artigo 8º da Instrução CVM 356/01, demonstrativos trimestrais evidenciando (a) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a Política de Investimento descrita na Seção VIII deste Regulamento; (b) que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas comutativas e compatíveis com as práticas de mercado; (c) os

62
OFICIAL R.T.O.
MICROFILME

16818 1595805

SÃO PAULO

- procedimentos para determinação da existência dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos através de procedimentos de amostragem durante o trimestre anterior adotados pelo Administrador, incluindo a metodologia para escolha de amostra inspecionada durante o período; e (d) os resultados da verificação do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos através de procedimentos de amostragem realizados durante o trimestre anterior pelo Administrador, com especificação, entre o universo analisado, da quantidade e da relevância de quaisquer créditos inexistentes porventura encontrados;
- (x) submeter os demonstrativos trimestrais referidos no item 5.3 (ix) acima (a) à CVM, através do sistema de envio de documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do referido período; e (b) a exame por parte da Empresa de Auditoria, por ocasião da auditoria independente de que trata o item 21.2 abaixo, bem como mantê-los em sua sede à disposição dos Cotistas do Fundo;
 - (xi) divulgar no Periódico do Fundo as informações relativas ao Fundo exigidas pelas leis aplicáveis, nos prazos e condições previstos, inclusive atos, fatos e demais ocorrências relevantes concernentes ao Fundo, que possam influir na decisão de investimento tomada pelos Cotistas, mantendo disponíveis tais informações sobre fatos e atos relevantes em sua sede, bem como nas sedes e agências das instituições responsáveis pela distribuição das Cotas do Fundo;
 - (xii) manter disponíveis, em sua sede e agências bem como nas sedes e agências das instituições responsáveis pela distribuição das Cotas do Fundo, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor das Cotas, o rendimento auferido no mês e ano civis em referência, e os relatórios emitidos pela Agência de Classificação de Risco;
 - (xiii) custear as despesas de propaganda do Fundo, bem como aquelas exigidas pela legislação aplicável;
 - (xiv) fornecer anualmente aos Cotistas um documento contendo as informações sobre os rendimentos auferidos durante o ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de propriedade dos Cotistas e o respectivo valor;

JUR_SP 8527311v29 5324 269118 C:/nexus_documento/cama/pba35/emplos/português_jur_ep_8145852_7

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

1595805

62

16

SÃO PAULO

- (xv) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras previstos na Instrução CVM 356/01, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo;
- (xvi) fornecer a atualização trimestral (no mínimo) da Classificação de Risco;
- (xvii) colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer Cotista interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos de:
 - (a) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
 - (b) 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais; e
- (xviii) cumprir e observar, a todo o tempo, as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

5.3.1. As informações de que tratam o item 5.3 (vi) acima também poderão ser divulgadas por meio das instituições que integrem o Sistema Financeiro Nacional, desde que a referida divulgação seja realizada através de periódicos de grande circulação.

5.3.2. No caso descrito no item 5.3.1 acima, o Administrador e o diretor designado de acordo com os termos do item V do artigo 8º da Instrução CVM 356/01 permanecerão responsáveis pela regularidade da prestação das informações divulgadas sobre o Fundo.

5.4. O Administrador também será obrigado a desempenhar as atividades a seguir:

- (i) receber e analisar os documentos que evidenciem os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos representados pelos Documentos Comprobatórios cedidos ao Fundo;

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

60

16878 1595805

SÃO PAULO

- (ii) validar os Direitos Creditórios selecionados para aquisição pelo Fundo, tendo em vista os Critérios de Elegibilidade definidos no item 10.1 deste Regulamento e a Política de Investimento do Fundo;
- (iii) conduzir a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, evidenciados no respectivo Contrato de Cessão, no Termo de Cessão e nos Documentos Comprobatórios;
- (iv) sem prejuízo do item 5.4.2 do presente Regulamento, realizar as atividades de custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos documentos relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, incluindo, entre outros, os Documentos Comprobatórios, e demais Ativos do Fundo;
- (v) assegurar a manutenção, às suas próprias expensas, de forma atualizada e regular, dos documentos pertinentes aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos através de uma metodologia pré-estabelecida e com livre acesso pelo Fundo e seus respectivos representantes e consultores, à Empresa de Auditoria, à Agência de Classificação de Risco e aos órgãos regulatórios;
- (vi) cobrar e receber, por conta e em nome do Fundo, pagamentos, resgates de títulos ou qualquer outra receita relativa aos títulos sob custódia, depositando os valores na Conta de Distribuição;
- (vii) adquirir os Direitos Creditórios Elegíveis, pelo respectivo Preço de Aquisição, nos termos do presente Regulamento e do Contrato de Cessão;
- (viii) alocar as Cobranças nos termos deste Regulamento; e
- (ix) prestar serviços de escrituração e controladoria das Cotas.

5.4.1. Tendo em vista a significativa quantidade dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos cedidos ao Fundo e a expressiva diversificação de Concessionárias, o Administrador deverá conduzir uma análise dos documentos descritos no item 5.4 (i) acima, através de procedimentos diligentes de amostragem, a serem realizados às suas próprias custas, observado o disposto a seguir:

- (i) o Administrador deverá, trimestralmente, analisar os

OFICINA R.D.
FOTOCOPIAR

16 SET 2002 1595805

SÃO PAULO

documentos que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, em uma data base pré-determinada. O Administrador deverá analisar uma amostra do total de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, definida com um intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) e uma margem máxima de erro de tal amostra de 10% (dez por cento), após uma seleção aleatória, independentemente da identidade das Concessionárias relativas a tais Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos;

- (ii) o escopo da análise dos documentos que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios, a avaliação da possibilidade de sua recuperação e a identidade das Concessionárias devedoras dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos correspondentes; e
- (iii) para realizar a análise dos documentos que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, o Administrador, por conta própria, poderá contratar consultores especializados para prestar os serviços de análise através dos procedimentos de amostragem para os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos.

5.4.2. Sem prejuízo da sua responsabilidade pela cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos prevista no item 5.4 (vi) acima, o Administrador, em nome do Fundo, deverá nomear o Cedente para atuar como Agente de Cobrança para a cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos de acordo com os termos dispostos no Contrato de Cessão.

5.4.3. O Agente de Cobrança, ou qualquer Agente Autorizado, se a cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos for realizada por tal Agente Autorizado, deverá ser responsável pela custódia física dos Documentos Comprobatórios cedidos ao Fundo, com a nomeação de seus representantes legais como fiéis depositários dos respectivos Documentos Comprobatórios, nos termos do artigo 629 do Código Civil brasileiro, conforme estabelecido no Contrato de Cessão.



5.4.4. O Agente de Cobrança terá o direito de nomear Bancos de Cobrança para a prestação de serviços de cobrança bancária centralizada dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos.

5.5. Nos termos do artigo 38 da Instrução CVM 356/01, a nomeação do Cedente ou de qualquer terceiro, caso a cobrança dos Direitos Creditórios seja realizada por tal terceiro, como fiel depositário dos documentos relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos adquiridos pelo Fundo, em conformidade com o item 5.4.2 acima, não exclui as responsabilidades do Administrador.

5.6. O Administrador, agindo em nome do Fundo, poderá nomear outra instituição como fiel depositária dos documentos relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, desde que previamente aprovada por uma assembléia geral de Cotistas, nos termos do item 17.3 abaixo.

Capítulo III. Vedações Aplicáveis ao Administrador

5.7. É vedado ao Administrador:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos (conforme aplicável);
- (ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas do Fundo.

5.7.1. As vedações de que tratam os itens 5.7 (i) a 5.7 (iii) acima também abrangem os recursos que pertençam a Coligadas do Administrador. As vedações acima referidas também incluem os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

5.8. É vedado ao Administrador, agindo em nome do Fundo:

JUR_SP_8527311v29_3324.259118 C:/meus_documentos/casa/pia28/complicado/participate_jur_sp_8145852_7

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

1595805

02

19818

SÃO PAULO

MICROFILME

1595805

1643

SÃO PAULO

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos (conforme aplicável);
- (ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros que não sejam Investimentos Permitidos;
- (iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (iv) adquirir Cotas do próprio Fundo;
- (v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- (vi) vender as Cotas do Fundo a prestação;
- (vii) prometer qualquer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- (viii) incluir, em seu material de propaganda e nos demais documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho de terceiros ou no desempenho dos ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no mercado financeiro;
- (ix) delegar poderes de gestão dos Ativos do Fundo, ressalvado o disposto na Seção VII abaixo;
- (x) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência das operações realizadas em mercados de derivativos (conforme aplicável);
- (xi) efetuar locações, empréstimos, penhores ou cauções dos Ativos do Fundo, exceto quando se tratar da utilização como margem de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos (conforme aplicável); e
- (xii) ceder Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos de propriedade do Fundo, exceto mediante a ocorrência de (a) um Evento de Liquidação Antecipada,

Capítulo IV. Substituição do Administrador

5.9.1. O Administrador também poderá ser substituído, independentemente de sua vontade, por deliberação das assembleias gerais de Cotistas.

VI. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

JUR_SP_8527311v29_3324.209118 C:/meus_documentos/casa/pna41/sempleo/portugues_jur_sp_8143852_7

de reais), a ser paga mensalmente, no término de cada mês, em cada Data de Amortização.

6.1.1. Sem prejuízo do item 6.1 acima, caso em qualquer mês a Taxa de Administração disposta no item 6.1 acima corresponda a um valor total inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), o Administrador fará jus ao recebimento de um pagamento mínimo mensal de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a título de Taxa de Administração. O pagamento mínimo mensal aqui disposto será corrigido anualmente de acordo com a variação do IGPM no ano anterior.

6.1.2. A Taxa de Administração descrita acima não inclui as despesas previstas na Seção XVI abaixo, as quais deverão ser debitadas do Fundo pelo Administrador.

6.1.3. O Administrador poderá estabelecer as parcelas da Taxa de Administração que deverão ser pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, nos termos da Seção VII abaixo, desde que o somatório destas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

6.2. Não deverão ser cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas, além da Taxa de Administração mencionada acima e as despesas e encargos mencionados na Seção XVI abaixo.

VII. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

7.1. O Administrador poderá, sem prejuízo de sua responsabilidade e da responsabilidade do diretor ou sócio-gerente designado, contratar serviços de (i) consultores especializados, os quais deverão analisar e selecionar os Ativos do Fundo; e (ii) gestão dos Ativos do Fundo junto a terceiros devidamente identificados, nos termos da Instrução CVM 356/01 e do item 7.5 do presente Regulamento.

7.2. A remuneração devida aos terceiros contratados pelo Fundo nos termos desta Seção VII deverá, para todos os fins, ser considerada uma despesa do Fundo.



OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

1895805

69

1895805

SÃO PAULO

7.3. O Administrador poderá efetuar pagamentos diretos aos subcontratados que, mediante aprovação prévia do Fundo, tenham sido contratados pelos prestadores de serviços ao Fundo. Nessa hipótese, o valor pago diretamente a tais subcontratados deverá ser deduzido da Taxa de Administração.

Capítulo I. Empresa de Auditoria

7.4. Os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e das demais contas do Fundo, conforme descrito no item 21.2 deste Regulamento, deverão ser prestados pela Empresa de Auditoria, uma firma de auditoria independente contratada pelo Administrador, em nome do Fundo.

Capítulo II. Gestor

7.5. A gestão dos Ativos do Fundo deverá ser realizada pelo Gestor.

7.6. O Gestor foi contratado pelo Administrador nos termos do artigo 39, II, da Instrução CVM 356/01.

7.7. O Gestor deverá desempenhar as atividades a seguir em conformidade com as disposições do presente Regulamento e da regulamentação aplicável da CVM:

- (i) gestão dos Ativos do Fundo; e
- (ii) instrução ao Administrador da prática de quaisquer outros atos relativos à gestão do Fundo e permitidos pelas leis e regulamentações aplicáveis, em qualquer caso nos termos do item 8.3 abaixo.

7.8. Pela prestação dos seus serviços, o Gestor terá direito a uma parcela da Taxa de Administração, a título de Taxa de Gestão, a ser deduzida da Taxa de Administração e paga diretamente pelo Administrador.

Capítulo III. Agente de Cobrança

7.9. O Agente de Cobrança deverá adotar, com relação aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, as mesmas Políticas de Cobrança vigentes por ele adotadas com relação a quaisquer Direitos Creditórios não cedidos ao Fundo (conforme descritas na Seção IX abaixo). Os termos e condições das atividades do Agente de Cobrança

deverão estar contemplados no Contrato de Cessão.

7.10. Caso o Cedente deixe de prestar as suas atividades em nome do Fundo, em consideração pelos seus serviços, o Agente de Cobrança Substituto fará jus a uma Taxa de Cobrança, equivalente a um valor inferior a 1% (um por cento) ao ano, calculado diariamente com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, determinado em conformidade com a Seção XV abaixo, e a ser pago mensalmente, após o encerramento do mês em questão, em cada Data de Amortização.

7.11. Todos os pagamentos relativos aos Direitos Creditórios serão efetuados pelas respectivas Concessionárias diretamente às Contas de Cobrança abertas e mantidas pelo Cedente junto aos Bancos de Cobrança.

7.12. Em cada Dia Útil durante cada Período de Cobrança, sem compensação ou reconvenção por conta das reivindicações em face do Cedente, do Fundo, do Administrador ou de qualquer outra Pessoa, cada Banco de Cobrança, com base em uma instrução irrevogável do Cedente por escrito, deverá automaticamente transferir a totalidade dos pagamentos recebidos de Concessionárias em sua Conta de Cobrança recebida no Dia Útil anterior para uma nova conta corrente de movimentação restrita específica a ser aberta e mantida pelo Cedente com o Banco Centralizador (a "Conta Centralizadora").

7.12.1. Qualquer alteração à cobrança e às estruturas de transferência dispostas nos itens 7.11 e 7.12 deverá ser previamente aprovado pelo Administrador por escrito.

7.12.2. Exclusivamente em caso de um Evento Fiscal Adverso, o Administrador deverá alterar as estruturas de cobrança e de transferência dispostas nos itens 7.11 e 7.12 acima. O Administrador deverá alterar este Regulamento nesse sentido e informar os Cotistas a esse respeito dentro de 15 (quinze) dias.

7.13. Em cada Dia Útil durante cada Período de Cobrança, sem compensação ou reconvenção por conta das reivindicações em face do Fundo ou de qualquer outra Pessoa, o Banco Centralizador, conforme instruído pelo Agente de Cobrança e subsequentemente confirmado pelo Administrador, deverá transferir os valores de cobranças relacionados aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, depositados na

66 OFICIAL R.F.D. R.I.D.
MICROFILME

62

1595805

SÃO PAULO

1697

62
1608
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

1595805

SÃO PAULO

Conta Centralizadora para uma nova conta corrente em nome do Fundo a ser aberta e mantida com o Administrador (a **"Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos"**).

7.14. Dentro de um Dia Útil do recebimento das cobranças relativas aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos na Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos nos termos do item 7.13 do presente Regulamento, sem compensação ou reconvenção por conta de reivindicações em face do Fundo ou de qualquer outra Pessoa, durante cada Período de Cobrança, o Administrador deverá transferir os valores na Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos para Conta de Distribuição, equivalentes a 10% (dez por cento) do Valor Requerido então em vigor, até que o Valor Requerido integral esteja depositado. O Administrador deverá imediatamente notificar o Cedente (e, em qualquer hipótese, no máximo no próximo Dia Útil) quando o referido Valor Requerido para a próxima Data de Pagamento estiver depositado (no total) na Conta de Distribuição.

7.14.1. Caso, dentro de 10 (dez) Dias Úteis, contados a partir do início do respectivo Período de Cobrança, o Valor Requerido total não for depositado na Conta de Distribuição, todas as Cobranças recebidas deverão ser depositadas na Conta de Distribuição, até o Valor Requerido total esteja depositado.

7.15. Os valores remanescentes em depósito na Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, após a dedução do Valor Requerido devido à Conta de Distribuição, deverão ser utilizados para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis adicionais. Direitos Creditórios Elegíveis adicionais deverão ser adquiridos por um Preço de Aquisição calculado nos termos do Contrato de Cessão.

VIII. POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO

8.1. As aplicações do Fundo consistirão em Direitos Creditórios Elegíveis e Investimentos Permitidos, observados os limites de concentração dispostos na Seção XI do presente Regulamento e os Critérios de Elegibilidade dispostos na Seção X do presente Regulamento (**"Política de Investimento"**).

8.2. O Fundo é voltado, primordialmente, à aplicação em Direitos Creditórios Elegíveis originados pelo Cedente, conforme descritos no item 2.1 acima.

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

60

1595805

1697

SÃO PAULO

8.2.1. O Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias, contados a partir do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis. O remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser aplicado em Investimentos Permitidos, de acordo com o disposto no item 8.3 deste Regulamento.

8.3. Consoante o disposto no item 8.2.1 acima e desde que no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo esteja investido em Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, os valores depositados na Conta de Depósito em Dinheiro, na Conta de Distribuição e na Conta de Reserva, deverá ser investido nos seguintes investimentos permitidos (cada, um "Investimento Permitido"):

- (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou operações compromissadas lastreadas em tais títulos;
- (ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil ou operações compromissadas lastreadas em tais títulos; e
- (iii) certificados e recibos de depósito bancário com liquidez diária emitidos por instituições financeiras brasileiras com uma classificação na escala nacional brasileira da Agência de Classificação de Risco equivalente à maior categoria de investimento.

8.3.1. Na hipótese de qualquer Investimento Permitido mencionado no item (iii) acima ser rebaixado pela Agência de Classificação de Risco após o investimento inicial pelo Fundo, o Administrador deverá liquidar tal posição de uma maneira regular dentro de 35 (trinta e cinco) dias, contados a partir da data na qual o Administrador tornou-se ciente de tal rebaixamento.

8.4. O Fundo não poderá realizar operações em mercados de derivativos, exceto caso autorizado por Cotistas em assembléia geral de Cotistas devidamente reunida, nos termos do item 17.3 (ii) abaixo.

8.5. As aplicações no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, do Cedente ou do FGC.

MICROFILME

1595805

16 SET 1992

SÃO PAULO

8.6. O Fundo pode realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seus ativos, nos termos da Política de Investimento definida no presente Regulamento.

8.7. O Fundo não poderá realizar operações nas quais o Administrador ou suas Coligadas atuem como contraparte.

8.8. Os Ativos do Fundo estarão sujeitos apenas aos limites de concentração descritos nesta Seção VIII e na Seção XI abaixo.

8.9. Os Ativos do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em uma conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas junto ao Selic, em sistemas de registro e liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil e pela CVM a prestar os referidos serviços.

8.10. Na hipótese de o Fundo receber quaisquer Veículos de Concessionárias como resultado da execução de quaisquer dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos e/ou garantias concedidas nos termos dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, o Fundo poderá somente temporariamente deter tais Veículos e deverá prontamente providenciar a alienação de tais Veículos.

IX. DIREITOS CREDITÓRIOS

Capítulo I. Cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis

9.1. Os Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados a serem adquiridos pelo Fundo correspondem aos Direitos Creditórios definidos no item 1.1 que observem a Política de Investimento do Fundo.

9.2. Os Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados deverão ser cedidos definitivamente pelo Cedente ao Fundo através do Termo de Cessão, a ser celebrado entre o Fundo e o Cedente nos termos do Contrato de Cessão.

9.3. Os termos e condições do Contrato de Cessão deverão ser acordados de forma irrevogável e irretratável e vincularão o Cedente e o Fundo, bem como seus sucessores a qualquer título.



9.4. O pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, a ser efetuado pelo Fundo ao Cedente, deverá ser realizado (i) em moeda corrente nacional, mediante transferência eletrônica disponível ou outra forma autorizada pelo Banco Central do Brasil, valendo o comprovante de depósito como recibo de quitação do Cedente, (ii) mediante a emissão de cheque (ficando ressalvado que, nesta hipótese, o Cedente deverá autorizar o referido pagamento em cheque), e/ou (iii) em Cotas Subordinadas e/ou Cotas Mezanino, a serem emitidas pelo Fundo. Em qualquer hipótese, o Administrador será responsável pelas condições de pagamento que possam ser requeridas pelo Cedente.

9.4.1. O processo de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados deverá ser determinado no respectivo Termo de Cessão, com base em um Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados. A Taxa de Desconto a ser adotada será calculada com base nos critérios dispostos no Contrato de Cessão.

9.5. O Cedente não será responsabilizado pelo pagamento dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos por parte das Concessionárias ou pela solvência das Concessionárias. Assim, a realização dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos pelas Concessionárias. Não existe nenhuma garantia ou certeza de que o referido pagamento será efetuado.

9.5.1. Em qualquer caso, o Cedente, nos termos do artigo 295 do Código Civil, se responsabilizará, nas esferas cíveis e criminais, pela existência, exigibilidade, conteúdo, exatidão, legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos adquiridos pelo Fundo, nos termos do Contrato de Cessão.

9.6. Caso, na Data de Amortização relativa ao Período de Cobrança no qual o Cedente descubra uma violação relevante ou receba aviso por escrito de uma violação a qualquer das declarações e garantias sem que tal violação tenha sido sanada pelo Cedente até tal Data de Amortização, o Cedente deverá (i) readquirir o Recebível em Garantia ou (ii) substituir tal Recebível em Garantia por um Direito Creditório Elegível. Em tal hipótese, o preço de aquisição a ser pago ou o Direito Creditório Elegível a ser entregue pelo Cedente ao Fundo deverá ser de valor equivalente (i) ao Preço de Aquisição de tal Recebível em Garantia ou, (ii) nos casos

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

1595805

SÃO PAULO

62

1595805

em que a violação ocorrida prejudicar apenas uma parte do Recebível em Garantia, à parte prejudicada do Recebível em Garantia ("Preço de Recompra"). O pagamento do Preço de Recompra deverá ser realizado à vista em moeda corrente nacional, mediante transferência eletrônica disponível ou outra forma autorizada pelo Banco Central, valendo o comprovante de depósito como recibo de quitação, ficando ressalvado que tal pagamento deverá ser depositado na Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos. O Preço de Recompra deverá ser incluído nas Cobranças na data que for depositado e deverá ser depositado de acordo com este Regulamento.

9.6.1. A obrigação de o Cedente readquirir qualquer Recebível em Garantia deve constituir o único saneamento com relação ao caso que dê origem a tal obrigação disponível ao Fundo. Nem o Fundo tampouco quaisquer dos Cotistas deverão ter qualquer direito ulterior contra o Cedente com relação a tal violação de declaração ou garantia. Nada aqui contido deverá ser interpretado como uma exoneração de quaisquer das obrigações do Cedente na sua qualidade de Agente de Cobrança.

9.6.2. Mediante o pagamento do Preço de Recompra com relação a um Recebível em Garantia ou substituição de tal Recebível em Garantia por um Direito Creditório Elegível, o Fundo deverá automaticamente, e sem ação ulterior, considerar como transferido e cedido ao Cedente, sem recurso, declaração ou garantia, na data de tal pagamento, todo direito, título ou juros do Fundo sobre tal Recebível em Garantia, todas as verbas devidas ou que se tornem devidas com relação a tal Recebível em Garantia a partir de tal data de pagamento, bem como todos os procedimentos relativos. O Administrador, em nome do Fundo, deverá assinar tais documentos e instrumentos de transferência ou cessão e tomar tais outras ações conforme possam ser requeridas pelo Cedente para evidenciar ou confirmar, sem recurso, declaração ou garantia, tal transmissão, incluindo, sem limitação, a assinatura de um contrato de cessão. Na hipótese de verbas devidas ou que se tornem devidas com relação a qualquer Recebível em Garantia a partir da data na qual o Preço de Recompra seja depositado ou ajustado ou substituído por outros Direitos Creditórios Elegíveis, tais recursos deverão ser considerados mantidos em depósito com o (e não propriedade do) Fundo, o qual

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

1595805

SÃO PAULO

deverá transferir tais recursos ao Cedente dentro de 2 (dois) Dias Úteis, contados a partir do dia no qual o Fundo se torne ciente do recebimento de tal quantia ou seja notificado pelo Agente de Cobrança ou pelo Cedente de tal circunstância.

Capítulo II. Aspectos Gerais da Política de Crédito do Cedente

9.7. A política adotada pelo Cedente para fins de originação dos Direitos Creditórios às Concessionárias é composta por 4 (quatro) fases principais: (i) análise de crédito; (ii) aprovação de crédito; (iii) notificação de aprovação; e (iv) documentação de direito de garantia.

9.7.1. A análise de crédito realizada pelo Cedente consiste no processo de análise de cada Concessionária que solicitar uma linha de crédito rotativa nos termos do Programa *Floor Plan*. Tal análise poderá envolver, entre outros procedimentos, (i) entrevistas com a respectiva Concessionária em questão; (ii) confirmação da outorga pela GMB à referida Concessionária de um pedido de franquia de concessionária; (iii) revisão dos documentos estatutários da Concessionária; (iv) revisão das referências bancárias das Concessionárias e de outras referências de crédito (incluindo, sem limitação, consulta aos respectivos serviços de proteção ao crédito); (v) revisão das demonstrações financeiras da Concessionária; (vi) verificação da fonte de recursos da Concessionária; e (vii) revisão de outros documentos jurídicos aplicáveis necessários para determinar os riscos relativos à respectiva Concessionária e às garantias apresentadas pela Concessionária em questão nos termos do Programa *Floor Plan*.

9.7.1.1. Após a conclusão da análise mencionada no item 9.7.1 acima, os comitês internos do Cedente podem recomendar a abertura de uma linha de crédito à Concessionária em questão nos termos do Programa *Floor Plan*, com base na situação financeira da Concessionária, na experiência do Cedente com a Concessionária e solvência geral. Os comitês internos do Cedente poderão rever as tendências operacionais da Concessionária, inclusive a rentabilidade, qualidade dos rendimentos, vendas de Veículos novos e usados, e absorção das despesas gerais fixas.

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

60

1595805

1681

SÃO PAULO

62
163
OFICIAL R.T.O.
MICROFILME

1595805

SÃO PAULO

9.7.1.2. As linhas de crédito mencionadas no item 9.7.1.1 acima são indexadas a um número de Veículos, os quais são convertidos em um limite de linha de crédito mediante multiplicação do número de Veículos aprovados pelo valor médio dos Veículos em uma linha de crédito da Concessionária.

9.7.1.3. A proposta para abrir uma Linha pelos comitês internos do Cedente para suas autoridades de aprovação pode incluir a recomendação de monitoramento e administração contábil futuro, bem como garantias adicionais, tais como uma garantia lastreada nos bens imóveis da Concessionária e/ou uma garantia pessoal outorgada pelo acionista controlador da Concessionária.

9.7.2. Após a conclusão da análise de crédito, os comitês internos do Cedente recomendam a suas autoridades de aprovação uma Classificação de Crédito para cada Concessionária com base em uma avaliação de risco e exposição. As autoridades de aprovação competentes do Cedente atribuem a cada Concessionária uma das seguintes Classificações de Crédito:

- (i) Satisfatória (S): a respectiva Concessionária representa um risco mínimo ao Cedente. Os critérios para a atribuição de uma classificação "Satisfatória" incluem, entre outros, operações consistentemente lucrativas, fluxo de caixa positivo, base de crédito adequada e experiência satisfatória com o Cedente;
- (ii) Limitada (L): a respectiva Concessionária representa um risco moderado ao Cedente. Os critérios para a atribuição de uma classificação "Limitada" poderão incluir, entre outros, resultados não lucrativos, fluxo de caixa não otimizado, base de crédito marginal e uma experiência menos do que satisfatória com o Cedente. Na hipótese de uma Concessionária com uma Classificação de Crédito "Limitada", a manutenção da conta do Programa *Floor Plan* não é prejudicada, não obstante os seus riscos;

6-
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

16811
1598805

SÃO PAULO

(iii) Programada (P): a respectiva Concessionária representa um risco significativo ao Cedente em razão de um perigo iminente de inadimplemento financeiro e exposição de prejuízo ao Cedente. Os critérios para a atribuição de uma Classificação de Crédito "Programada" poderão incluir, entre outros, fraqueza de caráter, capacidade ou capital e experiência insatisfatória com o Cedente; e

(iv) Negativa de Crédito (N): nesta hipótese, o Cedente cancela a linha de crédito da Concessionária em razão do grau de risco e exposição inaceitáveis. Os critérios para a atribuição de uma Classificação de Crédito "Negativa de Crédito" incluem o não pagamento do principal ou dos juros pela Concessionária quando devidos, notificação de gravames, incidências ou penhoras ou uma deterioração significativa da situação financeira da Concessionária.

9.7.2.1. As linhas de créditos cujos valores excedam a autoridade do diretor administrativo do Cedente exigem a aprovação do vice-presidente regional do Cedente para a América Latina ou do comitê de crédito regional.

9.7.2.2. Não obstante o fato de que o Cedente poderá, a qualquer tempo, rever a Classificação de Crédito conferida a qualquer Concessionária, as Classificações de Crédito "Satisfatórias" serão de modo geral anualmente revistas pelo Cedente. As Classificações de Crédito "Limitadas" e "Programadas" serão de modo geral revisadas no mínimo semestralmente pelo Cedente. As referidas revisões consideram, entre outros, os critérios dispostos no item 9.7.1 acima.

9.7.3. Após a conclusão da fase de aprovação de crédito, o Cedente envia uma notificação escrita à Concessionária, quando as linhas de crédito rotativas são inicialmente aprovadas, após a conclusão de cada revisão anual e sempre que alterações significativas forem efetuadas a uma linha de crédito já estabelecida. Se aplicável, as questões

específicas poderão ser discutidas com a Concessionária verbalmente e por escrito.

9.7.3.1. Além da notificação mencionada no item 9.7.3 acima, o Cedente envia uma notificação, por escrito, à GMB, com uma cópia à respectiva Concessionária, sempre que a linha de crédito rotativa de uma Concessionária nos termos do Programa *Floor Plan* tenha sido aprovada, negada, suspendida, retomada ou cancelada.

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

1588805

SÃO PAULO

60-

16

9.7.4. O Cedente irá reter todos os documentos jurídicos originais (ou versões digitais dos mesmos), formulários e contratos pertinentes a cada linha de crédito nos termos do Programa *Floor Plan*, incluindo, sem limitação, (i) as notas promissórias emitidas pelas Concessionárias representando o valor integral da linha de crédito aprovada; (ii) um contrato de financiamento assinado; e (iii) as notas fiscais da GMB para os Veículos novos. O Cedente poderá ainda solicitar garantias adicionais das Concessionárias, inclusive garantias pessoais e reais.

9.8. Cada Concessionária está de modo geral obrigada a restituir ao Cedente o valor integral de cada Direito Creditório no prazo de 3 (três) Dias Úteis, contado a partir da venda dos Veículos adquiridos com os recursos do mesmo.

9.8.1. Caso o Veículo não seja vendido pela Concessionária anteriormente à Data de Vencimento, a referida Concessionária está obrigada a pagar a integralidade do crédito ao Cedente.

9.8.2. Sem prejuízo do item 9.8 acima, o Cedente poderá conceder prorrogações às Concessionárias, com base na Classificação de Crédito da respectiva Concessionária e seu relacionamento com o Cedente, observados os termos do PPD.

9.9. Os Veículos adquiridos por cada Concessionária com os recursos do Programa *Floor Plan* deverão estar cobertos por uma apólice de seguro geral nacional. A apólice de seguro mencionada neste item 9.9 cobre quaisquer danos causados aos Veículos a partir de sua fabricação até a entrega ao consumidor final.

9.10. A política de crédito do Cedente disposta neste Capítulo II poderá ser alterada a qualquer tempo pelo Cedente.

Capítulo III. Aspectos Gerais da Política de Cobrança do Cedente

9.11. A Concessionária possui até 3 (três) Dias Úteis para o pagamento após ter vendido o Veículo ao cliente final. A outorga de prazo adicional é mera liberalidade operacional do Cedente.

9.12. Após a descoberta de Veículos não pagos em aberto, o Cedente efetiva a cobrança da unidade inadimplida no mesmo dia, requerendo o pagamento imediato de tais Veículos.

9.13. Caso qualquer irregularidade seja detectada pelo inventariante designado pelo Cedente para analisar a Concessionária, tal inventariante deverá aguardar o recebimento do comprovante para encerrar o inventário. Se a cobrança for efetuada pelo escritório do Cedente, o analista deverá acompanhar o recebimento do comprovante por fac-símile.

9.13.1. Caso a Concessionária não efetue o pagamento das unidades inadimplidas imediatamente, a Gerência do Departamento de Crédito Atacado do Cedente, em conjunto com o Diretor de Operações do Cedente, analisa a ação a ser tomada, que, geralmente, equivale ao bloqueio de Linhas. O Cedente pode iniciar negociação para retomada das chaves dos Veículos.

9.13.2. Se constatada a Concessionária e confirmado que o Veículo não será pago, as Linhas são bloqueadas imediatamente pelo Cedente. Após 3 (três) Dias Úteis, caso ainda permaneça a situação de inadimplemento, o Departamento de Crédito Atacado do Cedente deverá adotar as seguintes medidas:

- (i) emitir o formulário de "Relatório de Prejuízo em Potencial", obter as assinaturas do Gerente do Departamento de Crédito Atacado, do Gerente do Departamento Jurídico e do Diretor de Operações e enviá-lo para o Diretor Regional de Crédito, informando toda a equipe envolvida acerca da situação de inadimplemento; e

69
16878
OFICIAL R.T.O.
MICROFILME
1595805
SÃO PAULO

- (ii) a emissão do formulário mencionado no item (i) acima deverá ocorrer mensalmente, até que o prejuízo em potencial seja totalmente recuperado ou baixado contabilmente, de modo que todos os envolvidos acompanhem o andamento das negociações/ações.

9.14. Permanecendo quaisquer das situações mencionadas nos itens 9.13, 9.13.1 e 9.13.2 acima, o débito continuará registrado nos controles do Departamento de Crédito Atacado do Cedente até a conclusão de eventual ação judicial, se houver. Adicionalmente, o Departamento de Crédito Atacado do Cedente deverá adotar as seguintes ações:

- (i) solicitar o bloqueio de eventuais créditos junto ao departamento de crédito ao varejo responsável;
- (ii) solicitar cópia das notas fiscais e comprovante de entrega dos Veículos junto à GMB para futuras ações judiciais (o comprovante de entrega pode ser substituído por cópia do RENAVAM);
- (iii) notificar a Concessionária via fac-símile, concedendo um prazo de 48 (quarenta e oito) horas para o pagamento total do débito (notificação para fins de declaração e constituição de mora);
- (iv) incluir a Concessionária e respectivos sócios no sistema do SERASA;
- (v) o Diretor do Departamento de Crédito Atacado do Cedente inicia as negociações de cobrança com a Concessionária envolvendo representantes da GMB (quando necessário), bem como o Departamento Jurídico interno do Cedente;
- (vi) todos os esforços do Cedente são concentrados para efetivação do recebimento amigável. Somente após esgotadas todas as tratativas, as quais devem ser tomadas em até 60 (sessenta) dias, e, permanecendo a situação de inadimplemento, o Departamento Jurídico do Cedente é acionado para início das ações judiciais. O Departamento Jurídico do Cedente pode ser acionado no início das negociações caso haja necessidade de obtenção de medidas judiciais para retomada do estoque; e

60
1651
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME
1595805

SÃO PAULO

(vii) todos os documentos relacionados à Concessionária, incluindo contratos, notas fiscais, hipotecas, declaração de bens e demais documentos, são enviados ao Departamento Jurídico do Cedente para organização e planejamento da ação. A ação ajuizada para cobrança de inadimplemento é a ação ordinária de cobrança ou execução, caso algum acordo tenha sido formalizado durante as negociações e inadimplido.

9.14.1. Em casos específicos em que a negociação amigável demande um prazo maior, dependendo do trâmite das negociações, que visam unicamente à recuperação de valores, o Cedente poderá exceder os prazos previstos no item 9.14 acima.

9.15. O Cedente cobra um Veículo novo após 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da emissão da respectiva nota fiscal pela GMB. A Concessionária deve efetuar a quitação total de tal Veículo até o 5º (quinto) Dia Útil após a cobrança e, caso não efetue a liquidação da unidade, a respectiva Linha é bloqueada no 6º (sexto) Dia Útil e a Concessionária é notificada a esse respeito, concedendo-se um prazo de 48 (quarenta e oito) horas para o pagamento total do débito, possuindo tal notificação fins de declaração e constituição de mora.

9.15.1. No caso previsto no item 9.16 acima, o Cedente automaticamente cobra 2% (dois por cento) de multa sobre o valor da nota fiscal do Veículo, a ser paga juntamente com os encargos no 10º (décimo) dia do mês subsequente à liquidação da nota fiscal.

9.15.2. Caso o inadimplemento permaneça, as Linhas da respectiva Concessionária ficarão bloqueadas até a liquidação total dos débitos junto ao Cedente.

9.15.3. Paralelamente, a contabilidade do Cedente informa a existência de tais débitos ao Banco Central (após transcorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias mencionado no item 9.15 acima).

9.16. O Cedente realiza a cobrança de Veículos usados após 90 (noventa) dias, contados a partir da inclusão do Veículo em seu sistema. A Concessionária deve efetuar a quitação total de tal Veículo até o 5º (quinto) Dia Útil após a cobrança e, caso não seja efetuada a liquidação da unidade, respectiva Linha é bloqueada no 6º

JUR_SP 0527311429 3324.269118 C:/minha_documento/casa/pnu050/plm/portugues_jur_sp_8145852_7

(sexto) Dia Útil e a Concessionária é notificada a esse respeito, concedendo-se um prazo de 48 (quarenta e oito) horas para o pagamento total do débito, possuindo tal notificação fins de declaração e constituição de mora.

9.16.1. No caso previsto no item 9.16 acima, o Cedente automaticamente cobra 2% (dois por cento) de multa sobre o valor da nota fiscal do Veículo, a ser paga juntamente com os encargos no 10º (décimo) dia do mês subsequente à liquidação da nota fiscal.

9.16.2. Caso o inadimplemento permaneça, as Linhas da respectiva Concessionária ficarão bloqueadas até a liquidação total dos débitos junto ao Cedente.

9.16.3. Paralelamente, a contabilidade do Cedente informa a existência de tais débitos ao Banco Central (após transcorrido o prazo de 90 (noventa) dias mencionado no item 9.16 acima).

9.17. Observado o disposto no item 9.17.1 abaixo, o Agente de Cobrança poderá, a qualquer momento, recomendar ao Fundo que realize o registro de penhores sobre os Veículos, nos termos do respectivo Contrato de Financiamento *Floor Plan*, junto ao cartório de registro de títulos e documentos competente, bem como no certificado de propriedade de tais Veículos, caso ocorra qualquer um dos eventos abaixo:

- (i) caso uma Concessionária que possua uma Linha Listada venha a inadimplir no pagamento de qualquer valor devido em decorrência de um Direito Creditório Elegível Cedido e/ou no pagamento de qualquer valor devido em decorrência de um Direito Creditório devido por tal Concessionária ao Cedente, e não realize tal pagamento no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir do recebimento de uma notificação do Agente de Cobrança a esse respeito; ou
- (ii) caso uma Concessionária que possua uma Linha Listada e seja devedora de qualquer Direito Creditório Elegível Cedido que ainda não tenha sido integralmente pago possua uma Classificação de Crédito que deixe de ser classificada como "Satisfatória" ou "Limitada", ou tal outro sistema de pontuação de crédito equivalente que possa ser implementado pelo Cedente.

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

1595805

DS

1687

SÃO PAULO

9.17.1. O Agente de Cobrança deverá determinar, de acordo com sua Política de Cobrança, levando em consideração a otimização dos valores de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos a serem cobrados, e atuando no melhor interesse do Fundo, se deverá registrar os penhores sobre os Veículos sujeitos ao Contrato de Financiamento Floor Plan do qual a respectiva Concessionária seja parte. O Agente de Cobrança deverá informar o Fundo caso quaisquer penhores venham a ser formalizados, devendo executar, conforme aplicáveis, todos os atos e medidas necessários para auxiliar o Fundo na formalização e registro de tais penhores.

X. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

10.1. Todo e qualquer Direito Creditório a ser adquirido pelo Fundo deverá, na respectiva Data de Aquisição, de acordo com este Regulamento, cumprir os seguintes Critérios de Elegibilidade, a serem verificados e validados pelo Administrador antes da assinatura do respectivo Termo de Cessão, com base somente em um arquivo digital enviado pelo Cedente, o qual deverá conter tal informação:

- (i) a Classificação de Crédito da respectiva Concessionária deverá ser classificada como "Satisfatória" ou "Limitada", ou tal outro sistema de pontuação de crédito equivalente que possa ser implementado pelo Cedente;
- (ii) o Direito Creditório não deverá estar sujeito a PPD;
- (iii) o Direito Creditório deverá ter sido adiantado a uma Concessionária para a aquisição de um Veículo;
- (iv) o Direito Creditório será devido por uma Concessionária cuja(s) Linha(s) pertença(m) à Lista de Linhas;
- (v) o Veículo relacionado ao Direito Creditório deverá ser de um modelo que não tenha mais de 5 (cinco) anos;
- (vi) a respectiva Data de Faturamento deverá ser de no mínimo 5 (cinco) dias antecedentes à Data de Aquisição; e

OFICIAL R.T.O.
MCC - PLME

1595805

R.O.

16/07/2023

SAO PAULO

(vii) a Data de Vencimento dos Direitos Creditórios deverá ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da respectiva Data de Aquisição.

10.2. O Agente de Cobrança poderá propor uma alteração, modificação ou exclusão de quaisquer dos Critérios de Elegibilidade dispostos no item 10.1 acima e a adição de critérios mediante aprovação dos Cotistas nos termos do item 17.1 abaixo.

10.3. O Cedente poderá periodicamente, a seu exclusivo critério, observadas as condições especificadas no Contrato de Cessão, designar uma ou mais Linhas (cada, uma "**Linha Adicional**") a serem incluídas na Lista de Linhas através do envio de uma notificação por escrito especificando a Data de Inclusão (a "**Notificação de Inclusão**") ao Fundo e à Agência de Classificação de Risco até o 5º (quinto) Dia Útil mas, no máximo, até o 30º (trigésimo) dia anterior à respectiva Data de Inclusão. Se Linhas Adicionais forem incluídas na Lista de Linhas, com vigência a partir da respectiva Data de Inclusão, o Cedente poderá transferir e ceder ao Fundo, e o Fundo deverá adquirir do Cedente, Direitos Creditórios Elegíveis oriundos das Linhas Adicionais, conforme descrito no Contrato de Cessão.

10.4. Em qualquer Dia Útil, observadas as condições especificadas no Contrato de Cessão, o Cedente deverá ter o direito de periodicamente (o qual o Cedente não poderá exercer mais de uma vez em qualquer Período de Cobrança) solicitar do Fundo a seleção aleatória de uma Linha e de todos os Direitos Creditórios Elegíveis Cédidos relativos a uma Linha a serem removidos da Lista de Linhas. Para assim remover as Linhas e os respectivos Direitos Creditórios Elegíveis Cédidos, o Cedente deverá tomar as seguintes ações e realizar as seguintes determinações:

- (i) não menos que 5 (cinco) Dias Úteis mas não mais que 30 (trinta) dias antes da Data de Remoção, fornecer ao Fundo e à Agência de Classificação de Risco uma notícia por escrito (a "**Notificação de Remoção**") especificando a intenção de o Cedente excluir uma Linha Aleatoriamente Seleccionada, e a Data de Remoção;
- (ii) determinar, na Data de Remoção, com relação a tal Linha Aleatoriamente Seleccionada, o Saldo de Remoção e aditar a Lista de Linhas por meio da entrega ao Fundo de uma lista verdadeira e completa de Linhas Aleatoriamente Seleccionadas, especificando para cada Linha Aleatoriamente

MICROFILME

1595805

16

SÃO PAULO

Selecionada quando da Data de Remoção o seu número de conta e o Saldo de Remoção.

10.4.1. A remoção de qualquer Linha nos termos do item 10.3 acima deverá observar as seguintes condições:

- (i) uma Notificação de Remoção tenha sido providenciada pelo Cedente à Agência de Classificação de Risco e ao Administrador;
- (ii) o Cedente deverá declarar e garantir que tal remoção não deverá, no melhor juízo do Cedente, resultar na ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada;
- (iii) o Cedente deverá declarar e garantir que as Linhas Aleatoriamente Selecionadas tenham sido selecionados da Lista de Linhas de maneira que não vise a (a) representar um benefício para o Cedente; e (b) ter um efeito material adverso no Patrimônio Líquido do Fundo;
- (iv) o Cedente deverá apresentar ao Fundo uma confirmação por escrito de que tal ação deverá satisfazer a Condição da Agência de Classificação de Risco;
- (v) o Cedente deverá entregar ao Fundo uma declaração de um de seus diretores confirmando o disposto nos itens (ii), (iii) e (iv) acima; e
- (vi) os Cotistas Seniores do Fundo deverão aprovar tal remoção em uma assembléia geral devidamente convocada, sujeito ao quorum disposto no item 17.3 abaixo.

10.4.2. Observado o cumprimento das condições dispostas no item 10.4.1 acima, a partir da Data de Remoção com relação a uma Linha Aleatoriamente Selecionada, (i) o Cedente não deverá transferir quaisquer Direitos Creditórios com relação a tal Linha Aleatoriamente Selecionada ao Fundo, e (ii) o Cedente deverá estar irrevogavelmente obrigado a readquirir do Fundo, sem recurso,

6^o
OFICIAL R.T.O.
MICROFILME

16918 1595805

SÃO PAULO

declaração ou garantia, efetivo desde a Data de Remoção, todos os Direitos Creditórios Elegíveis originários de tal Linha ou substituir tais Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos por Direitos Creditórios Elegíveis adicionais.

- 10.4.3. Após a Data de Remoção, (i) cobranças relacionadas aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos originados da Linha Aleatoriamente Seleccionada deverão deixar de ser remetidas ao Fundo, em conformidade com o item 10.4.2 acima, (ii) tal Linha Aleatoriamente Seleccionada deverá ser considerada removida da Lista de Linhas para todos os fins, (iii) todos os Direitos Creditórios Elegíveis originados de tal Linha Aleatoriamente Seleccionada deverão ser tidos como transferidos e liberados pelo Fundo ao Cedente sem recurso, declaração ou garantia, e (iv) o Administrador deverá alterar a Lista de Linhas nesse sentido.

XI. LIMITES DE CONCENTRAÇÃO

11.1. O Fundo não deverá, a qualquer tempo, ter mais do que 20% (vinte por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos devidos por qualquer uma das Concessionárias, exceto se tal Concessionária for (i) uma sociedade registrada na CVM como uma companhia aberta; (ii) uma instituição financeira devidamente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil; ou (iii) uma sociedade cujas demonstrações financeiras relativas ao exercício fiscal imediatamente anterior à data de constituição do Fundo tenham sido preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Lei nº 6.404, de 17 de dezembro de 1976, conforme alterada, e auditadas por um auditor independente registrado junto à CVM.

11.2. Sem prejuízo do item 11.1 acima, no momento de cada aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, o Fundo não poderá ter mais do que o Percentual Máximo de Exposição por Concessionária aplicável representado por Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos adquiridos de qualquer uma das Concessionárias.

11.3. No momento de cada aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados, o Fundo não deverá ter mais do que o Percentual Máximo de Veículos Usados investido em Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos derivados da aquisição de Veículos usados.

JUR_SF 8527311v29 3324.269118 C:/meus_documentos/cass/pna61/ptp/ptp/portuguesa_jur_ep_8145852_7

11.4. O Fundo não deverá, a qualquer tempo, ter mais do que 20% (vinte por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos devidos por qualquer uma das Concessionárias, exceto se tal Concessionária for (i) uma sociedade registrada na CVM como uma companhia aberta; (ii) uma instituição financeira devidamente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil; ou (iii) uma sociedade cujas demonstrações financeiras relativas ao exercício fiscal imediatamente anterior à data de constituição do Fundo tenham sido preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Lei nº 6.404, de 17 de dezembro de 1976, conforme alterada, e auditadas por um auditor independente registrado junto à CVM.

XII. FATORES DE RISCO

12.1. Os Ativos do Fundo estão sujeitos a diversos riscos, incluindo, entre outros, os descritos abaixo. Antes de adquirir as Cotas do Fundo, o investidor deverá ler cuidadosamente os itens abaixo, responsabilizando-se pelo seu investimento em Cotas do Fundo.

Capítulo I. Riscos de Mercado

12.2. **Riscos de crédito dos Investimentos Permitidos que integram os Ativos do Fundo.** Ativos do Fundo estão sujeitos à capacidade de suas Entidades Emissoras em honrar os compromissos de pagamento dos juros e do principal de suas dívidas. Quaisquer eventos que afetem a situação financeira das Entidades Emissoras, bem como as alterações nas condições econômicas, legais e políticas que poderiam comprometer sua capacidade de pagamento, podem acarretar impactos relevantes em termos de preços e liquidez dos ativos das referidas Entidades Emissoras. As alterações na percepção da qualidade dos créditos das Entidades Emissoras, mesmo que não fundamentadas, podem adversamente afetar os preços dos títulos e valores mobiliários e poderiam ainda comprometer sua liquidez.

12.3. **Risco decorrente da precificação dos Investimentos Permitidos.** A precificação dos Investimentos Permitidos que integrem os Ativos do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos de registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, derivativos (conforme aplicável) e demais operações, de acordo com a regulamentação aplicável. Referidos critérios de avaliação dos ativos,

1691
1595805
SÃO PAULO

tais como os de marcação-a-mercado (*mark-to-market*), poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes dos Ativos do Fundo, podendo resultar em redução no valor das Cotas do Fundo.

12.4. Risco de restrições à negociação. Determinados Investimentos Permitidos podem estar sujeitos a restrições de negociação impostas pelos órgãos regulatórios relevantes. Essas restrições podem ser relativas ao volume das operações, à participação no volume dos negócios e às oscilações máximas de preços, entre outras. Em situações em que tais restrições estiverem sendo praticadas, as condições de movimentação dos Ativos do Fundo e a precificação dos ativos em questão poderão ser adversamente afetadas.

12.5. Fatores macroeconômicos relevantes. Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações de mercado especiais ou, ainda, eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante os mercados de capitais e/ou financeiros brasileiros e/ou internacionais, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas poderão resultar em oscilações inesperadas no valor dos Ativos do Fundo e/ou perda de rendimentos das Cotas.

12.6. Risco de não distribuição de uma quantidade mínima de Cotas Seniores. Cotas objeto de qualquer oferta do Fundo poderão ser distribuídas em regime de melhores esforços colocação, e a manutenção de tal oferta das Cotas do Fundo pode estar condicionada à subscrição de uma quantidade mínima de Cotas, nos termos do respectivo Suplemento. Nessa hipótese, não há garantia de que a quantidade mínima de Cotas poderá ser colocada e, não sendo realizada a distribuição de uma quantidade mínima de Cotas, tal oferta das Cotas será imediatamente cancelada pelo Administrador, que deverá comunicar imediatamente os investidores sobre o cancelamento de tal oferta de Cotas, mediante publicação de aviso no Periódico do Fundo. Nesse caso, os valores até então integralizados pelos Cotistas serão devolvidos pelo Administrador, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação do aviso, sem nenhum acréscimo ou correção.

12.7. O Patrimônio Líquido do Fundo está sujeito a flutuações do Preço de Aquisição. Uma parcela do Patrimônio Líquido investida em Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos pode apresentar uma valorização de acordo com um

componente do Preço de Aquisição, o qual leva em consideração um prazo de pagamento médio esperado para os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, sujeito a flutuações do mercado. Tais flutuações do prazo de pagamento médio para os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos poderá afetar o desempenho do Fundo e, dessa forma, a distribuição de resultados às Cotas Seniores.

12.8. Risco de descasamento das taxas de juros aplicáveis aos Investimentos Permitidos. Considerando-se que o valor das Cotas Seniores deverá ser ajustado nos termos de um índice específico, poderá ocorrer alguma diferença com relação aos valores de atualização (i) dos Investimentos Permitidos do Fundo e (ii) das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino. Nem o Cedente, o Administrador, o Gestor, o Agente de Cobrança, tampouco quaisquer de seus respectivos Coligados serão responsáveis, em conjunto ou individualmente, por quaisquer perdas ou danos de qualquer natureza, sofridos pelos Cotistas, inclusive pela eventual perda do valor de suas aplicações, em razão de tais diferenças, de qualquer ordem, sofridas pelo Fundo.

Capítulo II. Riscos relacionados ao Fundo e aos Direitos Creditórios

12.9. Da inexistência de rendimento predeterminado. O preço a ser pago pelas Cotas Seniores e pelas Cotas Mezanino será ajustado diariamente de acordo com os critérios definidos neste Regulamento. Tais atualizações têm como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido do Fundo deve ser prioritariamente alocada aos Cotistas Seniores e subsequentemente aos Cotistas Mezanino no momento do pagamento das amortizações ou resgates de suas respectivas Cotas Seniores e Cotas Mezanino. Tal valor não representa nem deverá ser considerado, sob nenhuma circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Gestor, do Agente de Cobrança ou do Cedente e de suas respectivas Coligadas, em assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas Seniores e Cotistas Mezanino.

12.10. Risco decorrente da utilização de instrumentos derivativos. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos, caso autorizado por Cotistas em assembleia geral de Cotistas devidamente reunida nos termos do item 17.3 (ii) abaixo, poderá acarretar oscilações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não

fossem utilizadas. Esta situação também poderá resultar em perdas para o Fundo e aos Cotistas.

12.11. Investimentos Permitidos com taxas fixas de juros. Os Investimentos Permitidos a serem adquiridos pelo Fundo poderão ser contratados com taxas de juros fixas. A distribuição dos resultados dos Ativos do Fundo aos Cotistas Seniores e aos Cotistas Mezanino é referenciada pela Taxa DI. Portanto, se a Taxa DI vivenciar uma elevação significativa, o Fundo poderá não ter recursos suficientes para a distribuição dos resultados aos Cotistas Seniores e aos Cotistas Mezanino. Nem o Fundo, o Administrador, o Gestor, o Agente de Cobrança tampouco o Cedente e suas correspondentes Coligadas garantem qualquer taxa de retorno aos Cotistas.

12.12. Ausência de garantia de pagamento ou de obrigação conjunta. O Cedente adota a política de crédito descrita no Capítulo II da Seção IX deste Regulamento, somente aceitando a responsabilidade pela existência, liquidez e devida formalização dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, e não aceita nenhuma responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência das Concessionárias. O Administrador, o Gestor, o Agente de Cobrança, o Cedente e quaisquer de suas respectivas Coligadas não são responsáveis pelo pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos ou pela solvência das Concessionárias. A consumação dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento dos valores resultantes das operações financeiras que lastreiam os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos. Não existe nenhuma garantia ou segurança de que o referido pagamento será efetuado ou, caso seja efetuado, que os prazos estipulados e os valores apropriados serão cumpridos. Portanto, na hipótese de inadimplemento, total ou parcial, por parte das Concessionárias quanto ao pagamento dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, o Fundo sofrerá os efeitos negativos da falta de pagamento dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, o que poderá causar prejuízos ao Fundo e, conseqüentemente, aos Cotistas.

12.13. Risco relativo à liquidação dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos. Se qualquer Cotista Mezanino ou Cotista Subordinado do Fundo solicitar a amortização de suas Cotas através da entrega dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, conforme autorizado pelo artigo 15, parágrafo 2 da Instrução CVM 356/01, tais Cotistas poderão enfrentar dificuldades para (i) vender os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos recebidos; e/ou (ii) cobrar os valores potencialmente

devidos pelas Concessionárias com relação a quaisquer Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos inadimplentes.

12.14. Não recuperação dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos. O Cedente não é responsável pela solvência das Concessionárias. Embora os Direitos Creditórios possam ser cobrados judicial ou extrajudicialmente, não é possível assegurar que os valores devidos ao Fundo em decorrência do inadimplemento dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos serão recuperados.

12.15. Risco relativo à verificação do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos através dos procedimentos de amostragem. De acordo com o item 5.4.1 acima, o Administrador deverá realizar análises periódicas dos documentos que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos pela sua verificação através de procedimentos de amostragem, de forma que a análise em questão não irá abranger todos os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos ou todos os Documentos Comprobatórios. Apesar da análise periódica supra mencionada pelo Administrador e tendo em vista que a referida análise não irá abranger todos os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos nem todos os Documentos Comprobatórios, é possível que alguns Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos possuam Documentos Comprobatórios incompletos ou insuficientes ou outras irregularidades, que poderiam impedir ou prejudicar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas resultantes da titularidade dos mencionados Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, o que poderia acarretar prejuízos ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

12.16. Notificação às Concessionárias da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos ao Fundo. Em virtude de considerações operacionais e práticas, notavelmente um significativo volume dos Direitos Creditórios Elegíveis que poderá ser cedido ao Fundo, o Cedente não irá, a princípio, notificar as Concessionárias acerca da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo no momento da cessão de tais Direitos Creditórios Elegíveis, conforme descrito no artigo 290 do Código Civil. Dessa maneira, existe a possibilidade de que os pagamentos ao Cedente dos valores devidos pelas Concessionárias não sejam transferidos ao Fundo. Neste caso, o Fundo somente poderá reivindicar os referidos valores do Cedente. Não existe nenhuma garantia de que o Cedente será capaz de cumprir as disposições previstas neste item, razão pela qual o Fundo poderá sofrer prejuízos e até mesmo incorrer em custos para o ressarcimento dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos.

JUR_SF 659731v29 3324.269115 C:/meu_documento/casa/pu/Exemplos/portuguese_jur_sp_8145852_7

MICROFILME

1651

1598805

OFICIAL R.I.D.

RE

SÃO PAULO

MICROFILME

1595805

1681
OFICINA LIT. B.

SAO PAULO

12.17. **Risco de manutenção dos Documentos Comprobatórios.** Tendo em vista a natureza específica de cada Direito Creditório Elegível a ser adquirido pelo Fundo, é possível que o Fundo adquira Direitos Creditórios Elegíveis sem o completo suporte dos Documentos Comprobatórios ou que sejam fundamentados somente por documentos eletrônicos, o que poderia dificultar a recuperação de parte ou da totalidade dos pagamentos relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos. Neste caso, o Fundo, o Cedente, o Administrador, o Agente de Cobrança, o Gestor e suas respectivas Coligadas não serão responsáveis por nenhum prejuízo ao Fundo.

12.18. **Risco de garantia.** De acordo com o item 9.7.1.3 acima, a concessão, pelo Cedente, de uma Linha a uma Concessionária nos termos do Programa *Floor Plan* poderá ser garantida pelos bens imóveis da Concessionária e/ou pelas garantias pessoais outorgadas pelo sócio controlador da Concessionária. Estas garantias poderão ser prestadas pela Concessionária para garantir outros financiamentos e Direitos Creditórios concedidos pelo Cedente. Neste sentido, as garantias cedidas ao Fundo pelo Cedente poderão ser compartilhadas com outros credores na hipótese de inadimplemento por qualquer Concessionária e o Fundo poderá não ter quaisquer privilégios sobre os demais credores. Adicionalmente, penhores e/ou alienações fiduciárias sobre Veículos adquiridos por Concessionárias com os rendimentos dos Direitos Creditórios e conferidos pelas respectivas Concessionárias como garantias podem não ser registrados junto ao respectivo departamento de tráfego, o que pode dificultar a capacidade do Fundo de apreender tais Veículos em garantia em caso de inadimplemento da respectiva Concessionária. Ademais, existe um risco de que tais garantias possam ser formalizadas de forma incompleta ou insuficiente ou caracterizadas por outras irregularidades, o que poderia impedir ou prejudicar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas resultantes destas garantias e direitos de garantia. Tendo em vista o mencionado acima, os investidores potenciais no Fundo não deverão considerar tais garantias na formação de suas decisões de investimento uma vez que tais garantias podem não representar uma efetiva melhoria na qualidade dos Direitos Creditórios.

12.19. **Risco de reinvestimento.** Uma parcela das Cobranças deverá ser utilizada pelo Fundo para a aquisição de novos Direitos Creditórios Elegíveis. Existe o risco de não haver Direitos Creditórios Elegíveis suficientes para a aquisição pelo Fundo.

JUR_SP_8347311V29_3324.26911B C:/meus_documentos/casa/pna/67/âmples/portugala_jur_sp_84585a_7

MICROFILME
1595805
16318

SÃO PAULO

12.20. Risco da classificação dos Investimentos Permitidos. Nos termos do item 8.3 acima, é esperado que o Fundo invista a parcela dos Ativos do Fundo não alocada a Direitos Creditórios Elegíveis em certos Investimentos Permitidos. Caso tais Investimentos Permitidos sofram um rebaixamento nas suas respectivas classificações de risco, tal rebaixamento poderá levar a prejuízos para o Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

12.21. Cotas Mezanino são subordinadas às Cotas Seniores. As Cotas Seniores possuem uma prioridade sobre as Cotas Mezanino para os fins de amortização, resgate e distribuição de resultados. Considerando a natureza dos Ativos do Fundo e os riscos a ela associados, não é possível assegurar que amortizações, resgates ou quaisquer outras distribuições de rendimentos relativas às Cotas Mezanino ocorrerão conforme previsto neste Regulamento, ou mesmo que venham a ocorrer.

12.22. Quoruns qualificados. Este Regulamento dispõe quoruns específicos para a aprovação de determinados atos relativos ao Fundo ou e/ou seus ativos em assembleias gerais de Cotistas. Adicionalmente, nos termos deste Regulamento, alguns atos estão sujeitos à aprovação de Cotistas Subordinados. Tais quoruns específicos, incluindo a necessidade da aprovação de Cotistas Subordinados em relação a determinadas matérias, pode limitar as atividades do Fundo e determinadas ações com relação aos seus ativos.

12.23. Risco relacionado ao Período de Suspensão da Aquisição. Nos termos do artigo 40 da Instrução CVM 356/01, o Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido investido em Direitos Creditórios Elegíveis. Durante o Período de Suspensão da Aquisição, o Administrador deverá parar de adquirir Direitos Creditórios Elegíveis adicionais. Nesse sentido, há um risco de que, durante o Período de Suspensão da Aquisição, o Fundo venha a descumprir tal limite mínimo de 50% (cinquenta por cento), o que pode levar a um questionamento da CVM e, potencialmente, à Liquidação Antecipada do Fundo.

12.24. Risco de conflitos de interesse. O Administrador deverá executar tanto as atividades de administração quanto de custódia em nome do Fundo. Nesse sentido, há um risco de existência de conflitos de interesse entre os serviços de administração e custódia do Fundo.

Capítulo III. Riscos Relativos ao Cedente e à GMB

12.25. **Risco de descontinuidade do Fundo em decorrência da descontinuidade das atividades do Cedente no Brasil.** A Política de Investimento do Fundo envolve, principalmente, o investimento em Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos do Cedente. Não há garantia de que (i) o Cedente não ajuizará (ou estará sujeito, conforme aplicável) pedido de insolvência, intervenção, liquidação ou falência no Brasil; (ii) a GMAC Inc. não ajuizará (ou estará sujeita) um processo de liquidação nos Estados Unidos da América de acordo com o Capítulo 7 do Código de Falência dos Estados Unidos da América (U.S. Bankruptcy Code); ou (iii) a GMAC Inc. não ajuizará (ou estará sujeita) um processo de reorganização nos termos do Capítulo 11 do Código de Falência dos Estados Unidos da América (U.S. Bankruptcy Code). Dessa forma, a operação do Fundo poderá ser comprometida independentemente das expectativas dos Cotistas com relação à duração de seus respectivos investimentos no Fundo. Apesar do fato de que a liquidação ou reorganização da GMAC Inc. nos Estados Unidos da América poderá não afetar as atividades do Cedente no Brasil, não há garantia de que a insolvência, intervenção, liquidação ou falência do Cedente no Brasil e/ou a liquidação ou reorganização da GMAC Inc. nos Estados Unidos da América não afetariam a habilidade do Cedente em conceder financiamentos a Concessionárias nos termos do Contrato de Financiamento Floor Plan e, portanto, de originar Direitos Creditórios e ceder ao Fundo direitos Creditórios Elegíveis que atendam à Política de Investimento do Fundo.

12.26. **Risco de descontinuidade do Fundo em decorrência da descontinuidade das atividades da GMB no Brasil.** A Política de Investimento do Fundo envolve, principalmente, o investimento em Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos do Cedente (cujas atividades são intimamente relacionadas à produção de Veículos da GMB). Não há garantia de que (i) a GMB não ajuizará (ou estará sujeito, conforme aplicável) pedido de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial no Brasil; (ii) a General Motors não ajuizará (ou estará sujeita) um processo de liquidação nos Estados Unidos da América de acordo com o Capítulo 7 do Código de Falência dos Estados Unidos da América (U.S. Bankruptcy Code); ou (iii) a General Motors não ajuizará (ou estará sujeita) um processo de reorganização nos termos do Capítulo 11 do Código de Falência dos Estados Unidos da América (U.S. Bankruptcy Code). Apesar do fato de que a liquidação ou reorganização da General Motors nos Estados Unidos da América

1595805
1647
SÃO PAULO

poderá não afetar as atividades do Cedente e/ou da GMB no Brasil, não há garantia de que as operações do Fundo não seriam comprometidas, independentemente das expectativas dos Cotistas com relação à duração de seus respectivos investimentos no Fundo caso a falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da GMB no Brasil e/ou a liquidação ou reorganização da General Motors nos Estados Unidos da América afetem a habilidade da GMB de produzir Veículos, a serem adquiridos pelas Concessionárias com os recursos obtidos a partir do financiamento a ser concedido pelo Cedente nos termos do Contrato de Financiamento Floor Plan (tal financiamento representando um Direito Creditório Elegível que pode ser cedido pelo Cedente ao Fundo de acordo com sua Política de Investimento).

12.27. Não recuperação dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos em decorrência da descontinuidade das atividades do Cedente e/ou da GMB no Brasil. O Cedente não se responsabiliza pela solvência das Concessionárias. Apesar de os Direitos Creditórios poderem ser cobrados judicial ou extrajudicialmente, não é possível assegurar que os valores pagáveis ao Fundo em decorrência da inadimplência de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos serão recuperados, especialmente caso a condição econômico-financeira das Concessionárias seja substancialmente afetada pela descontinuidade das atividades do Cedente e/ou da GMB no Brasil nas situações descritas acima.

12.28. A mistura temporária de recursos antes de seu depósito na Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos poderá resultar na redução dos pagamentos ou no adiamento dos pagamentos de amortização das Cotas Mezanino e das Cotas Seniores. O Cedente recebe as cobranças sobre os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos nas Contas de Cobrança, as quais contêm outros recursos do Cedente e, de acordo com o item 7.12 acima, o Agente de Cobrança está obrigado a transferir estes recursos à Conta Centralizadora e, em seguida, à Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos até o Dia Útil seguinte ao recebimento das cobranças. Esta combinação temporária de recursos antes do depósito das cobranças na Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos poderá resultar em um atraso ou na redução dos valores disponíveis para que sejam efetuados os pagamentos sobre as Cotas Seniores e Cotas Mezanino se, na hipótese de falência do Agente de Cobrança, existir um conseqüente atraso ou incapacidade do Agente de Cobrança ou do administrador da massa falida em especificamente identificar estes recursos e existirem reivindicações concorrentes sobre estes recursos por outros credores do Agente de Cobrança. Ademais, as Contas de

Cobrança e a Conta Centralizadora estão sujeitas a bloqueios judiciais resultantes de qualquer ação judicial contra o Cedente.

12.29. Determinadas informações relacionadas aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos poderão não estar disponíveis. As informações relativas aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos apresentadas à Empresa de Auditoria não contemplam necessariamente uma base histórica consistente, o que limita a precisão da análise do comportamento dos Ativos do Fundo. Portanto, não existem garantias ou certezas de que os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos serão pagos ou que o seu pagamento será realizado nas datas e nos valores contratados.

12.30. Alterações nas leis e nas regulamentações ou a imposição de novas leis e regulamentações que regem as atividades bancárias poderão afetar adversamente os negócios do Cedente e sua receita decorrente da intermediação financeira. Os bancos brasileiros, inclusive o Cedente, estão sujeitos a uma extensa e contínua fiscalização do Banco Central. O Cedente não tem controle sobre as regulamentações governamentais que se aplicam a todas as suas operações, inclusive no que diz respeito a:

- exigências de capital mínimo;
- exigências de depósitos compulsórios;
- limites de empréstimos e outras restrições de crédito;
- exigências contábeis e estatísticas; e
- alterações nos valores mínimos das disponibilidades em poupança requeridos para serem emprestados nos termos do programa imobiliário federal e para o setor rural.

A estrutura da regulamentação aplicável às instituições financeiras brasileiras evolui constantemente. As leis e as regulamentações existentes podem ser alteradas, a maneira como as leis e regulamentações são aplicadas ou interpretadas pelo Poder Judiciário pode mudar, e novas leis e novas regulamentações podem ser adotadas. Tais mudanças podem causar um efeito materialmente adverso nas operações e resultados do Cedente, e na sua capacidade de gerar Direitos Creditórios.

O Governo Federal tem historicamente introduzido ou alterado regulamentações que afetam as instituições financeiras de modo a implementar políticas econômicas. O Governo Federal utiliza tais regulamentações para controlar a

disponibilidade de crédito e reduzir ou aumentar o consumo no País. Deste modo, o Banco Central tem periodicamente alterado o nível de reservas bancárias e recolhimento compulsório que as instituições financeiras no Brasil são obrigadas a manter com o Banco Central. Não há garantia de que o Banco Central não aumentará ou criará novas exigências de depósitos compulsórios para o Cedente no futuro.

Além disso, nos termos da Resolução nº 2.099, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 17 de agosto de 1994, conforme alterada, requerimentos de capital para bancos brasileiros são baseados em métodos de classificação de riscos dispostos no Acordo da Basileia, conforme implementado e alterado pelo Banco Central. O Acordo da Basileia estabelece requerimentos de adequação de capital para bancos com base no patrimônio líquido dos acionistas, com ajustes para ativos com base no risco ponderado. A medida mínima de adequação do capital requerida para bancos brasileiros é atualmente de 11,0% do patrimônio com base no risco ponderado. O Comunicado nº 12.746, de 9 de dezembro de 2004, emitido pelo Banco Central, estabelece o cronograma para implementação, até 2012, do Novo Acordo da Basileia, em particular aquelas exigências relativas à alocação de capital para riscos operacionais e alterações na alocação de crédito para risco de crédito. A implementação do Novo Acordo da Basileia pode afetar adversamente a alocação de capital do Cedente e a capacidade de cobrir riscos operacionais e de crédito.

Tais alterações podem afetar adversamente os resultados operacionais do Cedente, uma vez que (i) a exigência de reservas e recolhimentos compulsórios reduz a liquidez do Cedente para realização de empréstimos e outros investimentos; e (ii) os depósitos compulsórios geralmente não possuem o mesmo rendimento de outros investimentos e depósitos do Cedente, pois há a exigência de que parcela dos depósitos compulsórios do Cedente sejam mantidos em títulos de emissão do Governo Federal, e o Cedente deve utilizar uma parcela dos depósitos para financiar tanto programas federais de habitação quanto o setor rural.

Adicionalmente ao acima mencionado, o Banco Central realiza, periodicamente, fiscalizações em instituições financeiras para verificar o cumprimento, por tais instituições financeiras, da regulamentação do Banco Central. Após a realização de tais fiscalizações, o Banco Central emite relatórios com suas recomendações e observações, de acordo com o resultado de suas fiscalizações. Em caso de relatórios com observações que indiquem que o Cedente não está cumprindo adequadamente a regulamentação do Banco Central ou caso o Cedente não consiga

1595805

16/11/2016

SÃO PAULO

satisfatoriamente implementar recomendações feitas pelo Banco Central, o Cedente, assim como as demais instituições financeiras, estarão sujeitos a penalidades, que podem ter um efeito adverso sobre suas operações e, conseqüentemente, sua capacidade de gerar Direitos Creditórios.

12.31. Risco de restrições a taxas de juros de empréstimos bancários. O Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933, também conhecido como Lei de Usura, proíbe a cobrança de juros acima de 12,0% (doze por cento) ao ano. No entanto, a Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, conforme alterada (Lei da Reforma Bancária), afastou essa proibição para as instituições financeiras, o que foi confirmado em diversas decisões judiciais ao longo das últimas décadas. Também há atualmente incerteza se a Taxa Selic ou os 12,0% ao ano devem ser aplicados e se tal teto deve ser aplicado para instituições financeiras. Quaisquer alterações à interpretação de tal isenção, ou uma alteração à legislação e regulamentação aplicáveis limitando as taxas de juros que o Cedente pode cobrar em empréstimo podem afetar adversamente os negócios do Cedente, a condição financeira e os resultados de operações, bem como sua capacidade de gerar Direitos Creditórios.

12.32. Risco de deterioração nas classificações de risco do Cedente. Os custos de captação do Cedente são influenciados por inúmeros fatores, incluindo alguns fora de seu controle, tais como as condições da economia no Brasil e o ambiente regulatório para os bancos brasileiros. Qualquer mudança desfavorável nesses fatores poderá causar uma deterioração na classificação de risco do Cedente. Uma deterioração na classificação de risco do Cedente pode restringir a sua capacidade de tomar recursos emprestados, de ceder carteiras de crédito ou de emitir títulos e valores mobiliários em termos aceitáveis, aumentando o custo de captação do Cedente, tornando os empréstimos do Cedente menos atraentes e, portanto, impactando na sua capacidade de gerar Direitos Creditórios. Além disso, determinados eventos e contingências podem prejudicar tais custos de captação e fazer com que o Cedente procure com urgência capital adicional. Caso a classificação de crédito do Cedente seja adversamente impactada, o Cedente pode não conseguir captar recursos em termos aceitáveis, ou mesmo captar recursos em quaisquer condições, nas circunstâncias em que seja necessária a captação de recursos adicionais.

12.33. Risco de litígio. O Cedente é atualmente parte em diversas ações judiciais e procedimentos administrativos. Além disso, o Cedente pode, no futuro, estar sujeito a outras ações ou reclamações relacionadas a suas atividades. Uma eventual

16 JUL 2004 15:55:00
FILME
1595805
SAO PAULO

decisão desfavorável nas ações atualmente em curso e/ou em ações judiciais ou reclamações que eventualmente venham a ser movidas contra o Cedente pode ter um efeito materialmente adverso na reputação, nos negócios, na condição financeira e/ou nos resultados operacionais do Cedente, afetando adversamente a originação de Direitos Creditórios.

12.34. O setor bancário brasileiro está se tornando mais competitivo e a crescente concorrência poderá afetar adversamente as perspectivas de negócio do Cedente. O mercado de serviços financeiros e bancários no Brasil é altamente competitivo. O Cedente enfrenta significativa competição de outros bancos brasileiros e internacionais, tanto públicos quanto privados. A indústria bancária brasileira passou por um período de consolidação nos anos 90, quando vários bancos brasileiros foram liquidados e diversos importantes bancos estatais e bancos privados foram vendidos. A competição aumentou significativamente durante esse período, dado que bancos estrangeiros entraram no mercado brasileiro por meio da aquisição de instituições financeiras brasileiras. Privatizações de bancos estatais também fizeram com que o mercado bancário brasileiro e o mercado de outros serviços financeiros ficassem mais competitivos.

Tradicionalmente, os principais concorrentes do Cedente no segmento de crédito ao atacado têm sido bancos comerciais de grande porte especializados. Não é possível assegurar que o Cedente conseguirá concorrer adequadamente com outros bancos e instituições financeiras, particularmente com instituições financeiras nacionais e estrangeiras de maior porte, que dispõem de quantidade maior de recursos do que o Cedente e de uma extensa rede de agências e outros canais de distribuição próprios.

O aumento da concorrência pode afetar adversamente os resultados dos negócios do Cedente e a sua situação econômica em virtude, dentre outros fatores, da limitação de capacidade do Cedente de aumentar a sua base de clientes e expandir suas operações, resultando na redução e/ou estagnação na sua capacidade de gerar Direitos Creditórios.

12.35. A liquidez e situação financeira do Cedente podem ser adversamente afetadas como consequência de futura intervenção do Banco Central em outra instituição financeira brasileira. No quarto trimestre de 2004, determinados bancos brasileiros de médio porte sofreram significativa redução em seus depósitos e aplicações em vista de determinadas

1595805
1851
SÃO PAULO

ocorrências no mercado financeiro, como por exemplo, o caso da intervenção do Banco Central no Banco Santos S.A., em outubro de 2004. Caso o Banco Central intervenha em qualquer outra instituição financeira, o Cedente, juntamente com outras instituições financeiras de porte médio e menores, poderá sofrer saques de depósitos e diminuição de aplicações que poderão afetar adversamente a sua liquidez e situação financeira, causando um efeito adverso em sua capacidade de gerar Direitos Creditórios.

12.36. Risco da política de concessão de crédito do Cedente. O Cedente adota atualmente a política de concessão de crédito descrita no Capítulo IX deste Regulamento. O Cedente poderá vir a alterar tal política no futuro. Caso eventuais alterações na política de concessão de crédito adotada pelo Cedente venham a impactar a habilidade do Cedente em originar Direitos Creditórios Elegíveis que possam ser adquiridos pelo Fundo, tais alterações poderão ocasionar perdas patrimoniais ao Fundo e, conseqüentemente, aos Cotistas.

Capítulo IV. Riscos de Liquidez

12.37. Baixa liquidez. O Fundo está sujeito aos riscos de liquidez relativos às suas Cotas e/ou seu investimento em Direitos Creditórios Elegíveis. Com relação à amortização das Cotas, o Fundo poderá não ser capaz de efetuar os pagamentos relativos às amortizações programadas no caso de (i) liquidez reduzida nos mercados nos quais os Investimentos Permitidos sejam negociados; e/ou (ii) condições de mercado extraordinárias. Em consequência desta característica e devido ao fato de que o Fundo foi instituído como um condomínio fechado, ou seja, o Fundo não aceita a possibilidade de resgate de suas Cotas a qualquer tempo, os Cotistas poderão enfrentar dificuldades ao vender suas Cotas no mercado secundário. Ainda, os investimentos do Fundo em Direitos Creditórios Elegíveis é diferente de investimentos realizados na maioria dos fundos de investimento brasileiros, uma vez que, no Brasil, não existe um mercado secundário líquido para os Direitos Creditórios. Se o Fundo precisar vender os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, poderá não existir um comprador ou o preço de negociação poderá ser muito baixo, o que poderia resultar em prejuízos ao Patrimônio Líquido do Fundo e, conseqüentemente, ao capital, total ou parcialmente, investido pelos Cotistas.

12.38. Prazo de resgate das Cotas. Ressalvada amortização das Cotas do Fundo, tendo em vista que o Fundo foi constituído como um condomínio fechado,

1621 1595805
SAOPAULO



o resgate de suas Cotas somente pode ocorrer na Data de Resgate Projetada ou, conforme aplicável, na Data de Resgate Estendida, quando todos os titulares das Cotas das respectivas séries terão suas Cotas obrigatoriamente resgatadas ou nas hipóteses de Liquidação Antecipada ou Liquidação Antecipada Automática (conforme definido a seguir), conforme descrito neste Regulamento. O Administrador, o Gestor, o Agente de Cobrança e o Cedente não são capazes de garantir que as amortizações e/ou o resgate das Cotas irão ocorrer nas datas originalmente programadas. Entretanto, nem o Fundo nem qualquer pessoa, inclusive o Administrador, o Cedente, o Agente de Cobrança e o Gestor, estão obrigados a pagar qualquer indenização, multa ou penalidade de qualquer natureza.

Capítulo V. Riscos Específicos

12.39. Titularidade das Cotas é diferente da titularidade dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos. Embora os Ativos do Fundo sejam preferivelmente compostos pelos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, a titularidade das Cotas não outorga aos seus titulares nenhuma titularidade direta sobre os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos ou sobre qualquer participação específica indivisível nos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos. Os direitos dos Cotistas deverão ser exercidos sobre todos os Ativos do Fundo de maneira não individualizada, proporcionalmente ao número de Cotas detidas por cada um dos Cotistas.

12.40. Amortização/resgate das Cotas Seniores na medida da liquidação dos Ativos do Fundo. O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, a outros ativos que integram os seus Ativos e aos mercados nos quais os ativos em questão são negociados, inclusive ao potencial risco do Administrador não ser capaz de vender os respectivos ativos.

12.41. Risco de Liquidação Antecipada do Fundo. Se um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo ocorrer, as Cotas deverão ser resgatadas, o que poderia causar prejuízos aos seus titulares, o quais poderão não receber a Taxa de Retorno esperada ou poderão não recuperar o capital investido nas Cotas, portanto, sofrendo uma redução em seu investimento original, o que poderia acarretar a impossibilidade de investir os recursos com a mesma taxa de rendimento anteriormente oferecida pelo Fundo. Neste caso, nem o Fundo, o Administrador, o

Agente de Cobrança, o Cedente, tampouco o Gestor serão responsáveis pelo pagamento de qualquer penalidade ou compensação em decorrência deste fato.

12.42. **Ausência de garantia de eliminação dos riscos.** A decisão de investir no Fundo sujeita o investidor aos riscos que afetam o Fundo e seus Ativos, o que poderia acarretar prejuízos ao capital investido pelos Cotistas no Fundo. Não existe garantia de completa eliminação dos riscos de prejuízos que afetam o Fundo e os Cotistas. O Fundo não é garantido pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Cedente, pelo Agente de Cobrança, por qualquer terceiro, qualquer mecanismo de seguro ou pelo FGC, com relação à redução ou eliminação dos riscos aos quais o Fundo, e consequentemente, os Cotistas estão sujeitos.

XIII. COTAS DO FUNDO, INVESTIDORES E INVESTIMENTO

Capítulo I. Cotas do Fundo

13.1. As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em classes.

13.2. As Cotas serão escriturais e nominativas e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos Cotistas. O Administrador poderá promover o grupamento automático das Cotas da mesma série ou da mesma classe, conforme aplicável, detidas por qualquer Cotista.

Capítulo II. Investidores

13.3. Uma parte será considerada Cotista mediante a subscrição e integralização das respectivas Cotas e abertura de uma conta de depósito pelo Cotista com a CETIP, na qual tais Cotas deverão ser depositadas.

13.4. Somente poderão subscrever e/ou adquirir as Cotas Seniores e as Cotas Mezanino do Fundo Investidores Qualificados, observada a responsabilidade dos intermediários, no caso de aquisição em mercado secundário, em assegurar que (i) somente tais investidores poderão adquirir as Cotas do Fundo; e (ii) tais investidores assinem o Termo de Adesão ao Regulamento, na forma do Anexo I ao Regulamento.

13.5. O valor mínimo de aplicação em Cotas do Fundo será de R\$ 25.000,00

(vinte e cinco mil reais).

Capítulo III. Aplicação em Cotas do Fundo

13.6. O investimento em Cotas Seniores do Fundo pode ser realizado por meio de débito em conta corrente ou conta de investimento, transferência eletrônica disponível ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizados pelo Banco Central do Brasil, a critério do Administrador. Os custos relativos às tarifas bancárias correm por conta do subscritor.

13.7. O investimento em Cotas Mezanino pode ser realizado através (i) da entrega dos Direitos Creditórios Elegíveis pelo Cedente; e/ou (ii) débito em conta corrente ou conta de investimento, transferência eletrônica disponível ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, a critério do Administrador, ficando ressalvado que, neste caso, os custos relativos às tarifas bancárias serão pagos pelo subscritor.

13.8. Além dos métodos de pagamento dispostos no item 13.6 acima, o investimento em Cotas Subordinadas pode ser realizado através da entrega de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Cedente, nos valores estabelecidos com o Administrador para manter o Índice de Subordinação.

13.9. Os investimentos nas Cotas serão considerados como tendo sido concluídos somente após os recursos estarem disponíveis na conta corrente do Fundo, ficando ressalvado que, para assegurar que o valor de emissão da Cota seja o mesmo do preço de abertura da Cota na mesma data na qual os recursos entregues pelo Cotista ao Administrador se tornem disponíveis (D+0), tais recursos deverão estar disponíveis até as 15 (quinze) horas de tal data (horário de Brasília).

XIV. CLASSES E EMISSÃO DE COTAS

Capítulo I. Classes das Cotas

14.1. O Fundo deverá emitir Cotas Seniores, Cotas Mezanino e Cotas Subordinadas.

14.1.1. O Fundo poderá emitir múltiplas séries de Cotas Seniores, ficando ressalvado, no entanto, que cada nova série de Cotas Seniores a

62
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

1680
1595805

SÃO PAULO

ser emitida pelo Fundo estará sujeita a um suplemento específico a este Regulamento, que deverá estabelecer (i) as séries das Cotas Seniores sujeitas à respectiva emissão; (ii) o valor mínimo e máximo das Cotas Seniores a serem emitidas nos termos da respectiva série; (iii) o preço de emissão das Cotas Seniores; (iv) a Data de Emissão; (v) os cronogramas de amortização; (vi) o Benchmark Sênior; (vii) as características específicas das Cotas Seniores de cada série; (viii) o número de Períodos de Cobrança do Período de Suspensão da Aquisição; e (ix) a metodologia de cálculo do valor de cada Cota Sênior ("Suplemento"), na forma prevista no Anexo II ao presente Regulamento.

14.1.2. O Fundo poderá emitir múltiplas classes de Cotas Mezanino (as quais poderão ser integralmente subscritas pelo Cedente), ficando ressalvado, no entanto, que cada nova classe de Cotas Mezanino a ser emitida pelo Fundo estará sujeita a um Suplemento específico, o qual deverá estabelecer (i) o valor mínimo e máximo das Cotas Mezanino a serem emitidas nos termos da respectiva classe; (ii) o preço de emissão de tais Cotas Mezanino; (iii) a Data de Emissão; (iv) o Benchmark Mezanino; (v) as características específicas das Cotas Mezanino de cada classe (incluindo sua subordinação em relação à classe imediatamente precedente das Cotas Mezanino); (vi) o número de Períodos de Cobrança do Período de Suspensão da Aquisição; e (vii) a metodologia de cálculo para o valor de cada Cota Mezanino.

14.1.3. A primeira emissão das Cotas do Fundo deverá consistir na primeira série de Cotas Seniores, na primeira classe de Cotas Mezanino e Cotas Subordinadas, conforme estabelecido no respectivo Suplemento.

14.1.4. O Fundo somente poderá emitir novas séries de Cotas Seniores e/ou novas classes de Cotas Mezanino, observada a Condição da Agência de Classificação de Risco, e se a referida emissão não resultar em uma alteração adversa relevante ao Índice de Subordinação e ao Índice Mezanino vigentes.

1595805
16 SET
SÃO PAULO

14.1.5. O Cedente nunca poderá deter (i) quaisquer Cotas Seniores; e (ii) Cotas Mezanino e Cotas Subordinadas que representem, no total, mais do que 50% (cinquenta por cento) das Cotas do Fundo em circulação.

14.2. Cada Cota de cada classe estará sujeita às mesmas taxas e despesas aplicáveis a tal classe, ficando ressalvado, no entanto, que as Cotas de cada classe terão direito a Taxas de Retorno diferentes.

14.3. As Cotas Seniores são as Cotas que não são subordinadas a nenhuma outra Cota para fins de amortização, resgate e distribuição de resultados. Os critérios para a distribuição dos recursos às Cotas Seniores estão previstos no respectivo Suplemento.

14.4. As Cotas Mezanino constituem Cotas que estão subordinadas às Cotas Seniores e tem prioridade sobre as Cotas Subordinadas para os fins de amortização, resgate e distribuição de resultados, observado o Índice Mezanino. Portanto, o resgate das Cotas Mezanino somente deverá ocorrer após o resgate total das Cotas Seniores. Os critérios para a distribuição dos resultados às Cotas Mezanino estão previstos no respectivo Suplemento.

14.5. As Cotas Subordinadas são as Cotas que são subordinadas às Cotas Seniores e às Cotas Mezanino para fins de amortização, resgate e distribuição de resultados, observado o Índice de Subordinação. Portanto, o resgate das Cotas Subordinadas somente deverá ocorrer após o resgate total das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino.

Capítulo II. Emissão de Cotas

14.6. A totalidade das Cotas Subordinadas e as Cotas Mezanino subscritas pelo Cedente deverão ser integralizadas, com Direitos Creditórios Elegíveis ou em moeda corrente nacional, mediante transferência eletrônica disponível ou outra forma autorizada pelo Banco Central do Brasil, valendo o comprovante de depósito como recibo de quitação, equivalente(s), no mínimo, ao Índice de Subordinação. A verificação e manutenção do Índice de Subordinação deverão ser desempenhadas pelo Administrador. Se o Administrador verificar que o referido Índice de Subordinação não está sendo cumprido a qualquer tempo, o Administrador irá solicitar que o Cedente subscreva novas Cotas Subordinadas e efetue a sua

integralização através da entrega de Direitos Creditórios Elegíveis Adicionais ou do pagamento de um valor equivalente em dinheiro, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da verificação do evento em questão.

14.6.1. Se o valor total das Cotas Subordinadas subscritas e integralizadas pelo Cotista Subordinado for, a qualquer tempo, superior ao Índice de Subordinação, o Cotista Subordinado terá o direito de solicitar a amortização das Cotas Subordinadas excedentes antes do resgate integral das Cotas Mezanino e das Cotas Seniores, desde que o Fundo possua recursos suficientes para o cumprimento desta solicitação, ficando ressalvado que o Índice de Subordinação deverá ser observado.

14.6.2. No caso disposto no item 14.6.1 acima, o Administrador deverá realizar a amortização das Cotas Subordinadas necessárias respeitando o Índice de Subordinação.

14.6.3. Caso o valor nominal de um Direito Creditório Elegível Cedido seja reduzido por qualquer razão que não em decorrência de uma relutância ou inabilidade de pagar da Concessionária, o Cedente deverá reembolsar ao Fundo o valor total de tal redução, subscrevendo Cotas Subordinadas adicionais mediante entrega de Direitos Creditórios Elegíveis Adicionais ou pagamento de um valor equivalente em dinheiro.

14.7. O Cotista Subordinado deverá subscrever Cotas Subordinadas em um montante necessário para atingir o Índice de Subordinação. Se o Cotista Subordinado não subscrever o valor das Cotas Subordinadas necessário para cumprir o Índice de Subordinação, tal evento deverá ser considerado um Evento de Consulta aos Cotistas.

14.8. Qualquer nova emissão de nova série de Cotas Seniores e/ou nova classe de Cotas Mezanino deverá observar a Condição da Agência de Classificação de Risco.

Capítulo III. Amortização das Cotas

14.9. As Cotas do Fundo deverão ser amortizadas durante o respectivo Período de Amortização Planejada em parcelas de amortização (**Valor de Amortização**

Planejado”), a serem pagas aos Cotistas em cada Data de Amortização em conformidade com o respectivo Suplemento. As Cotas deverão ser resgatadas quando do pagamento da última parcela de amortização dentro do Período de Amortização Planejada.

14.9.1. Durante o respectivo Período Revolvente, as respectivas séries de Cotistas Seniores e classes de Cotistas Mezanino somente terão direito a receber a taxa de retorno acumulada pelas suas Cotas, até o respectivo Benchmark Sênior ou Benchmark Mezanino, conforme aplicável.

14.9.2. Durante o Período Revolvente, nenhum valor relativo a título de amortização ou resgate será pago ou acumulado na Conta de Distribuição.

14.9.3. Durante o Período Revolvente, as Cobranças serão utilizadas para pagar as taxas e despesas do Fundo, Despesas de Cobrança e a Taxa de Retorno disposta no item 14.9.1 acima. Quaisquer Cobranças remanescentes deverão ser utilizadas para adquirir Direitos Creditórios Elegíveis adicionais do Cedente.

14.10. O Período de Amortização Planejada inicia-se na data imediatamente posterior ao término do Período Revolvente e encerra-se na Data de Resgate Projetada, quando ocorrer um Evento de Liquidação Antecipada ou quando o valor total de uma série de Cotas Seniores e de uma classe de Cotas Mezanino tiver sido pago.

14.10.1. Sem prejuízo do item 14.10 acima, durante o Período de Suspensão da Aquisição, o Administrador deverá suspender a aquisição de novos Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo e depositar todas as Cobranças remanescentes, após a amortização das Cotas e distribuição de resultados nos termos do item 14.12 abaixo, na Conta de Depósito em Dinheiro no valor necessário para resgatar a série relevante de Cotas Seniores e/ou classe de Cotas Mezanino com relação a tal Período de Suspensão da Aquisição ocorra.

14.11. Durante cada Período de Cobrança do Período de Amortização Planejada, as Cobranças são primeiramente acumuladas na Conta de Distribuição até que o Valor

Requerido esteja integralmente em depósito, exceto durante o Período de Suspensão da Aquisição.

14.11.1. Assim que o Valor Requerido esteja em depósito, as Cobranças remanescentes serão utilizadas para adquirir novos Direitos Creditórios Elegíveis, exceto durante o Período de Suspensão da Aquisição.

14.12. Em cada Data de Amortização durante o Período de Amortização Planejada, a amortização das Cotas e a distribuição dos resultados pelo Fundo deverão observar a seguinte ordem de prioridade:

- (i) primeiro, na medida necessária para o pagamento das taxas e despesas incorridas pelo Fundo, as Cobranças serão retidas na Conta de Distribuição e pagas aos respectivos beneficiários na(s) respectiva(s) data(s) de vencimento;
- (ii) segundo, todas as Cobranças remanescentes na Conta de Distribuição serão retidas na Conta de Distribuição na medida necessária para o pagamento do valor da Taxa de Cobrança (se o Cedente deixar de prestar os serviços de cobrança) e das Despesas de Cobrança;
- (iii) terceiro, todas as Cobranças remanescentes na Conta de Distribuição serão distribuídas aos Cotistas Seniores na extensão necessária para o pagamento (proporcionalmente, considerando os próximos valores vencidos e devidos a cada Cota Sênior na Data de Amortização) (a) de quaisquer resultados do Fundo devidos em relação às Cotas Seniores e a se tornarem vencidos na Data de Amortização, até o Benchmark Sênior *mais* (b) programados para serem pagos em relação às Cotas Seniores em qualquer Data de Amortização anterior que não tenha ainda sido pago;
- (iv) quarto, todas as Cobranças remanescentes na Conta de Distribuição serão distribuídas aos Cotistas Seniores na medida necessária para o pagamento (proporcionalmente, considerando os próximos valores vencidos e devidos a cada Cota Sênior) do Valor de Amortização Planejado: (a) programado para ser pago em relação às Cotas Seniores na Data de Amortização *mais* (b) programado para ser pago em relação às Cotas Seniores em qualquer Data de Amortização anterior que não tenha ainda sido pago;

60
16
1595805
OFFICIAL R.A.U.
MICROFILME

16
1595805

SÃO PAULO

ORIGINAL EM
MICROFILME

62

1595805

16

SAO PAULO

- (v) quinto, exceto com relação a quaisquer séries de Cotas Seniores, cujo saldo tenha sido reduzido a zero, durante qualquer período no qual o Valor Requerido para quaisquer Cotas Seniores tenha sido aumentado, todas as Cobranças remanescentes na Conta de Distribuição serão depositadas (proporcionalmente, considerando os respectivos saldos de cada uma de tais Cotas Seniores) na Conta de Distribuição até uma quantia equivalente ao aumento nos Valores Requeridos alocados para cada uma das Cotas Seniores;
- (vi) sexto, todas as Cobranças remanescentes na Conta de Distribuição serão distribuídas na medida necessária para o pagamento (proporcionalmente, considerando-se os próximos valores vencidos e devidos a cada Cota Mezanino na Data de Amortização) (a) de quaisquer resultados do Fundo devidos em relação às Cotas Mezanino e a se tornarem vencidos na Data de Amortização *mais* (b) programados para serem pagos em relação às Cotas Mezanino em qualquer Data de Amortização anterior que não tenha ainda sido pago;
- (vii) sétimo, todas as Cobranças remanescentes na Conta de Distribuição serão distribuídas aos Cotistas Mezanino na medida necessária para o pagamento (proporcionalmente, considerando os próximos valores vencidos e devidos a cada classe de Cotas Mezanino) do Valor Mensal de Amortização: (a) programado para ser pago em relação às Cotas Mezanino na Data de Amortização *mais* (b) programado para ser pago em relação às Cotas Mezanino em qualquer Data de Amortização anterior que ainda não tenha sido pago;
- (viii) oitavo, o Valor em Depósito na Conta de Reserva deverá ser depositado na Conta de Reserva;
- (ix) nono, exceto com relação a qualquer classe de Cotas Mezanino cujo saldo tenha sido reduzido a zero, durante qualquer período no qual o Valor Requerido para quaisquer Cotas Mezanino tenha sido aumentado, todas as Cobranças remanescentes na Conta de Distribuição serão depositadas (proporcionalmente, considerando-se os respectivos saldos de cada de tais Cotas Mezanino) na Conta de Distribuição até um valor equivalente ao aumento nos Valores Requeridos alocados para cada Cota Mezanino;

OFICIAL R.T.B. -
MICROFILME

69

1598805

16

SÃO PAULO

- (x) décimo, e depois do pagamento de todos os itens acima (incluindo as taxas e despesas dispostas no item (i) acima), todas as Cobranças remanescentes na Conta de Distribuição deverão ser alocadas ao Patrimônio Líquido na extensão necessária para pagar valores programados para serem pagos com relação às Cotas Seniores e às Cotas Mezanino em qualquer Data de Amortização anterior que não tenham ainda sido pagos; e
- (xi) décimo-primeiro, salvo se de outra forma instruído pelos Cotistas Subordinados, todas as Cobranças remanescentes serão pagas aos Cotistas Subordinados no Dia Útil imediatamente subsequente à respectiva Data de Amortização, até o valor necessário para manter o Índice de Subordinação, no Dia Útil imediatamente subsequente à respectiva Data de Amortização.

14.12.1. Se os resultados do Fundo com relação a qualquer Data de Amortização durante o Período de Amortização Planejada forem insuficientes para distribuição ou depósito integral dos valores exigidos de acordo com o item 14.12 (i) a (vii), o Administrador deverá aplicar, na referida Data de Amortização, os recursos disponíveis em depósito na Conta de Reserva para satisfazer quaisquer deficiências na distribuição dos resultados em conformidade com tais itens.

14.13. Sem prejuízo à ordem de prioridade prevista acima, os Cotistas Subordinados terão direito de solicitar a amortização das respectivas Cotas Subordinadas antes da amortização das Cotas Seniores, desde que o Índice de Subordinação seja observado e que nenhum Evento de Liquidação Antecipada ou Evento de Consulta aos Cotistas tenha ocorrido.

14.14. Na hipótese de ocorrer um Evento de Liquidação Antecipada, durante o Período de Liquidação Antecipada as Cobranças deverão ser utilizadas para o resgate integral das Cotas Seniores, das Cotas Mezanino e das Cotas Subordinadas em circulação, nesta ordem.

- 14.14.1. Em cada Data de Amortização durante o Período de Liquidação Antecipada, o Administrador deverá aplicar todas as Cobranças, quaisquer recursos depositados na Conta de Reserva e quaisquer recursos depositados na Conta de

OFICIAL R.T.O.
MICROFILME

62

1598805

16 SET 88

SÃO PAULO

Depósito em Dinheiro de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- (i) primeiro, na medida necessária para pagar as taxas e despesas incorridas pelo Fundo, Cobranças, quaisquer recursos depositados na Conta de Reserva e quaisquer recursos depositados na Conta de Depósito em Dinheiro, serão retidos na Conta de Distribuição e pagos ao(s) respectivo(s) beneficiário(s) na(s) data(s) quando vencida(s);
- (ii) segundo, todas as Cobranças remanescentes, quaisquer recursos depositados na Conta de Reserva e quaisquer recursos depositados na Conta de Depósito em Dinheiro na Conta de Distribuição serão retidos na Conta de Distribuição na medida necessária para pagar o valor da Taxa de Cobrança (caso o Cedente deixe de desempenhar atividades de prestação de serviços de cobrança) e Despesas de Cobrança pagáveis ao Agente de Cobrança na Data de Amortização seguinte;
- (iii) terceiro, todas as Cobranças remanescentes, quaisquer recursos depositados na Conta de Reserva e quaisquer recursos depositados na Conta de Depósito em Dinheiro deverão ser utilizados para resgatar integralmente as Cotas Seniores;
- (iv) quarto, todas as Cobranças remanescentes, quaisquer recursos depositados na Conta de Reserva e quaisquer recursos depositados na Conta de Depósito em Dinheiro deverão ser utilizados para resgatar integralmente as Cotas Mezanino; e
- (v) quinto, valores remanescentes após o resgate integral de todas as Cotas em circulação serão distribuídos aos Cotistas Subordinados.

16578
1595805
MIRACAPULPIE

SÃO PAULO

Capítulo IV. Conta de Reserva

14.15. O Fundo deverá estabelecer uma conta de reserva para fins de cobrir diferenças negativas na amortização das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino ("Conta de Reserva"). A Conta de Reserva deverá ser estabelecida pelo Administrador na primeira Data de Emissão no valor do Valor Inicial da Conta de Reserva e deverá ser ajustada a partir de então conforme descrito neste Capítulo IV. Os recursos em depósito na Conta de Reserva deverão ser investidos em Investimentos Permitidos. O Fundo possuirá todos os direitos, títulos e participações sobre todos os Investimentos Permitidos e sobre todos os valores depositados ou creditados na Conta de Reserva e sobre todos os Rendimentos de Investimento existentes para o benefício dos Cotistas.

14.16. Em cada Data de Amortização, todos os Rendimentos de Investimento sobre os recursos em depósito na Conta de Reserva deverão ser tratados como Cobranças para tal Data de Amortização.

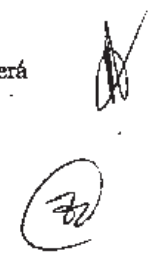
14.17. Caso, em qualquer Data de Amortização após levar a efeito todos os saques e depósitos da Conta de Reserva, o valor em depósito na Conta de Reserva (excluídos Rendimentos de Investimentos) exceda o Valor Requerido da Conta de Reserva então em vigor, o Administrador deverá alocar tal excedente ao Patrimônio Líquido do Fundo.

14.18. Na data na qual a respectiva série de Cotas Seniores e/ou classe de Cotas Mezanino sejam integralmente resgatadas (que não deverá ser posterior à Data de Resgate Estendida), quaisquer recursos remanescentes na Conta de Reserva, após levar a efeito quaisquer depósitos e saques da Conta de Reserva na referida data, deverão ser alocados ao Patrimônio Líquido do Fundo. A Conta de Reserva será em seguida encerrada.

Capítulo V. Resgate das Cotas do Fundo

14.19. As Cotas do Fundo somente poderão ser resgatadas nas hipóteses de Resgate Compulsório ou nas hipóteses de Liquidação Antecipada ou Liquidação Antecipada Automática.

14.20. Cada série de Cotas Seniores e cada classe de Cotas Mezanino deverá resgatada na respectiva Data de Resgate Projetada.



14.21. Na hipótese de o Fundo não possuir ativos suficientes para resgatar todas as Cotas Seniores da respectiva série e Cotas Mezanino da respectiva classe no término do Período de Amortização Planejada, o Administrador deverá prorrogar a amortização das referidas Cotas Seniores e das Cotas Mezanino, ficando ressalvado, contudo, que tais Cotas Seniores e Cotas Mezanino deverão ser totalmente resgatadas até a Data de Resgate Estendida.

14.22. O resgate das Cotas deverá ser realizado em conformidade com os seguintes procedimentos:

- (i) as Cotas Seniores terão prioridade no recebimento dos pagamentos relacionados aos resgates em moeda nacional;
- (ii) observada a prioridade prevista no item (i) acima, as Cotas Mezanino deverão ser resgatadas em moeda corrente nacional; e
- (iii) em seguida, se existirem ainda recursos disponíveis, as Cotas Subordinadas deverão ser resgatadas em moeda nacional.

14.23. Na hipótese de Liquidação Antecipada ou Liquidação Antecipada Automática do Fundo, o resgate das Cotas poderá ser realizado através da entrega dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos aos Cotistas.

XV. AVALIAÇÃO DAS COTAS DO FUNDO

15.1. O valor dos Ativos do Fundo deverá ser calculado pelo Administrador todo Dia Útil, através da aplicação da metodologia de avaliação de seu valor de mercado, de acordo com critérios consistentes e verificáveis, conforme descrito abaixo.

15.1.1. A determinação do valor dos Ativos do Fundo será realizada da seguinte forma:

15.1.1.1. Tendo em vista as características dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, seu valor deverá ser determinado de acordo com o seu custo de aquisição. A receita gerada a partir dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos deverá ser avaliada de acordo com o de suas

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

1595805

SÃO PAULO

62

6802

1987

SP 6527311v29 3324 269118 C:/meus_documentos/casa/pais/ingles/portugues_jur_sp 8145852_7

RE
69
16 SET 15 1595805
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME
SÃO PAULO

respectivas Datas de Vencimento, registrando a avaliação da contrapartida na respectiva entrada de receita ou despesa nos resultados do período, nos termos dos procedimentos estabelecidos no COSIF.

- 15.1.1.2. A determinação do valor dos Investimentos Permitidos deverá ser efetuada de acordo com os preços listados informados pelos mercados organizados nos quais os referidos Investimentos Permitidos sejam negociados, conforme o caso, observadas as normas aplicáveis do Banco Central do Brasil e da CVM. Caso os Investimentos Permitidos não sejam negociados em mercados organizados, o valor de tais Investimentos Permitidos deverá ser determinado de acordo com os procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários e derivativos (conforme aplicável), conforme definido na regulamentação aplicável (tal como o critério de marcação a mercado adotado pelo Administrador). Os prejuízos e provisões com Investimentos Permitidos deverão ser identificadas nos resultados do período, nos termos das regras e dos procedimentos estabelecidos do COSIF. A avaliação ajustada de acordo com a identificação dos referidos prejuízos e provisões deverá tornar-se a nova base de custo, permitindo sua reversão, desde que baseado numa razão justificada que tenha ocorrido após a implementação da provisão, limitada ao seu respectivo valor e em adição à receita gerada.

15.2. O valor das Cotas do Fundo deverá ser calculado todo Dia Útil.

- 15.2.1. As Cotas Seniores e as Cotas Mezanino deverão ter seu valor calculado nos termos do respectivo Suplemento.
- 15.2.2. O preço unitário das Cotas Subordinadas será equivalente à divisão de quaisquer ativos remanescentes do Fundo após a dedução do valor das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino, pelo número de Cotas

Subordinadas.

15.3. O ajuste nos valores dos Ativos do Fundo, resultante da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receitas ou despesas apropriada nos resultados do período, observados os procedimentos definidos nos resultados do período e os procedimentos definidos no COSIF.

15.3.1. Os prejuízos relativos aos Ativos do Fundo deverão ser registrados como parte dos resultados do período, observadas as normas da Resolução nº 2.682, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 23 de dezembro de 1999.

XVI. TAXAS E DESPESAS DO FUNDO

16.1. Além da Taxa de Administração descrita no item 6.1 acima, as cobranças a seguir serão pagas pelo Fundo:

- (i) tributos, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicos, incidentes ou que possam incidir sobre os ativos, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, postagem e publicação dos relatórios, formulários e informações periódicas, conforme descrito neste Regulamento ou na legislação aplicável;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive avisos aos Cotistas;
- (iv) taxas e despesas da Empresa de Auditoria responsável pela revisão das demonstrações financeiras e contabilidade do Fundo e pela análise de sua situação e do desempenho do Administrador;
- (v) taxas e cobranças pagas com relação às operações do Fundo;
- (vi) honorários advocatícios e despesas da mesma natureza incorridos na defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor de qualquer decisão, se o Fundo for a parte vencida;

OFICIAL R.T.U.
MICROFILME

1595805

60

16 SET 82

SÃO PAULO

- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou às assembléias gerais de Cotistas;
- (viii) as taxas de custódia relativas aos Ativos do Fundo;
- (ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou mercados de balcão, nos quais as Cotas do Fundo são negociadas, se as Cotas do Fundo forem negociadas em qualquer mercado;
- (x) taxas e cobranças relativas ao registro dos instrumentos de cessão junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente;
- (xi) taxas relativas ao registro das Cotas junto à CVM, ANBID e CETIP, conforme aplicável;
- (xii) despesas de manutenção e/ou conservação relativas aos Ativos do Fundo;
- (xiii) despesas para os procedimentos de cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, incluindo, entre outros, a contratação de pessoal de segurança, leilão e assistentes jurídicos; e
- (xiv) as Despesas de Cobrança e a Taxa de Cobrança, conforme aplicável.

16.2. Qualquer despesa que não esteja listada no item 16.1 acima como uma despesa do Fundo deverá ser paga pelo Administrador.

XVII. ASSEMBLÉIA GERAL E EVENTOS DE CONSULTA DOS COTISTAS

Capítulo I. Assembléia Geral

17.1. Os atos abaixo deverão ser aprovados por Cotistas representando no mínimo 90% (noventa por cento) das Cotas Seniores e Cotas Mezanino que não sejam de titularidade do Cedente, e ser aprovados pelos Cotistas Subordinados detentores de no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Cotas Subordinadas em circulação:

- (i) aprovar quaisquer alterações aos Eventos de Consulta aos Cotistas ou aos

011313

- (ii) aprovar quaisquer alterações aos Critérios de Elegibilidade;
- (iii) alterar o Valor de Amortização Planejado e o Período de Amortização Planejada;
- (iv) alterar quaisquer direitos ou obrigações para qualquer classe de Cotas;
- (v) deliberar acerca de quaisquer alterações aos critérios para determinação do Preço de Aquisição e/ou da Taxa de Desconto, conforme disposto(s) no Contrato de Cessão; e
- (vi) deliberar acerca de quaisquer alterações às declarações e garantias dadas pelo Fundo e pelo Cedente nos termos do Contrato de Cessão.

17.2. Os seguintes atos deverão ser aprovados por Cotistas detentores de no mínimo 2/3 (dois terços) de todas as Cotas em circulação, incluindo as Cotas Subordinadas, ficando ressalvado que em nenhuma hipótese as Cotas detidas pelo Cedente poderão representar mais de 50% (cinquenta por cento) dos votos requeridos para tanto:

- (i) deliberar sobre a substituição ou remoção do Administrador, do Agente de Cobrança ou do Gestor;
- (ii) deliberar sobre o aumento na Taxa de Administração, incluindo em casos de restabelecimento de uma taxa previamente reduzida;
- (iii) deliberar sobre a (a) fusão, (b) incorporação, (c) cisão ou (d) Liquidação Antecipada do Fundo após a ocorrência de um Evento Fiscal Adverso; e
- (iv) deliberar acerca de um novo índice para fins de cálculo do valor das Cotas, nos termos do respectivo Suplemento.

17.3. Os seguintes atos deverão ser aprovados por Cotistas detentores de no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Cotas Seniores e Cotas Mezanino que não sejam de titularidade do Cedente:

JUR SP 8145852-7

SAOP PAULO

- 17.3.1. Este Regulamento poderá ser aditado em decorrência de exigências incluídas nas normas legais ou regulamentares ou nos casos de exigências feitas pela CVM, independentemente de qualquer assembléia geral. Nestas hipóteses, no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de promulgação da norma ou ordem da CVM, deverá ser publicado um fato relevante endereçado aos Cotistas no Periódico do Fundo, ou mediante carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

17.4. A qualquer tempo, as assembleias gerais poderão nomear um ou mais representantes para desempenhar as atividades de inspeção administrativa e controle dos investimentos do Fundo, para a proteção dos direitos e interesses dos

JUR_SP_8527311529_3324-264118 C:/meus_documentos/casa/pria92/álcool/português_jur_sp_8145852-7

69
OFFICIAL R.T.D.
MICROFILME

1595805

SÃO PAULO

Cotistas.

17.4.1. Somente as pessoas físicas que atendam às exigências descritas abaixo podem ocupar o cargo de representante dos Cotistas:

- (i) uma pessoa física profissional especialmente contratada para proteger os interesses dos Cotistas;
- (ii) uma pessoa física que não ocupe nenhum cargo relacionado ao Administrador, ao Gestor ou às respectivas Coligadas; e
- (iii) uma pessoa física que não seja empregada ou Coligada ao Cedente.

17.5. Além da assembléia anual para fins de prestação de contas, as assembléias gerais poderão ser realizadas em virtude da convocação do Administrador ou dos Cotistas Seniores cujas Cotas Seniores representem, no mínimo, (i) 5% (cinco por cento) da totalidade das Cotas emitidas pelo Fundo; (ii) 5% (cinco por cento) das Cotas Seniores em circulação; ou (iii) 50% (cinquenta por cento) das Cotas Mezanino, nos termos da legislação aplicável.

17.5.1. As deliberações sobre toda e qualquer matéria relativa ao Fundo deverão ser realizadas em 1ª (primeira) convocação pelos titulares da maioria das Cotas Seniores emitidas e, em 2ª (segunda) convocação, pelos titulares da maioria das Cotas Seniores que estiverem presentes, exceto se um quorum específico for exigido nos termos dos itens 17.1, 17.2 ou 17.3 acima ou pelas leis aplicáveis.

17.5.2. Somente poderão votar durante as assembléias gerais os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente nomeados, através de procurações outorgadas há menos de um ano.

17.5.3. O Administrador e/ou seus empregados não possuem direito a voto durante as assembléias gerais.

17.6. As deliberações das assembléias gerais deverão ser informadas aos Cotistas

no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de tal assembléia, através do Periódico do Fundo, mediante carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista e ainda, simultaneamente, à CVM.

17.7. A convocação de uma assembléia geral deverá ser realizada através de um aviso publicado no Periódico do Fundo ou através de uma carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, informando a data, horário e local da assembléia, além da ordem do dia da referida assembléia.

17.7.1. A convocação da assembléia geral deverá ser realizada com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, da data de publicação do 1º (primeiro) aviso ou envio da carta com aviso de recebimento aos Cotistas e à CVM, observado o disposto no presente Regulamento.

17.7.2. Se a assembléia geral não ocorrer, o 2º (segundo) aviso deverá ser publicado ou uma nova carta deverá ser enviada, com aviso de recebimento, aos Cotistas e, simultaneamente, à CVM, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência.

17.7.3. Para fins do disposto no item 17.7.2 acima, fica ressalvado que a segunda convocação das assembléias gerais poderá ser realizada em conjunto com a publicação do aviso ou envio da carta de primeira convocação.

17.7.4. Exceção feita a qualquer evento de força maior, a assembléia geral deverá ser realizada na sede do Administrador e, sempre que for realizada em qualquer outro local, os avisos ou as cartas enviadas aos Cotistas deverão claramente indicar o local da assembléia, a qual deverá sempre ocorrer na cidade na qual se localiza a sede.

17.7.5. As assembléias dos Cotistas também poderão ser realizadas através de conferência telefônica ou videoconferência, o que não deverá isentar a necessidade de lavratura e assinatura da ata da assembléia geral de Cotistas com uma descrição da ordem do dia da assembléia e os resultados das deliberações tomadas na respectiva assembléia dos Cotistas.

OFÍCIO GERAL
DE REGISTRO

1595805

16957882

SÃO PAULO

- 17.7.6. Fica ainda estabelecido que, independentemente das formalidades descritas nos itens 17.7 a 17.7.6, uma assembléia geral será considerada regular se todos os Cotistas estiverem presentes.

Capítulo II. Eventos de Consulta aos Cotistas

17.8. Os eventos a seguir exigem a avaliação dos Cotistas, através de uma assembléia geral para a definição de uma potencial hipótese de liquidação antecipada do Fundo ("Liquidação Antecipada") (um "Evento de Consulta aos Cotistas"):

- (i) se, durante 3 (três) meses consecutivos, incluindo durante os 3 (três) primeiros meses de operação do Fundo, seu Patrimônio Líquido médio for inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (ii) se as Cotas Seniores sofrerem um rebaixamento de classificação superior a 2 (dois) pontos na escala nacional da Agência de Classificação de Risco;
- (iii) não pagamento de qualquer distribuição às Cotas Seniores em qualquer Data de Amortização, e o referido inadimplemento não for sanado em um prazo de 5 (cinco) dias;
- (iv) falha pelo Cedente, na qualidade de Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, em devidamente cumprir ou executar, sob qualquer aspecto relevante, quaisquer avenças ou acordos estabelecidos em qualquer Documento da Operação do qual seja uma parte, cuja falha não seja sanada por um prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos após a data na qual a notificação escrita da falha em questão, exigindo o seu saneamento, tenha sido enviada pelo Administrador ao Cedente;
- (v) qualquer declaração ou garantia realizada pelo Cedente em qualquer Documento da Operação ou qualquer informação contida em qualquer Documento da Operação (a) ficar comprovada incorreta sob qualquer aspecto relevante quando prestadas ou efetuadas, e permaneçam incorretas sob qualquer aspecto relevante por um prazo de 30 (trinta) dias após a data na qual uma notificação por escrito desta falha, exigindo o seu saneamento, tenha sido enviada ao Cedente pelo Administrador e (b) em decorrência da imprecisão em questão, os interesses dos Cotistas sejam relevante e

OFICIAL R.T.O.
MICROFILME

69

16 SET 88 1595805

SAO PAULO

SAO PAULO

adversamente afetados, ficando ressalvado, no entanto, que nenhum Evento de Consulta aos Cotistas será considerado ocorrido se o Cedente readquirir ou substituir tal Recebível em Garantia nos termos do Contrato de Cessão;

- (vi) na hipótese da ocorrência de um Evento Fiscal Adverso;
- (vii) alterações ao Regulamento em decorrência de uma exigência ou ordem emitida pela CVM que adversamente afetem o desempenho do Fundo;
- (viii) o descumprimento pelo Administrador de seus deveres e obrigações descritos no presente Regulamento e no Contrato de Cessão, devido a dolo, culpa ou fraude, verificado pela Empresa de Auditoria ou por um representante dos Cotistas, se houver, desde que, se o inadimplemento em questão for informado pela Empresa de Auditoria ou pelo representante dos Cotistas, o Administrador não sanar o inadimplemento em questão no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;
- (ix) caso, em qualquer Data de Amortização, a Taxa Mensal de Pagamento média dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos para os 3 (três) meses precedentes for inferior a 25% (vinte e cinco por cento);
- (x) se o Índice de Subordinação e/ou o Índice Mezanino não forem cumpridos por mais de 5 (cinco) Dias Úteis ou se o Cedente não responder tempestivamente à solicitação referida no item 14.7 acima; e
- (xi) se o Índice Sênior não for cumprido por um período superior a 5 (cinco) Dias Úteis.

17.8.1. Na hipótese de quaisquer dos eventos listados no item 17.8 acima, (i) o Administrador deverá imediatamente suspender o pagamento das amortizações das Cotas ainda devidas; e (ii) o Administrador deverá convocar uma assembléia geral durante a qual a Liquidação Antecipada do Fundo deverá ser discutida. Se a assembléia geral de Cotistas não aprovar a Liquidação Antecipada do Fundo, qualquer Cotista Sênior dissidente terá o direito de solicitar o resgate antecipado de suas Cotas Seniores, pelo valor das Cotas Seniores correspondentes no momento da deliberação da assembléia geral.

XVIII. LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO

Capítulo I. Liquidação Antecipada do Fundo

18.1. O Fundo poderá ser liquidado em qualquer das hipóteses listadas a seguir (cada, um "Evento de Liquidação Antecipada"):

- (i) se os Cotistas deliberarem, durante uma assembléia geral especialmente convocada para a discussão de um Evento de Consulta aos Cotistas, sujeito ao quorum descrito no item 17.3, (vii), deste Regulamento; ou
- (ii) na hipótese de qualquer Evento de Liquidação Antecipada Automática do Fundo.

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

1595805

60-
1687
5002

SÃO PAULO

18.1.1. Na hipótese de qualquer evento listado no item 18.1 acima, (a) o Administrador deverá imediatamente suspender o pagamento das amortizações das Cotas que ainda seja devido; e (b) o Administrador deverá convocar uma assembléia geral durante a qual será discutida a Liquidação Antecipada do Fundo. Se a assembléia geral de Cotistas não aprovar a Liquidação Antecipada do Fundo, qualquer Cotista Sênior dissidente terá o direito de solicitar o resgate de suas Cotas Seniores, pelo valor das Cotas Seniores correspondente no momento da deliberação da assembléia geral.

Capítulo II. Liquidação Antecipada Automática do Fundo

18.2. Os eventos a seguir acarretarão a liquidação antecipada automática do Fundo ("Liquidação Antecipada Automática"), sujeito somente às assembléias gerais de Cotistas realizadas para a discussão e deliberação dos procedimentos a serem adotados para a preservação dos direitos e interesses dos Cotistas (cada, um "Evento de Liquidação Antecipada Automática") (sujeito, neste caso, ao quorum descrito no item 17.2 deste Regulamento):

- (i) a exigência da CVM, na hipótese de violação das disposições legais ou regulamentares, incluindo, entre outros, os casos descritos no artigo 9, II, da Instrução CVM 356/01;

OFICIAL RUIO.
MONTAGNE

62

1595805

1657

SAO PAULO

- (ii) se o Administrador renunciar às suas atribuições com relação ao Fundo e não for substituído dentro de 120 (cento e vinte) dias por qualquer motivo;
- (iii) se, por quaisquer 3 (três) Datas de Amortização consecutivas, o valor em depósito na Conta de Reserva for inferior ao Valor Requerido da Conta de Reserva;
- (iv) o não pagamento de qualquer Valor de Amortização Planejado das Cotas Seniores em qualquer Data de Amortização conforme e quando o mesmo se torne vencido e devido, e o referido inadimplemento não for sanado por um prazo de 35 (trinta e cinco) dias após ter sido enviada uma notificação escrita neste sentido ao Cedente pelo Administrador;
- (v) o início de um processo de falência aplicável à GMB;
- (vi) o início de um processo de intervenção, liquidação ou falência, aplicável ao Cedente;
- (vii) se o Cedente não estiver mais atuando como o Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, a insolvência, intervenção, liquidação ou falência do Agente de Cobrança Substituto;
- (ix) (a) (1) a GMAC Inc. ajuíze uma petição ou (2) uma pessoa, que não a GMAC Inc., ajuíze uma petição que não seja negada após 90 (noventa) dias ou (3) seja proferida uma medida judicial contrária à GMAC Inc., em cada caso, nos termos do Capítulo 7 do Código de Falência dos Estados Unidos da América (U.S. Bankruptcy Code) ou uma disposição similar de uma lei estadual ou federal que poderia resultar na liquidação da GMAC Inc.; ou (b) a GMAC Inc. encerre suas operações ou se comprometa a vender ou liquidar todos ou substancialmente todos os seus ativos ou negócios (ou ajuíze uma petição ou outra alegação solicitando a aprovação de quaisquer destes atos), em ambos os casos, após uma petição ter sido ajuizada nos termos do Capítulo 11 do Código de Falência dos Estados Unidos da América (U.S. Bankruptcy Code) ou uma disposição similar de uma lei estadual ou federal;
- (x) (a) a General Motors ajuíze uma petição ou (b) uma pessoa, que não a General Motors, ajuíze uma petição que não seja negada após 90 (noventa)

dias ou (c) seja proferida uma medida judicial contrária à General Motors, em cada caso, nos termos do Capítulo 7 do Código de Falência dos Estados Unidos da América (U.S. Bankruptcy Code) ou uma disposição similar de uma lei estadual ou federal que poderia resultar na liquidação da General Motors; e

(xi) se o Contrato de Cessão for rescindido por qualquer motivo.

18.2.1. No caso de qualquer Evento de Liquidação Antecipada Automática do Fundo, o Administrador deverá suspender o pagamento de quaisquer amortizações das Cotas que ainda seja devido. Nesta hipótese, todas e quaisquer Cobranças depositadas no Valor Disponível na Conta de Reserva deverão ser utilizadas (i) para o pagamento de taxas e despesas devidas; e (ii) para integralmente resgatar as Cotas Seniores. Se existirem Cobranças disponíveis e/ou Valor Disponível na Conta de Reserva após o resgate integral das Cotas Seniores, o Administrador deverá realizar o resgate das Cotas Mezanino e das Cotas Subordinadas, nesta ordem.

Capítulo III. Disposições gerais sobre a Liquidação Antecipada do Fundo

18.3. As normas em vigor que tratam da responsabilidade civil ou criminal dos conselheiros, diretores e administradores de instituições financeiras também se aplicarão nos casos de Liquidação Antecipada do Fundo, na extensão aplicável, não obstante as normas que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

18.4. Na hipótese de Liquidação Antecipada do Fundo, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo e se o Fundo ainda tiver recursos, (i) os Cotistas Seniores deverão receber os valores determinados em conformidade com as disposições previstas no Suplemento, até o Benchmark Sênior; (ii) os Cotistas Mezanino deverão receber os valores determinados de acordo com as disposições previstas no Suplemento, até o respectivo Benchmark Mezanino atribuído à respectiva classe das Cotas Mezanino; e (iii) os Cotistas Subordinados deverão receber os valores remanescentes.

18.5. O Administrador deverá realizar a liquidação do Fundo, observadas as disposições do presente Regulamento ou as deliberações da assembléia geral.

OFICINA DE
MICROFILME

1595805

60

1657

SÃO PAULO

18.6. Nos Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo, será considerado que o Período de Liquidação Antecipada se iniciou e o resgate das Cotas deverá ser realizado de acordo com o procedimento a seguir:

- (i) as taxas e despesas então pendentes deverão ser integralmente pagas;
- (ii) as Cotas Seniores terão prioridade para fins de resgate em moeda nacional e, na hipótese de insuficiência de recursos no Fundo em moeda nacional, os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos serão entregues aos Cotistas Seniores;
- (iii) observada a prioridade das Cotas Seniores definida no item (ii) acima, as Cotas Mezanino deverão da mesma forma ser resgatadas em moeda nacional e/ou através dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, na hipótese de insuficiência de recursos em moeda nacional no Fundo;
- (iv) subsequentemente, as Cotas Subordinadas deverão da mesma forma ser resgatadas em moeda nacional e/ou através dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, na hipótese de insuficiência de recursos no Fundo em moeda nacional;
- (v) o pagamento dos resgates deverá ser efetuado através da utilização dos recursos captados pelo Fundo na qualidade de titular dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos cedidos pelo Cedente, bem como Rendimentos de Investimento e quaisquer quantias que estejam em depósito na Conta de Reserva; e
- (vi) exceção feita a quaisquer Recebíveis em Garantia e a remoção de Linhas nos termos do item 10.4 acima, em nenhuma circunstância ocorrerá (a) recompra dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos pelo Cedente ou (b) outras formas de transferência adicional de recursos pelo Cedente ao Fundo.

XIX. PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

19.1 O Patrimônio Líquido corresponderá ao valor residual dos Ativos do Fundo depois de deduzidos todos os Passivos do Fundo.

19.1.1. Todos os recursos que o Fundo possa receber, a qualquer tempo, do

Cedente e/ou de qualquer terceiro relativo a penalidades, indenização ou taxas compensatórias deverão ser incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo.

XX. PUBLICAÇÕES

20.1. Exceto se um meio diverso de comunicação com os Cotistas for expressamente descrito neste Regulamento, todos os atos, fatos, decisões ou questões que, de qualquer forma, estejam relacionados aos interesses dos Cotistas, inclusive aqueles que possam, direta ou indiretamente, influenciar sua decisão de manter o investimento no Fundo, deverão ser integral e imediatamente divulgados através de (a) um aviso publicado no Periódico do Fundo e (b) uma carta com aviso de recebimento, postada a cada Cotista.

20.2. O Administrador deverá utilizar o mesmo periódico para todas as publicações descritas neste Regulamento e quaisquer alterações neste sentido deverão ser aprovadas pelos Cotistas em uma assembléia geral na forma descrita no presente Regulamento.

20.3. As cópias de quaisquer publicações e avisos mencionados nesta Seção XX deverão ser mantidas à disposição dos Cotistas na sede do Administrador.

20.4. As informações ou quaisquer materiais de propaganda relativos ao Fundo deverão cumprir com as disposições deste Regulamento.

XXI. DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. O Fundo terá seus próprios livros e registros contábeis.

21.1.1. O exercício social do Fundo deverá ser de um ano, e se encerrará em 31 de dezembro de cada ano.

21.2. As demonstrações financeiras anuais do Fundo deverão ser auditadas por um auditor independente registrado junto à CVM e estarão sujeitas às normas contábeis promulgadas pela CVM. Antes da emissão das referidas normas pela CVM, serão aplicadas ao Fundo as disposições do COSIF.

- 21.2.1. Os demonstrativos trimestrais do Fundo, a serem enviados à CVM de acordo com as disposições previstas no item 5.3 (ix) acima, deverão ser examinados pela Empresa de Auditoria durante a realização da auditoria independente descrita no item 21.2 acima.

XXII. FORO

- 21.1. O foro do Distrito de São Paulo, Estado de São Paulo é neste ato eleito para dirimir quaisquer litígios que possam surgir deste Regulamento.

São Paulo, 17 de setembro de 2009

Antonio J. Rodrigues
Procurador
CPF: 083.036.456-20

Amilton Soares Sales
Procurador
CPF: 142.883.228-98

Administrador

69
16 SET 2009
OFICIAL R.D.
MICHIELME
1595805
SÃO PAULO

72

69
16 SET 2001
ANEXO I

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME
1595805

SÃO PAULO

**TERMO DE ADESAO AO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS BANCO GMAC - FINANCIAMENTO A
CONCESSIONÁRIAS**

Pelo presente termo de adesão e para todos os fins legais, o investidor abaixo-assinado, de acordo com o disposto no artigo 23, parágrafo único, da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356/01"), expedida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), neste ato expressamente adere aos termos do regulamento ("Regulamento") do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC - Financiamento a Concessionárias ("Fundo"), cujas disposições o investidor neste ato declara conhecer e aceitar.

O investidor também declara:

- (i) que reconhece:
- (a) que todas as informações relativas ao Fundo serão publicadas no Valor Econômico, edição nacional;
 - (b) que uma Taxa de Administração será devida pelo Fundo ao Administrador do Fundo, em conformidade com os termos das Cláusula 6.1 do Regulamento;
 - (c) o objetivo do Fundo, suas políticas de investimento e de composição dos Ativos do Fundo;
 - (d) que o Administrador e/ou o Gestor não serão responsáveis por quaisquer prejuízos que o Fundo possa sofrer em decorrência do cumprimento de sua Política de Investimento, devido aos riscos inerentes à natureza do Fundo;
 - (e) as possibilidades de prejuízos decorrentes das características dos Ativos do Fundo;
 - (f) os riscos decorrentes do investimento no Fundo e que tais riscos

podem acarretar a perda de parte ou da totalidade do capital investido no Fundo e mesmo um Patrimônio Líquido negativo do Fundo, de acordo com o Regulamento;

- (g) que os investimentos no Fundo não são garantidos pelo FGC ("Fundo Garantidor de Crédito");
- (h) que o Regulamento pode ser alterado em decorrência das normas legais ou regulamentares ou devido às exigências emitidas pela CVM, independentemente de qualquer assembléia geral, em conformidade com os termos do artigo 26, parágrafo único, da Instrução CVM 356/01;
- (ii) que recebeu, nesta data, uma cópia do Regulamento e uma cópia do Prospecto do Fundo; e
- (iii) que é um Investidor Qualificado, de acordo com os termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 24 de agosto de 2004.

[local], [•] de [•] de [•]

Nome do Investidor: [•]

CNPJ/CPF: [•]

69
1681
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME
1595805
SAO PAULO

ANEXO II

MODELO DE SUPLEMENTO AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BANCO GMAC - FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS

Os termos e expressões estabelecidos abaixo terão os mesmos significados a eles atribuídos no Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC- Financiamento a Concessionárias, que constitui parte integrante e inseparável deste Suplemento.

OFICIAL D.D.
SÃO PAULO

16 SET 2015 1595805

SÃO PAULO

Quantidade de Classes da Emissão	Esta emissão compreende [[●] Série de Cotas Seniores / Classe [●] de Cotas Mezanino].
Valor Total da Emissão	<p>O valor total da emissão de [[●] Série de Cotas Seniores / Classe [●] de Cotas Mezanino] é de R\$ [●] ([●] reais).</p> <p>Havendo excesso de demanda pelas [Cotas Seniores da [●] Série / Cotas Mezanino da Classe [●]], o Administrador poderá fazer uso da faculdade prevista no parágrafo segundo do artigo 14 da Instrução CVM 400/03 e distribuir um volume adicional de até 20% (vinte por cento) da quantidade máxima de [Cotas Seniores da [●] Série / Cotas Mezanino da Classe [●]] inicialmente prevista, sem a necessidade de aprovação em assembleia geral ou registro perante a CVM. Nesse caso, o Administrador poderá também, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400/03, distribuir um lote suplementar de [Cotas Seniores da [●] Série / Cotas Mezanino da Classe [●]], nas condições e preços dispostos neste Suplemento, limitado a 15% (quinze por cento) da quantidade de [Cotas Seniores da [●] Série / Cotas Mezanino da Classe [●]] objeto deste Suplemento.</p> <p>Não sendo realizada a distribuição de uma quantidade mínima de [Cotas Seniores da [●] Série / Cotas Mezanino</p>

6^o OFICIAL R.T.O.
MICROFILME

1681 1595805

SÃO PAULO

	da Classe [●]], a oferta das Cotas será imediatamente cancelada pelo Administrador, que deverá comunicar imediatamente os investidores sobre o cancelamento da oferta de todas as Cotas, mediante publicação de aviso no Periódico do Fundo. Nesse caso, os valores até então integralizados pelos Cotistas serão devolvidos pelo Administrador, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação do aviso, sem nenhum acréscimo ou correção.
Valor Unitário da [[●] Série de Cotas Seniores / Classe [●] de Cotas Mezanino] da Emissão	A [[●] Série de Cotas Seniores / Classe [●] de Cotas Mezanino] terá um valor unitário de R\$ [25.000,00 (vinte e cinco mil reais)] na data de emissão.
Valor Mínimo da [[●] Série de Cotas Seniores / Classe [●] de Cotas Mezanino]	[●].
Subscrição da [[●] Série de Cotas Seniores / Classe [●] de Cotas Mezanino] Emitidas	Nos termos do artigo 18 da Instrução nº 400, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários em 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, a subscrição de [[●] Série de Cotas Seniores / Classe [●] de Cotas Mezanino] deverá ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) meses contado a partir da publicação do anúncio de início da distribuição das Cotas objeto do presente Suplemento.
Amortização das [[●] Série de Cotas Seniores / Classe [●] de Cotas Mezanino]	[●], de acordo com a Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização.
Data de Cálculo do Período de Suspensão da Aquisição	[●].
Resgate das [[●] Série de Cotas Seniores / Classe [●] de Cotas Mezanino]	[[●] Série de Cotas Seniores / Classe [●] de Cotas Mezanino].
Benchmark da [[●] Série de Cotas Seniores /	[●].

Classe [●] de Cotas Mezanino]	
Valor Total das Cotas do Fundo após a Emissão	[●].
Patrimônio Líquido Total do Fundo na data de registro da Emissão	R\$ [●] ([●] reais).
[Negociação de [[●] Série de Cotas Seniores / Classe [●] de Cotas Mezanino]	[As Cotas Mezanino Classe A do Fundo deverão ser registradas para negociação no mercado secundário.]
Registro	Este suplemento deverá registrado junto ao [●] Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo.

São Paulo, [●] de [●] de [●]

OFICIAL PÚBLICO
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

1595805

16 SET 2002

SÃO PAULO

**Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na
qualidade de administrador do Fundo de Investimento em Direitos
Creditórios Banco GMAC - Financiamento a Concessionárias**

Testemunhas:

1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF:

JUR_SP_8327311v29 3324.269118 C:/meus_documentos/cmaa/pna/compila/portuguesa_jur_sp_8145852_7

Anexo ao Suplemento

Os termos e expressões estabelecidos abaixo terão os mesmos significados a eles atribuídos no Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC- Financiamento a Concessionárias, que constitui parte integrante e inseparável deste anexo ao Suplemento.

1. Após a Data de Emissão, o valor de cada Cota Sênior deverá ser calculado em cada Dia Útil para determinação do valor a ser integralizado, amortizado ou resgatado com relação a tal Cota Sênior, ficando ressalvado que tal valor deverá ser equivalente o que for menor entre (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Cotas Seniores em circulação; e (ii) o valor calculado pela seguinte fórmula:

$$VCS_T = (VCS_{T-1} - VVAP_{T-1}) \times \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spreads_n}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

VCS_T	Valor unitário de cada Cota Sênior calculado na data "T".
VCS_{T-1}	Valor unitário de cada Cota Sênior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª (primeira) Data de Emissão, VCS_{T-1} será igual ao valor unitário de emissão da Cota Sênior.
$VVAP_{T-1}$	Valor unitário do Valor de Amortização Planejada efetivamente pago aos Cotistas Seniores, no Dia Útil anterior à data "T".
DI_{T-1}	Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Por exemplo: caso a Taxa DI seja 12,00%, então $DI_{T-1} = 12,00$; e
$Spreads_n$	Benchmark Sênior, com base num percentual ao ano sobre um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, nos termos do respectivo Suplemento. Exemplo: se o Benchmark Sênior for 1% (um por cento) sobre a Taxa DI por ano, então $Spreads_n = 1$.

2. Nas mesmas datas de cálculo do valor de cada Cota Sênior, o valor de cada Cota Mezanino também deverá ser calculado para determinação do valor a ser integralizado, amortizado ou resgatado com relação a tal Cota Mezanino, ficando ressalvado que tal valor deverá ser equivalente o que for menor entre (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Cotas Seniores em circulação; e (ii) o valor calculado pela seguinte fórmula:

$$VCM_T = (VCM_{T-1} - VVAPM_{T-1}) \times \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread_{Mz}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{360}}$$

onde:

VCM_T	Valor unitário de cada Cota Mezanino calculado na data "T"
VCM_{T-1}	Valor unitário de cada Cota Mezanino calculado no Dia Útil anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª (primeira) Data de Emissão, o VCM_{T-1} será igual ao valor unitário de emissão de cada Cota Mezanino na Data de Emissão;
$VVAPM_{T-1}$	Valor unitário do Valor de Amortização Planejada efetivamente pago aos Cotistas Mezanino, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T".
DI_{T-1}	Taxa DI, referente ao Dia Útil anterior à data "T". Por exemplo: caso a Taxa DI seja 12,00%, então $DI_{T-1} = 12,00$; e
$Spread_{Mz}$	Benchmark Mezanino, com base num percentual anual sobre um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, nos termos do Suplemento relevante. Exemplo: caso o Benchmark Mezanino seja 5% (um por cento) sobre a Taxa DI por ano, então $Spread_{Mz} = 5$.

3. A amortização das Cotas, durante o Período de Amortização planejada, será calculada de acordo com a fórmula abaixo:

Valor unitário do Valor de Amortização Planejada da Cota = Valor unitário de emissão da Cota / [número de Datas de Amortização aplicável ao respectivo Período de Amortização Planejada], acrescido da valorização da Cota até o dia útil imediatamente anterior à respectiva Data de Amortização.

4. Caso a Taxa DI esteja temporariamente indisponível, quando do cálculo do valor de cada uma das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino, a mais recente Taxa DI disponível deverá ser utilizada, caso no qual nenhuma compensação financeira será devida pelo Fundo aos Cotistas quando a Taxa DI aplicável tornar-se disponível novamente.

5. Na hipótese de extinção da Taxa DI ou caso a Taxa DI esteja juridicamente indisponível para calcular o valor de cada Cota Sênior e Cota Mezanino, ou na hipótese de a Taxa DI estar indisponível por um período de mais de 10 (dez) Dias Úteis consecutivos ou 15 (quinze) Dias Úteis dentro de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de ocorrência de qualquer um de tais eventos, o Administrador deverá convocar uma assembléia geral de Cotistas dentro de 2 (dois) Dias Úteis, na qual os novos critérios para o cálculo do valor de cada uma das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino deverá ser deliberado. Até a definição dos novos critérios, a última Taxa DI disponível deverá ser utilizada para o cálculo do valor de cada Cota Sênior e Cota Mezanino, hipótese na qual nenhuma compensação financeira será devida pelo Fundo aos Cotistas quando a Taxa DI aplicável tornar-se disponível novamente.

60
16
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

1593805

SÃO PAULO

Anexo B

- Suplementos - Primeira Série de Cotas Seniores e Cotas Mezanino de Classe A

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO
EM DIREITOS CREDITÓRIOS BANCO GMAC - FINANCIAMENTO A
CONCESSIONÁRIAS**

Os termos e expressões estabelecidos abaixo terão os mesmos significados a eles atribuídos no Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC- Financiamento a Concessionárias, que constitui parte integrante e inseparável deste Suplemento.

Classe das Cotas Mezanino sujeita à Emissão	Esta emissão compreende Cotas Mezanino de Classe A.
Valor Total da Emissão	<p>A emissão das Cotas Mezanino de Classe A compreenderá até 273 (duzentas e setenta e três) Cotas Mezanino, perfazendo um valor total de até R\$ 6.825.000,00 (seis milhões, oitocentos e vinte e cinco mil reais).</p> <p>Havendo excesso de demanda pelas Cotas Mezanino de Classe A, o Administrador poderá fazer uso da faculdade prevista no parágrafo segundo do artigo 14 da Instrução CVM 400/03 e distribuir um volume adicional de até 20% (vinte por cento) da quantidade máxima de Cotas Mezanino de Classe A inicialmente prevista, sem a necessidade de aprovação em assembléia geral ou registro perante a CVM. Nesse caso, o Administrador poderá também, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400/03, distribuir um lote suplementar de Cotas Mezanino de Classe A, nas condições e preços dispostos neste Suplemento, limitado a 15% (quinze por cento) da quantidade de Cotas Mezanino de Classe A objeto deste Suplemento.</p>

JUR_SP_8835510V8_3324269118 C:\Documents and Settings\ide818831\Temporary Internet Files\OLK34UUR_SP_8835510_8 (3).DOC



	Não sendo realizada a distribuição de uma quantidade mínima de Cotas Mezanino de Classe A, a oferta das Cotas será imediatamente cancelada pelo Administrador, que deverá comunicar imediatamente os investidores sobre o cancelamento da oferta de todas as Cotas Mezanino de Classe A, mediante publicação de aviso no Periódico do Fundo. Nesse caso, os valores até então integralizados pelos Cotistas serão devolvidos pelo Administrador, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação do aviso, sem nenhum acréscimo ou correção.
Valor Unitário das Cotas Mezanino de Classe A da Emissão	As Cotas Mezanino de Classe A terão um valor unitário de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada na Data de Emissão.
Valor Mínimo da Emissão das Cotas Mezanino de Classe A	Uma quantidade mínima de 137 (cento e trinta e sete) Cotas Mezanino de Classe A deverá ser subscrita e integralizada, perfazendo um valor total mínimo de R\$ 3.425.000,00 (três milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil reais).
Subscrição das Cotas Mezanino de Classe A	Nos termos do artigo 18 da Instrução nº 400, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários em 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, a subscrição das Cotas Mezanino de Classe A deverá ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) meses contado a partir da publicação do anúncio de início da distribuição das Cotas objeto do presente Suplemento.
Período Revolvente	<p>O Período Revolvente terá a duração de 6 (seis) Períodos de Cobrança, iniciados a partir da Data de Emissão.</p> <p>Durante o Período Revolvente, os Cotistas Mezanino de Classe A somente terão direito a receber a taxa de retorno acumulada pelas suas Cotas, até o Benchmark Mezanino abaixo definido.</p> <p>Durante o Período Revolvente, nenhum valor relativo a título de amortização ou resgate será pago ou acumulado na Conta de Distribuição.</p>

	<p>Durante o Período Revolvente, as Cobranças serão utilizadas para pagar as taxas e despesas do Fundo, Despesas de Cobrança, a Taxa de Retorno aos Cotistas Seniores equivalente ao respectivo Benchmark Sênior e a Taxa de Retorno aos Cotistas Mezanino de Classe A equivalente ao Benchmark Mezanino abaixo definido. Quaisquer Cobranças remanescentes deverão ser utilizadas para adquirir Direitos Creditórios Elegíveis adicionais do Cedente.</p>
Amortização das Cotas Mezanino de Classe A	<p>As Cotas Mezanino de Classe A serão amortizadas a partir da 7ª (sétima) Data de Amortização, em 18 (dezoito) parcelas iguais equivalentes ao Valor de Amortização Planejado, a serem pagas em cada Data de Amortização.</p> <p>Em cada Data de Amortização durante o Período de Amortização Planejada, a amortização das Cotas Mezanino de Classe A e a distribuição dos resultados pelo Fundo deverão observar a ordem de prioridade definida no item 14.12 do Regulamento.</p> <p>Cada Valor de Amortização Planejado a ser distribuído aos Cotistas Mezanino de Classe A durante o Período de Amortização Planejada deverá ser calculado na forma do Anexo I ao presente Suplemento e deverá levar em consideração a Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização.</p>
Data de Cálculo do Período de Suspensão da Aquisição	<p>13 de abril de 2011.</p> <p>Durante o Período de Suspensão da Aquisição, o Administrador deverá suspender a aquisição de novos Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo e depositar todas as Cobranças remanescentes, após a amortização das Cotas e distribuição de resultados nos termos do item 14.12 do Regulamento, na Conta de Depósito em Dinheiro no valor necessário para resgatar as Cotas Seniores em</p>

	circulação e as Cotas Mezanino de Classe A.
Resgate das Cotas Mezanino de Classe A	<p>As Cotas Mezanino de Classe A deverão ser compulsoriamente resgatadas quando do pagamento da última parcela de amortização dentro do Período de Amortização Planejada, cuja data deverá corresponder ao dia 15 de novembro de 2011 ("<u>Data de Resgate Projetada</u>").</p> <p>Na hipótese de o Fundo não possuir ativos suficientes para resgatar todas as Cotas Mezanino de Classe A na Data de Resgate Projetada, o Administrador deverá prorrogar a amortização das Cotas Mezanino de Classe A, ficando ressalvado que tais Cotas Mezanino de Classe A deverão ser resgatadas dentro de 6 (seis) Datas de Amortização, contadas a partir da Data de Resgate Projetada.</p> <p>Na hipótese de ocorrer um Evento de Liquidação Antecipada, durante o Período de Liquidação Antecipada as Cobranças deverão ser utilizadas para o resgate integral das Cotas, nos termos dos itens 14.14 e 14.14.1 do Regulamento e observada a ordem de prioridade disposta em tais itens.</p>
Valor Inicial da Conta de Reserva	Na Data de Emissão, o Administrador deverá depositar na Conta de Reserva um valor equivalente o maior valor entre (a) o Valor Requerido e (b) o produto do Valor Requerido vigente na primeira Data de Amortização do Período de Amortização Planejada vezes uma fração, o denominador da qual é o Prazo Médio de Pagamento e o numerador da qual é o maior valor entre (A) zero e (B) o Prazo Médio de Pagamento menos o número de Dias Úteis remanescentes no Período Revolvente.
Benchmark das Cotas Mezanino de Classe A	Taxa DI + 5,75% (cinco vírgula setenta e cinco por cento).
Valor Total das Cotas Mezanino de Classe A do Fundo após a	R\$ 6.825.000,00 (seis milhões, oitocentos e vinte e cinco mil reais).

Emissão	
Patrimônio Líquido Total do Fundo na data de registro da Emissão	As Cotas Mezanino de Classe A fazem parte da primeira emissão de Cotas do Fundo.
Negociação das Cotas Mezanino de Classe A	As Cotas Mezanino de Classe A deverão ser registradas para negociação no mercado secundário da BM&FBOVESPA, em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX e no SF – Módulo de Fundos, administrado pela CETIP.
Diretor Responsável	O Sr. Pedro Luiz Guerra , brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 3.673.283 – SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 410.407.598-15, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1111, 2º andar – parte, Bela Vista, desempenhará a função de diretor do Administrador responsável pelo Fundo, respondendo civil e criminalmente por sua administração, supervisão e acompanhamento, bem como pela prestação de informações.
Registro	Este suplemento deverá ser registrado junto ao 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo.

São Paulo, 3 de novembro de 2009


**Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na
qualidade de administrador do Fundo de Investimento em Direitos
Creditórios Banco GMAC – Financiamento a Concessionárias**

Fábio Amorim A. Nascimento
CPF: 128.434.598-00
Procurador

CARLOS ANTÔNIO PEREIRA
CPF 012.925.278-62

Testemunhas:

1. 

- 5 -

JUR_SP 003551008 3324269118

Nome: Douglas Sampaio
CPF: 165 947 638 06

2. Raquel Nunes da Silveira
Nome: Raquel Nunes da Silveira
CPF: 084 125 317 35

A handwritten signature, possibly reading 'R. N. da Silveira', written in dark ink.

Anexo ao Suplemento

Os termos e expressões estabelecidos abaixo terão os mesmos significados a eles atribuídos no Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC- Financiamento a Concessionárias, que constitui parte integrante e inseparável deste anexo ao Suplemento.

1. Após a Data de Emissão, o valor de cada Cota Mezanino de Classe A deverá ser calculado em cada Dia Útil para determinação do valor a ser integralizado, amortizado ou resgatado com relação a tal Cota Mezanino de Classe A, ficando ressalvado que tal valor deverá ser equivalente ao que for menor entre (i) o valor remanescente do Patrimônio Líquido, após ter sido dividido pelo número de Cotas Seniores em circulação, dividido pelo número de Cotas Mezanino de Classe A em circulação; e (ii) o valor calculado pela seguinte fórmula:

$$VCM_T = (VCM_{T-1} - VVAPM_{T-1}) \times \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread_{\text{an}}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{360}}$$

onde:

VCM_T	Valor unitário de cada Cota Mezanino de Classe A calculado na data "T"
VCM_{T-1}	Valor unitário de cada Cota Mezanino de Classe A calculado no Dia Útil anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª (primeira) Data de Emissão, o VCM_{T-1} será igual ao valor unitário de emissão de cada Cota Mezanino de Classe A na Data de Emissão;
$VVAPM_{T-1}$	Valor unitário do Valor de Amortização Planejada efetivamente pago aos Cotistas Mezanino de Classe A, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T".

DI_{T-1} Taxa DI, referente ao Dia Útil anterior à data "T". Por exemplo: caso a Taxa DI seja 12,00%, então $DI_{T-1} = 12,00$; e

$Spread_{Mz}$ Benchmark Mezanino, com base num percentual anual sobre um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, nos termos do Suplemento. Exemplo: caso o Benchmark Mezanino seja 5% (um por cento) sobre a Taxa DI por ano, então $Spread_{Mz} = 5$.

2. A amortização das Cotas Mezanino Classe A, durante o Período de Amortização planejada, será calculada de acordo com a fórmula abaixo:

Valor unitário do Valor de Amortização Planejada da Cota Mezanino Classe A = Valor unitário de emissão da Cota Mezanino Classe A / 18 (dezoito), acrescido da valorização da Cota Mezanino Classe A até o dia útil imediatamente anterior à respectiva Data de Amortização.

3. Caso a Taxa DI esteja temporariamente indisponível, quando do cálculo do valor de cada uma das Cotas Mezanino de Classe A, a mais recente Taxa DI disponível deverá ser utilizada, caso no qual nenhuma compensação financeira será devida pelo Fundo aos Cotistas quando a Taxa DI aplicável tornar-se disponível novamente.

4. Na hipótese de extinção da Taxa DI ou caso a Taxa DI esteja juridicamente indisponível para calcular o valor de cada Cota Mezanino de Classe A, ou na hipótese de a Taxa DI estar indisponível por um período de mais de 10 (dez) Dias Úteis consecutivos ou 15 (quinze) Dias Úteis dentro de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de ocorrência de qualquer um de tais eventos, o Administrador deverá convocar uma assembléia geral de Cotistas dentro de 2 (dois) Dias Úteis, na qual os novos critérios para o cálculo do valor de cada uma das Cotas Mezanino de Classe A deverá ser deliberado. Até a definição dos novos critérios, a última Taxa DI disponível deverá ser utilizada para o cálculo do valor de cada Cota Mezanino de Classe A, hipótese na qual nenhuma compensação financeira será devida pelo Fundo aos Cotistas quando a Taxa DI aplicável tornar-se disponível novamente.

- 8 -

JUR_SP 8835570v8 3324.269118

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO
EM DIREITOS CREDITÓRIOS BANCO GMAC - FINANCIAMENTO A
CONCESSIONÁRIAS**

Os termos e expressões estabelecidos abaixo terão os mesmos significados a eles atribuídos no Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC- Financiamento a Concessionárias, que constitui parte integrante e inseparável deste Suplemento.

Série das Cotas Seniores sujeita à Emissão	Esta emissão compreende a 1ª Série de Cotas Seniores do Fundo.
Valor Total da Emissão	<p>A emissão da 1ª Série de Cotas Seniores do Fundo compreenderá até 8.000 (oito mil) Cotas Seniores, perfazendo um valor total de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).</p> <p>Havendo excesso de demanda pelas Cotas Seniores da 1ª Série, o Administrador poderá fazer uso da faculdade prevista no parágrafo segundo do artigo 14 da Instrução CVM 400/03 e distribuir um volume adicional de até 20% (vinte por cento) da quantidade máxima de Cotas Seniores da 1ª Série inicialmente prevista, sem a necessidade de aprovação em assembléia geral ou registro perante a CVM. Nesse caso, o Administrador poderá também, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400/03, distribuir um lote suplementar de Cotas Seniores da 1ª Série, nas condições e preços dispostos neste Suplemento, limitado a 15% (quinze por cento) da quantidade de Cotas Seniores da 1ª Série objeto deste Suplemento.</p> <p>Não sendo realizada a distribuição da quantidade mínima de Cotas Seniores da 1ª Série abaixo definida, a oferta das</p>

JUR_SP_882495279_3324.259118 C:\Documents and Settings\idm15631\Temporary Internet Files\CIK34\JUR_SP_8824962_9.DOC



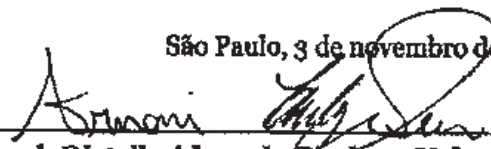
	<p>Cotas Seniores da 1ª Série será imediatamente cancelada pelo Administrador, que deverá comunicar imediatamente os investidores sobre o cancelamento da oferta de todas as Cotas Seniores da 1ª Série, mediante publicação de aviso no Periódico do Fundo. Nesse caso, os valores até então integralizados pelos Cotistas serão devolvidos pelo Administrador, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação do aviso, sem nenhum acréscimo ou correção.</p>
Valor Unitário das Cotas Seniores da 1ª Série da Emissão	<p>As Cotas Seniores da 1ª Série terão um valor unitário de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada na Data de Emissão.</p>
Valor Mínimo da Emissão de Cotas Seniores da 1ª Série	<p>Uma quantidade mínima de 4.000 (quatro mil) Cotas Seniores da 1ª Série deverá ser subscrita e integralizada, perfazendo um valor total mínimo de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).</p>
Subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série	<p>Nos termos do artigo 18 da Instrução nº 400, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários em 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, a subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série deverá ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) meses contado a partir da publicação do anúncio de início da distribuição das Cotas objeto do presente Suplemento.</p>
Período Revolvente	<p>O Período Revolvente terá a duração de 6 (seis) Períodos de Cobrança, iniciados a partir da Data de Emissão.</p> <p>Durante o Período Revolvente, os Cotistas Seniores da 1ª Série somente terão direito a receber a taxa de retorno acumulada pelas suas Cotas, até o Benchmark Sênior abaixo definido.</p> <p>Durante o Período Revolvente, nenhum valor relativo a título de amortização ou resgate será pago ou acumulado na Conta de Distribuição.</p> <p>Durante o Período Revolvente, as Cobranças serão utilizadas para pagar as taxas e despesas do Fundo.</p>

	Despesas de Cobrança, a Taxa de Retorno aos Cotistas Seniores da 1ª Série equivalente ao Benchmark Sênior abaixo definido. Quaisquer Cobranças remanescentes deverão ser utilizadas para adquirir Direitos Creditórios Elegíveis adicionais do Cedente.
Amortização das Cotas Seniores da 1ª Série	<p>As Cotas Seniores da 1ª Série serão amortizadas a partir da 7ª (sétima) Data de Amortização, em 18 (dezoito) parcelas iguais equivalentes ao Valor de Amortização Planejado, a serem pagas em cada Data de Amortização.</p> <p>Em cada Data de Amortização durante o Período de Amortização Planejada, a amortização das Cotas Seniores da 1ª Série e a distribuição dos resultados pelo Fundo deverão observar a ordem de prioridade definida no item 14.12 do Regulamento.</p> <p>Cada Valor de Amortização Planejado a ser distribuído aos Cotistas Seniores da 1ª Série durante o Período de Amortização Planejada deverá ser calculado na forma do Anexo I ao presente Suplemento e deverá levar em consideração a Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização.</p>
Data de Cálculo do Período de Suspensão da Aquisição	<p>13 de abril de 2011.</p> <p>Durante o Período de Suspensão da Aquisição, o Administrador deverá suspender a aquisição de novos Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo e depositar todas as Cobranças remanescentes, após a amortização das Cotas e distribuição de resultados nos termos do item 14.12 do Regulamento, na Conta de Depósito em Dinheiro no valor necessário para resgatar as Cotas Seniores da 1ª Série.</p>
Resgate das Cotas Seniores da 1ª Série	As Cotas Seniores da 1ª Série deverão ser compulsoriamente resgatadas quando do pagamento da última parcela de amortização dentro do Período de Amortização Planejada, cuja data deverá corresponder ao

	<p>dia 15 de novembro de 2011 ("Data de Resgate Projetada").</p> <p>Na hipótese de o Fundo não possuir ativos suficientes para resgatar todas as Cotas Seniores da 1ª Série na Data de Resgate Projetada, o Administrador deverá prorrogar a amortização das Cotas Seniores da 1ª Série, ficando ressalvado que tais Cotas Seniores da 1ª Série deverão ser resgatadas dentro de 6 (seis) Datas de Amortização, contadas a partir da Data de Resgate Projetada.</p> <p>Na hipótese de ocorrer um Evento de Liquidação Antecipada, durante o Período de Liquidação Antecipada as Cobranças deverão ser utilizadas para o resgate integral das Cotas, nos termos dos itens 14.14 e 14.14.1 do Regulamento e observada a ordem de prioridade disposta em tais itens.</p>
Valor Inicial da Conta de Reserva	Na Data de Emissão, o Administrador deverá depositar na Conta de Reserva um valor equivalente o maior valor entre (a) o Valor Requerido e (b) o produto do Valor Requerido vigente na primeira Data de Amortização do Período de Amortização Planejada vezes uma fração, o denominador da qual é o Prazo Médio de Pagamento e o numerador da qual é o maior valor entre (A) zero e (B) o Prazo Médio de Pagamento menos o número de Dias Úteis remanescentes no Período Revolvente.
Benchmark das Cotas Seniores da 1ª Série	Taxa DI + 3% (três por cento).
Valor Total das Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo após a Emissão	R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).
Patrimônio Líquido Total do Fundo na data de registro da Emissão	As Cotas Seniores da 1ª Série fazem parte da primeira emissão de Cotas do Fundo.
Negociação das Cotas Seniores da 1ª Série	As Cotas Seniores da 1ª Série deverão ser registradas para negociação no mercado secundário da BM&FBOVESPA,

	em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX e no SF – Módulo de Fundos, administrado pela CETIP.
Diretor Responsável	O Sr. Pedro Luiz Guerra, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 3.673.283 – SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 410.407.598-15, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1111, 2º andar – parte, Bela Vista, desempenhará a função de diretor do Administrador responsável pelo Fundo, respondendo civil e criminalmente por sua administração, supervisão e acompanhamento, bem como pela prestação de informações.
Registro	Este suplemento deverá ser registrado junto ao 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo.

São Paulo, 3 de novembro de 2009

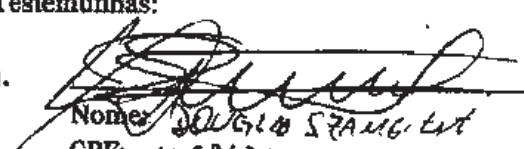

**Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na
qualidade de administrador do Fundo de Investimento em Direitos
Creditórios Banco GMAC – Financiamento a Concessionárias**

Fabiano Amorim A. Nascimento
CPF: 128.434.598-00
Procurador

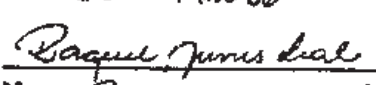
CARLOS ANTONIO PEREIRA
CPF: 012.925.278-62

Testemunhas:

1.


Nome: DOUGLAS S. F. L. L. L.
CPF: 105.947.038-00

2.


Nome: RAQUEL NUNES LEAL
CPF: 089.125.37-35

- 5 -

Anexo ao Suplemento

Os termos e expressões estabelecidos abaixo terão os mesmos significados a eles atribuídos no Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC- Financiamento a Concessionárias, que constitui parte integrante e inseparável deste anexo ao Suplemento.

1. Após a Data de Emissão, o valor de cada Cota Sênior da primeira série deverá ser calculado em cada Dia Útil para determinação do valor a ser integralizado, amortizado ou resgatado com relação a tal Cota Sênior da primeira série, ficando ressalvado que tal valor deverá ser equivalente o que for menor entre (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Cotas Seniores em circulação; e (ii) o valor calculado pela seguinte fórmula:

$$VCS_T = (VCS_{T-1} - VVAP_{T-1}) \times \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

VCS_T	Valor unitário de cada Cota Sênior da primeira série calculado na data "T".
VCS_{T-1}	Valor unitário de cada Cota Sênior da primeira série calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª (primeira) Data de Emissão, VCS_{T-1} será igual ao valor unitário de emissão da Cota Sênior da primeira série.
$VVAP_{T-1}$	Valor unitário do Valor de Amortização Planejada efetivamente pago aos Cotistas Seniores da primeira série, no Dia Útil anterior à data "T".
DI_{T-1}	Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Por exemplo: caso a Taxa DI seja 12,00%, então $DI_{T-1} = 12,00$; e

$Spreads_n$ Benchmark Sênior, com base num percentual ao ano sobre um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, nos termos do Suplemento. Exemplo: se o Benchmark Sênior for 1% (um por cento) sobre a Taxa DI por ano, então $Spreads_n = 1$.

2. A amortização das Cotas Seniores da primeira série, durante o Período de Amortização Planejada, será calculada de acordo com a fórmula abaixo:

Valor unitário do Valor de Amortização Planejada da Cota Sênior da primeira série = Valor unitário de emissão da Cota Sênior da primeira série / 18 (dezoito), acrescido da valorização da Cota Sênior da primeira série até o Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Amortização.

3. Caso a Taxa DI esteja temporariamente indisponível, quando do cálculo do valor de cada uma das Cotas Seniores da primeira série, a mais recente Taxa DI disponível deverá ser utilizada, caso no qual nenhuma compensação financeira será devida pelo Fundo aos Cotistas quando a Taxa DI aplicável tornar-se disponível novamente.

4. Na hipótese de extinção da Taxa DI ou caso a Taxa DI esteja juridicamente indisponível para calcular o valor de cada Cota Sênior da primeira série, ou na hipótese de a Taxa DI estar indisponível por um período de mais de 10 (dez) Dias Úteis consecutivos ou 15 (quinze) Dias Úteis dentro de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de ocorrência de qualquer um de tais eventos, o Administrador deverá convocar uma assembléia geral de Cotistas dentro de 2 (dois) Dias Úteis, na qual os novos critérios para o cálculo do valor de cada uma das Cotas Seniores da primeira série deverá ser deliberado. Até a definição dos novos critérios, a última Taxa DI disponível deverá ser utilizada para o cálculo do valor de cada Cota Sênior da primeira série, hipótese na qual nenhuma compensação financeira será devida pelo Fundo aos Cotistas quando a Taxa DI aplicável tornar-se disponível novamente.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo C

- Relatório de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 13 de outubro de 2009

Relatório de Rating Preliminar

**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC -
Financiamento a Concessionárias**

A Standard & Poor's atribuiu ratings preliminares à primeira série de cotas seniores e às cotas mezanino de classe A do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC Financiamento a Concessionárias (FIDC Banco GMAC) em 6 de março de 2009. Recentemente, a Standard & Poor's recebeu dados atualizados sobre a rentabilidade-alvo efetiva das cotas, após a conclusão do processo de bookbuilding, e cópia de uma opinião legal sobre a legalidade da constituição do FIDC e da cessão dos direitos creditórios e garantias acessórias. Os ratings preliminares não foram alterados.

Este relatório de rating preliminar baseia-se em informações obtidas até 13 de outubro de 2009 e não constitui uma recomendação para compra, manutenção ou venda de títulos. Os ratings atribuídos são preliminares, uma vez que a documentação final da transação, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível, e suas cotas ainda não foram distribuídas. A atribuição de um rating final está condicionada ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Quaisquer informações subsequentes poderão resultar na atribuição de ratings diferentes dos preliminares.

Ratings Preliminares em 13 de outubro de 2009

Instrumento	Rating Preliminar*	Subordinação Mínima	Montante Preliminar (em Milhões de R\$)	Data de Resgate Projetada	Vencimento Legal Final**
Cotas Seniores	brAAAf	12%	200	17 de outubro de 2011	16 de abril de 2012
Cotas Mezanino de Classe A	brAf	9%	6,8	17 de outubro de 2011	16 de abril de 2012
Cotas Subordinadas	Não Classificadas	Não aplicável	Até 20,5	Não aplicável	Não aplicável

* O rating de crédito de cada classe de títulos mobiliários é preliminar e está sujeito a modificações.

** Data de Resgate Estendida, conforme determinado na documentação do FIDC.

Perfil

FIDC: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC - Financiamento a Concessionárias (FIDC Banco GMAC)

Data prevista para o lançamento: Outubro de 2009

Ativos subjacentes: Recebíveis relativos a adiantamentos feitos pelo Banco GMAC S.A. (Banco GMAC) a concessionárias de veículos ligadas à General Motors do Brasil Ltda. (GMB), de acordo com um contrato de financiamento floor plan, para financiamento de aquisição de veículos novos e usados produzidos ou distribuídos principalmente pela GMB; direito de constituição de penhor sobre os veículos financiados e outras garantias acessórias.

Originador e Agente de Cobrança: Banco GMAC S.A.

Administradora: Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Citibank)

Gestora: Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (VAM)

Banco Centralizador: Banco ABN Amro Real S.A. (ABN Amro Real)

Fundamentos

Os ratings preliminares atribuídos às cotas do FIDC Banco GMAC refletem:

- O reforço de qualidade de crédito na forma de subordinação de cotas e Conta de Reserva;
- A qualidade de crédito e a diversificação dos ativos subjacentes;
- A ordem de prioridade de pagamentos da transação, que atribui maior proteção às classes de cotas mais seniores;
- Os gatilhos de desempenho e os eventos de liquidação antecipada automática estabelecidos pelo regulamento do FIDC;
- Os critérios de elegibilidade e limites de concentração determinados de forma a manter a qualidade e a diversificação da carteira do FIDC;
- O desempenho histórico da carteira de recebíveis elegíveis;
- A estrutura legal adequada da operação.

No dia 6 de março de 2009, a Standard & Poor's atribuiu os ratings preliminares 'brAAAf' e 'brAf', em sua Escala Nacional Brasil de classificação de fundos, à primeira emissão de cotas seniores e de cotas mezanino de classe A, respectivamente, do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC - Financiamento a Concessionárias (FIDC Banco GMAC), no montante agregado de até R\$ 206,8 milhões. A carteira de direitos creditórios do FIDC será composta por recebíveis relativos a adiantamentos feitos pelo Banco GMAC S.A. (Banco GMAC) a concessionárias de veículos ligadas à General Motors do Brasil Ltda. (GMB), de acordo com um contrato de financiamento *floor plan*, para financiamento de aquisição de veículos novos e usados produzidos ou distribuídos principalmente pela GMB.

O rating preliminar 'brAAAf' atribuído às cotas seniores do FIDC Banco GMAC expressa a opinião da Standard & Poor's sobre a qualidade de crédito dessas cotas. O rating preliminar atribuído às cotas seniores do FIDC indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem a carteira do FIDC fornecem proteção EXTREMAMENTE FORTE contra perdas advindas de inadimplência quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

O rating preliminar 'brAf' atribuído às cotas mezanino de classe A do FIDC indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem a carteira do FIDC fornecem FORTE proteção contra perdas advindas de inadimplência quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

Um reforço de qualidade de crédito será proporcionado pela subordinação de cotas (12% para as cotas seniores e 9% para as cotas mezanino). Além disso, uma Conta de Reserva deverá ser mantida durante toda a vida da operação, cujo valor deverá ser equivalente a, no mínimo, o montante estimado de despesas do FIDC para o próximo mês (amortizações de principal e juros e outras despesas regulares do FIDC). O FIDC também poderá se beneficiar de um *spread* excedente, quando houver, proporcionado pela taxa de desconto aplicada na aquisição dos recebíveis elegíveis, cuja fórmula de cálculo levará em conta a Prazo Médio de Pagamento dos recebíveis mais recente, os custos estimados do FIDC, incluindo provisões para perdas, além de um *spread* adicional de 1,0% ao ano.

O FIDC Banco GMAC é um condomínio fechado, com prazo de duração de 50 anos. A primeira série de cotas do FIDC terá um prazo esperado de resgate de 24 meses e um prazo legal final de 30 meses após a emissão. O rendimento e o valor de face das cotas seniores e das cotas mezanino de classe A serão pagos com o fluxo de caixa dos direitos creditórios e outros investimentos. Para cobrir os riscos relacionados aos ativos subjacentes do FIDC, tendo-se em vista as especificidades do ambiente de fundos de direitos creditórios no Brasil, foi estruturado um reforço de qualidade de crédito condizente com a categoria de rating 'brAAAf' para as cotas seniores e de 'brAf' para as cotas mezanino de classe A.

As cotas seniores do FIDC buscarão um retorno alvo equivalente à taxa DI Over acrescida de um *spread* de 3,0% ao ano, enquanto as cotas mezanino de classe A buscarão um retorno alvo equivalente à taxa DI over acrescida de um *spread* de 5,75% ao ano (taxas já definidas após um

processo de *bookbuilding*). As cotas subordinadas (não classificadas pela Standard & Poor's), não possuem rentabilidade alvo, e serão totalmente subscritas e mantidas pelo cedente (Banco GMAC S.A.).

Colateral

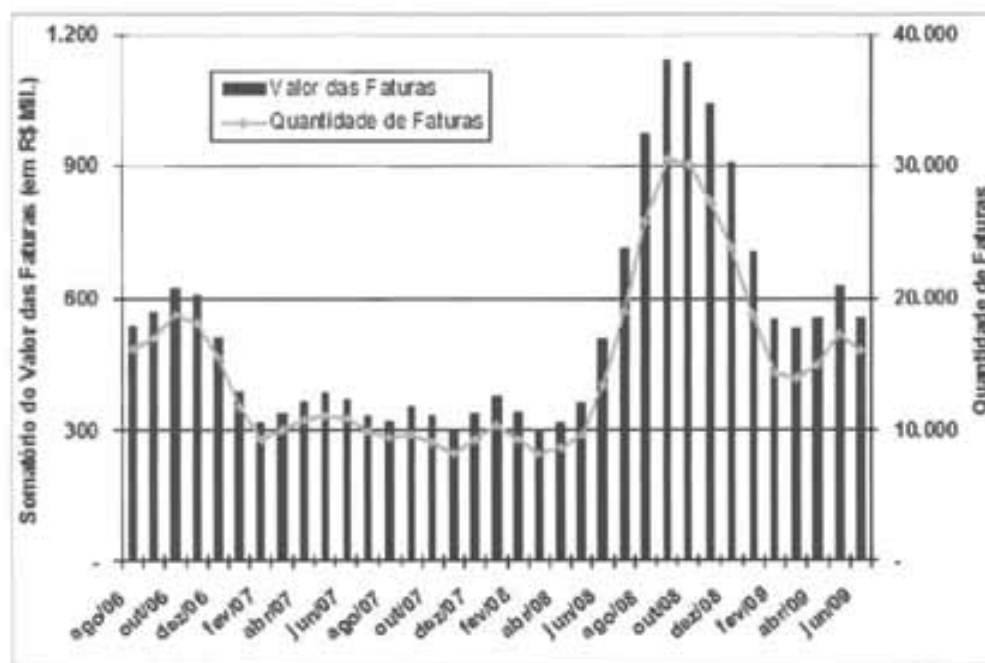
O colateral do FIDC será composto por recebíveis oriundos de linhas de crédito concedidas pelo Banco GMAC a concessionárias de veículos licenciadas pela GMB no Brasil para financiamento de de veículos novos e usados fabricados pela GMB e outras montadoras, que ainda não tenham sido vendidos a um comprador final. Estes recebíveis possuem um prazo máximo de vencimento de 180 dias, com incidência de juros após um período inicial, determinado pela GMB, que pode variar de acordo com o tipo de veículo ou condições de mercado. O recebível deve ser pago pela concessionária após a venda do veículo (de um a três dias após a emissão da nota fiscal, de acordo com os critérios de avaliação do Banco GMAC).

Ao final de junho de 2009, a carteira de financiamento a concessionárias do Banco GMAC apresentava um volume total de R\$ 461 milhões. A carteira apresenta uma dispersão geográfica adequada, com maior concentração no Estado de São Paulo (cerca de 35% do total da carteira), o que está em linha com a dispersão do produto interno bruto (PIB) nacional. Os demais estados representavam individualmente não mais do que 10% da carteira total do banco. A diversificação geográfica ameniza o impacto de uma potencial desaceleração econômica regional sobre a Taxa Mensal de Pagamento e sobre os Índices de inadimplência e perda.

Desempenho Histórico

O Banco GMAC apresentou forte atividade no financiamento a concessionárias durante o ano de 2008, estimulado pelo ambiente econômico favorável que perdurou até o terceiro trimestre do ano passado. O número de concessionárias ativas dentro da base de clientes do banco se elevou de 281 ao final de 2007 para mais de 360 ao final de 2008. Apesar dos efeitos provocados pela desaceleração econômica no Brasil a partir do quarto trimestre de 2008, o estoque médio de recebíveis alcançou aproximadamente R\$ 909 milhões em dezembro de 2008, relacionados a cerca de 23.900 recebíveis, bastante superior aos quase R\$ 337 milhões e cerca de 9.300 recebíveis em dezembro de 2007. Até junho de 2009, o volume de originação do Banco GMAC tem sido robusto, apesar do ambiente econômico mais adverso que prevaleceu durante boa parte do primeiro semestre.

Figura 1 – Evolução do Estoque de Recebíveis



As taxas mensais de pagamento verificadas nos dados históricos da carteira do Banco GMAC (ver Tabela 1 abaixo) têm flutuado de acordo com a sazonalidade de vendas e, em geral, são mais elevadas do que as observadas em carteiras de financiamento a concessionárias licenciadas da General Motors Co. (GM) nos Estados Unidos. Atribuímos este efeito, em parte, ao excelente desempenho da economia doméstica nos últimos anos, que provocou melhoras substanciais nos índices de desemprego e na renda disponível dos trabalhadores, estimulando a indústria automobilística como um todo. Taxas mensais de pagamento mais elevadas indicam um alto volume de fluxo de caixa mensal, e podem contribuir para uma amortização acelerada das cotas do FIDC caso seja necessário.

Tabela 1 – Histórico de Taxa Mensal de Pagamento*

	2009**	2008	2007	2006***
Mês mais alto	135%	167%	171%	123%
Mês mais baixo	88%	54%	108%	58%
Média mensal ponderada	110%	117%	147%	93%

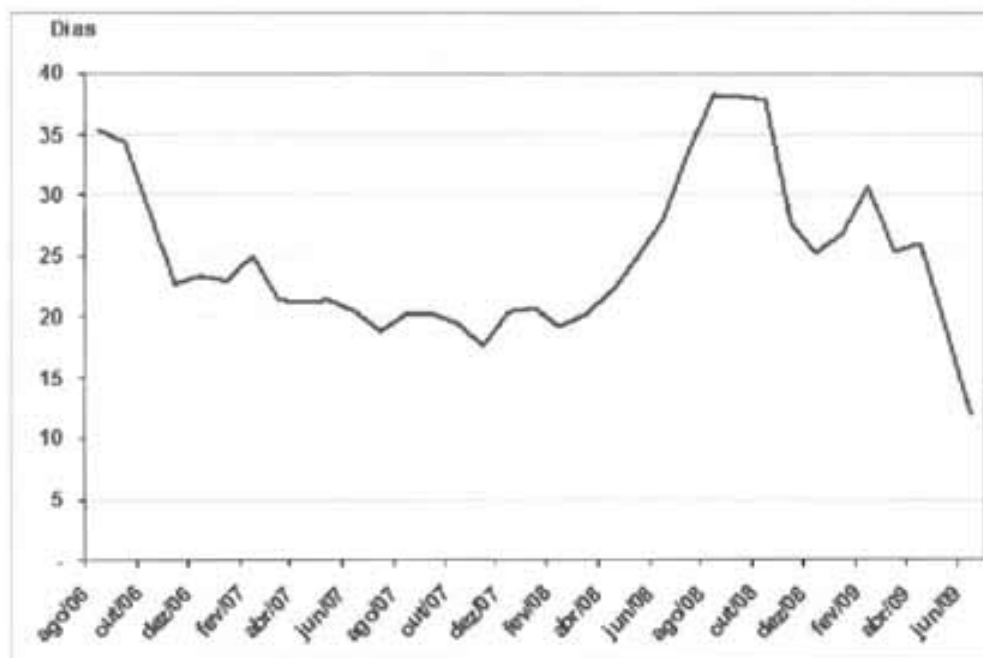
* A taxa mensal de pagamento é o quociente da divisão do volume total de recebimentos durante um mês pela média diária do saldo de recebíveis durante o mesmo mês.

** Dados referentes ao período de janeiro a junho de 2009.

*** Dados referentes ao período de Agosto a Dezembro de 2006.

Já o prazo médio de pagamento dos recebíveis tem oscilado entre 15 e 40 dias nos últimos três anos, com maiores oscilações em períodos promocionais (ver figura 2)

Figura 2 – Prazo Médio Ponderado de Pagamento dos Recebíveis



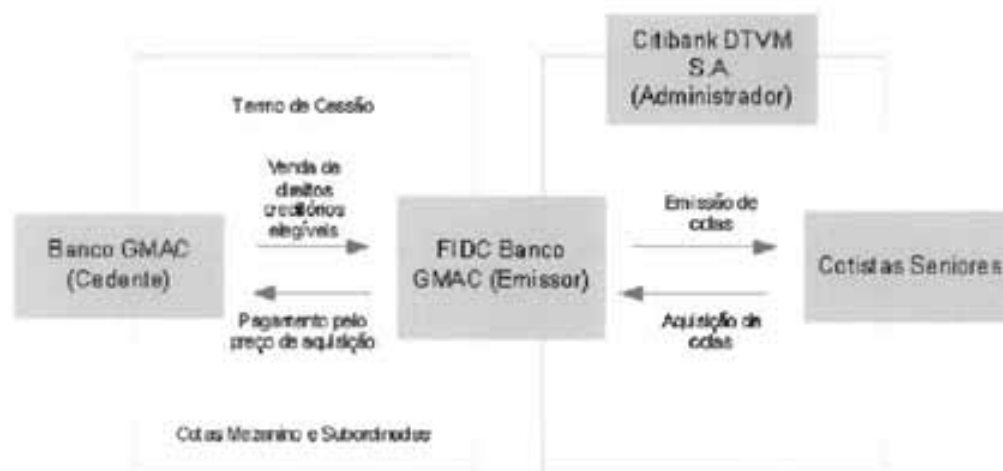
De acordo com os dados recebidos pela Standard & Poor's, o volume de recebíveis pagos com atraso representou somente 0,32% do total originado entre agosto de 2006 e junho de 2009. De acordo com o cedente (Banco GMAC), sua carteira atual de concessionárias não apresentou perdas no período histórico avaliado (desde 2006). Nos poucos casos em que houve dificuldades de recebimento de valores devidos a concessionárias no passado, a existência de garantias (os próprios veículos financiados, além de outras garantias acessórias) propiciou um nível de recuperação muito significativo.

Descrição da Estrutura

O Banco GMAC criou um fundo de investimento em direitos creditórios (o FIDC Banco GMAC), cujo único propósito será o de adquirir direitos creditórios elegíveis originados por meio de suas operações de financiamento a concessionárias de veículos. O FIDC realizará compras periódicas rotativas de direitos creditórios elegíveis. Tão logo os recebíveis sejam pagos (isto é, convertidos em caixa mediante pagamento realizado pelos devedores), o FIDC deverá adquirir novos recebíveis, a uma taxa de desconto estipulada de forma a cobrir suas despesas administrativas, o pagamento do rendimento das cotas seniores e mezanino, além de provisões para perdas.

O FIDC Banco GMAC emitirá cotas seniores, mezanino de classe A e subordinadas, denominadas em reais. O rendimento e o valor de face das cotas seniores e mezanino de classe A serão pagos com o fluxo de caixa do pagamento dos direitos creditórios e de outros investimentos permitidos.

Figura 3 – Estrutura Simplificada da Transação



Fluxo de Pagamentos

Como explicado na seção 'Colateral' acima, o recebível deve ser pago pela concessionária após a venda do veículo, o que deve ocorrer de um a três dias após a emissão da nota fiscal de venda. O prazo de um a três dias é determinado de acordo com a classificação de risco da concessionária atribuída pelo Banco GMAC. Em geral, quanto melhor a classificação de risco da concessionária, maior será o prazo dado para o pagamento após a emissão da nota fiscal de venda.

As concessionárias deverão realizar os pagamentos dos recebíveis em uma das cinco contas abertas pelo Banco GMAC nas instituições financeiras autorizadas: Banco ABN AMRO Real S.A., União de Bancos Brasileiros S.A. – Unibanco, Banco Itaú S.A., HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo e Banco do Brasil S.A.

Em cada dia de cobrança, os bancos de cobrança deverão transferir automaticamente todos os valores relativos aos recebíveis pagos pelas concessionárias no dia anterior, cedidos ou não ao FIDC, para uma conta no Banco Centralizador (ABN Amro). O Banco Centralizador, por sua vez, deverá transferir os valores cedidos ao FIDC Banco GMAC para uma conta em nome do FIDC em até um dia útil após o recebimento dos valores dos bancos de cobrança. No curso normal do programa de securitização (portanto excluindo cenários de liquidação antecipada do FIDC), esta transferência diária será limitada a 10% do valor requerido para o pagamento de amortizações programadas de principal e juros nas datas de amortização (todo dia 15 de cada mês), além de despesas programadas do FIDC Banco GMAC. Esta limitação diária de retenção busca administrar de forma mais eficiente o fluxo de caixa dos direitos creditórios, dada a alta rotatividade dos recebíveis. Os valores remanescentes após a retenção diária deverão ser utilizados para a aquisição de novos direitos creditórios. Ver também seção 'Risco de Fungibilidade' mais adiante neste relatório para maiores detalhes sobre a estrutura de pagamentos do FIDC.

Risco de Fungibilidade

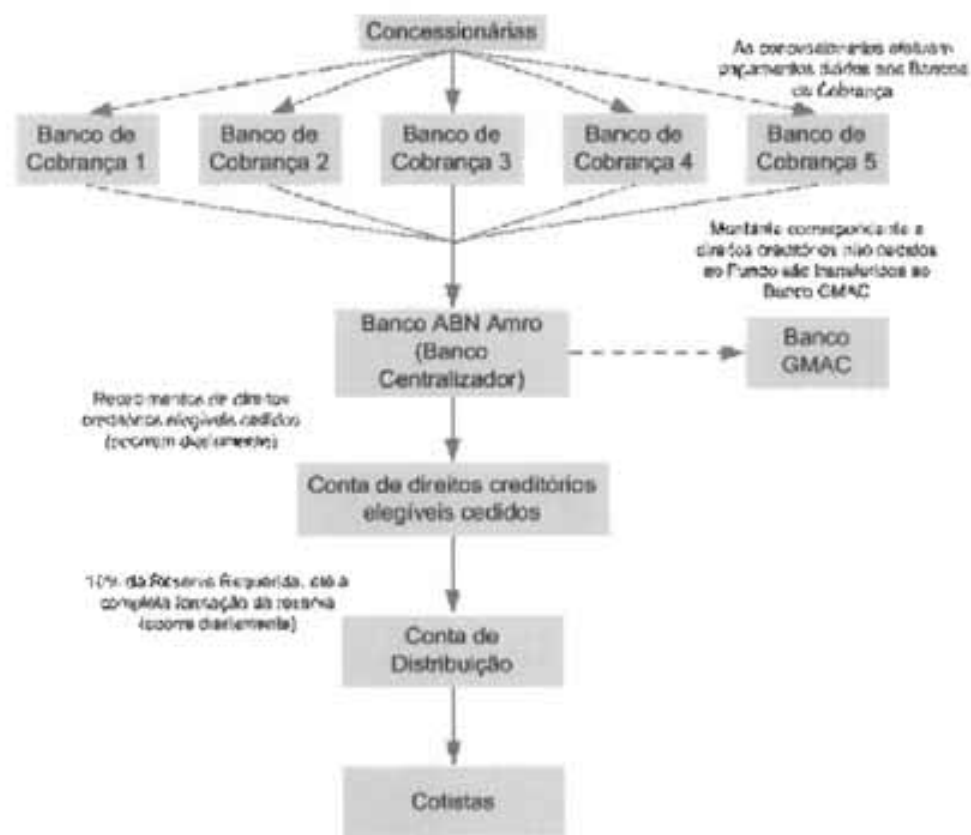
A carteira de recebíveis elegíveis do Banco GMAC apresenta índices de pagamentos e de giro maiores que as de outros tipos de ativos, como empréstimos pessoais, corporativos ou hipotecas.

O prazo médio de recebimento da carteira histórica de recebíveis elegíveis do Banco GMAC é de aproximadamente 26 dias, e os pagamentos são recebidos de modo relativamente uniforme durante o mês. Portanto, num cenário de intervenção ou falência do Banco GMAC, os recebimentos poderiam ficar congelados em contas do Banco GMAC por alguns dias ou semanas até que houvesse uma decisão judicial que autorizasse a liberação dos valores devidos ao FIDC. Por esta razão, o risco de fungibilidade é um ponto crítico de nossa análise.

O FIDC Banco GMAC apresenta risco de fungibilidade, uma vez que os recebimentos dos pagamentos realizados pelas concessionárias em relação aos recebíveis cedidos ao FIDC transitará em contas mantidas pelo Banco GMAC, antes de serem transferidos de forma efetiva ao FIDC (ver fluxo de pagamentos na figura 4). De forma a mitigar os riscos de fungibilidade, cinco novas contas de cobrança serão abertas em cinco bancos de cobrança distintos em nome do Banco GMAC, que deverão concentrar todos os recebimentos relativos aos pagamentos dos recebíveis (cedidos ou não ao FIDC Banco GMAC). Antes do início do FIDC, os cinco bancos de cobrança deverão ter recebido uma ordem formal irrevogável do Banco GMAC para que todos os valores arrecadados sejam transferidos para uma conta, também em nome do Banco GMAC, no Banco Centralizador (ABN Amro). O Banco Centralizador, por sua vez, deverá transferir os valores devidos ao FIDC para uma conta em nome do FIDC, de acordo com informações recebidas pelo Banco GMAC (como Agente de Cobrança do FIDC), e validadas pelo Administrador do FIDC (Citibank). Entendemos que esta estrutura de fluxo de pagamentos ameniza parcialmente os riscos de fungibilidade da transação.

Além disso, o FIDC deverá manter uma reserva de caixa (definida como Conta de Reserva no regulamento do FIDC), equivalente aos custos programados do FIDC para o próximo mês (amortização de principal e juros, além de outras despesas programadas). Esta reserva dará ao FIDC ao menos 30 dias de prazo para que uma potencial decisão judicial contrária à transferência dos valores devidos ao FIDC possa ser contornada.

Figura 4 – Resumo do Fluxo de Pagamentos



Administração da Carteira de Recebíveis

O Banco GMAC será contratado pelo FIDC como Agente de Cobrança dos direitos creditórios. Para evitar o risco de administração da carteira num cenário de liquidação ou intervenção do Banco GMAC, o FIDC estabeleceu salvaguardas que o permitem substituir o Agente de Cobrança em certos cenários. Além disso, o Administrador do FIDC terá acesso a informações sobre os devedores do FIDC (concessionárias) e sobre a carteira cedida, o que permitirá a identificação e eventual notificação dos devedores caso seja necessário. Durante o curso normal do programa de securitização, entendemos que existem incentivos adequados para que o Banco GMAC mantenha um bom nível de qualidade na administração de carteira cedida, como observado historicamente. Nossa opinião baseia-se no fato de que o Banco subscreverá integralmente as cotas subordinadas do FIDC Banco GMAC, portanto qualquer *spread* excedente disponível, após o cumprimento das obrigações seniores do FIDC, será revertido como rendimento às cotas subordinadas, assim como potenciais perdas serão absorvidas inicialmente por estas cotas, antes de atingirem as cotas mais seniores.

Remuneração das Cotas

Ao contrário do que acontece com os títulos de renda fixa e com outros títulos de dívida, um fundo não promete efetuar nenhum pagamento de principal ou de juros aos seus cotistas. Assim, há apenas a previsão de um rendimento alvo. O FIDC Banco GMAC buscará uma meta de retorno para os cotistas seniores equivalente à taxa DI over acrescida de um *spread* de 3,0% ao ano. O FIDC também buscará uma meta de retorno para os cotistas mezanino classe A, que será equivalente à taxa DI over acrescida de um *spread* de 5,75% ao ano. As cotas subordinadas não terão um rendimento alvo determinado, porém se beneficiarão de todo o valor residual disponível.

As parcelas de juros serão amortizadas mensalmente a partir do primeiro mês de vida do FIDC Banco GMAC.

Amortização do Valor de Face das Cotas

As cotas seniores e as cotas mezanino de classe A serão amortizadas em 18 pagamentos mensais consecutivos após um período de carência inicial de seis meses (Período Revolvante), contados a partir da emissão dessas cotas, de forma proporcional. O recebimento dos direitos creditórios fornecerá o caixa necessário para o resgate das cotas. O regulamento do FIDC prevê um Período de Suspensão da Aquisição de novos direitos creditórios, que será calculado em 11 de março de 2011, levando em conta Taxa Mensal de Pagamento mínima dos 12 meses anteriores à data de cálculo. Como o FIDC não poderá adquirir novos recebíveis a partir do início do Período de Suspensão da Aquisição, e os direitos creditórios não podem ter um vencimento superior a 180 dias, os direitos creditórios cedidos terão uma data de vencimento necessariamente inferior ao vencimento legal final da primeira série. Na ocorrência de um evento de liquidação ou de um evento de liquidação automática, a amortização das cotas se tornará sequencial, com preferência ao resgate integral das cotas seniores antes do resgate das cotas mezanino.

As cotas subordinadas, por sua vez, somente serão resgatadas após a amortização total das cotas seniores e mezanino. Poderá haver amortizações extraordinárias de cotas subordinadas durante a vida do FIDC, respeitado os níveis mínimos de subordinação disponíveis aos cotistas seniores e mezanino.

Conta de Reserva

O FIDC deverá constituir uma Conta de Reserva, que deverá respeitar uma fórmula de cálculo que leva em conta (1) as despesas estimadas do mês corrente, (2) as despesas estimadas do mês seguinte, e (3) o primeiro período de amortização de principal (ajustado por uma equação que leva em conta o prazo médio de pagamento mais recente e o prazo restante do período rotativo do FIDC). Dos três resultados, o FIDC deverá manter sempre em sua Conta de Reserva o maior deles. Do ponto de vista prático, entendemos ser importante o fato de que o FIDC sempre manterá em sua Conta de Reserva um valor suficiente para cobrir suas despesas nos 30 dias seguintes. Durante o período de amortização das cotas (após os primeiros seis meses de carência), valerá somente as duas primeiras variáveis de cálculo citadas acima.

O Administrador do FIDC deverá manter os recursos da Conta de Reserva alocados em Investimentos Permitidos conforme determinado pelo Regulamento do FIDC.

Risco de Diluição

A expressão diluição é usada, de modo geral, para se referir a qualquer redução não-caixa no valor de um recebível que não seja decorrente de inadimplência ou perda. Devoluções ou recusa de

veículos, ajustes de crédito, erros de processamento ou eventuais disputas de preço constituem exemplos de diluição potencial. O nível de proteção proporcionado pela subordinação de cotas foi dimensionado de forma a cobrir riscos de diluição, como demonstramos na seção "Análise de Crédito" mais adiante neste relatório.

Crêterios de Elegibilidade

Os documentos da operação estabelecem os critérios de elegibilidade para a aquisição de novos direitos creditórios, uma vez que, em função da natureza rotativa da estrutura, a qualidade de crédito da carteira do FIDC poderá se deteriorar ao longo do tempo. O administrador será responsável por validar cada cessão de direitos creditórios ao FIDC, mediante o recebimento de um arquivo digital a ser enviado pelo cedente, verificando se todos os recebíveis atendem aos critérios de elegibilidade do FIDC.

Entre os principais critérios de elegibilidade, destacamos:

- A classificação de crédito da respectiva concessionária (atribuída pelo Banco GMAC) deverá ser "Satisfatória" ou "Limitada", excluindo-se portanto concessionárias classificadas como "Programada" ou "Negativa de Crédito";
- O direito creditório não poderá estar sujeito ao Programa de Pagamento Diferido (PPD), programa por meio do qual o cedente pode acordar com uma concessionária a não exigência do pagamento imediato de um direito creditório mediante a venda do veículo a ele relacionado para um cliente final;
- O veículo relacionado ao direito creditório deverá ser de um modelo que não tenha mais de cinco anos;
- A data de faturamento do direito creditório deverá ser de no mínimo cinco dias a partir da data de aquisição;
- A data de vencimento do direito creditório não poderá ser superior a 180 dias.

Os critérios de elegibilidade estabelecidos pelo FIDC são consistentes com os dados históricos analisados pela Standard & Poor's.

Limites de Concentração

O FIDC deverá respeitar certos limites de concentração de forma a garantir um grau mínimo de diversificação de sua carteira, e uma exposição relativamente baixa a recebíveis relativos a veículos usados (aos quais, de maneira geral, associa-se maior risco de inadimplência e menor valor residual no caso de necessidade de execução do colateral).

Tabela 2 – Limites de Concentração por Concessionária

Categoria de Concentração	% do PL* (Individual)
3 maiores devedores	5,00%
Do 4º ao 15º maior devedor	2,25%
Demais devedores	1,25%

* Patrimônio Líquido

Os limites de concentração devem levar conta o conceito de grupo econômico, já que em muitos casos um grupo de concessionárias pertence a um único grupo econômico, portanto apresentando risco de inadimplência atrelado. Atualmente, a carteira de financiamento a concessionárias do Banco GMAC é representada por 377 concessionárias ativas, pertencentes a 90 grupos econômicos distintos.

O FIDC também deverá respeitar um limite de exposição de 10% de seu patrimônio líquido a recebíveis relacionadas a veículos usados.

Eventos de Consulta aos Cotistas, Eventos de Liquidação Antecipada e Eventos de Liquidação Antecipada Automática

A ocorrência de um evento de consulta aos cotistas obrigará o Administrador do FIDC Banco GMAC a suspender o pagamento de quaisquer amortizações devidas, e convocar uma Assembleia Geral de Cotistas durante a qual deverá ser discutido se o evento em questão deve ser

considerado um evento de liquidação antecipada do FIDC. Caso a assembleia geral de cotistas não aprove a liquidação antecipada do FIDC, qualquer cotista sênior dissidente terá o direito de solicitar o resgate antecipado de suas cotas seniores, pelo valor das cotas correspondentes no momento da deliberação das assembleias gerais.

Entre os eventos de consulta aos cotistas mais relevantes, destacamos:

- Caso o rating das cotas seniores seja rebaixado mais de dois degraus;
- Caso o FIDC deixe de cumprir quaisquer amortizações programadas de principal e/ou juros, sem que o evento seja sanado em até cinco dias;
- Caso o cedente, na qualidade de Agente de Cobrança, deixe de cumprir ou executar quaisquer avenças ou acordos estabelecidos em qualquer documento do FIDC do qual seja uma parte, cuja falha não seja sanada por um prazo de 60 dias consecutivos após a data de envio de notificação pelo Administrador ao cedente;
- No caso de descumprimento pelo Administrador de seus deveres e obrigações descritos no presente Regulamento e no Contrato de Cessão;
- Caso, em qualquer data de amortização, a Taxa Mensal de Pagamento média dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos para os três meses precedentes for inferior a 25%;
- Caso o nível mínimo de subordinação para cotas seniores e/ou cotas mezanino de classe A não seja cumprido por mais de cinco dias úteis;

Por outro lado, a ocorrência de um evento de liquidação antecipada automática obrigará o Administrador do FIDC a suspender o pagamento de quaisquer amortizações devidas, e utilizar os valores disponíveis, inclusive na Conta de Reserva, para cumprir as obrigações do FIDC na seguinte ordem de prioridade: pagamento de taxas e despesas, resgate integral das cotas seniores, resgate integral das cotas mezanino, e resgate integral das cotas subordinadas.

Entre os eventos de liquidação antecipada automática mais relevantes, destacamos:

- Caso o Administrador renuncie às suas atribuições com relação ao FIDC e não seja substituído dentro de 120 dias por qualquer motivo;
- Caso o valor em depósito na Conta de Reserva seja inferior ao valor requerido por três datas de amortização consecutivas;
- Caso o FIDC deixe de cumprir quaisquer amortizações programadas de principal e/ou juros, das cotas seniores sem que o evento seja sanado em até 35 dias consecutivos após a data de envio de notificação pelo Administrador ao cedente;
- Caso se inicie um processo de falência aplicável à GMB;
- Caso se inicie um processo de intervenção, liquidação ou falência, aplicável ao Banco GMAC;
- Caso ocorra um ajuizamento de petição ou medida judicial nos termos do Capítulo 7 do Código de Falência dos Estados Unidos que resulte na liquidação da GMAC Inc.;
- Caso ocorra um ajuizamento de petição ou medida judicial nos termos do Capítulo 7 do Código de Falência dos Estados Unidos que resulte na liquidação da General Motors Co.;
- Caso o Contrato de Cessão seja rescindido por qualquer motivo.

Análise de Crédito

O desempenho da carteira de financiamento a concessionárias do Banco GMAC reflete a saúde financeira geral das concessionárias, da GMB e do Banco GMAC. A metodologia utilizada pela Standard & Poor's na análise de recebíveis oriundos de contratos de financiamento a concessionárias de veículos concentra-se na análise da capacidade dessas concessionárias de cumprir suas obrigações sob os contratos de financiamento na ausência de suporte da montadora e do banco.

A transação inclui eventos de liquidação antecipada automática, caso se inicie um processo de falência aplicável à GMB ou de intervenção, liquidação ou falência aplicável ao Banco GMAC. Além disso, os documentos do FIDC também preveem a liquidação antecipada automática das cotas na ocorrência de ajuizamento de petição ou medida judicial nos termos do Capítulo 7 do Código de Falência dos Estados Unidos que resultasse na liquidação da GMAC Inc. (rating na escala global 'CCC/Em Desenvolvimento/C'; controladora do Banco GMAC) ou da General Motors

9/12

Co. (sem rating; controladora da GMB).

O modelo de análise utilizado pela Standard & Poor's avalia o risco de perdas potenciais de acordo com os ratings preliminares atribuídos. A premissa que adotamos em nossa análise considera, durante os primeiros seis meses após um evento de liquidação antecipada, que o nível de inadimplência dos recebíveis aumentará de um nível inicial de 14,7% para um nível terminal de 21,5%, para as cotas seniores, e de 12,1% a 17,7% para as cotas mezanino, até que os recebíveis tenham sido totalmente amortizados. A perda efetiva estimada para a carteira de direitos creditórios do FIDC Banco GMAC é obtida após submetermos estes índices de inadimplência a um nível apropriado de severidade de perda, que considera nossa expectativa de que uma parte significativa dos valores inadimplidos deverá ser recuperada por meio da execução de garantias (direito de constituição de penhor sobre o veículo financiado, além de outras garantias acessórias eventuais). Utilizamos uma premissa de severidade de perda de 33,3% na análise das cotas seniores, e de 28,3% na análise das cotas mezanino.

Também assumimos que a Taxa Mensal de Pagamento se deteriora significativamente durante o mesmo período no qual as perdas se acumulam. O nível inicial de Taxa Mensal de Pagamento é definido em um patamar ligeiramente inferior (22,5%) ao gatilho de desempenho estipulado como evento de consulta aos cotistas (de 25,0%), se reduzindo gradualmente até o nível de 16,7% no sexto mês após o evento de amortização antecipada, para as cotas seniores, e ao nível de 17,9% no mesmo horizonte para as cotas mezanino.

Nossa análise também considera o risco de descasamento de taxas, uma vez que a taxa de desconto aplicada na aquisição dos recebíveis é determinada com base no Prazo Médio de Pagamento histórico, de forma que uma rápida deterioração no prazo médio de pagamento poderia resultar em perdas de caixa para o FIDC Banco GMAC. De forma a mitigar este risco, o FIDC se beneficiará de uma taxa de desconto aplicada na aquisição dos recebíveis elegíveis cuja fórmula de cálculo incluirá um *spread* adicional equivalente a 1,0% ao ano, além de considerar outros custos do FIDC (remuneração das cotas, despesas e provisões).

A determinação do rating preliminar atribuído às cotas do FIDC Banco GMAC também considerou os riscos de diluição. Utilizamos um fator de redução de 1,5% sobre o estoque de recebíveis como premissa de estresse na análise de crédito das cotas seniores, e de 1,0% para as cotas mezanino.

Cálculo do Reforço de Qualidade de Crédito

Com base na análise de crédito realizada, e nas premissas adotadas, realizamos o cálculo das perdas consolidadas estimadas aos cotistas, de acordo com os cenários de estresse apropriados para cada categoria de rating. Este resultado foi então comparado ao reforço de qualidade de crédito disponível aos cotistas, conforme resumo na tabela 3 abaixo:

Tabela 3 – Resumo do Cálculo do Reforço de Qualidade de Crédito

	Cotas Seniores (brAAAf)	Cotas Mezanino Classe A (brAf)
Estimativa de perdas de crédito	10,47%	7,96%
Estimativa de perdas por diluição	1,50%	1,00%
Estimativa de perdas totais	11,97%	8,96%
Subordinação mínima disponível	12,00%	9,00%

Análise Legal

O Banco GMAC, como cedente do FIDC Banco GMAC, cederá de forma definitiva ao FIDC a titularidade, os direitos e interesses sobre os direitos creditórios cedidos. O FIDC Banco GMAC é um veículo de investimento que atende aos critérios da Standard & Poor's em relação à segregação de riscos entre ativos cedidos e empresa cedente. A Standard & Poor's recebeu uma opinião legal do escritório de advocacia Pinheiro Neto Advogados confirmando que o contrato de cessão permitirá a venda perfeita e acabada dos direitos creditórios elegíveis ao FIDC, bem como das garantias acessórias.

Além disso, entendemos que o FIDC Banco GMAC apresenta aspectos legais importantes que proporcionam conforto legal adicional a seus cotistas:

- Conforme comentado anteriormente, os eventos de liquidação antecipada do FIDC incorporam cenários de estresse não somente sobre o Banco GMAC e a montadora GMB, como também sobre suas respectivas empresas-matrizes;
- A primeira série de cotas seniores e de cotas mezanino classe A do FIDC terá um vencimento legal final de 30 meses, enquanto seu resgate programado está previsto para ocorrer em 24 meses. Isto nos permite assumir uma maior possibilidade de recuperação de créditos inadimplentes dentro do horizonte de vida legal da transação;
- As compras rotativas de novos direitos creditórios deverá ser interrompida a partir do Período de Suspensão de Aquisição, o que permitirá um acúmulo de caixa mais rápido para o resgate das cotas do FIDC.

Análise de Sensibilidade

Os ratings atribuídos baseiam-se em premissas atualizadas aplicadas pela Standard & Poor's na análise de programas de securitização brasileiros, e particularmente em operações lastreadas por recebíveis oriundos de contratos de financiamento a concessionárias. Essas premissas podem se alterar ao longo do tempo, o que poderia afetar os ratings inicialmente atribuídos.

As perdas históricas observadas na carteira histórica do Banco GMAC, assim como em outras carteiras semelhantes, têm sido relativamente baixas (em geral inferiores a 0,1%). As premissas de perda adotadas pela Standard & Poor's em sua análise de cenários são bastante superiores aos níveis históricos, conforme demonstrado anteriormente na seção 'Análise de Crédito'. Os ratings atribuídos poderiam ser revistos, caso as perdas efetivas ou estimadas excedessem as perdas assumidas nos cenários utilizados. O mesmo vale para as taxas mensais de pagamento.

O horizonte estimado de concentração de perdas, atualmente em seis meses, foi revisado recentemente pela Standard & Poor's (utilizávamos um horizonte de concentração de 12 meses anteriormente). Esta mudança resultou em um maior nível de estresse aplicado em nossa modelagem de risco de crédito. Variações sobre a distribuição temporal de perdas que resultassem em uma maior concentração de perdas em um horizonte de tempo mais curto do que o assumido inicialmente também poderiam resultar em uma revisão dos ratings atribuídos.

Publicações Relacionadas:

"Metodologia Baseada em Princípios Fundamentais para Análise de Ratings de Operações Estruturadas Globais, publicada em português no dia 7 de agosto de 2009 em www.standardandpoors.com.br, clique [aqui](#).

"Standard & Poor's Revises Criteria Assumptions For Auto Dealer Floorplan ABS", artigo de critério disponível somente em inglês, publicado em 5 de fevereiro de 2009 em nosso web site em inglês: www.standardandpoors.com, clique [aqui](#).

Este artigo descreve as metodologias e premissas utilizadas pela Standard & Poor's na análise de operações com lastro em financiamentos a concessionárias.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa. O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de 'brAAAf' (nível mais elevado de proteção) a 'brCCCCf' (nível mais baixo de proteção), baseiam-se na análise de fatores como a qualidade geral de crédito da carteira; os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração, bem como ao risco cambial apresentados pelo fundo.

Analista principal: Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo, 55 (11) 3039-9743,
jp_gil@standardandpoors.com

Analista de monitoramento: Leandro de Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729,
leandro_albuquerque@standardandpoors.com

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2007 pela The McGraw-Hill Companies, Inc.

A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/ratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

Anexo D

- Declaração do Administrador

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR DO FUNDO

CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira devidamente autorizada a administrar fundos de investimento e a gerir carteiras de valores mobiliários pela Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40 (“**Administrador**”), na qualidade de Administrador do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BANCO GMAC – FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS** (“**Fundo**”), por meio do seu diretor estatutário responsável pelo Fundo perante a CVM, Sr. Pedro Luiz Guerra, no âmbito da Distribuição Pública da Emissão de Cotas Seniores da primeira série e Cotas Mezanino de Classe A do Fundo, declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2008, conforme alterada: (a) que o Prospecto (i) contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta, das quotas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (b) que as informações prestadas por ocasião do registro da oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das quotas no âmbito da oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (c) que as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

São Paulo, 25 de maio de 2009



Pedro Luiz Guerra

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo E

- Declaração do Coordenador

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.229.246/0001-10 ("Coordenador Líder"), na qualidade de Coordenador Líder da Distribuição Pública da Emissão de Cotas Seniores da primeira série e Cotas Mezanino de Classe A do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BANCO GMAC – FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS ("Fundo")**, por meio dos seus diretores estatutários, declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2008, conforme alterada: (a) que o Prospecto (i) contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta, das quotas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (b) que as informações prestadas por ocasião do registro da oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das quotas no âmbito da oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (c) que as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

São Paulo, 25 de maio de 2009

Paulo C.T. Maia
Vice-Presidente Executivo
Matr. 2863936

André Guilherme Brandão
DIRETOR EXECUTIVO



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo F

- Relatório da Empresa de Auditoria

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Banco GMAC S.A.

Relatório sobre a aplicação de procedimentos
30 de junho de 2009

ADVISORY

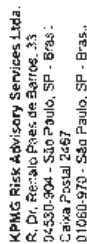
AUDIT • TAX • ADVISORY

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Este relatório foi elaborado a partir da base de dados e das demais informações fornecidas pelo Banco GVAC S.A. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de direitos creditórios não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este relatório não constitui garantia por parte da KPMG quanto a solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo em constituição. Nenhuma decisão de adquirir as quotas deverá ser tomada somente com base nas informações contidas neste relatório. O conteúdo deste relatório deve ser cuidadosamente analisado, levando-se em consideração todas as informações contidas no Prospecto.



© 2009 KPMG, uma das firmas da rede de membros da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Para mais informações, consulte o site www.kpmg.com. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma entidade suíça.



Central Tel
Fax Nacional
Internacional
Internet

55 (11) 2183-3000
55 (11) 2183-3001
55 (11) 2183-3034
www.kpmg.com/b*

26 de agosto de 2009

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, apresentamos nossas considerações no tocante à revisão especial da carteira de recebíveis do Banco GMAC S.A. (Banco GMAC). Tais recebíveis são representados por operações de crédito rotativo oferecidas pelo Banco GMAC S.A. (Banco GMAC) a rede de concessionárias da Chevrolet (Sacados).

Nossos trabalhos tiveram como objetivo apresentar nossas constatações sobre as características demográficas históricas dos recebíveis, a *performance* de pagamentos dos Sacados, bem como levantar informações sobre os procedimentos operacionais e respectivos controles operacionais e respectivos controles relacionados a concessão de crédito, monitoramento e cobrança dos recebíveis.

As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pelo Banco GMAC, para o período compreendido entre 1º de agosto de 2006 e 30 de junho de 2009 (35 meses). Indicamos ainda neste relatório as fontes das demais informações apresentadas.

Além dos procedimentos indicados neste relatório, não empreendemos nenhum trabalho adicional para estabelecer a confiabilidade nos dados disponibilizados. Nossos trabalhos foram executados no período de 31 de julho a 19 de agosto de 2009 e basearam-se no sistema de controles internos vigente durante a execução de nossos trabalhos. Conforme acordado com V.Sas., não foi julgada necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de esse relatório.

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Os procedimentos por nós realizados foram delimitados com representantes do Banco GMAC e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às suas necessidades.

Agradecemos o apoio da gerência e dos funcionários do Banco GMAc no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos necessários.

Azenciosamente.

Fernando Jun Miranda Omori
Gerente sênior

KPMG Risk Advisory Services LLC is a division within a KPMG company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG Network, a Swiss entity.

©2004 Ford Agency Services, Inc. All rights reserved. Ford, the Ford logo, and other trademarks are the property of Ford Motor Company. All other trademarks are the property of their respective owners.

Descrição dos procedimentos realizados

Os procedimentos pré-acordados que constituíram o escopo de nossos trabalhos e as referências para as devidas informações apresentadas neste relatório estão apresentados a seguir:

Recálculo das seguintes informações:

- Identificação do Faturamento Sujeito à Socialização (FLS)
 - Características da base de dados
 - Distribuição do volume financeiro e da quantidade de faturas no período
 - Distribuição do saldo médio mensal
 - Distribuição do volume financeiro e da quantidade de faturas por tipo de Plan no período
 - Ticket médio mensal das faturas por Plan
 - Distribuição do volume financeiro das faturas por faixas de valor
 - Distribuição do volume financeiro das faturas por faixas de valor e de por Plan
 - Distribuição do volume financeiro e da quantidade de faturas originadas por Estado
 - Representatividade e evolução mensal dos 25 maiores grupos de dealers no período
 - Evolução trimestral dos 25 maiores grupos de dealers no período
 - Distribuição das parcelas vencidas e a vencer dos 25 maiores grupos de Dealers
 - Prazo Médio de Pagamento Consolidado
 - Prazo Médio de Pagamento New
 - Prazo Médio de Pagamento Used
 - Evolução do prazo médio de emissão até o pagamento
 - Distribuição do volume financeiro por classificação de risco dos Dealers – Outstanding em dezembro de 2008 e 2007
 - Distribuição do volume financeiro por classificação de risco dos Dealers - Faturas originadas em dezembro de 2008 e 2007
 - Distribuição dos prazos de pagamento das faturas
 - Análise de performance por safra
 - Análise de performance de pagamentos por safra em relação ao saldo em aberto
- Conciliação da base de dados com os registros contábeis
- Verificação das faturas
- Descrição dos procedimentos de originação e cobrança dos recebíveis

Seção 2

Tabela 2.1

Tabela 2.2

Tabela 2.3 e Gráfico 2.1

Tabela 2.4 e Gráfico 2.2

Tabela 2.5 e Gráfico 2.3

Tabela 2.6 e Gráfico 2.4

Tabela 2.7 e Gráfico 2.5

Tabela 2.8 e Gráfico 2.6

Tabela 2.9 e Gráfico 2.7

Tabela 2.10

Gráfico 2.8

Tabela 2.11 e Gráfico 2.9

Tabela 2.12 e Gráfico 2.10

Tabela 2.13 e Gráfico 2.11

Gráfico 2.12

Tabela 2.14 e Gráfico 2.13

Tabela 2.15 e Gráfico 2.14

Tabela 2.16

Tabela 2.17

Tabela 2.18

Seção 3.1

Seção 3.2

Seção 3.3



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filial-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. NOME 00460.
KPMG é o logotipo da KPMG, um marca registrada da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis

Seção 2
Tabela 2.1 – Identificação do Faturamento Sujeito à Securitização (FLS)

Descrição	Somatório do Valor das Faturas R\$(000)	%	%Acum.	Quantidade de Faturas	%	%Acum.
Total Base Recebível	20.589.223	100,00%		592.550	100,00%	
(-) Exclusões						
DEMO	2.692	0,01%	0,01%	59	0,01%	0,01%
DPPP	46.900	0,23%	0,24%	1.366	0,23%	0,24%
NI80	6.266	0,03%	0,27%	138	0,02%	0,26%
UP80	722	0,00%	0,27%	27	0,01%	0,27%
FLS - Total sob Análise	20.532.642	99,73%	100,00%	591.065	99,73%	100,00%

Exclusões dos tipos de veículos: NI180 - Veículos novos com prazo superior a 180 dias; LP90 - Veículos usados com prazo superior a 90 dias; DEMO - Veículos faturados com subsídio pela General Motors para demonstração e test-drive; DPPP - Permite concessões para atrasar o pagamento do novo veículo (ofertações floorplan de veículos vendidos a concessionários da frota (por exemplo, entidades governamentais, empresas raciais de aluguel), quando o pagamento não é feito pelo comprador no tempo de entrega, o comprador exige mais tempo além do período de revendedor autorizado a apresentar liberação de pagamento para o Banco GMAC);

Descrição	Somatório do Valor das Faturas R\$(000)	%	%Acum.	Quantidade de Faturas	%	%Acum.
NEW	20.073.297	97,76%	97,76%	570.402	96,50%	96,50%
USED	459.345	2,24%	100,00%	20.663	3,50%	100,00%
FLS - Total sob Análise	20.532.642	100,00%		591.065	100,00%	

Tabela 2.2 - Características da base de dados

Período de Análise - Agosto de 2006 a Junho de 2009 (35 meses)
 Total do Somatório do Valor das Faturas R\$ - 20.532.642 mil
 Média mensa de faturamento - 586.647 mil
 Total de Sacações - 407
 Quantidade de faturas - 591.065
 Média de faturas originadas (mês) - 6.888
 Ticket médio do somatório do valor das faturas - 34.738
 Prazo Médio de emissão até o pagamento das faturas - 26 dias



© 2006 KPMG East Advisory Services Ltda., uma sociedade limitada e firma membro da rede KPMG de firmas de consultoria independentes e afiliadas à KPMG International, uma organização sem fins lucrativos. Impresso no Brasil. KPMG 06483
 KPMG e o logotipo da KPMG são marcas e/ou serviços da KPMG International, uma entidade suíça

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.3 - Distribuição do volume financeiro e da quantidade de faturas no período

Origem	Somatório do valor das faturas R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de faturas	%	% Acum.
ago/06	658.061	3,40%	3,40%	21.346	3,61%	3,61%
set/06	562.704	2,74%	6,14%	17.456	2,95%	6,56%
out/06	613.733	2,98%	9,13%	19.290	3,26%	9,83%
nov/06	543.968	2,55%	11,78%	16.840	2,85%	12,68%
dez/06	584.021	2,84%	14,62%	18.823	3,18%	15,86%
jan/07	304.266	1,48%	16,10%	9.432	1,60%	17,46%
fev/07	373.367	1,82%	17,92%	11.408	1,93%	19,39%
mar/07	505.401	2,40%	20,39%	15.561	2,64%	22,02%
abr/07	494.200	2,41%	22,79%	14.878	2,52%	24,54%
mai/07	593.078	2,88%	25,68%	17.719	3,00%	27,54%
jun/07	426.104	2,06%	27,76%	13.389	2,27%	29,80%
jul/07	450.185	2,19%	29,95%	13.856	2,34%	32,15%
ago/07	537.035	2,62%	32,56%	15.626	2,64%	34,79%
set/07	503.001	2,45%	35,01%	14.322	2,42%	37,22%
out/07	442.839	2,16%	37,17%	12.862	2,14%	39,36%
nov/07	396.574	1,93%	39,10%	11.380	1,93%	41,28%
dez/07	635.820	3,12%	42,20%	18.493	3,13%	44,41%
jan/08	532.745	2,59%	44,79%	15.327	2,59%	47,00%
fev/08	403.639	1,97%	46,76%	11.827	1,97%	48,97%
mar/08	441.311	2,15%	48,91%	12.731	2,15%	51,13%
abr/08	509.987	2,48%	51,39%	14.262	2,41%	53,54%
mai/08	436.461	2,12%	53,51%	14.313	2,37%	55,91%
jun/08	855.408	4,17%	57,68%	23.606	3,98%	59,90%
jul/08	941.168	4,58%	62,26%	26.115	4,42%	64,32%
ago/08	1.098.025	5,35%	67,61%	30.405	5,14%	69,47%
set/08	998.546	4,87%	72,48%	26.721	4,52%	73,99%
out/08	798.164	3,89%	76,36%	20.789	3,42%	77,40%
nov/08	365.712	1,78%	78,15%	8.421	1,42%	78,83%
dez/08	1.069.820	5,21%	83,36%	29.341	4,96%	83,79%
jan/09	530.377	2,60%	85,96%	15.772	2,67%	86,46%
fev/09	492.435	2,40%	88,36%	13.307	2,25%	88,71%
mar/09	571.350	2,78%	91,14%	16.240	2,75%	91,46%
abr/09	554.697	2,70%	93,84%	15.527	2,63%	94,09%
mai/09	662.477	3,23%	97,07%	19.530	3,22%	97,31%
jun/09	524.430	2,55%	100,00%	15.527	2,63%	100,00%
Total	20.532.642	100,00%		591.065	100,00%	

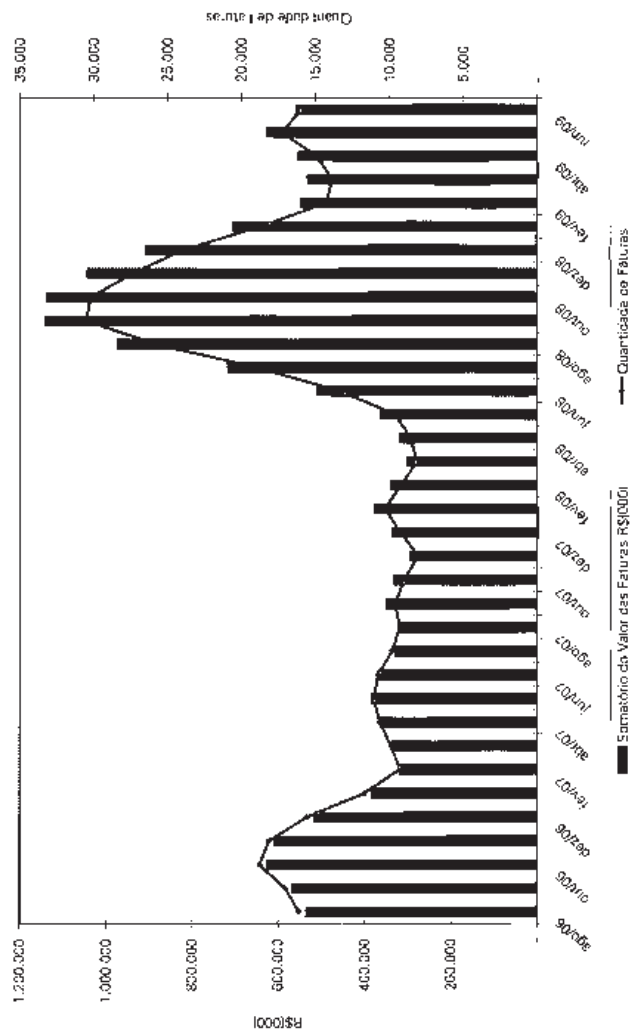


© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade limitada e firmada sob o nome KPMG de membros membros independentes e afiliados a KPMG International, uma organização suíça. Todos os direitos reservados. Registro no Brasil: KPMG 06493
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG Network, uma organização suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.4 e Gráfico 2.2 – Distribuição do saldo médio mensal

Período	Média saldo em aberto	
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	Quantidade de Faturas
aug/06	534.532	16.079
sep/06	566.786	17.000
oct/06	623.898	18.742
nov/06	606.926	18.113
dez/06	514.609	15.542
jan/07	385.956	11.708
feb/07	317.792	9.277
mar/07	337.466	9.942
abr/07	384.929	10.661
mai/07	385.024	11.079
jun/07	389.394	10.772
jul/07	330.813	9.834
ago/07	322.897	9.296
sep/07	351.190	9.637
oct/07	333.081	9.989
nov/07	296.201	8.084
dez/07	336.940	9.265
jan/08	378.325	10.330
feb/08	340.498	9.197
mar/08	301.341	8.154
abr/08	318.612	8.591
mai/08	362.586	9.625
jun/08	509.254	13.392
jul/08	716.825	18.894
ago/08	973.446	25.811
sep/08	1.141.233	30.469
oct/08	1.135.603	30.200
nov/08	1.047.963	27.361
dez/08	906.921	23.922
jan/09	705.170	18.702
feb/09	549.127	14.241
mar/09	532.785	13.868
abr/09	583.512	14.871
mai/09	626.054	17.243
jun/09	556.602	15.939



© 2009 KPMG Para Salvador Serviços Ltda. uma companhia limitada e filial integrante do grupo KPMG no Brasil. KPMG é uma rede mundial de membros independentes e afiliados à KPMG, internacional, um a cada país, que oferecem serviços de auditoria, tributação, consultoria e outros serviços. KPMG é o símbolo da KPMG no Brasil, uma corporação sem fins lucrativos.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.5 - Distribuição do volume financeiro e da quantidade de faturas por tipo de Plan no período

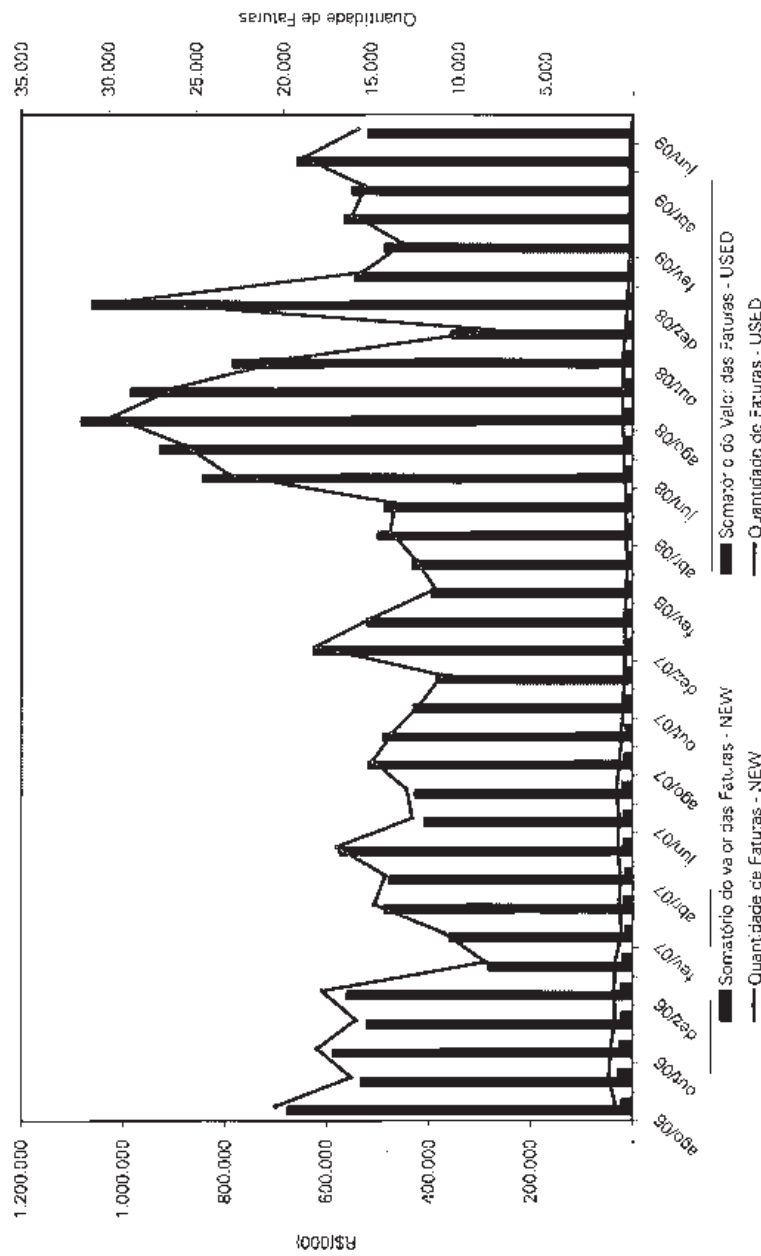
Origem	Consolidado		NEW		USED	
	Somatório do valor das Faturas R\$(000)	Quantidade de Faturas	Somatório do valor das Faturas R\$(000)	% de Faturas	Somatório do valor das Faturas R\$(000)	Quantidade de Faturas
ago/06	698.061	21.346	670.822	96,90%	21.280	934
set/06	562.704	17.456	533.328	94,78%	29.375	1.352
out/06	613.733	19.290	589.019	95,81%	25.714	1.259
nov/06	543.988	16.840	521.537	95,87%	22.456	1.074
dez/06	584.021	18.623	560.987	96,00%	23.094	1.085
jan/07	304.265	9.432	283.475	93,17%	20.782	1.014
fev/07	373.367	11.409	355.731	95,35%	13.636	624
mar/07	505.401	15.581	488.067	96,57%	17.334	771
abr/07	494.200	14.378	478.560	96,84%	15.640	733
mai/07	503.678	12.719	574.585	96,88%	18.492	841
jun/07	426.134	13.389	408.804	95,94%	17.301	755
jul/07	450.165	13.956	426.403	94,77%	21.765	929
ago/07	537.005	15.826	520.384	96,81%	16.510	747
set/07	503.001	14.327	489.639	97,34%	13.362	606
out/07	442.829	12.862	430.709	97,26%	12.115	547
nov/07	396.574	11.380	386.741	97,45%	9.833	449
dez/07	635.820	18.493	626.753	98,57%	9.367	417
jan/08	532.745	15.327	522.658	98,11%	14.878	449
fev/08	403.609	11.677	395.182	97,91%	9.428	333
mar/08	441.911	12.731	434.014	98,21%	12.389	337
abr/08	509.987	14.267	500.947	98,23%	9.040	383
mai/08	495.461	14.013	486.535	98,00%	13.621	302
jun/08	855.408	23.806	843.693	98,63%	8.927	302
jul/08	341.188	26.115	323.129	96,72%	11.715	479
ago/08	1.089.025	30.405	1.082.761	98,61%	12.039	534
set/08	399.546	26.721	385.566	96,60%	15.764	606
out/08	798.184	20.189	785.189	98,37%	13.880	545
nov/08	365.712	9.421	356.639	97,50%	12.375	578
dez/08	1.369.820	23.341	1.353.233	98,90%	3.074	444
jan/09	553.377	15.772	545.459	98,11%	6.587	319
fev/09	482.436	13.307	480.824	99,73%	3.611	246
mar/09	571.350	16.240	567.175	99,27%	4.175	204
abr/09	554.637	15.527	550.523	99,25%	4.175	219
mai/09	662.477	19.037	656.787	99,44%	3.650	192
jun/09	524.436	15.927	520.433	99,24%	3.996	215
Total	20.532.942	591.065	20.073.297	97,76%	459.345	20.563



© 2009 KPMG Ruck Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e é mais membro do rede KPMG no Brasil. KPMG Ruck Advisory Services Ltda. é uma sociedade limitada. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil KPMG 08/09
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG Network, uma associação suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

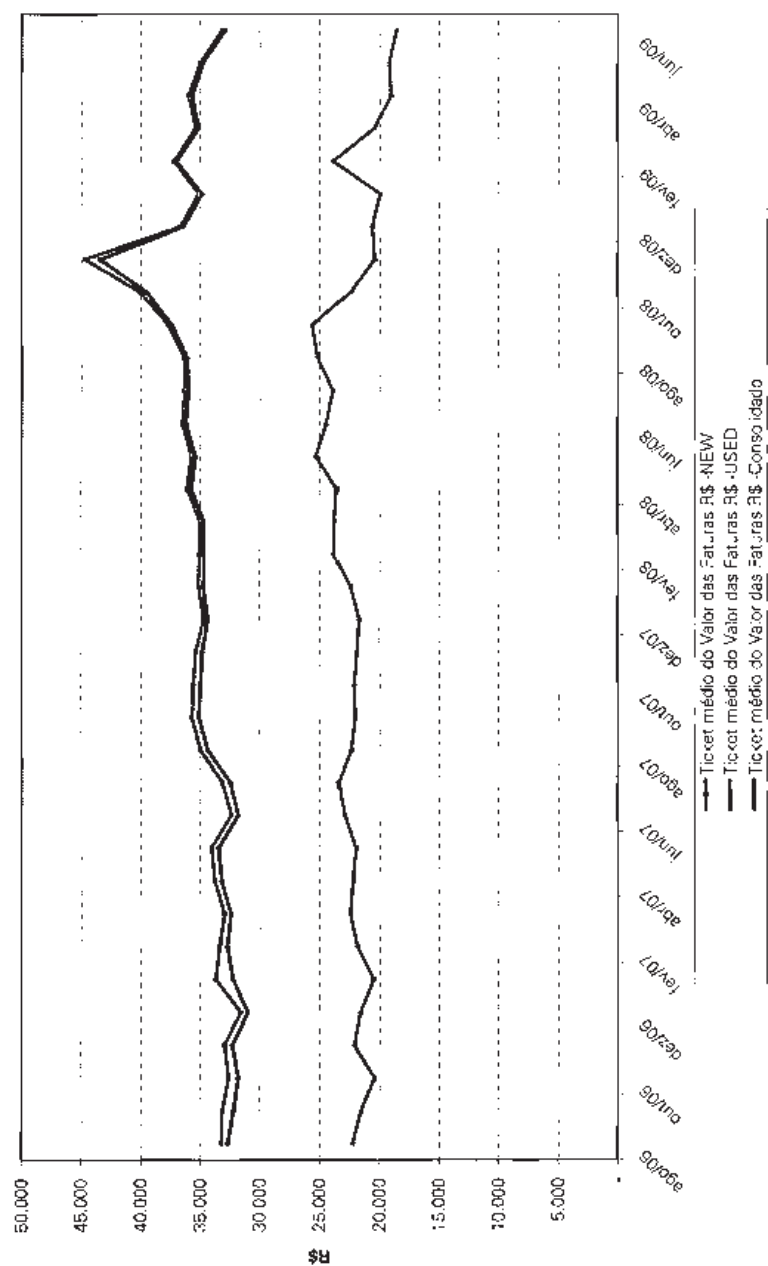
Gráfico 2.3 - Distribuição do volume financeiro e da quantidade de faturas por tipo de Plan no período



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma subsidiária das firmas de membros do rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas da KPMG Network, uma rede mundial de firmas de membros afiliadas. Todos os direitos reservados. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma organização n.p.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.4 - Ticket médio mensal das faturas por Plan



© 2013 KPMG RSC Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firmadora da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma organização sem fins lucrativos. Impresso no Brasil. KPMG 000013
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma organização de tipo

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.7 - Distribuição do volume financeiro das faturas por faixas de valor

Faixas_Valor	Somatório do valor das Faturas R\$(000)	Consolidado			Quantidade de Faturas	% Acum.	% Acum.
		%	% Acum.	% Acum.			
Ate 20.000	188.224	0,92%	0,92%	0,92%	11.926	2,02%	2,02%
De 20.001 a 22.000	94.698	0,46%	1,38%	1,38%	4.437	0,75%	2,77%
De 22.001 a 24.000	1.267.671	6,17%	7,55%	7,55%	54.400	9,20%	11,97%
De 24.001 a 26.000	2.819.694	13,73%	21,28%	21,28%	112.921	19,10%	31,08%
De 26.001 a 28.000	2.336.586	11,38%	32,66%	32,66%	87.021	14,72%	45,80%
De 28.001 a 30.000	1.458.062	7,10%	39,77%	39,77%	50.372	8,52%	54,32%
De 30.001 a 32.000	1.168.211	5,59%	45,46%	45,46%	37.691	6,38%	60,70%
De 32.001 a 34.000	964.626	4,70%	50,15%	50,15%	29.233	4,95%	65,64%
De 34.001 a 36.000	805.051	3,92%	54,07%	54,07%	23.064	3,90%	69,55%
De 36.001 a 38.000	525.003	2,56%	56,63%	56,63%	14.247	2,41%	71,96%
De 38.001 a 40.000	366.371	1,78%	58,42%	58,42%	9.336	1,59%	73,55%
De 40.001 a 42.000	262.482	1,28%	59,69%	59,69%	6.404	1,08%	74,63%
De 42.001 a 44.000	824.073	4,01%	63,71%	63,71%	19.083	3,23%	77,86%
De 44.001 a 46.000	1.091.905	5,32%	69,02%	69,02%	24.289	4,11%	81,97%
De 46.001 a 48.000	521.542	2,54%	71,57%	71,57%	11.121	1,88%	83,85%
De 48.001 a 50.000	351.613	1,71%	73,28%	73,28%	7.192	1,22%	85,07%
De 50.001 a 52.000	496.332	2,42%	75,69%	75,69%	9.713	1,64%	86,71%
De 52.001 a 54.000	278.012	1,35%	77,05%	77,05%	5.249	0,89%	87,60%
De 54.001 a 56.000	767.123	3,71%	80,76%	80,76%	13.818	2,34%	89,94%
De 56.001 a 58.000	999.218	4,87%	85,62%	85,62%	17.533	2,97%	92,90%
De 58.001 a 60.000	549.419	2,68%	88,30%	88,30%	9.351	1,58%	94,48%
De 60.001 a 70.000	1.170.306	5,70%	94,00%	94,00%	18.369	3,11%	97,59%
Acima de 70.000	1.232.422	6,00%	100,00%	100,00%	14.235	2,41%	100,00%
Total	20.532.642	100,00%			591.065	100,00%	



© 2023 KPMG Ror Advisory Services Ltda., uma sociedade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma associação suíça. Todos os valores monetários: Imprensa do Brasil, R\$0,00 BRL. KPMG e a logo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma organização suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.8 - Distribuição do volume financeiro das faturas por faixas de valor e por Plan (cont.)

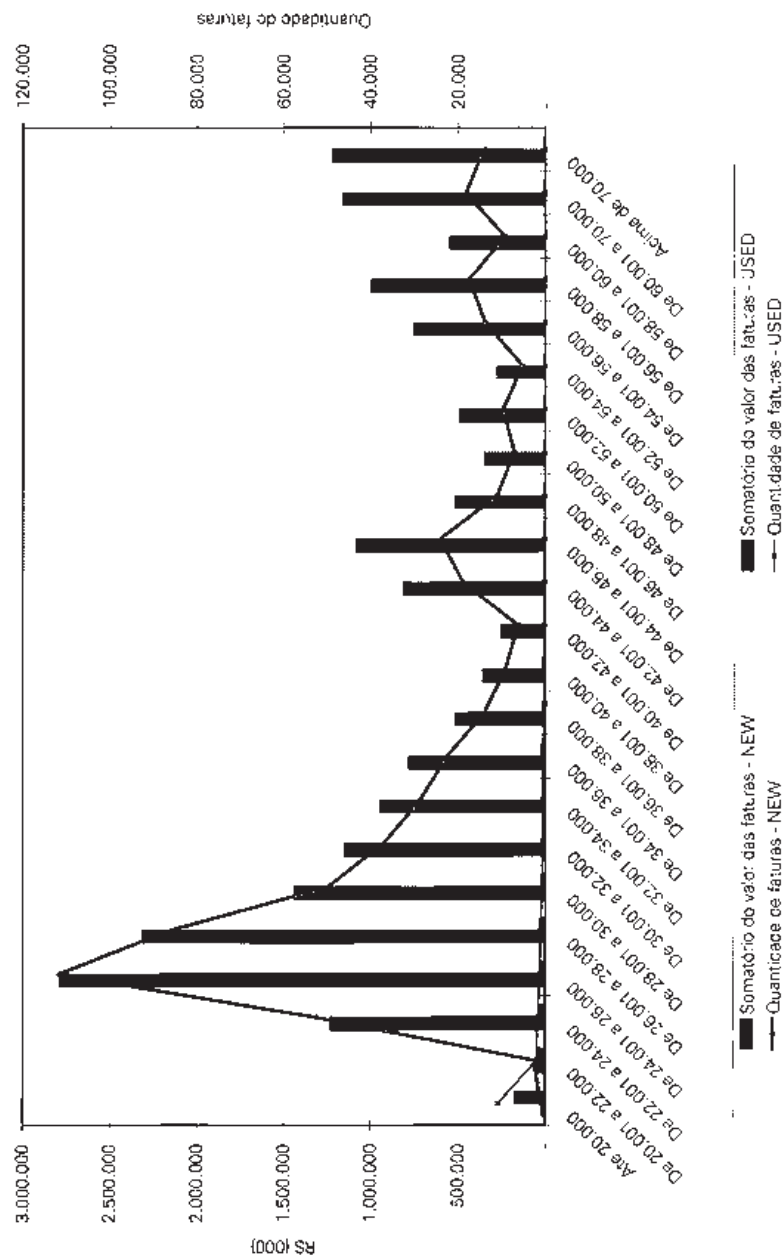
Faixas de Valor	Somatório do valor		NEW		Quantidade de		Somatório do valor		USED		Quantidade		% Acum.	
	das Faturas R\$(000)		%	%Acum.	Faturas		das Faturas R\$(000)		%	%Acum.	de Faturas		%	%Acum.
Até 20.000	19.325	0,10%	0,10%	0,10%	1.043	0,18%	165.869	36,77%	36,77%	36,77%	10.883	52,67%	52,67%	52,67%
De 20.001 a 22.000	52.974	0,28%	0,38%	0,48%	2.452	0,43%	41.734	9,08%	45,85%	45,85%	1.985	9,61%	62,28%	62,28%
De 22.001 a 24.000	1.230.531	6,13%	6,49%	1,17%	52.755	9,25%	37.081	8,07%	53,93%	53,93%	1.615	7,82%	70,09%	70,09%
De 24.001 a 26.000	2.790.223	13,90%	20,38%	3,21%	111.739	19,59%	29.471	6,42%	60,34%	60,34%	1.182	5,72%	75,81%	75,81%
De 26.001 a 28.000	2.310.641	11,51%	31,90%	4,32%	86.060	15,33%	25.943	5,65%	65,99%	65,99%	961	4,65%	80,46%	80,46%
De 28.001 a 30.000	1.438.933	7,17%	39,07%	11,49%	49.718	8,72%	19.129	4,18%	70,15%	70,15%	656	3,17%	83,64%	83,64%
De 30.001 a 32.000	1.49.568	5,73%	44,80%	17,22%	37.092	6,50%	18.624	4,05%	74,21%	74,21%	559	2,60%	86,24%	86,24%
De 32.001 a 34.000	947.866	4,72%	45,52%	21,94%	28.725	5,04%	16.759	3,65%	77,86%	77,86%	308	2,48%	88,99%	88,99%
De 34.001 a 36.000	785.078	3,91%	53,43%	25,85%	22.496	3,94%	19.972	4,33%	82,20%	82,20%	568	2,75%	91,74%	91,74%
De 36.001 a 38.000	515.095	2,57%	56,00%	28,42%	13.981	2,45%	9.908	2,16%	84,36%	84,36%	268	1,29%	93,03%	93,03%
De 38.001 a 40.000	357.078	1,78%	57,78%	30,20%	9.159	1,61%	9.282	2,02%	86,38%	86,38%	237	1,15%	94,18%	94,18%
De 40.001 a 42.000	242.792	1,27%	59,04%	31,47%	6.216	1,09%	7.689	1,67%	88,06%	88,06%	188	0,91%	95,09%	95,09%
De 42.001 a 44.000	818.097	4,08%	63,12%	35,55%	18.944	3,32%	5.976	1,30%	89,36%	89,36%	139	0,67%	95,76%	95,76%
De 44.001 a 46.000	1.085.204	5,41%	68,53%	38,96%	24.140	4,23%	5.701	1,25%	90,62%	90,62%	149	0,72%	96,48%	96,48%
De 46.001 a 48.000	516.818	2,57%	71,10%	41,53%	11.021	1,93%	4.724	1,03%	91,65%	91,65%	160	0,48%	96,97%	96,97%
De 48.001 a 50.000	345.739	1,72%	72,82%	43,25%	7.073	1,24%	5.873	1,28%	93,13%	93,13%	119	0,58%	97,54%	97,54%
De 50.001 a 52.000	482.512	2,45%	75,28%	45,70%	9.638	1,69%	3.819	0,83%	93,96%	93,96%	75	0,36%	97,90%	97,90%
De 52.001 a 54.000	273.707	1,36%	76,54%	47,06%	5.168	0,91%	4.304	0,94%	94,89%	94,89%	81	0,39%	98,30%	98,30%
De 54.001 a 56.000	758.087	3,78%	80,42%	48,84%	13.763	2,41%	3.036	0,66%	95,56%	95,56%	55	0,27%	98,56%	98,56%
De 56.001 a 58.000	397.000	1,97%	85,38%	49,81%	17.494	3,07%	2.218	0,48%	96,04%	96,04%	39	0,19%	98,75%	98,75%
De 58.001 a 60.000	547.181	2,73%	88,11%	50,54%	9.313	1,63%	2.238	0,49%	96,53%	96,53%	38	0,18%	98,94%	98,94%
De 60.001 a 70.000	1.162.310	5,79%	93,90%	56,33%	18.244	3,20%	7.996	1,74%	98,27%	98,27%	125	0,60%	99,54%	99,54%
Acima de 70.000	1.224.456	6,10%	100,00%	56,33%	14.140	2,48%	7.965	1,73%	100,00%	100,00%	55	0,46%	100,00%	100,00%
Total	20.073.297	100,00%			570.402	100,00%	459.345	100,00%			20.663	100,00%		



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltd. Uma sociedade limitada e uma entidade de propósito único, não afiliada a nenhuma das firmas de membros da rede KPMG. A KPMG Risk Advisory Services Ltd. é uma entidade de propósito único, não afiliada a nenhuma das firmas de membros da rede KPMG. A KPMG Risk Advisory Services Ltd. é uma entidade de propósito único, não afiliada a nenhuma das firmas de membros da rede KPMG.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.6 - Distribuição do volume financeiro das faturas por faixas de valor e por *Plan* (cont.)



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.9 - Distribuição do volume financeiro e da quantidade de faturas originadas por Estado

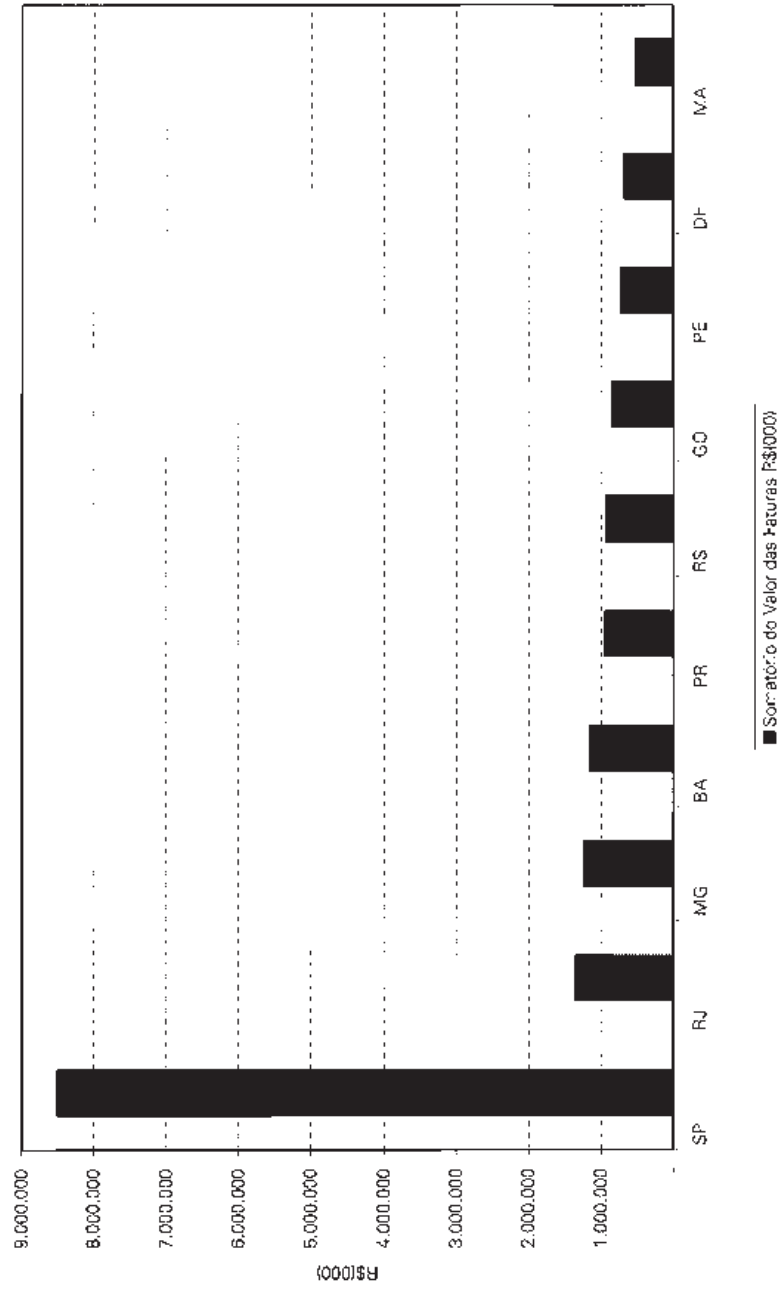
Estado	Faturamento				Saldo em Aberto			
	Somatório do Valor das Faturas R\$(000)	%	%Acum	Quantidade de Faturas	Somatório do Valor das Faturas R\$(000)	%	%Acum	Quantidade de Faturas
SP	8.498.975	41,39%	41,39%	243.823	160.653	34,82%	34,82%	4.750
RJ	1.353.425	6,59%	47,98%	38.385	41.873	9,08%	43,90%	1.262
MG	1.244.948	6,06%	54,05%	35.703	30.828	6,68%	50,58%	905
BA	1.146.406	5,58%	59,63%	33.320	42.750	9,27%	59,84%	1.219
PR	944.589	4,60%	64,23%	24.838	16.588	3,60%	63,44%	458
RS	932.879	4,54%	68,77%	25.223	16.021	3,47%	66,91%	437
GO	847.126	4,13%	72,90%	23.477	18.386	3,99%	70,90%	515
PE	735.913	3,58%	76,48%	22.485	13.117	2,84%	73,74%	404
DF	672.085	3,27%	79,76%	19.885	13.150	2,85%	76,59%	383
MA	525.734	2,56%	82,32%	17.853	19.758	4,28%	80,87%	546
Total dos 10 maiores estados	16.902.058	82,32%		484.712	373.133	80,87%		10.929
Outros 18 estados	3.630.583	17,68%		106.353	86.239	19,13%		2.579
Total	20.532.642	100,00%		591.065	461.373	100,00%		13.508



© 2009 KPMG Risk Adv. São Paulo, Ltda. uma sociedade brasileira e firma membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma rede global única. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KJMS 66483
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

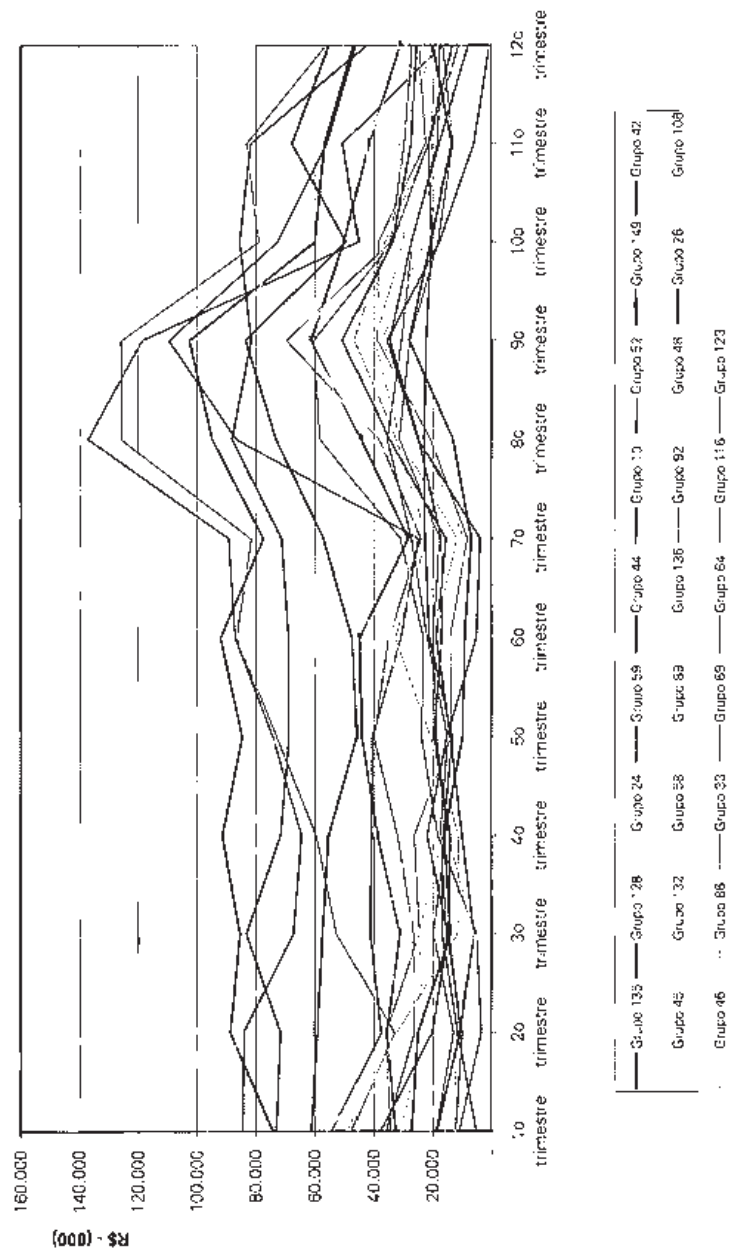
Gráfico 2.7 - Representação gráfica dos 10 maiores Estados



© 2009 KPMG BSA Advisory Services Ltda., uma sociedade limitada e filiada ao KPMG de redes de firmas membros independentes e membros da rede KPMG, uma rede mundial de firmas membros independentes e membros da rede KPMG. A KPMG BSA é uma empresa de KPMG BSA, uma rede mundial de firmas membros independentes e membros da rede KPMG. A KPMG BSA é uma empresa de KPMG BSA, uma rede mundial de firmas membros independentes e membros da rede KPMG.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.8 - Evolução trimestral dos 25 maiores *dealers* no período



(i) O Anexo I deste relatório apresenta a tabela base para preparação deste gráfico; (ii) o 10º trimestre está representado por 2 meses de operação.



© 2009 KPMG Bore Anderson Sorensen Ltda., uma sociedade por ações e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma organização suíça. Todos os direitos reservados. Inscrição no Bônus: KPMG 084845. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.11 - Distribuição do volume financeiro das faturas por prazo médio de emissão até o pagamento - Consolidado

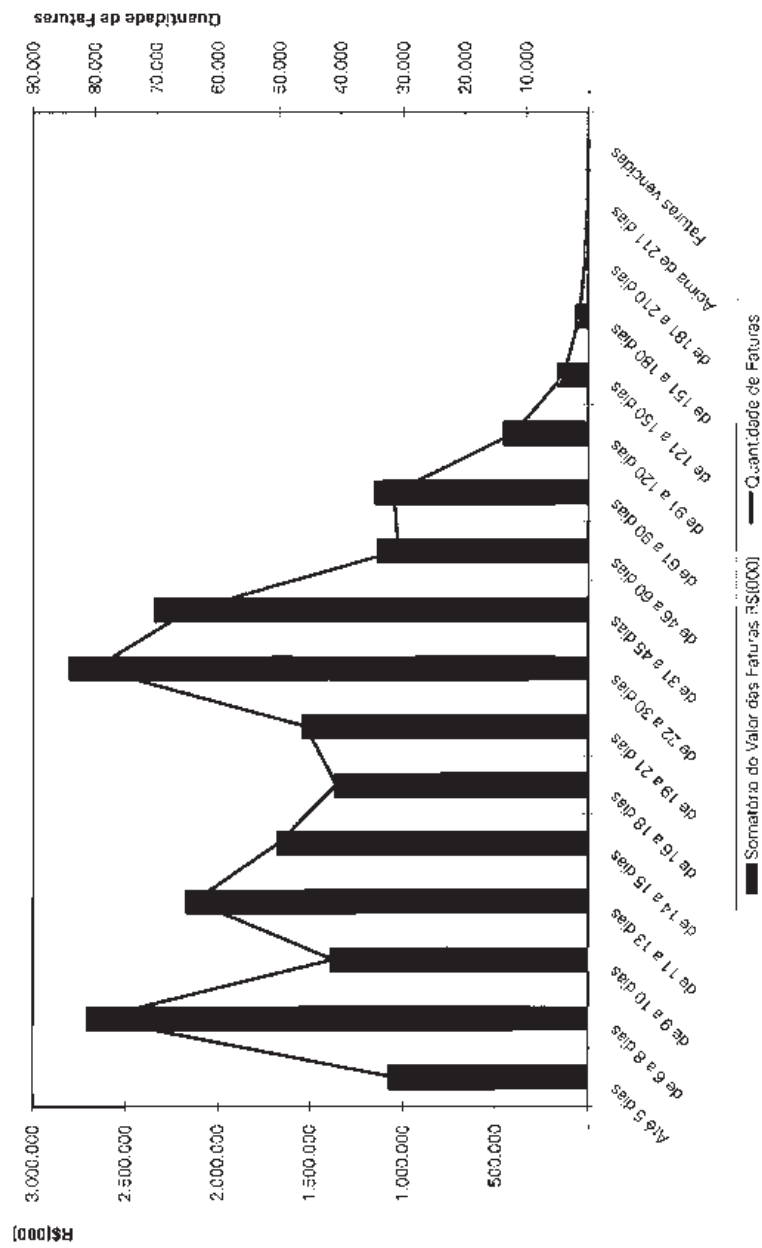
Prazo Médio de Pagamento das Faturas (Em Dias)	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	%Acum.	Quantidade de Faturas	%	%Acum.
Até 5 dias	1.078.381	5,3%	5,3%	31.544	5,3%	5,3%
de 6 a 8 dias	2.704.484	13,2%	18,4%	79.925	13,5%	18,9%
de 9 a 10 dias	1.390.084	6,8%	25,2%	41.220	7,3%	25,8%
de 11 a 13 dias	2.171.371	10,6%	35,8%	63.786	10,8%	36,6%
de 14 a 15 dias	1.677.880	8,2%	43,9%	50.080	8,5%	45,1%
de 16 a 18 dias	1.366.331	6,7%	50,6%	40.686	6,9%	52,0%
de 19 a 21 dias	1.641.163	7,9%	58,1%	45.689	7,7%	59,7%
de 22 a 30 dias	2.801.238	13,6%	71,7%	80.008	13,5%	73,2%
de 31 a 45 dias	2.340.949	11,4%	83,1%	64.411	10,8%	84,1%
de 46 a 60 dias	1.131.887	5,5%	88,7%	30.839	5,2%	89,4%
de 61 a 90 dias	1.150.604	5,6%	94,3%	31.473	5,3%	94,7%
de 91 a 120 dias	438.556	2,2%	96,5%	11.981	2,0%	96,7%
de 121 a 150 dias	163.986	0,8%	97,3%	3.899	0,7%	97,4%
de 151 a 180 dias	65.384	0,3%	97,6%	1.420	0,2%	97,6%
de 181 a 210 dias	23.328	0,1%	97,7%	495	0,1%	97,7%
Acima de 211 dias	5.602	0,0%	97,8%	91	0,0%	97,7%
Faturas vencidas	46	0,0%	97,8%	2	0,0%	97,7%
Total faturas pagas ou vencidas	20.071.315			577.559		
Faturas a vencer	461.327	2,2%	100,0%	13.506	2,3%	100,0%
Total	20.532.642	100,0%		591.065	100,0%	
Prazo Médio Ponderado(em dias)	26					
Menor prazo médio mensal (em dias)	18					
Maior prazo médio mensal (em dias)	38					



© 2023 KPMG RSC Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma organização suíça sem fins lucrativos. Impresso no Brasil. KPMG BDO KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG Network, uma corporação suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

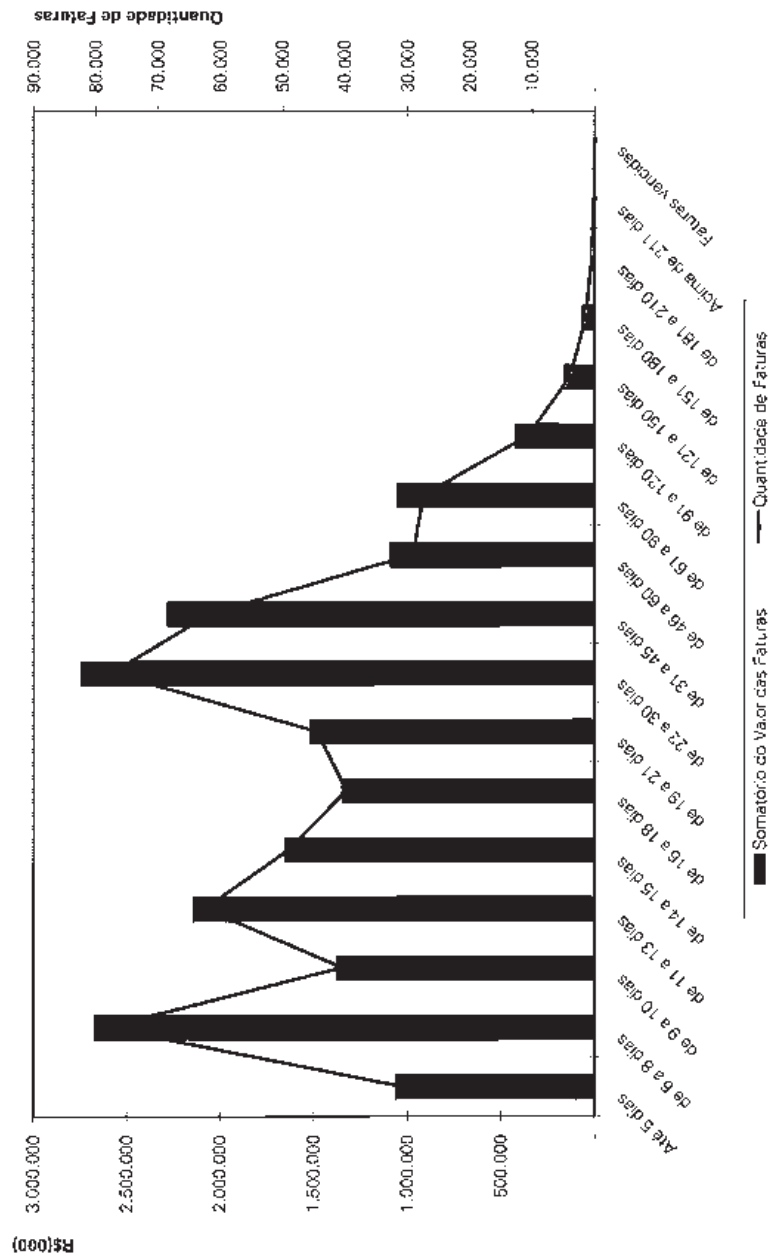
Gráfico 2.9 - Distribuição do volume financeiro das faturas por prazo médio de emissão até o pagamento - Consolidado



© 2005 KPMG Risk Monitor. Serviços Ltda, uma sociedade limitada e a filial brasileira da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma associação suíça. Todas as diretrizes relativas ao Imposto de Renda são de responsabilidade da KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma associação suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.10 - Distribuição do volume financeiro das faturas por prazo médio de emissão até o pagamento - New



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.13 - Distribuição do volume financeiro das faturas por prazo médio de emissão até o pagamento • Used

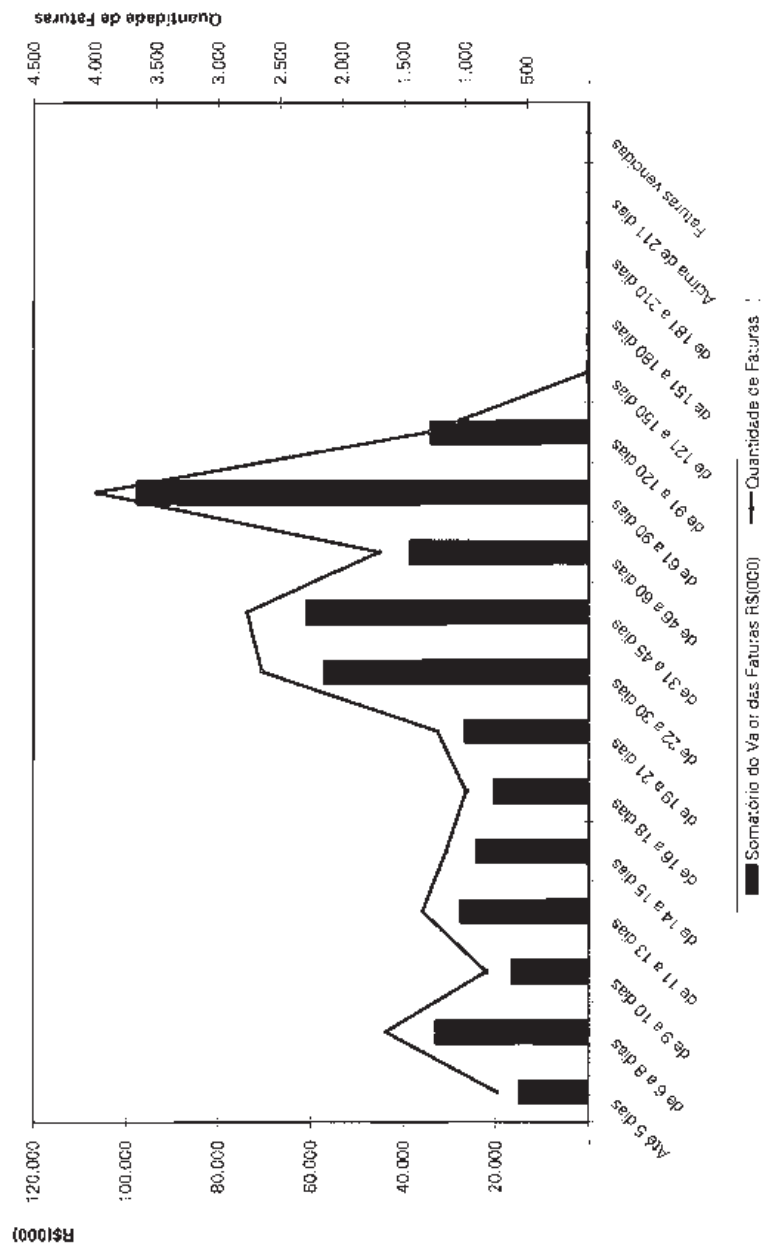
Prazo Médio de Pagamento das Faturas (Em Dias)	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	%Acum.	Quantidade de Faturas	%	%Acum.
Até 5 dias	14.957	3,3%	3,3%	746	3,6%	3,6%
de 6 a 8 dias	33.057	7,2%	10,5%	1.645	8,0%	11,6%
de 9 a 10 dias	16.650	3,6%	14,1%	830	4,0%	15,6%
de 11 a 13 dias	27.869	6,0%	20,1%	1.347	6,5%	22,1%
de 14 a 15 dias	24.246	5,3%	25,4%	1.156	5,6%	27,7%
de 16 a 18 dias	20.541	4,5%	29,9%	993	4,8%	32,5%
de 19 a 21 dias	26.773	5,8%	35,7%	1.227	5,9%	38,4%
de 22 a 30 dias	57.770	12,4%	48,1%	2.844	12,8%	51,2%
de 31 a 45 dias	61.776	13,3%	61,4%	2.765	13,4%	64,6%
de 46 a 60 dias	38.770	8,4%	69,9%	1.898	8,2%	72,8%
de 61 a 90 dias	97.650	21,3%	91,1%	3.998	19,3%	92,2%
de 91 a 120 dias	34.290	7,5%	98,6%	1.306	6,3%	98,5%
de 121 a 150 dias	338	0,1%	98,7%	2	0,1%	98,6%
de 151 a 180 dias	32	0,0%	98,7%	1	0,0%	98,6%
de 181 a 210 dias	260	0,1%	98,8%	7	0,0%	98,6%
Acima de 211 dias	72	0,0%	98,8%	2	0,0%	98,6%
Faturas vencidas	46	0,0%	98,8%	2	0,0%	98,6%
Total faturas pagas ou vencidas	453.735			20.377		
Faturas a vencer:	5.670	1,2%	100,0%	286	1,4%	100,0%
Total	459.345	100,0%		20.663	100,0%	
Prazo Médio Ponderado (em dias)	42					
Menor prazo médio (em dias)	18					
Maior prazo médio mensal (em dias)	55					



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade anônima e firmadora da rede KPMG de firmas de auditos independentes e membros da rede mundial de membros associados. Todos os direitos reservados. Repetido no 99% KPMG BRL
KPMG não é responsável por qualquer registro ou KPMG International, uma corporação suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

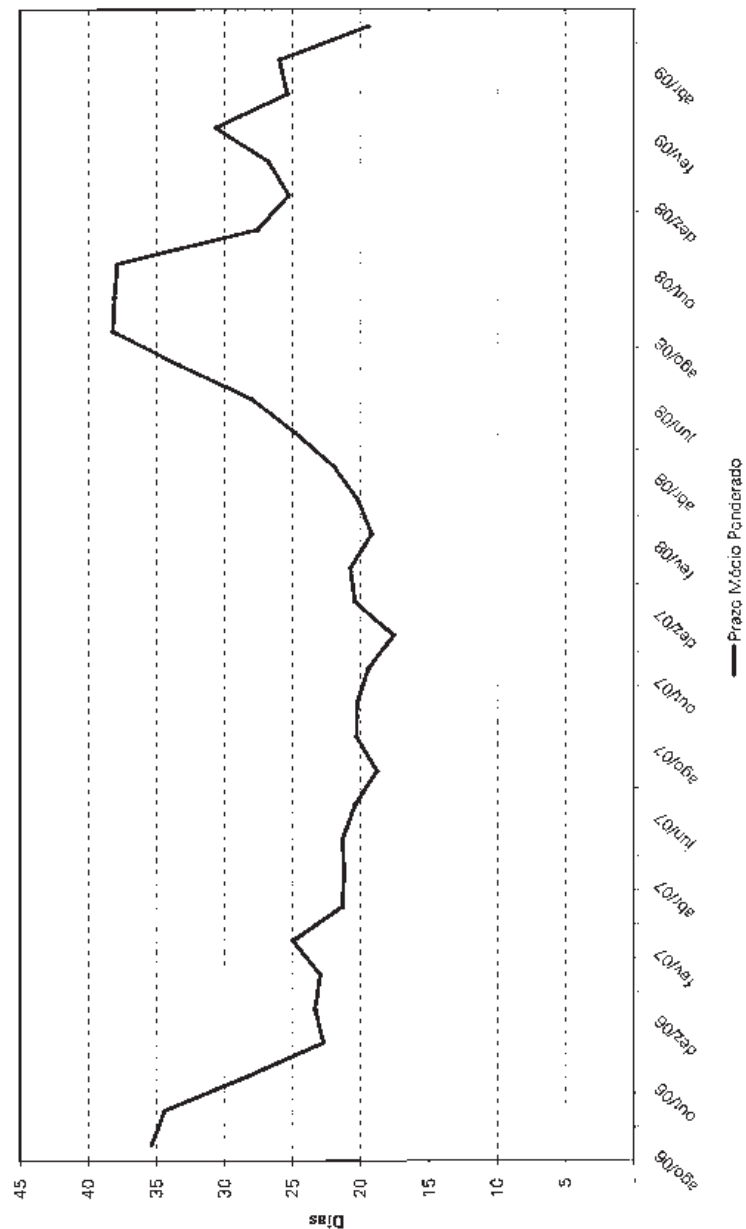
Gráfico 2.11 - Distribuição do volume financeiro das faturas por prazo médio de emissão até o pagamento - Used



em 2003 KPMG Tax Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filial da KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 63483

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.12 - Evolução do prazo médio de emissão até o pagamento - Consolidado



Nota: O mês de Junho de 2009 não está apresentado no gráfico acima, uma vez que parte representativa das operações originadas neste mês ainda não foram liquidadas e/ou o prazo médio de liquidação ainda não foi atingido.



© 2009 KPMG Tax Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil - NOME 66463
KPMG é o logotipo da KPMG Network, uma rede global de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma cooperativa suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.14 e Gráfico 2.13 - Distribuição do volume financeiro por classificação de risco dos Dealers –Faturas originadas em dezembro de 2007, 2008 e junho de 2009

2007					
Classificação Dealer	Somatório do Valor das Faturas R\$(000)	%	%Acum	Quantidade de Faturas	%
S - Risco Mínimo	180.288	47,3%	47,3%	4.909	46,9%
L - Risco Moderado	193.640	50,9%	98,2%	5.383	51,4%
P - Risco Significativo	6.859	1,8%	100,0%	183	1,7%
Total	380.787	100,0%		10.475	100,0%

2008					
Classificação Dealer	Somatório do Valor das Faturas R\$(000)	%	%Acum	Quantidade de Faturas	%
S - Risco Mínimo	504.376	57,9%	57,9%	13.421	58,0%
L - Risco Moderado	359.178	41,2%	99,1%	9.525	41,2%
P - Risco Significativo	7.924	0,9%	100,0%	188	0,8%
Total	871.479	100,0%		23.134	100,0%

2009					
Classificação Dealer	Somatório do Valor das Faturas R\$(000)	%	%Acum	Quantidade de Faturas	%
S - Risco Mínimo	314.752	60,02%	60,02%	9.598	60,26%
L - Risco Moderado	193.028	36,04%	96,06%	5.703	36,17%
P - Risco Significativo	23.050	3,94%	100,00%	925	3,53%
Total	524.430	100,00%		15.927	100,00%



© 2009 KPMG LLP, a Delaware limited liability partnership and the U.S. member firm of the KPMG network, a Swiss entity. KPMG LLP is a member firm of the KPMG network, a Swiss entity. KPMG LLP is a member firm of the KPMG network, a Swiss entity. KPMG LLP is a member firm of the KPMG network, a Swiss entity.

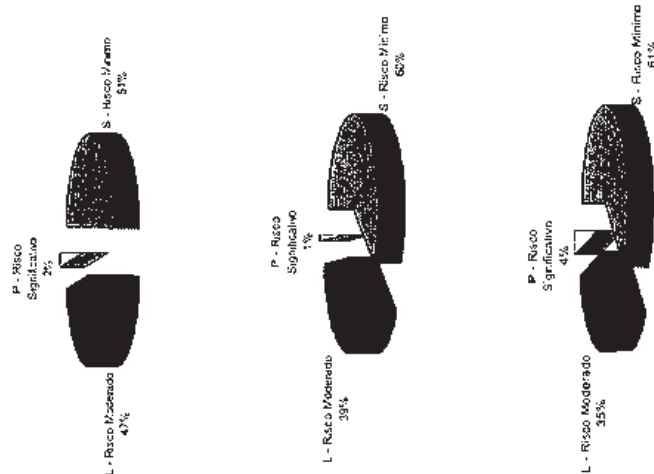
Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.15 e Gráfico 2.14 - Distribuição do volume financeiro por classificação de risco dos Dealers - Faturas em aberto em Dezembro 2007, dezembro 2008 e junho de 2009

2007					
Classificação Dealer	Somatório do Valor das Faturas R\$(000)	%	%Acum	Quantidade de Faturas	%Acum
S - Risco Mínimo	320.502	50,4%	50,4%	9.292	50,2%
L - Risco Moderado	300.077	47,2%	97,6%	8.762	47,4%
P - Risco Significativo	15.240	2,4%	100,0%	439	2,4%
Total	635.820	100,0%		18.493	100,0%

2008					
Classificação Dealer	Somatório do Valor das Faturas R\$(000)	%	%Acum	Quantidade de Faturas	%Acum
S - Risco Mínimo	639.171	59,5%	59,5%	17.634	59,9%
L - Risco Moderado	423.811	39,5%	99,0%	11.533	39,2%
P - Risco Significativo	11.055	1,0%	100,0%	277	0,9%
Total	1.074.037	100,0%		29.444	100,0%

2009					
Classificação Dealer	Somatório do Valor das Faturas R\$(000)	%	%Acum	Quantidade de Faturas	%Acum
S - Risco Mínimo	290.695	60,84%	60,84%	8.204	60,73%
L - Risco Moderado	162.961	35,32%	96,16%	4.802	35,58%
P - Risco Significativo	7.773	3,84%	100,00%	501	3,71%
Total	461.373	100,00%		13.508	100,00%



© 2009 KPMG B.V. Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e uma membro da rede KPMG de empresas membros independentes e afiliadas à KPMG Network, uma rede mundial de membros independentes afiliados ao BDO. KPMG BDO é o logotipo da KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG Network, uma organização suíça.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.17 - Análise da performance por safra

Origem	Faturamento Total: R\$(000)	Faturas a vencer - R\$(000)	% Faturas a vencer	Faturas Liquidadas										Não liquidadas até 30 de junho de 2008 (a) R\$(000)	% Não liquidadas até 30 de junho de 2008 (a) (%)	Não liquidadas até 30 de junho de 2009 (a+b) R\$(000)	% Não liquidadas até 30 de junho de 2009 (a+b) (%)
				Pagamentos Pontuais - R\$(000)	% Pagamentos Pontuais	Atraso de 15 a 30 dias - R\$(000)	% Atraso de 15 a 30 dias	Atraso de 31 a 60 dias - R\$(000)	% Atraso de 31 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias - R\$(000)	% Atraso de 61 a 90 dias	% Acumulado de 60 dias (a)	R\$(000)				
ago/05	635.761	-	0,00%	697.322	96,35%	56,7	0,03%	160	0,02%	33	0,02%	-	33	0,01%	0,01%	33	0,30%
set/06	547.714	-	0,00%	559.691	99,31%	264	0,04%	2.411	0,43%	1.138	0,19%	-	1.138	0,19%	0,19%	1.098	0,19%
out/06	613.713	-	0,00%	613.623	99,98%	110	0,02%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
nov/06	543.082	-	0,00%	543.082	99,31%	143	0,03%	279	0,05%	32	0,01%	-	32	0,01%	0,01%	32	0,01%
dez/06	584.121	-	0,00%	583.766	99,36%	-	0,00%	279	0,04%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
jan/07	301.766	-	0,00%	304.204	99,36%	53	0,02%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
fev/07	373.367	-	0,00%	373.767	99,91%	-	0,00%	100	0,03%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
mar/07	505.201	-	0,00%	505.326	99,39%	67	0,01%	-	0,00%	-	0,00%	-	75	0,01%	0,01%	75	0,01%
abr/07	484.200	-	0,00%	494.133	99,39%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
mai/07	593.278	-	0,00%	593.078	99,30%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
jun/07	436.104	-	0,00%	476.134	100,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
jul/07	480.165	-	0,00%	443.997	99,36%	168	0,03%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
ago/07	537.406	-	0,00%	537.003	99,36%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
set/07	503.201	-	0,00%	503.061	99,36%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
out/07	447.820	-	0,00%	442.685	99,36%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
nov/07	396.774	-	0,00%	396.497	99,93%	76	0,02%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
dez/07	655.879	-	0,00%	656.69	99,36%	128	0,02%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
jan/08	532.145	-	0,00%	532.745	99,36%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
fev/08	403.690	-	0,00%	423.484	99,36%	126	0,03%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
mar/08	411.511	-	0,00%	441.575	99,36%	367	0,09%	79	0,02%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
abr/08	509.587	-	0,00%	509.694	99,36%	186	0,04%	115	0,03%	-	0,00%	-	95	0,02%	0,02%	95	0,02%
mai/08	496.461	-	0,00%	496.929	99,36%	214	0,06%	669	0,13%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
jun/08	953.308	-	0,00%	957.997	99,36%	677	0,07%	-	0,00%	-	0,00%	-	42	0,02%	0,02%	42	0,02%
jul/08	1.258.253	-	0,00%	1.091.061	99,36%	127	0,01%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
ago/08	941.768	-	0,00%	1.097.885	99,36%	97	0,01%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
set/08	993.946	-	0,00%	998.963	99,36%	166	0,02%	473	0,04%	-	0,00%	-	97	0,01%	0,01%	97	0,01%
out/08	383.144	-	0,00%	397.311	99,36%	223	0,06%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
nov/08	1.450.620	-	0,00%	1.450.712	99,36%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
dez/08	1.450.620	-	0,00%	1.450.620	99,36%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
jan/09	553.377	1.364	0,25%	549.313	99,36%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
fev/09	497.135	7.040	1,43%	498.393	99,36%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
mar/09	571.352	11.612	2,03%	586.738	99,36%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
abr/09	594.897	31.693	5,31%	522.963	99,36%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
mai/09	562.477	89.968	15,26%	562.500	99,36%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
jun/09	594.433	300.813	50,28%	214.617	49,32%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Total	20.532.642	468.327	2,25%	20.064.315	97,75%	4.876	0,02%	4.725	0,02%	1.323	0,01%	46	1.323	0,01%	0,01%	1.372	0,01%
Média	-	-	0,00%	531.922	99,34%	168	0,03%	163	0,03%	38	0,01%	-	38	0,01%	0,01%	53	0,01%
Desvio Padrão	-	-	0,00%	215.039	3,13%	316	0,04%	456	0,05%	137	0,02%	-	137	0,02%	0,02%	197	0,02%
Mínimo	-	-	0,00%	324.704	99,34%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Máximo	-	-	0,00%	1.097.395	100,00%	1.677	0,02%	2.411	0,43%	1.058	0,19%	46	1.058	0,02%	0,02%	1.258	0,19%

* O valor dos pagamentos pontuais compreendem o total das faturas liquidadas antecipadamente, liquidadas no vencimento e liquidadas com até 15 dias de atraso.
 ** Para cálculo da Média, Desvio Padrão, Mínimo e Máximo foram utilizadas as safas até o mês de dezembro de 2008, considerando que o prazo de vencimento das faturas dos P ano New é de 180 dias.



© 2009 KPMG LLP, a U.S. member firm of the KPMG network, a Swiss entity. KPMG LLP is a U.S. member firm of the KPMG network, a Swiss entity. KPMG LLP is a U.S. member firm of the KPMG network, a Swiss entity. KPMG LLP is a U.S. member firm of the KPMG network, a Swiss entity.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.18 - Análise da performance de pagamento por safra em relação ao saldo em aberto

Período	Pagamentos		Saldo em aberto		Média saldo em aberto		% de recebimento
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% Média de recebimento	
aug/06	63.530	0,8%	5.267	0,91%	534.532	326,87%	326,87%
sep/06	488.775	2,48%	15.615	2,70%	598.060	113,77%	20,25%
oct/06	564.058	2,81%	17.646	3,06%	648.735	110,61%	5,01%
nov/06	627.608	3,13%	19.742	3,42%	665.115	96,70%	90,04%
dez/06	685.034	3,41%	21.063	3,65%	464.102	75,12%	67,75%
jan/07	460.559	2,23%	14.861	2,83%	385.936	83,80%	66,63%
fev/07	353.404	1,76%	10.841	1,88%	307.810	89,92%	92,75%
mar/07	485.018	2,42%	14.860	2,58%	327.774	69,43%	7,43%
abr/07	488.659	2,75%	14.081	2,44%	347.158	79,65%	83,44%
mai/07	588.427	2,93%	17.680	3,06%	362.699	65,43%	65,63%
jun/07	462.035	2,30%	14.042	2,43%	387.350	79,95%	76,06%
jul/07	491.378	2,45%	15.078	2,61%	351.419	67,32%	63,13%
ago/07	511.642	2,35%	16.480	2,68%	310.206	63,11%	65,59%
set/07	471.767	2,35%	13.787	2,39%	335.588	74,44%	77,75%
out/07	510.331	2,54%	14.493	2,51%	368.812	65,25%	58,65%
nov/07	402.791	2,01%	11.399	1,97%	298.110	73,54%	72,77%
dez/07	548.124	2,73%	16.072	2,78%	293.092	61,47%	69,47%
jan/08	537.671	2,68%	15.637	2,70%	380.787	70,36%	69,91%
fev/08	474.337	2,36%	13.804	2,36%	375.862	71,75%	64,33%
mar/08	449.498	2,24%	12.839	2,22%	305.134	67,04%	66,20%
abr/08	467.857	2,33%	13.281	2,30%	297.547	68,10%	72,60%
mai/08	450.643	2,25%	12.926	2,24%	339.677	80,46%	85,54%
jun/08	607.691	3,03%	17.159	2,97%	385.495	83,77%	104,13%
jul/08	773.542	3,85%	21.558	3,73%	633.013	92,67%	103,50%
ago/08	762.410	3,75%	21.127	3,66%	800.638	92,67%	129,36%
sep/08	1.009.585	5,03%	26.653	4,62%	1.462.253	113,04%	112,54%
oct/08	799.385	3,98%	20.765	3,60%	1.362.113	142,06%	141,95%
nov/08	949.771	2,74%	13.523	2,34%	1.135.603	109,71%	72,97%
dez/08	1.153.646	5,75%	31.117	5,39%	1.042.963	78,77%	75,13%
jan/09	873.853	4,35%	24.437	4,23%	908.921	80,70%	62,19%
fev/09	481.045	2,40%	13.563	2,35%	705.170	14,11%	15,34%
mar/09	615.424	3,07%	16.790	2,90%	549.127	86,57%	82,99%
abr/09	489.170	2,34%	13.032	2,26%	532.785	117,96%	127,05%
mai/09	602.922	3,00%	16.760	2,31%	553.512	103,64%	108,78%
jun/09	718.668	3,58%	20.769	3,80%	626.054	77,70%	64,19%
Total	20.071.269	100,00%	577.557	100,00%	558.602		



© 2009 KPMG, uma das empresas do Grupo KPMG, uma sociedade limitada e firma-membro do rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Registro no Brasil: KPMG 04483.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Seção 3.1 - Conciliação da base de dados com os registros contábeis

Seção 3.1

Base de dados sujeita a análise

A base de dados sujeita a análise, fornecida a nós pela área de Tecnologia do Banco GMAC, contempla a originação de *floor plan* correspondente ao período de 1º de agosto de 2006 a 30 de junho de 2009.

Conciliação da base de dados

Com o intuito de conciliar a base de dados, aplicamos procedimentos de comparação do saldo do Contas a Receber identificados nos arquivos fornecidos pela área de Tecnologia do Banco GMAC com o respectivo balanço contábil na data-base de 30 de junho de 2009, com o objetivo de estabelecer uma base de confiança na qualidade das informações processadas. Os resultados estão apresentados a seguir:

Tipo de Produtos	Somatório do valor das Faturas em aberto em 30/06/2009 R\$(000)		Saldo Contábil Floor Plan em 30/06/2009 - R\$(000)	Divergências - Divergências %	
		%			
NEWV	455.717	98,77%	455.616	899	0,20%
USED	5.555	1,23%	5.674	119	0,33%
Total	461.373	100,00%	462.290	917	0,20%

- Descrição dos tipos de produtos: NEW (Veículos novos comprados diretamente do fabricante USED (Veículos usados).

Comentário sobre procedimento de conciliação:

A aplicação dos procedimentos descritos nessa seção objetivou estabelecer uma base de confiança na qualidade das informações processadas. O resultado desses procedimentos indicou a existência de certas divergências, que foram consideradas imateriais na avaliação do Grupo Estruturador, no contexto da avaliação do perfil da carteira e de seu desempenho no período sob análise.



© 2009 KPMG LLP, Auditoria e Serviços de Assessoria Financeira, uma sociedade limitada e firma membro da rede KPMG de firmas membros independentes e afiliadas a KPMG, rede global de membros afiliados. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 05/09

KPMG e o logo do KPMG são marcas registradas da KPMG, uma sociedade limitada, uma sociedade por ações.

Seção 3.2 - Verificação de faturas

Verificação das faturas

Selecioneamos uma amostra de faturas constantes na base de dados para análise a partir da aplicação da fórmula abaixo:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} \cdot \frac{N \times 10}{N + n_0}$$

E_0 = erro amostral tolerável = 5%

N = tamanho da população = 416.485 Faturas

Dessa forma, selecionamos uma amostra de cem faturas, constantes na base de dados disponibilizada, para confronto com os respectivos "espelhos" das faturas extraídas do sistema G-S Wholesale. Apresentamos, a seguir, o resultado da aplicação desse procedimento:

Procedimento	Sem			Não		
	Divergência	Com	Divergência	Divergência	Com	Divergência
Identificação do 'Número da Fatura'	100	-	-	-	-	100
Verificação da 'Data de Emissão'	100	-	-	-	-	100
Verificação do 'Tipo de Plan'	100	-	-	-	-	100
Verificação do 'Tipo de Classificação'	100	-	-	-	-	100
Verificação do 'Valor das Faturas'	100	-	-	-	-	100
Verificação da 'Data de Vencimento das Faturas'	98	2	-	-	-	100
Verificação da 'Nome do Dealer'	100	-	-	-	-	100
Verificação da 'Código do Dealer'	100	-	-	-	-	100
Verificação do 'Data de Pagamento'	100	-	-	-	-	100

* Segundo representantes do Banco GMAC, quando uma concessionária não efetua o pagamento de determinada fatura até a respectiva data de vencimento, o sistema efetua o controle dos dias até atingir 90 dias de atraso. Após esse período, o sistema automaticamente prorroga em 330 dias a data de vencimento. Para as duas notas fiscais com divergência, verificamos que o pagamento ocorreu 92 dias após a data de vencimento original (presente na base de dados sob análise), período em que o sistema já havia prorrogado o vencimento, conforme verificado.



Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos da origemação e cobrança dos recebíveis

Fluxo de origemação

Para atingir o objetivo descrito na Seção 1 deste relatório, no que tange ao entendimento dos controles que envolvem a estrutura de crédito e cobrança mantidos pelo Banco GMAC, obtivemos informações por meio de indagação à gerência do Banco. Posteriormente, a eficácia desses processos foi testada por meio de procedimentos de avaliação com base em amostragem.

Visão geral do financiamento por atacado

O principal negócio do Banco GMAC S.A. é oferecer financiamento automotivo para concessonárias GM (*dealers*), permitindo que estas adquiram veículos novos e/ou usados para posterior revenda.

O financiamento sob a forma de atacado é realizado por meio de linhas de crédito concedidas para cada uma das concessionárias.

Crédito Comercial - Commercial Lending Center (CLC)

O Departamento CLC tem como principais funções a coleta de informações cadastrais e financeiras dos *dealers*, a análise da situação financeira de cada um, a recomendação ou não do estabelecimento de linhas de crédito e a manutenção destas, além de desenvolver e implementar procedimentos de acordo com as políticas internas do Banco GMAC.

Há uma base em Access que possui a programação das análises e as informações de aprovação. Nessa programação é indicado qual será o analista responsável pela análise, mantendo um rodízio de analistas para o mesmo *dealer*. Eventualmente o mesmo analista pode realizar a análise duas vezes seguidas, dependendo do valor da operação e da experiência do analista.

Esta área possui seis analistas, um supervisor, um gerente e um diretor.

Atualmente, o Banco GMAC mantém relacionamento com 392 *dealers* ativos.

1ª fase da análise

O analista envia um e-mail para o *dealer* solicitando as seguintes documentações:

- Razão social e alterações
- Imposto de Renda de Pessoas Física dos sócios/garantidores
- Balanço patrimonial das empresas que compõem o grupo
- Apólice de seguro dos bens que foram dados como garantia
- Abertura de contas do balanço patrimonial.

Se a última análise tiver ocorrido em menos de um ano, o *dealer* não precisará enviar documentações como Imposto de Renda de Pessoa Física e a apólice de seguro do bem dado em garantia uma vez que os mesmos possuem validade anual.

Nem todos os *dealers* deverão apresentar uma garantia. Para clientes que possuem re acionamento de longa data não é necessário apresentar garantias, o que não ocorre para novos *dealers*.

2ª fase da análise

O analista inicia a análise e busca outras informações do cliente como:

- Consulta à Serasa (Relatório Relato: controle acionário, capital social, capital realizado, restrições, detalhes de sócios e empresas ligadas).
- Consulta ao site FACTS - Sistema GMB, de onde são extraídos os balanços patrimoniais das concessionárias (informações gerenciais).
- Consulta ao Bacen.
- Endividamento bancário (checagem dos bancos).
- Consulta à Receita Federal, INSS.
- Histórico de pagamentos ao GMAC.
- Pessoas Expostas Politicamente (PEP) - informações sobre as pessoas que ocupam cargos federais e que fazem parte do *dealer*.

Essas análises são feitas através dos sites, por uma senha individual de acesso determinada por níveis.



© 2008 KPMG Park Avenue South, Lda, uma sociedade por ações e filiação da rede KPMG de firmas membros independentes e afiliações KPMG Internacionais, uma corporação sem fins lucrativos incorporada no Brasil (KPMG 06463). KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma corporação suíça.

Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos da originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

3ª fase da análise

A análise do balanço é realizada com o objetivo de identificar a real situação financeira do cliente, com ênfase no cálculo do patrimônio líquido, no capital de giro e no índice de endividamento, além de evidenciar possíveis problemas quanto a PDD, intercompra, supervisão orçamentária de estoque, despesas antecipadas, benfeitorias, ágio e ativos intangíveis, endividamento a longo prazo e liquidez.

A partir da análise financeira, o analista preparará a documentação com as principais informações:

- 1 - Situação financeira
- 2 - *Performance* de pagamento
- 3 - Garantia
- 4 - Informações adicionais relevantes (ações judiciais, aumento de capital, etc.)
- 5 - Montante envolvido
- 6 - Recomendações.

4ª fase de análise

De acordo com a situação do cliente, este será classificado em uma das três opções:

- S - Satisfactory
- L - Limited
- P - Programmed

Essa classificação de risco determinará quantas vezes o *dealer* será analisado por ano.

Se o *dealer* obter classificação "S", ele será analisado uma vez ao ano. Se o *dealer* obter classificação "L" ou "P", será analisado duas vezes ao ano, ou seja, a cada seis meses. Mas isso não impede que um *dealer* seja analisado mais de duas vezes ao ano em análises esporádicas, caso necessário.

Para um *dealer* novo, sempre serão feitas duas análises ao ano, pois e sempre será classificado como "L".

5ª fase da análise

O analista encaminha toda a análise para a gerência de crédito comentários/recomendações. Tal relatório em caráter de recomendação.



© 2008 KPMG LLP, uma sociedade por limitada sob as leis do Estado de Nova York, uma das firmas membros do rede KPMG, as firmas membros independentes e afiliadas à KPMG, rede global de firmas de contabilidade, tributação, auditoria e consultoria. Todas as firmas membros, incluindo a KPMG LLP, são membros da KPMG Network, uma organização suíça.

6ª fase da análise

Monitorar as aprovações de acordo com cada alçada. As aprovações são realizadas por e-mail e centralizadas no analisável pelo crédito; depois de totalmente aprovado, é encaminhado para a área de Crédito Operacional.

No quadro abaixo estão demonstradas as alçadas e os respectivos aprovadores, sendo necessária a aprovação de todas as categorias hierarquicamente.

Levels	Credit Line Approval Limits - \$000s- Dollar	
	Satisfactory	Limited Programmed
Level 7 - Credit Manager	2.500	1.250
Level 8 - Operations Manager	10.000	5.000
Unclassified Operations Director	15.000	7.500
Unclassified Managing Director	25.000	15.000
Regional Vice President	35.000	20.000
Regional Credit Committee	50.000	50.000
President/ EVP	50.000	50.000

Há um sistema chamado CARRS em fase de implantação. Esse sistema é uma ferramenta utilizada pelo Banco C/MAC para gerenciar o risco de crédito comercial.

Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos de origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Verificação 1: Com o objetivo de testar a aderência aos processos de análises de crédito apontados, foi realizada a verificação das análises de crédito referentes aos dez maiores dealers. No quadro abaixo constam os itens verificados, os documentos solicitados e os resultados da verificação:

Grupo Dealer	Código Sacado	Somatório do		IR dos sócios	Apólice seguros	Consulta Serasa *	Receita Federal*	INSS *	Bacen*	Relatório de Aprovação de		Balanco
		Valor das Faturas	R\$'(000)							Análise de crédito	acordo com alçada	
1	1108	662.784	✓	✓	N/A	✓	✓	N/A	✓	✓	✓	✓
2	1025	340.880	N/A	✓	N/A	N/A	✓	N/A	✓	✓	✓	✓
3	1641	233.761	✓	✓	N/A	N/A	✓	N/A	✓	✓	✓	✓
4	1374	216.184	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	[a]	✓
5	2764	206.221	✓	✓	✓	N/A	✓	N/A	✓	✓	✓	✓
6	2028	192.233	✓	✓	✓	✓	✓	N/A	✓	✓	✓	✓
7	1559	167.387	✓	✓	N/A	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
8	1974	159.866	✓	✓	N/A	N/A	✓	N/A	✓	✓	✓	✓
9	1031	151.706	✓	✓	N/A	✓	✓	N/A	✓	✓	✓	✓
10	1607	146.940	N/A	✓	✓	N/A	✓	N/A	✓	✓	✓	✓

✓ - Conforme documentos arquivados na última análise realizada.

N/A - Não Aplicável

[a] Análise de crédito em processo de aprovação.

* Segundo representantes do GMAC, não é obrigatório o arquivo físico das consultas à Serasa, ao Bacen, à Receita Federal e ao INSS. Não é necessário entregar novamente os documentos que são renovados no período de 12 meses, como é o caso do Imposto de Renda dos sócios e da apólice de seguros, se a última análise ocorreu em um período menor que um ano.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e filial brasileira da KPMG Network, uma rede global de membros da KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma corporação suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 68463
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma corporação suíça.

Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos na origem e cobrança dos recebíveis (cont.)

Comunicação entre as áreas de crédito comercial e operacional

Periodicamente há uma reunião com representantes das áreas para determinar ações a serem realizadas, como aumento da linha de crédito para determinado dealer, cancelamento de outro e aumento ou diminuição de classificação.

Após essa reunião, é redigida uma Ata com os assuntos abordados.

Crédito Operacional - Atacado

A área de Crédito Operacional analisa as informações contidas na análise de crédito, sendo o primeiro nível de análise (veja quadro da página anterior).

Além da análise da linha de crédito, a área de Crédito Operacional é responsável por manter o relacionamento com os dealers, formalização dos contratos e dos editais, arquivamento dos documentos dos dealers, monitoramento das baixas/dos pagamentos, inventários e monitoramento da cobrança.

Procedimentos de baixa

O pagamento realizado pelos dealers ao GMAC é atrelado à venda de determinado veículo pelo dealer. O prazo para pagamento é estabelecido por meio de sua classificação, conforme a seguir:

"S" (Satisfactory): podem pagar em até três dias após a emissão da nota fiscal
"L" (Limited): até dois dias após a emissão da nota fiscal
"P" (Programmed): um dia após a emissão da nota fiscal.

Os dealers podem efetuar os devidos pagamentos em cinco bancos: HSBC, do Brasil, Itaú, Unibanco e ABN. Os pagamentos são identificados por meio de código específico, baixados automaticamente quando do recebimento do arquivo retorno dos bancos, em rotina noturna, e gerenciados por empresa prestadora de serviço ao GMAC.

Inventários/Procedimentos de cobrança

Com o intuito de monitorar os estoques dos dealers e, consequentemente, os adequados pagamentos, são realizados inventários físicos e alternativos conforme descrito a seguir:

Inventário físico:

- A programação dos inventários é extremamente sigilosa.
- Os inventariantes obtêm uma listagem com o Contas a Receber (GMAC) referente a determinado dealer.
- Visita aos dealers por funcionários especializados do GMAC (inventariantes).
- O inventariante confere cada item de sua listagem com os veículos presentes no estoque de cada concessionária.
- Realizados uma, duas ou três vezes ao ano.

Inventário alternativo:

- Os inventariantes obtêm uma listagem com o Contas a Receber (GMAC) referente a determinado dealer.
- O inventariante realiza consulta pelo Renavam, indicando o número do chassi. Caso esse chassi estiver atrelado a uma placa, significa que o veículo foi vendido, assim o GMAC consegue saber se determinado carro foi vendido e se o valor da nota fiscal foi repassado no tempo determinado.
- Caso ocorra qualquer divergência entre a listagem e as informações do Renavam, o inventário físico é imediatamente programado.

Ações:

Qualquer irregularidade apurada nos inventários deverá ser regularizada imediatamente, conforme descrito a seguir:

1. Obter a nota fiscal de venda do veículo e verificar a data de emissão, levando em consideração o prazo de pagamento estabelecido no item "procedimento de baixa".



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firmante da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma rede global de firmas. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG 05463
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos de origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

2. Caso o prazo de pagamento já tenha expirado, solicitar pagamento imediato até o término do dia em questão.
3. Em caso de não-pagamento, solicitar autorização para bloqueio do respectivo *dealer* ao supervisor de cobrança. Bloqueio é realizado de forma manual tanto no Banco GMAC quanto na fábrica da GM.
4. Se mesmo com o bloqueio o *dealer* não realizar o pagamento, o Banco GMAC, por meio dos inventariantes, "recolhe" as chaves dos veículos (garantia conforme contrato).
5. Notificação em cartório.

Verificação 2: Com o objetivo de testar a aderência aos processos de formalização, verificamos os tipos de garantia, o *rating* da operação, o contrato e a análise dos relatórios dos inventários físico e alternativo referentes aos dez maiores *dealers*. No quadro abaixo constam os itens verificados, os documentos solicitados e os resultados da verificação:

Grupo Dealer	Garantias I - NP		Garantias II		Contrato Firmado - Rating Floor Plan		Mês Análise	Último inventário Alternativo	Último inventário Físico
1	NP R\$ 42.142 mil	Não verificamos cláusula de penhor pois verificamos apenas os aditivos contratuais			S	✓	mai/08	N/A	17/4/2008
2	NP R\$ 42.375 mil	Penhor mercantil dos veículos referente as NFs emitidas pela GMB			S	✓	fev/08	18/9/2008	8/9/2008
3	NP R\$ 21.040 mil	Não verificamos cláusula de penhor pois verificamos apenas os aditivos contratuais			S	✓	jul/08	N/A	30/10/2008
4	NP R\$ 21.130 mil	Penhor mercantil dos veículos referente as NFs emitidas pela GMB			L	✓	out/08	N/A	8/10/2008
5	NP R\$ 12.415 mil	Penhor mercantil dos veículos referente as NFs emitidas pela GMB			S	✓	jun/08	15/9/2008	23/10/2008
6	NP R\$ 19.608 mil	Penhor mercantil dos veículos referente as NFs emitidas pela GMB			L	✓	ago/08	7/10/2008	15/9/2008
7	NP R\$ 9.759 mil	Penhor mercantil dos veículos referente as NFs emitidas pela GMB			L	✓	jun/08	N/A	10/9/2008
8	NP R\$ 23.332 mil	Não verificamos cláusula de penhor pois verificamos apenas os aditivos contratuais			L	✓	set/08	22/9/2008	17/9/2008
9	NP R\$ 8.318 mil	Penhor mercantil dos veículos referente as NFs emitidas pela GMB			L	✓	out/08	29/10/2008	16/7/2008
10	NP R\$ 16.322 mil	Penhor mercantil dos veículos referente as NFs emitidas pela GMB			S	✓	out/08	N/A	09/10/2008

✓ - Conforme documentos arquivados na última análise realizada.

NP - Nota Promissória

NFs - Notas Fiscais

* Os *ratings* são classificados em:

S - Satisfactory

L - Limited

P - Programmed



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firmadora da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma cooperativa suíça. Todas os direitos reservados. Impressão no Brasil KPMG BR483
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG network, uma cooperativa suíça.



Grupo O'Harc S.A.
Informe de Gestión
Balanza y Estado de Resultados
por Grupos por periodo
en 10 de marzo de 2009

Anexo 1 - Movimentación trimestral por Grupo de Dealer

Clase	1a trimestre R\$ (000)	2a trimestre R\$ (000)	3a trimestre R\$ (000)	4o trimestre R\$ (000)	5o trimestre R\$ (000)	6o trimestre R\$ (000)	7o trimestre R\$ (000)	8o trimestre R\$ (000)	9o trimestre R\$ (000)	10o trimestre R\$ (000)	11o trimestre R\$ (000)	12o trimestre R\$ (000)	Total
Grupo 135	74.124	88.661	85.401	95.400	84.630	91.079	77.493	94.604	102.555	59.900	26.578	46.653	954.472
Grupo 128	84.352	84.669	67.146	64.392	74.150	87.022	89.235	137.016	118.645	44.933	50.354	16.333	917.691
Grupo 24	96.650	83.415	71.949	81.419	73.191	71.488	71.946	88.514	88.820	70.138	60.770	56.310	912.938
Grupo 59	47.663	33.013	52.581	59.197	72.049	66.537	81.606	127.783	125.952	79.077	83.254	56.115	902.833
Grupo 44	70.004	71.570	83.201	71.993	66.569	63.792	71.232	88.889	81.590	85.408	81.705	42.259	889.922
Grupo 40	6.003	54.126	52.263	55.302	45.862	47.238	57.077	73.161	83.416	49.332	67.678	55.014	711.222
Grupo 82	44.199	37.539	41.292	40.857	46.632	39.928	24.901	38.648	109.407	72.381	55.939	46.006	641.837
Grupo 144	12.390	35.543	31.180	35.782	44.134	44.887	28.379	44.480	61.179	45.581	41.660	31.669	483.305
Grupo 42	35.970	35.970	35.970	35.970	35.970	35.970	35.970	35.970	35.970	35.970	35.970	35.970	417.131
Grupo 46	55.864	37.723	37.699	37.056	36.639	31.677	17.020	17.546	71.785	37.833	45.435	33.322	308.908
Grupo 132	15.844	21.322	27.468	27.535	36.833	40.687	69.401	53.128	54.630	25.652	28.415	23.364	386.414
Grupo 58	45.761	32.254	17.787	29.027	16.024	15.904	4.199	40.568	67.985	42.911	42.415	20.884	334.376
Grupo 69	49.076	32.254	11.560	11.275	20.739	32.854	21.906	32.789	46.785	36.732	21.294	18.123	534.376
Grupo 136	14.999	15.765	24.437	29.281	17.623	13.921	8.193	20.714	33.805	38.161	22.287	24.545	301.252
Grupo 92	30.857	1.427	5.080	18.268	23.802	21.227	32.063	55.469	69.196	33.625	21.385	11.216	300.160
Grupo 48	10.901	14.087	26.096	27.208	28.904	35.102	28.372	27.713	24.420	25.320	20.279	16.314	288.114
Grupo 28	15.909	10.771	5.924	10.040	14.005	16.764	15.561	14.723	56.655	31.671	27.625	25.487	265.478
Grupo 108	12.136	9.972	15.116	17.460	15.015	27.363	27.363	35.757	30.634	27.003	18.415	17.945	245.347
Grupo 48	12.500	1.815	5.963	11.298	19.423	19.957	11.756	21.721	30.758	35.867	31.409	19.009	245.131
Grupo 15	32.899	22.967	24.641	16.325	9.987	9.987	9.970	21.098	37.714	22.679	12.814	13.873	232.889
Grupo 15	15.399	12.860	14.363	15.312	18.353	19.823	17.311	21.386	27.005	27.792	13.112	9.705	228.511
Grupo 80	11.359	12.860	14.363	15.312	18.353	19.823	17.311	21.386	27.005	27.792	13.112	9.705	228.511
Grupo 84	12.473	12.473	12.473	12.473	12.473	12.473	12.473	12.473	12.473	12.473	12.473	12.473	203.326
Grupo 116	37.448	20.130	14.805	21.822	13.296	21.366	22.687	22.981	35.409	20.432	21.227	15.232	203.409
Grupo 123	27.397	24.956	12.897	16.381	9.820	9.260	6.813	11.065	28.003	20.428	15.428	20.207	203.265
Total 25 dealers grupos	954.079	829.259	795.315	835.515	836.112	837.150	815.889	1.188.460	1.506.915	982.226	858.444	453.732	11.391.959
Total 102 Dealers independientes	365.940	232.233	216.481	277.470	270.639	289.182	223.558	421.146	565.121	356.786	308.393	208.793	3.816.913
Declaro 67 grupos	535.119	350.964	346.633	358.449	382.085	384.607	316.050	933.195	833.701	958.994	651.545	324.332	5.425.669
Total	1.854.498	1.412.215	1.372.469	1.469.217	1.488.835	1.561.218	1.355.507	2.297.008	2.895.735	2.298.009	1.818.482	1.186.907	20.533.642

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo G

- Contrato de Cessão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MINUTA
(18.9.2009)

**CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E
AQUISIÇÃO
DE DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS E OUTRAS AVENÇAS**

datado de [] de [] de 2009

entre

BANCO GMAC S.A.
na qualidade de Cedente e Agente de Cobrança,

e

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
BANCO GMAC - FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS
(representado por seu Administrador,
Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)**
na qualidade de Cessionário,

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

CLÁUSULA I.	OBJETO.....	4
CLÁUSULA II.	PROCEDIMENTOS PARA A IDENTIFICAÇÃO, SELEÇÃO E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	5
CLÁUSULA III.	PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO RELATIVOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS APROVADOS.....	10
CLÁUSULA IV.	LIQUIDAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS CEDIDOS.....	13
CLÁUSULA V.	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	15
CLÁUSULA VI.	LINHAS.....	16
CLÁUSULA VII.	EFEITOS DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	19
CLÁUSULA VIII.	DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO CEDENTE.....	24
CLÁUSULA IX.	DECLARAÇÕES E GARANTIAS DAS PARTES.....	27
CLÁUSULA X.	RESCISÃO.....	28
CLÁUSULA XI.	RESILIÇÃO.....	28
CLÁUSULA XII.	PENALIDADES.....	29
CLÁUSULA XIII.	REGISTRO.....	29
CLÁUSULA XIV.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	30
ANEXO A	35
ANEXO B	36
ANEXO C	37
ANEXO D	41
ANEXO E	44

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS E OUTRAS AVENÇAS

O presente instrumento particular é celebrado entre as seguintes partes:

(a) **BANCO GMAC S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Indianópolis, nº 3.096, inscrita no CNPJ sob o nº 59.274.605/001-13, neste ato representado nos termos de seu estatuto social, por seus representantes legais abaixo assinados (“**Cedente**” ou, na sua qualidade de agente de cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, “**Agente de Cobrança**”); e

(b) **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BANCO GMAC - FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.577.075/0001-04, representado por seu administrador, **Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar - parte, inscrita no CNPJ sob o nº 33.868.597/0001-40, autorizada pela CVM para a administração profissional de carteiras de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório da CVM nº 1.223, de 8 de janeiro de 1990 (“**Administrador**”), neste ato representado na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais abaixo assinados (“**Cessionário**” ou “**Fundo**”).

Para os fins do presente Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e Outras Avenças (“**Contrato**”), toda e qualquer referência ao Fundo também deverá ser interpretada como uma referência ao Administrador, o qual é parte deste Contrato, na qualidade de representante do Fundo. Os termos e as expressões iniciados por letras maiúsculas e não definidos de outra maneira no presente Contrato terão os respectivos significados a eles atribuídos no regulamento do Fundo (“**Regulamento**”), que integra o presente Contrato como **Anexo A**.

CONSIDERANDOS

(1) **CONSIDERANDO QUE** o Fundo, constituído nos termos da Instrução CVM 356/01, é uma comunhão de recursos destinados preponderantemente à aquisição de determinados Direitos Creditórios Elegíveis do Cedente, de acordo com o presente Contrato e com a Política de Investimento;

(2) **CONSIDERANDO QUE** o Cedente, por meio da assinatura de cada Termo de Cessão, cederá ao Fundo os Direitos Creditórios Elegíveis nele indicados, nos termos dos artigos 286 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Código Civil**”), com tudo o que tais Direitos Creditórios Elegíveis representam;

(3) **CONSIDERANDO QUE** o Fundo, por sua vez, adquirirá os Direitos Creditórios Elegíveis do Cedente;

(4) **CONSIDERANDO QUE**, conforme disposto neste Contrato, o Cedente é o único proprietário legítimo e usufrutuário de cada um dos Direitos Creditórios Elegíveis, e tem o título legítimo sobre cada um dos Direitos Creditórios Elegíveis, oriundo das Linhas relacionadas e identificadas na Lista de Linhas anexa ao presente Contrato como **Anexo B** (“**Linhas Listadas**”); e

(5) **CONSIDERANDO QUE**, conforme o artigo 38 da Instrução CVM 356/01 e nos termos do Regulamento, o Administrador é responsável pela prestação de serviços de custódia ao Fundo, os quais incluem, entre outras atividades, a verificação da adequação dos Direitos Creditórios Elegíveis aos Critérios de Elegibilidade descritos na Cláusula V abaixo.

ISTO POSTO, o Cedente, o Cessionário e o Administrador (conjuntamente denominados “**Partes**” e, individualmente, “**Parte**”), de forma irrevogável e irretratável, resolvem celebrar o presente Contrato, que se regerá pelas Cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA I. OBJETO

1.1. Pelo presente Contrato e na melhor forma de direito, o Cedente cede e concorda em transferir ao Cessionário, sem qualquer direito de regresso ou co-obração do Cedente, os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos existentes nas Linhas Listadas em cada data de cessão.

1.1.1. A cessão a que se refere a Cláusula 1.1 acima abrange não somente os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos como também tudo o que os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos representam, com relação aos quais o Cedente dará ao Fundo a mais plena, ampla e geral quitação, em caráter irrevogável e irretratável, para nada mais reclamar, seja a que título for, observado o disposto no presente Contrato.

1.1.2. Na ocasião da assinatura do respectivo Termo de Cessão, os Direitos Creditórios objeto do presente Contrato deverão ser elegíveis para serem parte do Fundo, de acordo com a Política de Investimento.

1.1.3. Os Direitos Creditórios Elegíveis objeto do presente Contrato são formalizados e/ou confirmados por meio de seus respectivos Documentos Comprobatórios.

1.2. O presente Contrato será válido até o início da liquidação do Fundo.

CLÁUSULA II. PROCEDIMENTOS PARA A IDENTIFICAÇÃO, SELEÇÃO E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

2.1. O Cedente deverá enviar ao Administrador, todo Dia Útil, um arquivo eletrônico descrevendo os Direitos Creditórios Elegíveis existentes em tal dia, originados pelo Cedente junto às Concessionárias e existentes nas Linhas Listadas (“**Notificação**”).

2.2. Todo Dia Útil, o Administrador deverá identificar, entre os Direitos Creditórios Elegíveis relacionados pelo Cedente na Notificação em relação a tal Dia Útil, os Direitos Creditórios que o Fundo pretende adquirir, de acordo com a sua Política de Investimento (“**Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados**”). Os Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados serão identificados para maximizar o valor total de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos relativos a Veículos usados somado ao valor total dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos relativos tanto a Veículos novos quanto a Veículos usados menos a soma dos valores da Diferença de Alocação de Veículos Novos menos a soma dos valores da Diferença de Alocação de Veículos Usados menos a soma dos valores do Excedente na Alocação. A maximização disposta nesta Cláusula 2.2 será realizada paralelamente à manutenção das seguintes restrições:

- (i) limite de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos: o valor total dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos relativos a Veículos novos mais a soma dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos relativos a Veículos usados deverá ser inferior ou igual ao valor total dos Direitos Creditórios Elegíveis Requeridos;
- (ii) exposição de Veículos usados: o valor total dos Direitos Creditórios

Elegíveis Cedidos relativos a Veículos usados deverá ser inferior ou igual ao Patrimônio Líquido Requerido multiplicado pelo Percentual Máximo de Veículos Usados;

- (iii) limite da carteira de Veículos novos: para cada Concessionária, o valor dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos relativos a Veículos novos deverá ser inferior ou igual aos Direitos Creditórios Elegíveis relativos aos Veículos novos disponíveis na carteira de tal Concessionária;
- (iv) limite da carteira de Veículos usados: para cada Concessionária, o valor dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos relativos a Veículos usados deverá ser inferior ou igual ao valor dos Direitos Creditórios Elegíveis relativos a Veículos usados disponíveis na carteira de tal Concessionária;
- (v) alocação existente de Veículos novos: para cada Concessionária, o valor dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos relativos a Veículos novos deverá ser superior ou igual ao valor dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos de tal Concessionária relativos a Veículos novos já cedidos ao Fundo;
- (vi) alocação existente de Veículos usados: para cada Concessionária, o valor dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos relativos a Veículos usados deverá ser superior ou igual ao valor dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos de tal Concessionária relativos a Veículos usados já cedidos ao Fundo;
- (vii) exposição da Concessionária: para cada Concessionária, o valor dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos relativos a Veículos novos mais o valor dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos relativos a Veículos usados menos o valor do Excedente de Alocação será inferior ou igual ao Percentual Máximo de Exposição por Concessionária; e
- (viii) diversificação de Concessionária: para cada Concessionária, (a) o valor dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos relativos a Veículos novos, somado (b) o valor da Diferença de Alocação de Veículos Novos, somado (c) o valor dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos relativos a Veículos usados, somado (d) o valor da Diferença de Alocação de Veículos Usados, deverá ser superior ou igual: (a) ao Patrimônio Líquido Requerido multiplicado pelo menor valor entre (1) o percentual dos Direitos Creditórios Elegíveis na carteira de tal Concessionária e (2) o Percentual Máximo de Exposição por Concessionária, e (b) ao menor saldo de

Veículos na carteira de tal Concessionária.

2.2.1. Para os fins da Cláusula 2.2 acima, (a) **“Diferença de Alocação de Veículos Novos”** deverá significar, para cada Concessionária, uma variável simulada não-negativa utilizada para um valor suficiente para o cumprimento da restrição de diversificação (viii) acima; (b) **“Diferença de Alocação de Veículos Usados”** deverá significar, para cada Concessionária, uma variável simulada não-negativa utilizada para um valor suficiente para o cumprimento da restrição de diversificação (viii) acima; (c) **“Excedente na Alocação”** deverá significar, para cada Concessionária, uma variável simulada não-negativa utilizada para um valor suficiente para o cumprimento da restrição de diversificação (vii) acima; (d) **“Patrimônio Líquido Requerido”** deverá significar o Patrimônio Líquido mínimo suficiente para manter as Cotas em circulação em consonância com o Índice de Subordinação, o Índice Mezanino e a Taxa de Desconto; e (e) **“Direitos Creditórios Elegíveis Requeridos”** deverão significar (A) o Patrimônio Líquido Requerido, (B) menos o valor em depósito na Conta de Reserva, (C) menos o valor de mercado de quaisquer derivativos detidos pelo Fundo (conforme aplicável), (D) menos o valor em depósito na Conta de Distribuição, (E) mais a soma de todos os Passivos dispostos na definição de Patrimônio Líquido.

2.2.2. O Administrador deverá enviar ao Cedente um arquivo eletrônico listando os Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados que o Fundo pretende adquirir, de acordo com a Cláusula 2.2 acima.

2.2.3. A cessão definitiva dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados nos termos da Cláusula 2.3 abaixo será formalizada mediante a assinatura dos respectivos Termos de Cessão, na forma definida no **Anexo C** ao presente Contrato.

2.2.4. Caberá exclusivamente ao Administrador a responsabilidade pela identificação e seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis de acordo com os Critérios de Elegibilidade.

2.3. Após a identificação e seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados, de acordo com a Cláusula 2.2 acima, o Administrador deverá enviar ao Cedente:

- (i) no mesmo dia da aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados, um arquivo eletrônico de retorno, descrevendo quais Direitos Creditórios Elegíveis foram selecionados pelo Administrador como Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados;
- (ii) conforme o caso, um relatório eletrônico sobre os Direitos Creditórios que foram rejeitados pelo Administrador e devolvidos ao Cedente, devido (a) ao descumprimento da Política de Investimento, (b) ao descumprimento dos Critérios de Elegibilidade, e/ou (c) à insuficiência de recursos disponíveis para tal aquisição (**“Direitos Creditórios Rejeitados”**); e
- (iii) um relatório eletrônico consolidado sobre os Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados, colocado à disposição por meio da página do Administrador na rede mundial de computadores, com um resumo das informações relativas à aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos pelo Fundo (**“Relatório de Aprovação”**).

2.3.1. Caso, por qualquer razão, o Administrador e/ou o Cedente não sejam capazes de enviar a Notificação, o Relatório de Aprovação e/ou qualquer outro relatório ou arquivo mencionado nas Cláusulas 2.1, 2.2 e 2.3 acima, tal relatório ou arquivo deverá ser enviado por meio de procedimentos a serem acordados entre o Administrador e o Cedente.

2.4. Durante o Período Revolvente, a disponibilidade de valores na Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos (nos termos da Cláusula IV abaixo) deverá:

- (i) obrigar (a) o Cedente, de maneira irrevogável e irretroatável, a efetuar a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados mediante a assinatura do respectivo Termo de Cessão, no Dia Útil imediatamente seguinte à data em que o Relatório de Aprovação for emitido para o Cedente; e (b) o Fundo a adquirir do Cedente os Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados, pelo Preço de Aquisição aplicável e mediante o respectivo Termo de Cessão; e
- (ii) autorizar o Administrador a (a) iniciar os procedimentos operacionais necessários para a cessão ao Fundo dos Direitos Creditórios Elegíveis

Aprovados; e (b) pagar o Preço de Aquisição devido pelo Fundo ao Cedente, na mesma data da assinatura do respectivo Termo de Cessão.

2.4.1. Durante o Período de Amortização Planejada, o Administrador deverá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis adicionais, ficando ressalvado, contudo, que a ordem de prioridade para fins de amortização das Cotas estipulada na Seção XIV do Regulamento seja sempre devidamente observada.

2.5. A cessão de qualquer Direito Creditório Elegível Aprovado, nos termos da Cláusula 2.4 acima, deverá obrigar o Cedente a:

- (i) manter uma cópia eletrônica do Relatório de Aprovação com a situação consolidada dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos sujeitos a cada cessão ao Fundo sob sua custódia, por 5 (cinco) anos, contados a partir da datada cessão de cada Direito Creditório Elegível Aprovado;
- (ii) preencher o Termo de Cessão relativo aos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados cedidos no respectivo dia, anexando o Termo de Cessão ao Relatório de Aprovação consolidado;
- (iii) firmar o Termo de Cessão, por meio de seus representantes legais; e
- (iv) enviar ao Fundo, por fac-símile ou correio eletrônico, no mesmo dia da aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados, o Termo de Cessão devidamente preenchido e assinado, juntamente com o Relatório de Aprovação consolidado.

2.5.1. Toda segunda-feira, de acordo com a Cláusula 2.5 (iv) acima, o Cedente deverá enviar ao Fundo 3 (três) vias originais de cada Termo de Cessão firmado na semana anterior, juntamente com o Relatório de Aprovação, para que o Fundo os assine e devolva uma (1) via original para o Cedente e uma (1) para o Administrador.

2.6. Sem prejuízo da Cláusula 2.5 (i) acima, os Relatórios de Aprovação (cópias eletrônicas) também serão mantidos sob custódia pelo Administrador, que será responsável por sua guarda e reprodução até a liquidação do Fundo.

2.7. Em consequência do disposto na Cláusula 1.1 acima, (i) o Cedente não terá o direito, sob quaisquer circunstâncias, de solicitar que os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos cedidos ao Fundo sejam re-transferidos a ele de

qualquer modo e (ii) salvo nas hipóteses dispostas nas Cláusulas VI e VIII abaixo, o Fundo não será obrigado, sob quaisquer circunstâncias, a re-transferir, de qualquer modo, os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos ao Cedente.

CLÁUSULA III. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO RELATIVOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS APROVADOS

3.1. O Preço de Aquisição necessário para manter o Patrimônio Líquido em um nível suficiente para sustentar o Índice de Subordinação e o Índice Mezanino, assim como os demais termos e condições aplicáveis a cada cessão de Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados pelo Cedente ao Fundo, serão determinados no respectivo Termo de Cessão, com base em uma Taxa de Desconto (conforme definida abaixo) estabelecida sobre o Preço de Aquisição para cada aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados, que será determinada de acordo com a fórmula abaixo:

$$PADC_{y,T} = \frac{VDC}{\left(\frac{TD_{y,T} + 1}{100} \right)^{\left(\frac{PMP}{252} \right)}}$$

onde:

$y = 1, 2 \dots n$	Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados a serem adquiridos;
$PADC_{y,T}$	Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados “y” na Data de Aquisição “T”;
VDC	Valor Nominal do Direito Creditório Elegível Aprovado que está sendo adquirido;
$TD_{y,T}$	Taxa de Desconto por ano, calculada com base em 252 dias úteis, conforme demonstrado abaixo; e
PMP	Prazo Médio de Pagamento.

- 3.1.1. A Taxa de Desconto deverá significar a taxa de desconto para determinar o valor nominal do Direito Creditório Elegível Aprovado do Preço de Aquisição, e deverá ser calculada conforme a seguinte fórmula, de forma que a taxa de retorno dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados juntamente com a taxa de retorno dos outros Ativos do Fundo iguale o parâmetro da taxa de retorno das Cotas juntamente com o *spread* para os Passivos do Fundo sobre o PMP (conforme definido na Cláusula 3.1 acima):

$$\left\{ \left[\left(1 + \frac{DIF_T}{100} \right) \times \left(1 + \frac{\sum_{k=1}^n \frac{Spread_k}{100} \times M_{k,T}}{M_{Total,T}} + \frac{\sum_{k=1}^n \frac{Spread_k}{100} \times M_{k,T}}{M_{Total,T}} \right) \times \left(1 + \frac{C}{100} \right) \right]^{\frac{PMP}{360}} + \left[\left(1 + \frac{ES}{100} \right)^{\frac{PMP}{360}} - 1 \right] - (1 - X\%) \times \left(1 + \frac{CR_T}{100} \right)^{\frac{PMP}{360}} \right]^{\frac{231}{PMP}} - 1 \times 100$$

onde:

$y=1, 2...n$	Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados a serem adquiridos;
$TD_{y,T}$	Taxa de Desconto para a aquisição do Direito Creditório Elegível Aprovado “y”, na Data de Aquisição “T”;
DIF_T	O maior entre a Taxa DI atual e a Taxa DI futura disponível para a Data de Aquisição “T”, publicada pela BM&F. A fim de determinar qual Taxa DI futura deverá ser adotada, o Administrador calculará o PMP para os Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados e utilizará a taxa para o período mais próximo ao PMP disponibilizada pela BM&FBovespa. Por exemplo: se a Taxa DI atual é 13,50% e a Taxa DI futura é 13,25%, então $DIF_T = 13,50\%$;
$Spread_k$	Benchmark Sênior, calculado com base em dias úteis, definido no respectivo Suplemento de Série “k” de Cotas Seniores. Por exemplo: se o Benchmark Sênior é 3,00% ao ano, então $Spread_k = 3,00$;
$k = 1, 2...n$	Série de Cotas Seniores em circulação na Data de Aquisição “T”;
$M_{k,T}$	Valor do número total de Cotas Seniores em circulação de Série “k”

na Data de Aquisição "T";

$Spread_l$	Benchmark Mezanino, calculado com base em dias úteis, definido no respectivo Suplemento de Série "l" de Cotas Mezanino. Por exemplo: se o Benchmark Mezanino é 3,00% ao ano, então $Spread_l = 3,00$;
$l = 1, 2 \dots n$	Série de Cotas Mezanino em circulação na Data de Aquisição "T";
$M_{k,T}$	Valor do número total de Cotas Mezanino em circulação de Série "l" na Data de Aquisição "T";
$M_{Total,T}$	Valor do número total de Cotas Seniores e Cotas Mezanino em circulação na Data de Aquisição "T";
ES	Spread em excesso admitido como igual a 1,00% ao ano, i.e., $ES = 1,00$;
C	Spread sobre a taxa de juros para cobrir as despesas do Fundo e as eventuais provisões relativas a Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos de liquidação duvidosa. Caso o spread seja 0,50% ao ano, então: $C=0,50$;
X%	Carteira do Fundo representada por Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos; e
CR_t	Taxa de retorno dos Investimentos Permitidos.

3.1.2. A fórmula estabelecida acima considera a menor taxa de desconto que pode ser aplicada pelo Administrador para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados do Cedente. No entanto, o Administrador e o Cedente, mediante acordo mútuo e a fim de manter o Índice de Subordinação, podem estabelecer Taxas de Desconto mais elevadas para a cessão de Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados, os quais devem ser objeto do respectivo Termo de Cessão.

3.1.3. O valor correspondente aos tributos sobre a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos será deduzido do Preço de Aquisição e o Cedente será responsável pelo pagamento de tais tributos, devendo autorizar expressamente o Fundo a deduzir do valor da

cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos o valor correspondente aos referidos tributos.

3.1.4 O pagamento do Preço de Aquisição ao Cedente será efetuado pelo Fundo no mesmo dia da assinatura de cada Termo de Cessão, nos termos da Cláusula 2.4 (ii) acima, ou qualquer outra data mutuamente acordada entre o Cedente e o Fundo em tal Termo de Cessão.

3.2. O Preço de Aquisição será pago pelo Fundo ao Cedente (i) em moeda local, por meio de transferência eletrônica de fundos disponíveis ou de outra maneira autorizada pelo Banco Central do Brasil, valendo o recibo de depósito como comprovante de quitação do Cedente, (ii) por meio da emissão de um cheque (ficando ressalvado que, em tal hipótese, o Cedente deverá autorizar tal pagamento em cheque), e/ou (iii) em Cotas Subordinadas e/ou Cotas Mezanino, a serem emitidas pelo Fundo. Em qualquer hipótese, o Administrador será responsável pelas condições de pagamento que venham a ser exigidas pelo Cedente.

CLÁUSULA IV. LIQUIDAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS CEDIDOS

4.1. Todos os pagamentos relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos serão efetuados pelas Concessionárias correspondentes diretamente para as Contas de Cobrança específicas mantidas pelo Cedente junto aos Bancos de Cobrança.

4.1.1. O Cedente terá o direito de alterar, substituir, remover ou adicionar Bancos de Cobrança, mediante o envio de notificação por escrito a esse respeito ao Administrador, observada a Condição da Agência de Classificação de Risco.

4.2. Em cada Dia Útil durante cada Período de Cobrança, sem compensação ou reconvenção por conta de reivindicações contra o Cedente, o Fundo, o Administrador ou qualquer outra Pessoa, cada Banco de Cobrança, com base em uma instrução por escrito de caráter irrevogável do Cedente, deverá automaticamente transferir todos os pagamentos recebidos das Concessionárias no Dia Útil antecedente para a Conta Centralizadora.

4.2.1. Qualquer alteração à cobrança e às estruturas de cobrança dispostas nos itens 4.1 e 4.2 acima deverá ser previamente

aprovada pelo Administrador por escrito.

4.3. Em cada Dia Útil durante cada Período de Cobrança, sem compensação ou reconvenção por conta de reivindicações contra o Fundo ou qualquer outra Pessoa, o Banco Centralizador, conforme instruído pelo Agente de Cobrança e subsequentemente confirmado pelo Administrador, deverá transferir os valores das Cobranças relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos depositados na Conta Centralizadora para a Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos.

4.4. Dentro de 1 (um) Dia Útil, contado a partir do recebimento de Cobranças na Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos nos termos da Cláusula 4.3 acima, sem compensação ou reconvenção por conta de reivindicações contra o Fundo ou qualquer outra Pessoa, durante cada Período de Cobrança, o Administrador deverá transferir valores da Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos para a Conta de Distribuição, equivalentes a 10% (dez por cento) do Valor Requerido então em vigor, até que o Valor Requerido esteja integralmente depositado. O Administrador deverá prontamente notificar o Cedente (e, em qualquer hipótese, até no máximo o próximo Dia Útil) quando tal Valor Requerido para a próxima Data de Amortização estiver depositado integralmente na Conta de Distribuição.

4.4.1. Caso, dentro de 10 (dez) Dias Úteis, contados a partir do início do respectivo Período de Cobrança, o Valor Requerido integral não estiver depositado na Conta de Distribuição, todas as Cobranças recebidas deverão ser depositadas na Conta de Distribuição, até que o Valor Requerido integral esteja depositado.

4.5. Os valores remanescentes em depósito na Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, após a dedução do Valor Requerido devido à Conta de Distribuição, serão usados para adquirir Direitos Creditórios Elegíveis adicionais por um Preço de Aquisição calculado nos termos do presente Contrato.

4.6. Nos termos do presente Contrato, o Fundo não deverá adquirir nenhum Direito Creditório Rejeitado. Consequentemente, o Cedente não deverá remeter cobranças que não sejam relacionadas a tais Direitos Creditórios Rejeitados da Conta Centralizadora para a Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos.

CLÁUSULA V. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

5.1. Todo e qualquer Direito Creditório a ser adquirido pelo Fundo deverá atender, na data da assinatura do respectivo Termo de Cessão, conforme o Regulamento, aos seguintes Critérios de Elegibilidade, que deverão ser verificados e validados pelo Administrador antes da assinatura do respectivo Termo de Cessão:

- (i) a Classificação de Crédito da respectiva Concessionária será classificada como “Satisfatória” ou “Limitada”, ou outro sistema de classificação de crédito equivalente que venha a ser implantado pelo Cedente;
- (ii) o Direito Creditório não estará sujeito ao PPD;
- (iii) o Direito Creditório terá sido adiantado para uma Concessionária para a aquisição de um Veículo;
- (iv) o Direito Creditório será devido por uma Concessionária cuja(s) Linha(s) pertença(m) à Lista de Linhas;
- (v) o Veículo nele relacionado seja de um ano do modelo de fabricação de não mais que 5 (cinco) anos;
- (vi) a respectiva Data de Faturamento será no mínimo 5 (cinco) dias anterior à Data de Aquisição; e
- (vii) a Data de Vencimento do Direito Creditório deverá ser igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da respectiva Data de Aquisição.

5.2. O Agente de Cobrança poderá propor uma alteração, modificação ou eliminação completa de quaisquer dos Critérios de Elegibilidade estabelecidos na Cláusula 5.1 acima, e/ou a adição de novos critérios, os quais estarão sujeitos à aprovação dos Cotistas nos termos do Regulamento.

5.3. O Fundo não deverá, a qualquer tempo, ter mais de 20% (vinte por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Direitos Creditórios Elegíveis devidos por qualquer Concessionária, salvo se tal Concessionária for (i) uma empresa registrada como companhia aberta junto à CVM; (ii) uma instituição financeira devidamente autorizada para operar pelo Banco Central do Brasil; ou (iii) uma companhia cujas demonstrações financeiras do exercício fiscal

imediatamente anterior à data de constituição do Fundo tenham sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nos termos da Lei nº 6.404, de 17 de dezembro de 1976, conforme alterada, e verificadas por um auditor independente registrado junto à CVM.

5.4. Sem prejuízo da Cláusula 5.3 acima, a qualquer tempo o Fundo não deverá ter mais do que o Percentual Máximo de Exposição por Concessionária aplicável representado por Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos.

5.5. Na ocasião de cada aquisição de Direitos Creditórios, o Fundo não deverá ter adquirido mais do que o Percentual Máximo de Veículos Usados investido em Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos decorrentes da aquisição de Veículos usados.

CLÁUSULA VI. LINHAS

6.1. O Cedente poderá, de tempos em tempos, a seu exclusivo critério, observadas as condições especificadas na Cláusula 6.2 abaixo, designar uma ou mais Linhas Adicionais a serem incluídas na Lista de Linhas, enviando ao Fundo e à Agência de Classificação de Risco até o 5º (quinto) Dia Útil, mas no máximo até o 30º (trigésimo) dia anterior à Data de Inclusão relativa, uma Notificação de Inclusão especificando a Data de Inclusão. Caso Linhas Adicionais sejam incluídas na Lista de Linhas, a partir da respectiva Data de Inclusão, o Cedente poderá transferir e ceder ao Fundo, e o Fundo deverá adquirir do Cedente, os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos das Linhas Adicionais, conforme descritos na Cláusula 6.2 abaixo.

6.1.1. Não obstante qualquer disposição em contrário, quaisquer Linhas Adicionais designadas pelo Cedente nos termos da Cláusula 6.1 acima para evitar a ocorrência de (ou para saná-lo, caso já tenha ocorrido) qualquer Evento de Consulta aos Cotistas ou Evento de Liquidação Antecipada somente estarão sujeitas às condições especificadas na Cláusula 6.2 abaixo.

6.2. Observado o disposto na Cláusula II acima, o Cedente poderá ceder e transferir ao Fundo Direitos Creditórios Elegíveis oriundos de quaisquer Linhas Adicionais de acordo com a Cláusula 6.1 acima, somente mediante o cumprimento das seguintes condições até a Data de Inclusão relativa:

- (i) o Cedente deverá ter entregue ao Administrador uma Notificação de Inclusão, na forma definida no **Anexo D** a este Contrato, com relação a tal Linha Adicional;

- (ii) o Cedente deverá declarar e garantir que, na respectiva Data de Inclusão, cada uma de tais Linhas Adicionais é uma Linha em relação a qual todas as declarações e garantias estipuladas na Cláusula VIII abaixo foram devidamente cumpridas;
- (iii) o Cedente deverá ter concordado em depositar todas as Cobranças com relação aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos originados de tais Linhas Adicionais desde a Data de Inclusão na Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos;
- (iv) na Data de Inclusão, o Cedente não deverá estar insolvente, nem ter se tornado insolvente por cada uma de tais transferências;
- (v) o Cedente deverá declarar e garantir que a designação de tais Linhas Adicionais, a inclusão de tais Linhas Adicionais na Lista de Linhas e a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis não resultarão, no melhor juízo do Cedente, na ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada;
- (vi) o Cedente deverá ter entregue ao Fundo uma declaração de diretor devidamente assinada, na forma do **Anexo I à Notificação de Inclusão**, confirmando os itens dispostos nas Cláusulas 6.2 (i), (ii), (iii), (iv) e (v) acima.

6.2.1. Após o cumprimento de cada uma das condições dispostas na Cláusula 6.2 acima, o Administrador deverá alterar a Lista de Linhas nesse sentido.

6.3. De tempos em tempos, em qualquer Dia Útil, observadas as condições especificadas neste Contrato, o Cedente terá o direito (o qual o Cedente não poderá exercer mais que uma vez em qualquer Período de Cobrança) de requerer a seleção aleatória de uma Linha e que todos os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos relativos a tal Linha sejam removidos da Lista de Linhas. Para remover Linhas e os respectivos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, o Cedente deverá tomar as seguintes medidas e realizar as seguintes determinações:

- (i) no mínimo 5 (cinco) Dias Úteis mas no máximo 30 (trinta) Dias Úteis antes da Data de Remoção, fornecer ao Fundo e à Agência de Classificação de Risco uma Notificação de Remoção especificando a intenção do Cedente de remover uma Linha Aleatoriamente Seleccionada e a Data de Remoção; e

- (ii) determinar, na Data de Remoção com relação a tal Linha Aleatoriamente Seleccionada, o Saldo de Remoção, e entregar ao Fundo uma relação verdadeira e completa das Linhas Aleatoriamente Seleccionadas, especificando para cada Linha Aleatoriamente Seleccionada na Data de Remoção o número de sua conta e o Saldo de Remoção.

6.3.1. A remoção de qualquer Linha nos termos da Cláusula 6.3 acima estará sujeita às seguintes condições:

- (i) o Cedente deverá ter entregue ao Administrador e à Agência de Classificação de Risco uma Notificação de Remoção, na forma definida no **Anexo E** ao presente Contrato, com relação a tal Linha Aleatoriamente Seleccionada;
- (ii) o Cedente deverá declarar e garantir que tal remoção não deverá, no melhor juízo do Cedente, resultar na ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada;
- (iii) o Cedente deverá declarar e garantir que as Linhas Aleatoriamente Seleccionadas tenham sido seleccionadas da Lista de Linhas de maneira que não vise ter um efeito material adverso no Patrimônio Líquido do Fundo;
- (iv) o Cedente deverá apresentar ao Fundo uma confirmação por escrito de que tal ação satisfará a Condição da Agência de Classificação de Risco;
- (v) o Cedente deverá entregar ao Fundo uma declaração de diretor, na forma do **Anexo I à Notificação de Remoção**, confirmando os itens dispostos nas Cláusulas 6.3.1 (i), (ii), (iii) e (iv) acima; e
- (vi) os Cotistas do Fundo deverão aprovar tal remoção em uma assembléia geral devidamente convocada, observado o quorum disposto no item 17.3 do Regulamento.

6.3.2. Após o cumprimento de cada uma das condições dispostas na Cláusula 6.3.1 acima, o Administrador deverá alterar a Lista de Linhas nesse sentido.

6.3.3. Observado o cumprimento das condições dispostas na Cláusula 6.3.1 acima, a partir da Data de Remoção com relação a uma Linha Aleatoriamente Seleccionada, (i) o Cedente não deverá transferir quaisquer Direitos Creditórios com relação a tal Linha Aleatoriamente Seleccionada ao Fundo, e (ii) o Cedente deverá estar irrevogavelmente obrigado a adquirir do Fundo, sem recurso, declaração ou garantia, efetivo desde a Data de Remoção, todos os direitos, títulos e participações sobre os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos oriundos de tal Linha, ou substituir tais Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos por Direitos Creditórios Elegíveis adicionais, em cada caso, pelo Preço de Aquisição.

6.3.4. Após a Data de Remoção, (i) Cobranças relativas a Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos originados pela Linha Aleatoriamente Seleccionada deverão deixar de ser remetidas ao Fundo, em conformidade com a Cláusula 6.3.3 acima, (ii) tal Linha Aleatoriamente Seleccionada deverá ser considerada removida da Lista de Linhas para todos os fins, (iii) todos os Direitos Creditórios Elegíveis originados de tal Linha Aleatoriamente Seleccionada deverão ser tidos como transferidos e liberados pelo Fundo ao Cedente sem recurso, declaração ou garantia, e (iv) o Administrador deverá alterar a Lista de Linhas nesse sentido.

CLÁUSULA VII. EFEITOS DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

7.1. De acordo com o disposto na Cláusula 1.1 acima, o Cedente, pelo presente Contrato, se compromete a ceder e transferir para o Cessionário, em caráter irrevogável e irretratável, em troca do pagamento do Preço de Aquisição aplicável, pagável pelo Fundo, todos os Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados, com relação aos quais o Cedente dá ao Fundo quitação total, ampla e geral, em caráter irrevogável e irretratável, e para nada mais reclamar, a que título for, observado o disposto no presente Contrato.

7.2. Em decorrência do disposto na Cláusula 7.1 acima, cada Direito Creditório Elegível Cedido sujeito ao presente Contrato e ao Termo de Cessão pertencerá ao Fundo a partir da data de assinatura do respectivo Termo de Cessão, e o Fundo terá o direito de cobrar e receber quaisquer Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, agindo por sua própria conta ou por meio de terceiros.

7.3. Sem prejuízo da Cláusula II acima, o Fundo, pelo presente Contrato, nomeia o Cedente para agir como seu representante e Agente de Cobrança na cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos de acordo com os termos dispostos neste Contrato.

7.3.1. O Agente de Cobrança será responsável por prestar ao Fundo serviços de depósito e assessoria relativos à administração financeira, à cobrança extrajudicial, ao recebimento e à recuperação com relação aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos.

7.4. O Agente de Cobrança será responsável em seu próprio nome, mas por conta do Fundo, como representante do Fundo, por cobrar e administrar os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos cedidos para o Fundo do mesmo modo e utilizando no mínimo o mesmo grau de cuidado que utilizava ao cobrar e administrar esses Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos antes da data da entrada em vigor do presente Contrato. Mediante a prévia aprovação por escrito do Fundo, o Agente de Cobrança terá o direito de sub-contratar um Agente Autorizado.

7.5. O Fundo, pelo presente Contrato, nomeia o Agente de Cobrança, agindo por meio de seus representantes legais, para atuar como fiel depositário, sob as penas descritas na legislação aplicável, o qual deverá manter em depósito voluntário, em conformidade com o disposto no artigo 627 do Código Civil, como se pertencessem ao próprio Agente de Cobrança, todos os Documentos Comprobatórios cedidos, e também deverá entregar tais documentos ao Fundo ou a quem quer que o Fundo venha a designar, dentro de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de qualquer solicitação feita pelo Fundo ao Agente de Cobrança a esse respeito.

7.5.1. O Agente de Cobrança ficará responsável pela custódia física dos Documentos Comprobatórios cedidos ao Fundo, com a indicação de seus representantes legais como fiéis depositários dos Documentos Comprobatórios correspondentes, nos termos do artigo 629 do Código Civil.

7.6. Com relação aos pagamentos relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos recebidos pelo Agente de Cobrança de tempos em tempos, o Agente de Cobrança deverá:

- (i) observada a Cláusula IV acima, segregar todo o dinheiro, cheques e outros instrumentos de tal pagamento de maneira aceitável para o Fundo e de acordo com a legislação aplicável para assegurar que todos esses pagamentos não constituam parte dos ativos do Cedente (ficando entendido que tais quantias não precisarão ser segregadas ou contidas numa conta física separada);
- (ii) remeter todos esses pagamentos, incluindo, sem limitação, todo esse dinheiro, todos tais cheques e outros instrumentos, devidamente endossados ou com instrumentos de transferência devidamente firmados, nos termos da Cláusula IV acima;
- (iii) até tal remessa, manter todos esses pagamentos em depósito para o Fundo, ficando ressalvado que o Agente de Cobrança não será requerido a manter as importâncias recebidas em relação aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos em uma conta separada. O Agente de Cobrança concorda em manter tais registros e livros contábeis com relação aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos e quaisquer cobranças e distribuições correlatas conforme normalmente mantém em relação a operações financeiras de contas a receber semelhantes e conforme forem razoavelmente necessários para evidenciar as cobranças e as distribuições realizadas nos termos desta Cláusula 7.6 (iii);
- (iv) mediante solicitação pelo Fundo, providenciar ao Fundo acesso a tais registros e livros contábeis ou cópias destes; e
- (v) se for feita uma reivindicação contra o Fundo com base dolo ou fraude, conforme determinado por uma sentença final transitada em julgado, conduta ou acusação criminal, por parte do Agente de Cobrança e/ou de seus diretores e administradores agindo em seu nome, como agente de cobrança do Fundo, indenizar e isentar o Fundo de tal reivindicação.

7.6.1. Não obstante a Cláusula 7.6 acima, o Agente de Cobrança, por meio de seus representantes legais, será o fiel depositário dos pagamentos dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos que venha a receber. O Agente de Cobrança deverá agir em rigoroso cumprimento da Cláusula 7.6 acima, sob o risco de enriquecimento ilícito, sujeito às penalidades definidas na Cláusula XII abaixo e na legislação aplicável.

7.7. O Administrador somente poderá cancelar ou alterar todos ou quaisquer dos termos desta Cláusula VII com o Agente de Cobrança ou com seu Agente Autorizado mediante a ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

- (i) inadimplemento relevante de qualquer das obrigações assumidas pelo Agente de Cobrança, nos termos do presente Contrato e do Regulamento do Fundo, caso tal inadimplemento não seja sanado dentro de 30 (trinta) dias, contados do recebimento de uma notificação pelo Agente de Cobrança de inadimplemento proveniente do Administrador;
- (ii) dolo ou fraude, conforme determinado por uma sentença final transitada em julgado, conduta ou acusação criminal, por parte do Agente de Cobrança e/ou de seus diretores e administradores agindo em seu nome;
- (iii) insolvência, intervenção, liquidação ou falência do Agente de Cobrança; ou
- (iv) caso aprovado por Cotistas devidamente reunidos em uma assembléia geral, observado o quorum disposto no item 17.3 do Regulamento.

7.7.1. Na hipótese disposta na Cláusula 7.7 acima, o Administrador deverá assumir as responsabilidades de cobrança e administração com relação a todos ou quaisquer dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos às suas próprias custas, até que o Administrador tenha contratado um Agente de Cobrança Substituto. O Administrador enviará notificação ao Agente de Cobrança, e/ou fará com que o Agente de Cobrança envie notificação a seu Agente Autorizado, sobre qualquer ocorrência de tal evento.

7.7.2. Mediante notificação providenciada nos termos da Cláusula 7.7.1 acima, o Agente de Cobrança deverá providenciar ou fazer com que seu Agente Autorizado providencie ao Administrador toda a documentação e todos os registros mantidos sob sua custódia e cumprir as exigências de formalização e notificação aplicáveis de modo a formalizar a cessão ou a transferência tanto perante as Concessionárias quanto demais terceiros.

7.7.3. O Agente de Cobrança deverá colaborar integralmente ou deverá fazer com que seu Agente Autorizado colabore integralmente com o Administrador a fim de auxiliar o Administrador na cobrança e administração dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos. Na

hipótese de o Agente de Cobrança e/ou de seu Agente Autorizado receber quaisquer cobranças ou outros pagamentos com relação aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, o Agente de Cobrança deverá remeter e/ou deverá fazer com que seu Agente Autorizado remeta imediatamente para o Fundo todas tais cobranças e todos tais pagamentos, incluindo, sem limitação, todo o dinheiro, cheques e instrumentos devidamente endossados, observada a Cláusula 7.6.1 acima.

7.8. Todas as decisões referentes à cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, incluindo, sem limitação, consentimentos a atrasos no pagamento, dispensas de pagamentos, a prorrogação dos prazos de pagamento e a negociação de liquidações de quantias pendentes, serão tomadas por opção exclusiva do Agente de Cobrança, ou do Agente de Cobrança Substituto, conforme aplicável.

7.9. O Fundo será responsável por todas as despesas e taxas de cobrança e garantia cobradas por terceiros (incluindo, sem limitação, taxas de carta de crédito e saque bancário) relativamente aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos. Na medida em que o Agente de Cobrança pagar tais taxas e despesas, o Agente de Cobrança fará jus a reembolso imediato pelo Fundo.

7.10. O Agente de Cobrança compromete-se ainda a envidar esforços de boa-fé, e deverá fazer com que seu Agente Autorizado envide esforços de boa-fé, para prontamente notificar o Administrador sobre qualquer evento, fato, condição ou circunstância de que tomar conhecimento que (i) tenha o efeito de comprometer, atrasar ou reduzir de forma relevante o pagamento de quaisquer quantias pendentes de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos; ou (ii) constitua uma violação da Cláusula VIII abaixo.

7.11. Observado o disposto na cláusula 7.11.1 abaixo, o Agente de Cobrança poderá, a qualquer momento, recomendar ao Fundo que realize o registro de penhores sobre os Veículos, nos termos do respectivo Contrato de Financiamento *Floor Plan*, junto ao cartório de registro de títulos e documentos competente, bem como no certificado de propriedade de tais Veículos, caso ocorra qualquer um dos eventos abaixo:

- (i) caso uma Concessionária que possua uma Linha Listada venha a inadimplir no pagamento de qualquer valor devido em decorrência de um Direito Creditório Elegível Cedido e/ou no pagamento de qualquer valor devido em decorrência de um Direito Creditório devido por tal

Concessionária ao Cedente, e não realize tal pagamento no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir do recebimento de uma notificação do Agente de Cobrança a esse respeito; ou

- (ii) caso uma Concessionária que possua uma Linha Listada e seja devedora de qualquer Direito Creditório Elegível Cedido que ainda não tenha sido integralmente pago possua uma Classificação de Crédito que deixe de ser classificada como “Satisfatória” ou “Limitada”, ou tal outro sistema de pontuação de crédito equivalente que possa ser implementado pelo Cedente.

7.11.1. O Agente de Cobrança deverá determinar, de acordo com sua Política de Cobrança, levando em consideração a otimização dos valores de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos a serem cobrados, e atuando no melhor interesse do Fundo, se deverá registrar os penhores sobre os Veículos sujeitos ao Contrato de Financiamento Floor Plan do qual a respectiva Concessionária seja parte. O Agente de Cobrança deverá informar o Fundo caso quaisquer penhores venham a ser formalizados, devendo executar, conforme aplicáveis, todos os atos e medidas necessários para auxiliar o Fundo na formalização e registro de tais penhores.

CLÁUSULA VIII. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO CEDENTE

8.1. O Cedente responsabiliza-se, civil e criminalmente, pela existência, liquidez, legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos adquiridos pelo Fundo nos termos do presente Contrato e de cada Termo de Cessão. O Cedente ainda declara que, contado da data da assinatura do respectivo Termo de Cessão:

- (i) os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos não serão objeto de nenhuma outra alienação, cessão ou transferência, compromisso de alienação e/ou oneração, não havendo qualquer direito de Concessionárias contra o Cedente ou qualquer acordo que possa dar lugar à arguição de compensação ou outra forma de extinção ou redução dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos;
- (ii) o Cedente é o originador e único titular dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, os quais representam relações comerciais subjacentes lícitas, válidas e eficazes, bem como que os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos sempre estarão livres e desembaraçados de

quaisquer ônus, gravames ou restrições de natureza pessoal e/ou real, não havendo nenhum fato impeditivo à cessão e à transferência dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, incluindo com relação às Concessionárias;

- (iii) não existem ações pessoais ou reais de natureza comercial, fiscal ou trabalhista demandadas contra o Cedente em nenhum tribunal no Brasil ou no exterior que afetem materialmente os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos ou o presente Contrato;
- (iv) cada Direito Creditório Elegível Cedido e qualquer garantia fidejussória e/ou garantia real com relação a propriedades imóveis da Concessionária, conforme aplicável, eventualmente prestada com relação a um Direito Creditório Elegível Cedido constitui obrigação vinculante, válida e legítima da Concessionária correspondente, cobrável nos termos da legislação brasileira. Os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos cedidos nos termos do presente Contrato e do respectivo Termo de Cessão não foram obtidos mediante fraude ou de qualquer forma ou sob qualquer circunstância que possa prejudicar sua existência, sua validade ou seu recebimento nos termos da legislação brasileira;
- (v) a documentação relativa a cada Direito Creditório Elegível Cedido, incluindo, sem limitação, os Documentos Comprobatórios, está em situação regular, comprova a existência e a validade do Direito Creditório Elegível Cedido correspondente, e possibilita a inscrição das Concessionárias, de coobrigados e garantidores em agências de proteção ao crédito pelo Fundo, salvo nos casos de impedimento ou oposição instituída por força de decisão judicial em benefício das Concessionárias, coobrigados e garantidores ou regras específicas de tais agências de proteção ao crédito;
- (vi) cada uma das Linhas Listadas foi estabelecida e é mantida e atendida pelo Agente de Cobrança;
- (vii) cada Direito Creditório Elegível Cedido será decorrente de uma Linha com relação à qual, durante os 12 (doze) meses anteriores, o Cedente (na qualidade de Agente de Cobrança dos Direitos Creditórios) não tenha dado baixa, sem ter recuperado, qualquer quantia superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

- (viii) cada Veículo relativo a um Direito Creditório Elegível Cedido estará coberto por apólices de seguro, conforme exigidas pelas políticas de concessão de crédito do Cedente;
- (ix) cada Direito Creditório Elegível Cedido será devido por uma Concessionária a qual, na ocasião da assinatura do respectivo Termo de Cessão, a GMB ou quaisquer de suas afiliadas não detenha(m) 20% (vinte por cento) ou mais das participações societárias da Concessionária a ela relacionada; e
- (x) o Direito Creditório Elegível Cedido deverá decorrer de uma linha de crédito do Programa Floor Plan estabelecida em favor de uma Concessionária que não esteja sujeita a nenhum processo de liquidação, falência, insolvência ou recuperação judicial ou extrajudicial.

8.2. Mediante a descoberta por qualquer das Partes de uma violação relevante de qualquer das declarações e garantias do Cedente contidas na Cláusula 8.1 acima com relação a qualquer Direito Creditório Elegível Cedido (ou com relação a qualquer Linha Listada que afete de modo relevante e adverso os interesses do Fundo em qualquer Direito Creditório Elegível Cedido), tal Parte deverá enviar notificação de violação por escrito a todas as demais Partes especificando a violação ocorrida em detalhes justificáveis, dentro de 30 (trinta) Dias Úteis após a data em que tal Parte tenha passado a ter conhecimento efetivo de tal violação.

8.3. Caso, na Data de Amortização relativa ao Período de Cobrança no qual o Cedente descubra uma violação relevante ou receba aviso por escrito de uma violação a qualquer das declarações e garantias sem que tal violação tenha sido sanada pelo Cedente até tal Data de Amortização, o Cedente deverá (i) readquirir o Recebível em Garantia ou (ii) substituir tal Recebível em Garantia por um Direito Creditório Elegível. Em tal hipótese, o preço de aquisição a ser pago ("**Preço de Recompra**") ou o Direito Creditório Elegível a ser entregue pelo Cedente ao Fundo deverá ser de valor equivalente (i) ao Preço de Aquisição de tal Recebível em Garantia ou, (ii) nos casos em que a violação ocorrida prejudicar apenas uma parte do Recebível em Garantia, à parte prejudicada do Recebível em Garantia. O pagamento do Preço de Recompra deverá ser realizado à vista em moeda corrente nacional, mediante transferência eletrônica disponível ou outra forma autorizada pelo Banco Central, valendo o comprovante de depósito como recibo de quitação, ficando ressalvado que tal pagamento deverá ser depositado na Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos. O Preço de Recompra deverá ser incluído nas Cobranças na data que for depositado e deverá ser depositado de acordo com o Regulamento.

8.4. A obrigação de o Cedente readquirir ou substituir qualquer Recebível em Garantia deve constituir o único remédio com relação ao caso que dê origem a tal obrigação disponível ao Fundo. Nem o Fundo tampouco quaisquer dos Cotistas deverão ter qualquer direito ulterior contra o Cedente com relação a tal violação de declaração ou garantia. Nada aqui contido deverá ser interpretado como uma liberação de quaisquer das obrigações do Cedente na sua qualidade de Agente de Cobrança.

8.5. Mediante o pagamento do Preço de Recompra com relação a um Recebível em Garantia ou substituição de tal Recebível em Garantia por um Direito Creditório Elegível, o Fundo deverá automaticamente, e sem ação ulterior, considerar como transferido e cedido ao Cedente, sem recurso, declaração ou garantia, na data de tal pagamento, tal Recebível em Garantia, todas as verbas devidas ou que se tornem devidas com relação a tal Recebível em Garantia a partir de tal data de pagamento, bem como todos os procedimentos relativos. O Administrador, em nome do Fundo, deverá assinar tais documentos e instrumentos de transferência ou cessão e tomar tais outras ações conforme sejam requeridas pelo Cedente para evidenciar ou confirmar, sem recurso, declaração ou garantia, tal transmissão, incluindo, sem limitação, a assinatura de um contrato de cessão. Na hipótese de verbas devidas ou que se tornem devidas com relação a qualquer Recebível em Garantia a partir da data na qual o Preço de Recompra seja depositado ou ajustado ou substituído por outros Direitos Creditórios Elegíveis, tais recursos deverão ser considerados mantidos em depósito com o (e não propriedade do) Fundo, o qual deverá transferir tais recursos ao Cedente dentro de 2 (dois) Dias Úteis, contados a partir do dia no qual o Fundo se torne ciente do recebimento de tal quantia ou seja notificado pelo Agente de Cobrança ou pelo Cedente de tal circunstância.

8.6. Não obstante o disposto acima, caso o valor nominal de um Direito Creditório Elegível Cedido seja reduzido por qualquer razão que não em decorrência de uma relutância ou inabilidade de pagar da Concessionária, o Cedente deverá reembolsar ao Fundo o valor total de tal redução, subscrevendo Cotas Subordinadas adicionais mediante entrega de Direitos Creditórios Elegíveis Adicionais ou pagamento de um valor equivalente em dinheiro.

CLÁUSULA IX. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DAS PARTES

9.1. Cada Parte declara que seus respectivos representantes legais possuem plenos poderes legais e estatutários para celebrar o presente Contrato e o Termo de Cessão, para cumprir as obrigações decorrentes do Contrato de Cessão e do Termo de Cessão e para consumir as operações previstas neste Contrato e no Termo de Cessão.

9.1.1. A assinatura e o cumprimento do presente Contrato pelas Partes e o cumprimento de suas respectivas obrigações resultantes deste Contrato foram devidamente autorizados por todos os atos societários necessários, aplicáveis às Partes.

9.2. A assinatura do presente Contrato pelas Partes, bem como o cumprimento de todos os seus termos e condições não representam e não representarão violação de nenhum contrato, documento ou acordo em que qualquer Parte esteja envolvida, ou, ainda, violação do estatuto e/ou contrato social de tal Parte.

9.3. O presente Contrato constitui uma obrigação legal, válida e vinculante no que se refere às Partes, exequível em conformidade com seus termos, e reverterá em benefício das Partes, bem como de seus respectivos sucessores e cessionários.

CLÁUSULA X. RESCISÃO

10.1. O presente Contrato poderá ser rescindido pelo Fundo em qualquer das seguintes hipóteses:

- (i) decretação de falência ou intervenção, liquidação ou processo de recuperação judicial ou extrajudicial do Cedente ou do Agente de Cobrança Substituto, conforme aplicável;
- (ii) violação relevante de qualquer obrigação do Cedente, nos termos do presente Contrato, que afete o Fundo de modo adverso; ou
- (iii) qualquer falha e/ou incorreções relevantes em quaisquer das declarações e garantias prestadas pelo Cedente nos termos das Cláusulas VIII e IX do presente Contrato.

CLÁUSULA XI. RESILIÇÃO

11.1. Qualquer Parte poderá resilir o presente Contrato a qualquer tempo, e o Agente de Cobrança poderá pedir afastamento de suas atividades de prestação de serviços de cobrança dispostas na Cláusula VII acima, sem motivo e independentemente de qualquer multa, após enviar à(s) outra(s) Parte(s) notificação por escrito a esse respeito por carta com aviso de recebimento, com no mínimo 120 (cento e vinte) dias de antecedência, ficando ressalvado que, nos

termos do Regulamento, a rescisão do presente Contrato pelo Fundo deverá ser aprovada por uma assembléia geral de Cotistas devidamente convocada, observados os quoruns aplicáveis estabelecidos no Regulamento. Notificações enviadas por fac-símile não serão consideradas válidas.

CLÁUSULA XII. PENALIDADES

12.1. A violação por qualquer das Partes, devido a negligência, imprudência, inépcia, falha, erro, omissão ou descumprimento das obrigações dispostas no presente Contrato, além de dolo ou fraude, de qualquer das obrigações de pagamento descritas no presente Contrato e/ou no Termo de Cessão, deverá representar, por força da lei e independentemente de qualquer notificação ou advertência, o inadimplemento da Parte correspondente, que ficará sujeita ao pagamento dos seguintes encargos de mora: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* a partir da data em que o pagamento venceu até a data de seu integral e efetivo pagamento ao credor; e (ii) multa convencional, não-compensatória de 2% (dois por cento), calculada sobre a quantia pagável, sem prejuízo da cobrança de quaisquer perdas e danos.

12.2. A multa mencionada na Cláusula 12.1 (ii) acima será paga dentro de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da data de recebimento pela Parte inadimplente da notificação tratando da violação da obrigação correspondente, desde que tal violação seja devidamente comprovada.

12.3. O valor da multa descrita na Cláusula 12.1 (ii) acima será atualizado de acordo com a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, na menor periodicidade aceitável pela legislação, a partir da assinatura do presente Contrato até a data de seu efetivo pagamento.

CLÁUSULA XIII. REGISTRO

13.1. Caberá ao Cedente efetuar o registro do presente Contrato e de qualquer de suas alterações, bem como de cada um dos Termos de Cessão, dentro de 20 (vinte) dias consecutivos contados a partir da data de assinatura correspondente, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente de sua sede e da sede do Administrador, em cumprimento do disposto no Artigo 221 do Código Civil e nos Artigos 129 e 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada.

- 13.1.1. Todos os custos resultantes do registro mencionado na Cláusula 13.1 acima correrão por conta do Cedente.
- 13.1.2. Na hipótese de o Cedente não ter registrado o Termo de Cessão dentro de 20 (vinte) dias consecutivos contados a partir da data da assinatura correspondente, nos termos da Cláusula 13.1 acima, o Administrador poderá registrar tal Termo de Cessão, devendo o custo correlato ser pago pelo Cedente.

CLÁUSULA XIV. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Sem prejuízo do disposto no presente Contrato, as Partes estabelecem que deverão cumprir os detalhes operacionais relativos à prestação dos serviços por parte do Administrador, assim como os critérios e os procedimentos adotados para a cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos, conforme detalhados no presente Contrato.

14.2. Observados os termos e as condições contidos no presente Contrato, o Cedente, o Agente de Cobrança, o Fundo e o Administrador acordam em envidar seus melhores esforços de modo a adotar ou garantir a adoção das medidas ou dos atos que venham a ser necessários ou convenientes de acordo com a legislação aplicável de modo a cumprir e observar o disposto no presente Contrato.

14.3. Todos os consentimentos, notificações, solicitações e outras formas de comunicação relativos ao presente Contrato serão realizados por escrito e serão enviados ou entregues por carta registrada ou com aviso de recebimento, por fac-símile, observado o disposto na Cláusula 14.4 abaixo, ou por serviços de correio rápido de renome nacional, ou por meio de correio eletrônico, para os endereços abaixo:

- (i) Se para o Cedente:

BANCO GMAC S.A.

Endereço: []
A/c: []
Telefone: []
Fax: []
E-mail: []

- (ii) Se para o Fundo:

**CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**

Endereço: Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar – parte, Bela Vista,
CEP 01311-200

A/c: []

Telefone: []

Fax: []

E-mail: []

- (iii) Se para o Administrador:

**CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**

Endereço: Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar – parte, Bela Vista, CEP
01311-200

A/c: []

Telefone: []

Fax: []

E-mail: []

- (iv) Se para o Agente de Cobrança:

BANCO GMAC S.A.

Endereço: []

A/c: []

Telefone: []

Fax: []

E-mail: []

14.4. Notificações enviadas nos termos da Cláusula 14.3 acima serão consideradas entregues: (i) no momento da entrega, caso entregues em mão; (ii) no momento do recebimento, caso enviadas pelo correio com do aviso de recebimento, na hipótese de cartas registradas ou com aviso de recebimento; (iii) 2 (dois) Dias Úteis após a entrega pelo serviço de correio expresso, se enviadas por serviços de entrega expressa; (iv) se por fac-símile, no momento da confirmação da transmissão impressa na máquina de fac-símile; e (v) se por e-mail, no momento da confirmação da transmissão recebida pelo remetente.

14.5. Qualquer das Partes poderá mudar o endereço que deverá ser usado no envio de notificações por meio de notificação por escrito enviada às outras Partes, em conformidade com a Cláusula 14.4, ficando ressalvado, contudo, com relação a tal disposição, que a notificação somente será considerada entregue quando as outras Partes informarem que a receberam.

14.6. O presente Contrato contém o acordo integral e as negociações integrais referentes à cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados para o Fundo e, especificamente, prevalecerá em relação a quaisquer entendimentos anteriores mantidos pelo Cedente, pelo Fundo e pelo Administrador a respeito do objeto do presente Contrato.

14.7. Aditivos, renúncias ou alterações referentes ao presente Contrato, ou a qualquer de seus termos e disposições, somente vincularão o Cedente, o Agente de Cobrança, o Fundo e/ou o Administrador se confirmados por eles por escrito, ficando ressalvado, contudo, que o Cedente e o Administrador terão o direito de alterar a Lista de Linhas nos termos da Cláusula VI acima. Nenhuma alteração por parte do Cedente, do Fundo e/ou do Administrador com relação a qualquer termo ou disposição do presente Contrato ou a qualquer inadimplemento nos termos de qualquer obrigação que surgir de acordo com este Contrato afetará os direitos subsequentes do Cedente, do Fundo e/ou do Administrador com relação à exigência de cumprimento de tal termo ou de tal disposição ou ao exercício de qualquer direito ou adoção de qualquer medida em outros casos de inadimplemento, quer semelhantes quer não. O presente Contrato só poderá ser alterado ou modificado caso tal alteração ou modificação seja realizada em instrumento por escrito assinado pelo Cedente, pelo Fundo e pelo Administrador.

14.8. Caso qualquer das disposições deste Contrato seja considerada nula, ilegal, inválida ou inexecutável, nenhuma outra disposição do presente Contrato será afetada e, portanto, as disposições remanescentes do presente Contrato permanecerão em pleno vigor e efeito, como se tal disposição nula, ilegal, inválida ou inexecutável não fosse parte do presente Contrato.

14.9. Todas as disposições contidas neste Contrato que acarretarem uma obrigação de dar, fazer ou não fazer a serem realizadas pelo Fundo deverão ser interpretadas, salvo referência expressa em contrário, como de única e exclusiva responsabilidade do Administrador.

14.10. Para os fins do presente Contrato, qualquer referência a “Dia Útil” significa qualquer dia que não seja um sábado, um domingo ou um dia em que as instituições financeiras em São Paulo estejam autorizadas ou obrigadas pela legislação a fechar.

14.11. O Cedente, o Fundo, o Agente de Cobrança e o Administrador reconhecem expressamente que as obrigações estabelecidas pelo presente Contrato deverão ser especificamente cumpridas, de acordo com os termos dos Artigos 461 e 632 e seguintes da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (Código de Processo Civil).

14.12. Os títulos e cabeçalhos contidos no presente Contrato visam exclusivamente à referência e não deverão afetar os direitos das Partes do presente Contrato.

14.13. As Partes contratantes deverão chegar a um acordo quanto ao conteúdo, ao prazo e ao formato de quaisquer informações a serem fornecidas às autoridades governamentais no Brasil (salvo informações fornecidas às autoridades governamentais no curso normal dos negócios nos termos da Instrução CVM 356/01), a empregados, clientes, à imprensa ou qualquer outro tipo de informações com relação ao presente Contrato ou de qualquer questão diretamente relacionada ao Fundo, acordo o qual não será injustificadamente negado. Cada uma das Partes contratantes deverá arcar com seus próprios custos oriundos desta disposição, salvo nos casos específicos dispostos no presente Contrato.

14.14. Todos os pronomes serão considerados como se referindo ao masculino, ao feminino, ao neutro, ao singular ou ao plural conforme a identidade da empresa ou sociedade da pessoa ou das pessoas venha a exigir no respectivo contexto.

14.15. O presente Contrato será regido pela legislação da República Federativa do Brasil.

14.16. O Cedente, o Fundo, o Agente de Cobrança e o Administrador pelo presente irrevogavelmente decidem submeter ao Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, quaisquer divergências que venham a decorrer do presente Contrato, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

EM TESTEMUNHO DO QUE, as Partes e o Administrador firmam o presente Contrato em 4 (quatro) vias, de mesmo teor e para um único fim e efeito, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [] de [] de 2009

BANCO GMAC S.A.
(CEDENTE)

**CITIBANK DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A., por conta e ordem do Fundo de
Investimentos em Direitos Creditórios
Banco GMAC - Financiamento a
Concessionárias
(Administrador)**

BANCO GMAC S.A.
(AGENTE DE COBRANÇA)

Testemunhas:

- | | |
|------------|------------|
| 1. - _____ | 2. - _____ |
| Nome: | Nome: |
| RG: | RG: |
| CPF: | CPF: |

ANEXO A

REGULAMENTO

ANEXO B

LISTA DE LINHAS

ANEXO C

TERMO DE CESSÃO

Pelo presente instrumento particular, as Partes: (a) **BANCO GMAC S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Indianópolis, nº 3.096, inscrita no CNPJ sob o nº 59.274.605/001-13, neste instrumento representado nos termos de seu estatuto social, por seus representantes legais abaixo assinados (“**Cedente**”); e (b) **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BANCO GMAC - FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.577.075/0001-04, representado por seu administrador, Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar - parte, inscrita no CNPJ sob nº 33.868.597/0001-40, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração e gestão de carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 1.223, de 8 de janeiro de 1990 (“**Administrador**”), neste instrumento representado nos termos de seu estatuto social, por seus representantes legais abaixo assinados (“**Cessionário**” ou “**Fundo**”), nos termos do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e Outras Avenças (“**Contrato**”), firmado em [] de [] de 2009 pelo Cedente e pelo Cessionário (o Cessionário e o Cedente são designados, em conjunto, as “**Partes**”). Para os fins do presente Termo de Cessão, todas as referências ao Cessionário serão interpretadas como uma referência ao Administrador, na qualidade de representante do Fundo), concordam em celebrar o presente Termo de Cessão em caráter irrevogável e irretratável, o qual será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. Os termos e as expressões iniciados por letras maiúsculas e não definidos de outra maneira no presente Termo de Cessão terão os respectivos significados a eles atribuídos no Contrato. Todos os termos e condições aplicáveis à cessão e não estabelecidos expressamente neste Termo de Cessão estão descritos no Contrato.
2. Por meio deste Termo de Cessão, o Cedente cede e transfere para o Cessionário, sem direito de regresso ou co-obrigações perante o Cedente, os Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos descritos no **Anexo I ao Termo de Cessão**, pelo preço fixo de R\$ [] (“**Preço de Aquisição**”), que deverá ser pago pelo Fundo ao Cedente (i) em moeda local, por meio de transferência eletrônica disponível para a conta corrente do Cedente identificada na Cláusula

2.1 abaixo ou de outra maneira autorizada pelo Banco Central do Brasil, e o comprovante de depósito representará o recibo e será válido como um instrumento de quitação do Cedente, (ii) mediante emissão de um cheque, e/ou (iii) em Cotas Subordinadas [e/ou uma determinada classe de Cotas Mezanino], a serem emitidas pelo Fundo para subscrição pelo Cedente.

- 2.1. Para os fins do item (i) da Cláusula 2 acima, quaisquer valores transferidos pelo Fundo ao Cedente a título de pagamento do Preço de Aquisição deverão ser depositados na seguinte conta corrente:

Banco Real – 356
Agência – 0689
C/C – 1707735-1
Titular: Banco GMAC S.A.
CNPJ 59.274.605/0001-13

3. Os Documentos Comprobatórios estão identificados e detalhados no **Anexo I ao Termo de Cessão.**

4. O Cedente, como fiel depositário dos Documentos Comprobatórios, nos termos da Cláusula 7.5 do Contrato, deverá entregar tais Documentos Comprobatórios ao Fundo ou a quem quer que o Fundo venha a designar, dentro de 5 (cinco) dias contados a partir da data de qualquer solicitação feita pelo Fundo ao Cedente a esse respeito.

5. O Cedente confirma e certifica as declarações e garantias fornecidas nos termos da Cláusula VIII do Contrato, as quais permanecem verdadeiras, precisas, válidas e vinculantes perante o Cedente.

6. Este Termo de Cessão será regido pelas leis da República Federativa do Brasil.

7. As Partes, pelo presente, irrevogavelmente decidem submeter ao Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, quaisquer divergências que venham a decorrer do presente Termo de Cessão, com a renúncia de qualquer outra, por mais privilegiado que seja.

EM TESTEMUNHO DO QUE, as Partes firmam este Termo de Cessão em 3 (três) vias, de mesmo teor e para um único fim e efeito, na presença das duas

testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [] de [] de []

**BANCO GMAC S.A.
(CEDENTE)**

**CITIBANK DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A., por conta e ordem do Fundo de
Investimento em Direitos Creditórios
Banco GMAC - Financiamento a
Concessionárias
(Administrador)**

Testemunhas:

1. - _____	2. - _____
Nome:	Nome:
RG:	RG:
CPF:	CPF:

Anexo I
ao Termo de Cessão

Data: [•] de [•] de [•]

[identificação do Direito Creditório]	Concessionária (CNPJ)	Data de Vencimento	Valor (R\$)
TOTAL			

ANEXO D

NOTIFICAÇÃO DE INCLUSÃO

BANCO GMAC S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Indianópolis, nº 3.096, inscrita no CNPJ sob o nº 59.274.605/001-13, neste instrumento representado de acordo com os termos de seu estatuto social, por seus representantes legais abaixo-assinados (“**Cedente**”), nos termos da Cláusula 6.1 do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e Outras Avenças (“**Contrato**”), firmado em [] de [] de 2009 pelo Cedente e pelo **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BANCO GMAC - FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.577.075/0001-04, representado por seu Administrador, Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar - parte, inscrita no CNPJ sob nº 33.868.597/0001-40, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração e gestão de carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 1.223, de 8 de janeiro de 1990 (“**Fundo**”), por meio deste instrumento notifica o Fundo de sua intenção de incluir a Linha nº [] (“**Linha Adicional Seleccionada**”) à Lista de Linhas.

1. Termos e expressões iniciados em letras maiúsculas que não estejam de outra maneira definidos nesta Notificação de Inclusão deverão ter os significados a eles atribuídos no Contrato. Todos os termos e condições aplicáveis à inclusão da Linha Adicional Seleccionada à Lista de Linhas e não expressamente estabelecidos nesta Notificação de Inclusão estão descritos no Contrato.
2. Para fins desta Notificação de Inclusão, a Data de Inclusão para a Linha Adicional Seleccionada deverá ser [] de [] de [].
3. Nos termos da Cláusula 6.2 do Contrato, o Cedente declara e garante que:
 - (i) na Data de Inclusão Relativa, a Linha Adicional Seleccionada é uma Linha com relação a qual todas as declarações e garantias dispostas na Cláusula VIII do Contrato foram devidamente cumpridas;
 - (ii) concorda em remeter todas as Cobranças com relação aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos originados da Linha Adicional Seleccionada desde a Data de Inclusão para a Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos;

- (iii) na Data de Inclusão, não está insolvente, nem se tornou insolvente por tal transferência;
- (iv) a designação da Linha Adicional Seleccionada, a inclusão de tal Linha Adicional Seleccionada na Lista de Linhas e a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis correspondentes não devem, no seu melhor juízo, resultar na ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada; e
- (v) entregou ao Fundo uma declaração de diretor devidamente assinada, na forma do **Anexo I à Notificação de Inclusão**.

São Paulo, [] de [] de []

BANCO GMAC S.A.
(CEDENTE)

Anexo I
à Notificação de Inclusão

1. Referência é feita à Notificação de Inclusão enviada em [] de [] de [] pelo **BANCO GMAC S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Indianópolis, nº 3.096, inscrita no CNPJ sob o nº 59.274.605/001-13 ("**Cedente**") ao Administrador, nos termos da Cláusula 6.1 do Contrato, com relação à intenção do Cedente de incluir a Linha nº [] ("**Linha Adicional Seleccionada**") à Lista de Linhas ("**Notificação Certificada**").
2. Termos iniciados em letra maiúscula utilizados na presente declaração deverão ter os significados a eles atribuídos no Contrato. Todos os termos e condições aplicáveis à inclusão da Linha Adicional Seleccionada à Lista de Linhas e não expressamente estabelecidos nesta declaração são descritos no Contrato.
3. Na qualidade de *[inserir cargo do diretor]*, eu, [], declaro por meio desta que:
 - (i) o Cedente entregou ao Administrador a Notificação Certificada;
 - (ii) o Cedente declarou e garantiu que na Data de Inclusão relativa à Linha Adicional Seleccionada a Linha Adicional Seleccionada era uma Linha com relação à qual todas as declarações e garantias dispostas na Cláusula VIII do Contrato foram devidamente cumpridas;
 - (iii) o Cedente concordou em remeter todas as Cobranças com relação aos Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos originados das Linhas Adicionais Seleccionadas desde a Data da Inclusão para a Conta de Direitos Creditórios Elegíveis Cedidos;
 - (iv) na Data de Inclusão, o Cedente não está insolvente, nem se tornou insolvente pela transferência da Linha Adicional Seleccionada e dos Direitos Creditórios Elegíveis a ela relacionados; e
 - (v) o Cedente declarou e garantiu que a designação da Linha Adicional Seleccionada, a inclusão da Linha Adicional Seleccionada na Lista de Linhas e a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis correspondentes não devem, no melhor juízo do Cedente, resultar na ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada.

São Paulo, [] de [] de []

BANCO GMAC S.A.

[Diretor]

ANEXO E

NOTIFICAÇÃO DE REMOÇÃO

BANCO GMAC S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Indianópolis, nº 3.096, inscrita no CNPJ sob o nº 59.274.605/001-13, neste instrumento representado nos termos de seu estatuto social, por seus representantes legais abaixo assinados ("**Cedente**"), nos termos da Cláusula 6.3 do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e Outras Avenças ("**Contrato**"), firmado em [] de [] de 2009 pelo Cedente e pelo **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BANCO GMAC - FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.577.075/0001-04, representado por seu Administrador, Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar - parte, inscrita no CNPJ sob nº 33.868.597/0001-40, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração e gestão de carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 1.223, de 8 de janeiro de 1990 ("**Fundo**"), pela presente notifica o Fundo e a Agência de Classificação de Risco acerca da sua intenção de selecionar aleatoriamente uma Linha para ser removida da Lista de Linhas ("**Linha Selecionada**"), observada a aprovação dos Cotistas do Fundo.

1. Termos e expressões iniciados em letras maiúsculas que não estejam de outro modo definidos nesta Notificação de Remoção deverão ter os significados a eles atribuídos no Contrato. Todos os termos e condições aplicáveis à inclusão da Linha Selecionada à Lista de Linhas e não expressamente estabelecidos nesta Notificação de Remoção estão descritos no Contrato.
2. Para fins desta Notificação de Remoção, a Data de Remoção para a Linha Selecionada deverá ser [] de [] de [].
3. O Cedente compromete-se a determinar, na Data de Remoção com relação à Linha Selecionada, o Saldo de Remoção, e entregar ao Fundo uma lista verdadeira e completa das Linhas Listadas, especificando para cada Linha Selecionada na Data de Remoção o número de sua conta e o Saldo de Remoção, de acordo com a Cláusula 6.3 (ii) do Contrato.

4. Nos termos da Cláusula 6.3.1 do Contrato, o Cedente declara e garante que:
- (i) a remoção disposta na presente Notificação de Remoção não deverá, no seu melhor juízo, resultar na ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada;
 - (ii) a Linha Selecionada foi aleatoriamente selecionada da Lista de Linhas de maneira a não ter um efeito material adverso no Patrimônio Líquido do Fundo;
 - (iii) foi apresentada ao Fundo uma confirmação por escrito de que a remoção disposta na presente Notificação de Remoção deverá satisfazer a Condição Agência de Classificação de Risco; e
 - (iv) foi entregue ao Fundo uma declaração de diretor devidamente assinada, na forma do **Anexo I à Notificação de Remoção**.

São Paulo, [] de [] de []

BANCO GMAC S.A.
(CEDENTE)

Anexo I
à Notificação de Remoção

1. Referência é feita à Notificação de Remoção enviada em [] de [] de [] pelo **BANCO GMAC S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Indianópolis, nº 3.096, inscrita no CNPJ sob o nº 59.274.605/001-13 ("**Cedente**"), ao Administrador e à Agência de Classificação de Risco, nos termos da Cláusula 6.3 (i) do Contrato, com relação à intenção do Cedente de aleatoriamente selecionar uma Linha para ser removida da Lista de Linhas ("**Linha Selecionada**" e, este certificado, "**Notificação de Remoção Certificada**").
2. Termos iniciados em letras maiúsculas utilizados na presente declaração deverão ter os significados a eles atribuídos no Contrato. Todos os termos e condições aplicáveis à inclusão da Linha Adicional Selecionada à Lista de Linhas e não expressamente estabelecidos nesta declaração estão descritos no Contrato.
3. Na qualidade de [*inserir cargo do diretor*], eu, [], por meio desta declaro que:
 - (i) o Cedente entregou ao Administrador uma Notificação de Remoção Certificada;
 - (ii) o Cedente declarou e garantiu que a remoção da Linha Selecionada não deve, no melhor juízo do Cedente, resultar na ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada;
 - (iii) o Cedente declarou e garantiu que a Linha Selecionada foi selecionada da Lista de Linhas de maneira a não ter um efeito material adverso no Patrimônio Líquido do Fundo; e
 - (iv) o Cedente apresentou ao Fundo uma confirmação por escrito de que tal ação deve satisfazer a Condição da Agência Classificadora de Risco.

São Paulo, [] de [] de []

BANCO GMAC S.A.

[Diretor]

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo H

- Demonstrações Financeiras

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

continuação



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os semestres finais em 30 de Junho de 2009 e 2008

(Em milhares de reais)

1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, E OUTROS CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DÚVIDOSA

	2009	2008
Operações de crédito:		
Empréstimos:	9.993	19.912
Títulos descontados:	7.138	1.158
Financiamentos:	2.483.462	2.641.662
Total de operações de crédito:	2.490.623	2.662.722
Operações de arrendamento mercantil:	897.423	1.979.028
Outros créditos:	58	919
Total:	2.388.103	4.642.669

	2009	2008
Operações de arrendamento:		
Arrendamentos a receptor:	782.048	869.787
Rendas a receptor:	177.550	196.744
Imobilizado de arrendamento (nota explicativa nº 12):	4.108.102	3.474.881
Valor residual arrendado (nota explicativa nº 10):	2.252.991	1.502.599
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil:	1.857.423	1.975.655

	2009	2008
Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por atividade econômica:		
Indústria:		
Sector produtivo:		
Químicos:	114.331	2.671
Textil e vestuário:	1.433.871	1.293.210
Outros serviços:	1.143.311	1.281.171
Comércio:	2.631.022	2.747.439
Restauração:	2.631.022	2.747.439
Outros:	2.631.022	2.747.439

	2009	2008
Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento:		
Parcelas vendidas:		
De 1 a 90 dias:	28.761	15.380
De 91 a 180 dias:	12.393	9.982
De 181 a 360 dias:	1.502	1.179
Acima de 360 dias:	47.217	31.257
Parcelas a vencer:		
Até 180 dias:	2.138.611	2.300.937
De 181 a 360 dias:	777.112	681.244
Acima de 360 dias:	2.138.611	2.300.937

	2009	2008
Concentração do risco de crédito:		
Principal devedor:		
20 maiores devedores:	503.542	553.900

	2009	2008
Composição da carteira por indutor:		
Provisão:		
Total:	4.330.113	4.608.284

	2009	2008
Monitorização da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:		
Constituição:		
Saldo no início do semestre:	15.516	38.596
Constituição/Reversão:	2.209	17.492
Constituição/Reversão:	2.209	17.492

	2009	2008
Monitorização da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:		
Constituição:		
Saldo no início do semestre:	15.516	38.596
Constituição/Reversão:	2.209	17.492
Constituição/Reversão:	2.209	17.492

	2009	2008
Monitorização da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:		
Constituição:		
Saldo no início do semestre:	15.516	38.596
Constituição/Reversão:	2.209	17.492
Constituição/Reversão:	2.209	17.492

	2009	2008
Monitorização da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:		
Constituição:		
Saldo no início do semestre:	15.516	38.596
Constituição/Reversão:	2.209	17.492
Constituição/Reversão:	2.209	17.492

	2009	2008
Monitorização da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:		
Constituição:		
Saldo no início do semestre:	15.516	38.596
Constituição/Reversão:	2.209	17.492
Constituição/Reversão:	2.209	17.492

	2009	2008
Monitorização da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:		
Constituição:		
Saldo no início do semestre:	15.516	38.596
Constituição/Reversão:	2.209	17.492
Constituição/Reversão:	2.209	17.492

	2009	2008
Monitorização da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:		
Constituição:		
Saldo no início do semestre:	15.516	38.596
Constituição/Reversão:	2.209	17.492
Constituição/Reversão:	2.209	17.492

	2009	2008
Monitorização da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:		
Constituição:		
Saldo no início do semestre:	15.516	38.596
Constituição/Reversão:	2.209	17.492
Constituição/Reversão:	2.209	17.492

	2009	2008
Monitorização da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:		
Constituição:		
Saldo no início do semestre:	15.516	38.596
Constituição/Reversão:	2.209	17.492
Constituição/Reversão:	2.209	17.492

	2009	2008
Monitorização da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:		
Constituição:		
Saldo no início do semestre:	15.516	38.596
Constituição/Reversão:	2.209	17.492
Constituição/Reversão:	2.209	17.492

	2009	2008
Monitorização da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:		
Constituição:		
Saldo no início do semestre:	15.516	38.596
Constituição/Reversão:	2.209	17.492
Constituição/Reversão:	2.209	17.492

	2009	2008
Monitorização da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:		
Constituição:		
Saldo no início do semestre:	15.516	38.596
Constituição/Reversão:	2.209	17.492
Constituição/Reversão:	2.209	17.492

	2009	2008
Monitorização da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:		
Constituição:		
Saldo no início do semestre:	15.516	38.596
Constituição/Reversão:	2.209	17.492
Constituição/Reversão:	2.209	17.492

	2009	2008
Monitorização da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:		
Constituição:		
Saldo no início do semestre:	15.516	38.596
Constituição/Reversão:	2.209	17.492
Constituição/Reversão:	2.209	17.492

	2009	2008
Monitorização da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:		
Constituição:		
Saldo no início do semestre:	15.516	38.596
Constituição/Reversão:	2.209	17.492
Constituição/Reversão:	2.209	17.492

	2009	2008
Monitorização da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:		
Constituição:		
Saldo no início do semestre:	15.516	38.596
Constituição/Reversão:	2.209	17.492
Constituição/Reversão:	2.209	17.492

	2009	2008
Monitorização da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:		
Constituição:		
Saldo no início do semestre:	15.516	38.596
Constituição/Reversão:	2.209	17.492
Constituição/Reversão:	2.209	17.492

	2009	2008
Monitorização da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:		
Constituição:		
Saldo no início do semestre:	15.516	38.596
Constituição/Reversão:	2.209	17.492
Constituição/Reversão:	2.209	17.492

	2009	2008
Monitorização da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:		
Constituição:		
Saldo no início do semestre:	15.516	38.596
Constituição/Reversão:	2.209	17.492
Constituição/Reversão:	2.209	17.492

	2009	2008
Monitorização da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa:		
Constituição:		
Saldo no início do semestre:	15.516	38.596
Constituição/Reversão:	2.209	17.492
Constituição/Reversão:	2.209	17.492

	2009	2008
Depósitos interfinanceiros (a):	662.678	7.249.378
Depósitos a prazo (b):	1.969.695	1.457.728
Empréstimo no exterior (b):	250.753	495.787
Passivo circulante:	2.883.126	9.203.903
Exigível a longo prazo:	458.674	754.341

	2009	2008
Depósitos interfinanceiros (a):	662.678	7.249.378
Depósitos a prazo (b):	1.969.695	1.457.728
Empréstimo no exterior (b):	250.753	495.787
Passivo circulante:	2.883.126	9.203.903
Exigível a longo prazo:	458.674	754.341

	2009	2008
Depósitos interfinanceiros (a):	662.678	7.249.378
Depósitos a prazo (b):	1.969.695	1.457.728
Empréstimo no exterior (b):	250.753	495.787
Passivo circulante:	2.883.126	9.203.903
Exigível a longo prazo:	458.674	754.341

	2009	2008
Depósitos interfinanceiros (a):	662.678	7.249.378
Depósitos a prazo (b):	1.969.695	1.457.728
Empréstimo no exterior (b):	250.753	495.787
Passivo circulante:	2.883.126	9.203.903
Exigível a longo prazo:	458.674	754.341

	2009	2008
Depósitos interfinanceiros (a):	662.678	7.249.378
Depósitos a prazo (b):	1.969.695	1.457.728
Empréstimo no exterior (b):	250.753	495.787
Passivo circulante:	2.883.126	9.203.903
Exigível a longo prazo:	458.674	754.341

	2009	2008
Depósitos interfinanceiros (a):	662.678	7.249.378
Depósitos a prazo (b):	1.969.695	1.457.728
Empréstimo no exterior (b):	250.753	495.787
Passivo circulante:	2.883.126	9.203.903
Exigível a longo prazo:	458.674	754.341

	2009	2008
Depósitos interfinanceiros (a):	662.678	7.249.378
Depósitos a prazo (b):	1.969.695	1.457.728
Empréstimo no exterior (b):	250.753	495.787
Passivo circulante:	2.883.126	9.203.903
Exigível a longo prazo:	458.674	754.341

	2009	2008
Depósitos interfinanceiros (a):	662.678	7.249.378
Depósitos a prazo (b):	1.969.695	1.457.728
Empréstimo no exterior (b):	250.753	495.787
Passivo circulante:	2.883.126	9.203.903
Exigível a longo prazo:	458.674	754.341

	2009	2008
Depósitos interfinanceiros (a):	662.678	7.249.378
Depósitos a prazo (b):	1.969.695	1.457.728
Empréstimo no exterior (b):	250.753	495.787
Passivo circulante:	2.883.126	9.203.903
Exigível a longo prazo:	458.674	754.341

	2009	2008
Depósitos interfinanceiros (a):	662.678	7.249.378
Depósitos a prazo (b):	1.969.695	1.457.728
Empréstimo no exterior (b):	250.753	495.787
Passivo circulante:	2.883.126	9.203.903
Exigível a longo prazo:	458.674	754.341

	2009	2008
Depósitos interfinanceiros (a):	662.678	7.249.378
Depósitos a prazo (b):	1.969.695	1.457.728
Empréstimo no exterior (b):	250.753	495.787
Passivo circulante:	2.883.126	9.203.903
Exigível a longo prazo:	458.674	754.341

	2009	2008
Depósitos interfinanceiros (a):	662.678	7.249.378
Depósitos a prazo (b):	1.969.695	1.457.728
Empréstimo no exterior (b):	250.753	495.787
Passivo circulante:	2.883.126	9.203.903
Exigível a longo prazo:	458.674	754.341

	2009	2008
Depósitos interfinanceiros (a):	662.678	7.249.378
Depósitos a prazo (b):	1.969.695	1.457.728
Empréstimo no exterior (b):	250.753	495.787
Passivo circulante:	2.883.126	9.203.903
Exigível a longo prazo:	458.674	754.341

	2009	2008
Depósitos interfinanceiros (a):	662.678	7.249.378
Depósitos a prazo (b):	1.969.695	1.457.728
Empréstimo no exterior (b):	250.753	495.787
Passivo circulante:	2.883.126	9.203.903
Exigível a longo prazo:	458.674	754.341

	2009	2008
Depósitos interfinanceiros (a):	662.678	7.249.378
Depósitos a prazo (b):	1.969.695	1.457.728
Empréstimo no exterior (b):	250.753	495.787
Passivo circulante:	2.883.126	9.203.903
Exigível a longo prazo:	458.674	754.341

	2009	2008
Depósitos interfinanceiros (a):	662.678	7.249.378
Depósitos a prazo (b):	1.969.695	1.457.728
Empréstimo no exterior (b):	250.753	495.787
Passivo circulante:	2.883.126	9.203.903
Exigível a longo prazo:	458.674	754.341

	2009	2008
Depósitos interfinanceiros (a):	662.678	7.249.378
Depósitos a prazo (b):	1.969.695	1.457.728
Empréstimo no exterior (b):	250.753	495.787
Passivo circulante:	2.883.126	9.203.903
Exigível a longo prazo:	458.674	754.341

	2009	2008
Depósitos interfinanceiros (a):	662.678	7.249.378
Depósitos a prazo (b):	1.969.695	1.457.728
Empréstimo no exterior (b):	250.753	495.787
Passivo circulante:	2.883.126	9.203.903
Exigível a longo prazo:	458.674	754.341

	2009	2008
Depósitos interfinanceiros (a):	662.678	7.

GMAC

BANCO GMAC S.A.
CNPJ 09.274.605/0001-13
Avenida Indianapolis, 3.096 - São Paulo - SP
Ovidor 08007226022

Relatório da Administração

No exercício de 2008, as operações de crédito e arrendamento mercantil do Banco atingiram o montante de R\$ 5.962 milhões (R\$ 3.889 milhões em 2007). O índice de inadimplência acima de 90 dias, calculado com base na quantidade de créditos, está por volta de 0,59%, sendo que no exercício de 2007 foi de 0,74%. O lucro no exercício foi de R\$ 137 milhões, atingindo um Patrimônio Líquido no montante de R\$ 65,0 milhões (R\$ 67,2 milhões em 2007).

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com as políticas internas, juntamente com as normas de sua matriz, o Banco GMAC S.A. possui estrutura de gestão de riscos para atender as melhores práticas internacionais, assim como as exigências das agências reguladoras. Nesse sentido a organização gerencia os riscos como segue:

• Riscos de crédito: busca conhecer substância à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito;

• Risco de mercado e liquidez são elaborados através do monitoramento diário dos níveis de exposição tendo os limites estabelecidos, validando-se instrumentos como o VaR, análise de sensibilidade e stress testing;

• Riscos operacionais, são elaborados por meio da avaliação de novos produtos e operações, monitorando de processo, definição de indicadores de riscos e mensuração quantitativa de perdas operacionais, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida no que se refere à importância da monitoração e mitigação dos riscos operacionais.

Ovidoria

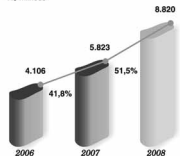
A Ovidoria foi implementada em 30 de setembro de 2007. Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com a Resolução nº 3.477 do Banco Central do Brasil, de 26 de julho de 2007.

São Paulo, 10 de março de 2009.

A Administração

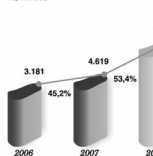
Ativos Totais

R\$ milhões



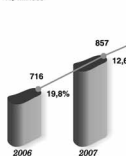
Operações de Crédito (*)

R\$ milhões



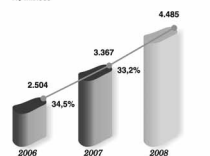
Patrimônio Líquido

R\$ milhões



Captações

R\$ milhões



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007
(Em milhares de reais)

	2008	2007
ATIVO	2.848.412	2.382.099
Circulante	3.781	4.181
Disponibilidades	201.801	185.111
Aplicações em mercado aberto	201.801	185.111
Aplicações em depósitos interfinanceiros	201.801	185.111
Reservas interfinanceiras	31.522	31.522
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central	11.137	11.137
Operações de crédito - Setor privado	2.307.007	1.883.295
(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(41.298)	(38.208)
Operações de arrendamento mercantil	(14.758)	(17.179)
Operações de arrendamento a receptor - Setor privado	(408.567)	(172.707)
(*) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa	(159.691)	(110.946)
Outros créditos	136.467	85.148
Dívidas	(17.604)	55.255
(*) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(457)	(197)
Outras valores a termo	102.881	102.881
Bens não de uso próprio	8.444	2.413
(*) Provisão para desvalorizações de outros valores a termo	(250)	(450)
Despesas antecipadas	152.376	100.861
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.490.665	1.275.414
Operações de crédito - Setor privado	(115.195)	(665.128)
Operações de crédito - Setor privado	(428.564)	(667.329)
(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.396)	(11.026)
Operações de arrendamento mercantil	(17.806)	(18.830)
Operações de arrendamento a receptor - Setor privado	(543.769)	(203.286)
(*) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa	(25.073)	(18.463)
Outros créditos	1.048.108	(270.807)
Dívidas	(1.048.108)	(270.807)
(*) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(447)	(871)
Outras valores a termo	4.195	74.841
Despesas antecipadas	4.195	74.841
PERMANENTE	4.521.101	2.165.227
Investimentos	(27.286)	(13.113)
Participações em controladas no País	172.340	143.703
Outros investimentos	7.799	5.766
Imobilizado de uso	10.072	9.888
(*) Depreciações acumuladas	(4.473)	(4.129)
Imobilizado de arrendamento	4.341.547	2.033.807
Bens arrendados	4.341.547	2.033.807
Superveniência de depreciação	89.627	522.440
(*) Depreciações acumuladas	(89.627)	(522.440)
Dívidas	1.289	1.752
Gastos de organização e expansão	1.289	1.752
(*) Amortizações acumuladas	(16.005)	(16.005)
TOTAL DO ATIVO	8.820.179	5.822.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 e para o semestre findo em 31 de Dezembro de 2008
(Em milhares de reais)

	Capital de terceiros (Redução)	Reserva de lucros (Redução)	Reserva de lucros (Redução)	Reserva de lucros (Redução)	Lucros	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	266.503	21.152	24.600	266.503	21.152	266.503
Aumento de capital através de emissão de juros sobre capital próprio	31.344	-	-	31.344	-	31.344
Homologação do aumento de capital pelo BACEN	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	160.024	160.024
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	8.001	-	(8.001)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(45.630)	(45.630)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	328.247	21.152	32.601	328.247	21.152	328.247
Aumento de capital através de emissão de juros sobre capital próprio	31.344	-	-	31.344	-	31.344
Homologação do aumento de capital pelo BACEN	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	137.198	137.198
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	6.860	-	(6.860)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,14 por título de mil ações)	-	-	-	-	(33.749)	(33.749)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	355.439	24.775	39.461	355.439	24.775	355.439
SALDOS EM 31 DE JUNHO DE 2009	355.439	24.775	37.407	355.439	24.775	355.439
Aumento de capital através de emissão de juros sobre capital próprio	31.344	-	-	31.344	-	31.344
Homologação do aumento de capital pelo BACEN	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	137.198	137.198
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	2.054	-	(2.054)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,12 por título de mil ações)	-	-	-	-	(137.198)	(137.198)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	355.439	24.775	39.461	355.439	24.775	355.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 e para o semestre findo em 31 de Dezembro de 2008
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

As atividades operacionais do Banco GMAC S.A. ("Banco") consistem, principalmente, no financiamento de veículos aos consumidores, no financiamento de capital e de curto prazo, no financiamento de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo GMAC, as quais atuam integralmente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. O benefício das serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a probabilidade de fies serem atribuídos.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, sendo adotada pela primeira vez no exercício de 2008, as alterações introduzidas pela Lei nº 11.040/07, medida provisória nº 409/08, de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Alterações de Lei das Sociedades por Ações

Destacamos que a adoção inicial da referida Lei, não apresentou impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Banco e suas controladas.

As principais modificações são assim resumidas:

• Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração das fluxos de caixa;

• Criação de novo adquirente de contas, integral, que inclui, além da prestação do balanço patrimonial, uma conta registral de dívidas que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou sociedades com essa finalidade; inclusive o fundo de controle designado;

• Organização do regime no qual imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco, inclusive os direitos de operações que transfiram ao Banco os benefícios, os riscos e a responsabilidade por tais operações, adquiridas para fins de arrendamento mercantil financeiro, para os arrendatários, cujo assunto está pendente da regulamentação pelo Banco Central do Brasil;

• Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as operações de curto prazo, sem impacto para o Banco e controladas, uma vez que as operações já haviam sendo registradas com base no valor presente, em atendimento às disposições do Banco Central do Brasil, Conselho nº CPC-12, dando início ao encontro aprovado pelo BACEN;

• Redução ao valor recuperável de caixa, em 29 de maio de 2008, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.568, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em relação ao tratamento contábil de caixa;

De acordo com essas regras, a avaliação de caixa deve ser feita com base no valor recuperável de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa, sendo esse valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é a menor parte identificável da atividade do Banco que produz ou espera produzir independentemente de outros ativos e grupos. A partir de 2008, os valores das ativos não financeiros são avaliados com base no valor recuperável de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa, sendo esse valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é a menor parte identificável da atividade do Banco que produz ou espera produzir independentemente de outros ativos e grupos. A partir de 2008, os valores das ativos não financeiros são avaliados com base no valor recuperável de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa, sendo esse valor recuperável.

a) Avaliação de resultado

As receitas e despesas são apresentadas pelo regime de competência, observando-se o critério "no dia tempo" para operações de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método de amortização de juros efetivos, com base nos "descontos ou relacionamentos a operação do exterior", as quais são calculadas com base no

método Bruto. Os resultados, com operações de cessão de créditos com contrapartida não reconhecida na data em que essas operações são realizadas. As vendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas apenas como receita quando efetivamente realizadas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria MF nº 14/084, que considerou:

• As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contrapartidas no período;

• O custo do valor presente das operações de arrendamento mercantil;

b) Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa, de acordo com a Resolução nº 3.040/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídas no rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo inicial de até 90 dias, que possam ser convertidas imediatamente em caixa e estão sujeitas a um risco de crédito, com valores inferiores a R\$ 100 milhões, e que não sejam de natureza financeira, são classificadas como equivalentes de caixa somente quando recursos não financeiros com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

c) Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são demonstradas pelo valor de aquisição, incluindo, quando aplicável, os incrementos e as variações mensais "no dia tempo" e cambiais, incluindo e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 e para o semestre findo em 31 de Dezembro de 2008
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação de mil ações)

	2º semestre	2008	2007	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	886.832	1.330.852	1.019.496	
Operações de crédito	239.001	400.381	375.133	
Operações de arrendamento mercantil	617.765	1.035.746	430.411	
Resultados de operações com títulos e valores mobiliários	1.996	20.995	13.662	
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	(2.969)	(4.470)	-	
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(771.080)	(1.035.746)	(686.862)	
Operações de crédito	(176.831)	(312.023)	(341.918)	
Operações de arrendamento mercantil	(594.249)	(723.723)	(346.944)	
Resultados de operações com títulos e valores mobiliários	(40.121)	(6.000)	(296.988)	
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	(8.079)	(8.744)	(3.032)	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	115.752	295.105	332.636	
RECEITAS DAS DESPESAS OPERACIONAIS	(121.949)	(62.714)	(156.511)	
Despesas com administração	(121.949)	(62.714)	(156.511)	
Despesas de tarifas bancárias	(3.352)	(212)	(61)	
Despesas com serviços de terceiros	(20.848)	(556.100)	(10.000)	
Despesas recorrentes	(27.207)	(27.648)	(30.317)	
Despesas com aluguel e manutenção em contratos	(15.247)	(28.556)	(28.556)	
Despesas tributárias	(19.202)	(44.681)	(33.337)	
Despesas com aluguel de imóveis	(14.647)	(28.556)	(28.556)	
RESULTADO OPERACIONAL	3.803	79,972	173,971	
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DA DISTRIBUIÇÃO SOBRE O EXERCÍCIO	3.803	79,972	173,971	
RESULTADO LÍQUIDO APÓS A DISTRIBUIÇÃO SOBRE O EXERCÍCIO	3.803	79,972	173,971	
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(13)	(13)	(13)	
Imposto para retenção de renda	(13)	(13)	(13)	
Despesa com imposto de renda	(83,926)	(1,177)	(7,581)	
Imposto sobre lucro líquido	(20,647)	(56,608)	(1,671)	
Despesa com imposto de renda	(1,098)	(127,198)	(1,098)	
RESULTADO LÍQUIDO POR PERÍODO COM EFEITO DO M.L. ACÓR - R.S.	RS.011	RS.306	RS.011	

GMAC BANCO GMAC S.A.

CNPJ 09.274.605/0001-13
Avenida Indianapolis, 3.096 - São Paulo - SP
Ondulador 08007220202

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2008

(Em milhares de reais)

	2008	2007
Depósitos em prazo	877.710	29.008.694.768
Depósitos a prazo	877.710	29.008.694.768
Total	877.710	29.008.694.768

Os depósitos possuem prazo máximo de 180 dias, enquanto que os depósitos vinculados possuem prazo de 300 dias, renovados automaticamente.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, E PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL, E OUTROS CRÉDITOS DE LIQUIDIDADE DÍVULGA

a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por tipo de operação:

	2008	2007
Operações de crédito:		
Empréstimos	14.682	24.336
Títulos decorrentes	5.500	7.259
Financiamentos	1.000.817	2.807.338
Total de operações de crédito	2.220.519	2.838.933
Operações de arrendamento mercantil	2.283.913	1.200.385
Outros créditos	903	824
Total	5.506.387	3.869.142

b) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por atividade econômica:

	2008	2007
Setor privado:		
Indústria	2.506	0,05%
Comércio	66.446	41,18%
Indústria e comércio	1.899.656	37,52%
Finanças	3.918.114	69,65%
Total	5.592.387	100,00%

c) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento:

	2008	2007
Parcelas vencidas:		
De 15 a 30 dias	17.581	0,33%
De 31 a 180 dias	8.468	0,15%
De 181 a 360 dias	4.408	0,08%
Acima de 360 dias	9	0,00%
Total	31.766	0,63%

Parcelas a vencer:

	2008	2007
Até 180 dias	2.504.129	49,47%
De 181 a 360 dias	1.000.817	18,21%
Acima de 360 dias	1.705.705	30,69%
Total	5.210.651	95,37%

d) Composição do risco de crédito:

	2008	2007
Principal devido	588.724	11,27%
20 avaliações seguintes	588.724	11,27%
Total	588.724	11,27%

e) Composição da carteira por indicadores:

	2008	2007
Piso-fundo:		
FRM - T.C.P.	5.000	9,36%
Prejuízo	5.000	9,36%
Total	5.000	9,36%

f) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação diversas:

	2008	2007
Saldo no início do semestre/ano	88.143	87.143
Provisão constituída no semestre/ano	77.216	68.602
Créditos básicos com prejuízo contra a provisão	88.143	87.143
Saldo no fim do semestre/ano	88.143	87.143

g) Movimentação da provisão para créditos cedidos de liquidação diversas:

	2008	2007
Saldo no início do semestre/ano	3.015	1.554
Provisão constituída no semestre/ano	1.383	1.545
Créditos básicos com prejuízo contra a provisão	3.015	1.554
Saldo no fim do semestre/ano	3.015	1.554

h) Composição da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, outros créditos e correspondente provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação diversas:

	2008	2007
Taxa de provisão		
AA	117,40%	72,24%
B	3,15%	1,80%
C	1,0	49,88%
D	10,0	35,90%
E	30,0	82,46%
F	50,0	117,70%
G	80,0	159,69%
H	100,0	232,38%

i) Cessão de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram realizadas operações de cessão de crédito com contraparte com outras instituições financeiras no montante de R\$ 796.000. O resultado dessas operações no montante de R\$ 49.800 é registrado na rubrica "Outras Operações Financeiras".

Operações de Crédito: Os contratos objeto de cessão referem-se a resultados de vendas, cujo vencimento ocorreu até 2013. O valor presente líquido no exercício de 2008 foi de R\$ 68.503. Foi também contratado o crédito de liquidação diversas sobre essas operações, no montante de R\$ 3.869 na rubrica "Outras Operações Financeiras", de acordo com os mesmos critérios adotados para os créditos não cedidos (Nota 14).

8. OUTROS CRÉDITOS - DÍVULGA

Créditos tributários - Imposto de renda e contribuição social (ver explicativa nº 13.a)

	2008	2007
Créditos tributários	568.893	269.827
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	1.019	5.217
Devolução de impostos - país (*)	107.138	43.060
Total	1.186.479	668.663

Antecipação de longo prazo

	2008	2007
Reservatário a longo prazo	1.083.555	727.573

f) Retenções, precatórios, a depósitos efetuados em apólices judiciais (ver explicativa nº 13.a)

As depósitos efetuados em apólices judiciais são aqueles que se encontram sob decisão e outros processos judiciais. Os precatórios são depósitos efetuados em apólices judiciais.

Sobre o Luro Liquidado - CSL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRL, Contribuição Previdenciária sobre Montepio Financeiro - CPMF, Contribuição sobre o Fomento da Seguridade Social - COPS, Imposto Sobre Renda Pessoa Jurídica - IRL, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, no qual os prestatários das operações de crédito, arrendamento mercantil, outros créditos e correspondente provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos passaram a ser completos para todos e taxa e que estão sujeitos a todos os respectivos prazos de prazo e depósitos operacionais (ver explicativa nº 20.2, respectivamente).

(*) Prestitores em conta corrente no primeiro dia do mês seguinte.

9. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso

Os bens não de uso são aqueles que não são utilizados para a produção de bens e serviços, mas sim para a realização de atividades de natureza administrativa, financeira ou de outra natureza.

b) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são aquelas que são pagas antes de serem realizadas, mas que serão creditadas no futuro.

c) Despesas antecipadas classificadas em "Outros valores e bens" referentes a operações pagas em campanhas de marketing de vendas, as quais são apropriadas ao resultado pela taxa média e pelo prazo médio de vigência das operações. No exercício de 2008 foram realizadas as despesas antecipadas oriundas dos contratos objeto de cessão de crédito realizadas com instituições financeiras não ligadas ao Grupo Financeiro. No exercício de 2008, foram apropriadas ao resultado despesas no montante de R\$ 185.821 (R\$ 138.478 em 2007), (ver explicativa nº 16).

10. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

GMAC

Administração de Recursos

Constituição de Seguros

Ativo

Passivo

Capital social

Patrimônio líquido

Participação no capital

Movimentação

Sob o mesmo

Estabilidade patrimonial

Saldo no fim do exercício

11. MOBILIZAÇÃO DE ARRENDAMENTO

Arrendamento

Arrendamento

Arrendamento

Arrendamento

Arrendamento

Arrendamento

12. CAPITAÇÕES

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

Depósitos em prazo

c) Resumo de passivos contingentes, causas classificadas como passivos

Quantidade de processos

Montante

Fiscal

Cíveis

Tributárias

Saldo final em 31 de dezembro de 2008

Originações legais

CSL - as principais causas em discussão são (a) ação visando a restituição de quantias indevidamente pagas a título de CSL sobre o lucro líquido nos anos-base de 1992 a 1996 (Novembro de 1996) por ser empresa não empregadora, (b) mandato de segurança impetrado para anular a exigência da CSL sobre o lucro líquido a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora; (c) mandato de segurança impetrado para garantir o direito de receber a CSL sobre o lucro líquido nos anos-base de 1994 e 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº 01/94, que instituiu, para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 20%, o que tem o princípio de segurança para assegurar a importância do direito de receber a CSL sobre o lucro líquido no ano-base de 1995 a alíquota de 10%, atestado, com isso, a incidência de Exatidão Constitucional do Fato nº